

coleção | RELAÇÕES
| INTERNACIONAIS

**O RESGATE DAS CIÊNCIAS
HUMANAS E DAS
HUMANIDADES ATRAVÉS DE
PERSPECTIVAS AFRICANAS**

VOLUME II

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado José Serra
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor, substituto Ministro Alessandro Warley Candear

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretora, substituta Maria do Carmo Strozzi Coutinho

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros

- Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
- Embaixador Jorio Dauster Magalhães
- Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
- Embaixador José Humberto de Brito Cruz
- Embaixador Julio Glinernick Bitelli
- Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
- Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
- Professor José Flávio Sombra Saraiva
- Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

HELEN LAUER E KOFI ANYIDHOHO
(Organizadores)

**O RESGATE DAS CIÊNCIAS
HUMANAS E DAS
HUMANIDADES ATRAVÉS DE
PERSPECTIVAS AFRICANAS**

VOLUME II



Brasília - 2016

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão
André Luiz Ventura Ferreira
Acauã Lucas Leotta
Márcia Costa Ferreira
Livia Milanez
Renata Nunes Duarte

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Tradução:

Rodrigo Sardenberg

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2016

R433 O Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas
/ Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2016.

4 v. – (Coleção relações internacionais)

Título original: Reclaiming the human sciences and humanities through African perspectives

Descrição principal baseada no volume 2.

ISBN (v. 2) 978-85-7631-619-0

1. Acumulação de capital. 2. Desenvolvimento socioeconômico - África. 3. Desenvolvimento científico - África. 4. Educação - África. 5. Aids - África. 6. Política de saúde - África. I. Lauer, Helen. II. Anyidoho, Kofi. III. Série.

CDU 301.19(6)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

ÍNDICE GERAL DA OBRA

VOLUME 1

Seção 1: Examinando a produção do conhecimento como instituição social

Seção 2: Explicando ações e crenças

VOLUME 2

Seção 3: Reavaliando o “desenvolvimento”

Seção 4: Medindo a condição humana

VOLUME 3

Seção 5: Lembrando a História

Seção 6: “África” como sujeito do discurso acadêmico

Seção 7: Debatendo democracia, comunidade e direito

VOLUME 4

Seção 8: Revisitando a Expressão Artística

Seção 9: Recuperando a Voz da Autoridade

Referências bibliográficas



SUMÁRIO

SEÇÃO 3

Reavaliando o “Desenvolvimento”

Capítulo 20

Pobreza mundial, empobrecimento e o acúmulo de capital665

 Apêndice: O uso de conceitos falsos no discurso convencional
 sobre a África (será a África realmente marginalizada?)..... 677

Samir Amin

Capítulo 21

O desenvolvimento internacional e as ciências sociais693

Frederick Cooper e Randall Packard

Capítulo 22

O conceito de desenvolvimento dos burocratas britânicos e
franceses735

Frederick Cooper

Capítulo 23

Até que ponto os ODMs são adequados para alcançar
a redução da pobreza e o desenvolvimento em Gana?761

Abena D. Oduro

Capítulo 24

Desenvolvimento de Gana: evidência técnica
versus a evidência de rua775
Agnes Apusigah

Capítulo 25

De acordo com quem? Negociando o desenvolvimento
participativo num cenário flexível de diretrizes801
Nana Akua Anyidoho

Capítulo 26

Degradação ambiental e crescimento populacional
no Norte de Gana: corrigindo a conta recebida825
Jacob Songsore

Capítulo 27

Industrialização e ensino superior de Gana: será
que estamos fazendo a coisa no momento certo?853
Ivan Addae-Mensah

Capítulo 28

Será que as “TICs” proporcionam “empoderamento”
econômico a mulheres que vivem na área rural de Uganda?899
Patricia K. Litho

Capítulo 29

Desenvolvimento do Senegal: da mobilização em massa
ao elitismo tecnocrático917
Mamadou Diouf

Capítulo 30

Antropologia e seu gêmeo maligno: “desenvolvimento” na
constituição de uma disciplina959
James Ferguson

SEÇÃO 4

Medindo a condição humana

Capítulo 31

Opiniões políticas sobre a África do Sul disfarçadas de ciência: questões de responsabilidade profissional na comunidade de pesquisa científica995
Serge Lang

Capítulo 32

Cartas da África do Sul 1031
Lilian Ngoyi

Capítulo 33

Alguns problemas teóricos e práticos associados com o uso de instrumentos ocidentais para medir capacidades cognitivas no continente africano 1063
J. Y. Opoku

Capítulo 34

“Raça” e “QI” 1083
Kwame Anthony Appiah

Capítulo 35

Choque de realidade: os custos e as condições do ensino básico gratuito para todos na Região de Grande Accra 1107
Judith S. Sawyerr

Capítulo 36

Estratégias globais de saúde para combater a AIDS na África requerem evidência, não comoção..... 1155
Andrew Maniotis e Charles L. Gesheker

Capítulo 37

Medicamentos de AIDS para a África: remapeando o
caminho do desenvolvimento de medicações 1199

Elizabeth Ely

Capítulo 38

“Necessidade insatisfeita” de quem? “Desacordo” sobre
a concepção entre casais ganenses: uma crítica à metodologia
de pesquisa “KAP” padrão..... 1223

Akosua Adomako Ampofo

SEÇÃO III
REAVALIANDO O “DESENVOLVIMENTO”



CAPÍTULO 20

POBREZA MUNDIAL, EMPOBRECIMENTO E ACÚMULO DE CAPITAL¹

Samir Amin

Um discurso sobre a pobreza e a necessidade de reduzir sua magnitude, se não a erradicar, tem estado na moda hoje em dia. Trata-se de um discurso de caridade, no estilo do século XIX, que não busca entender os mecanismos econômicos e sociais que geram a pobreza, apesar de os meios científicos e tecnológicos para erradicá-la estarem disponíveis agora.

O capitalismo e a nova questão agrária

Todas as sociedades antes da época moderna (capitalista) eram camponesas. Sua produção era governada por diversos sistemas e diversas lógicas específicos – mas não aqueles que governam o capitalismo numa sociedade de mercado, como a maximização do retorno sobre o capital.

¹ Reproduzido de *Monthly Review*, vol. 55, n. 5, outubro de 2003.

A agricultura capitalista moderna – que inclui tanto a agricultura familiar em larga escala quanto empresas do agronegócio – agora está envolvida num ataque maciço sobre a produção camponesa do Terceiro Mundo. O sinal verde para isso foi dado na sessão de novembro de 2001 da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, no Qatar. Existem muitas vítimas deste ataque – e a maioria delas é composta de camponeses do Terceiro Mundo, que ainda representam metade da humanidade.

A agricultura governada pelo princípio do retorno sobre o capital, que se localiza quase exclusivamente na América do Norte, na Europa, na Austrália e no Cone Sul da América Latina emprega apenas algumas dezenas de milhões de agricultores que não são mais camponeses. Devido ao grau de mecanização e ao tamanho extensivo das fazendas gerenciadas por um agricultor, sua *produtividade* costuma variar entre um ou dois milhões de quilos (duas a quatro milhões e meio de libras) de cereais por agricultor.

Num contraste agudo, 3 bilhões de agricultores estão envolvidos na agricultura camponesa. Suas fazendas podem ser agrupadas em dois setores distintos, com escalas muito diferentes de produção, características econômicas e sociais e níveis de eficiência. Um setor, capaz de se beneficiar da revolução verde, obteve fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas e tem algum grau de mecanização. A produtividade destes camponeses varia entre 10 mil e 50 mil quilos (20 mil e 110 mil libras) de cereais por ano. No entanto, a produtividade anual de camponeses excluídos das novas tecnologias está estimada em cerca de mil quilos (2 mil libras) de cereais por agricultor.

A proporção da produtividade do segmento capitalista mais avançado da agricultura mundial para o mais pobre, que era

de aproximadamente 10 para um antes de 1940, agora está se aproximando de 2 mil para um! Isto significa que a produtividade progrediu de maneira muito mais desigual na área da agricultura e da produção de alimentos do que em qualquer outra área. Ao mesmo tempo, esta evolução levou à redução dos preços relativos dos alimentos (em relação a outros produtos industriais e de serviços) para um quinto do que era há cinquenta anos. A nova questão agrária é o resultado desse desenvolvimento desigual.

A *modernização* sempre combinou dimensões construtivas, especificamente o acúmulo de capital e o aumento da produtividade, com aspectos destrutivos – redução da mão de obra ao estado de uma *commodity* vendida no mercado, muitas vezes destruindo a base ecológica natural necessária para a reprodução da vida e da produção e polarizando a distribuição da riqueza num nível mundial. Ao mesmo tempo, a modernização sempre *integrou* alguns, à medida que os mercados em expansão criaram emprego e *excluiu* outros, que não estavam integrados na nova força de trabalho depois de terem perdido seus cargos nos sistemas anteriores. Na sua fase ascendente, a expansão global capitalista integrou muitos juntamente com seus processos de exclusão. Mas agora, nas sociedades camponesas do Terceiro Mundo, ela está excluindo várias pessoas e incluindo relativamente poucas.

A questão levantada aqui é exatamente se esta tendência continuará a operar no que diz respeito aos 3 bilhões de seres humanos que ainda estão produzindo e vivendo em sociedades camponesas na Ásia, África e América Latina.

De fato, o que aconteceria se a agricultura e a produção de alimentos fossem tratadas como qualquer outra forma de produção submetida às regras de concorrência num mercado aberto e desregulamentado – conforme decidido em princípio na reunião

da OMC que aconteceu em novembro de 2001 em Doha? Será que esses princípios promoveriam a aceleração da produção?

Pode-se imaginar que o alimento comercializado pelos 3 bilhões de camponeses atuais, depois que eles garantirem suas próprias subsistências, ao contrário seria produzido por 20 milhões de novos agricultores modernos. As condições para o sucesso dessa alternativa incluiriam: (1) a transferência de lotes importantes de terra boa para os novos agricultores capitalistas (e estas terras teriam que ser tiradas das mãos de populações camponesas atuais); (2) capital (para comprar materiais e equipamentos); e (3) acesso aos mercados de consumo. Esses agricultores realmente concorreriam com sucesso com os bilhões de camponeses atuais. Mas o que aconteceria com esses bilhões de pessoas?

Nas circunstâncias, concordar com o princípio geral da concorrência por produtos agrícolas e alimentos, conforme imposto pela OMC, significa aceitar a eliminação de bilhões de produtores não competitivos dentro do tempo histórico curto de algumas décadas. O que acontecerá com estes bilhões de seres humanos, sendo que a maioria deles já é pobre entre os pobres, que se alimenta com grande dificuldade? Num período de cinquenta anos, o desenvolvimento industrial, até mesmo na hipótese fantasiosa de uma taxa de crescimento contínua de 7% ao ano, não poderia absorver nem mesmo um terço desta reserva.

O principal argumento apresentado para legitimar a doutrina da concorrência da OMC é que esse desenvolvimento efetivamente ocorreu na Europa e nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX – onde ele produziu uma sociedade rica, urbano-industrial e pós-industrial com agricultura moderna capaz de alimentar a nação e até mesmo exportar alimentos. Por que este padrão não deveria ser repetido nos países contemporâneos do Terceiro Mundo?

O argumento não leva em consideração dois fatores importantes que tornam a reprodução do padrão em países do Terceiro Mundo quase impossível. O primeiro é que o modelo europeu se desenvolveu ao longo de um século e meio juntamente com tecnologias industriais intensivas em mão de obra. As tecnologias modernas usam muito menos mão de obra e os novatos do Terceiro Mundo precisam adotá-las para que suas exportações industriais sejam competitivas em mercados globais. O segundo é que, durante essa longa transição, a Europa se beneficiou da enorme migração da sua população excedente para as Américas.

A alegação de que o capitalismo efetivamente resolveu a questão agrária nos seus centros desenvolvidos sempre foi aceita por grandes parcelas da esquerda, sendo que um exemplo disso foi o famoso livro de Karl Kautsky, *A questão agrária*, escrito antes da Primeira Guerra Mundial. A ideologia soviética herdou essa visão e baseada nela realizou a modernização através da coletivização stalinista, com resultados ruins. Sempre se desprezou o fato de que o capitalismo, enquanto resolvia a questão nos seus centros, fazia isso gerando uma gigantesca questão agrária nas periferias, que ele só pode resolver através do genocídio de metade da humanidade. Dentro da tradição marxista, apenas o maoísmo entendia a magnitude do desafio. Portanto, aqueles que acusavam o maoísmo de um “desvio camponês” mostram exatamente por essa crítica que lhes falta a capacidade analítica para entender o capitalismo imperialista, que eles reduzem a um discurso abstrato sobre o capitalismo em geral.

A modernização através da liberalização do mercado capitalista, conforme sugerido pela OMC e seus seguidores, finalmente alinha lado a lado, sem nem mesmo necessariamente combinar os dois componentes: a produção de alimentos numa escala global feita

por agricultores competitivos modernos, na maioria baseados no Norte, mas também possivelmente no futuro em alguns bolsões do Sul e a marginalização, a exclusão e o empobrecimento adicional da maioria dos 3 bilhões de camponeses do Terceiro Mundo atual e finalmente seu confinamento em alguns tipos de reservas. Portanto, isso combina o discurso a favor da modernização e com predomínio da eficiência com um conjunto de políticas ecológico-culturais de reserva, permitindo que as vítimas sobrevivam num estado de empobrecimento material (inclusive ecológico). Portanto, estes dois componentes poderão complementar um ao outro em vez de entrarem em conflito um com o outro.

Será que podemos imaginar alternativas e debatê-las amplamente? Alternativas nas quais a agricultura camponesa fosse mantida ao longo de todo o futuro visível do século XXI, mas que ao mesmo tempo se envolvessem num processo de progresso tecnológico e social contínuo? Desta forma, mudanças poderiam acontecer a uma taxa que permitiria uma transferência progressiva dos camponeses para um emprego não rural e não agrícola.

Esse conjunto estratégico de metas envolve misturas complexas de políticas nos níveis nacional, regional e global.

No nível nacional ele implica políticas macro que protejam a produção camponesa de alimentos da concorrência desigual de agricultores modernizados e de empresas de agronegócios – tanto locais quanto internacionais. Isto ajudará a garantir preços aceitáveis de alimentos internos – desvinculados dos preços no mercado internacional, que são adicionalmente influenciados pelos subsídios agrícolas no Norte rico.

Essas metas de política também questionam os padrões de desenvolvimento industrial e urbano, que deveriam basear-se menos em prioridades voltadas para a exportação (por exemplo, manter os salários baixos, o que implica preços baixos para os

alimentos) e prestar mais atenção a uma expansão socialmente equilibrada do mercado interno.

Ao mesmo tempo, isto envolve um padrão geral de políticas para assegurar a segurança alimentar nacional – uma condição indispensável para um país ser um membro ativo da comunidade global, desfrutando da margem indispensável de autonomia e da capacidade de negociação.

Nos níveis regional e global, isso implica acordos e políticas internacionais que se afastam dos princípios liberais doutrinários que regem a OMC – substituindo-os por soluções criativas e específicas para áreas diferentes, levando em consideração as questões específicas e as condições históricas e sociais concretas.

A nova questão trabalhista

A população urbana do planeta agora representa cerca de metade da humanidade, pelo menos 3 bilhões de indivíduos, com os camponeses compondo uma porcentagem longe de ser estatisticamente desprezível da outra metade. Os dados sobre esta população nos permitem distinguir entre o que chamamos de classes médias e de classes populares.

No estágio contemporâneo da evolução capitalista, as classes dominantes – donas formais dos principais meios de produção e gerentes seniores do processo produtivo – representam apenas uma fração muito pequena da população mundial, apesar de a parte que elas derivam da renda disponível das suas sociedades ser significativa. A isto acrescentamos as classes médias no sentido antigo do termo – pessoas que não são assalariadas, donas de pequenas empresas e gestoras médias, que não estejam necessariamente em declínio.

A grande massa de trabalhadores nos segmentos modernos de produção consiste de assalariados que agora representam mais

de quatro quintos da população urbana dos centros desenvolvidos. Essa massa é dividida em pelo menos duas categorias, sendo que a fronteira entre elas é tanto visível para o observador externo quanto realmente vivenciada na consciência dos indivíduos afetados.

Existem aqueles que podemos rotular dentro de classes populares *estabilizadas* no sentido de que eles são relativamente seguros nos seus empregos, graças, entre outras coisas, a qualificações profissionais que lhes dão poder de negociação com os empregadores e, portanto, eles costumam se organizar, pelo menos em alguns países, em sindicatos fortes. Em todos os casos, esta massa carrega um peso político que reforça sua capacidade de negociação.

Outros compõem as classes populares *precárias* que incluem trabalhadores enfraquecidos pela sua baixa capacidade de negociação (como resultado dos seus baixos níveis de habilidade, seus *status* de não-cidadãos e sua raça ou gênero), assim como aqueles que não ganham salários (os formalmente desempregados e os pobres com trabalhos no setor informal). Podemos rotular esta segunda categoria das classes populares de “precária”, em vez de “não integrada” ou “marginalizada”, porque estes trabalhadores estão perfeitamente integrados à lógica sistêmica que comanda o acúmulo de capital.

A partir das informações disponíveis para países desenvolvidos e determinados países do Sul (dos quais extrapolamos dados), nós obtemos as proporções relativas que cada uma das categorias definidas anteriormente representa na população urbana do planeta.

Apesar de os centros representarem apenas 18% da população mundial, como sua população é 90% urbana, eles abrigam um terço da população urbana mundial.

As classes populares representam três quartos da população urbana mundial, enquanto a subcategoria precária representa dois

terços das classes populares numa escala mundial. (Cerca de 40% das classes populares nos centros e 80% nas periferias estão na subcategoria precária). Em outras palavras, as classes populares precárias representam pelo menos metade da população urbana mundial e muito mais do que isso nas periferias.

Uma olhada na composição das classes populares urbanas há meio século, após a Segunda Guerra Mundial, mostra que as proporções que caracterizam a estrutura das classes populares eram muito diferentes do que elas se tornaram.

Na época, a participação do Terceiro Mundo não excedia metade da população urbana mundial (que então era da ordem de 1 bilhão de indivíduos) versus dois terços atualmente. As megacidades, como as que conhecemos hoje em dia em praticamente todos os países do Sul, ainda não existiam. Havia apenas algumas cidades grandes, notavelmente na China, Índia e na América Latina.

Nos centros, as classes populares se beneficiaram, durante o período do pós-guerra, de uma situação excepcional baseada no acordo histórico imposto sobre o capital pelas classes trabalhadoras. Este acordo permitiu a estabilização da maioria dos trabalhadores na forma de uma organização trabalhista conhecida como o sistema fabril “fordista”. Nas periferias, a proporção dos precários – que era, como sempre, maior do que nos centros – não superou metade das classes populares urbanas (versus mais de 70% hoje em dia). A outra metade ainda consistia, em parte, de assalariados estabilizados nas formas de nova economia colonial e da sociedade modernizada e, em parte, de antigas formas de setores artesanais.

A principal transformação social que caracteriza a segunda metade do século XX pode ser resumida numa única estatística: a proporção das classes populares precárias aumentou de menos de um quarto para mais de metade da população urbana mundial e este fenômeno de *pauperização* reapareceu numa escala significativa

nos próprios centros desenvolvidos. Esta população urbana desestabilizada aumentou, em meio século, de menos de 250 milhões para mais de um bilhão e meio de indivíduos, registrando uma taxa de crescimento que supera as que caracterizam a expansão econômica, o crescimento, ou o processo da própria urbanização.

Pauperização – Não existe nenhum termo melhor para nomear a tendência evolucionária durante a segunda metade do século XX.

Em geral, o fato em si é reconhecido e reafirmado na nova linguagem predominante: “reduzir a pobreza” tornou-se um tema recorrente dos objetivos que as políticas do governo alegam alcançar. Mas a pobreza em questão é apenas apresentada como sendo um fato medido empiricamente, ou de forma muito grosseira por distribuição de renda (linhas de pobreza) ou de uma forma um pouco menos grosseira por índices compostos (como os índices de desenvolvimento humano propostos pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), sem jamais questionar a lógica e os mecanismos que geram esta pobreza.

Nossa apresentação destes mesmos fatos vai além porque nos permite exatamente começar a explicar o fenômeno e sua evolução. As camadas médias, as camadas populares estabilizadas e as camadas populares precárias estão todas integradas ao mesmo sistema de produção social, mas elas exercem funções distintas dentro dele. Algumas são realmente excluídas dos benefícios da prosperidade. Os excluídos são em grande medida uma parte do sistema e não são marginalizados no sentido de não serem integrados – funcionalmente – ao sistema.

A pauperização é um fenômeno moderno que não é de forma alguma reduzível a uma falta de renda suficiente para a sobrevivência. Ela é realmente a modernização da pobreza e tem efeitos devastadores em todas as dimensões da vida social. Emigrantes do interior se integraram relativamente bem às classes

populares estabilizadas durante a época de ouro (1945-1975) – eles tendiam a se tornarem operários. Agora os que chegaram recentemente e seus filhos estão situados às margens dos principais sistemas produtivos, criando condições favoráveis para a substituição de solidariedades da comunidade pela consciência de classe. Enquanto isso, as mulheres são ainda mais vitimadas pela precariedade econômica do que os homens, o que resulta na deterioração das suas condições materiais e sociais. E apesar de não haver dúvidas de que os movimentos feministas alcançaram avanços importantes no domínio de ideias e de comportamento, os beneficiários destes ganhos são quase exclusivamente mulheres de classe média, certamente não aquelas das classes populares pauperizadas. No que diz respeito à democracia, sua credibilidade – e, portanto, sua legitimidade – é enfraquecida pela sua incapacidade de conter a degradação de condições de uma fração cada vez maior das classes populares.

A pauperização é um fenômeno inseparável da polarização numa escala mundial – um produto inerente da expansão do capitalismo realmente existente, que por esta razão devemos chamar de imperialista por natureza.

A pauperização nas classes populares urbanas está proximamente relacionada com os desenvolvimentos que vitimam as sociedades camponesas do Terceiro Mundo. A submissão destas sociedades às exigências da expansão do mercado capitalista sustenta novas formas de polarização social que excluem uma proporção cada vez maior de agricultores do acesso ao uso da terra. Estes camponeses que empobreceram ou ficaram sem terra alimentam – ainda mais do que o crescimento populacional – a migração para as favelas. Ainda assim, todos estes fenômenos tendem a piorar enquanto os dogmas liberais não forem contestados

e nenhuma política corretiva dentro desta estrutura liberal puder verificar sua disseminação.

A pauperização questiona tanto a teoria econômica quanto as estratégias de lutas sociais.

A teoria econômica vulgar convencional evita as verdadeiras questões feitas pela expansão do capitalismo. Isto ocorre porque ela substitui uma teoria de um capitalismo imaginário por uma análise de capitalismo realmente existente, concebido como uma extensão simples e contínua de relações comerciais (o mercado), enquanto o sistema funciona e se reproduz com base na produção capitalista e em relações comerciais (não relações simples de mercado). Esta substituição é facilmente combinada com a noção *a priori*, que nem a história nem o argumento racional confirmam, de que o mercado é autorregulador e que ele produz um ponto ótimo social. Então a pobreza só pode ser explicada por causas que se concebem fora da lógica econômica, tais como o crescimento populacional ou erros de política. A relação da pobreza com o próprio processo de acúmulo é rejeitada pela teoria econômica convencional. O vírus liberal resultante, que polui o pensamento social contemporâneo e aniquila a capacidade de entender o mundo, quanto mais transformá-lo, penetrou profundamente nas diversas esquerdas constituídas desde a Segunda Guerra Mundial. Os movimentos atualmente envolvidos em lutas sociais por “outro mundo” e uma globalização alternativa só serão capazes de produzir avanços sociais significativos se eles se livrarem deste vírus para construir um debate teórico autêntico. Enquanto eles não tenham se livrado deste vírus, os movimentos sociais, até mesmo os mais bem-intencionados, permanecerão presos nas correntes do pensamento convencional e, portanto, prisioneiros de proposições corretivas ineficazes – aquelas alimentadas pela retórica sobre a *redução da pobreza*.

A análise delineada anteriormente deve contribuir para abrir este debate. Isto é porque ela restabelece a pertinência do vínculo entre acúmulo de capital por um lado e o fenômeno de pauperização social, pelo outro. Há 150 anos, Marx iniciou uma análise dos mecanismos por trás deste vínculo, que quase não foi seguida desde então – e praticamente nada numa escala global.

APÊNDICE²

O USO DE CONCEITOS FALSOS NO DISCURSO CONVENCIONAL SOBRE A ÁFRICA (SERÁ A ÁFRICA REALMENTE MARGINALIZADA?)

I

Costuma-se dizer que a África é “marginalizada”. A frase sugere que o continente – ou pelo menos a maior parte dele ao sul do Saara, exceto talvez a África do Sul – esteja “fora” do sistema global, ou na melhor das hipóteses, integrado a ele apenas superficialmente. Também é comum sugerir que a pobreza do povo africano seja exatamente o resultado de as suas economias não serem suficientemente integradas ao sistema global. Eu quero contestar estas visões.

Vamos considerar, em primeiro lugar, alguns fatos raramente mencionados pelos portadores de incenso da globalização atual. Em 1990, a relação entre o comércio extrarregional e o PIB foi de 45,6 para a África enquanto era de apenas 12,8 para a Europa, de 13,2 para a América do Norte, de 23,7 para a América Latina e de 15,2 para a Ásia. Estas relações não foram significativamente diferentes durante todo o século XX. A média para o mundo foi de 14,9 em

² Originalmente publicado como o Capítulo 5 no Volume I de *History and Philosophy of Science for African Undergraduates*, ed. H. Lauer, (2003) Ibadan: Hope Publications, p. 130-135.

1928 e de 16,1 em 1990 (Fonte: Serge Cordelier, *La Mondialisation au delà des mythes*. La Découverte, Paris 1997, p. 141, cifras da OMC, 1995).

Como podemos explicar esta curiosidade de que a África é aparentemente ainda mais integrada ao sistema mundial do que qualquer outra região desenvolvida ou em desenvolvimento? É claro que os níveis de desenvolvimento, conforme medidos pelo PIB per capita, estão distribuídos de maneira muito desigual, e desse ponto de vista, a África é a região mais pobre do sistema mundial moderno, sendo que seu PIB per capita chega a apenas 21% da média mundial e 6% da dos centros desenvolvidos. Portanto, a alta proporção do comércio extra-regional da África em relação ao seu PIB refletiria o tamanho pequeno do denominador da proporção. Simultaneamente, as exportações (assim como as importações) da África representam apenas uma parte mínima do comércio mundial. E esta é exatamente a razão pela qual a África é considerada como “marginal” no sistema do mundo, ou seja, de pouca importância (“o mundo poderia viver facilmente sem a África”). Esse conceito, segundo o qual um país ou uma região é qualificado como sendo “marginalizado” se seu peso quantitativo na economia global for pequeno, supõe implicitamente que a lógica da expansão da economia capitalista global persegue a maximização da produção (e portanto também do comércio). Esta suposição está totalmente errada. Na verdade, pouco importa que as exportações da África tenham representado apenas uma parte mínima do comércio ontem e hoje. O capitalismo não é um sistema que planeje maximizar a produção e a produtividade, mas um que escolhe os volumes e as condições de produção que maximizam a taxa de lucro do capital. Os chamados países marginalizados são, na verdade, aqueles que são excessivamente explorados de maneiras brutais e, portanto, eles são os países empobrecidos, não países localizados “à margem” do sistema.

Portanto, a análise precisa ser completada de acordo com outros fundamentos. A relação até certo ponto modesta para as áreas desenvolvidas – América do Norte (EUA e Canadá) e a Europa Centro-Occidental (União Europeia, Suíça e Noruega) está associada não apenas com os níveis mais altos de desenvolvimento, mas também com uma característica qualitativa que deve ser explicitada: todos os países desenvolvidos foram construídos historicamente como economias autocentradas. Aqui eu apresento esse conceito fundamental que as economias convencionais ignoram. Autocentrado é sinônimo de “voltado basicamente para dentro”, não de “autárquico” (“fechado”). Isso quer dizer que o processo de acúmulo capitalista nesses países que se tornaram os centros do sistema mundial sempre foi – e eu sugiro que continua sendo e continuará a ser no futuro previsível – ao mesmo tempo voltado para dentro e aberto, na maioria dos casos até mesmo agressivamente aberto (“imperialista”). Portanto, isso quer dizer que o sistema global tem uma estrutura assimétrica: os centros autocentrados voltados para dentro e simultaneamente integrados ao sistema global de uma forma ativa (eles moldam a estrutura global); as periferias não estão voltadas para dentro (não são autocentradas e, portanto, estão integradas ao sistema global de uma forma passiva; elas se “adaptam” ao sistema sem desempenharem nenhum papel significativo para moldá-lo). Essa visão do sistema mundial real é totalmente diferente da oferecida pelo pensamento convencional que descreve superficialmente o mundo como uma “pirâmide” composta de países com riquezas desiguais sendo classificados desde os níveis mais baixos de PIB per capita até os mais elevados.

Minha conclusão desta conceitualização é que todas as regiões do mundo (inclusive a África) estão *igualmente* integradas ao sistema global, mas que elas estão integradas a ele de *maneiras diferentes*. O conceito de marginalização é um conceito falso que

esconde a verdadeira questão, que não é: “Até que ponto as diversas regiões estão integradas?”, mas sim: “De que maneira elas estão integradas?”.

Além disso, as cifras mencionadas no segundo parágrafo acima indicam que o grau de integração no sistema mundial não mudou drasticamente ao longo de todo o século XX, ao contrário do que está sendo sugerido pelo discurso dominante em vigor sobre a globalização. Tem havido altos e baixos, mas a tendência que reflete o progresso do *grau* de integração tem sido contínua e relativamente lenta, nem mesmo acelerando ao longo das últimas décadas. Isso não exclui o fato de a globalização – que é uma estória antiga – ter se desenvolvido através de fases sucessivas que devem ser identificadas como sendo *qualitativamente* diferentes, se concentrando em cada uma delas em relação às mudanças exigidas pela evolução dos centros do sistema, ou seja, pelo capital global dominante.

II

Com base na metodologia que eu sugiro aqui, agora podemos observar as diversas fases da integração da África ao sistema global e identificar as maneiras específicas em que essa integração funcionou para cada uma das fases sucessivas analisadas.

A África foi integrada ao sistema global desde o começo da construção desse sistema, na fase mercantilista do começo do capitalismo (os séculos XVI, XVII e XVIII). A periferia mais importante daquela época foi a das Américas coloniais onde uma economia de exportação voltada para fora foi estabelecida, dominada pelos interesses capitalistas mercantis europeus atlânticos. Por sua vez, essa economia de exportação, concentrada no açúcar e no algodão, foi baseada na mão de obra escrava. Portanto, através do comércio de escravos, grandes partes da África

ao sul do Saara foram integradas ao sistema global da maneira mais destrutiva possível. Boa parte do “retrocesso” posterior do continente deve-se a essa forma de “integração” que levou a uma redução da população – tanto que apenas agora a África recuperou a proporção da população mundial que ela provavelmente tinha em torno de 1500. Isso também levou ao dismantelamento de organizações estatais maiores anteriores que foram substituídas por pequenos sistemas brutais militares e pela guerra permanente entre eles.

Na própria América, a forma mercantilista de integração ao sistema mundial destruiu o potencial de desenvolvimento adicional em várias regiões devastadas. Durante essa fase de capitalismo precoce, as maiores taxas de crescimento foram alcançadas em áreas como o Caribe, o nordeste do Brasil e as colônias britânicas ao sul da América do Norte. Se um especialista do Banco Mundial tivesse visitado essas áreas naquela época, ele teria escrito sobre o “milagre” delas (o valor das exportações de açúcar de Santo Domingo foi, num determinado momento, maior do que as exportações totais da Inglaterra!) e ele teria concluído que a Nova Inglaterra, que estava desenvolvendo uma economia autocrada, estava no caminho errado. Hoje, Santo Domingo é o Haiti e a Nova Inglaterra tornou-se os EUA!

A segunda onda de integração da África ao sistema global foi a do período colonial, que ocorreu, grosso modo, entre 1880 e 1960. Uma vez conquistada, era necessário “desenvolver” a África em questão. Nesta conjuntura, entram os estrategismos do capitalismo mundial (quais recursos naturais as diversas regiões do continente possuem?) e os da história anterior das sociedades africanas. Parece-me que neste contexto podemos entender quais foram cada um dos três modelos de colonização que funcionaram na África:

- *A economia comercial* incorporando um pequeno cam-pesinato ao mercado mundial de produtos tropicais ao sujeitá-lo à autoridade de um mercado de oligopólios controlados, tornando possível reduzir as remunerações pela mão de obra camponesa a um mínimo e desperdiçar terra;
- *A economia de reservas do sul da África* organizadas em torno da mineração, abastecida com mão de obra barata por migração forçada vinda exatamente das “reservas” inadequadas para melhorar a perpetuação da subsistência rural tradicional;
- *A economia de saque* em que as empresas concessionárias entraram ao tributar – sem a contrapartida de um centavo – produtos colhidos em que nem as condições sociais locais permitiam o estabelecimento do “comércio” nem os recursos minerais justificavam a organização de reservas com a intenção de fornecerem força de trabalho abundante. A Bacia do Congo convencional pertencia, em geral, a esta terceira categoria.

Os resultados deste modo de inserção ao capitalismo mundial também provariam ser catastróficos para os africanos. Em primeiro lugar, ela atrasou em um século qualquer início de uma revolução agrícola. Um excedente poderia ser extraído aqui da mão de obra dos camponeses e da riqueza oferecida pela natureza sem investimentos de modernização (nenhuma máquina ou fertilizante), sem genuinamente pagar pela mão de obra (reproduzindo-se na estrutura da autossuficiência tradicional), sem nem mesmo garantir a manutenção das condições naturais de reprodução da riqueza (pilhagem dos solos agrários e da floresta). Simultaneamente, este modo de desenvolvimento de recursos naturais, espremido na estrutura da divisão de trabalho

internacional desigual da época, excluiu a formação de qualquer classe média local. Ao contrário, cada vez que esta última começava seu próprio processo de formação, as autoridades coloniais se apressavam em suprimi-lo.

Como resultado disso, hoje em dia a maioria dos chamados “países menos desenvolvidos” se localiza na África, como todo mundo sabe. Os países que atualmente compõem este “Quarto Mundo” são, em grande parte, países destruídos pela intensidade da sua integração numa fase anterior da expansão global do capitalismo. Bangladesh, por exemplo, estado sucessor de Bengal, que foi a joia da colonização britânica na Índia. Outros já foram – ou ainda são – periferias de periferias, por exemplo, Burkina Faso, que forneceu a maior parte da sua força de trabalho ativa para a Costa do Marfim. Se alguém tivesse levado em consideração os dois países como, de fato, sendo uma única região do sistema capitalista da época, as taxas características do “milagre da Costa do Marfim” teriam que ter sido divididas por dois. A emigração empobrece as regiões que alimentam seu fluxo e, portanto, sustentam os custos de criar jovens que estejam perdidos no momento em que eles se tornem potencialmente ativos, assim como os custos de sustentar os idosos depois do seu retorno. Estes custos, muito maiores do que as “ordens de pagamento” enviadas às famílias por emigrantes ativos, quase sempre são esquecidos nos cálculos dos nossos economistas. Existem apenas poucos países que são “pobres” e que não estejam integrados ou estejam pouco integrados ao sistema global. Talvez ontem pudéssemos contar o Iêmen do Norte ou o Afeganistão. A integração deles, que está em curso até hoje, como as de outros ontem, não produz nada além de uma “modernização da pobreza” – as favelas absorvendo os camponeses sem terra. As fraquezas do movimento de libertação nacional e dos estados herdeiros da colonização remontam a esta adaptação colonial. Portanto, elas não são os produtos da África pré-colonial primitiva,

que desapareceu na tempestade, à medida que a ideologia do capitalismo global se esforça para dela derivar sua legitimidade ao sustentar seu discurso racista comum. As “críticas” da África independente, das suas classes médias políticas corruptas, da falta de direção econômica, da tenacidade de estruturas da comunidade rural, se esquecem que estas características da África contemporânea se originaram entre 1880 e 1960.

Portanto, não é surpreendente que o neocolonialismo tenha perpetuado estas características. A forma que este fracasso tomou é definida de maneira razoavelmente plena pelos limites destes famosos Acordos de Lomé que vincularam a África ao sul do Saara à Europa da CEE. Estes acordos efetivamente perpetuaram a antiga divisão do trabalho – relegando a África independente à produção de matérias-primas, bem na época em que – durante o período Bandung (de 1955 a 1975) – o Terceiro Mundo estava tomando um rumo diferente na Revolução Industrial. Eles fizeram a África perder cerca de 30 anos num momento decisivo de mudança histórica. Sem dúvida, as classes governantes africanas foram aqui parcialmente responsáveis pelo que começaria a involução do continente, especialmente quando elas se juntaram ao campo neocolonial contra as aspirações do seu próprio povo, cujas fraquezas eles exploraram. O conluio entre as classes governantes africanas e as estratégias globais do imperialismo é portanto, definitivamente, a causa final do fracasso.

III

Ainda assim, tendo reconquistado sua independência política, os povos da África se envolveram desde 1960 em projetos de desenvolvimento, cujos principais objetivos eram mais ou menos idênticos aos perseguidos na Ásia e na América Latina, apesar das diferenças de discursos ideológicos que os acompanhava aqui e ali. Este denominador comum é facilmente entendido se nós

simplesmente lembrarmos que em 1945 praticamente todos os países asiáticos (excluindo o Japão), africanos (incluindo a África do Sul) e – apesar de com algumas variações – latino-americanos ainda estavam privados de toda indústria digna deste nome – exceto a mineração em alguns lugares –, em grande parte rurais pela composição de suas populações, governados por regimes arcaicos, oligarquias proprietárias de terras ou coloniais (África, Índia, Sudeste Asiático). Além da sua grande diversidade, todos os movimentos de libertação nacional tinham os mesmos objetivos de independência política, modernização do Estado e industrialização da economia.

Hoje em dia, existe uma grande tentação de ler esta história como a de uma etapa da expansão do capitalismo mundial, que se dizia que tinha exercido funções mais ou menos específicas vinculadas com o acúmulo nacional primitivo, criando, assim, as condições para a etapa seguinte, na qual nós supostamente estamos entrando agora, marcada pela abertura para o mercado mundial e pela concorrência nesta área. Eu não vou sugerir que nós devemos ceder a esta tentação. As forças dominantes no capitalismo mundial não criaram “espontaneamente” o(s) modelo(s) de desenvolvimento. Este “desenvolvimento” foi imposto sobre elas. Ele foi o produto do movimento de libertação nacional do Terceiro Mundo contemporâneo. A leitura que eu proponho, portanto, enfatiza a contradição entre as tendências espontâneas e imediatas do sistema capitalista, que sempre são orientadas apenas pelo ganho financeiro de curto prazo que caracteriza este modo de gestão social, e as visões de mais longo prazo, que orientam as forças políticas cada vez maiores, conflitantes, exatamente por essa razão, com as tendências citadas. Este conflito certamente não é sempre radical, o capitalismo se adapta a ele, até mesmo de maneira lucrativa. Mas apenas a ele se adapta, não gera seu movimento.

Todos os movimentos de libertação na África compartilharam esta visão modernista que, exatamente por essa razão, classifico como capitalista. Capitalista pelo seu conceito de modernização, com a expectativa de produzir os relacionamentos de produção e os relacionamentos sociais básicos e peculiares ao capitalismo: o relacionamento do salário, a gestão do negócio, a urbanização, padrões de educação, o conceito de cidadania nacional. Não há dúvida de que outros valores, característicos do capitalismo avançado, como o da democracia política, estavam lamentavelmente ausentes e isto era justificado pelas exigências de um desenvolvimento inicial. Todos os países da região – tanto os radicais quanto os moderados – escolhiam de acordo com a mesma fórmula de partido único, de eleições grotescas e de líder fundador da Nação, etc. Ainda assim, na ausência de uma classe média de empresários, esperava-se que os Estados – e seus tecnocratas – se substituíssem. Mas às vezes, tanto que houve uma suspeita em relação ao surgimento da classe média, levando em consideração a prioridade que esta última daria aos seus interesses imediatos em relação aos de mais longo prazo que estavam sendo desenvolvidos. A suspeita tornou-se, na ala radical do movimento de libertação nacional, um sinônimo de exclusão. Esta ala radical então acreditava naturalmente que o seu projeto era o da “construção do socialismo”. Então ela adotou a ideologia soviética.

Se adotarmos o critério de um movimento de libertação nacional, ou seja, “construção nacional”, os resultados serão totalmente discutíveis. A razão é que enquanto o desenvolvimento do capitalismo em épocas anteriores sustentava uma integração nacional, a globalização em funcionamento nas periferias do sistema, ao contrário, fragmenta as sociedades. No entanto, a ideologia do movimento nacional ignorou esta contradição, tendo estado fechada no conceito burguês de “compensar um atraso histórico”, e concebendo esta tentativa de alcançar pela

participação passiva na divisão internacional do trabalho (e de não tentar modificá-la ao desvinculá-la). Não há dúvida, de acordo com as características específicas das sociedades pré-capitalistas pré-coloniais, que o impacto desta desintegração tenha sido mais ou menos dramático. Na África, cuja demarcação colonial artificial não respeitou a história anterior dos seus povos, a desintegração acarretada pela periferização capitalista tornou possível a sobrevivência do *etnicismo*, apesar de os esforços da classe dominante seguirem a libertação nacional para se livrar das suas manifestações. Quando veio a crise, destruindo de repente o aumento do excedente que tinha melhorado o financiamento de políticas trans-étnicas do novo estado, a própria classe dominante se partiu em fragmentos que, tendo perdido toda legitimidade baseada nas realizações de “desenvolvimento”, tentam criar para eles próprios novas bases geralmente associadas com o isolamento étnico.

Enquanto diversos países na Ásia e na América Latina efetivamente entraram durante essas “décadas de desenvolvimento” da segunda metade do século XX num processo de industrialização que em alguns casos acabou sendo competitivo em mercados globais, “o desenvolvimento bem-sucedido” (na verdade, o crescimento sem desenvolvimento) permaneceu na África dentro da antiga divisão de trabalho, ou seja, o fornecimento de matérias-primas. Países produtores de petróleo são típicos, uma vez que outros importantes recursos minerais, como o cobre, sofrem uma longa crise de demanda estrutural, mas também alguns “agrícolas tropicais”, como a Costa do Marfim, o Quênia e Maláui. Estes foram mostrados como sendo “sucessos brilhantes”. Na verdade, eles não têm nenhum futuro, eles pertenciam ao passado desde o começo da sua prosperidade. Portanto, a maioria dessas experiências acabou sendo um crescimento fracassado até mesmo dentro daqueles limites da antiga divisão de trabalho. Este é o caso

da maior parte da África ao sul do Saara. Estas dificuldades não foram necessariamente o produto de “políticas ruins”, mas sim de condições objetivas. Por exemplo, este tipo de desenvolvimento já tinha sido conseguido na época colonial e alcançado seu ponto máximo em 1960. É o caso de Gana: o milagre da Costa do Marfim foi apenas uma questão de “alcançar” as realizações da Costa do Ouro da África Ocidental!

IV

O que aconteceu após a erosão dos projetos de desenvolvimento nacional das décadas de 1960 e 1970 está bem documentado.

O ponto de partida foi a inversão brutal dos equilíbrios de forças sociais, para o benefício do capital, que ocorreu na década de 1980. O capital dominante, conforme representado pelas corporações transnacionais (TNCs), tomou a iniciativa, funcionando na África através dos chamados “programas de ajuste estrutural” impostos a todo o continente desde a metade da década de 1980. Eu digo chamados porque, na verdade, esses programas são mais conjunturais do que estruturais, sendo que seu alvo real e exclusivo é a subordinação das economias da África à limitação de pagar a dívida externa elevada, a qual, por sua vez, em grande parte, é o próprio produto da estagnação que começou a aparecer nos países menos desenvolvidos (industrialmente) (LDCs), juntamente com o aprofundamento da crise do sistema global.

Durante as últimas duas décadas do século, as taxas médias de crescimento do PIB caíram para aproximadamente metade do que elas tinham sido nas duas décadas anteriores, para todas as regiões do mundo, inclusive a África, exceto para a Ásia Oriental. Foi durante este período de crise estrutural que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo (e da Europa Oriental) começou a crescer perigosamente. A crise global é realmente – como costuma ser –

caracterizada por uma desigualdade cada vez maior na distribuição de renda, altas taxas de lucro e, portanto, um excedente cada vez maior de capital, que não consegue encontrar um escoadouro na expansão dos sistemas produtivos. Os escoadouros financeiros alternativos precisam ser os países do Terceiro Mundo, que são reações a essa financialização do sistema. Agora o ônus alcançou níveis insustentáveis. Como um país africano pobre poderia destinar pelo menos metade das suas exportações simplesmente para pagar os juros dessa dívida e, ao mesmo tempo, ser solicitado a ser “mais eficiente” e a “se adaptar”? Vamos lembrar que depois da Primeira Guerra Mundial, os pagamentos das compensações da Alemanha representaram apenas 7% das exportações daquele país forte e industrializado. E ainda assim a maioria dos economistas na época considerou o nível alto demais e que a “adaptação” da Alemanha seria impossível! A Alemanha não se podia adaptar a uma perda de 7% do seu potencial de exportação, mas a Tanzânia precisa ser capaz de se adaptar a uma perda de 60% dele!

Os resultados devastadores destas políticas são conhecidos: retrocesso econômico, desastre social, instabilidade cada vez maior e, às vezes, até mesmo a quebra total de sociedades inteiras (como em Ruanda, na Somália, na Libéria e em Serra Leoa). Durante toda a década de 1990, a taxa de crescimento do PIB per capita na África foi negativa (-0.2%), com a África estando sozinha nesse caso. Como resultado disso, a participação da África no comércio global diminuiu. Esse fato é exatamente o que está sendo classificado como “marginalização”. Economistas neoliberais convencionais fingem que esta é apenas uma “transição difícil” em direção a um futuro melhor! Mas como isso pode ser verdade? A destruição dos tecidos sociais, a pobreza cada vez maior, a regressão da educação e da saúde não podem preparar um futuro melhor, não podem ajudar os produtores africanos a se tornarem “mais competitivos” do que se exige deles. Muito pelo contrário.

Este plano neocolonial para a África é de fato o pior padrão de integração ao sistema global. Ele não consegue produzir nada além de um declínio ainda maior da capacidade das sociedades africanas superarem os desafios dos tempos modernos. Estes desafios certamente são novos até certo ponto, no que diz respeito aos possíveis efeitos de longo prazo da revolução tecnológica contínua (informática) e, através deles, sobre a organização do trabalho, sua produtividade e novos padrões da divisão internacional do trabalho. O que deveria ser dito neste sentido é que todos estes desafios estão funcionando no mundo real através de conflitos de estratégias. Por enquanto, o segmento dominante do capital global – as empresas transnacionais (ETNs) – parece ditar o que é favorável ao progresso das suas estratégias específicas. Povos e governos africanos ainda não desenvolveram estratégias contrárias próprias, talvez de maneira semelhante ao que os países da Ásia Oriental estão tentando levar adiante. Nesse contexto, a globalização não oferece à África solução para nenhum dos seus problemas. Os investimentos privados diretos estrangeiros na África são, como todo mundo sabe, desprezíveis e concentrados exclusivamente em minerais e outros recursos naturais. Em outras palavras, a estratégia das ETNs não ajuda a África a ir além de um padrão de divisão internacional de trabalho pertencente ao passado remoto. A alternativa, de um ponto de vista africano, precisa combinar a construção de economias autôcentradas e sociedades e a participação no sistema global. Esta lei geral é válida para a África hoje em dia como tem sido válida ao longo de toda a história moderna para todas as regiões do mundo.

Ainda é cedo demais para saber se os povos africanos estão indo em direção a essa meta. Atualmente se fala num “Renascimento Africano”. Não há dúvida de que a vitória do povo africano na África do Sul, ou seja, a fragmentação do sistema do *Apartheid*, tenha criado expectativas positivas não apenas naquele país, mas em

grande parte do continente. Mas ainda não existem sinais visíveis destas expectativas se cristalizarem em estratégias alternativas. Isso precisaria de mudanças dramáticas em diversos níveis locais, indo muito além do que se costuma sugerir sob os rótulos de “bom governo” e de “democracia multipartidária”, assim como em níveis regionais e globais. Portanto, outro padrão de globalização surgiria gradualmente daquelas mudanças, tornando possível a correção da integração equivocada da África ao sistema global.

* * *

Samir Amin é professor de Economia Política e diretor do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar, desde 1980. É também diretor do Fórum Mundial para Alternativas. Durante dez anos, atuou como diretor do *Institut Africain de Developpement Economique et de Planification* (IDEP), da ONU, com sede em Dakar, onde recebera um cargo de pesquisador em 1963. Foi conselheiro do Ministério do Planejamento em Bamako, no Mali, em 1960. Lecionou na Universidade de Dakar, no Senegal, na Universidade de Poitiers na França ocidental e na Universidade de Paris, em Vincennes. Um dos principais pensadores mundiais na área de economia política, Amin estudou, de 1947 a 1957, em Paris, obtendo diplomas de ciência política, em 1952, de estatística, em 1956, e de economia, em 1957. Depois dos seus estudos na França, retornou à cidade natal para trabalhar por três anos como pesquisador na Instituição de Gestão Econômica, no Cairo, antes de seguir para Mali. Seu primeiro livro foi lançado em 1957 e, desde 1964, tem publicado um livro influente quase todos os anos, sem interrupção. Amin é reconhecido como um dos analistas proeminentes da ordem mundial afiliada ao Fórum Social Mundial (WSF). Também é especialmente conhecido pela sua livre crítica à teoria padrão da dependência e sua refutação, com base na história da visão canônica de que sociedades africanas existem à margem da economia global. Foi dele a sugestão radical de que, para melhorarem,

as economias africanas deveriam simplesmente se “desvincularem” das suas antigas economias colonizadoras. Dois dos seus livros recentes mais influentes são *Capitalism in the Age of Globalisation* (1996) e *Spectres of Capitalism, A Critique of Current Intellectual Fashions* (1998).

CAPÍTULO 21

O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL E AS CIÊNCIAS SOCIAIS¹

Frederick Cooper e Randall Packard

Os últimos 50 anos testemunharam a transformação da geografia política do mundo, à medida que vastas áreas outrora conhecidas como “colônias” tornaram-se “Países Menos Desenvolvidos” ou o “Terceiro Mundo”. As pessoas nos impérios em declínio, nas superpotências rivais que passaram a dominar os negócios internacionais, nos países nascidos de descolonizações anteriores e nas novas nações da África e da Ásia tiveram que repensar como o mundo estava constituído. A ideia de desenvolvimento – e o relacionamento que ela implicava entre nações industrializadas e ricas e nações emergentes e pobres – tornou-se a chave para um novo modelo conceitual. Diferentemente das reivindicações anteriores da Europa a uma superioridade inerente ou a uma “missão civilizadora”, a noção de desenvolvimento tornou-se

¹ Revisado e resumido a partir de Frederick Cooper e Richard Packard (orgs.), “Introduction”, in: *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge* (1997), Berkeley: California University Press, p. 1-41.

atraente tanto para líderes de sociedades “subdesenvolvidas” quanto para o povo de países desenvolvidos e dava aos cidadãos nas duas categorias uma participação no universo intelectual e na comunidade moral que cresceu em torno da iniciativa mundial de desenvolvimento após a era da Segunda Guerra Mundial. Esta comunidade compartilhava uma convicção de que o alívio da pobreza não ocorreria simplesmente por meio de processos autorreguladores de crescimento econômico ou de mudança social. Ele exigia uma intervenção coordenada pelos governos nacionais tanto dos países pobres quanto dos ricos em cooperação com diversas organizações de auxílio internacional e desenvolvimento que estavam surgindo.

O problema do desenvolvimento fez surgir uma verdadeira indústria nas ciências sociais acadêmicas com um relacionamento complexo e muitas vezes ambíguo com agências governamentais internacionais e privadas envolvidas ativamente na promoção do crescimento econômico, aliviando a pobreza e promovendo uma mudança social benéfica em regiões “em desenvolvimento” do mundo. Da Oxfam e da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), passando pelo Banco Mundial e os institutos de pesquisa de arroz na Índia até a Organização Mundial da Saúde (OMS), um conjunto variado e complexo de instituições – financiadas com bilhões de dólares – se concentrou na pesquisa e na ação voltadas para o desenvolvimento. Enquanto isso, as pessoas de países em desenvolvimento estudaram economia ou saúde pública em universidades europeias ou americanas, realizaram missões em organizações internacionais, participaram de conferências internacionais e trabalharam em organizações governamentais e não governamentais nos seus países de origem. Missões partem de agências nos Estados Unidos ou na Europa para investigarem problemas e estabelecerem projetos e trabalharem com especialistas, burocratas e políticos em países “anfitriões”.

Esses processos criaram redes sobrepostas de comunicação nas quais ideias e teorias de desenvolvimento surgiram, circularam e foram apropriadas numa ampla variedade de configurações institucionais – de Washington a Dakar e de volta.

Pensando de maneira crítica sobre o “desenvolvimento”

Desde seu início, o processo de desenvolvimento tem sido autocrítico e sujeito a críticas. A maioria dos projetos inclui um elemento de “avaliação”. Os especialistas em desenvolvimento acharam as ideias velhas insatisfatórias e passaram para outras². Levando-se em consideração todas as mudanças de modas, é possível perceber o surgimento de um conjunto amplo – mas longe de universal – de pressupostos de funcionamento, desde a década de 1940, muitas vezes considerado como constituindo uma “ortodoxia do desenvolvimento”: de que a ajuda e o investimento externos em condições favoráveis, que a transferência de conhecimento de técnicas de produção, medidas para promover a saúde e a educação e o planejamento econômico fariam com que países empobrecidos conseguissem virar economias de mercado “normais”.

Alternativas mais radicais foram apresentadas por teóricos latino-americanos do “subdesenvolvimento” que argumentaram que o intercâmbio internacional em si aumenta a distância entre ricos e pobres. Esses argumentos efetivamente reforçaram o desenvolvimento como uma categoria, ao insistirem que existe um padrão normal de desenvolvimento econômico no qual países latino-americanos, africanos ou asiáticos, se encaixavam. Teóricos marxistas (por exemplo, Amin, 1974, 1993; Mandel, 1975) partiram de uma direção diferente – passando de uma análise de produção em sociedades capitalistas para uma consideração de acúmulo de capital numa escala global – mas chegaram a um lugar

2 Para uma análise concisa da sucessão de teorias na economia, veja Arndt (1987).

semelhante: enquanto alegavam que o capitalismo estava tornando as sociedades pobres mais pobres ainda, eles insistiam que outro tipo de mudança social direcionada poderia trazer prosperidade e justiça³.

Especialmente desde a década de 1980, dois conjuntos bastante distintos de críticos rejeitaram todo o modelo desenvolvimentista. Um conjunto pode ser chamado de “ultramodernista”⁴. Ele consiste de teóricos econômicos que insistem que as leis da economia provaram ser válidas, que a mão invisível do mercado aloca recursos da melhor maneira possível. Portanto, só existe economia, não economia do desenvolvimento. Quando agências governamentais ou externas tentam fazer com que o mercado funcione melhor, elas apresentam distorções que fazem com que ele funcione pior. Elas dizem que o livre mercado não garante igualdade de resultado, mas que ele produz a melhor alocação de recursos possível⁵.

Um segundo conjunto é o pós-modernista. Este grupo vê o discurso desenvolvimentista como nada mais do que um aparato de controle e vigilância. O desenvolvimento é apenas um de uma série de discursos controladores e de práticas controladoras – um “regime de poder de conhecimento” que surgiu desde o Iluminismo, a extensão de um projeto europeu universalizante para todos os

3 Nossa discussão está limitada aos relacionamentos do Primeiro e do Terceiro Mundos. Isto não ocorre porque a experiência do desenvolvimento nos regimes comunistas não esteja relacionada com os problemas que estão sendo discutidos aqui: na verdade, as sociedades comunistas representam o modelo de desenvolvimento alternativo mais claro aos discutidos aqui. De várias maneiras, o etos desenvolvimentista do comunismo tem paralelos com a variante capitalista e realmente existem conexões, como na influência de modelos de planejamento soviético na Índia de Nehru. Aqui não fazemos nada além de chamarmos a atenção para essas questões, pois o desenvolvimentismo comunista é um assunto que merece ser analisado profundamente e com sensibilidade às suas variantes e complexidades.

4 Uma introdução valiosa a debates recentes é Watts (1993). McCloskey (1985) chama a economia convencional de “modernista” devido à sua reivindicação de ter descoberto leis universais do comportamento humano e seus argumentos com este tipo de modernismo serão discutidos adiante. Ironicamente, seu tratamento mais resumido da economia do desenvolvimento (1987) acaba com uma posição muito próxima do que chamamos de ultramodernismo.

5 Esse tipo de argumento passou da divergência à dominação. Veja Bauer (1972) e Lal (1985).

cantos do globo. Eles dizem que o fato de a maioria dos projetos de desenvolvimento fracassar – um ponto em que os pós-modernistas e os ultramodernistas concordam – efetivamente reforça o desenvolvimentismo, pois o fracasso define uma “população-alvo” isolada do resto da humanidade por sua pobreza aborígine, sua ignorância e sua passividade e, portanto, pela sua necessidade de sofrer a intervenção de estrangeiros inteligentes (Escobar, 1995; Apffel Marglin e Marglin, 1990; Sachs, 1992; Nandy, 1988; Crush, 1995).

As críticas ultramodernista e pós-modernista efetivamente têm muita coisa em comum, especialmente sua abstração das instituições e estruturas em que a ação econômica ocorre e que moldam um regime de conhecimento de poder. Os ultramodernistas veem o poder apenas como uma distorção removível a um mercado que, fora isso, é autorregulador. Os pós-modernistas enxergam o regime de conhecimento de poder num “Ocidente” vagamente definido ou nas supostas reivindicações da ciência social europeia de ter encontrado categorias universais para entender e manipular a vida social em todo lugar.

James Ferguson (1990b) indica uma forma de analisar o desenvolvimento como um discurso controlador ao mesmo tempo em que o localiza num conjunto específico de aparatos internacionais e nacionais. O estado em “países menos desenvolvidos” e agências internacionais como o Banco Mundial cada qual encontra uma função ao aceitar a do outro: o governo nacional aloca recursos de desenvolvimento e se retrata como sendo o agente da modernidade, enquanto agências externas intervêm de maneira legítima em estados soberanos ao definirem seus serviços como benevolentes, técnicos e politicamente neutros. Os dois estão satisfeitos com o desenvolvimento como sendo um processo que despolitiza e desautoriza as populações locais; os dois retratam a pobreza como

“aborígene”, desconectada da história que levou ao surgimento do acesso desigual aos recursos; os dois estão satisfeitos com uma estrutura de desenvolvimento voltada para a especialização; os dois são reforçados tanto pelo fracasso quanto pelo sucesso. O estudo de Ferguson abre a possibilidade de uma análise de instituições de desenvolvimento situada tanto etnograficamente quanto historicamente, onde a capacidade de negar ou fornecer verbas se cruza com a capacidade de definir quais tipos de conhecimento são aceitáveis ou não.

Localizar o poder não mostra que ele seja determinante ou que um discurso específico não possa ser utilizado para outros fins. O fato de intervenções de desenvolvimento serem tanto técnicas quanto morais as tornam sujeitas à crítica através de descobertas de pesquisa e revisão teórica e a debater no modelo de direitos universais e de cidadania global no qual o regime de desenvolvimento se baseia. Em países pobres, as tentativas dos estados de se retratarem como agentes de desenvolvimento não os torna imunes a fazerem com que sua retórica populista se volte contra eles ou previnam um debate sobre o que é desenvolvimento e o que não é. A ambiguidade maravilhosa da palavra desenvolvimento – omitindo num único conceito noções de aumento da produção e melhoria do bem-estar – não impede, por si mesma, debates sobre seus significados, dentro de fronteiras nacionais e através delas. O que num nível parece ser o discurso de controle, em outra é um discurso de direito, uma forma de captar a imaginação de um público entre nações em torno de demandas de decência e equidade.

Então, a estranha convergência dos universalistas do livre mercado e dos críticos anti-universalistas deixa muita coisa para ser discutida: de todas as formas de conceitualizar questões políticas e morais em relações internacionais, como fazer algumas surgirem enquanto outras são marginalizadas? Até que ponto os termos dos

discursos de desenvolvimento são suscetíveis a se tornarem a base da mobilização popular ou de reivindicações de elites nacionais ou de instituições internacionais?

O desenvolvimento, ao longo do último meio século, tem sido um modelo para o debate. Mas esses debates não têm ocorrido de maneira nivelada: algumas ideias são sustentadas por instituições fortes e outras não são. Em alguns momentos, condições na economia mundial aumentaram as possibilidades de políticas que poderiam ser tentadas e em outros momentos as alternativas tornaram-se limitadas. A teorização da ciência social e projetos na África, Ásia e América Latina, prioridades de financiamento e projetos no campo têm tido relações ambíguas: até que ponto a ciência social acadêmica reage aos tipos de conhecimento que as instituições políticas exigem dela e até que grau a ciência social ajuda a definir quais tipos de problemas são reconhecidos e considerados possíveis de serem resolvidos são perguntas importantes e bastante abertas. O aprendizado efetivamente ocorre dentro de instituições, mas está longe de estar claro que as ideias sobre a erradicação da pobreza ou da doença tenham sido influentes simplesmente por serem boas.

Os cientistas sociais e os praticantes do desenvolvimento – em seu relacionamento ambivalente uns com os outros – deveriam ser tanto o objeto de instigação quanto as culturas e histórias de povos africanos, asiáticos ou latino-americanos. Todos fazem parte de um encontro complexo.

A maneira pela qual diferentes campos de pesquisa reivindicam autoridade, políam as fronteiras do profissionalismo e se posicionam em relação a governos e fundações tem sido o objeto de um corpo literário rico e cada vez maior⁶. De todas as

6 Trata-se de um campo amplo demais para ser investigado aqui. Mas (além de estudos de antropologia e economia citados abaixo), veja Novick (1988), Fisher (1993), Mudimbe (1988).

ciências sociais, provavelmente a antropologia foi a que mais se preocupou sobre como ela é o objeto da sua análise, debatendo o que é a “autoridade etnográfica” e como essa autoridade está relacionada com a estrutura de poder em sociedades coloniais e pós-coloniais (Clifford e Marcus, 1986). A economia – a mais constrangedoramente “dura” das ciências sociais e a que teve uma tendência maior a reivindicar o “desenvolvimento” como sendo seu território – parece ser o território menos provável para essas explorações. Ainda assim, Donald McCloskey, em *The Rhetoric of Economics* (1985), abre essa possibilidade. Este economista conservador da Escola de Chicago mostra de maneira elegante que um argumento econômico é basicamente um exercício de persuasão. Ele apresenta seu argumento como um ataque ao “modernismo”, em relação à reivindicação de representar uma verdade única e científica. Em vez disso, ele insiste que os economistas – como qualquer pessoa tentando convencer outra – utilizam uma série de alegorias que transmitem autoridade dentro do seu ambiente profissional. Os economistas não provam, mas convencem e a metáfora central de McCloskey para o procedimento da ciência social é a da “conversa”⁷.

A “conversa” sobre o desenvolvimento é extraordinariamente extensa, ocorrendo no mundo todo, envolvendo pessoas de várias origens culturais. Os especialistas no desenvolvimento são uma comunidade muito cosmopolita, um tipo de “nova tribo” (Hannerz 1990) envolvendo os funcionários variados de instituições como o Banco Mundial e fazendo surgir vínculos – cimentados pelas linguagens da perícia – entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento⁸. A linguagem do desenvolvimento é ao mesmo

7 O trabalho de McCloskey em si desencadeou uma conversa: Klammer *et al.* (1988), Nelson *et al.* (1987) e especificamente a crítica pungente em Rosenberg (1992), capítulos 2 e 4.

8 Klitgaard (1990) detalha os especialistas em desenvolvimento que passaram pelo minúsculo país da Guiné Equatorial enquanto ele estava lá: dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Espanha, Argentina e Chile, trabalhando para o Banco Mundial, as Nações Unidas, igrejas e outras organizações

tempo universalista e flexível. Ainda assim, este fenômeno faz surgir uma série de questões que não foram plenamente desenvolvidas por McCloskey e seus colegas: quem é excluído de uma conversa e por qual motivo? Como as retóricas são definidas historicamente e quais são os processos em comunidades especializadas que determinam quais retóricas são consideradas convincentes e quais não são? Precisamos levar igualmente a sério os mecanismos institucionais e discursivos que tornaram a conversa transnacional possível e os que reproduziram a desigualdade nela. Isto exige o tipo de análise cuidadosa que coloca as instituições e as ideias no mesmo quadro, que analisa não apenas a retórica, mas também processos históricos e sociais (como, por exemplo, em Sikkink, 1991).

Esta perspectiva dá origem a perguntas sobre como os discursos e as práticas estão vinculados: será que existe uma “corrente principal” claramente definível de significados e representações e um repertório estabelecido de ações – do relatório da missão visitante ao “planejamento estratégico” à assistência técnica – nas quais os desenvolvedores se baseiam de maneira consistente? Como a profissionalização de uma disciplina e a criação de instituições envolvidas com o desenvolvimento distinguem as pessoas e as ideias incluídas na prática aceitável daquelas rotuladas como marginais, pedantes ou charlatãs?

O desenvolvimento na história

Muitas das atividades que agora são consideradas como desenvolvimento – assim como o etos do progresso direcionado – têm

não governamentais, além de outras agências de auxílio. Diferentemente de outros países em desenvolvimento, a Guiné Equatorial não dispunha de funcionários locais com o mesmo treinamento dos especialistas estrangeiros. Mas o “desenvolvimento” era um valor suficientemente universal a ponto de quem tivesse conhecimento, tanto estrangeiros quanto locais, poderia conversar. Estas conexões estavam carregadas de poder: oficiais locais usavam suas conexões com estas instituições nos seus próprios esforços para aprofundarem a autoridade do estado e travarem grandes batalhas umas com as outras, enquanto o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional usavam seu poder de conceder ou negar empréstimos para exigirem ações específicas de um estado soberano.

uma longa história. Na Europa da metade do século XIX, teóricos – dentre os quais o mais notável foi Friedrich List – e líderes políticos em “nações com industrialização tardia” debateram a necessidade de políticas nacionais para alcançar as outras. As elites crioulas da América Latina desde pelo menos o começo do século XIX se questionavam se elas deveriam moldar suas aspirações econômicas e culturais de acordo com as burguesias europeias ou enfatizar seus aspectos distintivos, seguir as ideias do *laissez-faire* ou perseguir especificamente abordagens nacionais para o crescimento econômico, aderir a causas “progressivas” da sua época, como a abolição da escravidão, ou defender a sua própria maneira de fazer as coisas contra a pressão externa⁹. Para intelectuais e cientistas sociais na Europa – e para aqueles que se definiam em relação a ela – a ideia de desenvolvimento proporcionava uma forma de narrar a história mundial, mas não necessariamente um argumento para agir sobre essa história¹⁰.

A forma da ideia do desenvolvimento que capturou a imaginação de muitas pessoas no mundo todo a partir da década de 1940 teve origens bastante específicas – na crise de impérios coloniais. Já estava certo há muito tempo que o estado colonial deveria facilitar as exportações, mas só se esperava que ele trouxesse um retorno rápido através de investimentos. Tanto a França quanto a Inglaterra tinham doutrinas firmes de autossuficiência financeira colonial – cada colônia deveria pagar da sua própria forma – em nome das quais iniciativas de longo prazo para melhorar a infraestrutura colonial eram repetidamente rejeitadas. O que era novo no mundo colonial do final da década de 1930 e da década de 1940 era que

9 Robert Shenton e Michael Cowen argumentaram que o desenvolvimento realmente deveria ser visto como sendo um construto perfeitamente do século XIX, levando a um debate num workshop sobre o quanto essa observação dizia sobre a mudança nos usos deste construto anos mais tarde. O artigo de William Beinart contribuiu para a discussão de imagens coloniais de natureza e gestão, tanto no pastoralismo quanto na agricultura.

10 N.E.: Sobre a tensão entre o conceito de “evolução” e o de “desenvolvimento” na história de uma disciplina, veja Ferguson (1997) resumido como o Capítulo 30.

o conceito de desenvolvimento passou a ser um dispositivo de ajuste que juntava diversas políticas intervencionistas e finanças metropolitanas com o objetivo explícito de aumentar os padrões de vida coloniais¹¹.

De impérios coloniais a países menos desenvolvidos – A Grã-Bretanha, em 1940 e a França, em 1946 se movimentaram de maneira decisiva para adotarem o modelo de desenvolvimento num esforço para revigorar e legitimar novamente o império pois ele estava sendo desafiado por movimentos nacionalistas, pela militância trabalhista e por um questionamento cada vez maior do governo colonial (Cooper, 1997, resumido neste volume; Coquery-Vidrovitch *et al.*, 1988). Na verdade, o caráter intrusivo de iniciativas de desenvolvimento causou mais conflito do que resolveu e os líderes políticos e trabalhistas africanos tomaram o vocabulário da mudança dirigida pelo estado para aumentarem as demandas por salários como os dos trabalhadores europeus, por serviços sociais de acordo com um padrão mais elevado e pelo poder deles próprios direcionarem a mudança. No final, o esforço de desenvolvimento colonial teve um efeito bastante diferente: ele forneceu um meio pelo qual poderes imperiais puderam se reconciliar com a sua perda de poder, mantendo ao mesmo tempo uma ligação com suas ex-colônias e um senso continuado da missão deles em moldar seu futuro. Poderes imperiais em declínio foram pegos numa ambivalência que se prendeu a ideias de desenvolvimento desde então: será que eles eram uma descrição de modelos auto-impulsionados contínuos de mudança social ou projetos para ação?

11 O ponto óbvio de que o crescimento econômico e a mudança institucional ocorreram até mesmo onde os desenvolvedores não tentaram alcançá-los de maneira consciente foi enfatizado por defensores do livre mercado (Bauer, 1984) e por africanistas que querem mostrar que os próprios africanos foram agentes do progresso (Chauveau, 1985).

O movimento entre 1945 e a década de 1960 em direção a um mundo de Estados-Nação, em oposição a um mundo de diversos tipos de entidades políticas, fez com que antigas colônias passassem a se relacionar com os Estados Unidos, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com organizações internacionais – um mundo de equivalência soberana, mas enormes desigualdades *de facto*. Num certo sentido, a presunção do colonizador de que “outros” povos precisavam adotar novas formas de vida foi internacionalizada, tornando o desenvolvimento, ao mesmo tempo, uma questão global e uma preocupação dos Estados. O padrão de vida de uma pobre Bengali tornou-se uma questão discutível em Genebra, bem como em Dacca, enquanto os termos dessa discussão (per capita) ou outras estatísticas (nacionais) reforçaram a centralidade do papel econômico da unidade nacional até mesmo quando ela abriu seu desempenho para a análise internacional. O conceito de desenvolvimento foi crucial para todos os participantes para repensarem relacionamentos desiguais na era da descolonização. Ainda assim, a trajetória histórica que trouxe as diferentes nações do mundo a este ponto moldou o desenvolvimento de uma forma específica: ex-funcionários coloniais estavam segurando diante deles um futuro no qual sua concepção de comportamento econômico poderia ser um modelo para o mundo, enquanto os líderes africanos e asiáticos estavam ansiosos para desviarem o olhar do seu passado colonial. Nenhum dos lados estava observando muito claramente o presente, onde formas complexas, porém dinâmicas, de produção e troca apresentavam oportunidades e restrições.

Novos atores reconheceram a importância do modelo de desenvolvimento para arcar com as oportunidades e os perigos do mundo do pós-guerra. Para os Estados Unidos, a oportunidade estava numa afirmação dos benefícios mútuos que vinham da expansão do comércio mundial, uma vez que a abertura de mercados

outrora dominados pelos governos coloniais europeus estimulou a recuperação europeia e melhoraram o bem-estar colonial. O Plano Marshall foi tanto um precedente para o auxílio americano quanto a flexão de músculos econômicos. No final da década de 1940, no entanto, os líderes econômicos americanos tornaram-se cada vez mais céticos de que eles poderiam esperar pelos benefícios de abrir mais áreas para o mercado. A mudança saindo do desenvolvimento voltado para o mercado foi estimulada pela ameaça cada vez maior do comunismo, com sua suposta atração para os pobres do mundo. Foi neste contexto que Harry Truman anunciou em 1949 que os Estados Unidos realizariam um esforço para mobilizarem “nosso estoque de conhecimento técnico para ajudar [os povos de nações subdesenvolvidas] a perceberem suas aspirações para uma vida melhor”. Ao fazer isso, ele tirou o desenvolvimento do domínio colonial e o tornou uma parte básica da política internacional¹².

A convergência cada vez maior de interesses americanos e europeus em torno da necessidade de gerar desenvolvimento através de programas de assistência técnica desempenhou um papel importante para promover a criação de uma série de organizações internacionais durante o final da década de 1940 e começo da década de 1950. Fundados no contexto da reconstrução europeia e dos acordos de Bretton Woods no final da década de 1940, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional expandiram seu campo de ação de financiar a recuperação europeia e a estabilidade financeira na década de 1940 para promoverem o desenvolvimento internacional na década de 1950. Igualmente importante era o sistema da Nações Unidas de organizações de desenvolvimento – a Organização de Comida e Agricultura, a Organização Mundial da Saúde, UNICEF, UNESCO e o Programa de Assistência Técnica Expandida das Nações Unidas. A criação destas

12 Citada em Escobar (1995, p. 3). Para um histórico, veja Rosenberg (1982). Veja também Sharpless (1997); Packenham (1973); Lumsdaine (1993).

agências multilaterais contribuiu para a internacionalização do desenvolvimento. Apesar de a administração destas organizações ter sido inicialmente doada por europeus e americanos e de debates nas organizações terem refletido interesses nacionais específicos, estas serviram para desenfatarem esses interesses e argumentarem que um mundo próspero e estável era um objetivo compartilhado (Lumsdaine, 1993). E a presença cada vez maior de nações “em desenvolvimento” na Organização das Nações Unidas facilitou para os seus líderes inserirem suas concepções de desenvolvimento nos debates, até mesmo à medida que instituições controladas pelo Ocidente financiavam projetos e empresas multinacionais exerciam um grande poder sobre os fluxos de capital.

Desenvolvimentos diferentes?

Não se pode estimar o poder da ideia do desenvolvimento sem perceber que a possibilidade de a vida moderna e a melhora dos padrões de vida poderem ser abertos a todos, independentemente de raça ou história de conquista colonial, era uma possibilidade libertadora na década de 1950, ansiosamente agarrada por muitas pessoas nas colônias. O desenvolvimento deu à liderança africana e asiática um senso de missão, pois elas estavam posicionadas para assimilarem o melhor que a Europa tinha a oferecer enquanto rejeitavam sua história de opressão e arrogância cultural. Estas elites se posicionaram para intermediarem relacionamentos entre sociedades, mercados mundiais e organizações internacionais variados.

Conforme Stacy Pigg (1992) escreve no que diz respeito a *Nepal*, intelectuais e elites políticas – através da educação e vínculos com o próprio aparato do desenvolvimento – tornaram-se parte de uma tentativa comunitária mundial de classificar, analisar e reformar instituições sociais locais, que se acomodavam cada vez

mais na categoria genérica de “atrasado”, “vila” ou “moita”. De acordo com ela (1992, p. 512),

Em virtude da sua participação nesta linguagem de categorização, os nepaleses cosmopolitas colocam em risco seu lugar numa sociedade global e legitimam sua autoridade política sobre os moradores de vilas que não entendem o fato de morarem em vilas. É por isso que a ideologia da modernização no Nepal não é simplesmente uma questão de influência ocidental, mas também de nepalizaç o e globalização simultâneas.

Então nós precisamos ver o envolvimento de pessoas em antigas colônias com os conceitos do desenvolvimento em termos dinâmicos. Elas já tinham transformado a versão após a década de 1930 do desenvolvimento colonial em reivindicações para o bem-estar material e o poder político, de tal forma que o modelo de desenvolvimento se transformou em algo bem diferente do que originalmente deveria ser. A partir da conferência de Bandung de 1955, uma concepção “Terceiro Mundista” de justiça social surgiu, construída em torno de reivindicações de que uma parcela maior dos recursos mundiais deveria ser dedicada aos países mais pobres sem colocar em risco a soberania destes (Diouf, 1997, reproduzido neste volume, capítulo 29).

Em diferentes países, surgiram variações importantes sobre o tema do desenvolvimento que não necessariamente aceitavam a ideia de intera o Norte-Sul como sendo naturalmente benéfica para as duas partes ou do desenvolvimento como sendo um ato de generosidade dos ricos para com os pobres. Portanto, é simples demais afirmar o surgimento de um discurso singular de desenvolvimento, um único regime de poder de conhecimento. As apropriações, os desvios e os desafios que surgem no construto do

desenvolvimento em geral – e os limites a eles – merecem atenção cuidadosa.

Trata-se de uma marca do poder e dos limites do modelo de desenvolvimento que surgiu a partir da crise de impérios coloniais o fato de ela ter sido tanto adotada quanto moldada novamente por legisladores e cientistas sociais da América Latina, um século após a sua própria descolonização. Para as elites da América Latina, o modelo de desenvolvimento ofereceu novas condições para articular pendências no que diz respeito ao comércio, ao investimento e às políticas financeiras de sócios econômicos dominadores e abriu uma nova arena na qual elas podiam reivindicar uma liderança, tanto no exterior quanto internamente. Mais interessantes foram as contribuições para a teoria e a política do desenvolvimento. No final da década de 1940, quando economistas nos Estados Unidos e na Europa estavam começando a avaliar o que as políticas intervencionistas nas economias mais pobres do mundo implicavam para sua disciplina, o banqueiro argentino Raul Prebisch e alguns dos seus colegas apresentaram uma abordagem “estruturalista” à economia internacional que inverteu a noção de interação mutuamente benéfica fundamental para o apelo de desenvolvimento para líderes dos dois lados da divisão colonial. Eles distinguiram entre um “centro” da economia mundial produzindo bens manufaturados e uma “periferia” de produção de produtos primários e argumentavam que as operações do mercado mundial tendiam com o tempo a ir contra esta última. Esses argumentos tinham um relacionamento ambíguo com a política pragmática, de coalizão, que levou ao “desenvolvimentismo” brasileiro e argentino na década de 1950 (Sikkink, 1991) e algumas das suas características – como a atração da industrialização por substituição de importações – ressoou fortemente com as teorias mais favoráveis ao comércio que estavam acabando de se tornar a ortodoxia nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Um conjunto

mais radical de deduções a partir da análise estruturalista de Prebisch apareceu na América Latina na década de 1960 na forma da teoria da dependência, com sua insistência de que o desenvolvimento do Primeiro Mundo era, de fato, a *causa* do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e de que o desvinculamento era necessário para que se seguisse um verdadeiro curso de desenvolvimento na periferia. A influência do estruturalismo latino-americano também se espalhou para a África (Rodney, 1972). Enquanto isso, a recentemente independente Índia experimentava com combinações de modelos de planejamento soviético e produção capitalista de maneiras que revelam pontos de convergência, assim como as contradições claras das visões opostas de transformação da sociedade e crescimento econômico.

O que chamou a atenção sobre a década de 1940 foi quanta coisa podia ser debatida: a utilidade de instituições coloniais específicas ou estruturas sociais, os aspectos específicos do que era “ocidental” ou “indiano” que deveriam ser preservados, imitados, rejeitados ou mudados. O Congresso Nacional Indiano vinculou-se ao desenvolvimento como um projeto nacional até mesmo antes de o governo britânico ter decidido sobre a variante colonial e, depois de 1947, a Índia estabeleceu para si mesma a tarefa não apenas de construir uma nação, mas também uma economia relativamente isolada do investimento e do controle estrangeiros. O desenvolvimento nacional teve suas realizações, entre as quais estava a criação de um aparato de construção de conhecimento, de tal forma que a Índia não só conseguiu gerenciar sua economia, mas também contribuiu com algumas das cifras mais importantes para a profissão econômica no mundo todo. A Índia também atacou fortemente a própria ideia de desenvolvimento e foros, como a *Economic and Political Weekly*, onde pontos de vista diferentes são confrontados num alto nível de sofisticação. Líderes políticos e intelectuais africanos também adotavam uma visão distinta do

desenvolvimento econômico, menos orientada do que a visão convencional em direção a uma “economia desenvolvida” genérica e mais focada nas raízes comunitárias de economias africanas. Conforme Mamadou Diouf mostra (1997; reproduzido neste volume), os planejadores senegaleses se basearam no conhecimento estrangeiro relevante – notadamente da teoria católica social francesa – e começaram com uma investigação detalhada de estruturas sociais e econômicas em diferentes partes do Senegal. Eles tentaram estabelecer por algum tempo no final da década de 1950 um tipo distinto de regime de conhecimento político, que acabou sendo frustrado pela capacidade de determinados senegaleses de apropriarem os frutos para eles próprios e pelo poder continuado de firmas francesas e do governo francês. Houve outras variantes destas abordagens – algumas tentativas de interesse próprio pelas elites de engrandecimento próprio e de encobrir desigualdades dentro dos seus próprios estados, algumas tentativas de maior alcance de encontrar caminhos distintos (Young, 1982).

Demarcando um novo terreno para a investigação acadêmica

O rompimento em direção a uma nova concepção de mudança em sociedades coloniais veio de estados coloniais – e dos desafios dos seus súditos – não da academia. Mas estas mudanças influenciaram a academia ocidental de duas maneiras. Em primeiro lugar, a tendência histórica mundial em direção à descolonização, a criação de novos Estados-Nação e as incertezas de como esses Estados se encaixariam nas relações internacionais estabeleceram um terreno para investigação¹³. Em segundo lugar, a iniciativa

13 Até certo ponto, a antropologia vinha se esfregando nos seus próprios limites desde a década de 1930, descobrindo em questões como migração da mão de obra e problemas de nutrição que não se encaixavam bem na África de tribos. Mas foi apenas em 1951 que George Balandier estabeleceu um argumento claro e forte do motivo pelo qual a “situação colonial” em si deveria ser investigada e

colonial – seguida das iniciativas de novos estados e organizações internacionais – criou uma demanda repentina e muito grande por novos tipos de conhecimento. O Gabinete Colonial, na década de 1940, criou toda uma variedade de comitês de aconselhamento que incluíam a especialização acadêmica (Anderson, artigo para debate) e a enorme expansão do lado técnico da burocracia – um redirecionamento do administrador distrital que “conhecia seus nativos” para o especialista que conhecia sua ciência – criou uma demanda por treinamento mais relevante para as condições de sociedades pobres nos trópicos¹⁴.

Prioridades intelectuais e práticas afetaram a academia: universidades estavam oferecendo cursos de treinamento para servidores coloniais antes mesmo de terem muito conhecimento para oferecerem. As universidades acabaram realmente desenvolvendo novas matérias ou novas ênfases dentro das antigas¹⁵. As inovações mais notáveis ocorreram na economia, sendo que ela própria ainda estava experimentando a revolução keynesiana (Hall, 1989). Os principais textos do que se tornou uma nova sub-disciplina da economia do desenvolvimento apareceram em meados da década de 1940, em estudos da maneira pela qual os estados e as organizações internacionais poderiam promover a industrialização e pela qual um “grande empurrão” poderia colocar as economias pobres numa posição em que um crescimento autogerado pudesse começar – os estudos se concentraram tanto no sudeste da Europa quanto em antigas colônias (Rosenstein-Rodan, 1943). Em meados da década de 1950, Arthur Lewis – ele próprio da colônia britânica de Sta. Lúcia e que na sua época

sua intervenção ocorreu num momento em que o colonialismo estava caindo e que os estudiosos estavam mais interessados em explorar novas possibilidades em vez de investigarem a ordem que estava morrendo na profundidade que o argumento de Balandier implicava.

14 Lanteri (1985, p. 217).

15 Veja Martin e Knapp (1967) para artigos sobre os problemas de ensinar a economia do desenvolvimento.

de estudante de pós-graduação foi um crítico agudo dos efeitos sufocantes do governo colonial e da força do proprietário de terra – esteve entre os pioneiros de uma tentativa de desenvolver uma teoria sistemática do desenvolvimento, uma que abordasse as condições específicas de atraso extremo e propusesse maneiras em que a análise econômica combinada com o planejamento pudesse levar a estratégias para empurrar essas economias para um terreno em que regras econômicas “normais” fossem aplicadas¹⁶. Alguns dos pioneiros do campo na década de 1950 – Albert Hirschman vem à cabeça de maneira mais direta – não se viam como escritores de receitas para uma abordagem do desenvolvimento do tipo “como fazer”, mas como intelectuais pensando e agindo sobre a mudança social num sentido muito mais amplo. Se essas perspectivas conseguiram sobreviver à rotinização da prática e às abstrações de teorizar era outra questão (Carter, 1997)¹⁷. Em todo caso, a criação de programas de pós-graduação em economia do desenvolvimento, a fundação de periódicos, a realização de conferências – e o recrutamento de economistas para dentro de burocracias nacionais e de organizações internacionais – ajudaram a moldar uma comunidade internacional de especialização, com membros de quase todos os países do mundo.

Estava sendo muito questionado onde as iniciativas acadêmicas deveriam ser localizadas. As elites nacionalistas queriam que a educação tivesse uma forte dimensão nacional. Os fornecedores de auxílio ao desenvolvimento reconheciam a educação como um componente fundamental de qualquer programa. Mas quem

16 W. A. Lewis (1954, 1955); veja também Arndt (1987), Meier e Seers (1984), Meier (1987) e Cooper (1997). Stephen Gudeman apresentou um artigo de workshop argumentando que a teoria de Lewis obscureceu a especificidade do “setor tradicional”.

17 Hirschman foi criticado por não colocar suas ideias em modelos matemáticos rigorosos e foi defendido por discutir o desenvolvimento numa forma narrativizada que enfatizou o “aprendizado” dentro de sociedades, a criação de vínculos entre atores econômicos e a importância de uma análise empiricamente rica, específica de cada situação. Veja o simpósio recente sobre a sua obra publicado por Rodwin e Schon (1994).

controlaria o conteúdo dessa educação? Independentemente da influência das iniciativas do governo britânico ou francês da Fundação Rockefeller em moldar a educação superior em antigas colônias, estruturas acadêmicas – institutos de pesquisa e universidades – podiam se tornar o foco de desafio e argumento, onde concepções alternativas do próprio desenvolvimento poderiam ser alimentadas ou contestadas. Mas será que elas, ou será que instituições acadêmicas se tornariam mecanismos para ampliar ortodoxias? Igualmente importante – e depressivamente relevante para a crise da educação africana nas décadas de 1980 e 1990 – será que as instituições permaneceriam fortes o suficiente para serem agentes de qualquer coisa, de desafios à conformidade? Casos contrastantes são a Índia – onde uma base institucional sólida forneceu as classificações de economistas do desenvolvimento no mundo todo e serviu para atacar o estabelecimento do desenvolvimento de frente, como no caso do Instituto de Estudos do Desenvolvimento em Delhi ou do periódico *Alternatives* – e a América Latina, onde a Comissão Econômica para a América Latina (ECLA) forneceu um local articulado e influente para estudos críticos (Sikkink, 1997). Observado em termos globais, o conhecimento “acadêmico” do desenvolvimento não pode ser visto como singular, mas ainda assim os recursos institucionais por trás de abordagens diferentes dificilmente poderão ser considerados como iguais.

Na economia, isto criou reações ambíguas: aqui estava um novo conjunto de problemas para a análise econômica, mas ainda assim, a profissão valorizava teorias universalistas e modelos fortes acima de tudo e não estava bem equipada para lidar com as especificidades desordenadas de mercados que não lucrassem ou de instituições não otimizadas.

Conforme James Ferguson mostra aqui, a antropologia tem sido cética em relação à ideia de desenvolvimento e se envolveu profundamente nela. Seu lugar na divisão de trabalho entre as ciências sociais de meados do século XX estava baseado tanto numa postura teórica que enfatizou a integridade das sociedades individuais quanto uma postura metodológica, que enfatizou o trabalho de campo e, portanto, a complexidade de casos específicos. Ainda assim, a antropologia nunca tinha superado muito bem sua perspectiva evolucionista mais antiga sobre sociedades e, na década de 1930, muitos de seus praticantes migraram para modelos de mudança progressiva que poderiam libertar os africanos da opressão racial que eles observavam à sua volta. Daí a profunda ambivalência da antropologia sobre o desenvolvimento: acolhendo porém desconfiando do progresso social e econômico, preocupando-se com os danos que uma mudança poderia causar em diversas culturas, porém reconhecendo a miséria do presente.

John Sharpless (1997) observa que a demografia é uma disciplina do pós-guerra. Sharpless mostra que sua penetração na política pública exigia uma conjuntura de processos intelectuais e políticos: um temor entre legisladores de uma crise populacional que minasse o crescimento econômico e levasse a uma subversão política, uma obra acadêmica que aparentemente localizasse onde estava o problema e onde a intervenção poderia ocorrer, à nova disponibilidade de soluções técnicas para o problema (pílulas anticoncepcionais), fundações bem-dotadas buscando seu próprio papel no processo e um governo disposto a tratar a população como sendo um problema político. Ainda assim, existe uma enorme ambiguidade no relacionamento entre esta disciplina e a política: a teoria da transição demográfica implicava que a fertilidade mudava de acordo com transformações complexas na sociedade, porém a intervenção implicava uma mudança num único ponto.

Pode-se ver a tensão entre os campos de contextualização (história, antropologia) e os campos de universalização (economia), assim como a tensão mais profunda inerente no relacionamento da ciência social com a política e o fato de tanto a teoria abstrata quanto a pesquisa empírica terem surgido em situações concretas em relação a possibilidades de financiamento e a comunidades de conhecimento distintas com seus próprios sistemas de prestígio. Carl Pletsch (1981) argumenta que a Guerra Fria moldou fortemente a maneira pela qual os tipos de conhecimento afirmados pelos “especialistas” coloniais foram substituídos por domínios disciplinares diferentes: o domínio em que ciências sociais universalistas efetivamente tiveram alguma relevância, especialmente o Ocidente (onde a sociologia, a ciência política e a economia reinam supremas), versus as exceções não ocidentais (passadas para a antropologia, história e novos centros de estudos de áreas com foco na África, Ásia, ou América Latina) versus as exceções que tinham armas nucleares (exigindo a perícia especial de estudiosos da Rússia e da China).

Do lado de organizações fazendo trabalho prático, tensões sobre conhecimento são igualmente profundas. Essas instituições podem expressar poder através do seu comando de perícia técnica e insistir em qualificações acadêmicas para seus funcionários, mas ainda assim reclamar que os economistas saindo de universidades aprendem “modelos engenhosos” que dão “uma visão irremediavelmente simplificada demais de como as economias realmente funcionam” (Coats, 1986, p. 127). Economistas ambiciosos de países ocidentais podem achar o mundo em desenvolvimento confuso demais, imprevisível demais para ser um lugar para construir uma carreira, enquanto economistas da Índia ou do Paquistão acham o aparato de desenvolvimento internacional atraente (Rosen, 1985, p. 230-233). Os esforços de desenvolvimento global parecem exigir uma possibilidade de serem

reproduzidos, porém a adoção de uma abordagem integrada sobre a mudança social e econômica exige um profundo conhecimento local (J. Lewis, 1988 p. 7). A elaboração de um projeto exige previsão e a investigação costuma apontar para a incerteza.

O desenvolvimento traz à tona essas tensões de uma forma especialmente vívida: ele faz distinções entre seres humanos, levanta questões sobre quando o sofrimento deve ser observado e quando ele deve ser remediado e não pode fugir de questões de quando a intervenção de pessoas que tenham conhecimento leva a uma mudança construtiva ou quando ela simplesmente deprecia aquelas que não são capazes de reivindicarem esse conhecimento.

Apesar de disciplinas diferentes terem tentado pegar pedaços de mudança social e dar a eles precisão analítica, não está claro que um tipo de evolucionismo – um desejo de transformar pessoas “tradicionais” em outra coisa – tenha ido embora apesar de toda a crítica que essas perspectivas receberam dentro de diferentes ciências sociais. As décadas de 1950 e 1960 foram o auge da teoria da modernização, uma abordagem de ciência social cujo objetivo era demonstrar que uma mudança num domínio da vida implicava uma reconfiguração abrangente, levando virtualmente à criação de um novo tipo de pessoa – racional em vez de supersticiosa, voltada para a realização em vez de para o *status*. A teoria da modernização foi efetivamente desacreditada, mas o etos por trás dela baseia-se em abordagens menos abrangentes sobre o desenvolvimento¹⁸. Conforme Ivan Karp observou durante os workshops, a ideia de criar uma nova pessoa é muito mais antiga do que políticas de desenvolvimento. Ela remonta aos missionários, que em certo

18 Apesar da incapacidade da teoria da modernização para lidar com a natureza conflitante da mudança, sua concepção teleológica da modernidade e sua redução da natureza da mudança, sua concepção teleológica da modernidade e sua redução de “tradição” para um contraste não histórico é amplamente reconhecida, existem tentativas de ressuscitá-la, especialmente através de conceitos como “sociedade civil” e “governança”, trazidos adiante como novos substitutos para a antiga teleologia. Veja Barkan (1994) e mais geralmente Apter e Rosberg (1994).

sentido foram as primeiras ONGs a trabalharem em regiões colonizadas. A importância da ideia de fazer uma nova pessoa foi minimizada na África à medida que os governos coloniais passaram a perceber até que ponto eles tinham pouco controle sobre esse processo. Na década de 1920, os governos coloniais alegavam favorecer a mudança dentro de tradições culturais existentes enquanto a antropologia da década de 1930 tendia a um conservadorismo cultural. Mas o ímpeto de desenvolvimento da década de 1940 trouxe à tona novamente a possibilidade de reconstruir os africanos ou os asiáticos em todos os aspectos das suas existências, desta vez de uma forma que fosse tão atraente para os líderes de países que tinham ficado independentes há pouco tempo quanto para cientistas sociais ansiosos para traçarem o movimento da tradição para a modernidade.

O lado inverso da nova pessoa que estava sendo criada foi a categorização da pessoa que não tinha feito a transição: a “pessoa local”, a “pessoa tradicional”, a “comunidade”, a “vila”, o “local” – categorias genéricas que fizeram a variedade e a complexidade da vida em locais específicos recaírem numa única palavra (Pigg, 1997). A própria importância em programas de desenvolvimento de definir uma “população-alvo” tendeu a trazer o evolucionismo de volta para dentro, ou de maneira explícita ou implícita (Ferguson, 1997; resumido neste volume). E conforme Pigg observa, era especialmente provável que os intermediários “locais” que trabalhavam com projetos de desenvolvimento internacional quisessem se ver como novas pessoas, distintas das limitações e do atraso da vida na vila, até mesmo quando o pessoal do desenvolvimento no exterior estava tentando enfatizar sua própria sensibilidade cultural.

Críticos de intervenções de desenvolvimento têm tanta probabilidade quanto os proponentes de concretizarem as categorias do tradicional e do moderno, da “comunidade” e do “Ocidente”,

dando à categoria da comunidade valor positivo em vez de negativo. Historicamente, no entanto, os dois lados estão mais profundamente implicados um no outro do que uma sugestão tão dicotômica implica¹⁹. Iniciativas de desenvolvimento vieram quase tanto através de iniciativas de trabalhadores empobrecidos na Jamaica quanto de visionários em Londres. As organizações mais poderosas do mundo viram suas iniciativas fracassarem porque elas não ressoaram num contexto local. À medida que o desenvolvimento de políticas oscila de necessidades básicas para participação, para acerto dos preços, para a sustentabilidade – e talvez de volta – não está claro que os determinantes destas políticas sejam tão independentes do que ocorre no nível das raízes do problema quanto os seus autores e os seus críticos aparentemente supõem. As vilas também não são entidades homogêneas, harmoniosas: algumas pessoas dentro delas podem encontrar em iniciativas externas uma forma de avançar, uma forma de se livrar de um proprietário de terras local opressivo ou de uma autoridade patriarcal.

Projetos das instituições

O desenvolvimento na década de 1940 era um dispositivo de ajuste através do qual os regimes coloniais tentavam reagir a desafios e reafirmar o controle e a legitimidade, mas ele próprio pode ser desafiado e tomado, usado para diferentes fins por um Nehru ou por um rapaz jovem ambicioso numa vila remota. A dialética do controle e contestação é contínua e depois de 50 anos de iniciativas de desenvolvimento, o objetivo e as estratégias

19 Essas abordagens sobre o desenvolvimento são semelhantes às visões dicotômicas que se tornaram influentes em estados coloniais, em obras variando de Fanon a James Scott (1990) a Estudos Subalternos (Guha e Spivak, 1988): a “autonomia” da classificação a partir do discurso colonial. Para argumentos a favor de uma abordagem interativa, não binária veja Cooper (1994) e Cooper e Stoler (1997). O artigo de workshop de David Ludden ligou questões de desenvolvimento aos Estudos Subalternos, argumentando que as formas variadas em que agricultores indianos adotavam quaisquer iniciativas disponíveis para eles levanta questões sobre a utilidade de uma categoria como a “subalternidade”.

– assim como as implicações éticas e os efeitos materiais – do desenvolvimento ainda estão sendo debatidos (Dasgupta, 1993). Enquanto o sistema de desenvolvimento deu origem a intensas lutas sobre meios e fins, nem todas as ideias ou posições tiveram a mesma valência ou a mesma força. Em determinados momentos e em determinados lugares houve uma ampla convergência de pensamento sobre o desenvolvimento em torno de determinados modelos ou determinadas teorias. Algumas destas convergências duraram muito, enquanto outras foram mais transitórias, surgindo num momento como ortodoxia e depois perdendo apoio para um novo paradigma. Em alguns casos – como no do interesse atual na agricultura sustentável ou do desenvolvimento liderado pelo mercado – paradigmas anteriores surgem novamente. Alguns exemplos destas mudanças são os seguintes: de modelos de crescimento ao alívio da pobreza no Banco Mundial na década de 1970 (Finnemore, 1997), em direção a programas no estilo militar de erradicação de doenças em organizações internacionais de saúde após a Segunda Guerra Mundial (Packard, 1997); do estruturalismo para o neoliberalismo na ECLA na década de 1980 (Sikkink, 1997)²⁰. Mas as ideias de desenvolvimento também já mostraram um poder de permanência considerável: até mesmo a mudança da ECLA para o neoliberalismo ocorreu após 30 anos em que o estruturalismo reinou supremo e a imagem do agricultor africano retrógrado sobreviveu a muitas provas de inovação e à chegada de africanos ao poder (Cooper, 1997). Allen Hoben²¹ argumenta que paradigmas ambientais influentes têm se baseado numa visão de um passado harmonioso e de uma queda do Jardim

20 Thomas Biersteker analisa o movimento atual para a democratização e as formas como ele influenciou as instituições de desenvolvimento e as prioridades nacionais; Kwasi Wiredu também apresentou um artigo sobre as relações entre democracia e desenvolvimento.

21 Participante numa série de três workshops realizados em 1993-1994 na Universidade de Emory, na Universidade de Michigan e na Universidade da Califórnia em Berkeley, sobre desenvolvimento internacional e as ciências sociais, patrocinados pelo *Joint Committee on African Studies of the American Council of Learned Societies* e pelo *Social Science Research Council*.

do Éden que persiste há várias décadas, apesar de várias provas contraditórias. Até mesmo de maneira constrangedora, ciências sociais empíricas como a economia são notavelmente resistentes a levarem em consideração provas contrárias, um ponto enfatizado por Sara Berry e Ali Khan. A maior história de todas, como Ivan Karp²² deixou claro, pertence à suposição de que determinados tipos de sociedade podem ser definidas como “retrógradas” e meios podem ser desenvolvidos para transformar uma “pessoa subdesenvolvida” numa “pessoa desenvolvida”.

Apesar de existir um amplo consenso sobre a importância de tendências na economia global, explicações marxistas simples baseadas na lógica do capitalismo global ou no poder de classes dominantes caem no problema de intervenções de desenvolvimento aparecerem exatamente onde a lógica do capitalismo não consegue produzir resultados que as elites políticas desejam. Independentemente de alguém enfatizar as metas concretas de projetos de desenvolvimento (de abrir mercados, promover a produtividade agrícola, ou expandir a indústria) ou o trabalho ideológico que o conceito faz (afirmar os benefícios mútuos de participação em instituições econômicas globais), questões complexas surgem sobre as formas em que os problemas econômicos são conceitualizados na interface entre a ciência social e a política e a reação de líderes de estados ou instituições internacionais a reivindicações contra-hegêmicas. Então, o crescimento e o declínio de teorias em ciências sociais voltadas para o desenvolvimento, a convergência e divergência de estratégias em organizações de desenvolvimento e a persistência de determinadas imagens de atraso e estilos de intervenção durante longos períodos de tempo fazem surgir questões compartilhadas com a história de paradigmas científicos e com o estudo de instituições, assim como questões de conflito político e mudança econômica.

22 Ibid.

A transmissão e circulação do conhecimento sobre o desenvolvimento

O fato de surgir uma nova ortodoxia em instituições fortes não explica por si próprio a aceitação mais ampla desta ortodoxia. Também é necessário analisar os processos pelos quais o conhecimento sobre o desenvolvimento circula.

Porém, mesmo com seu poder financeiro e de comunicação, o poder de moldar o conhecimento de instituições – a Fundação Rockefeller, organizações americanas e internacionais como a OMS, o Banco Mundial – varia ao longo do tempo. A influência do Banco Mundial sobre a criação de ortodoxias do desenvolvimento tem sido mediada por mudanças na economia global (Boersteler 1993). A disponibilidade de crédito na década de 1970 fez com que valesse a pena para governos nacionais ou para agências internacionais aumentar os esforços para programas de desenvolvimento intervencionistas – pagando e dando autonomia a uma grande variedade de especialistas – mas o aperto do crédito da década de 1980 fez parecer que fazer qualquer coisa diferente de deixar as coisas para o mercado teria que resistir à pressão financeira, além de argumentos sólidos de economistas bem-situados. Boa parte da retórica atual sobre programas de ajuste estrutural está relacionada com a ausência de alternativas, enquanto críticos dessas políticas tentam colocar de volta a ideia de alternativas. De fato, alguns estados têm sido mais capazes do que outros de resistirem a programas de ajuste estrutural. Qualquer explicação da sua aceitação e do seu impacto diferenciais devem levar em consideração a política nacional, assim como o poder de instituições internacionais²³.

23 Raymond Cartier (1956^a, p. 41) e (1956b, p. 41), grifo nosso. A importância deste debate é enfatizada em Marseille (1984, p. 11, 359, 373).

A transmissão bem-sucedida de ideias que emanam de organizações de desenvolvimento fortes também foi promovida por mudanças políticas globais. O final da Guerra Fria estreitou opções de desenvolvimento ao desacreditar alternativas socialistas. A ausência de opções tanto financeiras quanto de ideias estreitou o espaço dentro do qual os governos de países em desenvolvimento²⁴ podem fazer escolhas de políticas. Talvez seja significativo historicamente que o ímpeto anterior após a guerra para o desenvolvimento liderado pelo mercado tenha sofrido um curto-circuito pelo temor cada vez maior da expansão comunista e pela necessidade de um desenvolvimento mais intervencionista, enquanto a segunda onda de desenvolvimento voltada para o mercado – e a disposição de líderes nos Estados Unidos e em outros lugares de aceitarem quaisquer consequências que o mercado possa ter – tornou-se politicamente viável, em parte, através do legado do comunismo.

A forte ênfase na disciplina do mercado fica relativamente pouco à vontade com a outra grande tendência entre as instituições de desenvolvimento poderosas: sua preocupação com a “governança” e a imposição de condições políticas – alguma forma de democratização – sobre a provisão de auxílio. Por mais convincente que muitos dos críticos da corrupção do governo, do clientelismo e da incompetência sejam, não está claro que a austeridade imposta ajude a construir capacidade política. Mais importante do que isso, observar esta nova tendência na perspectiva histórica a faz parecer menos nova. A insistência do “governo bom” reproduz muito do que se disse anteriormente sobre a “economia boa”: uma afirmação branda de que o Ocidente definiu padrões objetivos para outros alcançarem, um conjunto

24 Estes comentários vêm de reuniões dos Groupements Professionels Coloniais, Comite Centrale, 10 de março de 1943, Commission des Questions Sociales, 5 de fevereiro de 1943, AE 51, Comite Centrale, 7 de abril de 1943, AE 61, Archives Nacionales, Section Outre-Mer (a partir de agora, ANSOM); Mounier (1942, p. 75, p. 161-167).

generalizado de categorias (eleições, partidos múltiplos) que definem esses padrões, independentemente dos debates efetivos que possam estar ocorrendo em contextos específicos sobre como mais pessoas poderão adquirir uma voz significativa nas suas próprias vidas²⁵.

A recepção e a apropriação do conhecimento sobre o desenvolvimento

A linguagem do desenvolvimento liderado pelo mercado gera metáforas que questionam a esfera tradicional de ação do estado, criando dissonância e contestação, mas não necessariamente um único conjunto de práticas. Em contraste com casos em que as ideias de desenvolvimento são apropriadas por populações locais, Jean-Pierre Olivier de Sardan sugeriu que o conhecimento sobre o desenvolvimento talvez realmente não penetre muito fundo em países em desenvolvimento. Em Níger, ele mostrou (1995) que as ideias de desenvolvimento e de linguagem não são compartilhadas por populações locais, exceto por determinados cidadãos locais que funcionam como “intermediários” de desenvolvimento e utilizam a linguagem do desenvolvimento com sucesso para apropriar recursos materiais para os seus próprios fins. Gillian Feeley-Harnik argumenta que imagens profundamente sustentadas, desenvolvidas a partir de uma experiência especificamente americana com a “domesticação” da natureza selvagem, têm um efeito profundo, muitas vezes subliminar, sobre a forma pela qual se fala sobre questões como conservação e controle populacional e que permanecem fortes até mesmo enquanto as questões políticas imediatas mudam. O conceito de participação da comunidade é um

25 Veja, por exemplo, os esforços para dar notas diferentes relativas aos Estados Unidos baseadas em quais categorias pré-configuradas podem ser marcadas no African Governance Program of the Carter Center (um exercício repetido em cada edição do Boletim de Notícias do Centro, *African Demos*). Para uma pesquisa dos efeitos da condicionalidade política sobre os estados africanos, veja Robinson (1995).

ideal aplicado a uma grande variedade de programas, até mesmo quando a participação tem a força da sua influência ou autonomia reduzida. Palavras como “pastoreio excessivo” transmitem imagens de problemas de conservação conforme enraizados no comportamento de populações “alvo” – tornando fácil de ignorar os processos sociais que deram origem a estes problemas²⁶. Conceitos como sustentabilidade e participação tornaram-se um tipo de forma abreviada, destilando processos completos e, em muitos casos, altamente problemáticos. Desta forma, eles fazem parte de uma variedade de mecanismos-padrão através dos quais as instituições de desenvolvimento funcionam.

Mecanismos-padrão são estruturas pré-construídas usadas para simplificar e controlar ambientes complexos. Um mecanismo desse tipo é o “caso”, reduzindo uma ocasião complexa a uma única mensagem útil. Um documento defendendo a necessidade de adaptabilidade em programas de saúde públicos poderá apresentar o caso da campanha pela erradicação da varíola. A exportação voltada para a industrialização evoca o caso de Taiwan. Assim, o *caso* torna-se um fato, um dado, no qual se pode basear o planejamento futuro.

Modelos, paradigmas culturais e representações genéricas dos “locais” não estão perto de desaparecerem. Organizações de larga escala precisam simplificar. Ciclos de financiamento exigem designs de projetos replicáveis²⁷. Quando a USAID e outras organizações tentaram se concentrar em projetos pequenos para evitarem os problemas de gigantismo pelos quais os esforços de

26 Existem literaturas sobre classificação (Wood, 1985), narrativas de desenvolvimento (Roe, 1991) e discurso de desenvolvimento (Apthorpe, 1986; Moore e Schmitz, 1995).

27 Um estudo clássico de imperativos organizacionais no campo do desenvolvimento é de Tendler (1975). Ela observa que o desenvolvimento dá origem a muita incerteza, especialmente no que diz respeito à informação do beneficiário e “o projeto” é um esforço para manter controle sobre um processo confuso mesmo que esta lógica organizacional contestasse a meta de longo alcance do esforço. Sobre a ideia do planejamento como um “corpo de costumes” receptivo à análise antropológica, veja Robertson (1984, p. 2).

desenvolvimento passados foram corretamente criticados, elas precisavam de abordagens que não exigiram análises situacionais profundas para cada projeto. Cientistas sociais acadêmicos não deveriam negligenciar essas dificuldades. A preocupação do historiador ou do antropólogo com contexto e complexidade não é nem mais nem menos separável de um profissionalismo de interesse próprio do que a preocupação do praticante do desenvolvimento com a possibilidade de reprodução do design de projeto, do desejo por estruturas estáveis de tomadas de decisão e da necessidade de uma análise rápida e imediatamente tangível da especificidade de cada caso em que a ação está sendo tomada²⁸. Da mesma maneira, ninguém chega ao fundo dessas questões ao atribuí-las à presunção aparente do desenvolvedor de refazer o mundo no nome da modernidade: as sociedades “locais” são tão construídas socialmente quanto as visões de mundo dos desenvolvedores, com tendências paralelas a deixar boa parte da vida social fora de foco, para observar as operações de poder e hierarquia. Paradigmas do desenvolvimento – do ortodoxo ao radical – pelo menos colocou estruturas diferentes em relação umas com as outras, chamando atenção para o fato de que no nível local, tanto quanto no global, o que existe não é necessariamente o que precisa ser.

Agências que trabalham em países em desenvolvimento investigam profundamente as complexidades políticas e econômicas locais por seu próprio risco. É politicamente mais sensato explicar a destruição da floresta tropical no Brasil ou a erosão do solo no Sahel da África Ocidental, em termos de um modelo de “tragédia dos comuns”, do que analisar as forças políticas e econômicas que impulsionam os agricultores nas duas regiões a expandirem o cultivo para áreas ambientalmente frágeis (Peters, 1994; Songsoe,

28 A crítica feita por Emery Roe de estudiosos que sempre encontram uma razão pela qual um projeto de desenvolvimento deve ser considerado pernicioso, gerou uma discussão interessante destes pontos. Veja também seu artigo e críticas dele em Roe (1994).

neste volume). Enfatizar estas forças poderá constranger e alienar governos nacionais locais e implicar intervenções politicamente inaceitáveis para quem está no poder. Ao contrário, concentrar-se de maneira estreita nas antigas deficiências de uma população “alvo” poderá facilitar a cooperação de uma intenção de uma agência internacional de realizar algo dentro dos limites do *status quo* e de uma burocracia nacional interessada em adquirir recursos externos para distribuir e em perpetuar uma visão de problemas econômicos como sendo receptiva ao tipo de perícia que a burocracia compartilha com estrangeiros inteligentes (Ferguson, 1990).

Disciplinas acadêmicas, tanto quanto instituições de desenvolvimento, funcionam através de paradigmas e de mecanismos-padrão resistentes à mudança e a forma pela qual os futuros praticantes são selecionados costuma excluir em vez de estimular contestações aos principais pressupostos da disciplina. A economia, por exemplo, funciona através da construção de modelos que pela sua própria natureza trabalham para estabilizar pressupostos usados para a tomada de decisões. Ali Khan sugeriu que a incerteza pode ser configurada, mas a configuração de incertezas corresponde à estrutura conceitual imposta a elas e então limitavam sua ação. Não existe nenhuma noção de “economia de campo” comparável ao *status* do trabalho de campo na antropologia, de tal forma que os economistas trabalham com dados mediados através de aparatos de coleta do estado e categorias que não são plenamente analisadas. A profissão da economia tem consciência destas questões (Carter, 1997).

Está longe de estar claro que a profissão da economia recompensa aqueles que fazem perguntas detalhadas da mesma maneira que aqueles que trabalham num alto nível de abstração. Muitos dos economistas que estão mais envolvidos no desenvolvimento e no

treinamento de estudantes vindos de países em desenvolvimento estão localizados nos Estados Unidos, principalmente em universidades federais, geralmente em departamentos de economia agrícola, isolados das torres da eminência teórica²⁹. Na Grã-Bretanha, institutos de desenvolvimento tanto estimulam o foco interdisciplinar sobre diversos problemas em sociedades pobres quanto apresentam o risco de isolamento da principal corrente disciplinar. Na antropologia, o argumento de Ferguson de que os tropólogos ficam limitados demais pelo aspecto prático do que eles fazem para alcançarem um *status* elevado dentro da disciplina é acompanhado pelo risco da sua pesquisa ser cuidadosamente específica para estar no centro de projetos de desenvolvimento.

Talvez a questão mais importante de todas esteja relacionada com o conhecimento gerado e disseminado na América Latina, África e Ásia (Longe, 1992). Rosen (1985, p. 233) argumenta que a maior contribuição que um esforço de desenvolvimento pode dar não é tanto os projetos concretos resultantes, mas sim a construção de instituições – incluindo o treinamento de economistas locais – que possam “examinar, analisar e sugerir soluções para os problemas do seu próprio país”. Essa perícia também seria capaz de examinar, rejeitar, ou modificar um conselho “especialista” vindo de fora. Stephen Biggs (1990) argumenta que institutos de pesquisa e departamentos do governo localizados em países em desenvolvimento efetivamente contribuem muito mais para a inovação do que indica o pouco mérito que eles recebem. Institutos de pesquisa de cultivos agrícolas estão entre os locais mais valiosos de produção e disseminação de conhecimento que complicam o

29 Conforme o artigo de workshop de Gracia Clark sobre Gana na era do ajuste estrutural observou, este programa tem sido bem-sucedido como um sistema cultural, se reproduzindo e se propagando, enquanto a percepção de opções restritas que este sistema promove permite que os efeitos do ajuste sobre grupos específicos – como mulheres de mercado – não sejam examinados. O fato de o ajuste estrutural não ser neutro em termos de gênero também é enfatizado em Afshar e Dennis (1992). Sobre alternativas, veja Stein 1995 e para um exemplo importante veja Diouf (1997). N.E.: Reproduzido como o Capítulo 29.

quadro de um movimento de conhecimento de mão única. Esses locais de especialização possibilitam a realização de debates em países em desenvolvimento sobre quais medidas precisas são mais desejáveis em circunstâncias locais e para negociar de maneira mais eficaz com órgãos internacionais fortes. Eles ajudam a tornar possível uma abordagem de cafeteria sobre as iniciativas de desenvolvimento do exterior – pegar e escolher o conhecimento útil sem aceitar o pacote de “modernidade” – em vez de ficar preso a um cardápio fixo (Boiral e Oliver de Sardan, 1985, p. 14-15). Mas as capacidades variam muito: a Índia ou a Argentina são muito mais capazes de participarem desses diálogos do que Serra Leoa ou Burma. Um efeito indesejável da tendência anti-estatal, favorável ao mercado em programas atuais de desenvolvimento, é perder o foco do fato de a educação e a pesquisa exigirem uma infraestrutura complexa e um investimento caro, se não produtivo imediatamente.

A questão é mais profunda do que isto. A força da ciência ocidental pode ser sentida até mesmo quando a instituição que estiver fazendo essa ciência estiver localizada na Ásia. Recentemente, muitos praticantes do desenvolvimento adquiriram um novo respeito pelo que se chama de “conhecimento técnico local³⁰”. Ainda assim, a própria categoria sugere que esse conhecimento possa ser bem delimitado a partir do conhecimento do tipo mais universal; supõe-se que os africanos ou asiáticos saibam determinadas coisas em virtude do seu nascimento e cultura, enquanto o restante de nós sabemos determinadas coisas em virtude de termos nos dado o trabalho de aprendê-las. Na prática, o próprio ato de coletar conhecimento local é transformador, dando origem a formas híbridas de conhecimento (Pigg; Kratz).

30 Também já foi mostrado que povos diferentes têm conceitos de mudança que podem ser traduzidos como “desenvolvimento”. Veja Peel (1978).

Ainda assim, conceitos do “nativo” ou do “local” podem ser politicamente úteis até mesmo quando estão se referindo a relacionamentos políticos e sociais muito menos coesos do que o termo sugere. Costuma ser em nome dos “direitos nativos” que movimentos – que às vezes ligam os intelectuais supostamente locais com os nacionais numa cidade capital e apoiam organizações no mundo todo – justificam de maneira coerente e urgente por que uma represa deve ser considerada prejudicial ou por que a política florestal deve ser feita por aqueles que forem afetados. Enquanto os líderes desse movimento podem ganhar estatura tanto por meio de vínculos com ONGs internacionais quanto por apoiarem uma “comunidade”, é ao demonstrarem a força do local que eles se justificam³¹.

Não é difícil desconstruir os modos de poder discursivo. É muito mais difícil de descobrir como o discurso funciona dentro de instituições. Um ponto no qual houve ampla concordância nos workshops foi como realmente sabemos pouco sobre a forma como as instituições – de pequenas ONGs ao Banco Mundial – efetivamente funcionam (Finnemore, Sikkink, e Pigg)³². Na América do Norte, nós sabíamos ainda menos sobre as formas distintas de organização, as questões políticas e as relações com antigas colônias que caracterizam a Comunidade Econômica Europeia, como uma categoria cuja simples existência mostra que a “sociedade civil” está trabalhando para contestar o domínio estatal de iniciativas de desenvolvimento, mas nós também terminamos de tratar essas organizações em termos genéricos, não explorando suas ideologias variadas, formas organizacionais

31 Estas questões foram centrais para dois workshops realizados depois dos representados neste volume, no *Harvard Institute for International Development* em 1995-96 sob o título “Development Encounters”, e organizados por Pauline Peters e Frederick Cooper.

32 Um gênero mais comum – denúncias abrangentes do Banco Mundial feitas por críticos de esquerda ou rejeições abrangentes de tudo que as burocracias estatais fazem por críticos de direita – não chega ao fundo das questões. Para uma visão mais matizada do Banco, veja Laidi (1989).

e relações com mecanismos estatais. A influência mútua sutil da política nacional, fundações com os recursos financeiros para moldarem a investigação intelectual e as operações de programas nos campi merecem um estudo adicional. Os eventos graves dos últimos anos que moldaram a Europa Oriental num domínio de “transição” e “desenvolvimento” levanta questões que há muito tempo precisavam de mais atenção na África, na América Latina e na Ásia: como entender dinâmicas específicas de mudança sem dar como certo o ponto final (Verdery, 1996; Stark, 1996).

Depois de toda a conversa, continuamos com dilemas intrínsecos às enormes desigualdades de riqueza, de poder e de acesso ao conhecimento no mundo: a natureza desesperada de problemas versus a imperiosidade de soluções propostas; as relações sociais e as lutas específicas em cada situação versus os riscos de paralisia diante de amplos e variados problemas; consciência das formas em que estruturas globais e nacionais condicionam a exploração e o empobrecimento versus os riscos políticos de uma examinação próxima demais exatamente desses tipos de questões.

Desenvolvimento como discurso e prática

A literatura mais recente estimula certo ceticismo em relação a pressupostos de que modas atuais – como o “acerto de preços” ou a “sustentabilidade” – representam o triunfo de um modelo de desenvolvimento sobre outro. Análises contemporâneas sugerem que pode ser errado supor que “o mercado” pode se opor de maneira ordenada ao “estado” ou a “intervenções em políticas”; uma vez que se começa a falar sobre mercados reais, percebe-se que eles são tão bagunçados, tão cheios de bloqueios e contradições quanto os verdadeiros estados e outros tipos de organizações sociais que não estão puramente separados uns dos outros. (*Workshop* de Carter; de Alcantara, 1993; Lele em Ranis e Schulz, 1988; Chaudry, 1993; Colclough e Manor, 1991; Putterman e Rueschemeyer, 1992).

A estrutura de desenvolvimento da maneira como ela existiu no último meio século excluiu muitas questões que são bem pertinentes a questões de pobreza, poder e mudança. Em contextos públicos, instituições como o Banco Mundial não podem falar muito sobre as relações de poder nos estados soberanos com os quais elas trabalham. Mas críticos do Banco Mundial também não querem necessariamente que estas questões sejam exploradas, pois a condenação de intervenções do tipo bancário na maioria das vezes é contra noções de “comunidade” ou “movimento social” que podem não parecer tão positivas se forem submetidas ao escrutínio³³. Nem a “universalidade” nem a “comunidade” têm um monopólio de virtude, ou de mal; as duas são funcionais e é o relacionamento das duas categorias que permanece enigmático. Pessoas que vivem em situações de opressão ou exploração – por tiranos e patriarcas locais, por corporações multinacionais, por burocratas ambiciosos – têm a possibilidade de se tornarem autônomas por uma perspectiva universalizante dos seus descontentamentos, vinculando sua causa a alguma coisa além das suas próprias fronteiras, de transformar a retórica dos direitos humanos, de autodeterminação, de integridade cultural para o uso político³⁴. A retórica do desenvolvimento representa uma estrutura possível em termos de quais causas podem ser mobilizadas.

33 Alguns críticos gostariam de ver iniciativas para a mudança vindas de movimentos sociais em vez de vindas de um modelo global como o desenvolvimento (Escobar, 1995). Isto implora a pergunta fundamental: o que distingue um movimento social “bom”, que expande as oportunidades para a realização humana, de um movimento social “ruim”, que impõe um tipo de particularismo a outras pessoas? Os dois são movimentos sociais e implicitamente o crítico está impondo algum tipo de critérios gerais do progresso humano a eles – em resumo, voltando ao mesmo tipo de discurso universalizante que eles criticam no conceito do desenvolvimento. Escobar e outros estão fazendo um esforço bastante válido para procurarem um “nós” mais modesto, mais culturalmente específico, menos universalista implicado na ideia de que “nós podemos fazer um mundo melhor” do que as versões mais totalizantes do modelo de desenvolvimento. Ainda assim, a solução deles não resolve mais as tensões de universal e específico do que o conceito de desenvolvimento – que também é receptivo à variação e reconhecimento das tensões que ele incorpora (veja Gupta, 1997).

34 Desde o século XVIII, as retóricas tanto a favor quanto contra o mercado desempenharam papéis fundamentais na mobilização política na América Latina, da mesma forma que a crítica do mercado foi invocada contra a dor que o comércio internacional causou em outras situações. Salvatore (1993).

Desde a década de 1940, as próprias controvérsias no conceito de “desenvolvimento” e sobre ele também apresentam a possibilidade de o desenvolvimento poder ser fragmentado, de projetos e retóricas específicos poderem ser apropriados, amoldados de novo e usados para diversos fins. O desenvolvimento é invocado dentro de lutas políticas numa grande variedade de países, às vezes por elites insistindo que todo mundo deveria subordinar os interesses individuais a uma causa maior que o estado alega representar, às vezes por grupos opositores que alegam que o verdadeiro desenvolvimento só possa ser alcançado com uma mudança de política e liderança. O Fundo Monetário Internacional pode tentar impor uma visão unitária da maneira adequada de administrar uma economia – e ele tem poder tanto financeiro quanto discursivo para fazer isso – mas essas visões estão sujeitas a contestação dentro das suas próprias condições e através de ideias alternativas sobre cidadania e progresso.

Políticas intervencionistas foram defendidas com base no fato de que elas trariam mais pessoas para dentro da esfera de produção capitalista, para o benefício mútuo das pessoas envolvidas e de capitalistas. Agora os críticos ultramodernistas da economia do desenvolvimento estão argumentando que todo o problema deveria ser deixado para o mercado não distorcido. Está longe de ser óbvio que fazer isso funcionaria de qualquer forma melhor do que funcionou logo antes da onda de intervenções coloniais no desenvolvimento na década de 1940. Portanto, argumentos de que o mercado funciona melhor do que intervenções planejadas são especificados de maneira errada – não está claro que esta dicotomia corresponda à organização econômica ou em sociedades desenvolvidas ou em sociedades subdesenvolvidas. Mas esses argumentos continuam a ser afirmações ideológicas fortes: eles implicam que determinadas partes do mundo serão recompensadas pelos mercados mundiais se tiverem um bom desempenho, enquanto outras poderão ser

amortizadas se tiverem um desempenho ruim. Isso seria o que o fim da era do desenvolvimento significaria: restringir questões que podem ser os objetos de um debate produtivo.

Cinquenta anos de iniciativas e retórica de desenvolvimento expuseram à população mundial o conhecimento de que condições de nutrição inadequada e saúde ruim existem no mundo todo e a insistência de que todos nós sejamos implicados e cúmplices nesse fato. A pobreza em todos os cantos do mundo tornou-se uma questão discutível – uma questão em torno de quais desacordos profundos poderão existir, que representem riscos de objetificação de “vítimas” e de quais poderão criar domínios privilegiados de operação para os empreendedores de erradicação da pobreza. O debate sobre essas questões mantém aberta a possibilidade de movimentos locais poderem se mobilizar em torno de questões urgentes e ampliarem sua causa. A ausência de uma alternativa grande ao capitalismo não significa que os desafios e as limitações que a produção capitalista encontra no mundo todo desapareceram. As questões que estiveram no centro do modelo de desenvolvimento poderão ser ignoradas, mas elas não irão embora.

* * *

Frederick Cooper é professor de história na Universidade de Nova York. Kursou doutorado na Universidade de Yale, em 1974. Sua especialidade é colonização, descolonização e a história contemporânea das relações trabalhistas na África Oriental, especialmente escravidão nas plantações e outros tipos de relações agrícolas de trabalho no litoral do Quênia e em Zanzibar. Na obra *Africa Since 1940: The Past of the Present* (2002), ele introduziu na literatura especializada a ideia de “estados porteiros”. É crítico influente de coloquialismos como “globalização”, “império”, “identidade” e “desenvolvimento”, apresentando a evolução histórica destes termos principais como antídoto à sua crônica e excessiva

simplificação no discurso acadêmico atual. Seus livros recentes incluem essas questões: *Colonialism in Question: Theory, Knowledge History* (2005) e *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa* (1996).

Randall M. Packard é professor da Cátedra William H. Welch de História da Medicina na Faculdade de Medicina e diretor do Instituto de História da Medicina na *Johns Hopkins University*. Graduiu-se na *Wesleyan University*, Connecticut, em 1967, e cursou doutorado na Universidade de Wisconsin, em 1976. Packard foi professor da Cátedra Asa Griggs Candler de História da África da *Emory College* e professor de Saúde Internacional na Faculdade Rollins de Saúde Pública. Já ocupou vários cargos de professor de história e escreveu muito nas suas áreas de especialização: a história social da doença e da cura na África, a história da saúde pública, a relação da economia política com a saúde pública, além de medicina colonial e pós-colonial. Atualmente, é coeditor do *Bulletin of the History of Medicine*. Recentemente, coeditou *Emerging Illnesses and Society: Negotiating the Public Health Agenda* (2004). Desde a década de 1990, tem se dedicado a pesquisar a história da malária, seu controle e seu *status* duradouro como um grande problema de saúde pública. Seu trabalho mais recente chama-se *Malaria: The Making of A Tropical Disease* (2010). Desde a década de 1980, ele também publicou sobre o impacto do *apartheid*, da pobreza rural e de relações de mão de obra racistas sobre a saúde e a doença na África do Sul.

CAPÍTULO 22

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DOS BUROCRATAS BRITÂNICOS E FRANCESES¹

Frederick Cooper

Diferentemente de outras justificações de império, o “desenvolvimento” na década de 1940 passou a ter uma forte atração tanto para elites nacionalistas africanas quanto para os colonizadores da África. Os governos coloniais dessa década pensavam no desenvolvimento como uma ideia que revigoraria o colonialismo, mas ele acabou sendo central para o processo pelo qual as elites coloniais se convenceram de que elas podiam abrir mão das colônias. Funcionários do governo franceses e britânicos acreditavam que suas iniciativas de desenvolvimento tornariam as colônias ao mesmo tempo mais produtivas e mais ideologicamente estáveis no tumulto dos anos do pós-guerra. Eles enviaram diversos especialistas para a África para remodelarem a maneira pela qual os agricultores plantavam e os operários trabalhavam, para

¹ Revisado e resumido de “Modernising Bureaucrats, Backward Africans, and the Development Concept” in: Cooper, Frederick e Randall, Packard (orgs.), *International Development and the Social Sciences*, Berkeley: University of California Press, 1997, p. 64-92.

reestruturarem tanto a saúde quanto a educação. O imperialismo do pós-guerra foi o imperialismo do conhecimento. Mas num intervalo de apenas dez anos, a iniciativa desenvolvimentista tinha perdido seu zelo reformista e, em vez de o desenvolvimento ser uma iniciativa colonial – exigindo tanto autoridade quanto perícia – ele estava sendo discutido como sendo um desdobramento natural de um processo social universal, que agentes humanos podiam facilitar, mas que era impulsionado pela história. Como tal, ele podia ser administrado tanto por africanos quanto por europeus. Quando se começa a explorar as categorias conceituais através das quais os burocratas franceses e britânicos abordavam os problemas do desenvolvimento, observando a teoria social implícita por trás da política econômica, encontram-se as características típicas do discurso imperial nos níveis mais graduados: a África que tanto a França quanto a Grã-Bretanha buscavam desenvolver não era o campo social complexo, variado, em processo de transformação que os historiadores africanos mostraram que ela era, mas uma paisagem plana, imutável e primitiva. O desenvolvimento era algo que deveria ser feito *para* a África e *por* ela, não com os africanos.

Aqui eu observo a desilusão com o impulso de desenvolvimento que começou a ficar clara no início e em meados da década de 1950, refletida na enormidade da África “primitiva” que os dois governos sentiam que eles tinham que refazer. Em primeiro lugar, eu situo a iniciativa de desenvolvimento na crise imperial da década de 1940. Depois, eu começo a explorar as categorias conceituais através das quais os burocratas franceses e britânicos abordavam problemas de desenvolvimento, observando a teoria social implícita por trás da política econômica. O que surge a partir desta visão geral é o dualismo no pensamento colonial: um futuro moderno estabelecido diante de um presente primitivo. Tratava de uma concepção frágil de mudança, mas conforme a sua própria abstração permitia, eles não podiam gerenciar seu presente, o que eles reconheciam. Em

conclusão, eu abro (e não faço nada mais do que isso) a conexão do pensamento modernizador das burocracias coloniais com a teoria da modernização nas ciências sociais, notavelmente as abordagens dualistas na economia que se tornaram moda na década de 1950.

Noções imperialistas de desenvolvimento francesas e britânicas

Em 1944, quando o Secretário Colonial, Oliver Stanley, pediu para o Parlamento dobrar a verba da Lei do Desenvolvimento e do Bem-Estar Colonial, ele ainda estava hesitando entre uma iniciativa ousada e promessas limitadas. Stanley observou²,

Nada poderia ser pior do que dar aos povos coloniais a impressão de que a Lei do Desenvolvimento e do Bem-Estar Colonial era um subsídio permanente aos seus serviços sociais que o contribuinte deste país teria que pagar sem pensar em retorno, ou, de fato, em supervisão.

Ele estava indo em direção à teoria do capital humano que seus antecessores tinham rejeitado de maneira velada: o financiamento metropolitano para serviços sociais podia ser justificado pela sua contribuição para a produção colonial, mas tal produção acabaria tendo que solicitar esses serviços. Ele estava observando que o Império Britânico não era uma única unidade, onde todos os súditos podiam reivindicar um padrão de vida semelhante e, então, ele voltou a atenção para o lado produtivo do nexo entre desenvolvimento e bem-estar.

Enquanto isso, na França da época da guerra, o regime de Vichy reviveu a ideia de um plano de desenvolvimento voltado para a metrópole e financiado por ela – desta vez um plano decenal – e

² Minutas do Comitê de Aconselhamento Econômico Colonial, 19 de dezembro de 1944, CO 852/588/2; *House of Commons Debates* (13 de julho de 1943): cc. 48-64.

eliminou boa parte da ambivalência dos seus antecessores sobre isso. Os funcionários de Vichy zombavam da timidez daqueles que temiam que o desenvolvimento nas colônias, inclusive a industrialização, pudesse perturbar a ordem social. Eles podiam manter as coisas sob controle. Jacques Marseille (1984) afirma que este plano demonstra que os planejadores de direita de Vichy estavam menos presos ao passado colonial e estavam mais dispostos a deixarem os africanos participarem da mudança social do que os seus antecessores e sucessores de esquerda que queriam manter a África no seu papel agrário. Na verdade, o que era visionário sobre Vichy era pura fantasia e o que não era fantasia era brutal.

Estruturas corporativistas em cada ramo econômico planejavam as atividades mais adequadas para cada região. Técnicas europeias refariam a agricultura africana. Firms “cuidariam da saúde [do trabalhador], da sua higiene e do seu conforto”. Havia um pequeno problema: “a repugnância do nativo em relação ao trabalho assalariado”. A resposta foi uma obrigação jurídica de trabalhar. Alegando que “o problema da mão de obra deve, entretanto, ser estudado de maneira séria e científica”, os planejadores de Vichy achavam que a organização e a disciplina corporativistas resolveriam os problemas do desenvolvimento e da mão de obra juntos. O fim seria o crescimento rápido da “produção e da renda dos povos, não apenas dos povos evoluídos, mas também dos dois bilhões de indivíduos que habitam nosso planeta”³.

Na África Ocidental Francesa naquela época, em grande parte cortada do comércio europeu pela derrota da França na Segunda Guerra Mundial, a ausência de importações não dava aos trabalhadores praticamente nenhum incentivo para eles buscarem

3 Estes comentários vêm de reuniões dos Groupements Professionels Coloniaux, Comité Centrale, 10 de março de 1943, da Commission des Questions Sociales, 5 de fevereiro de 1943, AE 51, do Comité Centrale, 7 de abril de 1943, AE 61, dos Archives Nationales, Section Outre-Mer (a partir de agora chamada de ANSOM) e de Mounier (1942, p. 75, 161-67).

o trabalho assalariado e a produção dependia mais do que nunca do trabalho forçado. O governador-geral Boisson continuou a alertar Vichy que os limites da coerção já tinham sido alcançados, até mesmo na ausência do Plano Decenal. Para Boisson, este nível de recrutamento forçado expunha sua própria administração ao perigo e confirmava sua própria leitura essencialista da África: “A África é camponesa e deve permanecer camponesa na sua evolução necessária”. Boisson só não sofreu ameaça de Vichy por sugerir que as ofertas limitadas de mão de obra poderiam limitar a iniciativa de desenvolvimento. Mas seus relatórios eram amenos comparados com a evidência de brutalidade que depois surgiu da África Ocidental Francesa (Boisson, 1942; Fall, 1993; Cooper, 1996).

Enquanto os franceses livres, assumindo a partir de Vichy, expunham e repudiavam o regime de trabalho forçado, eles insistiam que o trabalho livre era tão difícil de obter que eles só conseguiam se desvincular gradualmente do vício do recrutamento forçado. Funcionários reunidos em Brazzaville no começo de 1944 voltaram a algo parecido com a abordagem da Frente Popular, ou seja, reduzir a importância dos colonizadores franceses e reduzir a pressão sobre comunidades africanas para que elas fornecessem mão de obra ao longo de cinco anos. A sociedade era considerada o remédio para dois problemas: a insuficiência de produção seria contornada ao permitir que as comunidades africanas produzissem mais produtos agrícolas, melhorados pela organização de cooperativas rurais e a escassez populacional seria contornada ao permitir que os africanos se reproduzissem no ambiente da comunidade, com suas noções de casamento e de família. O *plan d'équipement* obsoleto melhoraria a infraestrutura para que as comunidades africanas ficassem vinculadas à rede de comércio colonial e a mecanização manteria as demandas por mão de obra no nível mais baixo possível. Foi debatido se industrialização demais poderia causar uma “proletarização” socialmente perturbadora, ou se

industrialização de menos condenaria os africanos ao “retrocesso”. A fórmula final, rotulada de “industrialização prudente” sugeria que nenhuma destas preocupações tinha sido abordada de maneira satisfatória. Aqueles que estavam reunidos nas palestras em Brazzaville não romperam claramente com o antigo *pacto colonial*, uma divisão de trabalho entre uma metrópole industrial e colônias agrícolas, e aperfeiçoaram uma questão crucial: quem garantiria que o desenvolvimento industrial seria benéfico ao mesmo tempo para o bem-estar africano e para a economia imperial? A alegação de benefício mútuo dependia de uma afirmação de controle imperial central: o planejamento – de “une économie dirigée et planifiée” – aparece nos textos de Brazzaville mais como um slogan do que como um programa de ação claramente definido⁴.

A reivindicação de benefício mútuo impulsionou a afirmação de que o império permaneceria unificado, re-rotulado como União Francesa. Os *evolués* – africanos educados na França – receberiam uma voz cada vez maior nos negócios da União, não pela concessão de mais autonomia para territórios individuais, mas pela oportunidade de eleger representantes (com uma representação limitada e uma quantidade limitada de assentos) para a Assembleia Nacional em Paris. Na verdade, estas reformas tiveram maior alcance do que os líderes franceses perceberam – a lógica da participação compartilhada como membro na Union Française forneceu uma base para reivindicações de assimilação e igualdade que não pode ser continuada. Por trás do desenvolvimento

4 Transcrições das sessões dos dias 2 e 3 de fevereiro de 1944 e o relatório da Commission de l'Economie Imperiale, sessão de 1º de fevereiro de 1944, AP 2295/2, “Role et Place des Europeens Dans la Colonisation”, relatório da conferência de Brazzaville, 20 de janeiro de 1944 AO 2201/7 Direction Generale des Affaires Politiques, Administratives et Sociales, “Programme general de la Conference de Brazzaville,” 28 de dezembro de 1943, AP 2201/7, Mahe, “Rapports sur l’industrialization des Colonies,” e transcrição da sessão do dia 7 de fevereiro de 1944, AE 101/5, todas na ANSOM; recomendações da conferência em *La Conference Africaine Française. Brazzaville 30 de janeiro a 3 de fevereiro de 1944* (Brazzaville: Editions du Baobab, 1944), p. 60-61. Sobre as continuidades da Frente Popular através de Vichy para Brazzaville, veja Cotte (1981, p. 58-63).

econômico e da reforma política no império francês surge: um modelo de sociedade colonial com duas classes, divididas em *évolués*, que podiam ser trazidos para instituições francesas, e uma maioria de *paysans*, cujas condições de produção, reprodução e interação política não tinham que ser analisadas em absoluto. Nem os assalariados nem uma pequena burguesia africana tinham um lugar na sociologia oficial⁵.

A França de fato fez uma quebra decisiva com o passado: em 1946, com pouco debate na legislatura, ela aprovou os *Fonds d'Investissement et de Développement Economique et Social* (FIDES), encerrando a tradição de autossuficiência colonial e tornando verbas metropolitanas disponíveis para projetos de desenvolvimento. Os FIDES foram acompanhados de uma retórica contraditória: reivindicações de que uma infraestrutura moderna integraria comunidades africanas ao comércio sem mudar a natureza delas e que setores modernos seriam construídos com casas simples no estilo europeu e comodidades urbanas atualizadas. Nesse setor, os africanos estariam “trabalhando no estilo europeu, ou seja, com produção análoga em termos de qualidade e rapidez à dos trabalhadores da Metrôpole. *A bricolagem* deve ser substituída pela técnica”⁶.

O contexto ideológico em que a Grã-Bretanha e a França se voltaram para o desenvolvimento – a necessidade de encontrar uma base progressiva para o domínio colonial continuado numa era em que as principais potências tinham tornado a “autodeterminação”

5 A necessidade de coordenar esforços de desenvolvimento tornou-se um argumento para uma centralização política. “Commission Chargee de l'Étude des Mesures Propres a Assurer aux Colonies Leur Juste Place Dans la Nouvelle Constitution Francaise”, sessões de 30 de maio e 27 de junho de 1944, AP 214, ANSOM.

6 Assemblée Nationale Constituante, *Annales* 4 (12 de abril de 1946), cc 1756-58; Inspecteur General des Travaux Publics des Colonies, “Plan d'Équipement Decennal des Territoires d'Outre-Mer. Afrique Occidentale Francaise, Section I: Depenses d'Interet Social et Depenses Diverses. Notice Justicative”, 8 de fevereiro de 1945, IQ 162 (74), Archives du Senegal (daqui para frente AS). N.E.: *bricolage* (Fr.) significa levar vida errante, fazer pequenas coisas inconsequentes.

um slogan de política internacional – coincidiu com as necessidades cada vez maiores que os dois países tinham pelos seus impérios. Destruídas pela guerra, com impérios asiáticos fugindo do controle, a Grã-Bretanha e a França viam a África como o único lugar em que novos recursos podiam ser mobilizados. A Grã-Bretanha enfrentou esta imposição com uma acuidade especial durante a crise do dólar de 1947. O Ministro de Negócios Econômicos do Governo Trabalhista, Stafford Cripps falou na conferência de governadores africanos em 1947, “todo o futuro do grupo esterlino e sua capacidade de sobreviver depende, na minha visão, de um desenvolvimento rápido e extensivo dos nossos recursos africanos”⁷. O Governo Trabalhista do pós-guerra na Grã-Bretanha abrangeu uma visão de produção do desenvolvimento de maneira mais decisiva dos que seus antecessores Tories: sua necessidade de obter recursos africanos era tão central e ele temia tanto ser acusado de explorar as colônias que seus ministros deixaram de discutir o relacionamento de desenvolvimento e bem-estar e os dois foram fundidos num único conceito em discussão pública e secreta. À medida que o impulso do dólar continuou em 1948 e 1949, mais afirmações apareceram de que as economias colonial e metropolitana eram “complementares” ou “harmoniosas”. Ainda assim, Cripps revelou a hierarquia de valores ao falar exatamente para as pessoas cuja pobreza estava sendo aliviada que seus interesses dependiam da saúde da economia britânica e que elas deveriam estar dispostas a sacrificarem o “consumo atual desnecessário” para esse fim. E quando o Secretário Colonial

7 Transcrição de *African Governors' Conference*, 12 de novembro de 1947, 40. Ernest Bevin, o Secretário das Relações Exteriores, transformou esta esperança num mundo da fantasia desenvolvimentista, prevendo “grandes montanhas de manganês” e de outras matérias-primas na África e afirmando, “Se nós pelo menos prosseguíssemos e desenvolvêssemos a África, nós poderíamos ter os Estados Unidos dependentes de nós e comendo na nossa mão em quatro ou cinco anos”. Bevin citado nos diários de Hugh Dalton, 15 de outubro de 1948; citado em Pearce (1982: 95-6). Para a *version française* do argumento de que nós precisamos da África de maneira absoluta, veja o Governador Roland Pre, discurso ao Conselho Geral da Guiné, 22 de outubro de 1949, Agence FOM 393/5bis, ANSOM.

Trabalhista Britânico, Creech Jones, resumiu as realizações do seu ministério no final de 1948, o “impulso exportador” veio em primeiro lugar, as arrecadações e a poupança em dólar vieram em segundo lugar e programas sociais na África e nas Índias Ocidentais vieram em décimo terceiro lugar⁸. O discurso do desenvolvimento estava equiparando cada vez mais o desenvolvimento ao crescimento – e não estava fazendo perguntas demais sobre as unidades cujo crescimento estava em questão.

Foi porque a África britânica desenvolveu concentrações maiores de trabalhadores numa data anterior – nas minas da África Central, nos portos como o de Mombasa, no Quênia, ou sistemas coloniais complicados, como na Nigéria – que a questão trabalhista foi enfrentada antes do que na África francesa. Ainda assim, funcionários do governo – pelo menos em Londres – continuavam tentando transformar a questão trabalhista em uma outra coisa. Quando a guerra acabou, os funcionários do governo francês ainda achavam que a questão trabalhista pudesse ser evitada, ou então que a questão fosse saber se os africanos trabalhariam em troca de salários de maneira absoluta em vez de quais seriam as condições sociais do trabalho assalariado. A sociologia do desenvolvimento de Londres no final da guerra assemelhou a mão de obra ao bem-estar: se as condições materiais para os trabalhadores chegassem a algum nível não especificado de suficiência (cuidadosamente mantida distante do padrão de

8 Arthur Creech Jones e Sir Stafford Cripps, discursos na *African Governors' Conference*, 1947; Creech Jones, Memorando sobre “Development of Colonial Development Working Party,” 1948, 4-5, CO 852/868/5; Partido Trabalhista do Desenvolvimento Colonial, Relatório Provisório, 19 de abril de 1948, PREM 8/923, PRO; Creech Jones para Stafford Cripps, 19 de novembro de 1949, Creech Jones Papers, Rhodes House, Oxford, 44/1, folios 133-36. “The Future Work of the Colonial Development Working Party,” EPC(48)35, 27 de abril de 1948, PREM 8/923, Creech Jones, discurso, “Development of Backward Areas,” 1949, e “Some Practical Achievements in the Colonies since the War,” Colonial Office paper, 7 de dezembro 1948, Creech Jones Papers, 44/1 e 44/2, Rhodes House, Oxford University. Então funcionários ansiosos do governo estavam dispostos a se juntarem à obsessão com o crescimento econômico que estava surgindo entre os economistas (Arndt, 1978). Veja também Cowen (1984) e Cowen e Shenton (1991).

vida metropolitano), então a ordem poderia ser preservada e a expansão da produção não poderia ser considerada exploração. O importante “e” na Lei do Desenvolvimento Colonial e do Bem-Estar continha questões cruciais que não estavam sendo feitas, assim como o documento francês para o desenvolvimento após a guerra, administrado a partir da França com a ajuda de uma pequena elite colonial assimilada na cultura francesa que presidia sobre uma economia de camponeses, produzindo e reproduzindo de maneiras que não precisavam ser entendidas.

A sociologia do desenvolvimento do pós-guerra

Em Londres e Paris, os agricultores africanos pareciam muito africanos: os funcionários do governo colonial francês pareciam ter aceitado a antiga visão britânica (“governo indireto”) de comunidades coerentes com seu estilo de vida, enquanto seus colegas britânicos estavam apenas começando a pensar sobre o mundo rural como uma oferta de possibilidades mais dinâmicas do que isso. Nos dois casos, os termos em que servidores de alto escalão generalizavam sobre o que eles consideravam como sendo o atraso africano sugerem que a noção de desenvolvimento era altamente abstrata, focada num ponto final, não um processo de avançar a partir de um presente restrito, porém dinâmico. Os fazendeiros de cacau produtivos da Costa do Ouro ou da Nigéria Ocidental eram bem conhecidos pelos funcionários do governo locais, mas não apareciam nas discussões intensas de “desenvolvimento agrícola” realizadas em Londres em 1946 e 1947.

O Secretário Colonial Trabalhista Arthur Creech Jones referia-se aos africanos como “crus e ignorantes”; um governador em 1947 descreveu o continente como “uma grande massa de seres humanos que atualmente estão num estado moral, cultural e social muito primitivo”. No que dizia respeito à agricultura, os funcionários do governo estavam dispostos a censurar as práticas africanas

e a pensar em soluções severas e brutas. Sydney Caine, chefe do departamento econômico do Governo Colonial, achava que os sistemas africanos de posse de terra e as rotinas culturais associadas a eles, se fossem mantidas plenamente na sua forma tradicional, impediriam de maneira eficaz qualquer mudança técnica rápida [...] possivelmente toda e qualquer mudança”. Ele observou que os funcionários do governo com quem ele estava se reunindo estavam dispostos a “aceitar um grau bastante substancial de compulsão na introdução de melhorias agrícolas e de outros tipos”. Ele próprio achava que os povos coloniais, inclusive os das Índias Ocidentais, eram

inferiores em termos de eficiência, como trabalhadores manuais e, em termos de iniciativa, empreendedorismo e capacidade de organização, como empreendedores e gestores à média deste e de outros países que estão avançados no sentido ocidental. Não podemos rejeitar totalmente a possibilidade de inferioridade racial inata, mas certamente não há razão suficiente atualmente para aceitar essa explicação. Condições climáticas e de vida e uma estrutura social que [...] é hostil à mudança e, portanto, ao empreendedorismo, são, no mínimo, fatores substanciais nesta inferioridade.

Creech Jones – que há muito tempo era contra o trabalho forçado – agora passou a concordar que

o desenvolvimento econômico na esfera agrícola atualmente é refreado pelo baixo padrão de produtividade do camponês africano, pela sua falta de disposição para adotar métodos agrícolas melhorados e pelo fato de ele não tomar medidas adequadas para a conservação do solo

e ele também concluiu que a compulsão teria que ser usada se os camponeses africanos não evoluíssem⁹.

Então, os arquitetos do desenvolvimento no pós-guerra queriam que a África tivesse um sistema agrícola completamente diferente e não tinham muita ideia de como reformar o atual. A Conferência dos Governadores de 1947 foi informada que a época “da família individual trabalhando com ferramentas primitivas” tinha passado “e que mudanças radicais no sistema de agricultura são necessárias para permitir operações numa escala maior, com o aumento do uso de assistência mecânica e com o objeto básico do aumento da produtividade”. Pensou-se um pouco em estimular a agricultura de *plantation* e em outras maneiras de aumentar a escala. Mas os funcionários do governo recuaram, tão desdenhosos da possibilidade de uma classe africana de proprietários de terra quanto de proprietários africanos de pequenos sítios¹⁰.

A busca pelo “agricultor progressista” se reunia de maneira constrangedora com hábitos de apoiar autoridades “tradicionais” e a condenação de práticas de técnicas agrícolas africanas coexistiam com a desconfiança dos próprios agricultores que se separaram das práticas passadas. Muitas intervenções rurais dependiam de funcionários de extensão agrícola para seduzir e coagir produtores africanos a conservarem o solo, combaterem doenças das plantas e usarem ferramentas e equipamentos melhores. A qualidade impulsiva do British Groundnut Scheme ou do French Office du Niger – projetos agrícolas enormes dirigidos como operações militares – faz pouco sentido quando se considera quão pouco os funcionários confiavam na capacidade de reação do mercado

9 Creech Jones, discurso na Conferência dos Governadores, 1947, 22; Governador Mitchell do Quênia para Creech Jones, 30 de maio de 1947, CO 847/35/47234/1/47; Sydney Caine, *Minuta*, 23 de abril de 1946, CO 852/1003/3; Creech Jones, *Despacho Circular*, 13 de julho de 1948, CO 852/10003/4, PRO.

10 Relatório do Comitê Sobre a Conferência de Governadores Africanos, 22 de maio de 1947, apêndice 6; “The Economic Development of Agricultural Production in the African Colonies”, CO 847/36/47238, PRO.

africano com a tarefa vital de fornecer óleo vegetal para a classe trabalhadora inglesa ou algodão para os teares franceses (Low e Lonsdale, 1976, p. 12; Moore e Vaughan, 1994, p. 10-128; Havinden e Meredith, 1993, p. 276-283).

O discurso colonial francês às vezes parecia estar olhando para trás para o camponês exatamente como o discurso britânico estava olhando para revoluções agrícolas míticas. Mas à medida que expectativas na burocracia sobre o que os FIDES realizariam, um discurso semelhante sobre o “primitivismo” de produtores africanos surgiu. “Infelizmente”, comentou um relatório, “os métodos atuais de uso da terra equivalem ao ‘nomadismo agrícola’”. Especialistas técnicos, métodos de polícia e cooperativas eram solicitados para fazer os produtores ficarem quietos no lugar. Outro funcionário do governo reclamou dos métodos arcaicos de cultivo e da passividade e da falta de estímulo que levaram os camponeses a se contentarem com uma existência de subsistência “sem grande esforço” em vez de tentar alguma coisa melhor¹¹. Na África Equatorial Francesa, os principais funcionários do governo sentiam que eles “estavam começando do zero”. Foi dito numa conferência para revisar planos que,

Infelizmente, esta agricultura está totalmente nas mãos de africanos e por esta razão seu desenvolvimento certamente será relativamente lento, porque será necessário agir sobre o nativo, ensiná-lo a racionalizar seus métodos, para melhorar seu produto [...].

Um governador insistiu que era necessário pressionar projetos de desenvolvimento diante de uma população que permaneceu

11 AOF, *Inspection du Travail, Relatório Anual*, 1951; Senegal, *Rapport Economique*, 1947.

congelada em conceitos anacrônicos e arcaicos e não vê a necessidade de participar por um esforço voluntário e equilibrado do progresso do seu país. *Em geral, as massas ainda não estão socialmente prontas para se adaptarem às normas de uma vida renovada*¹².

O ponto positivo foi a Costa do Marfim, onde agricultores africanos – libertados desde 1946 das dores do trabalho forçado – estavam aumentando sua produção de café e cacau. Funcionários locais do governo observaram que no começo da década de 1950 a Costa do Marfim representava mais de 40% das exportações da África Ocidental Francesa por volume e 64% das suas arrecadações com o comércio exterior. Mas o que é curioso é o quanto os funcionários do governo queriam saber pouco sobre as iniciativas sociais e econômicas que tornavam isto possível. Os funcionários queriam seu cacau e seus preconceitos também¹³.

Quando os funcionários dos governos coloniais franceses e britânicos tentaram aplicar suas visões de um novo futuro como se fosse a uma *tabula rasa*, eles enfrentaram a complexidade social e política do interior e da cidade africanos. Tentativas de impor métodos aparentemente modernos de conservação do solo e agronomia na África “rural” levou a um enorme conflito (Beinert, 1984; Throup, 1987; Feierman, 1990). Nas cidades, funcionários do governo britânico foram lembrados do que tinha sido descoberto durante investigações na época da guerra sobre conflitos trabalhistas domésticos: que uma classe trabalhadora tinham

12 Governador Geral Bernard Cornut-Gentile, “Memoire Sur l’Execution du Plan d’Equipement en Afrique Equatorial Française Pendant les Exercices 1947-48 et 1948-49” (Brazzaville: Imprimerie Officielle); M. Moreau, do Togo, para a Conference d’Etudes des Plans, 29 de novembro de 1950, Compte Rendu, AE 169; “Observations et Conclusions Peonnelles du Gouverneur Roland Pre, President de la Commission d’Etude et de Coordination des Plans de Modernization et d’Equipement des Territoires d’Outre-Mer”, maio de 1954, mimeografia na biblioteca da ANSOM, ênfase no original.

13 H. de la Bruchollerie, “Note Sur la Situation Economique de la Cote d’Ivoire au Premier Janvier 1954”, IQ 656 (171), AS; Costa do Marfim, Rapport Economique, 1950, 1951, 1952, 1953. Houve uma literatura “favorável ao camponês” anterior à guerra, interrompida nos anos após a guerra.

sido criada e que sua capacidade de sobreviver e se reproduzir em condições urbanas tinham que ser uma parte do planejamento econômico.

A onda de greves da década de 1940, tanto nas colônias francesas quanto nas britânicas da África, e grandes greves da década de 1950, obrigaram os funcionários do governo a se envolverem na vida social que ia além do modelo de desenvolvimento. Tanto os funcionários do governo britânico quanto do governo francês pensaram que a solução para o problema social estava no conhecimento europeu de como gerenciar uma classe trabalhadora. Foi a ideia abstrata de uma classe trabalhadora – delimitada, diferenciada e auto-reprodutora, assim como a ideia de um sistema de relações industriais para regulamentar disputas – que atraiu os funcionários do governo. Supôs-se que a gestão envolvia separar um corpo compacto de homens que se beneficiariam da melhoria na habitação urbana, dos recursos e de uma remuneração maior, que se interessariam por uma linha de carreira específica e trariam suas famílias para a cidade, tornando-se aculturados à vida urbana e ao trabalho industrial ao longo de várias gerações. Os funcionários do governo sabiam pouca coisa sobre condições de vida urbana, ou sobre a vida social de trabalhadores em cidades, portos, minas e ferrovias da África. Os funcionários do governo queriam principalmente saber sobre orçamentos: quais números deveriam ser vinculados aos cálculos do que uma família precisava para se reproduzir. Ainda assim, este modo de conhecimento foi transformado em vantagem por sindicalistas: o próprio eurocentrismo do pensamento oficial e a linguagem universalista em que ele se expressava tornou-se a base para as reivindicações dos trabalhadores. Se os funcionários do governo queriam que os africanos trabalhassem como europeus, eles deveriam pagá-los como europeus.

No final da década de 1940, o discurso oficial tratava apenas uma classe como tal – a classe trabalhadora. Era mais uma classe desejada do que existente. A fantasia era tanto positiva quanto razoavelmente específica. Não se pensa nem nos agricultores nem nos africanos com educação formal como classes. Discussões em Londres sugerem que um debate em alto nível ocorria com pouca atenção para pessoas como os mercadores da Nigéria ou do Senegal, que eram os que mais se aproximavam de preencher o molde de uma classe superior responsável, vinculada da maneira certa à propriedade e ao comércio, que então se desenvolveria por conta própria. Em Londres se contestava se a educação baseada no exterior podia tornar isto possível. Paris dava mais crédito ao seus *évolués*, mas assim como Londres ela tentou delimitar o terreno de política legítima cuidadosamente, excluindo os rebeldes de Madagascar e Camarões, da mesma maneira que a Grã-Bretanha excluiu os lutadores da floresta do Quênia que atacaram a própria ideia do projeto modernizador do estado colonial e da imagem do “homem novo”.

A relevância da ideia de desenvolvimento para governos coloniais pode parecer ser que ela sinalizou que o abandono da antiga reivindicação estava presidindo sobre povos imutavelmente distintos, do governo colonial proporcionar ordem a povos selvagens e lentamente trazendo-os para a civilização. As aspirações do pós-guerra para um império politicamente legítimo e economicamente produtivo agora estavam fundadas em conceitos não culturais de relações de desenvolvimento e industriais, nos quais os europeus progressistas supunham que os africanos funcionavam como produtores, mercadores ou trabalhadores tanto quanto qualquer outra pessoa. Esta reconfiguração de suposições hegemônicas levou a dois problemas: estas reivindicações abriram o potencial para autocontradições no discurso colonial. E estas reivindicações eram mensuráveis de uma forma que afirmações sobre “civilização”

não eram. Os sindicalistas podiam apontar para a desigualdade em taxas de salários, enquanto os contadores do próprio governo colonial podiam dizer se o ímpeto do desenvolvimento estava compensando.

A desilusão dos desenvolvedores e o surgimento da teoria da modernização

Não era a possibilidade de mudança econômica que estava sob tensão, mas sim a visão específica dela que os regimes coloniais desenvolveram: projetos coloniais tinham a cabeça maior que o corpo, eram caros demais e costumavam ser ineficazes do ponto de vista tanto dos governos estrangeiros que os iniciavam quanto das populações africanas diretamente afetadas. O senso de fracasso tinha muito a ver com a forma como o problema foi moldado para começar: uma única ideia de “desenvolvimento” reunindo o crescimento dos padrões de vida africanos, simultaneamente com a reconstrução da economia britânica, por sindicatos “responsáveis” e políticos respeitáveis, usando ideias científicas aplicadas por especialistas inteligentes. Em 1957, quando foi questionado formalmente pelo Primeiro-Ministro Harold Macmillan para uma análise de custo/benefício “para cada uma das nossas possessões coloniais”, o Comitê Oficial de Política Colonial não conseguiu demonstrar para o Gabinete que o desenvolvimento colonial tivesse produzido qualquer benefício econômico para a Grã-Bretanha em si, ao mesmo tempo em que estava igualmente claro que as colônias estavam surgindo a partir da sua indisposição econômica e política. Ao mesmo tempo, no entanto, os funcionários do governo – concentrando-se no ponto final da “modernização” – interpretaram sua ausência como sendo caótica e perigosa.

O discurso modernizador dos burocratas estrangeiros é anterior ao crescimento na academia do que passou a ser conhecido como “teoria da modernização”. Os funcionários do governo,

assim como os estudiosos, precisavam de uma sensação do rumo que eles estavam tomando, até mesmo enquanto eventos estavam despedaçando seu senso de controle. Ao mudarem de uma forma de autoridade colonial para outra, eles estavam rejeitando o que era “tradicional” nas suas próprias estruturas de autoridade – o direito de comandar, a afirmação de que o governante bom “conhece seus nativos”. Ao segurarem diante deles uma visão de uma África transformada por técnicas, instituições e modelos europeus, os planejadores britânicos e franceses, como modernizadores, estavam afirmando seu direito de governarem a África por algum tempo, alegando que eles sabiam como a África deveria ser, mesmo que ela acabasse que governando a si mesma.

Minha intenção nestas páginas não é mapear as raízes intelectuais ou as variedades de teorias de desenvolvimento e modernização (sobre desenvolvimento econômico, veja Arndt, 1987). Ao contrário, o propósito aqui é indicar o terreno discursivo compartilhado em que os funcionários do governo e os estudiosos operavam. A teoria da modernização, especialmente nas suas variantes americanas, de “tradição” e “modernidade” e discutindo o processo de modernização em termos do fim em cuja direção ela supostamente estava indo. A modernização acarretou um pacote, uma série de mudanças covariantes: das economias de subsistência para as de mercado, da cultura política do sujeito para a do participante, dos sistemas de *status* adscritivo para os de *status* de realização, do relacionamento familiar estendido para o nuclear, da ideologia religiosa para a secular. Para alguns dos principais expoentes, esta concepção de mudança era uma alternativa explícita ao progressivismo comunista. A tensão central entre modernização como um projeto dirigido por aqueles que a entendiam e modernização como um processo meta-histórico, impulsionado por forças profundamente estabelecidas, é evidente tanto na literatura acadêmica quanto no discurso oficial.

Eu analisei em outro lugar (Cooper, 1996) a visão dos modernizadores do trabalho e do industrialismo: industrialismo como uma “forma de vida” se estendendo ao redor do mundo. Nem todos os modernizadores pensavam que a sociedade tradicional seria varrida para uma modernidade homogênea, mas eles alertavam que a resistência não preservaria uma forma de vida alternativa. Em vez disso, ela condenaria aqueles que resistissem ao fundo do mercado de trabalho. A economia dual – dividida entre o setor tradicional e o moderno – tornou-se um marco da economia do desenvolvimento da década de 1950¹⁴. A teoria dualista mais rigorosa foi *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, de W. Arthur Lewis, publicada em 1954. Lewis argumentou que a dinâmica central do desenvolvimento era fazer com que as pessoas mudassem do setor tradicional para o setor capitalista. No setor tradicional, o produto marginal do trabalho costumava ser desprezível, zero ou negativo, em todo caso o trabalho podia ser libertado dele a um salário determinado por necessidades de subsistência ou pelo produto médio do trabalho, em vez de pelo produto marginal do trabalho como numa economia desenvolvida. Manter os salários nesse nível manteria o excedente gerado pelos trabalhadores recentemente empregados nas mãos de capitalistas que investiriam seus lucros em mais produção e criação de empregos, até que o setor racional fosse drenado de todo seu trabalho excedente. Nesse ponto, os salários, a produtividade

14 O dualismo da década de 1950 se baseava no de J. H. Boeke (originalmente publicado em 1942, revisado em 1953), mas era basicamente diferente. Boeke considerava o dualismo como sendo o resultado do “confronto de um sistema social importado com um sistema social local de outro estilo” após a conquista colonial (p. 4). O conceito de Boeke era parte de uma crítica do colonialismo, mas os economistas da década de 1950 estavam preocupados com os relacionamentos de dois setores e o que ocasionou o relacionamento entre eles não foi sua preocupação. Assim, o dualismo tornou-se uma característica aparentemente natural da economia subdesenvolvida e a margem crítica de teorias anteriores foi perdida. O conceito de economia dual recebeu a sanção das Nações Unidas (1951, p. 9; 1959, p. 12) assim como a dos principais estudiosos.

agrícola e a demanda por emprego suporiam um relacionamento característico de economias desenvolvidas¹⁵.

A economia dual de Lewis é marcadamente paralela à sociologia industrial dualista: um economista que argumentar que uma sociedade exiba um produto marginal do trabalho igual a zero estará dizendo algo muito semelhante a um sociólogo industrial que chama uma cultura de “tradicional” ou “primitiva”. O próprio Lewis contrastou a “escuridão econômica” do setor tradicional com a “frutificação” que ocorreu quando o capital foi aplicado ao trabalho no setor capitalista; os dois setores eram “outros mundos”¹⁶.

Apesar da dinâmica no modelo de Lewis como o deslocamento de pessoas de um setor fixo para outro, Lewis há muito tempo vinha sendo (e continuava) crítico de proprietários de *plantations* e do imperialismo em geral. Ele condenava o fato de eles deliberadamente manterem as receitas agrícolas num nível baixo para reduzirem os salários. Ele separava a desigualdade gerada pela busca do aluguel e pelo poder – que ele menosprezava – da desigualdade gerada por lucros dos capitalistas – que ele considerava a chave para o desenvolvimento econômico¹⁷.

Seu ataque ao imperialismo no estilo antigo e sua aceitação do planejamento estatal e da intervenção foi consistente com o pensamento do Colonial Office desde 1940. Ele não ignorou o crescimento com o aumento do padrão de vida dos trabalhadores

15 Lewis (1954). Algumas das ideias de Lewis sobre o excedente de mão de obra – apesar de não à dualismo setorial rigoroso – teve antecedentes na obra de P.N. Rosenstein-Rodan, especialmente 1943. O pensamento da época da guerra sobre o pós-guerra foi importante para abrir perguntas de investimento planejado na profissão de economista e entre conselheiros políticos. Veja Arndt (1987, p. 43-48).

16 Lewis (1954, p. 141, 147-8). O setor tradicional poderia incluir trabalhadores informais urbanos e pequenos comerciantes, de quem o ato de eliminar pessoas não significaria a perda de tempo de trabalho gasto coletivamente fazendo suas atividades anteriores. Lewis (1955a, p. 193) era a favor de políticas de estabilização do trabalho, consistentes com seu desejo de construir uma força de trabalho no setor moderno.

17 Lewis (1954, p. 149, 159; 1939). Para outra visão das suposições de Lewis sobre o setor tradicional – especialmente se a repressão é necessária para manter uma taxa salarial constante – Weeks (1971).

como os funcionários do governo britânico vinham fazendo desde a Segunda Guerra Mundial. Ele argumentou, ao contrário, que os salários tinham que ser mantidos constantes até que o excedente de mão de obra fosse absorvido e que ao longo do tempo o desenvolvimento econômico teria efeitos benéficos tanto para os trabalhadores no setor capitalista quanto no setor tradicional; ele discutiu os fatores que poderiam permitir ou não que grupos específicos se beneficiassem. Lewis ajudou a moldar uma corrente principal emergente da economia do desenvolvimento, visando uma redução de longo prazo de desigualdades globais baseada numa mistura de mecanismos de mercado e planejamento estatal, sendo que as duas coisas eram receptivas à análise econômica¹⁸.

O argumento de Lewis é especialmente interessante em função de quem ele era: um intelectual das Índias Ocidentais, nascido em Sta. Lúcia, educado na London School of Economics, um homem de dois continentes, mas que não estava disposto a pensar em si próprio como tendo duas culturas:

Um nível cultural baixo é um dos sócios da pobreza; muita coisa é feita em círculos nacionalistas de arte e música africana, mas os africanos têm consciência que a música deles não é uma realização artística tão ótima quanto a de Beethoven, que eles não têm uma literatura, que suas religiões estão num nível relativamente baixo e que seu relacionamento familiar e outros padrões sociais, que são uma grande felicidade para o antropólogo, são frágeis demais para resistirem aos fermentos do século XX¹⁹.

18 Veja Arndt (1987) e para um estudo de como estas ideias foram aplicadas no final da década de 1950 e na década de 1960 ao primeiro estado independente da África, Killick (1978).

19 Lewis (1955b, p. 97-98). Antes, Lewis escreveu, "As colônias são pobres porque os povos coloniais não aprenderam a dominar seu ambiente. Suas técnicas e suas ferramentas são primitivas; sua higiene é deplorável e suas atitudes de maneira muito frequentemente são uma aceitação fatalista da sua condição de inevitável". Ele defendeu a educação, mas pode-se interpretar sua teoria de 1954 como aceitando que a sociedade tradicional não podia ser modificada dessa forma e que a mudança só

Como um economista e como um intelectual colonial, Lewis acreditava na trajetória que ele havia tomado: através da educação e da adoção dedicada das formas social e cultural da sociedade europeia moderna. Brutal em sua dissecação do privilégio improdutivo, ele era ao mesmo tempo um teórico do fim do império e do aumento de uma economia do desenvolvimento universalista em que as elites das antigas colônias e a antiga metrópole poderiam compartilhar fundamentos comuns.

Conclusão

Como se lê o que este intelectual colonial e cientista social estava dizendo? Numa primeira olhada, parece uma parábola do neocolonialismo: o surgimento de um discurso internacional que produz o dualismo do relacionamento colonial sem seu racismo explícito e sem sua dependência do exercício direto do poder político por um governo imperial. Foi mais complicado do que isso. A ideologia do desenvolvimento originalmente deveria sustentar o império, não facilitar a transferência de poder. Ainda assim, os argumentos desenvolvimentistas – sobre a política trabalhista e sobre o planejamento econômico – poderiam ser apropriados por líderes sindicais e políticos na África. Da mesma maneira que se pode ler o universalismo do discurso de desenvolvimento como uma forma de particularismo europeu imposta no exterior, também poderia ser lido – conforme Lewis fez – como uma rejeição das premissas básicas do governo colonial, uma afirmação sólida para que pessoas de todas as raças participassem da política global e reivindicassem um padrão de vida definido globalmente.

poderia ocorrer tirando o povo da sua abrangência e trazendo-o para um setor moderno, W.A. Lewis, "Principles of Development Planning", memorando para o Colonial Economic and Development Council, 11 de abril de 1948, artigos do Fabian Colonial Bureau, Rhodes House, Oxford University, 67/1, item 1.

Pode-se ver como um modelo de Lewis da economia dual poderia escorregar para o tipo de ortodoxia que se tornou uma tendência na economia do desenvolvimento por alguns anos, com suas categorias homogenizadoras para as trajetórias sociais e culturais que ela buscava modificar (“LDC” – país menos desenvolvido, “população-alvo”) e sua visão estreita do crescimento. Mas o discurso do desenvolvimento não se encaixava de maneira ordenada nessa caixa. Uma ortodoxia nem tinha sido estabelecida quando economistas latino-americanos – no final da década de 1940 – estavam articulando uma versão da economia estruturalista que negava o pressuposto presunçoso do benefício mútuo entre o “centro” e a “periferia” e que insistia que menos comércio global, em vez de mais, era a chave para o desenvolvimento autônomo (Comissão Econômica para a América Latina, 1951; Sikkink, 1997). O estruturalismo deveria dar origem a uma crítica radical do capitalismo global – teoria da dependência – mas também a políticas de industrialismo por substituição de importações que trabalharam para entrarem na ortodoxia. O envolvimento teórico foi muito mais complexo do que uma dicotomia de abordagens neocoloniais e anti-imperialistas. Na África, o paradigma desenvolvimentista adotou diversas formas. No Senegal (Diouf, 1997)²⁰, o primeiro governo independente ignorou o dualismo não cultural da teoria anglo-americana em favor dos teóricos corporativistas franceses que enfatizaram a harmonia de cada grupo social. O aparato de planejamento senegalês fez o contrário do que os especialistas franceses e britânicos tinham feito: ele compilou um levantamento de vários volumes de cada uma das regiões do Senegal, enfatizando a dinâmica contínua da organização econômica, as possibilidades de mudança nelas e as formas em que estruturas locais puderam ser vitalizadas e receber autonomia. Esta abordagem – assim como vários projetos “ortodoxos” – acabaram falhando, uma vítima do

20 N.E.: O artigo citado aqui por Mamadou Diouf está reproduzido como o Capítulo 29.

poder continuado de firmas francesas e da capacidade de elites senegalesas de apropriarem novas estruturas para suas atividades que buscavam aluguel.

Mas o fato de uma abordagem ao desenvolvimento focada em condições locais e na mobilização da comunidade ter sido tentada no Senegal sugere as aberturas e os fechamentos em torno deste conceito evasivo e multivalente de desenvolvimento. A questão não é simplesmente os méritos intrínsecos ou a arrogância intrínseca de um discurso universalista. No último meio século, a relevância política do desenvolvimento mudou de maneira fundamental. Ela não simplesmente brotou da face dos líderes coloniais, mas foi em grande parte imposta a eles tanto pelas ações coletivas de trabalhadores localizados em centenas de contextos locais quanto numa economia imperial. O desenvolvimento deveria restabelecer o controle imperial sobre a pauta do governo na época do pós-guerra, mas a visão de uma África reformada foi capturada por sindicalistas africanos, movimentos políticos africanos e outros movimentos sociais para insistirem – muitas vezes de maneiras conflitantes – que a mudança direcionada deve levar em consideração as necessidades sociais e políticas das pessoas mais interessadas. Até mesmo à medida que a evolução dos aparatos de desenvolvimento internacional e nacional e teorias do desenvolvimento canalizaram aspirações de maneiras específicas, a crença inerente de que pessoas de todas as origens deveriam aspirar a um mundo melhor inspirou novos desafios. Nas décadas de 1940 e 1950 – e talvez no futuro – os significados de desenvolvimento refletiram o envolvimento da mobilização local com discursos globais e de discursos locais com a estrutura global de poder.

* * *

Frederick Cooper é professor de história na Universidade de Nova York. Cursou doutorado na Universidade de Yale, em 1974. Sua especialidade é colonização, descolonização e a história contemporânea das relações trabalhistas na África Oriental, especialmente escravidão nas plantações e outros tipos de relações agrícolas de trabalho no litoral do Quênia e em Zanzibar. Na obra *Africa Since 1940: The Past of the Present* (2002), ele introduziu na literatura especializada a ideia de “estados porteiros”. É crítico influente de coloquialismos como “globalização”, “império”, “identidade” e “desenvolvimento”, apresentando a evolução histórica destes termos principais como antídoto à sua crônica e excessiva simplificação no discurso acadêmico atual. Seus livros recentes incluem essas questões: *Colonialism in Question: Theory, Knowledge History* (2005) e *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa* (1996).



CAPÍTULO 23

ATÉ QUE PONTO OS ODMS SÃO ADEQUADOS PARA ALCANÇAR A REDUÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO EM GANA?

Abena D. Oduro

Gênese

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram expostos formalmente em setembro do ano 2000 com a adoção da Declaração do Milênio por chefes de estado e de governo. A gênese dos ODMs remonta a meados da década de 1990, quando o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento decidiu investigar quais estratégias de desenvolvimento levariam a uma eficácia de auxílio. Os ODMs não são novos. Eles são uma “[...] série de objetivos concretos, de médio prazo, todos baseados nas recomendações das principais conferências das Nações Unidas [...]”¹. Os objetivos se desenvolveram cada vez mais a ponto de virarem a referência

¹ Memórias de Jim Michel, que serviu como Diretor do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento de 1994 a 1999. Disponível em: <<http://www.oecd.org/documentprint/>>.

com a qual se avalia a eficácia da assistência internacional, assim como esforços de desenvolvimento domésticos. Em Gana, tanto no nível nacional quanto no distrital, planos de desenvolvimento e estratégias são projetados usando os ODMs como lente.

Considerando-se a importância atual dos ODMs no diálogo do desenvolvimento e o relacionamento com parceiros de desenvolvimento é importante perguntar se este foco é adequado para garantir a transformação econômica e a redução da pobreza. A Seção 2 deste capítulo analisará a adequação e a suficiência dos ODMs. A Seção 3 situará os ODMs no modelo da política de desenvolvimento de Gana. A Seção 4 resumirá as deficiências dos ODMs indicadas ao longo de todo o texto.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio²

Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

- Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia.
- Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.
- Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.

Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

- Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

2 N. T.: Conforme enunciados na página da Internet “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, do sítio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Acessível em <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>.

Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

- Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar em 2015.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade na infância

- Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

- Até 2015, reduzir a mortalidade materna a três quartos do nível observado em 1990.
- Até 2015, universalizar o acesso à saúde sexual e reprodutiva.
- Até 2015, deter e inverter a tendência de crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo do útero.

Objetivo 6: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças

- Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/Aids.
- Até 2010, universalizar o acesso ao tratamento de HIV/Aids.
- Até 2015, reduzir a incidência da malária e de outras doenças.

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

- Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais.

- Reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa.
- Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao saneamento básico.
- Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

- Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, países sem acesso ao mar em desenvolvimento e pequenos estados insulares em desenvolvimento.
- Tratar globalmente o problema da dívida de países em desenvolvimento mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar sua dívida sustentável a longo prazo.
- Em cooperação com empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento.
- Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente das tecnologias de informação e comunicação.

A adequação e a suficiência dos ODMs

Os ODMs e as metas que os acompanham são louváveis e provavelmente serão incluídos entre objetivos de qualquer plano ou estratégia de desenvolvimento projetado de maneira independente. É importante, no entanto, que seu papel como definidores dos *padrões mínimos* necessários para avançar em direção à redução da pobreza e ao desenvolvimento seja claramente articulado entre legisladores e comunidades. Isto ocorre porque, se os ODMs forem os únicos parâmetros – conforme estabelecidos no quadro na próxima página – para informar a elaboração de programas e para avaliarem o desempenho, o objetivo de uma redução da pobreza e de uma melhoria do bem-estar da grande maioria da população poderá não ser atingido.

O segundo ODM: atingir o ensino básico universal

O objetivo do ensino básico universal na Gana pós-colonial vem desde 1961, quando a Lei da Educação declarou que o ensino básico era compulsório. As medidas implementadas com a entrada em vigor da Lei resultaram num aumento drástico da matrícula tanto de meninos quanto de meninas entre 1961 e 1964. Infelizmente, o aumento rápido da quantidade de pessoas matriculadas foi acompanhado de um declínio na qualidade do ensino³.

O objetivo do ensino básico universal é que as crianças adquiram as habilidades de alfabetização e conhecimento dos números que as prepararão para níveis mais elevados de educação e para serem produtivas no mundo do trabalho⁴. Portanto, a frequência escolar pode ser necessária, mas não é suficiente para a redução da pobreza, o crescimento ou o desenvolvimento. O que

3 Abena D. Oduro (2000).

4 Reconhece-se que a educação tenha outros benefícios para o indivíduo e para a sociedade em grande medida.

se exige além disso é não apenas que todas as crianças frequentem a escola, mas também que elas recebam uma educação com a qualidade e os padrões adequados⁵. O ODM sobre o ensino básico universal enfatiza a quantidade com pouco foco na qualidade. Uma ênfase cada vez maior na qualidade do ensino é necessária em Gana. Um aumento dos gastos com a educação – conforme ocorreu em Gana, especialmente com a implementação da Iniciativa HIPC melhorada – sem a melhoria comensurada da qualidade do ensino, equivale a um desperdício de recursos.

O terceiro ODM: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia às mulheres

Este objetivo é fundamental num país como Gana que tem normas e práticas que discriminam contra mulheres e meninas. Um ponto fraco do objetivo é que ele só se concentra na educação. Apesar de a educação poder ser importante para erodir as normas e as crenças que informam práticas que negam às mulheres uma oportunidade igual em comparação com os homens, esta não é a única maneira em que a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres pode ser atingida.

A principal desvantagem do terceiro ODM está na inadequação dos indicadores usados para rastrear e monitorar o avanço em direção a atingir este objetivo. O uso de taxas como medida de progresso cria várias áreas cinzentas. Um dos indicadores para rastrear o avanço da autonomia das mulheres é a taxa de mulheres alfabetizadas em relação aos homens na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade. Esta taxa foi maior na região Ocidental Superior tanto em 1997 quanto em 2003 (Tabela 1, a seguir). Como este é um indicador de ODM da autonomia das mulheres, alguém poderia

5 N.E.: Sobre a avaliação da qualidade e dos padrões no fornecimento de ensino básico gratuito e compulsório, garantido pela Constituição de Gana de 1994, veja o capítulo 35 de Judith Sawyerr na Seção 4.

concluir de maneira equivocada que as mulheres na região Ocidental Superior têm uma oportunidade maior de se alfabetizarem do que em outras regiões do país. No entanto, a taxa de alfabetização entre a população de homens e mulheres na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade na região Ocidental Superior em 2003 foi de menos de 50%, enquanto a taxa de alfabetização de mulheres na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade na região da Grande Acra em 2003 foi de mais de 80%.

Tabela 1: Proporção entre Mulheres e Homens Alfabetizados – 1997, 2003

	1997	2003
Ocidental	0,754	0,787
Central	0,712	0,801
Grande Acra	0,890	0,910
Volta	0,843	0,844
Oriental	0,885	0,832
Ashanti	0,764	0,836
Brong-Ahafo	0,630	0,776
Norte	0,518	0,615
Alto Leste	0,773	0,860
Alto Oeste	1,086	0,930

Fonte: Ghana Statistical Service. *Core Welfare Indicators Questionnaire Survey*. 1997 e 2003, Acra.

Outro indicador de ODM para monitorar o avanço feito na autonomia das mulheres é a participação delas no emprego assalariado no setor não agrícola. Esta é uma medida imprecisa da autonomia das mulheres no mundo do trabalho por duas razões. A primeira é que as mulheres podem estar empregadas no extremo inferior da escala de salários, recebendo rendas baixas e não estarão necessariamente em cargos de responsabilidade. A segunda é que o emprego autônomo em vez do emprego assalariado pode ser uma decisão consciente de mulheres porque este pode lhes fornecer

uma flexibilidade maior para elas combinarem suas atividades na economia de mercado com suas responsabilidades na economia do cuidado.

Outras preocupações com os ODMs

Os ODMs colocam uma ênfase insuficiente nas dimensões espaciais do desenvolvimento e da redução da pobreza. Um foco apenas em agregados nacionais pode resultar num otimismo prematuro sobre a ocorrência de um avanço para se atingir os ODMs. Dentro de Gana existe uma ampla divergência regional em vários dos indicadores de ODM (Tabela 2, a seguir). O aumento das taxas líquidas de matrículas em quatro regiões com taxas líquidas de matrículas já elevadas pode dar a impressão de uma melhoria das taxas líquidas de matrículas no país inteiro quando este pode não ser o caso. A variação regional na proporção de pessoas alfabetizadas na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade sugere que melhorias podem ser feitas no agregado nacional, enquanto algumas regiões podem registrar pouco ou nenhum avanço.

**Tabela 2: Alguns Indicadores dos ODMs:
Distribuição Regional, 2003**

Região	Matrícula líquida no Ensino Básico	Taxa de alfabetização (15 a 24 anos)	População com acesso a água potável segura	População com acesso a saneamento seguro
Ocidental	0,749	0,733	0,712	0,528
Central	0,729	0,718	0,809	0,565
Grande Acra	0,809	0,869	0,819	0,828
Volta	0,647	0,687	0,521	0,375
Leste	0,756	0,740	0,713	0,603
Ashanti	0,789	0,752	0,849	0,656

Região	Matrícula líquida no Ensino Básico	Taxa de alfabetização (15 a 24 anos)	População com acesso a água potável segura	População com acesso a saneamento seguro
Brong-Ahafo	0,693	0,620	0,703	0,471
Norte	0,499	0,362	0,544	0,235
Alto Leste	0,561	0,461	0,794	0,107
Alto Oeste	0,511	0,464	0,900	0,234
Total	0,699	0,694	0,741	0,550

Fonte: Ghana Statistical Service. *Core Welfare Indicators Questionnaire Survey. 2003*, Acra.

Os ODMs não colocam ênfase suficiente na heterogeneidade na sociedade. Existe um foco em crianças no Objetivo 1 em que uma redução da prevalência de crianças abaixo do peso é um indicador de progresso e no Objetivo 4, ou seja, redução da mortalidade infantil. Um foco na juventude também é fornecido com a inclusão da taxa de desemprego entre os jovens como sendo um indicador para monitorar o avanço para atingir o Objetivo 8. No entanto, não existe nenhum indicador ou alvo que chamará a atenção para algumas das necessidades dos deficientes e dos idosos.

Uma avaliação dos ODMs descobre que

[...] usando [...] o conceito de Sen de funcionamentos, pode-se diferenciar entre ODMs que representam, por um lado, verdadeiras realizações e aqueles que, por outro lado, são simplesmente casuais, dependendo da eficácia de se converter realizações potenciais em efetivas⁶.

Um aumento do fornecimento de água potável limpa e instalações seguras de saneamento é o meio para um fim, ou seja, a melhoria do *status* da saúde e do bem-estar. O fornecimento de

6 James, J. (2006, p. 443).

saneamento seguro e água potável limpa, apesar de necessário, não é suficiente para garantir que a incidência de uma doença seja reduzida. Além disso, a educação sobre a higiene básica, por exemplo, é exigida para se atingir o objetivo pretendido, ou seja, uma população saudável.

Os ODMs e as estratégias de desenvolvimento de Gana

Os objetivos de desenvolvimento de Gana são encontrados nos artigos de estratégia para a redução da pobreza no país – Estratégia de Redução da Pobreza em Gana, ou seja, GPRS I (2003-2005), e Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, ou seja, GPRS II (2006-2009). O objetivo do GPRS I foi “garantir um crescimento igual, uma redução acelerada da pobreza e a proteção do vulnerável num ambiente democrático descentralizado”⁷. No GPRS II, o objetivo do GPRS I foi mantido e situado no objetivo dominante de atingir um *status* de classe média de US\$1.000 per capita até 2015⁸.

Como parte do plano de socorro HIPC⁹, os ODMs tornaram-se o modelo obrigatório no qual a política interna deverá ser moldada pelos países participantes¹⁰. Em Gana, os ODMs são considerados as exigências mínimas para a redução socioeconômica e redução da pobreza¹¹. O documento do GPRS II tem o cuidado de mostrar como as questões identificadas para ação e estratégia se vinculam com os ODMs. Este esforço consciente de usar os ODMs para informar o projeto de planos e estratégias domésticos também fica claro no nível distrital. Os planos de desenvolvimento de médio prazo atuais dos distritos contêm uma matriz para mostrar

7 Republic of Ghana (2003, p. 30).

8 Republic of Ghana (2005, p. 5).

9 N.E.: Sigla de “Países Pobres com Dívida Elevada” – uma categoria de autoria do Banco Mundial na década de 1990.

10 Republic of Ghana (2005, p. iv).

11 Republic of Ghana (2005, p. 7).

como as prioridades identificadas localmente estão alinhadas com os ODMs.

Apesar de esta exigência ser louvável para garantir que os ODMs informem a elaboração de planos e estratégias de desenvolvimento, existem riscos inerentes. Por exemplo, nos planos de desenvolvimento de um dos distritos, a conclusão da residência do Executivo Chefe Distrital foi identificada como contribuindo para atingir os sete primeiros ODMs; a construção de um tribunal foi vinculada ao objetivo de erradicar a pobreza extrema e a fome; e a conclusão de um bloco de dormitório para os deficientes foi justificada sob o terceiro objetivo de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Uma leitura do documento GPRS II sugere que se projetos não puderem ser justificados sob nenhum dos ODMs então eles não serão aceitáveis. Mas os ODMs são apenas exigências *mínimas* para se atingir o desenvolvimento socioeconômico e a redução da pobreza. Portanto, os legisladores e as comunidades não devem considerar que as suas próprias prioridades identificadas, às quais se chegou através de procedimentos estabelecidos e geralmente aceitos, sejam ilegítimas simplesmente porque não conseguem estar diretamente relacionadas a qualquer um dos ODMs.

Conclusão

Atingir os ODMs tornou-se uma parte integral da formulação da política e do planejamento de desenvolvimento em Gana. No entanto, na elaboração, no monitoramento e na avaliação de políticas nacionais e distritais, além dos planos e estratégias de desenvolvimento, é fundamental lembrar que os ODMs são referências *mínimas*. Então, os ODMs não focam explicitamente nos idosos e nos deficientes. Eles têm uma perspectiva limitada no que diz respeito à autonomia de mulheres e se calam no que

diz respeito às dimensões espaciais da pobreza, crescimento e desenvolvimento. Para atingir um *status* de país com renda média até 2015, Gana precisa atingir alvos que vão além dos fornecidos pelos ODMs. Por exemplo, Gana não apenas exige que se atinja o ensino básico universal com aqueles formados no ensino básico tendo as habilidades exigidas de alfabetização e de contar, mas também exige uma força de trabalho equipada com habilidades técnicas e vocacionais para reduzir a lacuna tecnológica. O fato de a posição de destaque ser concedida aos ODMs não deve resultar na evolução dos ODMs para uma caixa que limita o pensamento sobre o desenvolvimento.

Atingir o *status* de país com renda média no contexto do declínio da pobreza exigirá dar uma segunda olhada na alocação de recursos no setor da educação e em outros setores. A decisão sobre como os recursos são localizados não deve ser limitada pelos alvos dos ODMs. Deve ser feito um esforço mais consciente para monitorar a alocação de recursos e os avanços para atingir alvos estabelecidos nos níveis regional e distrital. Há uma falta de informações regionais e desagregadas do sexo em documentos nacionais, por exemplo, na declaração de orçamento. Esta deficiência deve ser abordada. O aumento dos gastos com educação, saúde, água segura, etc. é necessário, mas não é suficiente para atingir a redução da pobreza e a transformação econômica. Também é necessário um fortalecimento de instituições (ou seja, normas, regras, regulamentos e práticas) e organizações.

* * *

Abena D. Oduro é professora do Departamento de Economia da Universidade de Gana, em Legon, desde 2006. Trabalhou no Centro de Análise de Política, em Acra, por sete anos, como Responsável por Projetos e depois como Pesquisadora Bolsista. Ela é membro

do Consórcio de Pesquisa Econômica Africano. Possui mestrado em Economia Política pela Universidade de Glasgow, na Escócia. Suas áreas de interesse de pesquisa são política de comércio internacional, análise da pobreza, economia da educação e análise de gênero. Publicou artigos em periódicos e livros nessas suas áreas, inclusive sobre exportações africanas no sistema comercial mundial e a vulnerabilidade das pessoas empobrecidas em Gana.



CAPÍTULO 24

DESENVOLVIMENTO DE GANA: A EVIDÊNCIA TÉCNICA VERSUS A EVIDÊNCIA DE RUA

Agnes Atia Apusigah

Introdução

Gana tem se saído melhor na sua iniciativa de crescimento socioeconômico do que no seu ímpeto de redução da pobreza. Enquanto os relatórios oficiais demonstram reduções variáveis, porém significativas nos níveis e na incidência da pobreza (MFEP, 2006; Governo de Gana, 2003; NDPC, 2005), diversas avaliações críticas/independentes e anedotas pessoais indicam o contrário, ou seja, a piora nas condições humanas (SEND, 2006; MacKay e Aryeetey, 2004).

Durante as últimas duas décadas e meia, Gana iniciou esforços persistentes para acelerar suas aspirações de desenvolvimento. Várias avaliações, críticas e relatórios feitos tanto por especialistas externos quanto internos e por legisladores apontam para o crescimento em várias áreas da economia (ISSER, 2004; Banco

Mundial 2006; GSS 2002; Governo de Gana, 2003). Usando indicadores como o Produto Interno Bruto, além das taxas de inflação e de câmbio, estes especialistas retratam de várias maneiras as tendências positivas de crescimento da economia de Gana. Estas avaliações, orientadas por planejadores especializados, políticos e tomadores de decisões, foram produzidas usando evidências, técnicas e análises especializadas resultando numa forma específica de dados que eu chamo de *evidência técnica*.

No entanto, existe outra forma de evidência que eu chamo de *evidência de rua*, que costuma concorrer com os relatórios técnicos oficiais sobre a economia. A evidência da rua capta experiências pessoais e realidades específicas de um contexto, vividas por agricultores, comerciantes, trabalhadores, pais e, na verdade, todo tipo de cidadão individual. Essa evidência desafia os padrões científicos de generalidade, replicabilidade, universalidade e mensurabilidade. Para estes concorrentes, a verdade de reivindicações ao crescimento econômico e de indicadores de sucesso dependem da melhoria vivenciada das condições humanas de vidas individuais.

É a disjunção entre estes dois tipos de evidência, ou seja, a de rua e a técnica, que tornou necessária esta discussão. Eu me baseio em dados secundários de diversas obras sobre a economia de Gana, inclusive Baah-Nuakoh (1997) Nyanteng (1997), Frimpong-Ansah (1996), ISSER (2003), Baah-Wiredu (2005), McKay e Aryeetey (2004), NDPC/UNDP (n.d), NDPC/GG (2005) e Sowah (2003), entre outros. Destes especialistas vem o componente técnico (crítico e não crítico) desta análise. A segunda categoria abrange as histórias e relatos em primeira mão de cidadãos ganenses comuns, que têm nas pontas da língua várias informações importantes e atuais sobre os negócios econômicos. Destes não especialistas vem a evidência de rua. Minha análise situa-se na história do

esforço de Gana, que eu traço – mas não limito – ao surgimento das instituições de Bretton Woods (o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), para revelar a natureza vívida desta disjunção e para convidar os leitores a fazerem observações críticas. Eu prefiro que os leitores comparem e julguem sozinhos a legitimidade dos dois tipos de evidência.

Nadando na maré alta de Bretton Woods

Desde a independência e mesmo antes dela, com ou sem o apoio de agências externas, os legisladores têm trabalhado para acelerar o desenvolvimento de Gana. Diversas políticas e diversos programas para modernizar a economia nacional dependeram de modelos distintos, inclusive teorias liberais, socialistas, africanistas, militaristas e até mesmo caóticas para reduzir a pobreza e melhorar as condições socioeconômicas do povo de Gana. Estas teorias informantes, às vezes concorrentes e contraditórias, moldaram práticas na forma de sistemas abertos e fechados e/ou de estratégias voltadas para o mercado e controladas pelo estado. Parece ter havido uma mistura de ideologias esquerdistas (socialista, com controle estatal e fechada) e direitistas (liberais/abertas/voltadas para o mercado) em momentos diferentes e/ou nos mesmos. O que permanece evidente nas suas aplicações é a natureza esporádica e de curta duração de experiências esquerdistas e a natureza planejada e concertada de tentativas de direita sugerindo e resultando no deslocamento cada vez maior para ideologias e estratégias direitistas. (Já houve períodos de tentativas na extrema esquerda e na extrema direita). De fato, cada vez mais direções de política e programação em Gana, especialmente nas duas últimas décadas, seguiram a rota neoliberal (Hutchful, 2002; Dordunoo e Nyanteng, 1997). Especificamente, o desenvolvimento de Gana tem estado preso na tradição de Bretton Woods.

O domínio das instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na política de desenvolvimento global (especialmente na “era da globalização”) tem tido implicações profundas para esforços específicos de desenvolvimento. Os programas de Gana para desenvolver e melhorar as condições socioeconômicas dos seus cidadãos, durante os últimos 25 anos aproximadamente, foram definidos e moldados em grande parte por estas instituições. Apesar de esforços anteriores terem sido feitos durante as administrações de Nkrumah e Busia, a era Rawlings¹ marcou o período do fortalecimento e da consolidação da economia do tipo de Bretton Woods em Gana. A era de Kufuor exacerbou ainda mais o apoio². No começo, estas instituições e suas diversas agências forneceram o apoio financeiro e a direção política tão necessários para a economia doente que estava em queda livre. Estes não deixaram de ter custos.

As duas principais reformas identificadas para o desenvolvimento de Gana no arranjo de Bretton Woods foram o *Programa de Recuperação Econômica* (ERP) e o *Programa de Ajuste Estrutural* (SAP). Com o apoio do Banco Mundial e do FMI, os líderes de Gana perseguiram estas reformas políticas visando recuperar a economia, ajustando estruturas econômicas, reduzindo a pobreza e promovendo o crescimento (Sowah, 2003; Hutchful, 2002; Frimpong-Ansah, 1996). O breve período do Programa de Recuperação Econômica de 1983 a 1986 marcou o início da aplicação aberta de técnicas neoliberais à economia doente de Gana. Dordunoo e Nyanteng (1997, p. 6) identificam os objetivos do ERP como sendo os seguintes: (I) interromper o longo

1 Muitas pessoas consideram uma grande ironia o fato de Rawlings e o regime P/NDC terem começado com uma pauta de extrema esquerda apenas para adotarem o neoliberalismo ao longo do caminho. Eles continuam a fazer pose de democratas sociais se deslocando para uma posição de esquerda moderada.

2 É concebível caracterizar a administração dominante da NPP sob o Presidente Kufuor como sendo democrata liberal e se deslocando mais para a direita.

período de declínio na produção de bens e serviços ao realinhar preços relativos em favor da produção e se afastando de atividades que buscassem o comércio e o aluguel; (II) reduzir a taxa elevada de inflação e mantê-la em níveis baixos; (III) reduzir os déficits elevados no orçamento; (IV) melhorar as finanças do governo; (V) reabilitar a infraestrutura social e econômica; (VI) eliminar atividades de contrabando e do mercado negro em moeda; e, (VII) realinhar a moeda com as principais moedas do mundo.

É óbvio pelos objetivos do ERP³ listados anteriormente que o programa se voltava para metas de crescimento para o nível de produção e geração de receita, controles financeiros nas áreas de elaboração de orçamento, formação de preços, regulamentação da moeda, taxas de inflação e desenvolvimento da infraestrutura. Diversas avaliações relataram um sucesso importante em várias áreas, inclusive: a interrupção da depreciação da moeda, a estabilização de preços, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), o estabelecimento de taxas de câmbio flexíveis e realistas e melhorias em receitas tributárias e na valorização da moeda. Em 1986, o ERP foi transformado no que ficou conhecido como o Programa de Ajuste Estrutural. Ele buscava consolidar ganhos passados modestos e acelerar e sustentar o crescimento. Dordunoo e Nyanteng (1997, p. 9) identificam os objetivos do SAP da seguinte maneira: (I) obter uma taxa anual média de 5% de crescimento do PIB para melhorar a renda per capita real em cerca de 2,5% ao ano após a realização de ajustes para o crescimento da população; (II) reduzir a inflação para cerca de 8% em 1990; e (III) manter os excedentes no balanço de pagamento com média de aproximadamente US\$ 110 milhões por ano para permitir que Gana pague todos os atrasados da dívida externa em 1990.

3 Veja também Ewusi (1987).

O SAP era ainda mais específico na sua definição das áreas específicas de crescimento e quantidades necessárias para atingir objetivos estabelecidos. Para o período entre 1986 e 1991 e depois⁴, o objetivo do ajuste parecia estar em vista. Muitas das metas relatadas para desempenho fiscal foram avaliadas de maneira positiva (Dordunoo e Nyanteng, 1997; Hutchful, 2003). As reformas foram comemoradas por alcançarem as metas de crescimento e às vezes até mesmo as superarem.

O período de crescimento acelerado não durou muito, interrompido por um período marcado pela atrofia. E até mesmo enquanto as melhorias econômicas estavam sendo comemoradas, também ficou claro que as preocupações com o bem-estar social estavam crescendo. Os trabalhadores de Gana, as mulheres feirantes, os estudantes e outros pensionistas estavam preocupados com a erosão persistente de considerações de bem-estar e com as necessidades sociais da maioria da cidadania no processo de engenharia. Gana ainda não se recuperou desta situação econômica enquanto o pêndulo continua a oscilar em direções diferentes entre o crescimento positivo e o crescimento negativo. Apesar de a economia de Gana permanecer no seu caminho de crescimento, o custo social gera preocupações graves. Minhas obras anteriores (Apusigah, 2002, 2003) elaboram sobre os custos sociais do ajuste estrutural.

Nadando contra a maré alta de Bretton Woods: evidência técnica

Aproximadamente nas últimas duas décadas, Bretton Woods tem ocupado uma posição até certo ponto curiosa em Gana, tanto comemorada quanto criticada. Os estudos técnicos na forma de

⁴ Sob diversos aspectos, os ajustes estruturais continuam a impulsionar iniciativas socioeconômicas contínuas de Gana como a Visão 2020 e a Iniciativa do País Pobre com Dívida Elevada (HIPC). Na minha visão, estes esforços são simplesmente tentativas de controlar o prejuízo.

pesquisa contínua e relatórios de avaliação sobre a questão da economia de Gana surgem em grande parte a partir de fontes oficiais, inclusive agências governamentais, não governamentais, bilaterais e multilaterais, assim como as obras de especialistas e estudiosos independentes, que compartilham uma série de pressupostos e usam critérios semelhantes de avaliação. Estas avaliações também derivam de agências externas, inclusive o Banco Mundial, FMI, DANIDA e CIDA⁵. Algumas das principais ferramentas de mensuração são as seguintes: o Produto Interno Bruto, a taxa de inflação, as taxas de câmbio, as taxas de juros, os níveis de despesa e ganhos com as exportações. Estes indicadores de crescimento e medidas de desempenho tendem a se concentrar em condições macroeconômicas, mecânicas, em detrimento de condições microeconômicas, experimentadas individualmente.

Produto Interno Bruto

A maior ferramenta única que costuma ser usada em discussões técnicas sobre o crescimento econômico é o Produto Interno Bruto (PIB). O sucesso da economia de Gana geralmente tem sido medido em termos da taxa de crescimento do PIB. Desde os declínios da década de 1970 e do começo da década de 1980, esta medida tem aparecido em grande parte em discussões sobre o estado da economia. Sob o ERP e o SAP, Gana foi elogiada por interromper seu crescimento negativo e por ter promovido e sustentado um crescimento positivo a partir de então (ISSER, 2005; MFEP, 2005; Governo de Gana, 1996). Diversas análises de desenvolvimento, exames econômicos e apresentações de orçamento demonstram o quanto a nação tem se saído bem por sustentar taxas de crescimento do PIB positivas nas últimas duas décadas numa média de 4,5% (ISSER, 2005; Governo de Gana, 2003, 2005). A cada ano, apresentações do orçamento e palestras

5 DANIDA e CIDA são siglas da Agência de Desenvolvimento Internacional Dinamarquesa e da Agência de Desenvolvimento do Canadá, respectivamente.

sobre o estado da economia estão repletas de promessas para sustentar o desenvolvimento positivo e para melhorar a taxa de crescimento. Apesar de a tendência atual ter sido pintada em cores brilhantes com otimismo máximo, estes analistas também argumentam que a nação precisa crescer num ritmo mais acelerado, em torno de 8% ao ano, para poder atingir sua meta de se tornar um estado com renda média. Esta tem sido a situação pelo menos na última década, aproximadamente. Ainda assim, o fato de a taxa do PIB continuar a oscilar em torno de 4,5% baixo, abaixo do nível desejado por mais de uma década, preocupa.

Uma pergunta importante que já foi feita nas ruas sobre esta medida de crescimento tem a ver com os seus participantes. Numa discussão recente, um professor local quis saber *quem* eram os produtores uma vez que as taxas de desemprego estavam aumentando. Ele complementou seu argumento indicando que os rostos que ele via na televisão eram os de europeus e asiáticos. Ele dificilmente via qualquer rosto ganense e de outros africanos representando grandes empresas estabelecidas recentemente na África. Para ele, isso era suficiente para explicar a situação cada vez maior do desemprego.

Por extensão, a questão da dominação estrangeira da economia de Gana tem implicações para a produtividade nacional. Pode ser útil começar a privilegiar o Produto Nacional Bruto (PNB) como um indicador alternativo. O PNB, que mede a produção por cidadãos de Gana, provavelmente proporciona uma visão melhor da empresa local e do impacto da engenharia econômica sobre o conjunto dos cidadãos.

Taxas de inflação

As tendências inflacionárias também são um indicador importante em avaliações técnicas do progresso. De acordo

com o discurso gerado por Bretton Woods, os ganenses foram induzidos a acreditarem que uma mudança da implementação de um regime de taxa de câmbio exterior fixo para outro flexível e a desregulamentação do setor financeiro reduziriam a inflação de maneira considerável e ajudariam a melhorar as condições de vida. O governo que estava em vigor na época rapidamente avançou para afetar as mudanças e as taxas de inflação caíram drasticamente ao longo de um período. A taxa de inflação de aproximadamente 124% em 1983 caiu para aproximadamente 35% no final da década de 1990 (Governo de Gana, 1996; Dordunoo e Nyanteng, 1997). Ganhos mais explícitos e subsequentes através do SAP, captados por Dordunoo e Nyanteng (1997, p. 9-10), são os seguintes:

A meta de reduzir a inflação para aproximadamente 8% em 1990 ficou longe de ser atingida. A inflação em 1990 foi de 37%, mas foi reduzida a 18% em 1991. Nos anos anteriores do período, a inflação variou entre 25% e 40%. A causa básica do nível de inflação relativamente alto durante o período foi o crescimento monetário elevado que, entre 1986 e 1989, teve uma média de 50% ao ano.

No entanto, como essas desregulamentações eram apenas uma de várias funções na equação, a taxa não continuou baixa por tempo suficiente para a realização de benefícios humanos. Em pouco tempo, as taxas começaram a aumentar novamente e desde então elas caíram e aumentaram aleatoriamente até o começo do novo milênio.

O começo do milênio testemunhou um aumento dos controles e da gestão da inflação. ISSER⁶ (2005, p. 8) explica:

trata-se de um desenvolvimento satisfatório que a inflação anual tenha caído para 11,8% no final de

6 Instituto de Pesquisa Estatística, Social e Econômica.

dezembro de 2004 e que a inflação média tenha caído de 26% em 2003 para 12,6%. Estes são alguns dos melhores resultados dos últimos 20 anos.

Geralmente espera-se que estes ganhos possam ser sustentados ou até mesmo melhorados ainda mais à medida que a nação avance. Atualmente, relata-se que o país desfruta de taxas de inflação estáveis devido a políticas econômicas prudentes. Isto costuma ser exibido quando a estabilidade dos preços das *commodities* e das taxas de câmbio são citadas. Em linguagem comum, o lema é: “Não existem *cedis* demais correndo atrás de poucas *commodities*! Existem exatamente *cedis* suficientes para comprar os bens e serviços disponíveis”.

Taxas de câmbio

Como parte dos arranjos de Bretton Woods, Gana teve que instituir controles fiscais e adotar medidas disciplinares que vêm tendo efeitos tremendos sobre suas taxas de câmbio. Avaliações da economia antes disso tinham revelado que a moeda local estava supervalorizada em relação a moedas estrangeiras importantes como o dólar americano, a libra britânica e o euro europeu. Então, medidas foram instituídas para desvalorizar o *cedi*, a moeda local, de dois para quatro dígitos, desde a década de 1980.

Uma avaliação da variação da taxa de câmbio nominal entre 2000 e 2005 do *cedi* em relação a três das principais moedas mostra aumentos consistentes no valor de depreciação do *cedi*. O quociente entre o dólar americano e o *cedi* de Gana aumentou de 7.047,65 no ano 2000 para 9.130,82 em 2005. No que diz respeito ao euro, a lacuna de valor aumentou de 6.343,47 no ano 2000 para 10.814,97 e em relação à libra esterlina o valor do *cedi* diminuiu de 10.189,87 no ano 2000 para 15.673,30 (ISSER, 2005). Discussões oficiais sobre as taxas de câmbio costumam projetar esta situação

como sendo estável e um reflexo de políticas econômicas saudáveis. Tratar um aumento de 30% nas taxas de câmbio como sendo uma boa notícia, tomando emprestadas descrições do orçamento de 2006, é compreensível em comparação com a situação da década anterior, quando esses aumentos eram esperados semanalmente.

A implicação dessas perdas contínuas no valor do cedi em relação a ganhos em moedas estrangeiras é preocupante. Aqueles que possuem moedas estrangeiras ganham em relação àqueles que possuem a moeda local. Enquanto aqueles que possuem moeda estrangeira experimentam um aumento do seu poder aquisitivo, aqueles que possuem moeda local perdem no mercado da moeda estrangeira. Por extensão, os recursos de capital de empresas são drenados enquanto empreendimentos comerciais estrangeiros no país ganham de maneira dramática. Portanto, não é surpreendente que os investidores estrangeiros continuem a inundar o mercado de Gana com *commodities* estrangeiras em detrimento de importadores e produtores locais. De fato, o efeito é cortar a demanda pela moeda estrangeira localmente, enquanto promove transferências estrangeiras que dificilmente apoiam empresas locais. Se for para isso contar como um sucesso econômico, o julgamento está aberto para qualquer pessoa fazer! Indicadores técnicos atuais medem “ganho” econômico como algo que funciona para atender ao interesse do estrangeiro, cuja moeda se valoriza. Como esta pode ser uma política prudente de desenvolvimento econômico se ela acaba prejudicando a iniciativa local?

Níveis de despesas

Os governos de Gana, no passado e no presente, foram e são muito rápidos para fazer cotação de despesas para mostrarem quanto investimento foi feito na socioeconomia. Despesas do governo em infraestrutura e serviços – inclusive educação, saúde, previdência social e criação de empregos – costumam ser

mencionadas. Os governos costumam contar a quantidade de escolas, hospitais, estradas e pontes construídos e oportunidades de emprego que beneficiaram os cidadãos, como sendo uma evidência sólida demonstrando suas realizações como políticos e agentes eficazes de desenvolvimento.

Os políticos usam diversas plataformas para enfatizarem quanto já foi ou está sendo gasto como despesa pública. Especialmente durante campanhas eleitorais, políticos em todos os níveis aspirantes ou que buscam outro mandato, usam esses dados para fazerem pressão por votos. Os políticos se apresentam como benfeitores, cujas boas ações devem ser valorizadas pelos eleitores como beneficiários. Mas a realidade permanece que os funcionários do governo em todos os níveis são eleitos ou nomeados para administrarem o uso adequado de recursos públicos para o bem público. Os recursos do governo não são fundos privados concedidos aos beneficiários. Os cidadãos são os tesoureiros de funcionários do governo, através dos seus impostos e da sua mão de obra com salários de subsistência. Mas o modelo econômico liberal que define o impulso de desenvolvimento atual de Gana costuma exigir que os investimentos do governo fiquem restritos a setores “lucrativos”, não serviços sociais, para estimular o crescimento econômico em termos do PIB. Então, aqueles envolvidos em empreendimentos identificados como “lucrativos” se beneficiam em detrimento daqueles que não se beneficiam. Então, por exemplo, atividades que rendam fluxo de caixa e a posse de ações na bolsa de valores, em vez da produção de alimentos, desfrutam de um *status* de prioridade. A macroeconomia é priorizada, em vez do gasto social.

Um bom exemplo disso é o debate atual sobre as Contas do Desafio do Milênio. Enquanto áreas afetadas pela pobreza do norte de Gana discutem para conseguirem porções maiores das verbas, a preferência do governo está nas áreas com potencial para

gerar lucros. Um argumenta de acordo com a igualdade social e com a justiça distributiva enquanto o outro ataca o crescimento econômico. Este debate continua em aberto, mas apenas o lado que tem o poder é o que vence. É o governo e sua equipe de tecnocratas, estimulados pelos interesses corporativos multinacionais em vez das comunidades empobrecidas, que ganham a batalha para definirem o que deverá contar como “crescimento” econômico e “desenvolvimento sustentável”.

Ganhos com a exportação

Nesta era de globalização, a presença de uma nação no mercado internacional tornou-se um ingrediente fundamental e a principal medida de crescimento bem-sucedido. Isto muitas vezes foi definido em termos de comércio exterior e ganhos e seu impacto sobre o balanço de pagamentos. Escrevendo sobre como os arranjos de Bretton Woods ajudaram a promover o comércio e pagamento exteriores, Asenso-Okyere, Yahaya e Asante (1997, p. 101-2) explicaram:

O comércio exterior de Gana se recuperou com a participação do comércio exterior total em relação ao PNB aumentando dos seus níveis baixos em meados da década de 1980 para cerca de 40% em termos nominais e cerca de 33% em termos reais em 1990[...] Sob a estratégia da Visão 2020 para Gana, o comércio e os pagamentos desempenham um papel importante ao contribuírem para a meta de tornar Gana um país de renda média até 2002. Especificações, voltadas para expandir os mercados de Gana ao abrirem o mundo, especialmente a sub-região da África Ocidental, devem ser enfatizadas. É nesse aspecto que a Política de Portal de Gana deve

ser elogiada e receber todo o ímpeto que ela precisa para torná-la eficaz.

Os autores viram este processo de expansão como um marco de sucesso importante que precisa ser apoiado. Eles também viram seus efeitos positivos sobre o mercado local como criando concorrência e melhorias de qualidade. ISSER (2005, p. 15) corroborou a posição anterior:

O grande declínio na relação entre as exportações de mercadorias e o PIB de 50% no ano 2000 para 26% em 2005 mostra claramente que Gana não está fazendo muito coisa para promover o crescimento da exportação. Para aumentar as exportações e promover o crescimento, claramente precisa haver um equilíbrio adequado de política entre a busca por um comércio vigoroso, diversificação contínua, maior produção para exportação e políticas macroeconômicas adequadas.

Apesar de isto poder ser verdade, também é verdade que a inundação do mercado de Gana com bens importados baratos apenas serve para diminuir a produção, uma vez que pessoas que já são pobres escolhem gastar seu dinheiro com os importados baratos. Melhor ainda, as várias concessões, em grande parte na forma de incentivos fiscais e privilégios de isenção de tarifas de importação/exportação que os investidores estrangeiros recebem do governo, criam vantagens competitivas injustas que resultam apenas na lotação de setores inteiros do empreendimento local. Portanto, não é surpreendente que muitos empresários em Gana optem pelo varejo e pela distribuição em vez de pela produção. Essas políticas injustas propagam-se para baixo para o mercado de empregos com o encolhimento de indústrias e a demissão de empregados. Produtos importados baratos nas áreas de roupas

e têxteis chineses levaram ao fechamento de várias indústrias têxteis locais, inclusive a Juapong Textiles. Aves congeladas importadas baratas derrotam não apenas os granjeiros locais, mas também empreendimentos auxiliares, como os produtores de milho, os processadores de ração para galinha, produtores de gaiola e de embalagem de ovos, indústrias de armazenagem refrigerada e transporte. Isto significou a perda do sustento para famílias inteiras, uma vez que não apenas os empregos *em si* desaparecem, mas nichos inteiros de habilidades especializadas são distorcidos no interesse de criar um “ambiente capacitador” para empreendedores estrangeiros.

Também existe a questão de se os ganhos com a exportação e os lucros com a produção de indústrias estrangeiras realmente voltam aos cofres de Gana além dos que voltam como importações e pagamentos de emolumentos aos funcionários. Assim como os produtores migrantes de cacau que repatriam a maioria dos seus ganhos para suas cidades natais onde vivem de maneira luxuosa durante temporadas fora da fazenda enquanto a área de fazenda permanece na pobreza, o negócio da exportação de investidores estrangeiros torna-se uma vantagem de paraíso fiscal. As firmas estrangeiras não são legalmente obrigadas a contratarem, treinarem ou promoverem ganenses no seu quadro de funcionários, nem são legalmente obrigadas a considerarem uma proposta de concorrentes locais na sua contratação de aquisição. Uma empresa estrangeira com sede em Gana pode fazer negócio exclusivamente com as filiais de empresas estrangeiras que também tenham sede em Gana ou no exterior, tanto para adquirir insumos quanto para vender seus serviços ou produtos.

Acima de tudo, quando a produtividade é definida em termos de exportações muitas vezes fornecidos para apoiar esses esforços, a produção para o consumo local é sacrificada. Isto é claro a partir

do fato de agricultores de produtos alimentares permanecerem no grupo da pobreza enquanto os agricultores comerciais estão desfrutando de incentivos do governo para enriquecerem sua produção em termos de qualidade e produtividade para atenderem a demanda de restaurantes estrangeiros e mercados de processamento de alimentos. Agricultores de “subsistência”, que são a maioria deles, estão mais entrincheirados na pobreza do que estavam há dez anos. Pelas definições atuais de crescimento e sucesso, o desenvolvimento econômico de Gana significa que investidores continuam a “se beneficiarem” tanto internamente quanto no exterior, enquanto os investidores estão se extinguindo.

Taxas de juros

Um desenvolvimento interessante em debates atuais sobre prudência fiscal e desempenho econômico tem sido a queda das taxas de juros. Tecnochratas e políticos são rápidos para brindarem suas realizações na queda das taxas de juros. O debate toma a forma da capacidade de atrair investidores estrangeiros, melhorar o empréstimo bancário e aumentar a tomada de empréstimo do setor privado. Taxas de juros baixas tornaram-se uma medida importante de uma economia estável e em crescimento, onde a inflação e as taxas de câmbio são estáveis e onde há crescimento no negócio liderado pelo setor privado. Espera-se que as taxas reduzidas de juros reflitam na redução do custo de taxas de empréstimos. A intenção disto é estimular os investidores privados a buscarem fontes para capital de risco a partir de fontes privadas (bancos). Uma avaliação da eficácia de ferramentas monetárias contínuas leva os autores do ISSER a concluírem (2005, p. 13-14):

A taxa preferencial de juros do Banco de Gana caiu de 18,5% em dezembro para 16,5% em maio de 2005, depois caiu para 15,5% de setembro até o fim

do ano. Isto levou a uma queda em taxas de títulos do governo e em taxas de mercado entre bancos, apesar de a queda nas taxas entre bancos ter sido um pouco menor do que a queda na taxa preferencial de juros. Outro desenvolvimento foi o aumento de 38,3% do crédito interno total de *bancos comerciais (DMSs)* para o setor privado entre o final de 2004 e o final de 2005 (*BOG Statistical Bulletin*).

Vale a pena comemorar a queda da taxa de juros. De fato, uma olhada superficial nesta situação sugere uma oportunidade cada vez maior para muitos outros ganenses obterem capital de risco de bancos. Na verdade, no entanto, isto não ocorre. Os bancos têm demorado para reagirem à situação macroeconômica. As taxas de juros permanecem elevadas, incomensuráveis com ganhos fiscais e, portanto, não atraentes para micro e pequenas empresas. Empresas grandes e talvez médias estão em melhores condições de se beneficiarem de uma queda nas taxas de juros. Além disso, estes ganhos não foram traduzidos em mudanças nas taxas de poupança. Os juros sobre a poupança continuam a não serem atraentes para os bancos. Para muitos daqueles que conseguem poupar, o banco serve como segurança contra roubo em vez de como ganho com os juros. Os bancos continuam a se beneficiar com a tributação dos salários dos trabalhadores.

Para aqueles clientes de bancos privados, inclusive assalariados comuns de Gana que viam os títulos do governo como uma fonte melhor de ganho do que a sua poupança, a redução das taxas de juros foi um golpe. Estes investidores de títulos pessoais acabaram perdendo no final. Enquanto isso, a dependência do governo da tomada de empréstimo externo não diminuiu. Aliás, a tomada de empréstimos externos está aumentando num contexto de cancelamentos de dívidas, financiamento bilateral e multilateral e empréstimos corporativos. Em resumo, todos os indicadores

discutidos anteriormente constituem fontes de evidência técnica que refletem desempenho econômico, mas a eficácia deles para abordarem o desempenho humano parece deficiente, conforme a evidência de rua discutida a seguir mostrará.

Nadando contra a maré alta de Bretton Woods: Evidência de rua

A evidência de rua deriva de realidades vividas. Trata-se do registro de experiências diretas daqueles que vivem um processo específico ou em um sistema ou em uma estrutura específicos. Neste caso, trata-se das experiências de comerciantes, agricultores, mineradores, pais e estudantes de Gana, dos quais deriva a evidência de rua. Eles são apenas cidadãos comuns que vivem em áreas rurais ou urbanas, pobres ou ricos, mulheres ou homens, jovens ou velhos e empregadores ou empregados. Eles podem estar funcionando no setor formal ou informal, classe média ou classe trabalhadora, alfabetizada ou analfabeta. Estes são os que realmente enfrentam o impacto da disfunção econômica. São eles que constituem a maioria daqueles que vivem dentro das fronteiras deste país e se sustentam dentro dos sistemas que as instituições de Bretton Woods elaboraram e sobre os quais elas presidem. É sua própria sobrevivência como pessoas, o sustento delas e o futuro dos seus descendentes que conta numa democracia consensual.

Num fórum recente sobre o Estado da Economia de Gana durante a segunda metade de 2006, duas questões importantes foram levantadas por duas pessoas diferentes. Uma delas era um jovem professor universitário, cuja reação à apresentação agendada foi a seguinte: onde está o ser humano na equação? Como está sendo seu desempenho na gama do jargão? O outro comentarista era um funcionário público com idade bastante avançada. Sua preocupação era com seu bem-estar. Ele observou de maneira simples: como tudo isso se traduz em comida na minha mesa, dinheiro no meu

bolso e na minha capacidade de viver uma vida decente? São estes tipos de preocupações que são de interesse quando levamos em consideração a evidência de rua para avaliarmos o desempenho de uma economia.

Custos dos serviços sociais

Nas ruas, as pessoas encontram o desenvolvimento através dos serviços que elas acessam. Elas ficam bem com a construção de estradas, escolas, hospitais e postes de iluminação pública. Elas apreciam estas contribuições para o desenvolvimento, mas estão mais preocupadas com sua capacidade individual de desfrutarem de serviços públicos. Esta preocupação muda significativamente o debate da disponibilidade para a acessibilidade. Na rua, as coisas boas que costumam ser prometidas e procuradas como parte do desenvolvimento costumam ser vistas como atendendo à elite.

Um agricultor alfabetizado numa pequena comunidade na região norte de Gana explicou que seu pai não tinha dinheiro para mantê-lo na escola e que era por isso que ele estava na sua condição atual: pobre. Após o ensino fundamental ele teve que ficar para trás e plantar enquanto seus colegas que estavam em condições melhores foram para o ensino médio e continuaram até a universidade. Ele explicou:

Agora todos eles são homens grandes. Eles chegam aqui nos seus carros com tração nas quatro rodas e eu me sinto intimidado de abordá-los. Alguns chegam e me dão alguma coisa. Se eles têm alguma coisa para eu fazer eles entram em contato comigo. Se eu tivesse tido a chance que eles tiveram eu também estaria melhor. Afinal de contas, eles não eram melhores do que eu na escola. Eu até era melhor que alguns deles!

Este agricultor frustrado era crítico do sistema que negava a ele a realização plena dos seus potenciais. Ele acreditava piamente que poderia ter chegado até o topo. Mas o custo de acessar serviços sociais, supostamente seu direito constitucional, derrotou seus sonhos e seu potencial⁷.

Este exemplo relativo à educação também se aplica a outros serviços sociais, como o fornecimento de tratamento de saúde básico. Para muitos habitantes rurais ou pessoas pobres urbanas, comparecer a uma unidade de saúde não é uma opção. E isto não ocorre devido à falta de conhecimento nem se trata de uma escolha pessoal. Eles simplesmente não têm dinheiro. Nós geralmente pensamos em termos de tarifas e medicamentos. Para algumas pessoas isto é muito caro e elas são compelidas a tentarem em outro lugar. Elas usam todo tipo de substitutos, inclusive a automedicação, preparações herbais e meios espirituais primeiro, porque estas alternativas são mais baratas em termos de dinheiro e de expectativas. Uma mulher de meia idade explicou respondendo a uma pesquisa sobre o fato de ela não ter comparecido à clínica pré-natal: “Eu não posso ir lá para aquelas pessoas olharem para mim. Eu não tenho o que elas têm. Eu não tenho nenhuma roupa bonita que eu possa vestir para ir lá”. Para esta mulher, nem mesmo a disponibilidade e a política gratuita do serviço a ajudou a superar as barreiras da pobreza entrincheirada.

O custo de serviços sociais e *serviços públicos* é uma medida importante de benefícios de desenvolvimento calculados na rua. O preço cada vez maior dos serviços públicos continua a ser uma fonte de preocupação para muitas pessoas de baixa renda. Os preços da *energia hidrelétrica* e da água aumentaram recentemente. Isto significou um escoamento das rendas que já eram pequenas. Incapaz de pagar um galão de querosene por mês, uma mãe nega

7 NE: Veja o capítulo 35, de Judith Sawyerr, na Seção 4, para detalhes sobre os custos ocultos da educação básica gratuita, compulsória e universal.

ao seu filho o uso da única lâmpada para estudar à noite. O custo desta ação será a incapacidade da criança de concorrer com os colegas da escola cujos pais conseguem comprar querosene. O custo torna-se um veículo para a marginalização cada vez maior daqueles que já passam por privação. Ele também constitui uma negação de necessidades básicas àqueles que já são marginalizados economicamente.

Sustentando meios de vida

A questão de como sustentar um meio de vida tornou-se um fator importante em discussões esclarecidas sobre os benefícios do desenvolvimento. A evidência de rua é fundamental para medir os efeitos de políticas de desenvolvimento projetadas, para revelar seu impacto sobre os meios de vida de ganenses comuns. Questões estão sendo levantadas no que diz respeito à destruição de florestas virgens e terras cultiváveis através da *exploração de madeira* e da *mineração*. Estas preocupações têm relevância econômica, social e ambiental. Agricultores de subsistência e moradores da área rural que dependem das terras e das florestas reclamam que estão perdendo seus meios de vida. À medida que a nação intensifica seu ímpeto de exportação e sua dependência de investimentos estrangeiros, ela nega aos próprios cidadãos direito aos seus meios de vida.

Empresas mineradoras estrangeiras tiraram vantagem do “ambiente econômico permissivo” atual para adquirirem grandes concessões de terras para a mineração. Como donas destas concessões, elas monopolizam o direito a essas terras. O que permanece errado é a falta de consideração pelos direitos das comunidades locais que dependeram por várias gerações dessas terras, que agora são terras de concessão. O povo de Prestea tem estado envolvido numa batalha sem fim com concessionárias, a Câmara de Comércio de Gana e com o Governo de Gana, não apenas

por tirarem e venderem seu direito ao nascimento, mas também por abrir mão da ecologia do seu ambiente natural. As preocupações das pessoas com a degradação das suas terras ancestrais através da mineração de superfície e a poluição ambiental através de emissões químicas e resíduos costumam ser minimizadas pelo governo, no interesse de promover exportações e atrair investimentos estrangeiros.

Numa transmissão recente na televisão, *Time with David*, o presidente da Associação de Mineradores *Galamsey* de Prestea expressou sua frustração em relação a tentativas feitas tanto por autoridades de Gana quanto estrangeiras de distorcerem as questões. O representante que quase não sabia falar o idioma da Rainha explicou:

Vocês vêm lá e veem. Eles dizem que nós somos estrangeiros. Quem são os estrangeiros? Nossos pais estavam lá no começo das minas. Nossos pais e avôs começaram as minas. Agora vocês dizem que nós somos estrangeiros – de onde? Por causa das minas não existe terra. Não se pode plantar. Não terá um bom desempenho. Nós ganhamos muito pouco pelo galamsey que comemos. Agora vocês dizem que somos ilegais.

Poder aquisitivo

Na rua, o desenvolvimento também é medido em termos de poder aquisitivo. Um idoso explicou:

Minha filha, o dinheiro de hoje é inútil. Ele não tem nenhum valor, nenhum preço. Agora você pode contar em milhares e milhões. Na minha época quando eu ganhava meu 1 cedi, isso era muito dinheiro. Eu o usava para negociar em gado. Na

época em que eu estava contando em centenas eu realmente era muito rico. Mas agora veja. Mesmo mil não dá para comprar água.

Este idoso estava levantando uma questão que ocorre quando o técnico estatístico chega aos princípios da coisa. Num fórum de discussão, dois políticos adversários entraram neste debate com um deles comparando o preço do leite no ano 2000 com o preço em 2006. Seu adversário reagiu comparando o nível do salário mínimo no ano 2000 com o de 2006. Os dois políticos recorreram à evidência de rua para apresentarem seus argumentos. De fato, o jargão técnico que eles costumavam usar para descreverem a realidade econômica não conseguia atender a eles quando eles chegavam ao cerne da questão. Eu acredito que quando eles dependiam da evidência de rua para provarem seus argumentos, muitos ganenses entendiam o que eles queriam dizer porque eles podiam fazer ligações diretas com a vida real.

Reduzindo a disjunção entre os dois tipos de evidência

Juntando informações a partir das histórias contadas nas ruas, eu concluo que o efeito líquido ao longo de várias décadas de ajuste estrutural foi o aprofundamento da pobreza, a ampliação das lacunas de igualdade e a re-inscrição de vulnerabilidades. Os vários sacrifícios no que diz respeito ao corte de empregos e dos gastos, à promoção da exportação, ao mercado livre, ao intercâmbio flexível entre dívidas externas cada vez maiores, taxas elevadas de serviço da dívida e multidão privada de serviços, serviram especialmente para colocar a nação e seu povo numa crise mais profunda do que a dirigida antes dos ajustes. Enquanto os tecnocratas do desenvolvimento continuam a manter a fé e exploram fielmente outras áreas para melhoria e celebração, as ruas estão cheias de analistas e ativistas cujos protestos têm se baseado nos buracos nos seus bolsos.

A disjunção é de ganhos macroeconômicos *versus* microeconômicos, efeitos de indicadores quantitativos *versus* qualitativos, análise agregada *versus* análise individualizada e projeções modeladas *versus* realidades vividas. Naquela, o foco permanece em medidas mecânicas enquanto esta depende de condições da experiência humana.

Enquanto os debates continuam, será útil fazer uma pausa para várias questões: é possível separar estes dois conjuntos de evidências? Será que os dois conjuntos de evidências estão em oposição binária ou será que eles são complementares, sendo que os dois são necessários para entender a complexidade do desenvolvimento? Na minha aula de psicologia me ensinaram uma diferença entre crescimento e desenvolvimento. Eu aprendi que o crescimento era um aumento de tamanho enquanto o desenvolvimento era um aumento de complexidade. Eu ainda não entendo exatamente o que isso significa, mas tenho certeza que é mais do que um crescimento em tamanho.

Dois ditados sábios

Dois pensadores africanos importantes voltados para os humanos beneficiam sua sabedoria para o aprendizado: Paulin J. Houtoundji e N. Okidegbe.

Primeiro Ditado. O famoso filósofo africano Paulin J. Hountonji (2002), escrevendo sobre “Apropriação do Conhecimento num Contexto Pós-Colonial”, afirmou que,

Como o desenvolvimento não pode ser reduzido a um crescimento quantitativo, o que os economistas da corrente principal consideravam como tal pode simplesmente ter sido crescimento sem desenvolvimento (p. 32).

Aprendizado com o Primeiro Ditado: Três problemas principais surgem a partir do uso ganense da medida quantitativa. Estes são o uso de indicadores incongruentes, o privilégio de indicadores quantitativos e a promoção de um crescimento insustentável.

Segundo Ditado: Num artigo de segundo plano sobre “Pobreza Rural: Tendências e Medida”, o economista Okidegbe (2001) afirmou:

Enquanto 75% do 1,2 bilhão de pessoas pobres estimadas vivem em áreas rurais, a pobreza não tem recebido a atenção que ela merece no tratamento de programas de redução da pobreza. De fato, o auxílio oficial a áreas rurais durante a última década diminuiu. Ainda assim, a urgência da redução da pobreza rural é não apenas justificada, mas também criticamente importante para vários países em desenvolvimento de baixa renda.

Aprendizado com o Segundo Ditado: Muitos esforços foram feitos para usar medidas qualitativas para o crescimento e a redução da pobreza em Gana. Estes incluíram o uso de técnicas de Avaliação Participativa da Pobreza, o Questionário dos Principais Indicadores de Bem-Estar e a evidência anedotal. Ainda assim, estes esforços não parecem entrar na discussão de maneira suficientemente substancial para aliviar os problemas da evidência quantitativa. É hora de atualizar o discurso.

* * *

Agnes Atia Apusigah é professora no Departamento de Estudos Africanos e Gerais e coordenadora-chefe da Unidade de Programas Sexuais, da Universidade para Estudos do Desenvolvimento em Tamale, Gana. Possui títulos de pós-graduação pela Universidade de Queen em Kingston,

Ontário e pela Universidade de Lakehead, no norte de Ontário, no Canadá. Sua obra como socióloga política se concentra na economia política de desenvolvimento, questões sexuais e crítica educacional. Como ativista sexual ela está envolvida na facilitação do tema na comunidade, na defesa da política e na pesquisa sobre sistemas tradicionais. Como trabalhadora em prol do desenvolvimento da comunidade, ela se ocupa da política de diálogo, do programa de facilitação e dos projetos de pesquisa de avaliação. Sua pesquisa sobre o impacto de políticas do FMI sobre mulheres em Gana foi financiada pela Associação Americana de Mulheres Universitárias. Suas outras áreas de pesquisa incluem reformas educacionais, estudos de política, metodologias de desenvolvimento comunitário, conhecimentos nativos, cooperação para o desenvolvimento e questões sexuais.

CAPÍTULO 25

DE ACORDO COM QUEM? NEGOCIANDO O DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO NUM CENÁRIO FLEXÍVEL DE DIRETRIZES

Nana Akua Anyidoho

As planícies de Afram são um ponto de referência fascinante para pensar sobre o desenvolvimento em Gana. Elas são um local recorrente de experimentação na programação do desenvolvimento e ainda assim permanecem teimosamente “não desenvolvidas” pelo que todos disseram. Este paradoxo é a razão pela qual eu escolhi pesquisar no Distrito das Planícies de Afram¹. Eu peguei o caso de um Projeto Gerador de Renda (IGP), a Associação de Apicultores de Nhyira², operada pelo Fundo de Investimento Social (SIF), um programa concebido pelo Banco Mundial, financiado por doadores e executado pelo governo projetado para apoiar a diversificação da renda entre os pobres de Gana. Os funcionários do SIF treinaram

1 O Distrito das Planícies de Afram é uma área administrativa formada a partir das Planícies de Afram Superiores.

2 Os nomes da cidade, IGP e todos os entrevistados foram mudados para proteger o sigilo de todas as pessoas envolvidas com o meu estudo.

membros de um IGP em empreendimentos relacionados com a agricultura como apicultura, criação de caracóis, processamento e criação de animais. O SIF também deu ao projeto um empréstimo para iniciar o empreendimento e proporcionar algum tipo de supervisão tanto para sua atividade comercial quanto para sua organização geral como um grupo. A meta final de tudo isto era a redução dos níveis de pobreza de participantes. Esse era o plano. A realidade, no caso da associação de Nhyira, era um projeto que funcionava mal, de acordo com os critérios estabelecidos pelo SIF: em seus três anos de existência como projeto, a Associação de Apicultores de Nhyira não terminou de pagar seu empréstimo e, portanto, não distribuiu lucros para seus membros. As reuniões eram irregulares, seus membros variavam e era impossível juntar o grupo inteiro em algum momento específico para realizar as atividades exigidas de manutenção do apiário, que era a fonte da sua renda. Os membros relatavam tensões na associação e havia acusações de que algumas pessoas estavam tentando sequestrar o projeto para os seus próprios fins.

Eu perguntei o seguinte a residentes e funcionários do governo: o que torna o “desenvolvimento” tão difícil de ser atingido nas Planícies de Afram? “Trata-se de um problema com o povo” era uma explicação popular entre os funcionários do governo local e empreiteiros. Eles reclamavam que quem morava nas Planícies não participava de programas projetados para melhorarem suas vidas. Do outro lado da equação estavam as visões dos supostos “beneficiários” dos esforços de desenvolvimento. Quando eu entrevistei membros do grupo de Nhyira, todos protestaram que estavam comprometidos com o projeto, apesar de admitirem que eles pudessem ser inconsistentes no seu envolvimento. Minha própria observação da quantidade de esforço e tempo dedicado para tentar se sustentar com a agricultura e outras atividades como o comércio e a pesca não confirmou as acusações de preguiça

e apatia para o avanço próprio. Então por que a aparente ausência de participação comprometida num projeto cujo objetivo era melhorar suas vidas?

A questão de até que ponto e com qual intensidade as pessoas estavam se envolvendo bem no IGP de Nhyira era importante para os funcionários do governo local por causa do reconhecimento deles de que a “participação” é uma pedra fundamental do desenvolvimento. A participação, do seu jeito mais simples, é a tentativa de aumentar a influência de pessoas comuns sobre as políticas e os projetos de desenvolvimento que afetam suas vidas. Ao longo das três últimas décadas, o discurso de *desenvolvimento participativo* aumentou a ponto de se transformar numa “nova ortodoxia” teorizada e praticada no trabalho de desenvolvimento no mundo inteiro (Henkel e Stirrat, 2001). Agora a participação é a convenção para fazer o desenvolvimento do jeito certo para que ele possa ser eficiente, relevante para as necessidades percebidas das pessoas, autorizando-as como agentes (B. Cooke e U. Kothari, 2001). A participação era uma boa ideia – os funcionários do governo, os membros de Nhyira e eu, todos nós concordamos com isso. Ainda assim, a participação no projeto pelo grupo de Nhyira não tinha a aparência que “deveria” ter.

Durante a minha pesquisa, eu sugeri duas observações que proporcionaram uma janela para a compreensão do motivo pelo qual a participação na teoria e a participação na prática nem sempre convergiam no meu local de pesquisa: a primeira era que as diretrizes e os projetos que deveriam desenvolver as Planícies de Afram eram ambíguos e inconsistentes. A segunda era a observação de que as vidas das pessoas eram especialmente instáveis no Distrito das Planícies de Afram porque, em geral, os residentes eram migrantes que às vezes tinham apenas assentamentos temporários, agricultores cujo sustento dependia dos caprichos do

clima e do mercado e pessoas pobres vulneráveis a uma pobreza cada vez mais profunda. Portanto, à medida que eu continuei com o meu trabalho, em vez de perguntar o motivo pelo qual as pessoas não participavam, eu comecei a imaginar o motivo pelo qual eles fariam isso em termos absolutos. Como os 27 participantes do IGP de Nhyira conseguiam entender alguma coisa do projeto, considerando-se a natureza contraditória e não permanente das configurações socioculturais e políticas nas quais se esperava que eles operassem?

O paradoxo das planícies de Afram

O paradoxo das planícies de Afram é que enquanto o distrito, com seu potencial marinho e agrícola, tem sido visado para desenvolvimento por diversos governos, elas ainda não atingiram seu próprio potencial ou a expectativa dos legisladores.

O Distrito das Planícies de Afram tem uma identidade dupla: ele atrai migrantes tanto do norte quanto do sul com sua promessa de um lucro abundante tanto a partir da terra quanto do mar, mas ele também tem uma reputação de não ser hospitaleiro, por ser uma região distante e inacessível. Trata-se de uma península que tem água como seus limites sul e leste. Existem várias ilhas, acessíveis apenas por barco, em que se encontram cerca de um quinto dos aproximadamente 500 assentamentos que compõem o distrito. O Distrito das Planícies de Afram foi aberto ao longo dos anos com o surgimento de grandes embarcações – uma para cada assentamento, que carregam pessoas, bens e veículos atravessando o lago. Mas os riscos das estradas ainda desestimulam os viajantes. Até recentemente, quando começou a construção da estrada, alguns dos seus trechos à margem do lago não eram nada mais do que caminhos rochosos sobre os quais ônibus dilapidados e superlotados trepidavam, às vezes abraçando a encosta em ângulos assustadores. A dificuldade de navegação nestes lugares

tornou os viajantes alvos fáceis para ladrões armados. A travessia do lago é a trégua na jornada, que costuma ser calma e sossegada (exceto quando a embarcação quebra e os viajantes são obrigados a fazerem uma jornada muito mais arriscada em pequenas canoas). A viagem de 80 quilômetros pela estrada da outra margem até a capital, Donkorkrom, faz com que o viajante volte a se sentir desconfortável. A estrada, que tem estado em construção há várias décadas, é asfaltada apenas num pequeno trecho. Ela é empoeirada na estação seca, lamacenta na estação chuvosa e desagradável nos dois casos.

Apesar da sua inospitalidade (ou talvez por causa dela), o Distrito das Planícies de Afram é um tipo de estação de experimentação. De acordo com um funcionário do SIF, a razão pela qual sua agência escolheu o Distrito das Planícies de Afram como um local de teste para os seus projetos foi porque o distrito era considerado como sendo “uma fronteira de ausência de desenvolvimento”. Esta imagem das Planícies talvez seja o que atraia o governo, as ONGs e outras agências de desenvolvimento para o distrito. Eu imagino que eles fiquem atormentados com a ideia de um lugar tão privado que qualquer pequeno sucesso será dramático por contraste.

O relacionamento entre o governo e as Planícies de Afram Superiores é antigo. Na sua época, o governo colonial planejou utilizar as Planícies para a agricultura comercial e para a produção de alimentos, mas o gasto necessário para abrir a área tornava isso inviável (Berry 2001). O primeiro governo independente de Kwame Nkrumah começou o ambicioso Projeto da Represa do Volta para criar o maior lago artificial do mundo para produzir energia hidrelétrica para o país. Boa parte das planícies de Afram foi submersa para criar o lago e aproximadamente 80 mil pessoas desalojadas tiveram que ser reassentadas em outras partes das

planícies. Subsequentemente, ondas de migrantes voluntários chegaram na área; mesmo assim as Planícies de Afram receberam pouca atenção do governo até a década de 1980. Seguindo os passos do governo colonial, o então chefe de estado, Jerry John Rawlings, viu nas Planícies de Afram, com sua vasta terra selvagem, uma potencial “cesta de pães” para o país. Com atenção presidencial voltada para lá, as Planícies de Afram receberam donativos dos cofres nacionais – inclusive eletricidade, água potável, instalações telefônicas e estradas.

O desenvolvimento das Planícies de Afram tem sido tanto sobre a exploração do capital político quanto sobre a exploração de recursos naturais. Rawlings se beneficiou da sua atenção às Planícies de Afram, que eram distantes e rurais. Isto reforçou sua imagem como sendo um amigo do homem comum. O governo seguinte (antigamente o partido de oposição) também não abriu mão de jogar a carta do desenvolvimento para ganho político. Enquanto eu estava fazendo meu trabalho de campo em dezembro de 2003, o Vice-Presidente fez uma viagem muito divulgada ao Distrito das Planícies de Afram, claramente para verificar o progresso em relação à estrada em construção. Suas fotos estavam estampadas nas primeiras páginas dos jornais no dia seguinte: ele foi fotografado andando de balsa, inspecionando as estradas, cortando a fita para inaugurar o novo tanque de água na capital do distrito e discursando numa recepção pública organizada em sua honra por funcionários do governo local. No seu discurso (que foi transmitido para toda a nação pela televisão estatal), ele lamentou que as condições nas Planícies de Afram estivessem ainda piores do que ele tinha imaginado. Esta foi uma declaração proposital. As Planícies de Afram tinham se tornado associadas com o antigo governo de Rawlings, cujo interesse nas Planícies de Afram e suas frequentes viagens para lá eram conhecidos (e aparentemente enigmáticos para alguns, daí a especulação de que ele tinha interesses

agrícolas comerciais na área). Eu imagino que a intenção do Vice-Presidente tenha sido desalojar a associação positiva do nome de Rawlings com o desenvolvimento nas Planícies. E para fazer isto, ele se beneficiou da famosa reputação das Planícies de Afram como uma região afetada pela pobreza e geralmente desvantajada. Ele censurou o que ele chamou de desprezo pelo estado das Planícies ao longo das últimas duas décadas (um período que coincidia com o governo de Rawlings) e pediu aos residentes para apoiarem o esforço da sua própria administração para desenvolver a área³. Ele estava plantando a bandeira do seu governo no território não desenvolvido das Planícies de Afram, por assim dizer, e apostando a legitimidade do seu governo, parcialmente, no desenvolvimento na região.

As Planícies de Afram como uma metáfora do desenvolvimento de Gana

Então por que, com os recursos e as esperanças investidas nisto, as Planícies permaneceriam “uma fronteira de não desenvolvimento”? Pode-se pensar no Distrito das Planícies de Afram como sendo um microcosmo do país, com suas trocas de guardas de implementadores e visões superpostas de desenvolvimento concretizadas em vários projetos não coordenados.

A profusão de projetos governamentais e não governamentais que estavam sendo executados no Distrito das Planícies de Afram reflete uma confusão de ideias sobre como empreender o desenvolvimento. Conforme ocorre no nível nacional, existe pouco diálogo entre os diversos ministérios, departamentos e organizações do governo envolvidos no trabalho de

3 “Veep insistiu para que chefes apoiassem estruturas do governo local” *Ghana News Agency*. 18 de dezembro de 2003. Resgatado em 15 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.ghanaweb.com>>.

desenvolvimento no distrito⁴. Este é um problema não apenas no governo, mas também com as organizações não governamentais (ONGs) que estabelecem escritórios nas Planícies e com as agências bilaterais ou “sócios de desenvolvimento” cujo alcance vai até lá. No sistema do governo descentralizado, espera-se que o governo supervisione essas agências para ter certeza de que o trabalho delas esteja integrado aos planos de desenvolvimento do distrito. O funcionário do governo sobrecarregado cuja tarefa era coordenar o desenvolvimento no Distrito das Planícies de Afram admitiu que não conseguia acompanhar todas as agências que estavam em funcionamento no seu distrito. Ele apoiava administrativamente as que ele achava que tivessem potencial. O resto ele deixava ao Deus dar.

Em segundo lugar, enquanto se falou sobre o potencial das Planícies de Afram, parece que o político não conseguiu acompanhar o ritmo da retórica. Um funcionário do SIF opinou que os legisladores poderiam fazer muito mais para cumprir a promessa das Planícies como sendo uma região de produção de alimentos porque, após os anos de conversa, ainda falta à região especialistas em extensão agrícola, investidores locais e infraestrutura como armazéns e boas redes de estradas. A falta de vontade também estava clara entre os implementadores locais da política de desenvolvimento. O Distrito das Planícies de Afram é mais ou menos uma zona morta, tanto para burocratas quanto para servidores públicos. Uma maioria dos funcionários do governo com quem eu conversei tinha sido transferida para a área contra sua vontade e tinha declarado sua intenção de ficar no cargo por nada além do mínimo de dois anos exigidos deles. Eles declararam que não se tratava de uma falta de vontade de fazerem o trabalho

4 Um funcionário do governo me mostrou um memorando enviado a todos os departamentos do governo pelo Ministro de Estado Sênior criticando a falta de coordenação sobre a programação do desenvolvimento dentro do governo.

deles, mas sim do fato de que eles recebiam tão pouco apoio que era difícil para eles ficarem motivados para fazerem o trabalho deles de maneira bem-feita. Por exemplo, os funcionários do escritório do Bem-Estar Social e do Desenvolvimento da Comunidade explicaram que eles não conseguiam fazer trabalho de campo para os assentamentos (uma parte importante da descrição do trabalho deles) porque o governo local não tinha veículos suficientes e não tinha verba para abastecer os poucos que eles tinham.

No final das contas, o problema das Planícies de Afram não pode ser isolado apenas ao cenário das próprias Planícies. Existe um contexto nacional e histórico mais amplo no qual o desenvolvimento (i)lógico nas Planícies de Afram pode ser entendido. É importante levar em consideração os ambientes social, histórico, global e ideológico em que a elaboração de políticas ocorreu. Gana tem passado por uma série de planos nacionais que são elaborados, quase não são implementados e depois são trocados por outros novos. O flerte do país com estratégias para o desenvolvimento é em parte uma consequência de mudanças frequentes na direção das políticas governamentais. Os planos abandonados que poluem nossa história também resultam de mudanças de paradigma num nível global, uma vez que as diretrizes de Gana são fundamentadas em entendimentos comuns dentro do discurso internacional. A influência das abordagens de desenvolvimento junta-se às circunstâncias peculiares de Gana para produzir a variedade complicada de ideias e práticas que observamos. É nesse contexto que o Fundo de Investimento Social (SIF) é executado, como uma versão nacional de um programa derivado de um esboço de diretriz global. Os participantes de projetos do SIF nas Planícies de Afram devem ser vistos de maneira adequada por estarem situados dentro de um projeto, dentro de um programa, dentro de um modelo de diretriz nacional, dentro de um movimento global.

O *Fundo de Investimento Social* (SIF) derivou do momento histórico dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) que as instituições de Bretton Woods impuseram aos países em desenvolvimento na década de 1980. Os fundos sociais foram desenvolvidos pelo Banco Mundial para proporcionar uma rede de segurança para os pobres e para outros grupos vulneráveis afetados de maneira adversa pelas duras regulamentações econômicas e pela redução de programas sociais que marcaram os SAPs. Atualmente, existem vários fundos sociais em países ao redor do mundo. Seus objetivos são variados, mas em geral eles se expandiram além do ponto de atender a necessidades de bem-estar social e passando para preocupações desenvolvimentistas de maior prazo (A. de Haan, J. Holland e N. Kanji, 2002).

O SIF entrou em vigor em Gana em 1998, mas começou a funcionar formalmente um ano depois, usando o modelo do Projeto de Redução da Pobreza de Gana (GPRP) – um programa desenvolvido especificamente pelo SIF com insumo do *UNDP*⁵. O SIF tornou-se um componente do *Programa Nacional de Redução da Pobreza* (NPRP). Subsequentemente, o NPRP foi descontinuado e o SIF tornou-se o principal canal para fundos de doadores voltados para atividades relacionadas com a pobreza. As situações que o SIF aspira abordar incluem a baixa renda, o acesso limitado a mercados de produção, desenvolvimento baixo de habilidades e a vulnerabilidade de mulheres e dos pobres. Para abordar estas causas e consequências da pobreza, o SIF tenta alcançar os “verdadeiros pobres” para lhes fornecer “fontes alternativas de sustento” (SIF, 2003). A intenção de programas geradores de renda (IGPs) é proporcionar renda confiável e sustentável. Trata-se de uma meta importante num lugar como as Planícies de Afram, onde a grande

5 O GPRP (Programa de Redução da Pobreza de Gana) não deve ser confundido com a Estratégia de Redução da Pobreza de Gana (GPRS), que é o modelo de desenvolvimento nacional.

maioria das pessoas depende da agricultura para o seu sustento, com todas as suas incertezas que acompanham.

O Fundo de Investimento Social se vê promovendo uma parceria dos pobres com “outros”⁶. O programa desembolsa seus empréstimos através de bancos locais, enquanto ONGs que trabalham em comunidades podem ser subcontratadas para fornecerem tipos específicos de treinamento para membros do projeto do SIF. No entanto, de acordo com a doutrina de desenvolvimento participativo, os pobres são promovidos como os líderes nesta parceria e espera-se que eles direcionem o processo da redução da pobreza ao identificarem suas necessidades, mapeando estratégias para resolver estas necessidades, gerenciando e sendo donos de projetos e se beneficiando deles⁷.

O SIF tem uma crise de identidade. A imagem do SIF como um programa a favor dos pobres é um tanto quanto distorcida pela forma pela qual ele descreve seu trabalho, especificamente na sua referência a projetos como “redes de segurança”. A noção de uma rede de segurança sugere que as vítimas do desenvolvimento possam ser cuidadas enquanto o país persegue uma pauta de crescimento. Então uma pessoa ficaria tentada a descrever os projetos do SIF como gestos com a intenção de acalmar as pessoas, enquanto o verdadeiro trabalho de desenvolvimento está acontecendo em outro lugar. Além disso, ao longo do tempo, o programa deixou de ser simplesmente um programa para aumentar os níveis de renda dos pobres, para ser um canal institucional para fundos de doação de grande porte em direção a esforços de redução da pobreza em Gana⁸. Num esforço para criar a capacidade organizacional para assumir o papel de uma agência de financiamento de nível médio, o SIF anunciou sua intenção de abrir mão dos seus projetos

6 Fundo de Investimento Social (s.d., p. 3).

7 Ibid.

8 Comunicação pessoal com um funcionário do SIF, 4 de fevereiro de 2004.

geradores de renda (IGPs) para outra organização do governo e de reter o aspecto da construção de infraestrutura, como escolas e outras instalações públicas⁹.

Sua atenção cada vez menor aos IGPs e sua ênfase maior na infraestrutura é uma prova adicional das noções diferentes de desenvolvimento mantidas sob tensão no SIF. Projetos de infraestrutura têm a vantagem de proporcionarem um testemunho concreto da presença e do trabalho do SIF numa comunidade. Além disso, eles são relativamente fáceis de avaliar; o SIF pode simplesmente contar a quantidade de blocos de salas de aula que foram construídos, ou a quantidade de poços que foram cavados, ou a quantidade de pessoas num ambiente geográfico que teoricamente tem acesso a estas instalações. Na sua ênfase cada vez menor nos IGPs sobre os quais as pessoas têm maior controle e que são mais maleáveis às aspirações dos cidadãos das Planícies de Afram, a agência mostra um vínculo a um modelo de desenvolvimento onde as pessoas são avaliadas principalmente pelos seus insumos físicos e materiais para construir estruturas. Se esse for o caso, a participação poderá ser apenas uma forma para o governo prender as pessoas em pautas pré-determinadas¹⁰. Estas perguntas sobre qual tipo de desenvolvimento o SIF está perseguindo são importantes para entender do que as pessoas estão sendo convidadas a participarem e as formas pelas quais a participação delas é proibida.

O que se viu anteriormente descreve as várias faces do projeto SIF e, pode-se admitir, alguma quantidade de ambiguidade é inerente na política. Conforme Stephen Ball (1998, p. 127) observa,

elaborar políticas é inevitavelmente um processo de bricolagem: uma questão de tomar emprestado e

9 Fundo de Investimento Social, 2003, p. 7.

10 B. Cooke e U. Kothari (2001), A. Olukoshi (1998), M. Rahnema (1992).

copiar pequenos pedaços de ideias de outros lugares, explorar e emendar abordagens tentadas e testadas localmente, teorias canibalizantes, pesquisa, tendências e modas e frequentemente se debatendo para absolutamente qualquer coisa que pareça que possa funcionar.

As políticas de desenvolvimento de Gana são uma bricolagem desse tipo, sendo produtos tanto da teoria da corrente principal quanto de processos políticos e sociais locais. Outro elemento que adiciona a ambiguidades de diretriz é o fato de as agências muito diferentes às vezes sustentarem pautas dessemelhantes que formam uma parceria em torno do desenvolvimento. Os vínculos nem sempre estão baseados numa reunião ideológica de mentes, mas também são financeiros. Mais de 70% do orçamento de desenvolvimento de Gana é financiado por doadores externos¹¹. Esta receptividade extrema a ideias e financiamentos externos significa que a política de desenvolvimento em Gana continuará a ser suscetível a mudanças na doutrina internacional ou a exigências para o financiamento. Este é certamente o caso para o SIF. Apesar de o SIF ter começado a funcionar em 1998, ele só começou a financiar IGPs em junho de 2002. O SIF enviou funcionários para configurar os IGPs ao dar a eles educação sobre estruturas organizacionais, procedimentos administrativos e os fundamentos de iniciar uma empresa apicultora, mas o financiamento propriamente dito para começar o projeto atrasou. Durante o tempo entre a introdução formal do programa nas Planícies de Afram e a liberação do financiamento, grupos que já tinham sido organizados, como a Associação de Apicultores de Nyhira, ficaram sem nenhuma supervisão. Aplicações subsequentes por grupos formados recentemente foram colocados em espera. No Distrito das Planícies de Afram, o escritório do SIF foi temporariamente fechado. O SIF

11 Governo de Gana, 2003.

alega que usou este tempo em que ficou fora para alterar para simplificar a programação do IGP ao diminuir a intensidade e a duração do seu envolvimento (comunicação pessoal, funcionário do SIF, 4 de fevereiro de 2004). Na época em que o SIF estava encerrando a primeira fase das suas operações em junho de 2004, seu futuro era incerto. O programa acabou sendo endossado pelas suas agências outorgantes (inclusive o *Banco de Desenvolvimento Africano*, UNDP e o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional) para uma segunda fase, mas enquanto aguardava este veredito e o desembolso de verbas propriamente dito, as operações da agência foram interrompidas novamente¹².

Por que a participação “flexível” faz sentido

Um retrato do Fundo de Investimento Social (SIF) surgiu, como um local de múltiplas ideias sobre desenvolvimento, que foram transmitidas pelas mudanças de procedimento operacional do SIF, pelos funcionários do SIF que interagiram com os projetos geradores de renda e pelos próprios membros dos IGPs ao relacionarem o projeto com outros. Estas inconsistências aumentaram à medida que o programa SIF no papel interagiu com a realidade das condições de vida incertas das pessoas.

Eu descrevi as vidas das pessoas como instáveis por diversas razões. Em primeiro lugar está o fato de que os migrantes constituíam, grosso modo, um terço da população do Distrito das Planícies de Afram¹³ e enquanto alguns se assentaram de maneira permanente, ainda existe uma proporção significativa de migrantes que vivem uma parte do ano no distrito e parte nas suas cidades natais. Em segundo lugar, por ser uma associação composta principalmente de agricultores, os membros de Nhyira

12 “OPEP fornecerá US\$ 7 milhões para SIF” *Gana News Agency* 2 de junho de 2005. Acesso em 11 de junho de 2007, disponível em: <Ganaweb.com>.

13 Relatório da Assembleia do Distrito das Planícies de Afram, n.d.

tinham rendas sazonais e imprevisíveis. Finalmente, por serem um grupo de pessoas consideradas pobres pelo SIF (e que, então, eram patrocinadas pela agência), os membros de Nhyira eram vulneráveis ao aprofundamento da pobreza.

Como reação tanto à instabilidade das suas próprias vidas quanto às mudanças na diretriz e na prática do SIF, houve movimentos de membros entrando e saindo da Associação de Apicultores de Nhyira. Houve eventos que não se repetirão de um novo membro entrando no grupo ou de um antigo membro saindo, mas houve a evidência maior de múltiplas saídas e retornos das mesmas pessoas ao longo do tempo. Por causa da variedade de comportamentos que constituíam o envolvimento das pessoas no IGP, identificar estes movimentos como “entradas e saídas” não é adequado. Isto não capta as nuances numa mudança de um envolvimento intenso e visível em atividades do projeto num momento para o envolvimento marginal no próximo. Por exemplo, enquanto ainda reivindicavam ser membros, os indivíduos se ausentavam de atividades do projeto por um período para se concentrarem em introduzirem sua colheita ou para viajarem às suas cidades-natais para cuidarem de uma mãe doente ou para se aproveitarem da oportunidade do emprego de curto prazo na cidade. Além disso, durante o período em que os projetos geradores de renda do SIF atingiram um hiato enquanto o SIF reorientava sua diretriz e sua prática no que dizia respeito a estes projetos, os membros tornavam-se menos ativos, mas então eles aumentavam o nível do seu envolvimento quando um empréstimo era finalmente concedido a eles pelo SIF para instalarem seu apiário, para construírem uma oficina com apenas uma sala e para comprarem uma máquina para o processamento de mel. Os padrões de participação também eram um reflexo de divisões na associação. Dependendo de qual subconjunto dos membros se percebesse que tinha um controle relativo sobre os negócios do grupo, diferentes

membros ficariam ou mais ou menos motivados e dispostos a se envolverem ativamente no grupo. Por todas estas razões, “flexível” é uma descrição mais adequada do tipo de participação que era continuamente modificada em resposta tanto ao dinamismo da diretriz quanto às circunstâncias da vida. Foi esta flexibilidade que atraiu a crítica do SIF e de outros funcionários do desenvolvimento, interpretando isso como uma saída da participação “verdadeira”.

Os legisladores e as pessoas que implementam a diretriz parecem supor que esta terá um significado unitário e será realizada num contexto previsível. A diretriz se baseia no que se pode saber, explicar e controlar. Ela receita ações específicas em resposta a um conjunto identificado de circunstâncias. Esta suposição de previsibilidade se estende ao comportamento das pessoas envolvidas numa intervenção, com a expectativa de que a participação legítima por um grupo de pessoas será uniforme e consistente. Isto se torna explícito em documentos do SIF que reiteram que “toda a comunidade” ou que a “organização baseada na comunidade”¹⁴ deve se envolver em “todas as etapas do projeto”¹⁵. Em seguida, esses documentos receitam a forma do seu envolvimento, do planejamento à implementação à avaliação.

Em contraste com esta receita estava a variabilidade no envolvimento direto que eu descrevi entre os membros do grupo de Nhyira. No entanto, em vez de interpretar a participação inconsistente como uma indicação da sua ausência de compromisso, eu argumento que estes padrões “irregulares” de participação refletem em grande parte a resposta pensada das pessoas tanto à diretriz quanto às exigências das suas vidas. Em outras palavras, a participação é basicamente um processo

14 As duas frases são usadas uma no lugar da outra em documentos do SIF, apesar de elas claramente não significarem a mesma coisa. Isto contribui para a ambiguidade tanto da diretriz quanto da prática do SIF, quando existe essa incerteza sobre quem são os “participantes”.

15 Fundo de Investimento Social (n.d., p. 3).

com duas etapas de compreensão de uma diretriz ou intervenção no contexto do que mais está acontecendo na vida de alguém e depois de moldar uma resposta comportamental. Este conceito de *compreensão* aborda a questão de *por que* as pessoas participam de intervenções de desenvolvimento e nos indica *como* elas participam.

A noção de que as pessoas derivam significado da diretriz intuitivamente faz sentido. Nós entendemos que as pessoas necessariamente precisam receber e entender uma diretriz para reagirem a ela. No entanto, as implicações plenas da compreensão como um aspecto inerente do processo de diretriz não costumam ser reconhecidas quando as diretrizes são elaboradas e implementadas. A pesquisa sobre a compreensão é uma área explosiva que busca estabelecer a agência de todos os atores da diretriz – independentemente de serem formuladores, implementadores, ou “alvos” – para imputarem significado à diretriz e, assim, moldá-la. Além disso, esta literatura afirma que os significados que as pessoas fazem da diretriz são influenciados pelos seus contextos de vida¹⁶. Isto sugere que os significados que os participantes aplicam em qualquer intervenção no desenvolvimento serão moldados pelo seu ambiente sociocultural, político e histórico geral. Na medida em que estes contextos são semelhantes, os membros de um projeto compartilharão alguns significados em comum sobre seus benefícios, sua relevância, sua utilidade e suas obrigações. No entanto, os indivíduos invariavelmente serão diferentes em algumas das variáveis que influenciam a compreensão, mesmo que um programa ou uma diretriz de desenvolvimento escolha ver esses indivíduos como um grupo-alvo homogêneo, porque eles diferem em variáveis como experiência pessoal, situação familiar, educação, aspirações e assim por diante. Conforme Cornwall (1998, p. 51) observa,

16 Stephen Ball (1993, 1994); B. A. U. Levinson e M. Sutton (2001); D. Lewis e S. Maruna (1998); Ann C. Lin (2000); Michael Lipsky (1980); James Spillane (2000, 2004); Dvora Yanow, (1996, 2000).

Não existe nenhuma razão para assumir que as mulheres [ou os “pobres” ou “uma comunidade rural”] em situações semelhantes tenham interesses comuns. Também é importante reconhecer que pode ser que seja exatamente nestas situações em que seus interesses forem semelhantes que outras diferenças interpessoais serão mais importantes.

Variáveis estruturais como a pobreza ou a localização no meio rural efetivamente importam porque elas constroem experiência, ou seja, elas proporcionam um contexto em que experiências ocorrem e são interpretadas. No entanto, existem outras circunstâncias nas vidas das pessoas que podem mediar a extensão e os efeitos destas variáveis. A maneira pela qual as pessoas reagem a uma situação, até mesmo a maneira pela qual elas *percebem* essa situação, não pode ser prevista por variáveis demográficas.

A compreensão deve ser levada a sério em qualquer discussão de desenvolvimento participativo porque ela sublinha que as pessoas, ao interpretarem e reagirem a iniciativas de desenvolvimento, são agentes que estão envolvidos ativamente no projeto de desenvolvimento deles próprios, mesmo que sua agência seja limitada pelas ações de outras pessoas (como aquelas que elaboram e implementam uma diretriz) e pelas forças econômicas, sociais e globais maiores que afetam suas vidas. De novo, a compreensão é um conceito importante para entender a participação porque os significados que as pessoas fazem de uma diretriz ou de um projeto de desenvolvimento não são apenas abstrações, mas têm efeitos muito reais sobre o comportamento delas e, conseqüentemente, sobre o destino de uma iniciativa de desenvolvimento.

No caso do grupo de Nhyira, os 27 membros, tanto os homens quanto as mulheres, tanto os mais velhos quanto os mais jovens, todos viam o projeto SIF como uma oportunidade para aliviar

sua pobreza, mas eles foram além e impuseram outras camadas de significado sobre esta compreensão compartilhada. Indivíduos e subagrupamentos na associação de Nhyira tinham ideias diferentes sobre como exatamente o IGP atingiria seu objetivo compartilhado de redução da pobreza: para alguns o projeto era um meio de renda suplementar ou de capital de giro, enquanto para outros ele representava emprego futuro e para outros ainda era acesso ao SIF e à sua rede de pessoas e instituições (Anyidoho, 2005). Basicamente, a maneira pela qual o IGP foi moldado – como uma forma de aliviar pobreza através de atividade geradora de renda – era ampla o suficiente para acomodar as interpretações variadas dos membros das causas da sua pobreza e suas percepções das estratégias disponíveis para eles para uma vida melhor, tanto no SIF quanto fora dele.

As interpretações variadas do potencial do SIF estavam todas contidas, de forma implícita ou explícita, nas mensagens que foram retransmitidas por funcionários e documentos do SIF. Elas também eram produtos da percepção de cada membro do grupo das suas vulnerabilidades e oportunidades peculiares. Por exemplo, uma mulher mais velha com um longo histórico de problemas de saúde viu no projeto uma fonte de emprego para um momento futuro em que ela estaria incapacitada e não conseguisse lavar. Por outro lado, um membro mais jovem (e mais forte) que acreditava que a agricultura fosse sua melhor avenida para uma vida melhor, esperava receber dinheiro de um empréstimo do projeto SIF que então ele usaria como capital para estabelecer uma grande fazenda de milho. Tendo construído o projeto das suas próprias maneiras específicas, os membros do projeto passaram a se comportar de maneiras consistentes com suas interpretações. A mulher que viu no IGP um emprego futuro fora da agricultura se envolveu apenas de maneira marginal em atividades do projeto – se concentrando, em vez disso, nas suas outras atividades geradoras de renda. Na

prática, aproveitando uma oportunidade. Ela manteve sua condição de membro por um comparecimento que não era frequente em reuniões para garantir que ela conseguiria se beneficiar do projeto no futuro. O rapaz, Koku Aveh, que estava procurando capital inicial, participou intensamente no começo do projeto, mas passou a se dedicar muito menos quando ficou claro que ele não receberia um empréstimo pessoal.

As ações de Koku Aveh foram um bom exemplo tanto de uma avaliação pessoal das melhores opções na vida de alguém quanto de uma reação às interpretações de reinterpretação em diversos níveis do processo de formação de uma diretriz. Os membros de Nhyira nem sempre foram unânimes nos seus relatos do que diferentes funcionários do SIF tinham lhes falado sobre os objetivos e os procedimentos do seu IGP. Por exemplo, alguns dos membros originais alegaram que eles tinham sido informados diretamente por um ou outro funcionário do SIF que cada membro acabaria recebendo uma colmeia para cuidar individualmente e da qual derivar renda. Portanto, estas pessoas acreditaram que o IGP deveria ser um ponto de partida para os seus empreendimentos pessoais de apicultura. Outros contestaram que esta sempre tinha sido a intenção do projeto. Outros membros, inclusive Koku Aveh, tinham sido recrutados pelo líder da associação que tinha interpretado o projeto da sua própria maneira. De acordo com Koku, então, sua demanda por receber uma parte do dinheiro do SIF como empréstimo era coerente com o que ele tinha sido informado que seriam os benefícios de se juntar ao grupo. Todas estas facções na associação questionaram a forma pela qual o projeto estava sendo executado.

O conflito sobre o uso de dinheiro ou sobre a gestão do projeto não foi simplesmente sobre dinheiro ou um estilo de liderança, mas sim sobre o significado. Apesar de membros da Associação

de Apicultores de Nhyira serem muito semelhantes nas suas posições sociais e econômicas, a interação deles com o programa SIF foi mediada pela sua compreensão individual. Então, eles perceberam e reagiram a momentos diferentes de oportunidade no projeto gerador de renda. Na prática, eles estavam exercendo ações sensatas (Sen, 1999, p. 18-19) e o efeito agregado destes processos de tomadas de decisões individuais foi a participação flexível.

Conclusão

Eu tentei atravessar as ambiguidades e inconsistências do trabalho de desenvolvimento ao me concentrar nas pessoas que são os “participantes” e “beneficiários” designados das diretrizes de desenvolvimento e dos seus projetos derivados. A questão central levantada neste capítulo está relacionada com as possibilidades de participação genuína criada pelas próprias pessoas nos ambientes sociais e de diretrizes instáveis em que a programação do desenvolvimento ocorre. A implementação da diretriz foi descrita como sendo a reunião entre diretriz e contexto (Berman, 1978) e o argumento deste capítulo é que, na medida em que ou a diretriz ou o contexto sejam instáveis (como sempre serão), nós devemos esperar uma participação flexível.

A interpretação não pode ser totalmente descartada do processo da diretriz ao torná-la mais explícita ou menos flexível (Yanow, 1996). Por outro lado, a moldagem e a implementação de uma diretriz efetivamente influenciam a variedade e os tipos de interpretação que as pessoas fazem quando reagem a ela. O problema com o programa SIF foi que houve uma ausência considerável de clareza no próprio programa sobre os seus objetivos e suas estratégias. Juntamente com a forma intermitente como ele realizou seus projetos, isto gerou uma confusão de ideias no grupo de Nhyira – ideias que costumavam ser incompatíveis e que geravam conflito no grupo porque elas não vinham à tona para

serem analisadas e negociadas. Quando acrescentamos o fato de que os seres humanos e suas vidas são dinâmicos, deveria ficar claro que não podemos esperar atingir um ideal de participação consistente e uniforme, no qual todas as pessoas se envolveriam exatamente da mesma maneira o tempo todo. Em outras palavras, considerando-se a natureza transitória e contraditória da diretriz e as ocupações e distrações das vidas das pessoas, não é muito surpreendente que os participantes de um projeto sejam inconsistentes no seu envolvimento. O que deveria chamar mais a atenção é que elas efetivamente se comprometem por algum período de tempo. Portanto, em vez de censurar as pessoas por “se comportarem mal”, nós deveríamos reconhecer que as pessoas receberão, interpretarão e reagirão de maneiras dinâmicas e até mesmo inesperadas a intervenções. Ao conceitualizarmos e ao colocarmos em prática o desenvolvimento, se pudermos entender como as pessoas encontram espaços para participação – até mesmo quando as condições para a sua participação estão longe de serem perfeitas – então poderemos entender melhor como esses espaços podem ser expandidos para atenderem de maneira mais plena ao potencial do desenvolvimento participativo. Nós podemos encontrar maneiras para criarmos diretrizes ponderadas que apoiem o *autodesenvolvimento*, ou seja, um desenvolvimento que é tanto iniciado pelo indivíduo quanto o beneficia. Afinal de contas, é isso que significa participação.

* * *

Nana Akua Anyidoho é pesquisadora no Instituto de Pesquisa Estatística, Social e Econômica (ISSER) na Universidade de Gana, em Legon. É bacharel em Psicologia pela Universidade de Gana e doutora em Desenvolvimento Humano e Política Social pela Universidade de Northwestern. Tem certificados adicionais em Desenvolvimento

Comunitário e em Estudos Africanos. Antes de entrar na carreira acadêmica, trabalhou na área de desenvolvimento como pesquisadora de campo. No mundo empresarial, ela criou e coordenou programas de treinamento de funcionários. Possui publicações nas áreas de psicologia, educação e desenvolvimento. Como pesquisadora social, Anyidoho tem interesse em como as pessoas interpretam, resistem a, adotam e adaptam uma política pública. Seu livro que será lançado em breve modela os processos pelos quais os supostos “alvos” do desenvolvimento percebem a política como estratégia e recurso pessoal.



CAPÍTULO 26

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E CRESCIMENTO POPULACIONAL NO NORTE DE GANA: CORRIGINDO A CONTA RECEBIDA¹

Jacob Songsore

O objeto desta visão geral é corrigir percepções equivocadas comuns da relação entre crescimento populacional e degradação ecológica no Norte de Gana. O futuro do nosso povo e das nossas várias sociedades que compreendem uma nação depende em parte da percepção de que os processos de degradação ecológica no Norte de Gana são determinados tanto em termos sociais e políticos quanto físicos e geográficos. Estas mudanças ecológicas não resultam do crescimento apenas da população, apesar deste ser um elemento importante. É necessário explicar a complexidade destes processos para delinear uma estratégia de desenvolvimento viável que satisfaça as aspirações imediatas

¹ Editado e resumido a partir de "Population growth and ecological degradation in Northern Ghana: The Complex Reality" (2000) em H. Lauer (ed.) *Gana: Changing Values / Changing Technologies* Washington, D.C. Council for Research in Values and Philosophy, p. 186-207. Disponível em: <<http://www.crvp.org/book/Series02/II-5/contents.htm>>.

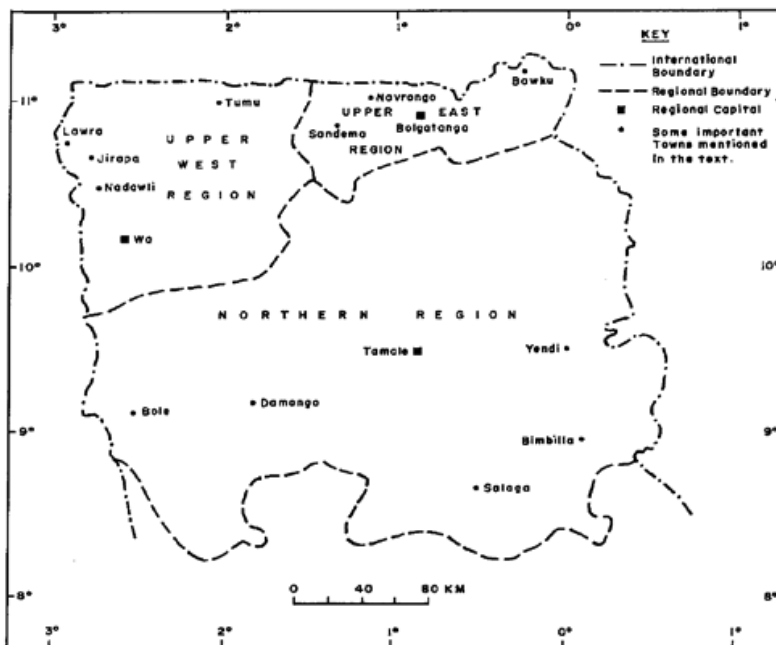
do nosso povo por desenvolvimento econômico, mantendo ao mesmo tempo oportunidades de desenvolvimento para gerações futuras. Apresento aqui um modelo ecológico dos relacionamentos complexos entre população, tecnologia, cultura e meio ambiente como um modelo de organização. Em seguida, discutirei brevemente o impacto da tecnologia de produção, das forças de mercado e do papel do estado no processo de degradação ecológica. Discutirei, então, os processos de mudança agroecológica sob pressão demográfica. Isto é seguido por uma análise de regimes agroecológicos que evoluíram sob o impacto do crescimento populacional. Para terminar, proponho algumas sugestões para a elaboração de estratégias para apoiar o desenvolvimento nacional sustentável.

É óbvio que a crise ecológica atual que está ocorrendo no Norte de Gana é basicamente induzida por relações políticas e econômicas. Ela também pode ser resolvida através da ação humana nos níveis local, distrital, regional, nacional e global de intervenção, cooperação e apoio. A preocupação atual com a degradação ambiental rural começou quando se postulou que números humanos eram o problema central. Como foi observado que este fator é apenas parte de uma estrutura complexa, podemos esperar que a solução também possa começar com um investimento no desenvolvimento humano através da educação, fornecimento de saúde e autonomia econômica de indivíduos.

O foco geográfico desta discussão é todo o Norte de Gana, que abrange as Regiões Administrativas do Alto Ocidental, Alto Oriental e Norte de Gana, conforme mostra a Figura 1. Sua área terrestre é de 98 mil km², o que representa cerca de 41% da área terrestre total de Gana. Por outro lado, sua parcela da população total é menor do que 20%. Encontra-se dentro da zona agroecológica de savana da Guiné, que é relativamente frágil, exceto no canto extremo

nordeste onde a savana do Sudão, que é ainda mais frágil, passa a ser o tipo bioclimático predominante. As chuvas representam o principal elemento climático que tem uma forte influência sobre a vida animal e vegetal e, portanto, sobre o ciclo de atividade agrícola devido à sua sazonalidade e à variabilidade de um ano para outro. Estas condições climáticas incertas agravam-se em direção ao extremo norte com a Burkina Faso do Sahel. A base econômica da área depende da agricultura em pequenos sítios em que mais de 80% da população depende da agricultura para a sua subsistência.

Figura 1: Áreas administrativas regionais do Norte de Gana



A ausência geral da indústria moderna no Norte de Gana é evidente. Atualmente, esta região contribui com apenas 1,3% da quantidade total de estabelecimentos industriais de Gana, 0,3% do valor agregado total e apenas outros 0,7% da quantidade total de pessoas empregadas em indústrias com pelo menos 30 funcionários. Juntamente com os baixos níveis de urbanização nas regiões Alto Ocidental (8,5%), Alto Oriental (10,8%) e Norte (24,7%), isto simplesmente enfatiza a ruralidade da região². Em 1988, havia apenas 45 agências bancárias, o que representava apenas 8,6% das agências bancárias do país. No máximo, o quociente entre habitantes e agências bancárias chega a mais de 1:58 mil com áreas de 5.300 km². Esta densidade bancária muito baixa parece ser uma razão pela qual todo o Norte representa apenas 3% de todo o crédito para o setor formal e 2,8% de todos os depósitos no setor formal no país³.

Em termos de indicadores de desenvolvimento humano, apesar de as regiões de savana ao norte representarem apenas 20% da população nacional, elas contêm cerca de 60% do décimo mais pobre da população nacional⁴. As condições de saúde e nutricionais das pessoas nestas regiões estão entre as piores da nação. Por exemplo, estas regiões têm os piores quocientes entre médicos e população e entre leitos hospitalares e população. Como outro resultado de diretrizes administrativas coloniais, o Norte de Gana tem tanto os maiores níveis de analfabetismo quanto os menores níveis de matrícula escolar. Enquanto todas as outras regiões além daquelas do setor norte tinham mais de 70% das suas crianças

2 Jacob Songsore (1992, p. 158). "The ERP/Structural Adjustment Programme: Their Likely Impact on the "Distant" Rural Poor in Northern Ghana," em Ernest Aryeetey (ed.) *Planning African Growth and Development, Some Current Issues*, Accra: ISSER/UNDP, p. 158.

3 Jacob Songsore (1992, p. 86-87). "The Co-operative Credit Union Movement in North-Western Gana: Development Agent or Agent of Incorporation?" em D. R. F. Taylor e F. Mackenzie (eds.) *Development From Within; Survival in Rural Africa*, Londres: Routledge, p. 86-87.

4 República de Gana-UNICEF (1990) *Children and Women of Ghana: A Situation Analysis*, Accra, Gana, p. 205.

com seis anos de idade em escolas em 1984-85, as proporções de crianças de seis anos de idade em escolas nas Regiões Norte, Alto Oriental e Alto Ocidental eram de 30,95%, 36,23% e 37,95%, respectivamente. Em termos de fluxos de investimento, estas três regiões também são as mais carentes. Apesar de abranger 20% da população total do país, a despesa de capital efetiva para a educação nestas três regiões para 1992 era de apenas 11,6% do orçamento anual para toda a nação⁵. Este breve perfil das condições sociais e econômicas é suficiente para preparar o terreno para uma análise realista das interações entre a população e o meio ambiente.

O relacionamento complexo entre o crescimento populacional e a degradação ambiental

Defensores da ortodoxia neomalthusiana da teoria da população enfatizam muito o crescimento populacional como uma variável independente responsável pela degradação generalizada da terra. Ainda assim, a evidência a partir da pesquisa sobre ecologia humana indica que o crescimento populacional é apenas uma variável cuja influência sobre a integridade do meio ambiente depende, por sua vez, das condições sociopolíticas existentes da sociedade. A Figura 2, a seguir, sugere um modelo para este sistema ecológico de interações.

De acordo com este esquema, a matriz ecológica de uma região ou de qualquer unidade territorial consiste do seu *meio ambiente, da sua população, da sua tecnologia, da sua organização e da sua cultura*. Aqui, “população” refere-se não apenas à quantidade de pessoas, mas à densidade, composição entre idade e sexo, estrutura ocupacional e, sobretudo, à qualidade dos recursos humanos treinados na região. “Meio Ambiente” denota o meio

5 Banco Mundial (1992) *Ghana 2000 and Beyond: Setting the Stage for Accelerated Growth and Poverty Reduction*, Washington, D. C. p. 13.

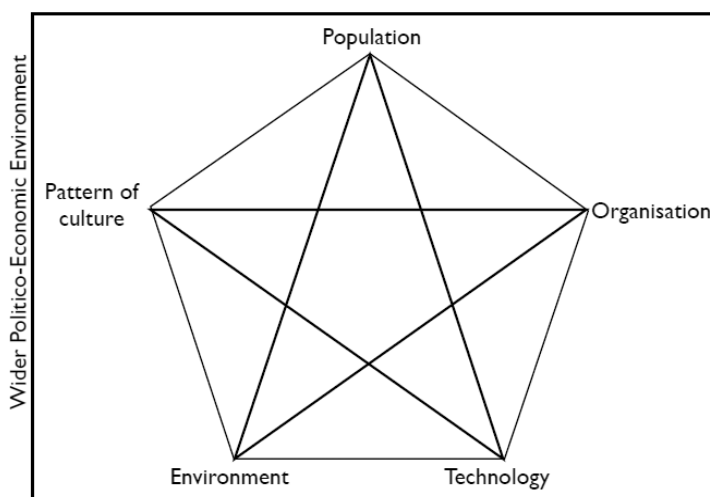
ambiente natural e sua base de recursos, por um lado e o meio ambiente físico artificial, por outro lado.

“Tecnologia” refere-se tanto aos meios materiais quanto ao conhecimento disponível para utilizar recursos naturais e para superar desafios ambientais. “Organização” refere-se a relações políticas existentes e estruturas econômicas que continuamente desempenham papéis importantes na determinação do sistema de reprodução material. “Cultura” refere-se à esfera ideativa de crenças, valores, normas, ideologias, costumes e práticas sociais⁶.

Como este modelo pode ser aplicado a escalas e níveis territoriais diferentes (ou seja, local, distrital, regional e nacional) é importante localizar este esquema num ambiente político e econômico mais amplo. Este domínio mais amplo fornece uma força estruturadora significativa que limita a capacidade de ação em níveis mais baixos. No caso de Gana, esta fronteira externa consiste do país em geral e, num nível mais elevado, da política e da economia internacionais. Os diversos componentes deste modelo estão inter-relacionados de tal forma que uma mudança em qualquer um deles provavelmente induzirá a ajustes na operação dos outros sistemas. O crescimento populacional como uma estrutura numérica isolada não funciona de maneira autônoma. Ao contrário, ele influencia as outras variáveis e é influenciado por elas.

6 J. G. T. Van Raaij (1974) *Rural Planning in the Savanna Region*, Universitaire Pers Rotterdam, p. 13.

Figura 2: O complexo ecológico: componentes e inter-relacionamentos



Fonte: Adaptada de van Raaij, 1974, p. 14

Comoditização, termos do negócio rural-urbano e o papel do Estado na degradação ecológica

Na maior parte do Norte de Gana encontramos a ocorrência da “exploração agrícola”⁷ porque o sistema socioeconômico em que os agricultores estão presos estimula formas variadas de exploração social. Estes ônus exploradores, por sua vez, são transferidos para o ambiente natural. Além disso, o motivo do lucro no desenvolvimento agrícola da área após a independência levou a uma exploração em grande escala dos seus ecossistemas, sem preocupação com a renovação destes. Isto pode ser observado na agricultura mecanizada em grande escala e em termos do comércio rural-urbano. A exploração agrícola ou do solo é uma economia elástica. Quando a terra é usada de uma forma extrativa

⁷ N.E.: A “exploração” agrícola ou do solo refere-se ao uso excessivo da terra, o que significa a plantação todos os anos sem nenhum período de descanso ou outras medidas restauradoras para sustentar a fertilidade do solo.

e não sustentável, os insumos não renovam os resultados. Então, a integridade do solo é destruída. Isto leva à deterioração do resultado, que por sua vez leva a uma deterioração cada vez pior do solo, da água e dos recursos vegetativos da terra.

Tecnologia de produção e a crise ecológica

No passado, métodos tradicionais de agricultura (como o rodízio da terra, a mudança de cultivos e o pastoreio) se basearam em tecnologias que adaptam o sistema agrícola ao ambiente ao permitirem a recuperação ecológica durante períodos de tempo moderadamente longos. Considerando-se as baixas densidades populacionais e uma pressão mínima ou pelo cultivo de matérias-primas industriais ou por alimentos para mercados urbanos, estes sistemas funcionaram bem no passado, uma vez que eles dependiam de processos regenerativos naturais para recuperarem os solos e para manterem o equilíbrio ecológico. Com um crescimento populacional acelerado, a urbanização e a necessidade de produzir matérias-primas para indústrias e para os mercados mundiais, os limites dos sistemas de plantação tradicionais tornaram-se muito mais evidentes. Limites físicos à produção incluem a dependência da agricultura abastecida pela água da chuva e os problemas da seca, juntamente com uma fertilidade baixa do solo e os problemas de pragas. Limites biológicos incluem a prevalência de safras que não foram geneticamente melhoradas e raças subdesenvolvidas de gado. Limites tecnológicos incluem o uso da enxada e do sacho que levam à dureza do trabalho agrícola⁸.

Com uma ausência de fé numa abordagem evolucionária ao desenvolvimento que se baseia em melhorar técnicas adequadas

8 Jacob Songsore (1990) "The State, Agrarian Crisis and Food Self-Sufficiency in Africa", artigo apresentado na Conferência *Emerging African Development Strategies: The Challenge of the 1990s*, Halifax: Dalhousie University, 9 a 12 de maio. B.N. Okigbo (1989) "Food Self-Sufficiency in West Africa: An Overview with Agenda for the Future," em Kodwo Ewusi (ed.) *Towards Food Self-Sufficiency in Africa*, Tema: Tema Press.

derivadas do conhecimento local, houve uma corrida para aplicar de maneira indiscriminada tecnologias ocidentais que não costumam ser adequadas para a agricultura tropical. Um bom exemplo disso tem sido a disseminação do uso equivocado de tratores em solos tropicais delicados que apenas estimula a erosão, a laterização e a desertificação através do desmatamento de árvores. A estrutura do solo e a química são perturbadas pela aragem profunda e a compactação do solo é causada pelo maquinário pesado. Todas estas são consequências das soluções paliativas buscadas para catalisar uma revolução agrícola sob o modelo da fazenda estatal e o uso predatório da terra pelo cultivo em larga escala de arroz, milho, algodão e outras safras industriais. Esses grandes empreendimentos são praticados como uma forma de mudança de cultivo por causa da disponibilidade imediata de terra. A mudança de cultivo envolve o abandono de uma área por outra após vários anos de uso. O método preferível para se combinar o cultivo estável, sustentável e permanente (envolvendo insumos de nutrientes) é desprezado.

As cicatrizes ecológicas que surgem do uso inadequado de tratores são mais visíveis em torno de Tamale, ao longo da Estrada entre Tamale e Bolgatanga e no Vale do Fumbissi. O cultivo mecanizado conforme aplicado na zona temperada adapta ambientes à agricultura pela prática geral da “agricultura estável”. Sob este sistema existe uma entrada de nutrientes para equilibrar a extração através de ciclos de colheita e pastoreio para reduzir o período necessário para completar os ciclos de produção, extração e recuperação.

Pressão reprodutiva, pobreza e degradação ambiental

Existem ainda outras formas em que os problemas da degradação ecológica não começam e terminam com os próprios camponeses que usam a terra. Um complexo de causas particularmente destrutivo que deve ser mencionado aqui são os termos de negócio rural-urbano e a privatização da distribuição de insumos sob o “programa de ajuste estrutural” econômico em andamento, imposto por condições de empréstimo do FMI. Apesar de haver um declínio secular nos termos do negócio de produtores rurais em relação a bens manufaturados de centros urbanos, esta tendência secular tem sido exacerbada por diretrizes perseguidas sob o “ajuste estrutural” decretado pelo FMI. Por exemplo, apesar de estudos disponíveis indicarem que, desde 1986, os termos do negócio rural-urbano mudaram em favor de produtores de cacau como resultado de aumentos de preços ao produtor, não se pode dizer o mesmo para produtores de alimentos consumidos localmente no Norte de Gana. Isto ocorre porque os principais alimentos básicos produzidos naquela região que entram no comércio inter-regional recebem muito pouco apoio em termos de preço e nenhuma outra atenção do governo, uma vez que os alimentos básicos locais não estão entre as safras que o FMI prioriza para a exportação. A evidência é muito esclarecedora, já que os termos do negócio se voltaram abruptamente contra os produtores de alimentos em favor dos produtores de itens de consumo não alimentares nos centros industriais do Sul de Gana e também em favor de produtores de cacau no sul⁹.

No entanto, o efeito negativo geral de diretrizes de insumos agrícolas sob o ajuste estrutural vai além da capacidade de comprar insumos. Por exemplo, a privatização da distribuição de

9 Jacob Songsore (1992) em Ernest Aryeetey (ed.) op. cit. Para tabela de preços relativos de alimentos em Gana 1977 e 1989, veja p. 164.

insumos levou a uma cobertura cada vez menor e ao desprezo de comunidades rurais distantes, limitando dessa forma ainda mais o acesso a métodos melhorados para o cultivo de insumos. Isto sozinho também tende a afetar a produção negativamente¹⁰. De maneira mais importante, camponeses tendem a passar da piora da pobreza e da falta de insumos à exploração do solo.

Aumento da demanda urbana por combustíveis de biomassa

A maioria dos domicílios em cidades grandes como Tamale, Bolgatanga, Wa, Navrongo, Bawku e Yendi depende de lenha e carvão como suas principais fontes de energia doméstica e para atividades comerciais como a fermentação de pito e a produção de alimentos para serem vendidos na economia informal das cidades. A produção comercial de combustíveis de biomassa para mercados urbanos é uma das causas ocultas da degradação ambiental por causa de falta de acesso para domicílios urbanos a fontes de energia limpas, como o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e a eletricidade. Apesar de o foco geral nesta discussão ter sido em paisagens rurais, é importante observar que por causa da fraqueza de instituições municipais para a gestão sustentável das nossas novas cidades, áreas urbanas rapidamente estão se tornando locais de resíduo acumulado e saneamento ruim, o que representa riscos graves à saúde.

As causas históricas, políticas, econômicas e demográficas complexas da crise ambiental atual variam do nível micro do domicílio e da comunidade, ao nível intermediário do distrito e da região e, além disso, ao nível macro do estado. Também é importante levar em consideração a esfera internacional. Muitos governos africanos perderam o controle das suas economias para

10 C. D. Jebuni e W. Seini (1992) *Agricultural Input Policies Under Structural Adjustment: Their Distributional Implications*, Memorando 31, Cornell University Food and Nutrition Policy Program, Outubro.

instituições financeiras internacionais como resultado de dívidas cada vez maiores, muitas vezes resultantes tanto de políticas domésticas inadequadas quanto de uma ordem econômica internacional injusta. Consequentemente, estes governos são incapazes de abordar as aspirações de desenvolvimento do seu povo e as exigências de desenvolvimento sustentável.

Processos de mudança agroecológica sob pressão demográfica no Norte de Gana

Conforme estas considerações mostram, o relacionamento entre pressão demográfica e degradação ecológica não é direto. Numa economia regional em expansão, tecnologicamente inovadora e que se industrializa gradualmente, as mudanças estruturais da mão de obra para a produção não agrícola e a revolução da tecnologia agrícola podem efetivamente levar ao aumento da produção de alimentos com menos mão de obra e uma área reduzida sob produção agrícola. Por diversas razões, esse processo (pelo qual passou a maioria das sociedades industrializadas) não conseguiu se materializar em Gana. Alguns estudiosos, inclusive Boserup¹¹ (1965), argumentaram que o crescimento populacional forneceu o ímpeto para uma mudança de sistemas de cultivo agrícola simplistas e com maior desperdício para sistemas mais intensivos e avançados tecnologicamente. A experiência de Machakos, no Quênia, demonstrou que o crescimento populacional acelerado é compatível com a gestão ambiental sustentável sob condições adequadas¹².

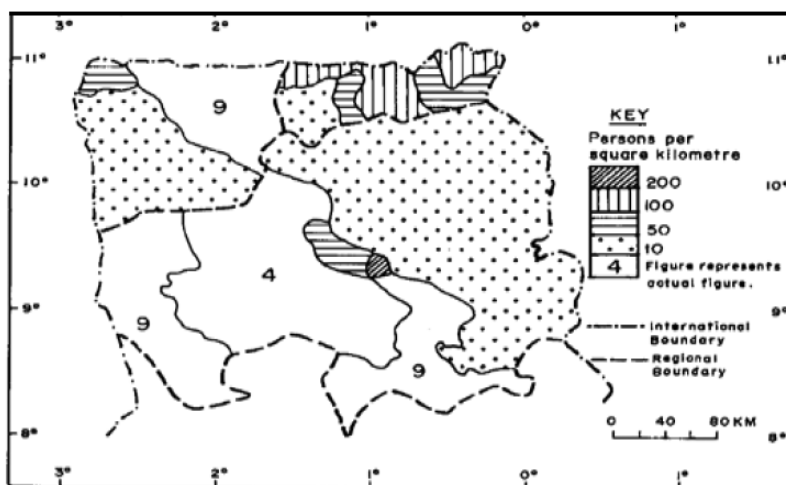
A evidência em relação ao Norte de Gana indica um cenário totalmente diferente de desprezo econômico, pobreza e densidades rurais cada vez maiores em bolsões isolados de uma

11 Esther Boserup (1965) *The Conditions of Agricultural Growth*, Chicago: Aldne.

12 Michael Mortimore e Mary Tiffen (1994) "Population Growth and Sustainable Environment: The Machakos Story", *Environment*, 36. 8 outubro, p. 10-32.

área geralmente subpovoada. Como a área de terra do Norte de Gana não pode ser aumentada, existe alguma atração na hipótese de que devido ao aumento natural e à migração interna, o aumento das densidades populacionais rurais está causando degradação ecológica – especialmente levando-se em consideração a tecnologia predominantemente em uso.

Figura 3: Densidade populacional, 1984



Fonte: Dickson e Benneh (1989)

As taxas médias de crescimento populacional anual de 2,3% e 2,5% para as Regiões Alto Ocidental e Alto Oriental estão muito abaixo da média nacional de 3%. No entanto, a Região Norte tem a taxa de crescimento populacional mais acelerada em Gana. Esta taxa elevada de crescimento na Região Norte se deve, em parte, à sua densidade populacional inicial relativamente baixa e às boas perspectivas para migrantes agrícolas de outras regiões e de fora de Gana.

Enquanto as participações relativas da população nacional total das Regiões Alto Ocidental e Alto Oriental diminuíram entre 1960

e 1984, a Região Norte, ao contrário, aumentou sua participação da população nacional. Exceto pela Região Alto Oriental, as densidades populacionais médias estão entre as menores de Gana (17 pessoas por km² na Região Norte e 24 pessoas por km² na Alto Ocidental). A densidade populacional de 87 pessoas por km² na Região Alto Oriental está bem acima da média nacional, que é de 57. Esta também é a região no norte de Gana em que a degradação ecológica parece ser mais intensa. Para padrões mais detalhados de densidade populacional veja a Figura 3¹³.

Portanto, enquanto a população do norte de Gana permaneceu estável ou até mesmo diminuiu no período imediatamente anterior ao estabelecimento do governo colonial, desde então ela tem testemunhado um aumento gradual. Esta estabilidade precoce na população deveu-se em grande parte à prevalência de doenças epidêmicas e às atividades de caçadores de escravos como os guerreiros Samori, Babatu, Amrahi e Asante¹⁴. Por sua vez, isto levou à redução da população de todo o *Middle Belt*, que vai de Tumu Gap até Brong-Ahafo. Duas outras razões para as taxas de crescimento abaixo da média nas duas Regiões Upper são os índices elevados de mortalidade de bebês e crianças e a migração líquida negativa saindo das regiões. Ao contrário, apesar de a taxa de mortalidade de bebês e crianças ser igualmente elevada para toda a Região Norte, a área é uma receptora líquida de migrantes.

Talvez o aspecto mais importante do processo demográfico que ameaça a integridade ecológica de algumas zonas agroecológicas no norte de Gana seja a desigualdade extrema na distribuição desta população em grande parte rural. A atmosfera de insegurança no período pré-colonial levou à concentração da população em

13 G. Benneh e G. T. Agyepong (1990) e J. A. Allotey (1990) *Land Degradation in Ghana, maio*.

14 Jacob Songsore e Aloysius Denkabe (1995) *Challenging Rural Poverty in Northern Ghana: The Case of the Upper West Region*, CED, Universidade de Trondheim, Relatório No. 6/95.

bacias hidrográficas e o abandono de vales férteis de rios levou à infestação subsequente da mosca tsé-tsé¹⁵.

Os fatores envolvidos na degradação ecológica consistem de todos os processos que levam à deterioração da classificação de qualidade e produtividade da terra. Estes costumam resultar: na redução da biodiversidade, inclusive quantidades de espécies vegetais e animais; na redução da cobertura vegetal natural, o que aumenta a exposição do solo e a evapotranspiração; no empobrecimento cada vez maior do solo em termos de matéria orgânica, profundidade do solo, estrutura – através da erosão acelerada, da lixiviação, da dessecação devido à perda da capacidade de absorção de umidade, e da formação de reservatórios duros de blocos lateríticos – e, finalmente, no assoreamento de lagos e represas pelo depósito de material erodido¹⁶.

Apesar de estes efeitos poderem ser induzidos pelos ciclos naturais de mudança climática na escala de tempo geológico, a maior culpada e aceleradora da deterioração tem sido a gestão inadequada da terra pela própria humanidade. Como estamos perto da zona Sudano-Saheliana, tudo isto poderia levar à desertificação, considerando-se uma redução drástica das chuvas, com a consequente tragédia humana da fome e do deslocamento de toda a sociedade.

Rose Innes¹⁷ descreveu os processos antropogênicos da degradação ecológica nas Regiões Norte e Upper de Gana como consistindo de um ciclo de eventos que incluem o seguinte: abertura de terra agrícola usando ferramentas simples, fogo e, mais recentemente, tratores e maquinário para abertura; pastoreio de ruminantes (bovinos, caprinos e ovinos); coleta de lenha e

15 T. E. Hilton (1966) "Depopulation and Population Movement in the Upper Region of Ghana," *Bulletin of the Ghana Geographical Association*, 11. 1, janeiro, p. 27-29.

16 The Dept. of Geography & Resource Development, Universidade de Gana (Nov. 1992) p. 103.

17 R. Rose-Innes (1964) op. cit.

construção de assentamentos; queimada de arbustos como uma prática generalizada que tem tido efeitos disseminados, tanto sobre a cobertura quanto sobre a composição vegetal na região¹⁸.

O ciclo intensificado destes eventos, com consequências tanto para o crescimento populacional humano quanto para uma população ruminante aumentada, significou a redução do período de descanso da terra, limitando assim a capacidade regeneradora dos solos, da flora e da fauna e uma expansão da atividade humana em zonas de fronteira.

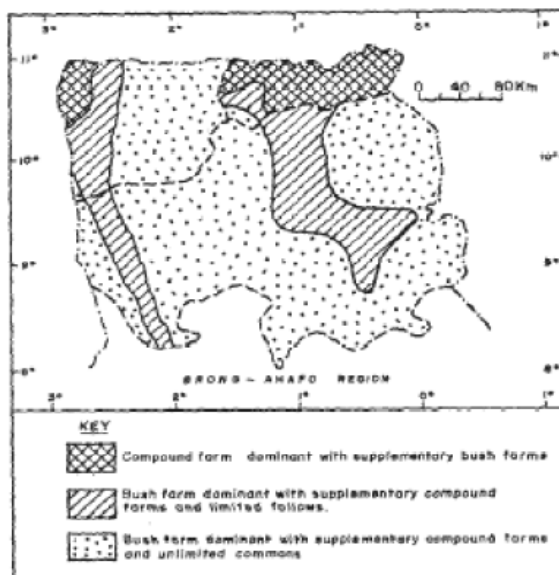
Regimes agroecológicos existentes no Norte de Gana

Os processos delineados na seção anterior levaram ao surgimento das seguintes zonas agroecológicas em diferentes etapas de degradação da terra (Figura 4). As seguintes são adaptações agroecológicas variadas em resposta às pressões cada vez maiores sobre recursos, considerando-se os limites à tecnologia de produção atualmente em uso: predomínio de fazendas de arbustos com o complemento de fazendas de cultivo doméstico (*compound farms*) e áreas públicas ilimitadas; predomínio de fazendas de arbustos com o complemento de fazendas de cultivo doméstico e terras de descanso limitadas; predomínio da fazenda de cultivo doméstico com o complemento de fazendas de arbustos e privatização de árvores econômicas nas terras de descanso limitadas¹⁹.

18 Ibid, p. 136; também Albin Korem (1985) *Bushfires and Agricultural Development in Ghana*, Accra: Ghana Publishing Corporation.

19 Jacob Songsore (1976) "Population Density and Agricultural Change Among the Dagaba of Northern Ghana," *Bulletin of the Ghana Geographical Association*, Vol. 18; Songsore (1992) "The Decline of the Rural Commons in Sub Saharan Africa", op. cit.

Figura 4: Regimes agroecológicos no Norte de Gana



Predomínio de fazendas de arbustos com o complemento de fazendas de cultivo doméstico e áreas públicas ilimitadas

Este regime de gestão da terra ocorre nas áreas de “fronteira de recursos”. No Alto Ocidental ele é encontrado nas partes orientais dos Distritos de Wa e Nadawli e quase o Distrito de Tumu inteiro, inclusive os chamados “territórios do exterior”. Aqui as densidades populacionais médias estão abaixo de 10 pessoas por km². Este é o regime de gestão da terra predominante na Região Norte fora dos perímetros de grandes assentamentos como Tamale. No Alto Oriental, exceto no Distrito de Builsa, este se tornou um uso da terra extinto. O sistema de colonização da terra costuma começar com a criação de novos assentamentos que consistem de poucos domicílios. As primeiras fazendas tendem a ser próximas do assentamento. Mas à medida que o assentamento atrai novos

migrantes e à medida que a população de ruminantes aumenta, os seguintes usos da terra se desenvolvem.

Pequenas fazendas de cultivo doméstico podem persistir em torno do assentamento. Elas são rodeadas por um cinturão de áreas não usadas, antigamente cultivadas, que são terras de descanso reservadas para a pastagem de animais domésticos como caprinos e ovinos e para amarrar estes animais durante a estação chuvosa quando as fazendas de cultivo doméstico estão produzindo alimentos. Além delas está um cinturão de fazendas de arbustos entremeado de longas terras de descanso. Nos limites externos da vila ainda podem existir muitas áreas públicas não alocadas com condições quase virgens ou primitivas. Estas são chamadas de formações vegetais de clímax de fogo, uma vez que sua biodiversidade se deve à queimadas naturais que ocorrem em toda estação seca.

A integridade ecológica deste tipo de regime ainda está em grande parte intacta por causa da existência de longos períodos de descanso da terra, o que permite que processos regenerativos naturais restaurem o equilíbrio ecológico. No entanto, estas são áreas que apresentam uma necessidade urgente de intervenção planejada para impedir a prática de exploração do solo e do cultivo extensivo na busca pelo lucro rápido. Áreas sob este regime podem ser o futuro celeiro da região e do país se forem gerenciadas de uma forma sustentável através da agricultura orgânica. Esta zona abrange entre 50% e 70% da área de terra do Norte de Gana.

Predomínio de fazendas de arbustos com o complemento de fazendas de cultivo doméstico e terras de descanso limitadas

A partir do momento em que as densidades populacionais aumentam para qualquer lugar entre dez e 50 pessoas por km², o sistema que acabamos de descrever tende a ser substituído por

um segundo tipo de sistema de uso da terra caracterizado pelo predomínio de fazendas de arbustos com o complemento de fazendas de cultivo doméstico e terras de descanso limitadas. O sistema duplo de uso da terra agrícola persiste, mas com as seguintes diferenças: a posse da terra conjunta desaparece e é substituída pela propriedade familiar, uma vez que não existe nenhuma área pública que não esteja alocada na vila, exceto por florestas sagradas (*fetish groves*). Espécies de madeira e recursos de ração em áreas de descanso diminuem à medida que o período de descanso diminui cada vez mais para menos de cinco anos. Este período não permite a regeneração completa das espécies de madeira. Como resultado da pressão sobre os recursos de madeira para lenha e para o artesanato e construção, árvores econômicas, como o carité para fazer manteiga e árvores da fruta dawadawa, para sopa, gradualmente dominam, uma vez que elas são protegidas pela agricultura de derrubada e queimada e pela exploração de lenha. Enquanto isso, outras espécies de madeira estão desaparecendo cada vez mais. Os recursos selvagens são degradados e praticamente desaparecem devido à destruição dos seus habitats e da caça não sustentável. Os solos são degradados em consequência da redução do período de descanso da terra, o que ameaça a segurança alimentar da vila. Safras mais resistentes substituem as safras alimentares preferíveis.

O regime agroecológico que acabamos de descrever é o segundo mais dominante em termos de área de terra, o que cobre entre 20% e 30% da área de terra total do Norte de Gana. Quanto ao Alto Ocidental, ele cobre as partes restantes dos Distritos de Wa, Nadawli, Jirapa-Lambussie e pequenas partes residuais do Distrito de Lawra. No caso da Região Alto Oriental, ele ocorre em células ao longo de vales de rios que tinham sido dominados por oncocercose e tripanossomíase. O regime é dominante no Distrito de Builsa. Na Região Norte ele ocorre ao longo do eixo de transporte de

assentamento mais denso que se estende de Tamale a Bolgatanga. Esta zona agroecológica se caracteriza pelo esgotamento rápido de recursos. No entanto, sua integridade ecológica poderá ser restaurada facilmente se a ação adequada for tomada agora.

Uma vez que o sistema de mudança de campo sob a prática do descanso de arbustos fica mais limitado, ocorre novamente a transição para um terceiro tipo de sistema de uso da terra, caracterizado por uma gestão mais intensiva da terra e pela privatização de terras de cultivo e de árvores.

Predomínio da fazenda de cultivo doméstico com o complemento de fazendas de arbustos e privatização de árvores econômicas nas terras de descanso limitadas

À medida que as densidades populacionais aumentam para 50-1.000 pessoas por km² o regime de gestão de terras dominante apresenta um predomínio de fazendas de cultivo doméstico com resíduos ou complementos de fazendas de arbustos. De fato, para algumas famílias famintas por terra tudo que pode sobrar é um pequeno pedaço de fazenda de cultivo doméstico. Ocorre a miniaturização da terra através da subdivisão. Também surge mais privatização da terra, de árvores econômicas e de outras espécies de árvores à medida que as áreas públicas das vilas em terras de descanso desaparecem completamente. Onde quer que fazendas de arbustos existam nesta zona, elas estão tão empobrecidas que existe uma mudança progressiva para a intensificação da produção em fazendas de cultivo doméstico.

Diferentemente do que ocorre no regime de gestão da terra anterior, surge uma aplicação consciente de fezes de animais, resíduos domiciliares e a inclusão de safras leguminosas como amendoins e bambaranuts num rodízio deliberado de culturas. Pequenos

pedaços de solos exauridos são deixados de um ano para o outro para amarrar animais domésticos durante a temporada do plantio²⁰.

Na Região Alto Ocidental este sistema é comum no Distrito atual de Lawra e células estão se desenvolvendo ao redor dos assentamentos de Jirapa, Nadawli e Sankana-Takpo. Este sistema é comum na Região Alto Oriental, onde é o tipo dominante de uso da terra nos Distritos de Navrongo, Bolgatanga e Bawku. No geral, ele cobre de 10% a 20% da área de terra total do Norte de Gana. Esta zona agroecológica é afetada por uma degradação de moderada a grave, caracterizada pela perda da cobertura vegetal, pela erosão do solo, pelo desenvolvimento de uma camada dura ou reservatório duro e pelo surgimento de condições Sudano-Sahelianas como a primeira fase no processo de desertificação. Existe uma necessidade de restaurar a integridade ecológica destas áreas através do estímulo a práticas agrícolas mais intensivas, reivindicação de terra através do desenvolvimento da silvicultura agrícola e movimentos trabalhistas induzidos para as novas fronteiras de recursos. Essas induções devem incluir apoios de infraestrutura – estradas, mercados, clínicas e escolas – a serem fornecidos nas áreas de fronteira.

Áreas reservadas

É importante reconhecer a existência de reservas florestais e de animais selvagens e em menor escala as florestas sagradas. A reserva de animais selvagens que mais se destaca é a *Mole Game Reserve*. As florestas sagradas são trechos de vegetação original protegida onde os deuses terrestres residem, muitas vezes localizados em torno de bacias hidrográficas. Esta costuma ser

20 Jacob Songsore (1992) "The Decline of the Rural Commons in Sub Saharan Africa: The Case of Upper West Region of Ghana", artigo apresentado no Common Property Workshop, no Instituto Ambiental de Estocolmo, 22 a 24 de setembro, p. 8.

uma forma eficaz de proteger a biodiversidade local antes que o cristianismo e a modernização levassem ao abuso das florestas sagradas. Estes diversos santuários de biodiversidade foram afetados apenas pelo fogo. Eles prometem ser vitais em qualquer programa futuro para a restauração da integridade ecológica de áreas degradadas.

Conforme argumentamos, o ciclo de transição agroecológica começa com a abertura das fronteiras de recursos. Isto é seguido de uma segunda fase de produção eficaz. A terceira fase é marcada por espaços que são deixados para trás depois que a fase mais dinâmica de produção tiver resultado em esgotamento. Nesse momento, as vilas começam a “exportar” ou expulsar sua população excedente para novas fronteiras de recursos num processo de migração predatória de camponeses que surgem da exploração agrícola do solo²¹.

Conclusão

Ao contrário do dogma popular, as desarmonias (ou seja, localização territorial de produção em relação ao potencial e à estabilidade de um ecossistema e a lacuna eco-tecnológica nos ajustes de produção em nichos ambientais específicos) não são por completo o resultado de processos internos como a expansão demográfica. Ao contrário, elas são igualmente o resultado de pressões externas que surgem a partir da lógica de acúmulo de capital imposto sobre a região de fora para dentro.

Enquanto as pessoas lutam para melhorarem seu bem-estar, é o meio ambiente que fornece os materiais e ao mesmo tempo frustra o esforço. O reforço da interconexão entre a aspiração humana e a integridade ecológica é o tema fundamental do desenvolvimento

21 Brian Thomson (1977) *The Environmental Question: Its Relevance in Development Studies, A Latin American Perspective*, mimeo, p. 37.

sustentável. “Evidência acumulada da ecologia, agronomia e hidrologia indica que o uso excessivo sustentado de sistemas biológicos pode ativar mudanças que reforçam elas mesmas. Cada etapa de deterioração acelera o início da seguinte”²². Toda área de terra tem uma capacidade de transmissão além da qual ela não pode ser usada sem causar dano, deterioração e uma diminuição da produtividade. Esta regra ecológica desprezada há muito tempo de repente está começando a ser entendida pela humanidade nos níveis global, continental, nacional e regional.

Enquanto o norte industrial rico é responsável por apenas 23% das pessoas do mundo, sua população ganha 85% da renda mundial.

As pressões deste nível de atividade econômica são sentidas na perda de florestas e espécies, na poluição de rios, lagos e oceanos, no acúmulo de gases do efeito estufa e no esgotamento do ozônio que preserva a vida²³.

Portanto, é inegável que a minoria rica ameaça a integridade ecológica mais ampla da existência da humanidade. De acordo com um especialista:

Do ponto de vista de uma simples contagem individual da população, China, Índia, Indonésia e Brasil podem ser considerados como ameaças ao futuro dos recursos da Terra, mas quando se usa um índice de demanda por recursos este risco é colocado de maneira mais justa na porta dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, Canadá e Rússia. No caso da Indonésia, os Estados Unidos superam sua

22 Lester R. Brown e Edward C. Wolf (1987) “Assessing Ecological Decline,” em L. R. Brown *et al.* (eds.) *State of the World – 1986*, Nova Deli: Prentice-Hall, p. 22.

23 *Human Development Report* (1992) Nova York: UNDP, p. 16.

demanda por recursos por um fator de 50. Não é difícil de ver onde o esforço de controle populacional deve ser aplicado! A Suécia, apesar de ser um país com apenas 8,6 milhões de pessoas, supera a demanda por recursos de Bangladesh (116,4 milhões) em cerca de 15 vezes²⁴.

Os pobres, que representam 77% das pessoas do mundo, como aquelas no Norte de Gana, também costumam ser considerados ameaças à integridade ecológica dos seus espaços limitados de vida – apesar de isso ocorrer por mera necessidade em vez de por excesso. Estas são as chamadas sociedades “sem saída”, para as quais se argumenta que exista pouca perspectiva para melhorar substancialmente as vidas de mais do que poucas pessoas, tendo como pressuposto a configuração internacional atual de relações de poder²⁵. Considerando-se esta visão ambientalista global neo-Malthusiana, não é surpreendente que questões de degradação ambiental muitas vezes venham sendo articuladas de uma forma muito restrita –na verdade, errônea – em termos da quantidade cada vez maior de pessoas pobres. Então soluções restritas são buscadas em termos de controle populacional²⁶. Esta abordagem também está se tornando rapidamente uma tática conveniente para alguns governos na África. Apreciando sua oportunidade de se afastarem do papel desenvolvimentista caro do estado, esses governos colocam em seu lugar o barbarismo bruto de forças de “livre mercado” absolutas. Eles se escondem por trás de argumentos que culpam as tendências sexuais dos camponeses como sendo a causa do impasse desenvolvimentista. Eles desviam do fato de

24 M. J. Chadwick (1994) “Visions of a Sustainable World: Ethical Evaluations or Political Programmes?” em Sir Francis Graham-Smith (ed.) *Population – the Complex Reality*, Londres: The Royal Society, p. 7.

25 W. M. Adams (1990) *Green Development: Environment and Sustainability in the Third World*, Londres: Routledge.

26 J. R. Wilmoth e Patrick Ball (1992) “The Population Debate in American Popular Magazines, 1946-1990” *Population and Development Review* 18,4, dezembro. Garrett Hardin (1977) “Living on a Lifeboat” em H. Garrett e J. Baden (eds.) *Managing the Commons*, Londres: Freeman & Co., p. 261-279.

a degradação ambiental ser causada, ao contrário, por fracassos de governança e por respostas tecnológicas inadequadas para os desafios de desenvolvimento industrial que estão surgindo. Conforme eu tentei demonstrar neste capítulo, está claro que a degradação ecológica é um processo mais complexo do que simplesmente um efeito de reação da Natureza à procriação excessiva dos camponeses.

O caminho adiante

Se nada mais, Assembleias Distritais, ONGs e autoridades tradicionais devem se comprometer com o seguinte conjunto mínimo de ações: a educação deve ser obrigatória para todas as crianças em idade escolar e facilitada na prática através de esquemas de bolsas de estudo administrados por assembleias distritais. Levantamentos de capacidade de terras devem recomendar práticas agropastoris consistentes com a gestão eficaz de diferentes tipos de solo. Medidas para evitar a desertificação e o desmatamento devem ser colocadas em prática, como a criação de lotes de lenha em fazendas e a introdução de fornos e sistemas de biogás melhorados, juntamente com melhorias na oferta de querosene e GLP para domicílios urbanos. Mais terras de pastagem melhoradas para impedir o excesso de pastagem devem ser desenvolvidas. Na ausência da implementação efetiva de regulamentações voltadas para a eliminação da queimada de arbustos, os programas devem recomendar uma *queimada precoce* dos arbustos em vez de uma queimada tardia, para minimizar o impacto destrutivo sobre a vegetação. Exige-se um programa de gestão da vida selvagem, juntamente com a imposição de diretrizes existentes de reservas florestais²⁷. Estas podem ser manipuladas por comitês de gestão ambiental nos níveis distrital, da seção administrativa e da comunidade.

27 J. Songsore e A. Denkabe (1995) op. cit., p. 124-125.

Também é necessário promover a adoção de tecnologias ambientalmente saudáveis, como a lavoura mínima, sistemas sem lavoura e plantações em becos. Esta deve ser uma área de pesquisa ativa pela nova Universidade para Estudos do Desenvolvimento, em Tamale, Gana. Nos níveis da comunidade e regional, é vital facilitar um planejamento e uma supervisão eficazes no uso de terra da vila. Isto implica contratos sociais duradouros no que diz respeito à propriedade da terra e aos usos diferentes que se pode dar à terra. Nos níveis nacional e internacional, existe uma necessidade comparável por uma grande modificação nas condições do intercâmbio econômico entre cidade e país em toda a nação e entre países pobres que estão pagando dívidas, como Gana e seus parceiros internacionais.

Para que estas diretrizes tenham qualquer chance de serem bem-sucedidas, são necessárias uma cooperação próxima e uma parceria ativa entre pessoas locais, ONGs como a Diocese Católica e as diferentes camadas do aparato do estado.

Historicamente, a transição demográfica ocorreu no Ocidente porque aqueles governos investiram nos seus cidadãos. Esta ênfase, por sua vez, influenciou os estilos de vida dos indivíduos e resultou numa transição para um aumento da expectativa de vida e uma redução das taxas de natalidade. Uma população informada, treinada e empregada de maneira hábil também é capaz de superar os limites restritos de pressões ambientais através da inovação tecnológica. Conseqüentemente, a educação ambiental deve ser promovida ativamente na escola. Também deve haver uma estratégia de redistribuição da população que busque um equilíbrio mais racional entre as pessoas e a terra. Isto acarreta a construção de estradas, escolas, clínicas e infraestrutura relacionada em locais carentes. Estes objetivos devem ser seguidos com o mesmo vigor que tem sido concedido a programas de planejamento familiar.

* * *

Jacob Songsore é professor de geografia, ex-chefe do Departamento de Geografia e Recursos Naturais da Universidade de Gana, em Legon. Foi Reitor da Faculdade de Pesquisa e Estudos de Pós-Graduação de Legon (2003 a 2007). Obteve seu título de doutorado pela Universidade de Gana em 1975. Foi cientista adjunto filiado ao Instituto de Pesquisa Ambiental de Estocolmo até 2004 e é filiado ao Departamento de Estudos Afro-americanos e Africanos da Universidade de Michigan, em Ann Arbor. Foi convidado internacionalmente para comentar e lecionar sobre questões ambientais urbanas na Universidade de Harvard e nas Universidades de Ottawa, Dalhousie, Vancouver e Saskatchewan, no Canadá. Na Faculdade de Higiene e Medicina Tropical de Londres, foi professor da Cátedra Heath Clark, em 2001 e 2002. É membro do Conselho Consultivo Científico Internacional e do Centro Nacional Suíço de Competência em Pesquisa (NCCR) Norte-Sul, ambos sediados na Universidade de Berna, Suíça. Com mais de 50 publicações, sua obra mais recente é *Accra's State of Environmental Health: Report on the Greater Accra Metropolitan Area, 2001*. Realizou trabalho de extensão para organizações multilaterais e bilaterais como UNICEF, OMS, WB, HABITAT, DIFID e CIDA, para grupos estatais e para a sociedade civil em Gana, incluindo a função de diretor do Conselho Politécnico Wa e atribuições para a Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Nacional (NDPC), a Agência de Proteção Ambiental (EPA), a Área Metropolitana de Acra (AMA) e La Mansaamo Kpe.



CAPÍTULO 27

INDUSTRIALIZAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE GANA: SERÁ QUE ESTAMOS FAZENDO A COISA CERTA NO MOMENTO CERTO?¹

Ivan Addae-Mensah

Em abril deste ano [2004] eu tive o privilégio de ser convidado por Sua Excelência, o Presidente John Agyekum Kufuor para atuar no Comitê Presidencial Sobre a Promoção e Revitalização das Indústrias de Gana. Durante a posse do Comitê no Castelo, o presidente disse:

Eu acredito que não seja contencioso afirmar que o setor industrial da economia está numa condição relativamente perigosa. Portanto, a tarefa que o comitê terá que enfrentar – aconselhar o governo sobre a promoção e a revitalização do setor industrial da economia – é urgente e difícil.

¹ Esta é uma versão editada da palestra aos ex-alunos feita pelo autor em 27 de novembro de 2004, na Universidade de Gana, em Legon. Apresentada aqui com o consentimento do autor e a permissão do Diretório de Publicações da Universidade de Gana.

Na época da independência, a nação tinha grandes esperanças que houvesse uma industrialização acelerada. Infelizmente, o entusiasmo não manteve o mesmo ritmo que as nossas capacidades e muitas vezes um projeto que começa com grandes esperanças acaba sendo insustentável. O interior é poluído com as fábricas remanescentes cheias de maquinário inadequado ou onde não foi feito planejamento suficiente para garantir a sustentabilidade.

Até mesmo quando insisto que as recomendações que vocês fizerem sejam realistas e sustentáveis, eu desejo que vocês pensem grande e num futuro distante².

Desde que ouvi estas palavras do Presidente e ao longo de todas as deliberações do comitê, eu fiquei me fazendo várias perguntas sobre o motivo pelo qual o nosso programa de industrialização, que decolou logo após a independência, tem tido tantas dificuldades. Será que não pensamos grande e num futuro distante? Será que não planejamos bem? O que aconteceu com todos os documentos de planejamento preparados no passado por consultores e especialistas tanto ganenses quanto estrangeiros?

À medida que o trabalho do Comitê Presidencial avançava, que ouvíamos um industrialista após o outro, que visitávamos e víamos o que estava acontecendo nas oficinas de diversas indústrias, que visitávamos e inspecionávamos configurações industriais potencialmente viáveis, porém abandonadas, eu comecei a entender cada vez mais que os problemas dos esforços de Gana para alcançar a industrialização e o fracasso do país ao longo dos anos para atingir essa decolagem industrial fundamental que

2 Palestra proferida por S. E. Presidente John Adjekum Kufuor durante a posse do Comitê Presidencial Sobre a Promoção e a Revitalização do Setor Industrial de Maneira Sustentável (abril de 2003).

podia nos fazer entrar num nível mais elevado de desenvolvimento econômico eram muito mais complexos do que tínhamos considerado anteriormente e precisavam ser abertos para um vigoroso debate público.

Ao longo dos anos Gana já elaborou vários planos industriais e preparou vários documentos e projetos de política industrial. Nós fizemos tentativas, sendo que algumas foram bem-sucedidas e outras foram desastrosas, de implementar as cláusulas destes planos e projetos. Quando se analisa estes planos de maneira crítica, não se pode deixar de observar as semelhanças evidentes em absolutamente todos eles, especialmente na identificação dos problemas e nas soluções imaginadas para eles. Absolutamente cada um destes planos reconheceu o papel central e importante da educação, especialmente a vocacional, a técnica e o ensino superior, nos nossos esforços para atingir a industrialização. Deixe-me citar alguns exemplos.

No *Plano de Sete Anos Para a Reconstrução e o Desenvolvimento Nacional – Anos Financeiros 1963/64-1969/70*, popularmente conhecido como o *Plano de Desenvolvimento de Sete Anos de Gana*, que muitos consideram o plano de desenvolvimento mais abrangente e pensado de maneira mais clara que este país já produziu, isto é o que se encontra nas categorias de educação e industrialização (Governo de Gana, 1964).

Objetivos do desenvolvimento industrial

- a. O tanto quanto for possível, produtos manufaturados de demanda de consumo, para fornecimento dos quais Gana atualmente depende totalmente de fontes externas e com os quais esse país gasta muito dinheiro em câmbio exterior a cada ano, devem ser substituídos por produtos domésticos.

- b. As *commodities* agrícolas e minerais que atualmente são exportadas, especialmente como produtos primários não processados, devem ser progressivamente processadas e manufaturadas para exportação.
- c. O setor de materiais de construção deve ser expandido e modernizado e um desenvolvimento de outros setores básicos no campo de metais e produtos químicos deve começar a ser feito.
- d. No desenvolvimento de indústrias básicas deve-se prestar atenção especial na preparação da economia para as etapas adicionais da industrialização imaginadas em planos subsequentes. Portanto, um começo deve ser feito de uma forma pequena nos campos de *indústrias de máquinas, equipamentos elétricos e eletrônicos*.
- e. Indústrias serão desenvolvidas de tal forma que elas se encaixem com o desenvolvimento em outros países africanos.

Para atingir estas metas no desenvolvimento industrial, Gana tem a vantagem de os recursos naturais e o potencial agrícola do país conseguirem sustentar um alto grau de industrialização (Governo de Gana, 1964).

Ao delinear o papel da educação para atingir estes objetivos industriais, o plano diz o seguinte:

Conforme foi dito, temos que olhar para a indústria e a agricultura para proporcionar um aumento do padrão de vida, mas estes dois setores da economia dependem de uma oferta adequada de uma mão de obra devidamente educada e treinada. Em certo sentido, a *educação vem antes das outras duas como a mola principal do progresso econômico*. O crescimento econômico não

consiste apenas da expansão da produção agregada, mas também da expansão da produção per capita e, portanto, ele necessariamente acarreta um aumento da produtividade per capita. Sem esse aumento da produtividade, a população pode crescer e, com ela, a renda nacional, mas o nível de prosperidade não pode aumentar. O aumento da produtividade deriva de duas fontes. Por um lado, ele é influenciado pelos tipos de bens de capital – equipamentos, maquinário, terra – com os quais a população é abastecida. Por outro lado, depende da habilidade com a qual a mão de obra e a gestão usam estes capitais ativos. A experiência contemporânea sugere que esta seja absolutamente tão importante quanto aquela para determinar o nível de desenvolvimento econômico num país (Governo de Gana, 1964).

Durante a Terceira República, o Presidente Limann configurou uma Unidade de Decisão de Gabinete e Implementação e Monitoramento Econômico no Escritório do Presidente. Sua tarefa era monitorar a implementação de todas as decisões políticas e garantir que os Ministros atingissem as metas. Como naquela época eu era membro do Gabinete por dever do cargo, eu tive o privilégio de atuar neste comitê. O relatório de maio de 1980 deste comitê (Governo de Gana, 1980) disse o seguinte sobre as metas industriais:

O Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia deverá seguir os objetivos políticos listados abaixo

- I. Estratégia de Industrialização: o governo deverá estimular o desenvolvimento e a utilização de insumos locais e exigir que as indústrias produzam e comercializem bens de boa qualidade a preços competitivos;

- II. Ciência e Tecnologia: o governo deverá estimular a aplicação das descobertas de tecnologia e pesquisa das nossas universidades e institutos de pesquisa que levem ao desenvolvimento de novos produtos, à eficiência da fábrica, à absorção e adaptação da tecnologia transferida na indústria.

O Primeiro Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo (1997-2000) do Plano Estratégico de Desenvolvimento Gana Visão 2020 (República de Gana, 1998) também tem uma afirmação clara sobre a industrialização e o desenvolvimento do capital humano. Diz o seguinte:

Na área de formação do capital humano, políticas educacionais e programas de treinamento que permitem que todos os ganenses participem de maneira mais plena no processo de desenvolvimento nacional serão seguidas. A educação e o treinamento serão voltados para atender às necessidades atuais de mão de obra da nação, assim como para satisfazer as exigências intelectuais e de habilidades de uma economia modernizadora e crescente, *baseada na tecnologia*. A meta geral de política educacional durante o período do Primeiro Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo é estabelecer um princípio sólido para reorientar o sistema educacional para a promoção de criatividade e para uma cultura de desenvolvimento que exalta as *virtudes da ciência e da tecnologia industrial*... Programas de treinamento técnico e vocacional, conforme delineados na política de treinamento nacional, serão voltados para apoiar as estratégias para atingir a visão de longo prazo para o país e melhorar a proficiência técnica da força

de trabalho... O desenvolvimento de um programa de treinamento no trabalho em cooperação com a indústria também é vital para o desenvolvimento de programas de treinamento saudáveis e eficazes, uma vez que isto minimizará divergências de habilidades (República de Gana, 1998)³.

O plano projetou um crescimento do setor industrial de 4,6% em 1998 para 8,4% até o ano 2000. Três anos depois desta data alvo, diz-se que a taxa de crescimento ainda esteja em torno de 4%.

Para estar preparado para isso, desde que tomou posse, o governo do Presidente Kufuor elaborou um documento de Política Industrial com o título “Gana: Política Industrial Integrada Para o Aumento da Competitividade” pela Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, em colaboração com o Ministério do Comércio, Indústria e Iniciativas Especiais Presidenciais de Gana. Esse documento apresenta um modelo abrangente de política industrial com planos de ação que – se implementados – sem dúvida catapultariam o país, se não para resultados industriais típicos de países com renda média, pelo menos para os mesmos níveis de atividade industrial que ocorriam na década de 1960. A essência da política industrial de Gana, conforme imaginada na Parte I desse documento (República de Gana, 2002a), do qual eu selecionei alguns aspectos relevantes, é a seguinte:

- I. Aumentar a participação da indústria no PIB do seu nível atual de aproximadamente 14% com uma taxa de crescimento anual médio em termos de produção acima de 12%.
- II. Atrair empreendedores para o processamento agrícola.

3 N.E.: Ênfases em itálico ao longo de todo o texto e dos documentos citados foram adicionadas pelo autor.

- III. Fazer produtos manufaturados ganenses que sejam competitivos internacionalmente.
- IV. Estabelecer vínculos efetivos entre manufatura, agricultura, *educação*, serviços e outros setores relevantes.
- V. Maximizar o uso de matérias-primas locais na indústria.
- VI. Garantir que todas as operações industriais sejam favoráveis ao meio ambiente.
- VII. Melhorar o desempenho industrial geral e superar os problemas de dependência pesada de insumos importados e de subutilização da capacidade de produção.

O papel do ensino superior para atingir estes objetivos está resumido no documento da seguinte maneira:

Para atingir uma produtividade industrial e uma eficiência maiores, o desenvolvimento e a utilização plena dos recursos humanos da nação devem ser uma parte integral da estratégia para acelerar o desenvolvimento industrial no médio a longo prazo... No médio prazo, haverá a necessidade de fortalecer as instituições de gestão existentes, as universidades, programas de treinamento técnicos e vocacionais e o programa de desenvolvimento de empreendedorismo. Em geral, no entanto, o foco deve estar no desenvolvimento de habilidades gerenciais, de engenharia e técnicas para a competitividade e economia e para o desenvolvimento industrial sustentável... Existe uma necessidade de instituições superiores alinharem seu currículo com as exigências de mão de obra da indústria. Invariavelmente, o ensino de ciência e tecnologia permanecerá uma área de foco importante (República de Gana 2002 a).

Na Parte II do documento, o papel do ensino superior no desenvolvimento industrial é novamente reconhecido claramente na seguinte afirmação:

O relacionamento entre instituições de ensino superior e o setor privado precisa ser fortalecido, especialmente em matérias técnicas como a engenharia. As universidades e o setor privado devem cooperar para produzirem os trabalhadores que são necessários. A cooperação pode incluir o emprego compulsório de estudantes específicos pelo setor privado, experiência prática num produtor como parte dos critérios de qualificação para estudantes, etc. (República de Gana, 2002 b).

Na Parte III do mesmo documento, com o título “Artigo de Política de Micro e Pequenas Empresas”, isto é o que se diz sobre o papel da tecnologia no desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas:

A tecnologia e a especialização técnica são fatores críticos que influenciam o sucesso de pequenas empresas. Muitos empreendedores ou não conhecem novas tecnologias ou não podem pagar para terem acesso a níveis adequados de tecnologia. Este problema costuma ser aumentado por *vínculos fracos entre instituições de ciência e tecnologia*, ausência de coordenação entre instituições de pesquisa, verbas inadequadas para projetar e desenvolver protótipos que possam ser vendidos e fraquezas na administração da ciência e tecnologia nos níveis da política e da implementação (República de Gana, 2002 c).

Na verdade, todos os planos de desenvolvimento econômico desde a independência, e provavelmente antes mesmo dela, identificaram claramente os problemas dos nossos programas de industrialização, o vínculo entre educação e desenvolvimento industrial acelerado e têm tentado *fazer as coisas certas*. Mas é muito difícil de responder se nós conseguimos fazer as coisas certas no momento certo. Do meu ponto de vista, às vezes fizemos as coisas certas no momento certo, mas muitas vezes estas foram anuladas por várias ocasiões em que fizemos as coisas certas no momento errado ou em que fizemos as coisas erradas no momento errado. Especificamente, quais indústrias e serviços de apoio à indústria conseguimos estabelecer ao longo dos anos e como foi seu desempenho? Deixe-me apresentar alguns estudos de caso e analisá-los.

O triste caso da Empresa de Pneus Bonsa (BTC Ltd)

Em 1961, o governo de Gana na época convidou uma empresa tcheca para construir uma empresa para a produção de pneus em Gana. Para apoiar a fábrica, uma enorme plantação de borracha foi estabelecida indo desde o Entroncamento Agona até Tarkwa e desde o Entroncamento Agona até Kedadwen na Estrada Axim, até Baaminagor. Produtores externos também foram estimulados a entrarem na produção em pequenas plantações. A construção começou em 1963 como um empreendimento conjunto com a Tchecoslováquia. Os engenheiros de Gana trabalharam com os engenheiros tchecos na construção da fábrica. Funcionários competentes de nível elevado e médio foram treinados tanto em Gana quanto na Tchecoslováquia e foram empregados na fábrica.

Em 1966, após a derrubada do Dr. Nkrumah, o projeto mudou de mãos quando a Firestone de Akron adquiriu 60% das ações e o governo de Gana manteve 40%. A empresa mudou seu registro para Firestone Gana Ltd. Ela produzia pneus para serviços pesados,

serviços leves, carros e tratores e outros produtos relacionados com pneus, como tubos internos. De 1969 a 1977, a empresa conseguiu produzir em até 90% da capacidade instalada. A partir de uma produção inicial de 24 mil unidades de pneus de diferentes especificações, a produção atingiu 310 mil unidades, em 1977. A fábrica era uma de apenas três em toda a África Ocidental, sendo que as outras duas pertenciam à Michelin e à Dunlop, localizadas na Nigéria. Toda a mão de obra treinada exigida, tanto ganense quanto americana, estava disponível. Havia uma quantidade suficiente de matéria-prima baseada na agricultura para apoiar a produção da fábrica. No seu ápice, a empresa estava entre as cinco maiores de Gana e chegou a ser considerada a segunda maior, atrás apenas da Valco⁴.

Efetivamente, *ao estabelecer a fábrica, o país tinha feito a coisa certa no momento certo*. Não havia absolutamente nenhuma razão para a fábrica entrar em colapso. Mas assim como todos os nossos estabelecimentos industriais, sua capacidade instalada gradualmente se deteriorou, sem nenhuma substituição de fábrica. O câmbio externo para importar produtos químicos e outras matérias-primas essenciais tornou-se inexistente, apesar de termos conseguido fazer com que o câmbio externo para importar produtos prontos de outros países apoiasse suas indústrias. Gradualmente, a produção da empresa caiu para até 10%, em 1987. Portanto, a Firestone saiu em 1982 e vendeu todas as suas ações para o governo de Gana, em 1987. A empresa foi rebatizada de Bansa Tyre Company Limited (BTC Ltd.).

Como parte das deliberações do Comitê Presidencial para a Revitalização das Indústrias de Gana, nós convidamos o Sr. K. Amankwa-Poku, Gerente-Geral de Operações da empresa para

⁴ N.E.: Valco é a sigla da Empresa de Alumínio Volta, que é a *joint-venture* da Alcoa e do Governo de Gana. Alcoa é o nome oficial desde 1999, o que antigamente era chamada de Aluminum Company of America.

orientar o comitê sobre o destino da fábrica. Seu artigo para o comitê (Amankwa-Poku, 2003) e sua apresentação verbal foram realmente deprimentes. Era inacreditável que um país pudesse permitir que esses ativos fossem simplesmente sucateados. Apesar de que o comitê havia planejado visitar a fábrica para ver as coisas por si mesmo, restrições de tempo não permitiram a realização de uma viagem organizada. No entanto, eu consegui fazer duas visitas pessoais à fábrica enquanto estava a caminho de Tarkwa num negócio particular e relatei minhas descobertas ao comitê. A partir das informações do Sr. Amankwa-Poku e das minhas próprias visitas, eu reuni os seguintes fatos sobre a fábrica após a saída da Firestone.

Em 1990, o governo assinou um acordo com o Banco de Desenvolvimento Africano (ADB) para um empréstimo de 30,7 milhões de dólares para reabilitar a fábrica, a um custo de 46,53 milhões de dólares. O empréstimo do ADB era para a aquisição de maquinário e equipamentos do exterior. A verba correspondente do governo de Gana deveria ser de apenas 5,4 milhões de dólares e a fábrica deveria fornecer cerca de 10,4 milhões de dólares. A reabilitação foi contratada junto à Dunlop, de Birmingham, no Reino Unido, trabalhando de mãos dadas com seus parceiros ganenses. Tudo transcorreu de maneira amena por algum tempo. O governo de Gana contribuiu com 3,019 milhões de dólares como verba correspondente, deixando um saldo de apenas 2,431 milhões de dólares. Este saldo persiste até hoje. Engenheiros e outros especialistas da BTC Ltd. argumentam que se o governo houvesse disponibilizado os seus 2,4 milhões de dólares, isso teria sido o suficiente como capital de giro para que a empresa atingisse a produção plena. A empresa já havia feito alguns testes com máquinas instaladas pela Dunlop. Em 1992, a BTC Ltd. não conseguiu continuar a usar as máquinas imprestáveis com 23 anos de idade e a reabilitação havia parado devido à incapacidade

do governo de fornecer apenas 2 milhões de dólares. O trabalho para a reabilitação foi suspenso em 1994 e a Dunlop acabou o abandonando em 1998. Antes disto, a BTC Ltd. havia solicitado uma quantia de apenas 405 mil dólares, 180 mil dólares dos quais viriam do ADB. O ADB insistiu que a não ser que o governo de Gana pagasse sua verba correspondente de 225 mil dólares dos 2,431 milhões que faltavam, ele não liberaria mais verbas. Mas o governo de Gana fracassou e então, no dia 3 de setembro de 1999, o ADB escreveu para o Ministro das Finanças para cancelar o saldo do empréstimo, afirmando: “contrariando os acordos com o Banco, o governo de Gana não se comprometeu financeiramente com o projeto da BTC Ltd. e não honrou suas obrigações sob o projeto”.

Até a época do cancelamento do empréstimo, a quantia total desembolsada pelo ADB foi de 20.299.747,57 Unidades de Conta (UA), o que equivalia a 99,22% do empréstimo, deixando um saldo de apenas US\$ 218.834,31 sem serem desembolsados, cuja quantia foi cancelada pelo ADB. A reabilitação estava 95% completa. Então por menos de 1 milhão de dólares, aquela fábrica ainda está ociosa, esperando uma empresa privada e inexistente vir e tomá-la. A fábrica reabilitada foi equipada para produzir cerca de 300 mil pneus por ano, o que representava cerca de 25% das nossas exigências anuais. Existe espaço suficiente para aumentar a produção em até 50%. Então não existe nenhuma razão pela qual qualquer pessoa possa dizer que não existe um mercado interno para os seus produtos. Na verdade, a fábrica até chegou a ter planos de começar a produzir pneus para motocicletas pequenas para exportar para Togo, Benin e Burkina Faso e também de produzir outros produtos pequenos de borracha, como buchas, adesivos, pisos e sedes de motores.

Enquanto isso, estamos gastando quantias enormes em câmbio externo para importarmos todos os tipos de pneus de

todos os tipos de lugares, inclusive de países que começaram a industrialização ao mesmo tempo que nós, mas que, através da determinação e do compromisso, nos deixaram bem para trás e completamente abandonados. Agora não existe nenhuma marca de pneu que não possa ser encontrada no nosso mercado, exceto a nossa própria marca. Khumo, Pirelli, Michelin, Dunlop, Bridgestone – o que você escolher, nós temos. A importação de pneus usados e o descarte inadequado quando estes pneus não podem ser usados estão se tornando um pesadelo ambiental para o país. Em 1998, nós não conseguimos fornecer apenas 2 milhões de dólares para que uma empresa competente como a Dunlop completasse um trabalho para o qual mais de 99% de um empréstimo contratado já tinham sido desembolsados. Ainda assim, nós conseguimos fornecer 20 milhões de dólares para um chamado produtor de arroz inexperiente e incompetente produzir grãos para nós.

Todo o capital humano de alto calibre que desenvolvemos para o projeto foi desperdiçado. Parte dos funcionários treinados conseguiram encontrar outros empregos, como nas minas, nas universidades e no emprego autônomo privado. Eu passei por Bona cerca de 10 meses atrás quando estava indo a Tarkwa e foi um espetáculo triste⁵. Todos os lindos prédios antigos estão simplesmente apodrecendo e eu consegui imaginar todas aquelas novas máquinas instaladas pela Dunlop antes de eles finalmente encerrarem as atividades simplesmente apodrecendo. Apesar de os engenheiros que tomam conta dizerem que a maioria das máquinas instaladas está em bom estado, eles dizem que não

5 Depois desta palestra, eu visitei a fábrica algumas vezes, sendo que a última foi no dia 15 de fevereiro de 2007. A visão da fábrica estava patética. Exceto pelo vigia de plantão e um engenheiro solitário para cuidar das máquinas, ninguém mais estava à vista. Todas as máquinas novinhas em folha e sem uso tinham acumulado poeira e teias de aranha. Todo o pessoal reduzido ao mínimo que tinha sobrado no ano 2000 agora tinha sido demitido. Todos os computadores altamente sofisticados na sala de controle estavam apodrecendo. Na prática, 40 milhões de dólares ou mais tinham ido pelo cano. Para mim isto é realmente lamentável e a nação precisa de algumas explicações muito convincentes.

podem se responsabilizar pelos componentes eletrônicos depois de mais de dois anos de inatividade. Algumas peças de aço começaram a corroer. Desde junho do ano 2000, a fábrica tem mantido uma equipe de manutenção de aproximadamente 33 pessoas, inclusive engenheiros e mecânicos, apenas para tentar com pequenas chances vigiar as coisas até alguém se apresentar para comprar a fábrica. A equipe foi demitida e o governo terá que pagar verbas rescisórias e indenizatórias de aproximadamente 870 mil cedís de Gana⁶. Depois de gastar mais de 40 milhões de dólares no projeto de reabilitação e com a ampla expansão da plantação de borracha disponível, não consigo entender como a fábrica ainda possa estar ociosa. Enquanto isso, tenho certeza que teremos que pagar de volta o empréstimo que o ADB desembolsou. A saga da Bona Tyre Factory pode não ter acabado ainda, mas pelo pouco que sei, eu não posso deixar de concluir que se trata de um exemplo típico de fazer todas as coisas erradas no momento errado.

A seguir estão os benefícios econômicos e sociais imaginados se aquela fábrica voltar a produzir: ela gerará quinhentos empregos diretos, exigindo técnicos, engenheiros, químicos, mecânicos e trabalhadores qualificados. Diferentemente das minas, a indústria não tem uma vida e será uma força estabilizadora na área, da mesma forma que foi durante as décadas de 1960 e 1970, quando era a única fábrica na área de Tarkwa que mantinha aquela localidade viva quando as minas estavam morrendo. Mais de 450 famílias de trabalhadores que foram demitidos terão uma nova esperança. As Propriedades de Borracha de Gana poderão expandir sua quantidade total de acres assim como os produtores externos, não apenas na Região Ocidental, mas também em outras regiões, dessa forma criando mais empregos. Mais vendedores de pneus entrarão

6 N.E.: As cifras originais do autor em cedís (¢) válidas em 2004 foram convertidas pelo editor para a unidade de redenominação Gana cedi (GH ¢) válida na época da publicação, onde GH ¢ 1 = ¢ 10.000.

no negócio. Materiais recauchutados estarão disponíveis, de tal forma que as várias empresas de recauchutagem que fecharam suas portas poderão voltar à ativa. Supondo que o preço médio de cada pneu seja de aproximadamente oitenta cedis de Gana cada um, então se a fábrica estiver produzindo pelo menos numa capacidade de 50%, ela poderia estar pagando pelo menos seis mil cedis de Gana por dia em taxa de valor agregado para o cofre do governo, sem mencionar impostos da empresa e corporativos.

Essa fábrica precisa voltar à vida. Vamos uma vez na vida fazer a coisa certa no momento certo e não esperar até que essas novas máquinas também apodreçam antes de tomarmos outro empréstimo para reabilitá-las ou antes mesmo que elas se tornem obsoletas.

A indústria do sal

O sal já foi descrito como o ouro branco. Não se trata de um exagero. A produção de sal como uma grande indústria tem estado há muito tempo na pauta de praticamente todos os governos de Gana desde a Primeira República. Ao contrário da crença popular, a produção do sal é um empreendimento altamente técnico, exigindo uma equipe de engenharia científica e técnica qualificada, treinada de maneira extensiva. A produção moderna de sal exige muita automação e medidas de controle de qualidade que apenas cientistas e técnicos podem fornecer. Não é apenas uma questão de deixar a água do mar em buracos e deixar o sol evaporar a água. O sal produzido dessa forma nunca poderá ser exportado ou usado nas diversas indústrias resultantes que dependem do sal. O plano de desenvolvimento de sete anos, de 1963 a 1970, vislumbrou a produção de pelo menos 100 mil toneladas de sal e 100 mil toneladas de açúcar até 1969. Depois de 33 anos, nossa produção de sal é apenas uma fração desta meta e nossa produção de açúcar que já foi de mais de 50 mil toneladas, agora é zero.

Ainda assim, acredita-se que Gana tenha uma vantagem comparativa muito sólida na produção de sal. Gana e Senegal são os dois principais produtores de sal na África Ocidental, abastecendo praticamente toda a sub-região. Em 1998, a demanda da sub-região por sal foi estimada em 1,47 milhão de toneladas métricas. A Nigéria consumiu, sozinha, 56% desta quantidade, predominantemente na sua indústria de petróleo. Gana forneceu aproximadamente 200 mil toneladas métricas enquanto Senegal forneceu 150 mil toneladas métricas. O déficit de mais de 1 milhão de toneladas métricas foi importado pela Austrália, pelo Brasil e pela Arábia Saudita. O sal de Gana e da Austrália tem uma classificação mais alta do que a de outros fornecedores porque o custo para um processamento adicional é muito menor (Boeh-Ocansey, 2002). A produção de sal é viável praticamente ao longo de toda a região litorânea do nosso país.

Esperava-se que a produção de sal fosse a base para a exploração dos nossos vastos depósitos de bauxita para produzir alumina⁷ para abastecer a Valco. O hidróxido de sódio produzido a partir do sal é a chave para a conversão da bauxita em alumina, que depois é fundida para se tornar alumínio. Nossa indústria do sal na década de 1960 não conseguiu decolar porque depois que a Valco construiu a fábrica de alumínio, ela preferiu trazer alumina das suas próprias fábricas na Jamaica em vez de explorar nossos depósitos enormes de bauxita. Então nós continuamos a exportar nossa bauxita como matéria-prima barata enquanto importamos alumina. Se for planejado e executado de maneira adequada, o sal pode facilmente concorrer com o cacau e o ouro como sendo nosso principal arrecadador de câmbio e provavelmente até superá-los. É por isso que fiquei especialmente feliz quando o governo

⁷ N.E.: Um óxido de alumínio produzido sinteticamente, empregado como material inicial para a fundição do alumínio, como a matéria-prima para a produção de uma grande variedade de produtos cerâmicos e como agente ativo no processamento químico (*Encyclopædia Britannica Online* 2007).

atual tornou a indústria do sal uma das áreas ou iniciativas de prioridade do presidente. Mas apesar de eu saber que muita coisa está acontecendo para fazer esta indústria decolar, quanto mais observo o que está acontecendo, mais fico relativamente assustado que se não tomarmos cuidado nossa iniciativa de sal poderá acabar sendo outro empreendimento de exportação de matéria-prima sem nenhum valor agregado e acabar como a estória da Valco/alumina/alumínio.

Temos dois tipos de depósitos de sal em Gana, a salmoura do nosso mar e o sal em pedra da parte norte de Gana. Existem pelo menos quarenta grandes indústrias que dependem do sal e de produtos de sal. Estas incluem produtos farmacêuticos, a produção de sabão, cerâmica, corantes e resinas, plásticos, cozedura, pesca e processamento de peixes, bronzeamento, processamento de água, produção de ração animal, materiais de lavanderia, manutenção de estrada, cloro e produtos de cloro, perfuração de fluidos para as indústrias de mineração e escavação, indústria do alumínio, produção têxtil, alimento e nutrição, fluidos de infusão intravenosa, etc.⁸. Será que nossa produção sal será o início de uma abrangente indústria química, integrada e planejada, como se vislumbrou há quarenta anos? Ou seremos novamente produtor e exportador de mais uma matéria-prima industrial? Pelo que vi e ouvi até agora, fico realmente assustado e preocupado que esta iniciativa um dia possa acabar sendo outro triste exemplo de coisas erradas feitas no momento errado. Com todo o vasto potencial à nossa disposição, ouvimos que alguns brasileiros estão vindo para estabelecerem uma fábrica aqui que não produzirá nenhum sal, mas importará sal brasileiro barato e simplesmente irá embalá-lo e exportá-lo novamente. Um empreendimento desses não agrega

8 Depois desta palestra, Gana já anunciou (2007) a descoberta de petróleo em quantidade comercializável. Com isso, sua demanda por sal para suprir as necessidades desta e de outras indústrias será ainda maior.

nenhum valor ao nosso desenvolvimento de capital humano. Ele não contribui nada para o capital humano de nível superior e médio, na forma de engenheiros, técnicos e cientistas que um país exige para uma verdadeira decolagem industrial. E o que acontece com todos aqueles investidores locais que aceitaram o desafio do governo e estão investindo pesadamente em fábricas e maquinário para aumentar nossa produção de sal? Mesmo que a capacidade instalada deles não consiga atender aos nossos mercados locais e de exportação, o que acontecerá com seus investimentos se eles não puderem vender o que eles produzem aqui por causa de alternativas baratas, sem mencionar a contribuição para a nossa base de mão de obra que eles não podem fazer mais?

O Conselho de Padrões de Gana (GSB)

Como parte dos nossos esforços ao longo dos anos para assegurarmos o crescimento e a sustentabilidade da indústria, Gana estabeleceu determinadas organizações de serviço e reguladoras cujas funções e operações são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento industrial e a competitividade nos mercados local e global. Estas incluem:

1. O Conselho de Padrões de Gana (GSB)
2. O Conselho de Alimentos e Drogas (FDB)
3. A Agência de Proteção Ambiental (EPA)

Cada uma destas organizações depende muito dos produtos de instituições de ensino superior para a sua mão de obra de nível médio e superior para que possam executar seus mandatos. Ao estabelecer estas organizações, o país fez as coisas certas no momento certo. Mas o que aconteceu desde então? Deixe-me usar o exemplo do Conselho de Padrões.

O Conselho de Padrões de Gana (GSB) originou-se do antigo “Químico do Governo” no final da década de 1960 até o começo da década de 1970. O Decreto de Permissão do Conselho de Padrões de Gana, NRCD 173 de 1973, ordena que o GSB ajude a indústria a crescer ao produzir bens de padrões aceitáveis. Portanto, o GSB é responsável por infraestrutura nacional de qualidade, adotando metrologia, padrões, testes e garantia de qualidade. O Conselho oferece conselho técnico sobre qualidade dos produtos através de (I) certificação, que envolve inspeção e teste dos produtos; (II) disseminação de informações sobre novos métodos e nova tecnologia através de workshops e seminários sobre melhoria da qualidade do produto, práticas de controle de qualidade e sistemas de gestão de qualidade; (III) testes de produtos acabados ou semi-processados; e (IV) calibragem geral de instrumentos de medição. O Conselho também tem potencial para, entre outras coisas, organizar workshops de treinamento específicos para uma indústria para apoiar indústrias pequenas.

Configurar o GSB no começo das nossas tentativas de industrialização na década de 1960 até o começo da década de 1970 foi, portanto, obviamente, fazer a coisa certa no momento certo. Apesar das críticas consideráveis que o Conselho recebe do público, sendo que parte delas são mal informadas ou mal concebidas, o Conselho fez muita coisa nos mais de 30 anos da sua existência, sob condições muito difíceis, para assegurar a adesão a padrões mínimos de qualidade e especificações pelas nossas indústrias. O trabalho do GSB depende muito da disponibilidade de uma massa crítica de pessoal científico e técnico qualificado, treinado nas nossas instituições de ensino superior, inclusive nas escolas politécnicas, para desempenhar seu trabalho de maneira eficiente. Nenhuma indústria e comércio do país pode funcionar neste ambiente global altamente competitivo sem a imposição rígida de exigências de padrão mínimas.

Mas depois de fazermos a coisa certa ao configurarmos o GSB como um vigia e regulador de desempenho industrial, parece que nós simplesmente atamos suas mãos para trás enquanto esperamos que ele realizasse milagres. Os maiores problemas que o GSB tem que enfrentar são os graves lapsos de mão de obra treinada adequada e apropriada, equipamento atualizado e apoio logístico. Restrições financeiras estão atrapalhando as atividades do Conselho. Ele não consegue nem mesmo manter os estoques atuais de equipamentos que ele tem, quanto menos renová-los.

Se o próprio órgão regulador que deveria vigiar a indústria e garantir a eficiência e a adesão a regulamentações de padrões não consegue adquirir as ferramentas, os equipamentos e a mão de obra apropriada exigidos para desempenhar sua tarefa, como podemos esperar que o desempenho da própria indústria esteja de acordo com padrões aceitáveis? Por exemplo, em 2001, o Conselho tinha um orçamento de 1,15 milhão de cedis de Gana. A quantia de 820 cedis de Gana foi aprovada, mas apenas GH ₵ 780 foram liberados. Em 2002, o orçamento era de GH ₵ 1,52 milhão, dos quais GH ₵ 1,02 milhão acabou sendo liberado. Nos dois casos, entre 75% e 90% das liberações foi para salários e gastos recorrentes. O Conselho não conseguiu realizar seus programas agendados de aquisição de fábricas e equipamentos, nem conseguiu realizar os programas de treinamento necessários para os seus próprios funcionários e para os funcionários da indústria. Isto resultou: (I) numa rotação elevada de funcionários; (II) no uso de veículos muito velhos, frágeis e não confiáveis para a inspeção da fábrica e outros programas de doações aos necessitados; (III) numa logística inadequada, como peças de reposição para equipamentos e produtos químicos/reagentes para testes; e (IV) incapacidade de adquirir equipamentos apropriados ou de instituir esquemas apropriados de garantia de qualidade laboratorial para gerar relatórios precisos e confiáveis sobre teste e calibragem.

Um bom exemplo típico foi o problema recente com a calibragem de bombas em postos de gasolina. O GSB deve percorrer todo o país pelo menos uma vez a cada seis meses para calibrar todas as bombas em postos de gasolina e certificá-las. Mas eles não têm nem mesmo o componente exigido de soldados de infantaria, funcionários de nível médio treinados em metrologia para realizarem este exercício crucial. Existem mais de 1.200 postos de combustível no país inteiro, excluindo os postos “Zambrama” de pequena escala com bombas manuais, cada qual com pelo menos três bombas, sendo uma para gasolina, uma para diesel e uma para querosene. Alguns dos postos grandes têm até dez bombas. Os funcionários que pertencem à equipe do GSB não conseguem realizar este exercício nem mesmo uma vez por ano apenas em Acra. Nas regiões do país, uma região toda não pode ter mais do que dez funcionários treinados para lidar com todas as responsabilidades, não apenas a calibragem de bombas em postos de gasolina. Portanto, na maior parte do tempo, os funcionários do GSB agem apenas com informações indiretas e com denúncias. O caso recente de um funcionário da Comissão de Energia indo a dois postos de combustível com um recipiente plástico comprado no Mercado Makola para calibrar as bombas, que levou à proibição desses dois postos, é uma ilustração vívida do que a escassez de funcionários está fazendo com alguns dos nossos órgãos reguladores cruciais⁹. Então, apesar de a alegação de que alguns postos de combustível ajustam suas bombas para enganar os clientes poder ser plausível, o órgão regulador apropriado não tem nem a mão de obra treinada exigida nem as instalações para monitorar e verificar essas práticas incorretas.

9 Depois desta palestra, o Governo configurou um novo órgão regulador, a Autoridade Nacional do Petróleo, para regulamentar o setor petrolífero em queda. Por acaso sou o Diretor dessa Autoridade. A Autoridade, em colaboração com o Conselho de Padrões de Gana, projetou e produziu uma nova lata de calibragem de 10 litros para ser usada tanto para calibrar bombas de combustíveis quanto para resolver disputas entre varejistas de combustíveis e clientes sobre a distribuição precisa de combustível nas bombas.

Estes breves relatos da empresa de pneus Bónsa, do nosso potencial para a produção de sal e das condições do Conselho Nacional de Padrões Industriais são apenas alguns exemplos do motivo pelo qual, apesar de sempre termos tentado fazer as coisas certas no momento certo ao longo da história da nossa industrialização, muitas vezes não conseguimos causar o impacto necessário e caímos em algum ponto do caminho.

Capital humano e desenvolvimento industrial

Considere as três citações relevantes a seguir sobre o papel do desenvolvimento do capital humano no desenvolvimento industrial.

(I) Os países em desenvolvimento mais pobres do mundo têm escassez de muitas coisas, entre as quais: sistemas de saneamento bons, sistemas de transporte eficazes e investimento de capital tanto para a agricultura quanto para a indústria. No entanto, o melhor uso de fundos de investimento pode não ser para pontes, sistemas de esgoto e estradas, mas para o capital humano e a educação. Estudos demonstram que os lucros gerados pelo investimento em educação são extremamente altos em países em desenvolvimento (Arthur O'Sullivan e Steven Sheffrin, 1998).

(II) Para países em desenvolvimento que não estejam na fronteira tecnológica, estoques iniciais maiores de capital humano permitem que eles adaptem quaisquer novas ideias imediatamente e adquiram capacidade tecnológica [...] Teóricos do crescimento alegam que o principal motor do crescimento seja o acúmulo de capital humano [...] e que a principal

fonte de diferenças em padrões de vida entre nações sejam as diferenças de capital humano (Relatório Mundial do Emprego da OIT, 1998-1999).

(III) A construção de capacidade tecnológica em países em desenvolvimento é central para forjar soluções de longo prazo porque tecnologias para o desenvolvimento não foram, não podem ser e não serão fornecidas através apenas do mercado global. Apesar de os últimos 20 anos terem presenciado um aumento importante na excelência da pesquisa em alguns países em desenvolvimento, em outros ainda falta uma capacidade adequada de pesquisa e desenvolvimento. Sem ela, eles não podem adaptar livremente as tecnologias globais disponíveis às necessidades – quanto mais estabelecer seus próprios projetos de pesquisa para novas inovações. Políticas nacionais inadequadas são parcialmente responsáveis por isso, mas a perda de migrantes altamente capacitados, a falta de instituições globais de apoio e a implementação injusta de regras globais de comércio criam barreiras adicionais (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2001).

Em Gana, a mão de obra que dá apoio à indústria e agricultura é muito fraca e ineficiente. Nós ainda não conseguimos atingir essa massa crítica de funcionários técnicos e gerenciais treinados para permitir que façamos essa decolagem tão importante para a industrialização acelerada. Estima-se que cerca de 65% da força de trabalho local esteja envolvida na agricultura, porém essa atividade contribui com apenas 35% do PIB. A indústria tem contribuído apenas entre 14% e 25% do PIB. Em países avançados como a Austrália, os EUA e alguns dos países escandinavos e da União

Europeia, entre 2% e 10% da força de trabalho estão envolvidos na agricultura, mas contribuem entre 20% e 50% do PIB, produzem o suficiente para alimentar todo o país e até mesmo exportações de excedentes processados e não processados.

**O crescimento industrial fraco de Gana
foi atribuído em vários estudos:**

- a. À ausência de funcionários de gestão adequados e bem-treinados;
- b. À escassez aguda de funcionários técnicos e científicos, especialmente a mão de obra qualificada de nível médio;
- c. À ausência de uma massa crítica de cientistas e tecnólogos absolutamente essenciais para uma decolagem industrial e tecnológica. O problema é universal em todas as áreas que exigem *know-how* científico e técnico, especificamente a agricultura, a mineração, a manufatura, a saúde e até mesmo as próprias instituições de treinamento;
- d. A equipamentos obsoletos e manutenção deficiente até mesmo daqueles existentes;
- e. À falta de determinação e confiança em nós mesmos como povo e motivação psicológica e física para ter sucesso. Parece que nos acomodamos num estado em que apenas o estrangeiro pode nos salvar da nossa situação difícil atual. A confiança que tínhamos em nós mesmos como povo entre 1949 e 1965 parece ter evaporado.

Portanto, para que Gana tome seu lugar de direito no avanço econômico e social atingindo uma industrialização acelerada e sustentável, então ela tem que ter o tipo certo de base de recursos humanos para a exploração dos seus vastos recursos naturais.

Educação e construção de capacidade

Conforme já foi observado, um dos principais ímpetus das estratégias de desenvolvimento industrial conforme contidos no Plano de Desenvolvimento de Sete Anos de 1963 a 1970 foi que o desenvolvimento industrial de Gana deveria estar proximamente vinculado com o que está acontecendo no continente africano. Isto continua muito relevante. A África tem 55 países, constituindo 27% dos 204 países do mundo. Com uma população de 800 milhões de pessoas, constituindo 13,2% da população mundial total, o PIB per capita médio é de apenas US\$ 670 por ano, o que representa 13,7% da média do mundo inteiro, que é de US\$ 4.890, mas apenas 3,4% do PIB nos países mais desenvolvidos do mundo. A África Ocidental, à qual Gana pertence, tem 234 milhões de pessoas, mas uma renda per capita média de apenas US\$ 340 ou 6,9% da cifra mundial média. Cifras comparáveis para as outras partes da África são de US\$ 1.200 para o Norte da África, \$260 para a África Oriental, \$320 para a África Central e \$3.100 para o Sul da África, do qual a África do Sul é responsável por US\$ 3.300¹⁰.

No seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001, as Nações Unidas¹¹ calcularam índices de desenvolvimento humano e classificaram 162 países em índices de desenvolvimento humano elevados, médios e baixos. Nenhum país africano está listado entre os 48 com índices de desenvolvimento humano elevados. Dos 78 países subsequentes listados como tendo desenvolvimento humano de nível médio, apenas 19 são africanos, dos quais 14 estão localizados ao sul do Saara. Gana é o único país na África Ocidental que está neste grupo de desenvolvimento humano de nível médio. Dos 32 países restantes na categoria de desenvolvimento humano baixo, 28, ou 87,5%, são países africanos, sendo que os últimos

10 N.E.: Dados do PIB per país estão disponíveis em <<http://www.inforplease.com/ipa/A0762380.html>>.

11 Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2001, p. 141-144 e outras tabelas dentro dele).

24 países são todos africanos. Togo está na posição 128, depois os países das posições 135 a 162, incluindo a Nigéria (136) e a Costa do Marfim (144), são todos africanos. Serra Leoa é o último colocado (162)¹².

O gasto com educação na África, especialmente nos níveis fundamental e médio, é extremamente baixo. Países avançados estão gastando em média US\$ 5.360 por criança por ano em educação, com US\$ 4.992 indo para o ensino fundamental e médio e US\$ 6.437 indo para o ensino superior. Por outro lado, a África ao sul do Saara gasta uma média de apenas US\$ 252 por criança por ano em educação, com apenas US\$ 190 indo para o ensino fundamental e médio e US\$ 1.611 indo para o ensino superior¹³. O gasto de Gana com o ensino superior é menor do que esta média para a África ao sul do Saara, atualmente sendo de aproximadamente US\$ 586 por estudante para as universidades e de aproximadamente US\$ 210 por estudante para as escolas politécnicas (Addae-Mensah, 2001). Estas cifras mostram que a África, inclusive Gana, não está investindo adequadamente no desenvolvimento do recurso humano.

A seguir está uma paráfrase de observações incluídas na “Visão Geral” introdutória de um relatório do Banco Mundial (Ramphel *et al.*, 2000, p. 12-13) sobre o ensino superior em países de baixa renda:

À medida que o conhecimento torna-se mais importante [para a economia global], isso também acontece com o ensino superior ... A qualidade de conhecimento gerado em instituições do ensino superior e sua acessibilidade para a economia mais ampla é cada vez mais crítica para a competitividade

¹² Ibid.

¹³ Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2001, p. 91), capítulo 4: “Unleashing Human Creativity – National Strategies”.

nacional. No entanto, países em desenvolvimento estão ficando para trás. Suas verbas dos sistemas de ensino superior estão cronicamente baixas, os professores são pouco qualificados e têm pouca motivação e muitas vezes os estudantes recebem um ensino ruim. Países em desenvolvimento precisam ensinar a mais estudantes de acordo com um padrão mais elevado e desenvolver a capacidade de pesquisa que os ajudará a se conectarem com a sociedade do conhecimento.

A Força-Tarefa que compilou este Relatório do Banco Mundial também observou que “Sem mais ensino superior de melhor qualidade, os países em desenvolvimento acharão cada vez mais difícil se beneficiarem da economia baseada no conhecimento global (Ramphele *et al.*, 2000, p. 12)”.

O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2001 apresentou um novo parâmetro de desenvolvimento humano, o índice de alcance da tecnologia, como uma medida da capacidade de um país de participar na era da rede de Tecnologia da Comunicação de Informação (ICT)¹⁴. Atualmente, a ICT é reconhecida globalmente como uma das ferramentas mais importantes para um crescimento industrial acelerado. Existe um total de 72 países classificados no índice de alcance da tecnologia dos 162 países com os quais o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU lida em geral. O primeiro da lista é a Finlândia, com um índice de 0,744, seguido pelos Estados Unidos, com 0,733. A maior classificação de qualquer país africano foi para a África do Sul, que ocupava a posição 39, com um índice de 0,340. Apenas 10 outros países africanos, inclusive Gana, estão na lista, além da

14 Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2001: capítulo 2, Anexo 2,1, “The Technology Achievement Index – a New Measure of Countries” Ability to Participate in the Network Age.

África do Sul. Gana está na posição 67, com um índice de 0,139, acima do Quênia, da Tanzânia, do Sudão e de Moçambique, mas abaixo de Senegal, do Zimbábue, da Argélia, do Egito e da Tunísia. O resto dos países africanos, incluindo até mesmo a Nigéria e a Costa do Marfim, nem aparecem na lista¹⁵.

Se a ICT realmente for a nova ferramenta poderosa para o avanço econômico, científico e tecnológico global e o século XXI é considerado a era da informação, então a construção e a utilização da capacidade nesta área torna-se imperativa e a construção de capacidade, um sinônimo de políticas educacionais saudáveis. Portanto, Gana deu o passo certo ao se concentrar na ICT como uma das iniciativas do Presidente para o desenvolvimento econômico¹⁶. Mas qual será o custo e será que o país estará preparado para arcar com ele? Vamos examinar isto de maneira crítica¹⁷.

Educação à distância como ferramenta para a educação baseada em ICT na África

Para ajudar os países africanos a desenvolverem a base de infraestrutura necessária para a ICT, o Banco Mundial tem ajudado aproximadamente 24 Universidades africanas em 12 países, inclusive alguns que falam francês, para configurar a Universidade Virtual Africana, onde cursos possam ser feitos por estudantes e ministrados por palestrantes por meio eletrônico e à distância. Muitas vezes se pensa de maneira errada que a educação à distância é barata, mais barata que a pedagogia interpessoal baseada no campus. Mas este não é necessariamente o caso, especialmente

15 Ibid.

16 Depois desta palestra, o governo de Gana, em colaboração com o governo da Índia, estabeleceu o Centro Kofi Annan de Excelência para ICT e tudo indica que este centro esteja fazendo um trabalho maravilhoso para desenvolver os setores de educação e desenvolvimento da ICT do país. Trata-se de um exemplo típico de fazer a coisa certa no momento certo.

17 N.E.: Limitações da ICT para catalisar a mudança social progressiva numa comunidade rural de Uganda são exploradas por Patricia K. Litho, no capítulo 28.

em países onde os cidadãos esperam que os governos paguem a conta de tudo. O estabelecimento de uma infraestrutura de ICT não é barato. Manter o sistema em funcionamento pode ser ainda mais caro. A Universidade de Gana, por exemplo, já gastou até agora mais de 2 milhões de dólares na construção da sua infraestrutura de ICT. Todo o investimento inicial para esta ICT veio de agências doadoras, especialmente a DANIDA e a USAID. A partir de agora, a Universidade gastará aproximadamente US\$ 29 mil para a manutenção da estrutura de fibra óptica e todos os *hubs* e servidores. Ela precisará de mais US\$ 24 mil a US\$ 32 mil por ano para manter sua conectividade com a Internet através do sistema VSAT. A Universidade também precisará pagar ao Conselho de Frequência US\$ 5 mil por ano para a sua alocação de frequência de Internet, apesar de se tratar de uma instituição de treinamento governamental sem fins lucrativos.

Qualquer pessoa que alegar que possa fornecer uma educação superior totalmente baseada na Internet por qualquer valor abaixo de US\$ 3 mil a custos reais deve estar brincando! Tema Frank (2001) diz o seguinte:

Colocar um curso online atualmente custa muito mais do que oferecê-lo da maneira tradicional e o mercado já está tão competitivo que é pouco provável que qualquer universidade ganhe participação de mercado suficiente para obter lucro.

Especialistas acadêmicos e corporativos que participaram de um *Pew Symposium* sobre Aprendizagem e Tecnologia em Miami concordaram que “menos de 1%” dos cursos de universidades e faculdades online seriam bem-sucedidos comercialmente. “Desenvolver cursos online é como entrar numa loteria – na maior parte do tempo você não ganha nada, mas

sempre existe uma chance de tirar a sorte grande”. Os custos de desenvolvimento sozinhos são de aproximadamente US\$ 40 mil por curso e isso exclui o custo dos professores, tutores e administradores que o operam. Oferecer um curso online multimídia de primeira linha custa muito mais.

A CE Network Inc., que planeja vender cursos de educação continuada de primeira linha a profissionais, está gastando entre US\$ 60 mil e US\$ 80 mil para cada hora de instrução dos seus cursos.

Isto implica que um curso de um semestre e valendo três créditos pode custar entre 2,8 e 3,6 milhões de dólares para ser desenvolvido. Isto equivale a mais de 3,24 milhões de cedís de Gana¹⁸. Apenas por um curso com duração de um semestre. As universidades que fizerem este tipo de investimento terão que recuperá-lo. Eu não acho que como a Universidade de Gana começou a desenvolver seus materiais para o curso de educação à distância há cerca de 4 anos, ela tenha recebido mais do que o equivalente a 10 mil cedís de Gana pelo exercício inteiro. Isto implica que nós só podemos depender de comprarmos o que os outros desenvolveram, para atender nossos programas de educação continuada através do modo à distância. Mas como podemos assegurar que o que compramos de outro lugar será relevante para as nossas exigências? Como nós na África concorreremos neste mercado de educação global online? Será que não deveríamos simplesmente acabar fazendo cursos de primeira linha desenvolvidos em outro lugar, que talvez não tenham nenhuma relevância para as nossas condições locais? E quem cobrirá esse custo? Será que a nação realmente está pronta para dar esse mergulho?

18 N.E.: A taxas de câmbio de 9.000 cedís antigos sendo equivalentes a 1 dólar americano.

Isso exige um determinado nível de educação, não apenas ser capaz de criar estas tecnologias, mas também aplicá-las ao avanço econômico e social. Gana precisa aspirar a estes níveis elevados de educação para aproveitar os benefícios plenos da revolução da ICT e aplicá-la ao seu desenvolvimento industrial.

Educação técnica e vocacional como uma ferramenta para a industrialização

Talvez a educação técnica e a vocacional sejam as áreas mais críticas de exigências de recursos humanos para a industrialização. Mas a educação vocacional e a técnica têm sido as órfãs de todas as nossas políticas educacionais desde a independência¹⁹. Até agora, enquanto existem cerca de 500 escolas governamentais sênior de ensino médio para absorver alunos de aproximadamente 7 mil escolas júnior de ensino médio, existem apenas cerca de 25 instituições técnicas e vocacionais do governo para receber a grande massa de pessoas que abandonam as escolas de ensino fundamental que não chegam às escolas sênior de ensino médio.

Cerca de 50% das crianças em idade escolar abandona a escola a partir do final do ensino básico. 30% das crianças nem começam o ensino fundamental. Apenas 22% das crianças acabam chegando ao último ano do ensino médio e no final dele, apenas 2,6% das crianças que começaram o ensino fundamental acabam entrando no sistema superior. Costuma-se acreditar, e por um bom motivo, que a maioria destas crianças acabe no meio do grande exército de jovens desempregados e não empregáveis. Uma resposta à canalização do potencial deles para o desenvolvimento industrial é gratificar habilidades através do treinamento vocacional e técnico.

19 N.E.: Um levantamento e uma análise abrangentes da história das políticas educacionais de Gana estão disponíveis em Ivan Addae Mensah (2000).

O censo do ano 2000 mostra que apenas cerca de 1,6% do total da força de trabalho de Gana tem alguma qualificação vocacional ou técnica. Cerca de 30% da força de trabalho envolvida na produção, que inclui uma vasta maioria daqueles que estão no setor informal, não teve nenhuma escolaridade formal e apenas cerca de 5% receberam educação além do ensino médio (I. Addae-Mensah e O. M. Asare, 2005).

Em novembro de 1994, um relatório com o título *Programas de Política Sobre a Reorientação Vocacional e a Educação Técnica e Treinamento Para o Emprego Autônomo em Gana* foi apresentado ao governo de Gana. Este relatório é muito abrangente, fazendo várias recomendações de grande alcance para a reforma da educação vocacional e técnica em Gana. Seu objetivo era reorientar este setor de educação para “aprimorar habilidades para o emprego autônomo em áreas rurais e no setor informal urbano” (Governo de Gana, 1994). Ao encomendar este relatório, o governo fez a coisa certa no momento certo.

Durante os últimos oito anos, houve algumas tentativas de implementar algumas das recomendações, mas com a maioria das recomendações sendo muito dependentes do câmbio exterior e da assistência de doadores estrangeiros, a implementação não tem sido fácil. O treinamento vocacional e técnico é muito caro, talvez mais caro do que o custo de fornecer educação de artes liberais nas instituições superiores. O custo de aquisição e da manutenção de equipamentos e ferramentas é muito alto e exige insumos substanciais de câmbio exterior. Isto tem sido uma grande limitação para a implementação de políticas sobre o ensino vocacional e técnico neste país²⁰.

20 Depois desta palestra, o governo estabeleceu um comitê de revisão educacional (Comitê Anamuah Mensah) cujo relatório está sendo implementado agora. O relatório faz algumas recomendações de longo alcance sobre o treinamento técnico e vocacional que, se for implementado, deve resolver boa parte das necessidades de mão de obra tecnológica de nível médio do país.

Recomendações para o Ensino VOTEC

O relatório publicado recentemente do Comitê do Governo Sobre a Reforma Educacional, com o título *Enfrentando os Desafios da Educação no Século XXI* (República de Gana, 2002d, p. 72-91)²¹ fez recomendações de alcance muito longo e relevantes sobre a educação técnica e vocacional. Este relatório deve ser avaliado de maneira crítica e deve ser plenamente implementado. A lista a seguir contém algumas das recomendações contidas no relatório, assim como algumas das minhas próprias recomendações.

- a. Deve haver uma grande mudança na política do governo para favorecer o setor técnico e vocacional para construir o estoque de capital humano da nação.
- b. O governo deve reabilitar, reequipar plenamente e atualizar os 23 institutos técnicos que já existem para o nível do Centro de Treinamento Técnico de Acra e o Instituto Técnico de Kumasi, para executar cursos de artesanato intermediário e avançado e programas técnicos.
- c. O projeto entre Gana e Holanda para construir 20 Institutos Vocacionais e Técnicos foi interrompido depois da construção de apenas seis institutos. Desde então, o resto dos equipamentos estão ociosos no Porto de Tema. O governo deveria tomar uma ação imediata e urgente para construir os 14 institutos restantes e instalar todos os equipamentos ociosos, porém novos.

21 Veja também o Relatório Oficial do Governo sobre este relatório do Comitê Presidencial de Revisão de Reformas Educacionais em Gana (República de Gana, 2002d) e o relatório do Projeto do Sistema de Informações Sobre Gestão da Educação (1999) Acra: Ministério da Educação.

N.E.: Para uma reflexão sobre dados cotejados e analisados para o Conselho da Campanha Nacional de Educação de Gana (GNECC) sobre o impacto de reformas educacionais em escolas públicas a partir de 2004 na Região da Grande Acra, veja o capítulo de Judith Sawyerr na seção 4.

- d. Deveria haver um programa intensivo para construir mais escolas técnicas. Existem quase 80 escolas do ensino médio sênior com um total de matrículas abaixo de 100 alunos. Algumas destas deveriam ser transformadas em escolas vocacionais e técnicas júnior e sênior. Os custos para a construção das escolas técnicas devem ser cobertos pelo GET Fund, que foi configurado principalmente para o desenvolvimento da infraestrutura. Deveria haver uma adesão estrita ao verdadeiro propósito para o qual o fundo foi criado.
- e. Instalações para o treinamento de professores técnicos e vocacionais deveriam ser expandidas de maneira urgente e os professores técnicos deveriam ter a motivação apropriada. Instituições existentes com professores técnicos, inclusive as de ensino superior, deveriam ser completamente modernizadas e sua base de equipamentos deveria ser expandida.
- f. Deveria haver uma política deliberada para um ciclo de 5 anos de revisão geral e modernização de equipamentos e instalações de todas as instituições de ciência e tecnologia.
- g. A formação teórica de alunos e professores de escolas técnicas deve ser fortalecida. Prática sem uma teoria saudável é vazia e não ajuda os técnicos a se atualizarem de maneira eficaz ao longo do tempo.
- h. Deveria haver vínculos industriais para alunos e instituições de ensino técnico (VOTEC) deveriam ter vínculos com a indústria para assegurar a relevância de cursos e para mobilizar recursos. A indústria poderia fornecer instrução em meio período para alunos de VOTECs.

- i. Escolas politécnicas deveriam tomar medidas imediatas para reverter a piora do quociente entre ciências e humanidades.
- j. Instituições como a fundação GRATIS deveriam ser usadas de maneira eficaz para formalizarem e fortalecerem o treinamento informal e sem estrutura de aprendizes privados. Elas poderiam realizar cursos curtos em meio período para fortalecerem a base teórica dos aprendizes.
- k. Deveria haver uma educação continuada para artesãos-mestres para atualizarem suas técnicas para permitir que eles ofereçam um treinamento melhor para os aprendizes.
- l. Os aprendizes deveriam ser corretamente registrados e regulamentados. O Conselho Nacional de Treinamento de Aprendizes poderia ser criado com ampla representação.
- m. As escolas politécnicas deveriam ter oficinas bem equipadas para treinar pessoas formadas nas HND para serem instrutores de TVET.
- n. A educação técnica atualmente recebe apenas 1% do orçamento do Ministério da Educação contra 15 a 20% para o ensino superior.
- o. O setor privado que assumiu a maior parte da educação técnica e vocacional deve ser apoiado e estimulado de maneira adequada.

Ensino de ciência e tecnologia e desenvolvimento da força de trabalho

Nosso planejamento tecnológico e de desenvolvimento industrial sempre criou a impressão de que enquanto estamos planejando todas as outras coisas ao nosso redor permanecem

estáticas. Portanto, o planejamento adiante e a antecipação do futuro não aparecem muito nas nossas estratégias de planejamento e na implementação de planos que já foram elaborados.

O relatório da reforma educacional publicado recentemente (República de Gana, 2002 d) reconhece que o nosso desenvolvimento industrial certamente dependerá muito de como abordaremos o ensino de ciência e tecnologia. O relatório diz o seguinte:

[...] Uma chave para o futuro desenvolvimento socioeconômico de Gana está no desenvolvimento do ensino de ciência e tecnologia. Gana tem uma necessidade cada vez maior de uma grande quantidade de cientistas, engenheiros e técnicos para realizarem a inovação tecnológica exigida para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento futuro da ciência e tecnologia (República de Gana, 2002d, p. 49).

Nossas instituições educacionais, especialmente no nível superior, incluindo as escolas politécnicas, são confrontadas com uma capacidade limitada para permitir que elas tirem vantagem do vasto potencial criado no mercado de conhecimento pela globalização. O país não está nem perto de atingir as normas 60:40 que o próprio governo estabeleceu. De fato, as tendências atuais até parecem sugerir que as nossas instituições educacionais, incluindo até mesmo aquelas configuradas para promoverem o ensino da ciência e tecnologia, estão se afastando das normas. A Tabela 3 abaixo mostra as matrículas nas ciências e nas humanidades nas nossas universidades e escolas politécnicas.

Tabela 3: Matrículas de estudantes em diversas disciplinas nas universidades e escolas politécnicas

UNIVERSIDADES				ESCOLAS POLITÉCNICAS		
Ano	Ciência/ Tecnologia	Artes/ Humanidades	Quociente	Ciência/ Tecnologia	Artes/ Humanidades	Quociente
1996/97	9.853	13.272	43:57	4.057	3.363	55:45
1997/98	11.048	15.636	41:59	5.122	4.820	52:48
1998/99	12.288	19.213	39:61	6.382	6.581	49:51
1999/00	16.045	20.176	44:56	7.874	9.082	46:54
2000/01	14.809	25.864	36:64	8.161	10.298	44:56

Se Gana não criar rapidamente a massa crítica de cientistas e tecnólogos, o país não conseguirá proporcionar e administrar o capital humano necessário às indústrias emergentes, nem modernizar e reequipar indústrias existentes para cumprir desafios de lidar com tendências globais atuais.

O ensino de ciência e tecnologia em Gana não está reagindo de maneira adequada às necessidades de desenvolvimento devido a financiamento inadequado, gestão ruim e estratégias pedagógicas obsoletas. A alocação atual de recursos para o ensino de ciência e tecnologia é de apenas 0,5% do PIB, muito abaixo do mínimo de 1% proposto no Plano de Ação de Lagos. Alguns dos países avançados e mesmo emergentes dedicam até 10% do PIB para o ensino de ciência e tecnologia.

Não existe nenhum levantamento regular de mão de obra nacional e projeções para informar admissões às nossas instituições superiores, incluindo as politécnicas. Assim, os atuais programas nas universidades e escolas politécnicas são guiados pela oferta em vez de pela demanda, levando a distorções e desvios de objetivos nacionais.

Também não existe nenhum vínculo entre cursos de nível superior e aqueles oferecidos nas Escolas Seniores de Ensino Médio ou nas instituições técnicas e vocacionais. Existe uma lacuna entre os programas oferecidos nestas instituições e as necessidades da indústria. A indústria não está adequadamente envolvida no desenvolvimento de programas das instituições superiores. Não existem programas de vínculo prático porque a subvenção do governo para esses cursos vinculados que existiam antigamente para todos os estudantes de ciência e tecnologia foi abolida há mais de 20 anos. Estudantes universitários nas áreas de engenharia e ciência que quiserem se beneficiar dessas experiências, portanto, precisam agora fazer seus próprios arranjos e se sustentarem durante esses programas vinculados nas férias. Mas esses programas são extremamente importantes, especialmente para estudantes das escolas politécnicas. Se todos os nossos programas de desenvolvimento reconhecerem a crucialidade das habilidades técnicas e de engenharia e, mesmo assim, não empregarmos os recursos necessários para atingir essa massa crítica de funcionários e fazer uma decolagem industrial genuína, será então que podemos dizer que estamos fazendo as coisas certas no momento certo? Atualmente, a interação das politécnicas com a indústria é tão frágil que elas não conseguem nem se beneficiar de funcionários da indústria que, oficialmente, forneçam cursos de meio período.

Recomendações adicionais

- a. Apoiar o estabelecimento de um Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia semelhante ao Fundo GET, para melhorar a pesquisa e o desenvolvimento nesse campo.
- b. Deveria haver uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia baseada nas cláusulas da *Política Nacional de Ciência* de Gana, preparada recentemente pelo Ministério do Meio Ambiente e Ciência.

- c. O ensino da ciência no nível básicos deveria ser fortalecido.
- d. O governo deveria construir um *think tank* nacional de ciência e tecnologia e nomear, um conselheiro presidencial nesse assunto como em praticamente todos os países avançados e mesmo em alguns países em desenvolvimento que passaram por industrialização acelerada e avanço tecnológico recentemente.
- e. Deveria haver incentivos atraentes como apoio financeiro completo para estudantes de C&T, tanto no nível da graduação quanto no da pós-graduação, em áreas cuidadosamente selecionadas. Os setores produtivo e comercial deveriam investir neste empreendimento e não deixar tudo para o governo fazer.
- f. Incentivos como pacotes de pagamentos diferenciais e benefícios de treinamento e aposentadoria atraentes também deveriam ser fornecidos a professores de Ciência, Tecnologia e cursos técnicos profissionalizantes (VOTECs).
- g. O governo deveria exercer tanto o papel de liderança quanto de advocacia ao negociar um financiamento regular e sustentável para as instituições universitárias, politécnicas e de pesquisa a fim de produzir pesquisa relevante. Por relevante não queremos dizer que sempre deva ser aplicada. Alguma pesquisa básica pode ser muito relevante para a nossa situação específica e levar a iniciativas aplicadas extremamente benéficas. A ausência desse tipo de pesquisa também pode levar à estagnação de ideias e à falta de iniciativas inovadoras.
- h. Atualmente existem dez escolas politécnicas, uma em cada região. Sua infraestrutura, sua base de equipamentos e seus cargos devem ser drasticamente melhorados. O setor privado, inclusive a indústria, deve ser estimulado

a investir no fornecimento de instalações para as escolas politécnicas. Esse investimento pode não render dividendos monetários tangíveis, mas certamente fará muito para assegurar a sobrevivência no longo prazo do próprio setor industrial privado.

- i. A Comissão de Planejamento do Desenvolvimento Nacional deve realizar imediatamente um levantamento da mão de obra e fazer projeções regulares para as necessidades da mão de obra para influenciar a renda e o design de programa para as nossas instituições de treinamento.
- j. As escolas politécnicas devem revisar seus programas para refletir seus novos mandatos.
- k. Centros de inovação e empresas nascentes (*start-ups*) devem ser criados.
- l. Tanto as universidades quanto as escolas politécnicas devem criar centros para o treinamento em serviço e para a educação continuada para o setor produtivo.
- m. O treinamento de habilidades empreendedoras deve ser introduzido como um curso central em todas as instituições superiores e até mesmo nas escolas técnicas para estimular os formados a entrarem no emprego autônomo e na empresa privada.

Fortalecendo vínculos universitários e politécnicos com o setor produtivo

Universidades, escolas politécnicas e outras instituições superiores constituem o maior repositório da capacidade intelectual de uma nação. Elas existem para produzirem capital humano de nível

elevado e médio para diversos setores da economia, especialmente para enfrentar as demandas da indústria, que sempre mudam. Países que passaram por um crescimento acelerado na produção sempre atingiram isto através de vínculos sólidos e mutuamente benéficos com suas instituições de ensino superior, traduzindo inovações destas instituições em empresas economicamente viáveis. Num mundo globalizado e interdependente e na situação atual de Gana, é importante garantir que os programas e as atividades das nossas instituições superiores complementem e apoiem aquelas dos setores produtivos da economia para derivarem o benefício máximo à sociedade.

Os vínculos entre a universidade e a indústria são firmemente estabelecidos nos países desenvolvidos, onde toda grande preocupação industrial, mesmo que tenha seu próprio departamento de P&D, também tenha um grupo de pesquisadores de instituições educacionais cuja especialidade e ideias inovadoras são buscadas, estimuladas e utilizadas constantemente. A situação na África e especificamente em Gana é diferente. Quaisquer relacionamentos que tenham sido forjados foram atingidos muito lentamente e com dificuldade. Recentemente, a pressão cada vez maior de governos para universidades e escolas politécnicas se tornem parte de estratégias de geração de riqueza da nação fez com que muitas universidades, inclusive em Gana, reexaminassem e redefiniram de maneira crítica suas visões e estratégias para elas serem mais relevantes ao setor produtivo, levando em consideração seus pontos fortes e fracos. Mas é igualmente importante para o governo e o setor produtivo também reavaliar criticamente seus papéis de facilitadores de vínculos entre a universidade e o setor produtivo. Mas enquanto as universidades estão reformulando seus currículos e suas estruturas de cursos para refletir uma relevância imediata, eles também não devem perder de vista o fato de que o ensino universitário volta-se, principalmente, para

treinar a mente e capacitar quem se forme a adotar e adaptar avanços tecnológicos em constante mudança.

A seguir, estão algumas das limitações que militam contra vínculos eficazes entre o setor terciário e o setor produtivo em Gana. Nas universidades e escolas politécnicas as limitações envolvem poucos recursos financeiros, o que resulta numa falta de inovações exploráveis; disseminação ruim de resultados de pesquisa e desenvolvimento. Existe uma experiência industrial inadequada do treinamento de funcionários e industrial para estudantes durante os seus estudos; baixo comprometimento com vínculos com o setor produtivo; e existe uma falta de confiança e segurança mútuas entre pesquisadores, por um lado e o governo e o setor produtivo, por outro lado. Em governo e o setor produtivo, as limitações tomam a forma de uma incapacidade e uma falta de disposição geral de pagar por serviços de P&D (pesquisa e desenvolvimento). A indústria especificamente e o setor produtivo em geral costumam dar como certa o auxílio dos pesquisadores. Em geral, há um acesso inadequado à tecnologia apropriada; o ambiente da terceirização é fraco, inclusive a falta de uma cultura de subcontratação ou terceirização para especialistas para fornecer soluções para problemas industriais e do setor produtivo. No entanto, este último obstáculo ao progresso industrial está mudando gradualmente, especialmente no setor de ICT.

Recomendações para habilitar o desenvolvimento industrial de gana através da educação

- I. Universidades e escolas politécnicas devem forjar vínculos com a indústria, de tal forma que as pesquisas destas instituições galvanizem a produção e a inovação na indústria, enquanto problemas da indústria estimularão a

pesquisa e a solução de problemas nas universidades e nas escolas politécnicas.

- II. Uma estratégia de patenteamento e proteção dos direitos à propriedade intelectual que possa ser acessível e mutuamente benéfica deve ser formulada para proteger invenções e descobertas. Um sistema de compra direta de resultados de pesquisas por pesquisadores também pode ser desenvolvido.
- III. O setor produtivo deve ser ousado e confiante o suficiente para adotar e transformar pesquisa em produção, em vez de sempre depender de resultados de pesquisa de P&D externos. Sem um desenvolvimento eficaz e sustentável de pesquisa e desenvolvimento endógenos, o país se estagnarà nos seus esforços de industrialização.
- IV. As indústrias devem auxiliar as instituições educacionais a fornecerem vínculos industriais. A antiga prática de vínculo industrial para todos os estudantes de C&T deve ser revivida, fortalecida e, se possível, ampliada para incluir cursos de gestão básica para os estudantes quando eles estiverem nesses vínculos industriais ou de campo. O dinheiro gasto pelo setor produtivo com esses estudantes poderia ser dedutível de impostos.
- V. O governo deve facilitar o estabelecimento de um Parque Industrial ou Científico semelhante aos que existem em Birmingham e Coventry, na Inglaterra e em Raleigh, na Carolina do Norte, para promoverem a tradução de pesquisa em produção e para auxiliar indústrias iniciantes a crescerem.
- VI. Atualmente, praticamente todos os esforços de P&D nas nossas instituições educacionais são guiados por doadores e são limitados aos objetivos intelectuais de pesquisadores

individuais. Para a nação avançar e desenvolver sua capacidade industrial, então o próprio governo e o setor produtivo devem se comprometer com a injeção de recursos adequados tanto na pesquisa básica quanto na aplicada e assim traduzir de maneira eficaz resultados em produção.

* * *

Ivan Addae-Mensah é professor de química. Foi vice-chanceler da Universidade de Gana (1996-2002), onde também foi Reitor da Faculdade de Ciências (1993-1996). Já recebeu várias homenagens nacionais e internacionais, inclusive: Doutor em Letras Humanas (*Honoris Causa*) pela Universidade de Nova York (NYU) em 2002, Doutor em Ciências (*Honoris Causa*) pela Universidade de Gana em 2004. Em 1998, recebeu a Honra Maior pela Universidade de Soka, em Tóquio, Japão, pelas suas grandes contribuições para o avanço da educação e da saúde em todo o mundo e pela sua contribuição prolífica aos campos de ciência, educação e negócios públicos. É membro do Painel de Especialistas da Organização Mundial da Saúde Sobre a Garantia de Qualidade e Especificações de Remédios. Foi o Vice-Presidente Para as Ciências da Academia de Artes e Ciências de Gana (GAAS) em 2002-2006. Em 2006, o Estado de Gana o homenageou com a medalha de Companheiro da Ordem do Volta (COV) Divisão Civil, pela sua imensa contribuição para a Educação e o Serviço Público.



CAPÍTULO 28

SERÁ QUE AS “TICS” PROPORCIONAM “EMPODERAMENTO” ECONÔMICO A MULHERES QUE VIVEM NA ÁREA RURAL DE UGANDA¹?

Patricia K. Litho

Introdução

Boa parte do discurso sobre o impacto amplo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na África sugere que grupos marginalizados, como as mulheres, tornam-se empoderados como resultado do uso dessas tecnologias. No entanto, falta evidência para uma asserção positiva. Esta visão “tecno-determinista”, que privilegia soluções tecnológicas para uma variedade de desigualdades sociais e econômicas, não reconhece que a qualidade dos efeitos que a tecnologia produz sobre um ambiente humano não é resultado da tecnologia em si, mas da interação entre

¹ Este capítulo é uma versão editada de um artigo semelhante, apresentado no simpósio *To think is to experiment*, SMAC, Centro de Pesquisa Narrativa, UEL, 22 de abril de 2005, chamado “ICTs, empowerment and women in rural Uganda: A SCOT Perspective”. Disponível em <www.uel.ac.uk/cnr/ICTs.htm>.

tecnologia e sociedade (Heap *et al.*, 1995). Uma visão determinista da TIC não consegue reconhecer a variedade de fatores dinâmicos que estão envolvidos no ato de empoderar pessoas.

Esta análise deriva do modelo fornecido pelo “feminismo de opinião” aplicado ao contexto rural africano. Esta perspectiva é tomada emprestada em parte do “modelo empoderamento das mulheres”, de Longwe. Primeiro eu descreverei brevemente as suposições relevantes captadas pelo rótulo “feminismo de opinião” e depois investigarei a noção de “empoderamento” – primeiro da forma como ela é usada de maneira variada nas mulheres atuais na literatura do desenvolvimento e finalmente para esclarecer a forma pela qual é pressuposto por esta avaliação de se as TICs efetivamente “empoderam” a mulheres. Depois discutirei descobertas de pesquisas combinadas ao longo da avaliação de um projeto TIC que tinham sido estabelecidas em Uganda por uma ONG de mulheres com o objetivo explícito de empoderar economicamente mulheres do campo. Este estudo de caso será usado como anedota para considerar de maneira crítica o benefício do empoderamento como um objetivo de política de desenvolvimento e se esse objetivo pode ser atingido para mulheres através da instalação e distribuição de artefatos tecnológicos.

Feminismo de opinião

Esta orientação teórica coloca a experiência direta das mulheres como central para a produção de conhecimento sobre a sociedade. Apesar de todos os feminismos serem contrários ao domínio masculino e à opressão de mulheres, a história da África moldou as experiências de opressão das mulheres em sociedades africanas contemporâneas, onde o sexo é experimentado de maneira diferente das suas manifestações em culturas pós-industrializadas.

Estudiosas africanas² criticam perspectivas feministas ocidentais por tratarem erradamente a experiência do sexo como sendo uniforme para um grupo oprimido homogêneo³. Feministas africanas também reclamam que são sempre representadas ou pelos seus homens, ou homens ocidentais, ou por mulheres que não são africanas, que resulta no conhecimento recebido sobre mulheres africanas geralmente refletindo valores e normas estrangeiros, obscurecendo as próprias maneiras das mulheres africanas se entenderem e se observarem (Oyewumi, 2003). Argumenta-se, portanto, que as principais produtoras de conhecimento sobre as mulheres africanas deveriam ser pesquisadoras e estudiosas africanas porque elas entendem as normas e os valores relevantes melhor do que aquelas vindas de outras culturas. Esta postura exclusivista também tem a intenção de resistir à marginalização continuada de mulheres africanas na produção de conhecimento sobre os africanos ou sobre qualquer outra coisa.

“Empoderamento”

Quase toda mudança num projeto é classificada como “empoderamento”. Apesar de alguns estudiosos (por exemplo, Narayan, 2005) argumentarem que o problema não está no significado de “empoderamento” *per se*, mas sim em medidas inadequadas, acredito firmemente que tanto a necessidade de uma definição operacional quanto de ferramentas eficazes de mensuração devam ser abordadas para garantir uma avaliação mais significativa de projetos de mulheres em desenvolvimento em geral. Conforme ocorreu com o projeto das TICs de Uganda,

- 2 N.E.: Alguns homens feministas e comentaristas sociais amplificaram esta crítica, especialmente na diáspora africana como o teórico literário Vincent Odamtten e o poeta nigeriano Niyi Osundare.
- 3 N.E.: Gloria Joseph e Jill Lewis (1986) destacaram a “dupla opressão” de mulheres negras na América que não é compartilhada por feministas europeias e americanas brancas. Mas seu foco pode desprezar até que ponto a experiência de sexo de muitas “mulheres africanas rurais, independentemente de qualquer encontro direto com racismos da diáspora ou com o *apartheid*, pode divergir tanto das mulheres racialmente oprimidas quanto das privilegiadas racialmente em tecnocracias ocidentais.”

que será discutido com algum detalhe mais adiante neste capítulo, esquemas de desenvolvimento projetados para dar autonomia a mulheres não costumam fornecer nem uma definição clara nem quaisquer indicadores pelos quais se possa medir o ganho ou a perda de autonomia. Guijt e Sheih (1998) observam que esta omissão é vantajosa para agências de desenvolvimento que dependem da retórica do empoderamento como sua razão de ser e seu financiamento.

Na literatura feminista e no gênero acadêmico chamado de “mulheres em desenvolvimento” (WID), o “empoderamento” mostra como as pessoas entendem o poder. As feministas também o apresentam como um processo através do qual as mulheres ganham poder sobre os homens, ou resistem a ser subservientes aos homens, o que pode muito bem estar entre as razões pelas quais os homens resistem a esses processos. Empoderamento como processo mostra atividades que permitem às mulheres ganhar acesso a mecanismos de tomadas de decisão que afetam suas próprias vidas (Huyer e Sikoska, 2003). Na teoria feminista, o empoderamento não ocorre apenas no nível público, “relacional” ou “coletivo”, mas também (e necessariamente) inclui o “pessoal” (Rowlands, 1997, p. 14). O aspecto *pessoal* do empoderamento é o aumento do senso que a mulher tem de ser um agente autônomo, incluindo sua autoconfiança e sua capacidade de desfazer os “efeitos da opressão internalizada”. O aspecto *relacional* envolve “o desenvolvimento da capacidade de negociar e influenciar a natureza de um relacionamento”, enquanto o aspecto *coletivo* envolve o trabalho “em conjunto para atingir um impacto mais amplo do que cada [mulher] teria conseguido sozinha” (Rowlands, 1997, p. 15). O empoderamento também pode ocorrer num nível econômico, político ou social. O empoderamento econômico está relacionado com o acesso a recursos e é fundamental para as mulheres porque sua posição subordinada as priva do acesso a recursos e de controlá-los.

O *empoderamento social* está refletido em ações que desafiam estruturas sociais e culturais que prendem as mulheres neste estado rebaixado. O *empoderamento político* envolve a garantia dos direitos e das capacidades de mulheres que, caso contrário, seriam marginalizados para que elas possam desfrutar de participação e paridade em processos de tomadas de decisão (Clement, 1994).

Outra visão de “empoderamento” foi apresentada pelas Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (DAWN)⁴ que argumenta que as mulheres só serão autônomas se suas necessidades estratégicas e práticas de gênero forem abordadas. “Necessidades práticas do gênero” são condições imediatas de sobrevivência incluindo alimentação, vestuário, moradia e cuidado com a saúde, enquanto as “necessidades estratégicas do gênero” são derivadas e resultam de disparidades entre os sexos (Moser, 1993). DAWN supõe que o empoderamento das mulheres não será dado a elas e que as mulheres precisam trabalhar coletivamente para superar as desigualdades estruturais que sustentam as injustiças sexuais (Longwe, 1997). DAWN gerou o Modelo de Longwe para o Empoderamento das Mulheres, que inicialmente foi proposto para ajudar os planejadores a questionarem e analisarem projetos que pretendem aumentar o empoderamento das mulheres (King, 2001). De acordo com Longwe (1997), o empoderamento pode começar a acontecer apenas ao abordar os cinco níveis em que existem lacunas de gênero (o *bem-estar* material, o *acesso* a recursos e bens sociais, a *conscientização* ou o treinamento da consciência, a *mobilização* e participação na tomada de decisões e o *controle* ou equilíbrio de poder em relacionamentos). Longwe também propôs

4 DAWN é um conceito que surgiu a partir da consciência das Mulheres do Sul da necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento. DAWN requer um modelo de avanço social que é igual, participativo, holístico e sustentável e reagem às necessidades das pessoas. Apesar de DAWN ter surgido a partir de um fórum da ONG em 1985, sua filosofia reflete a insatisfação de vários países em desenvolvimento na época com condições desfavoráveis de comércio, protecionismo e as condicionalidades dos Programas de Ajuste Estrutural do Banco Mundial (SAPs) (Relatório de Desenvolvimento Mundial 1995; 2002).

três níveis de impacto que um projeto pode ter sobre as mulheres: *negativo*, *neutro* e *positivo*. Pode-se dizer que um projeto tenha tido um impacto *negativo* se não fizer absolutamente nenhuma menção às mulheres. Se um projeto apenas reconhecer questões femininas pode-se dizer que ele tenha tido um impacto *neutro*; e se um projeto revelar questões femininas em relação aos homens em vez da posição subordinada das mulheres isoladamente, então ele causa um impacto *positivo* sobre o empoderamento das mulheres. (Longwe, 1997).

Este capítulo define “autonomia” como um processo gradual e multidimensional em que, primeiro, as mulheres se conscientizam da sua posição subordinada e das estruturas de poder no seu ambiente e em seguida fazem alguma coisa que ajude a superar estas limitações institucionais. Depois disso as mulheres tornam-se mais independentes, ganham controle sobre suas atividades e sobre o uso do seu próprio tempo e agem sobre questões que elas consideram importantes. Este processo pode levar a mais uma mudança “coletiva” (Rowlands, 1997; Freire, 1972). Mas como veremos, nenhum desses processos pareceu resultar diretamente da instalação de artefatos das TICs nas vidas das beneficiárias do projeto para mulheres do campo de Uganda, coordenado pela organização não governamental chamada CEEW.

TICs para o desenvolvimento no contexto de Uganda

A crença nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)⁵ como panaceia para os problemas da África marcou uma mudança no discurso do desenvolvimento que coincidiu com um grande investimento feito por doadores para iniciativas de TICs em vários países em desenvolvimento, inclusive Uganda. Por exemplo, apenas em 2003, o governo canadense anunciou que forneceria

5 As TICs neste artigo são definidas de tal forma a incluírem computadores pessoais, e-mail, a Internet, telefonia celular e todas as outras comunicações dependentes de satélites, rádio e televisão.

uma contribuição de US\$ 35 milhões ao longo de um período de três anos para transposição da exclusão digital (Simpson, 2003)⁶.

Uganda adotou as TICs como uma ferramenta que pode fornecer oportunidades em setores fundamentais como educação, saúde, agricultura e comércio (Governo de Uganda, 2002). O interesse de Uganda em TICs se intensificou por volta de 1995, depois que a Iniciativa Africana para a Sociedade da Informação (AISI) foi endossada pelo Conselho de Ministros de Comunicação da África. Este interesse teve impulso adicional com um compromisso político feito pelo Presidente de Uganda, Yoweri Kaguta Museveni, durante a Conferência de Conhecimento Global, realizada em Toronto, em 1997. Museveni também fez um apelo à comunidade internacional para apoiar Uganda na disseminação de TICs para o desenvolvimento, especialmente nas comunidades rurais. Outros atores que promoveram as TICs em Uganda incluíram a sociedade civil, o setor privado, agências de doadores e cidadãos ugandenses tanto no país quanto na diáspora (UNCST, 2002).

Mais recentemente, as TICs apareceram no debate sobre igualdade entre os gêneros, sendo apresentadas como uma ferramenta com potencial para beneficiar o “empoderamento” das mulheres através de ONGs cujos projetos de TIC são voltados especificamente para mulheres. O Centro Para o Empoderamento Econômico de Mulheres da África (CEEWA) usa as TICs como meio de apoiar mulheres empreendedoras. A Rede de Mulheres de Uganda (WOUGNET) usa principalmente a Internet e o e-mail como ferramenta para compartilhar informações sobre questões femininas. E a Associação Feminina de Mídia de Uganda (UMWA) está ativamente envolvida no uso das TICs mais tradicionais, como o rádio, para fornecer às mulheres uma plataforma de

6 N.E.: Doações comparativamente grandes foram prometidas como ajuda externa em apoio ao esforço da indústria farmacêutica para vender medicamentos contra o retrovírus na África, baseado em fundamentos comparativamente mal justificados. Veja o capítulo 37, de Elizabeth Ely.

acesso aos legisladores. Estas organizações alegam se concentrar em mulheres porque elas têm menos acesso aos recursos e menos controle sobre eles, uma exclusão sexual que o setor das TICs demonstrou novamente, pois as mulheres que trabalham neste setor continuam a predominar num nível baixo que envolve pouca ou nenhuma habilidade especializada (por exemplo, assistentes de vendas em lojas e telefonistas). A grande maioria de propriedades no negócio das TICs e do investimento nelas ainda está com os homens. E quase todos os legisladores e gerentes no setor das TICs são homens. Este estado de coisas provoca a questão de se as TICs realmente empoderaram as mulheres, inclusive em termos econômicos como prometido, à qual uma resposta anedótica é aqui elaborada ao explorar os efeitos de um projeto de TIC lançado e sustentado pelo CEEWA.

O Centro Para o Empoderamento Econômico de Mulheres da África (CEEWA)

O CEEWA é uma organização não governamental que surgiu durante o processo de preparação da África para a Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing, em 1995. O CEEWA estabeleceu um projeto de TIC em 1997 voltado para as mulheres empreendedoras⁷ com financiamento conjunto do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Internacional do Canadá (IDRC) e do Instituto Humanista Para Cooperação com Países em Desenvolvimento da Holanda (HIVOS). Um Serviço Eletrônico de Recurso de Informações Sobre Mulheres (WIRES) foi estabelecido em quatro locais: Buwama, Nabweru, Kampala e, mais recentemente, em Mukono.

7 "Mulheres empreendedoras" abrange aquelas dedicadas a atividades geradoras de renda, formais ou informais. Nas áreas rurais, no entanto, a maioria das mulheres se dedicou à economia informal.

N.E.: Para um discernimento extensivo sobre a natureza de perda de autonomia da informalização econômica, veja o capítulo 14, de Kwame Ninsin.

Para estudar o projeto TIC, foram feitas observações nestes locais. Entrevistas não estruturadas foram realizadas com beneficiárias do projeto, funcionárias da CEEWA, legisladores, funcionários do governo de Uganda e com representantes dos doadores (IDRC e HIVOS). Duas discussões foram realizadas em grupos focais e documentos do projeto foram analisados, assim como os relatórios de Uganda sobre a sua política de TIC, a política do Desenvolvimento de Comunicação Rural e a política de gênero. A análise envolveu o uso do *software* de análise qualitativa, *NVivo*, para a codificação. O conteúdo da análise foi incluído observando: padrões de gênero do uso das TICs, a forma pela qual questões de gênero eram abordadas no processo político da TIC de Uganda, a participação das mulheres no processo de estabelecimento dessa política TIC e em outras atividades relacionadas com a TIC em Uganda. O estudo também analisou como diferentes partes interessadas no projeto entendiam o “empoderamento”, se elas viam as TICs como contribuindo para o empoderamento de mulheres e quais parâmetros elas tinham usado para medirem este empoderamento. Questões de funcionalidade e de flexibilidade interpretativa como a facilidade e a variedade de usos disponíveis das TICs, a conveniência de horas para acessar as instalações de TICs e, conseqüentemente, o nível de participação das mulheres no projeto foram monitorados.

Tradicionalmente, disparidades entre mulheres e homens têm sido ignoradas quando se lida com programas de tecnologias para o desenvolvimento. Como resultado disso, mulheres têm se beneficiado menos do que homens de projetos baseados na tecnologia (APC, 2003). Supostamente sendo um meio para lidar exatamente com esta lacuna, as TICs avançaram de maneira considerável no discurso e na prática do desenvolvimento. Projetos específicos de mulheres como o projeto de TIC CEEWA em Uganda foram estabelecidos exatamente para lidarem com a lacuna

de gênero no acesso à nova tecnologia e para assegurar que as mulheres não sejam excluídas. A questão permanece, no entanto, se estes projetos efetivamente fizeram grande diferença na vida das mulheres envolvidas.

Experiências de mulheres do projeto de TIC patrocinado pelo CEEWA

De acordo com a avaliação tripla do impacto de um projeto (negativo, neutro ou positivo) estabelecida por Longwe (1997) e apresentada anteriormente, o impacto do projeto de TIC do CEEWA seria classificado como neutro porque só olhava para obstáculos sexuais enfrentados pelas mulheres isoladamente. A opinião feminista africana exige a inclusão de homens pela razão prática de que se os homens forem ignorados eles poderão não entender o que o projeto está tentando fazer para as mulheres e assim exacerbar os próprios desafios enfrentados para implementar o projeto e derivar seus benefícios pretendidos. Portanto, este estudo buscou e analisou *feedback* através de entrevistas com os homens associados às beneficiárias deste projeto, apesar de as experiências das mulheres com as TICs serem o foco central do estudo. Outros homens incluídos na análise do estudo foram legisladores e funcionários do ministério. É importante destacar que, apesar de todos os participantes nesta categoria serem homens, esta não foi uma característica deliberada do estudo, mas simplesmente reflete de maneira significativa a parcialidade sexual nas estruturas formais de tomada de decisão de Uganda no setor das TICs e em volta dele.

Acesso e controle

De acordo com Clement (1994), dar autonomia econômica às mulheres é libertá-las do seu nível subordinado de acesso limitado aos recursos e da ausência de controle sobre eles. O projeto do CEEWA permitiu que as mulheres tivessem acesso a TICs como

computadores, serviços de e-mail e Internet, telefones, aparelhos de fax, scanners, impressoras, copiadoras, rádio e televisão. Elas também obtiveram informações sobre procedimentos comerciais e melhores práticas na agricultura num site orientado por um banco de dados na Internet. O projeto também desenvolveu materiais de treinamento das TICs assim como material de treinamento de empreendedorismo em CD ROMs simples adaptados às necessidades e aos pontos de referência das mulheres locais. Os materiais eram tanto de áudio quanto visuais e foram traduzidos para o idioma local – luganda.

De acordo com os testemunhos de mulheres, o projeto permitiu acesso à informação. Isto melhorou relativamente à sua posição anterior em que elas tinham que depender dos homens para atualizá-las sobre o que estava acontecendo ou para dar conselhos sobre várias questões. Na verdade, a maioria das mulheres diz que, como resultado do treinamento dado pelo CEEWA, elas conseguiram melhorar suas práticas comerciais, ganhar uma renda extra e lidar com algumas das suas necessidades práticas. De acordo com uma beneficiária de Nabweru:

Para mim, o CEEWA me ensinou como investir. Depois que meu marido morreu, eu estava sem nenhuma esperança; o CEEWA me ensinou como investir e [...] o uso de computadores e [...] o telefone. Agora crio frangos para grelhar e também vendo água de torneira. Com a minha poupança, posso pagar taxas para os meus três filhos e também comprei um telefone celular.

O acesso a mais recursos nem sempre se traduziu num quadro ameno. Algumas das mulheres indicaram um aumento no abuso cometido pelos maridos correlacionado com o aumento do seu acesso a artefatos de TIC. Na verdade, o uso de telefones celulares contribuiu para um aumento de episódios relatados

de violência doméstica. As TICs podem provocar e, portanto, reforçar a opressão de mulheres em vez de empoderá-las. A violência pelos homens, conforme explicada durante a discussão no grupo de foco em Buwama, às vezes também é agravada pelo aspecto temporal do acesso às TICs:

[...] Que homem deixou sua mulher ficar até tarde no telecentro? São essas coisas que impedem as mulheres de ficar até tarde para usar o telecentro e ainda assim nós só temos tempo [para isso] à noite.

E conforme foi descrito por um dos funcionários que representavam uma instituição política: “O aspecto do agendamento baseado no tempo e no sexo, portanto, precisa ser abordado. Este mesmo aspecto foi destacado por um funcionário de uma das instituições políticas”.

[...] A política de TIC [do governo] se preocupa com o acesso universal que é o motivo pelo qual os telecentros não estão em locais viáveis comercialmente, mas o mais perto possível de mulheres [...] a maioria dos homens [...] não permitirá que suas esposas fiquem na rua até tarde. Então, se você instalar telecentros num centro comercial, as mulheres terão desvantagem e, se as mulheres o usarem, possivelmente haverá muito poucas mulheres solteiras. E se elas forem casadas, será apenas uma questão de tempo antes que seu casamento tenha problemas [...].

Na verdade, os benefícios econômicos derivados do uso das TICs também prejudicaram as mulheres. Enquanto algumas participantes do projeto indicaram que elas conseguiram aumentar sua renda, outros ônus foram acrescentados porque alguns dos homens, ao perceberem que suas esposas tinham uma renda adicional, simplesmente deixaram todas as responsabilidades

financeiras domésticas para estas mulheres. Esta consequência não intencional levanta questões novamente sobre a interpretação recebida de “autonomia”.

Foi estabelecido que apesar de o projeto permitir acesso a TICs, só poderia haver cerca de cinco computadores em telecentros. Então, mesmo durante as poucas ocasiões em que as mulheres usam os computadores para aulas, elas precisam compartilhar e nem todas têm uma chance de praticar. No entanto, a experiência prática é fundamental para que se possa dominar até mesmo os princípios do acesso à Internet e ao *e-mail*. Também existem problemas de infraestrutura. A velocidade da Internet é tão baixa que as poucas mulheres que a usam pagam de maneira excessiva, pois a cobrança é feita por minuto e pode passar um minuto ou mais antes mesmo que uma página inicial da Internet seja aberta. Baixar gráficos e textos ilustrados amigáveis ao usuário pode demorar muito. Portanto, o acesso às TICs fica debilitado em função da infraestrutura ruim e da distância que as mulheres precisam andar para chegarem aos telecentros é proibitiva. O tempo das mulheres é limitado por tarefas domésticas e elas só podem usar os telecentros à tarde. Uma participante em Buwama disse que o projeto demandava muito do seu tempo e interferia com suas outras obrigações. Além disso, apesar de as mulheres poderem possuir telefones celulares e rádios, a decisão absoluta em relação ao uso ainda é dos homens, através da violência e das ameaças de violência. Então apesar dos telecentros, a posição social das mulheres não mudou muito.

Uma política e um fundo de desenvolvimento de comunicação rural foram disponibilizados para promoverem o investimento em áreas rurais, mas poucas mulheres ou ONGs de mulheres participaram dos lances por concessões deste fundo. De acordo com o Diretor Executivo da Comissão de Comunicações de Uganda, isto

pode ocorrer em função do alto nível de investimento financeiro exigido para apresentar uma proposta para os subsídios.

Bem-estar

De acordo com os testemunhos das mulheres, pode-se dizer que seu bem-estar melhorou um pouco a partir do Projeto CEEWA. A informação foi fornecida eletronicamente em formatos amigáveis ao usuário e numa linguagem que as mulheres podiam usar. Um exemplo é o CD-ROM sobre como ganhar dinheiro. Em geral, as mulheres disseram que passaram a conseguir gerenciar melhor seus recursos e até mesmo desenvolver novas ideias comerciais. Várias mulheres tinham aumentado sua renda e conseguiam cobrir a maioria das suas necessidades em relação a alimentação, vestuário e moradia. Sendo empresárias, as beneficiárias do CEEWA têm conseguido usar o telefone celular para comunicar encomendas de bens, receber chamadas de clientes e verificar os preços de mercado através de um serviço de SMS. O projeto CEEWA abordou as necessidades estratégicas de mulheres ao construir as capacidades empreendedoras das mulheres – contabilidade, poupança, alfabetização em informática e acesso à Internet.

Participação e conscientização

Algumas das mulheres ficaram insatisfeitas com o foco em estratégias, porque queriam benefícios tangíveis como a concessão de sementes e empréstimos para empresas iniciantes. Então apesar de ter havido um elemento de participação por todas as beneficiárias pretendidas não foi igual entre elas. O CEEWA e os doadores tinham suas próprias ideias pré-determinadas sobre como implementar os projetos que eles sentiam que pudessem beneficiar as mulheres. Os relacionamentos das beneficiárias com o projeto, com seus implementadores do CEEWA e com os doadores do projeto nunca foram avaliadas. As razões das beneficiárias para

seu grau variável de participação nunca foram exploradas pelos coordenadores do projeto⁸. As mulheres indicaram que o seu conhecimento de normas e procedimentos práticos de negócios tinha aumentado. No entanto, de acordo com Longwe (1994), a conscientização inclui reconhecimento pelas mulheres de que a maioria dos seus problemas deriva da discriminação estrutural e institucional inerentes. E, além disso, Longwe argumenta que mulheres precisam reconhecer que às vezes elas próprias ajudam a reforçar estas restrições. Não fica evidente a partir dos testemunhos que este grau de discernimento tenha sido atingido. À medida que a violência doméstica aumenta e que a propriedade conjunta dos telefones com os homens persiste, as mulheres preferem desenvolver estratégias para minimizar o abuso em vez de confrontar seus maridos. Durante a discussão no grupo de foco, as mulheres efetivamente receberam desculpas para a violência dos homens. Apenas uma mulher em Buwama parece ter contestado uma situação insustentável, mas as outras mulheres que estavam discutindo com ela expressaram a opinião de que ela estava sendo muito dura. Esta mulher se envolveu num negócio de pesca e relatou que o projeto a tinha deixado mais confiante à medida que ela aprendeu como poupar e que seu *status* econômico melhorou. Isto deu a ela mais confiança para mudar seu papel num casamento poligâmico. Apesar de não ter desistido, ela desafiou seu marido e diferentemente de antes, quando financiou a ele e suas outras mulheres, ela passou a usar a renda extra para levar o filho para um colégio interno para que ele tivesse uma educação melhor.

Conclusão

Como uma enorme fonte e canal de informação, as TICs fornecem acesso a informações de marketing que podem ajudar

8 N.E.: A relevância deste déficit na política de desenvolvimento de maneira mais geral é o foco do capítulo 25 por Nana Akua Anyidoho.

os negócios das mulheres a ser bem-sucedidos. A telefonia celular também oferece comunicação direta e barata às organizações femininas para ação coletiva. No entanto, o acesso a TICs permanece restrito pelas limitações de relações opressivas entre os sexos, como por exemplo, as agendas domésticas das mulheres, a distância de instalações de TICs, os custos dos serviços e a irrelevância de boa parte do conteúdo das TICs para mulheres. Portanto, é falso supor que os benefícios oferecidos pelas TICs automaticamente beneficiarão economicamente as mulheres para elas lidarem com sua posição de desvantagem na sociedade. Ao contrário, a posição subordinada das mulheres na sociedade não mudou muito desde o estabelecimento do projeto e em alguns casos piorou, por exemplo, existe evidência que algumas TICs, como telefones celulares, podem reforçar a violência baseada no gênero. A gestão, o controle e a propriedade gerais das TICs ainda são dominados pelos homens, enquanto as mulheres trabalham num nível básico e com salários subvalorizados. Com a presença de tecnologias TIC, as mulheres permanecem vulneráveis ao abuso e ao ônus econômico cada vez maior de acordo com o capricho dos seus sócios e superiores sociais masculinos.

A análise do relacionamento entre as beneficiárias do CEEWA, seus organizadores e doadores também revelou o fato de que *as pessoas com a menor probabilidade de usarem as TICs num contexto rural são aquelas responsáveis por tomar decisões e elaborar diretrizes sobre o seu uso*. O contexto em que as mulheres rurais vivem e lutam contra a submissão social e contra a falta de autonomia econômica é muito diferente daquele dos funcionários do CEEWA e dos doadores do projeto. É menos provável que as tomadoras de decisão sobre as TICs tenham consciência do que significa em termos práticos usar estes artefatos. Portanto, é necessário ter cautela para tirar conclusões sobre o que as TICs efetivamente podem fazer. As TICs realmente fizeram uma diferença na vida

de mulheres empreendedoras na área rural de Uganda. No entanto, o que foi mais relevante para as mulheres (como o uso de telefones celulares) não fazia parte diretamente do projeto. Ainda há a necessidade de definir autonomia de maneira operacional e de utilizar indicadores claros desde o começo destes projetos para assegurar uma visão clara sobre os interesses de quem são efetivamente atendidos pelos financiamentos que entram neles.

* * *

Patricia K. Litho é pesquisadora da Fundação Ford e doutoranda na Universidade de Londres Oriental, Reino Unido, onde também é professora no módulo de TICs para o desenvolvimento. Seus interesses de pesquisa incluem o empoderamento das mulheres, o(s) feminismo(s) africano(s) e comunicação para mudança social. Litho faz parte da diretoria da Uganda Media Women’s Association (UMWA) e publicou online vários relatórios e comentários sobre a tecnologia da informação e das comunicações na esfera do desenvolvimento da África. Está ativamente engajada na promoção de novos meios para benefício da política participativa tanto na África Oriental quanto no Reino Unido.



CAPÍTULO 29

DESENVOLVIMENTO DO SENEGAL: DA MOBILIZAÇÃO EM MASSA AO ELITISMO TECNOCRÁTICO¹

Mamadou Diouf

Reflexões sobre a crise de sociedades africanas evoluem cada vez mais para interrogações de conhecimentos africanos e sobre a África – os conhecimentos que estão por trás dos planos implementados na década de 1960, à medida que as colônias alcançaram a independência. A noção que parecia envolver toda ambição, toda prática e todo discurso foi sem dúvida a do *desenvolvimento*. O desenvolvimento acarretava ao mesmo tempo imaginação, conhecimento e progresso em direção à realização do sonho nacionalista. O termo era sinônimo de modernização, reconquista cultural e renovação, progresso econômico e o alcance da igualdade social. O desenvolvimento implicava tanto a construção da nação e do cidadão quanto a reconstrução da

¹ Reproduzido com permissão generosa do autor, coeditor e editor para uma pequena edição a partir do original (1997) em *International Development and the Social Sciences*, Frederick Cooper e Randall Packard (eds.), Berkeley: University of California Press, p. 64-92.

economia. Para muitos na época, valia muito a pena o sacrifício da democracia, a legitimação do autoritarismo e uma orientação monocêntrica de tomada de decisões, mobilização e organização.

Hoje em dia, os momentos da mesma temporalidade, desenvolvimento, cidadania e nacionalidade são os locais das crises multiformes que estão abalando as sociedades africanas. Desta perspectiva, as análises do fracasso notório de políticas de desenvolvimento e da impotência de estados africanos apontam para o fracasso dos mecanismos, procedimentos e modalidades através dos quais os conhecimentos do desenvolvimento foram implementados. De acordo com alguns relatos, o fracasso do desenvolvimento é a nova Maldição de Ham – uma reflexão sobre um fracasso muitas vezes amarga, às vezes ridícula, vindo tanto de dentro quanto de fora do continente africano². Outros buscaram uma análise mais completa de como o destino da África passou a ser o que é através de abordagens se intitulando como “de cima para baixo” ou buscando uma “verdadeira historicidade” de sociedades africanas (Bayart, Mbembe, e Toulabor, 1992; Chabal 1986; Sal, 1993).

Entretanto, a explicação do fracasso de estratégias de desenvolvimento é a falta de um estudo detalhado dos conhecimentos e discursos que informaram e legitimizaram a implementação desenvolvimentista. A análise apresentada aqui tenta preencher esta ausência. Ela é oferecida ao mesmo tempo em que um manifesto de uma história intelectual que coloca os debates

2 Veja, por exemplo, a escola “afro-pessimista” conforme representada na edição chamada “La Malediction”, de *Cahiers d'Études Africaines* (1991); Ka (1993), Manguelle (1990), Kabou (1991); ou a reavaliação por líderes da política externa da França, “estabelecimento” no que diz respeito ao relacionamento com o desenvolvimento africano em Michailof (1993). Estados africanos foram chamados de “assalariados” (Joseph, 1987), “mercenários” (Sandbrook, 1993), “predadores” (Fotton, 1992), “patrimoniais” (Medard, 1991) e “mastigadores” (Bayart, 1995). Mas essas descrições poderão substituir a análise da invenção renovada da África política (veja também Mudimbe, 1989; Appiah, 1992). Veja também a avaliação de conhecimento do desenvolvimento – na prática no arquivamento de paradigmas ultrapassados – em Robineau (1993), Choquet, Dollfus, LeRoy e Vernieres (1993) e Davidson (1992).

e as controvérsias sobre governança de volta na *longue durée* da invenção continuamente renovada e reorganizada da África e de sociedades africanas. Ao longo do período discutido aqui – um tempo de dor, miséria e pobreza³ – tanto os conhecimentos exógenos quanto os locais reunidos para mobilizar populações para os fins de “desenvolvimento” foram despedaçados até o ponto em que o conceito de fetiche da década de 1960 perdeu qualquer ressonância diferente da ideológica e da “bem-humorada”. Para atenuar esta reversão, novos significados são derivados do conceito através da adição de qualificativos – desenvolvimento “sustentável e local” – ou, mais simplesmente, os termos “ajuste”, “recuperação”, ou “estabilização” são substituídos por ele.

O paradigma de desenvolvimento e construção nacional como resposta à dependência de mercados estrangeiros foi substituído pelo clima atual em que o crescimento de mercados abertos através de exportações torna-se o princípio ideológico central de um aparato de desenvolvimento nacional e internacional, cuja trajetória eu gostaria de relatar com foco na situação do Senegal. Ao reunir este relato da lógica por trás das políticas sociais e econômicas, tem sido importante identificar os modos de aquisição de conhecimentos e as formas em que eles foram testados.

Desde o começo, os países pós-coloniais reivindicaram dois direitos: reconhecimento de paridade política (controle sobre os processos formais de soberania, sendo que o mais decisivo deles foi o direito de nacionalizar setores econômicos) e discriminação econômica positiva através da instituição de um sistema de vantagens econômicas. Estas reivindicações – o que Samir Amin (1993, p.152) caracteriza como um “nacionalismo radical” e “alcance” – eram consistentes com o que os economistas do desenvolvimento na época consideravam o “fracasso de

3 Veja os *Poverty Profiles* do Banco Mundial e a literatura sobre as estratégias de “Alívio da Pobreza” e a crítica feroz de Hancock (1989).

mercados” e a necessidade de “um papel ativo para os governos” (Bates 1991, p. 262).

Um manuscrito econômico classificado como liberal ou neoliberal se desenvolve a partir do paradigma mais recente. Os autores conjuntos deste novo breviário para os países subdesenvolvidos são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional⁴. A nova ortodoxia insiste na autonomia sólida do aspecto econômico em comparação com o político. Conforme Olivier Vallee (1992, p. 10) observa corretamente no que diz respeito à governança, movimento de mestre da nova economia política, “entretanto, ela estabelece a condicionalidade privada como sendo o papel da economia e como um limite ao político”. Ela concede um papel privilegiado de tomada de decisões (condicionalidade) a organizações financeiras internacionais. O que até agora vinham sendo funções estatais são transferidas para empresas privadas. Os princípios básicos da nova ortodoxia são os seguintes: o crescimento de nações depende muito do seu grau de abertura para o mundo exterior; a oferta global depende da alocação ótima de recursos escassos; esse ótimo é atingido num mercado competitivo cujo ritmo é imposto pelas flutuações do mercado mundial; o desenvolvimento é mais rápido onde os motivos dos participantes são compatíveis. Estas avaliações ilustram “a convicção de que o mercado mundial naturalmente arbitrará em favor da mão de obra mais barata, das matérias-primas e dos imensos mercados do Sul”.

Ao discutir o papel de governos no desempenho econômico de países em desenvolvimento, Robert Bates (1991, p. 262) enfatiza o lugar central concedido ao mercado nas novas abordagens econômicas quando ele escreve:

4 Esta nova ortodoxia, descrita como sendo “razão privada” por Vallee (1992), tem como referência básica o Relatório de 1989 do Banco Mundial *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth*.

A nova economia política supõe a existência de mercados perfeitamente competitivos e constrói sua análise de acordo com as distorções do mercado apresentadas por governos. Estas distorções são usadas para medir o poder de interesses privados e de forças políticas.

É claro que não são apenas a política econômica e suas bases epistemológicas e políticas que estão sendo acusadas, mas de maneira ainda mais certa, as instituições e as modalidades de treinamento e pesquisa dedicadas ao desenvolvimento, independentemente de se estar falando de economia, sociologia ou geografia.

Rastrear esta trajetória no que diz respeito à história concreta do Senegal é se concentrar, portanto, na constituição de um discurso que instituiu uma problemática cuja principal função era desenvolver o Senegal. Este desenvolvimento foi equilibrado deliberadamente com a exploração colonial e seu projeto alienante. Seu objeto foi a produção de uma nova sociedade cujos membros foram mobilizados, se não para alcançarem as nações desenvolvidas, então pelo menos para atingirem o progresso econômico⁵.

O objeto deste estudo não é seguir detalhadamente os resultados das políticas implementadas pelo estado do Senegal, mas entender os modos de produção de discursos de desenvolvimento e suas relações com políticas econômicas, sociais e culturais. Para atingir isto, é fundamental delinear os participantes, os interesses e os mecanismos para discernir de verdade a imaginação em funcionamento na problemática desenvolvimentista da elite do Senegal. Então, este estudo aborda o manuscrito (discurso,

5 A construção de uma nova sociedade e o "alcance do Ocidente", que são dois aspectos da ideologia nacionalista, são contraditórios segundo a visão de Amin (1993, p. 7), porque para ele a alternativa em 1960 era desatrelar (romper com o modelo ocidental e criar uma nova sociedade e economia) ou adotar o modelo ocidental e permanecer subdesenvolvido.

símbolos) – sua origem e seu regime de verdade que informou as práticas voltadas para o desenvolvimento. Na prática, minha preocupação é identificar a maneira pela qual este conhecimento foi constituído, reproduzido, legitimizado e transformado ao longo das quatro décadas em questão.

O contexto

O discurso do desenvolvimento do Senegal, nas suas variações e contradições, tem raízes profundas numa tradição histórica cujo repertório e cuja gramática ocorrem no idioma francês (mas não exclusivamente) e numa temporalidade cujos parâmetros cronológicos são a Conferência das Nações Afro-Asiáticas de Bandung de 1955 e os choques no preço do petróleo em 1975 e suas consequências econômicas e financeiras. Certamente existem algumas divergências em fatos e eventos considerados insignificantes, mas os autores que se concentram em questões de desenvolvimento concordam relativamente em relação ao intervalo de tempo: a consequência da guerra. O sistema que derivou do final da Segunda Guerra Mundial, de acordo com Amin, se baseou em três pilares: o fordismo no Ocidente capitalista, soviétismo nos países do bloco oriental e desenvolvimentismo nos países do Terceiro Mundo. Cada região tinha suas próprias certezas. Na primeira, o keynesianismo; na segunda, o mito de alcançar o Ocidente através do socialismo do Estado Soviético; e, na terceira, o mito de alcançar o Ocidente através da interdependência (Amin, 1993, p. 9)⁶. Portanto, Amin (1993, p. 23) observa que:

O surgimento das nações da Ásia e da África, produzido pela vitória da libertação nacional, constituiu uma das principais características da época. Os movimentos de libertação nacional, assim como o estabelecimento

6 Sobre perguntas em relação à definição e à historiografia do conceito, veja também Coquery-Vidrovitch, Hemery, e Piel (1988) e de Solages (1992).

de um sistema mundial dominante, levantaram a questão do desenvolvimento. Uma nova literatura se cristalizou cada vez mais em duas ou mais “teorias”, se não uma ideologia de desenvolvimento.

A ideologia de Bandung que persistiu até 1975 já foi aperfeiçoada durante a Conferência de Povos Afro-Ásiáticos em 1958. C. Coquery-Vidrovitch *et al.* (1988, p. 11- 13, 22) consideram que o desenvolvimento seja ao mesmo tempo um processo histórico e um projeto ideológico cujas abordagens foram globalizadas depois de Bandung. A principal fonte de inspiração para o modelo foi de origem ocidental. Este modelo universal baseava-se numa reunião tripla: a industrialização; a modernidade urbana, científica e tecnológica e os procedimentos de centralização estatal. Eles observam que:

Do chefe da vila à escola, ao sindicato ou ao partido, existem vários meios através do qual o estado desenvolvimentista:

- tenta assumir um controle total da sociedade civil;
- subordina os antigos centros monitorados de tomada de decisões sociais (autoridades locais) ao estado;
- difunde discursos, imagens e símbolos repletos de autoridade e modernidade desenvolvimentista — de onde deriva a importância de questões linguísticas e de procedimentos de comunicação em práticas de mobilização.

Estes autores concordam com Amin quanto ao ato de fundação, à data de nascimento e à estrutura composta do modelo desenvolvimentista adotado pelas antigas colônias europeias,

mas a perspectiva histórica daqueles torna sua investigação mais pertinente. Ela requer reflexão sobre os modos de acomodação em outras sociedades para um

conceito tão tipicamente ocidental, instalado há tanto tempo na história desta parte do mundo [...]. O que eles acharam quando isso foi imposto a eles na sua “forma desenvolvimentista”, ou seja, na aparência voluntarista de uma receita imposta de fora para dentro para alcançar o Ocidente? (Coquery-Vidrovitch *et al.*, 1988, p. 33).

Esta forma universal é atingida através da intermediação de uma cultura tecnológica que Herbert Marcuse (1964) identificou não muito tempo atrás como levando à abolição da vida pública e da vida privada, de necessidades sociais e individuais e instituindo novas formas muito eficientes de controle social e coesão.

A Igreja Católica reagiu a esta situação ao dar forma a uma doutrina desenvolvimentista e a uma tradição epistemológica cuja influência no Senegal foi hegemônica no período imediatamente após a independência. O Padre Louis-Joseph Lebret, que representou o Vaticano em importantes conferências sobre o desenvolvimento da década de 1960 e que se tornou uma figura influente na iniciativa de desenvolvimento do Senegal, insistiu na ideia de que o desenvolvimento “é a harmonização dinâmica de valores tanto antigos quanto novos, tanto locais quanto importados” (citado em de Solages, 1992, p. 26-27).

Apesar de Bandung ter sido o ponto de partida, as primeiras manifestações de um bloco de interesse e de discussões do Terceiro Mundo sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento receberam forma institucional com a criação de organizações especializadas e centros como as Nações Unidas (a partir de 1945), o Instituto Internacional de Pesquisa e Educação – Treinamento

em Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa e Aplicação de Métodos de Desenvolvimento (1957) e o Instituto de Ciência Econômica Aplicada (ISEA, 1944); o Instituto para o Estudo do Desenvolvimento Econômico e Social na Universidade de Paris, com seu *Third World Review* e a Cooperative College (1959) na École Pratique des Hautes Études, com a publicação *Community and Cooperative Life: International Archives of the Sociology of Cooperation* e grupos cristãos como o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (1965) e a Comissão Pontifícia sobre Justiça e Paz (1967).

O estabelecimento desta rede de instituições com fontes variadas de inspiração, fortes conotações religiosas cristãs e uma grande preocupação com questões éticas de subdesenvolvimento e fome levaram à instituição de uma diferença entre crescimento e desenvolvimento, em que os fatores humanos tinham primazia⁷ e favoreciam a produção de uma literatura do desenvolvimento com seus próprios métodos, procedimentos de sanção e legitimação e paradigmas. A literatura do desenvolvimento do período de Bandung⁸ é abundante e pluralista, preocupando-se com temas tão variados quanto os tratamentos que eles realizam. Encontramos

7 Aqui estou pensando no Padre Dominicano Louis-Joseph Lebre, fundador do Centre Economie et Humanisme (1942) e nas conferências conduzidas pela Igreja Católica, Semaines Sociales, sendo que a 35ª, em 1945, dedicou-se a "Pessoas no Exterior e Civilização Ocidental", e em François Perroux, fundador do ISEA, que publicou os *Cahiers de l'ISEA*. Estes dois franceses estavam próximos do cerne de métodos e práticas do Senegal (veja a seguir). Mamadou Dia, Presidente do Conselho do Senegal (1958-1962), escreve sobre o assunto: "Eu comecei a realizar estudos econômicos teóricos ao ler várias das obras na Biblioteca do Senado que eu frequentava regularmente. Eu achei as publicações de "Economie et Humanisme" em que eu descobri textos escritos por Deprat, Lebre e Perroux, o que me levou ao centro dirigido por Perroux onde eu o conheci" (1985, p. 65).

8 Desta literatura, eu apenas cito os autores que influenciaram especialmente a elite nacionalista do Senegal: A escrita de Perroux em *Cahiers de l'ISEA* (1955-1957); Lebre (1942, 1956); Dia (1953); Hoselitz (1952); Barre (1958); Galbraith (1952); Myrdal (1957); e Toure (1959). Deve-se enfatizar que o artigo de Toure é a única contribuição à conferência onde ele foi apresentado lidando com questões econômicas e que o seu autor foi o Ministro do Planejamento e Cooperação assim como o Ministro da Economia e Finanças; e além disso, tanto antes quanto depois das suas indicações para o ministério, ele foi diretor do Departamento de África do Fundo Monetário Internacional. Ele foi o arquiteto da política de ajuste do Senegal.

nela autores que hoje em dia são difíceis de imaginar como sendo antigos participantes desta atividade. No caso do Senegal, esta literatura ajudou a interromper e a reordenar conhecimentos etnológicos e coloniais sobre o território, a terra, a família, os indivíduos, a comunidade/coletividade, o grupo, a etnia e assim por diante. Nestas investigações, testemunhamos uma tentativa de voltarmos a fontes locais, a constituição de uma nova “biblioteca”, a da pós-colônia, contra uma “biblioteca” colonial (Mudimbe, 1989).

O grande começo: conhecimentos e instituições na trajetória do Senegal

Os nacionalistas do Senegal realmente consideravam sua missão na véspera da independência como sendo um grande começo. Recomeçar a história, isolar definitivamente a sequência colonial, apagar a memória que ela criou na comunidade, seu espaço e sua lógica política e econômica, estes foram os lemas daqueles que modernizaram o Senegal. Na sua vontade de adotarem um procedimento coerente e sistemático, as elites do Senegal se fixaram num programa legitimizado por objetivos, por uma ideologia e por conhecimento. Leopold S. Senghor, num artigo chamado “Os Fatos do Problema”, definiu a inversão de perspectiva necessária para desfazer “a versão colonial do capitalismo”. Ele insistia que o país dominante tinha mantido o dominado uma “nação agrícola: na prática, um país subdesenvolvido. Porque não existe desenvolvimento sem industrialização”. Se o líder do Senegal aqui adotasse o tema clássico da industrialização, de cujos objetivos e de cuja ideologia seu partido é o portador são os do “socialismo, é mais do que um uso das técnicas mais eficientes, (mas sim) o significado de *comunidade* que restaura sua africanidade” (Senghor, 1963, p. 14, 17).

Os conhecimentos e o imaginário do desenvolvimento

Dois nomes estão ligados aos conhecimentos e à imaginação do desenvolvimento no Senegal: O Presidente do Conselho Mamadou Dia, segundo no comando no governo de Senghor de 1957 a 1962 e o padre dominicano Louis-Joseph Lebret – e, influenciando os dois, o pai da teoria do caminho para o “novo desenvolvimento” (*nouveau développement*), François Perroux (1981). Apesar de Dia ter sido tirado do poder em 1962 por Senghor, a direção que ele tinha ajudado a traçar permaneceu em vigor, pelo menos no nível do discurso e de referências ideológicas. A reorganização do conhecimento e da imaginação só começou em 1975 ou não se tornou eficaz antes de programas para “recuperação” em 1979 e “ajuste estrutural” em 1981.

Em *Memoirs of a Third World Militant*, Dia (1985, p. 114-41) afirma de maneira muito clara a problemática que orientou a política do Senegal num capítulo com o título revelador: “My Three Crimes: Socialism, Nationalism and Islamic Reform”. Este tríptico expressa os três domínios de ação críticos para a política da classe governante do Senegal.

Socialismo refere-se a uma intervenção social e econômica planejada cuja ferramenta fundamental é a capacidade de nacionalizar e de direcionar atividades econômicas a partir do centro. De acordo com Dia,

Muitos viam esse empreendimento com ceticismo. Alguns foram irônicos, dizendo: “Um Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo! Quem está disposto a esperar cinco anos para que as coisas comecem a funcionar? ... Sem nenhuma menção específica a adversários políticos, todos os capitalistas da Câmara de Comércio do Senegal, os intelectuais contrários à ideia de um plano de

desenvolvimento e todo o setor privado foram obstinados, dizendo “O que é isso? Será que este governo imporá regulamentações a empresas privadas?” (Dia, 1985, p. 115)

Nacionalismo foi contínuo com a escolha de um socialismo que se expressou no projeto de Senghor de reconstruir as comunidades africanas desorganizadas pela colonização e pela assimilação. Esta reconstituição foi conseguida ao se romper com a organização administrativa colonial e ao reformar instituições para vincular o planejamento a estruturas receptivas.

Esta reorganização administrativa foi projetada para facilitar a realização do plano de desenvolvimento, ou seja, certa descentralização de poderes [...] como uma forma de permitir certa transferência de poder do topo para a base. É por esta razão que, no nível de cada região administrativa, haverá uma assembleia regional, eleita através de sufrágio universal, com poderes, um orçamento e um executivo regional local que incluirá o governador e dois assistentes, sendo um assistente para questões administrativas e outro para questões de desenvolvimento (Dia, 1985, p. 115-16).

A *Reforma Islâmica*, o último “crime” de Mamadou Dia e daqueles que o apoiavam, não apenas fazia alusão a questões religiosas. De fato, ela postulava a necessidade de construir um estado integral, capaz de alcançar as massas diretamente e sem intermediação. A ambição seguida era a de mobilizar as massas, especialmente os camponeses, para o partido dominante e os movimentos de massa afiliados com ele e assim substituir definitivamente os empreendedores políticos do período colonial, especialmente os líderes das irmandades religiosas e os defensores

da legitimidade tradicional. Neste empreendimento, a cooperativa, a educação rural e as estruturas técnicas de assistência tiveram que funcionar como alavancas para a transformação social, técnica e política. Dia detalha de maneira muito precisa os objetivos políticos de seu programa de reforma claramente religioso: transformar o legado da hierarquia colonial de subordinação e assim dar um golpe nos intermediários políticos, especialmente nos ajudantes. Neste ponto ele é bem explícito:

A pedra de toque da minha política, meu objetivo, [é] o fim da economia comercial (*économie de traite*) [...] Nestas condições, toda a economia agrícola foi socializada, não no sentido *estadista*, mas no sentido da autogestão. Eu tinha acabado de tomar uma determinada quantidade de medidas que evidentemente eram voltadas para o setor capitalista, mas também para os feudalismos econômicos locais constituídos por determinados grupos de ajudantes. (Dia, 1985, p. 12)

Os elementos da política do Presidente Dia, esboçados anteriormente, estavam de acordo com a direção do movimento do *Economics and Humanism* liderado pelos dominicanos. Conforme Dia (1985) observa, o novo governo do Senegal decidiu apelar para o padre dominicano depois da adoção de uma estratégia de desenvolvimento pelo Conselho Nacional da Union Progressiste Senegalaise (UPS) em Rufisque no dia 10 de abril de 1958 e o estabelecimento dos Comitês de Estudo cuja responsabilidade era definir a primeira política de desenvolvimento do Senegal. Lebret e seus colegas suprimiram a classe governante do Senegal com um método: estudar as complexidades da realidade a ser dominada, elaborar uma doutrina e criar a intenção das forças coletivas de aplicá-las. O Padre Lebret escreveu,

Em 1958, a pedido do presidente por um plano de longo prazo e uma cronologia, nossa pesquisa descobriu uma civilização irredutível àquelas encontradas anteriormente. Durante o tempo em que o jovem estado do Senegal tentou se estruturar para facilitar o desenvolvimento integral harmonizado, nós ficamos muito proximamente associados com seus esforços para entender as realidades do Senegal e para organizar os serviços necessários para o desenvolvimento do país (Lebret, 1956, p. 12)⁹.

Esta abordagem se baseou na necessidade absoluta de realizar estudos gerais como preliminares para a elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo. A concepção de desenvolvimento que informa a abordagem do Padre Lebret foi tomada emprestada, pelo menos na sua formulação, por Raymond Barre que a concebeu como sendo

o processo de transformar estruturas econômicas, sociais, políticas e mentais, que não pode ser realizado no período curto de tempo. Ele supõe que, na economia em desenvolvimento, *o desejo por desenvolvimento será carregado por uma elite política e social corajosa que dá a si própria, como um princípio operacional, a tarefa de constituir capital produtivo* (Barre, 1958, p. 81, grifo nosso).

O papel delegado a “uma elite política e social” no projeto de desenvolvimento tornou o empreendimento do Senegal um processo cujo desdobramento foi uma função do esclarecimento dos educados, que atribuíam a eles próprios um papel pedagógico e messiânico. Ele também estabeleceu a importância dada ao conhecimento, à

9 As experiências anteriores da equipe do *Économie et Humanisme* tinham sido com a indústria da pesca francesa e com a população litorânea (em 1938), moradia e urbanismo nas cidades de Lyon, St. Etienne, Marseille e Nantes (em 1945) e urbanismo numa cidade brasileira (em 1958).

investigação e a estudos de perspectiva de longo prazo como modos de ruptura com conhecimentos considerados coloniais e/ou renovação desses conhecimentos. Além dos instrumentos e das modalidades de investigação, que analisaremos na seção sobre a implementação, as ferramentas analíticas privilegiadas pela equipe do *Centre Économie et Humanisme* foram o planejamento e o planejamento do uso da terra (*aménagement du territoire*)¹⁰. O planejamento do uso da terra foi a base da intervenção política. Ele foi ao mesmo tempo a estrutura para a mobilização de energias populares e apoio para o trabalho de planejamento. Ele foi o instrumento fundamental de uma nova cartografia econômica e de uma geografia humana que saiu da lógica colonial de exploração – voltada para nada menos do que a criação de um novo ritmo e novas necessidades. Ele criou, de algumas formas, uma nova territorialidade – exatamente a do desenvolvimento. O Padre Lebreton definiu o planejamento do uso da terra como sendo a “operação crucial”, atribuindo a ele a otimização objetiva do uso de recursos e o desenvolvimento do espaço e das unidades que ele abrangia: “O planejamento do uso da terra tem a ver com a adaptação a funções econômicas e sociais resultantes do seu relevo, da sua hidrologia, do seu solo, do seu potencial de energia e da opinião da história sobre dele” (Lebreton, 1956, p. 44, 46).

O planejamento do uso da terra se apresenta aqui como uma forma de intervenção que não apenas ajudou a divisão em regiões, numa cartografia de potencialidades econômicas e recursos humanos. Ele teve que se basear na cultura, na cultura material e no estilo de vida. Mais do que qualquer outra modalidade de intervenção projetada para o desenvolvimento, a conversão e seus procedimentos incorporaram a pretensão nacionalista extraordinária de refundar a história – de apagar, de acordo

10 É importante observar que o planejamento e o planejamento do uso da terra foram uma resposta ao “subdesenvolvimento” conforme definido por Moussa (1961, p. 456) Apêndice I, e nos dez testes de subdesenvolvimento de Sauvy (1951, p. 604; 1952, p. 241).

com a expressão poética de Senghor, a “risada de banania”¹¹ e, desta forma, ligar o processo de se produzir para a memória pré-colonial de sociedades do Senegal e de Gâmbia. Moldados nos interstícios deste projeto — infundidos com uma moralidade religiosa – havia um discurso e uma imaginação diferentes da classe governante do Senegal.

No que diz respeito ao planejamento, ele se confundiu com a conversão territorial como sendo o procedimento que abrangeu todo o desenvolvimento. A influência metodológica mais importante sobre a ideia do planejamento sustentada pelo grupo do Padre Lebret derivou da obra de Gilles Gaston Granger (1955, p. 353), que observou que:

Planejar é intervir na escala de toda uma economia para trabalhar novamente tanto a estrutura quanto a função. Enquanto formas terapêuticas de intervenção permanecem basicamente tratamentos de sintomas, o planejamento tenta penetrar na realidade econômica de uma ponta até a outra e, de maneira mais precisa, construir a economia de acordo com os recursos disponíveis.

É através do planejamento que a equipe de *Économie et Humanisme* redescobriu a noção de “economia de desenvolvimento” que ela definiu em oposição radical à “economia política” como disciplina. A microanálise e a macroanálise ainda forneceram a base para políticas de uso da terra e planejamento econômico. Em primeiro lugar,

Os estudos de *orçamentos familiar relativamente típicos* (em espécie e valor), determinando as compras e os bens adquiridos por preferência, sua natureza e

11 A referência é a uma propaganda famosa de 1915, mostrando um soldado africano sorridente comendo um preparado de alimento enlatado.

preço e, ocasionalmente, poupança, permitem que se obtenha uma aproximação de *redes comerciais* e se esclareça a macroanálise (Lebret, 1956, p. 88).

E, no segundo caso,

A análise sociológica deve extrair os *valores* da sociedade tradicional, os *processos de evolução* de populações, as *resistências* ao desenvolvimento, motivos psicossociológicos capazes de emprestar dinamismo ao desenvolvimento (p. 88-89).

Diversas organizações foram estabelecidas para completar os estudos: a *Compagnie d'Études Industrielles et d'Amenagement de Territoire* (CINAM, Companhia para Estudos Industriais e Conversão Territorial), a *Société d'Études et de Realisations Économiques et Sociales* (SERESA, Associação para o Estudo e a Implementação Econômicos e Sociais), além de duas outras empresas, sendo uma delas para o estudo do potencial para o cultivo do arroz no Alto *Casamance* e a outra dedicada a possibilidades para a exploração econômica do Rio Senegal. A supervisão do estudo sociológico foi outorgada a J. L. Boutillier e a da investigação biológica à Dra. Anne Laurentin, em colaboração com o *Office de Recherche Sur l'Alimentation et la Nutrition Africaine* (ORANA, Escritório de Pesquisa Sobre Dieta e Nutrição Africana). Foi na elaboração dos estudos biológicos que a tentativa de derrubar o conhecimento etnológico colonial foi afirmada da maneira mais clara:

O estado da saúde da população também pode ser avaliado por métodos mais objetivos. Por exemplo, o estudo realizado no Senegal instituiu um método de observação e registro de dados antropométricos e biológicos que podem ser realizados por uma equipe de médicos, antropometristas, enfermeiras

e secretárias que estudam uma fração da população (Lebret, 1956, p. 137).

Os conhecimentos colocados à disposição da classe governante do Senegal no começo da independência eram consistentes com as formas de mobilização popular que ela adotou. Entretanto, sua ideologia tenderia a oscilar entre abordagens que privilegiassem especialistas técnicos e as que atribuíssem um papel de liderança à população. O verdadeiro teste dos conhecimentos teria que se desdobrar, de acordo com o Comissário de Planejamento do Senegal Cheikh Hamadou Kane, em três fases:

Em primeiro lugar, uma fase heurística de inventário projetada para circunscrever a *problemática* do desenvolvimento do Senegal; em segundo lugar, uma fase de edificação material centrada no planejamento; e, finalmente, em terceiro lugar, um esforço sistemático para prolongar a construção material através de uma projeção ideológica (Kane, 1963, p 108).

Para implementar este vasto programa, vários comitês e grupos de trabalhadores foram criados além de instituições de estudo e pesquisa¹². A reconstrução da economia, a sociedade, também foi uma recomposição da geografia produzida pela colonização. Neste sentido, isso foi uma disposição para totalização e homogeneização, cujas tendências totalitárias e clientelistas, inscritas na elaboração do projeto, colidiram de frente com a extraordinária diversidade e pluralidade de sociedades africanas. Portanto, isso abriu caminho para resistências, circunvenções e/ou desvios de atenção pelas populações confrontadas com projetos de desenvolvimento.

12 Notavelmente, o Comitê de Estudos Econômicos, outro para lidar com problemas sociais e grupos de trabalhadores de diferentes setores: Estudos Gerais, Economia Rural, Indústria e Equipamento Básico, Comércio e Intercâmbio, Contabilidade e Circuitos Financeiros. Estes diferentes esforços deram origem a dois documentos que permearam a política do Senegal durante o período de 1960 a 1975: *The Rapport Sur les Perspectives*, Governo do Senegal (1960) e *Étude Générale Sur le Développement du Sénégal*, Governo do Senegal (n.d.).

Desenvolvimento posto à prova: uma nova geografia

A nova geografia elaborada pela elite política do Senegal tentou identificar inicialmente os polos capazes de sustentar um projeto de desenvolvimento coerente, integrando fatores étnicos humanos, estilos de vida e recursos naturais. O primeiro Comissário de Planejamento do Senegal manifestou esta preocupação, ao mesmo tempo em que ele insistiu na importância, na escolha das “Diretrizes Principais” de uma interpretação racional das necessidades de indivíduos, de uma definição das exigências de um estado moderno e um inventário detalhado das necessidades do país (Kane, 1963, p. 11).

Na prática, a lacuna entre os dois primeiros objetivos – o papel pedagógico que a classe governante atribuiu para si própria e a reinterpretação de “tradições” africanas através da grade da modernidade sociológica – tornou as populações, apesar da retórica, mais “governadas” do que “governantes” (*agis vs. actants*). A partir desta perspectiva, o ato voluntarista de desenvolvimento, conforme define Barre, alcançou mais na produção de líderes de desenvolvimento do que numa compreensão das necessidades e dos potenciais de desenvolvimento da população.

A perspectiva das necessidades individuais foi central no procedimento adotado. Em primeiro lugar, porque a definição destas era autorrealizável e em segundo lugar porque prioridades tiveram que ser atribuídas “sem dúvida alguma à satisfação de necessidades coletivas sobre as de necessidades individuais”. Os objetivos da lógica em funcionamento aqui foram o ressurgimento e uma nova “estrutura social”. Eles deveriam ser completados pelo “uso de um idioma comum” e “o compartilhamento de uma cultura comum pelos diferentes grupos étnicos e pela incorporação das invenções do mundo moderno para a civilização” (Kane, 1963, p. 110-111). O apoio material para esta construção sociológica foi

exatamente a produção de uma nova territorialidade, rompendo com a economia e com o modo de exploração coloniais:

O governo do Senegal foi estruturado em função do desenvolvimento e o projeto de reorganização política e administrativa gerais em zonas homogêneas, incluindo tanto regiões grandes quanto pequenas, deve ser inspirado pelo mesmo princípio (Lebret 1956, p. 249, n. 1).

Uma nova cartografia voltada para o desenvolvimento se esboçou. Ela tentou romper totalmente com a geografia colonial cujos centros eram a bacia de cultivo de amendoim (zonas de produção agrícola), as quatro comunas (zonas de exportação) e a importação/distribuição de bens manufaturados. Esta polaridade deixou grandes regiões periféricas (Leste do Senegal, o vale do Rio Senegal) inaproveitadas a não ser como as fontes de migrações sazonais de mão de obra.

A nova cartografia identificou quatro zonas de atração de intensidade variada em torno de St. Louis, Dakar, Kaolack e Ziguinchor. No interior de cada zona, havia concorrência entre áreas de atrações mais modestas, configuradas como sendo polos secundários. Duas zonas não foram mapeadas, em torno da cidade de Thies, cujo padrão foi confundido pela forte influência territorial de Dakar. Esta leitura do espaço do Senegal foi traduzida numa "representação [que] para ser significativa tinha que ser estabelecida num mapa de base representando a densidade populacional, a localização e o tamanho das vilas da zona, assim como os meios de comunicação entre os polos e a zona" (Lebret, 1956, p. 61).

O resultado foi a criação das sete regiões administrativas do Senegal no esquema da municipalidade, do círculo, da região e da nação. Esta geografia administrativa produziu duas características

notáveis: a produção do território se inspirou no espírito da nação que estava se tornando uma realidade. Ela não levou em consideração as polarizações externas; as redes socioeconômicas construídas ao longo do episódio colonial foram radicalmente contestadas. Isso indicava, na prática, que: “A composição típica ... é a que corresponde não à situação atual, mas a uma norma que parece ao mesmo tempo possível e desejável de realizar, com um atraso máximo de 20 anos”¹³.

A produtividade desigual das zonas foi o elemento mais óbvio das situações econômicas. Ela condicionou a intervenção política. A tipologia isolou dois espaços – zonas privilegiadas e zonas virgens – como meio de determinar quais zonas deverão ser colocadas em produção e os critérios para sua utilização: qualidade do solo, meios de comunicação, potencial industrial devido a materiais primários, energia obtida no local e, sobretudo, as possibilidades de adaptar a mão de obra a funções técnicas. Desta maneira,

Nós estabelecemos as zonas prósperas que podem ser organizadas de maneira racional e absorvemos o excedente populacional de zonas menos favorecidas. Assim, nós criamos condições de vida urbana que facilitam o treinamento de uma elite técnica e cultural, assim como um aumento da poupança. Na segunda fase, passará a ser possível ampliar a exploração eficaz para as zonas que se estiverem em pior condição¹⁴.

Ao operar a distinção entre “zonas prósperas”, “zonas pobres” e “zonas de desenvolvimento verdadeiro”, a recomposição do espaço geográfico efetivou uma distinção tripla entre polos: a capital da região, a capital do círculo comum (que não são nem da região

13 Trecho do “Programme d’Amenagement des Poles,” *Rapport Sénégal II* (5) (1960, p. 20-25).

14 *Ibid.* p. 20.

nem do setor econômico) e os principais portos que, no entanto, não tinham nenhum papel administrativo¹⁵. Havia 37 círculos, constituindo as unidades administrativas básicas. O raio deles era de aproximadamente 30 km e sua população era de 100.000 habitantes, em média. O objetivo da criação destas entidades foi identificar locais para o estabelecimento das instalações administrativas, educacionais, sociais, sanitárias, atléticas e culturais. Esta orientação era a única capaz, no espírito da classe governante, de concentrar “o investimento nas ‘áreas estratégicas’, das quais o crescimento se espalhará cada vez mais ao longo de toda a economia e favorecerá o surgimento de atividades complementares que se reforçam mutuamente” (Barre, 1958, p. 69).

O reordenamento geográfico e territorial, de acordo com a imaginação desenvolvimentista, foi acompanhado por uma revitalização de estruturas administrativas, econômicas e políticas. Também nesta estrutura, enfatizou-se a informação: o ensino de crianças e adultos, tanto formal quanto informal. Na prática, voltando a C. H. Kane (1963, p. 118): “A preocupação do nosso planejamento é dupla: assegurar uma comunicação precisa, completa e rápida, por um lado e assegurar o envolvimento das massas rurais com o desenvolvimento do país, por outro lado”.

Os setores essenciais para a política de planejamento foram a infraestrutura, a produção rural, a indústria da pesca, o treinamento de agricultores, pastores e pescadores; o controle de adultos e a educação dos jovens (Kane, 1963, p. 114). O projeto totalizador direcionou a transformação de recursos humanos da forma mais vigorosa possível. No que dizia respeito à educação, cada vila que tivesse pelo menos 150 habitantes deveria ter uma escola rural de três séries com um programa duplo: um na estação seca (cinco meses) dedicado à aquisição do conhecimento geral e

¹⁵ Ibid. p. 20-21.

outro, na estação chuvosa (quatro meses), para cursos agrícolas e trabalho de campo. Apenas os alunos mais talentosos seriam direcionados para o ensino médio (nos centros regionais) e para o ensino superior (na capital nacional)¹⁶.

Os nativos de uma região receberam prioridade no treinamento e na designação para cargos de professores. O professor tinha que ser da região em que ele dava aula, porque a tarefa atribuída a ele era especialmente a de líder rural. O caráter funcional do conteúdo do currículo escolar e a educação contínua de adultos criaram a exigência cultural de treinar professoras e mulheres gerentes para o trabalho de grupos de mulheres e de programas de educação das mulheres para treinar professoras e mulheres líderes¹⁷. A reunião destas atividades educacionais era conhecida pelo nome genérico de “animação”. Esta foi uma marca distintiva do socialismo.

O segundo polo de intervenção foi a cooperativa, que deveria ser, ao mesmo tempo, o local de atividades educacionais, a libertação dos camponeses e a realização do desenvolvimento. A cooperativa foi o mecanismo básico para a socialização dos camponeses. Era para ser uma estrutura de produção, a comercialização e diversificação da produção rural. Entretanto, o principal objetivo da cooperativa foi o negócio da libertação política: “Minha meta, desta forma, foi a criação de um poder político regional, construída a partir da base, porque seriam os camponeses que se tornariam os donos do jogo” (Dia, 1985, p. 116)

Para voltar os camponeses para a aquisição de uma competência técnica que é a condição de entrada na modernidade, várias estruturas foram implementadas. Dia as apresenta da seguinte maneira (1985, p. 116, grifo nosso):

16 Ibid. Governo de Senegal (1960, p. 22-23) *Rapport II* (3).

17 Ibid.

O *Comité de Développement Régional* [CER, Comitê de Desenvolvimento Regional] que deveria elaborar planos de desenvolvimento regionais e que representou um esforço para integrar os diferentes serviços técnicos [...], também com um tipo de centro para a assistência técnica na forma do Centro Regional de Assistência ao Desenvolvimento (CRAD) que substituiu as antigas Sociedades Mútuas para o Desenvolvimento Rural (SMDR). Até aquela época essas últimas estavam nas mãos de políticos. *Eu estava determinado a tirá-las do lugar ao reduzir o seu alcance. Foi uma luta árdua à medida que os políticos tiravam vantagem delas para seu próprio lucro.*

É paradoxal que ao mesmo tempo em que continuava a se referir à industrialização como sendo a base para o desenvolvimento, a classe governante do Senegal dedicava suas energias aos camponeses e ao mundo rural. A educação dos camponeses rurais era o tema central da classe governante do Senegal. Os Centros de Educação Rural estavam presentes no nível regional para fornecerem sua assistência às cooperativas. De acordo com o ex-presidente do Conselho do Senegal:

Certamente, uma das originalidades fundamentais desta política foi o lançamento da Educação Rural, mais provavelmente o elo que faltava de todas as políticas cooperativas até hoje que não tinham colocado instrumentos de treinamento a serviço dos camponeses (Dia, 1985, p. 116).

A determinação da classe governante do Senegal para controlar a população e para mobilizá-la para as tarefas de desenvolvimento econômico e social foi traduzida concretamente pelo estabelecimento do partido único entre 1966 e 1974.

A lógica do *encadrement* andava de mãos dadas com a associação de intermediários tradicionais (marabutos, chefes tradicionais) e empreendedores políticos com mecanismos estatais de poder político e econômico.

Três instrumentos, desfrutando de sortes diversas, foram usados ao longo desta sequência: (I) controle total da atividade econômica e financeira através da criação de empresas públicas e parapúblicas – o estado empreendedor; (II) cooperativas de produção agrícola que excluía as mulheres, os jovens e as zonas que não cultivavam amendoim; e (III) o predomínio do caráter de membro no partido ou nas suas filiais (movimento jovem, movimento feminino, sindicatos), como uma qualificação para um papel no aparato estatal, estruturas de produção ou comercialização. Muitas vezes em detrimento de competência, a seleção de funcionários públicos e empresários então era limitada para ser financiada pelo banco de desenvolvimento público. A direção da iniciativa ainda era de cima para baixo. O estado atribuiu para si próprio um papel pedagógico, ou seja, ele mandava e a população obedecia. Nenhuma iniciativa foi deixada para esta última.

Mesmo que alguém tenha que admitir que o empreendimento totalizador nunca tenha sido realizado plenamente de acordo com as condições do seu esquema básico, ele continuou a ser seguido depois da queda do seu autor principal, Mamadou Dia, em 1962. Não vamos nos estender demais sobre a razão para este fracasso. Entretanto, deve-se observar que exatamente os empreendedores políticos conseguiram resistir ao empreendimento de Dia. Os marabutos¹⁸ desenvolveram uma determinada capacidade de

18 Sobre esta questão das relações com os líderes muçulmanos e o sistema clientelista de pedir emprestado recursos financeiros e equipamentos sem pagar de volta os empréstimos, Dia (1985, p. 121) é muito esclarecedor. Ele insiste que sua oposição a esses mecanismos coloniais e clientelistas explica de alguma forma o colapso do seu regime. A aparência de campos comunitários, para o lucro dos coletivos e em detrimento dos “campos dos marabutos”, provocou a hostilidade das irmandades religiosas.

voltarem as novas estruturas para sua vantagem, eles ganharam uma posição segura direta pela primeira vez, nos setores modernos (as cooperativas e os CERS). Os comerciantes que controlavam a rede econômica mais importante, a rede do amendoim, foram as principais vítimas desta política. Apesar de os Libaneses e os Sírios e as antigas casas comerciais terem conseguido resistir e se reorganizar em outros setores, os comerciantes locais desapareceram do cenário econômico e depois do cenário político¹⁹. A criação do Banco de Desenvolvimento do Senegal (BSD) e de um Escritório para o Comércio Europeu de Amendoins definitivamente isolou a economia comercial dos comerciantes. Os outros adversários desta política, na medida em que eles são listados em *Mémoires*, eram determinados segmentos do partido no poder (UPS) que iniciou o processo para tirar Mamadou Dia do poder ao registrar uma moção de crítica na Assembleia Nacional e na Câmara do Comércio de Dakar onde interesses metropolitanos eram representados: “Foi dito que eu provoquei a privação, mas minha política [...] esse Capital estava assustado. É claro que o Capital estava assustado [...] Quando se toma medidas desta natureza, o capital é desencorajado” (Dia, 1985, p. 120-21)²⁰.

Os resultados

O projeto de totalização e controle sistemático dos procedimentos de socialização está na origem das grandes reformas do estado independente do Senegal: a Lei de Domínio Nacional (1964), o Código da Família (1972) e a reforma da administração

19 Dia (1985, p. 121) observa: “A política de estabelecer cooperativas foi um golpe não apenas para interesses econômicos de comerciantes locais, mas também para os marabutos que também são comerciantes”.

20 Dia (1985, p. 121-22) relata seus encontros com Charles Henri Gallenca, que foi presidente da Câmara de Comércio por mais de uma década: “Eu me lembro de discutir o Socialismo do Senegal com o presidente da Câmara de Comércio de Dakar, Gallenca. Ele disse que é a favor do socialismo apenas se ele cuidar de setores econômicos não lucrativos e que nós transferimos estes para o setor capitalista privado na medida em que eles se tornam lucrativos através dos efeitos do Plano de Desenvolvimento”.

local e territorial (1974). Cada um deles foi elaborado para diminuir a lacuna entre a administração e os administrados, para supervisionar melhor a população com um olho para harmonizar práticas sociais e as regras de exploração econômica de recursos naturais e, acima de tudo, criar coesão nacional ao mobilizar toda a sociedade para a realização do projeto de socialismo africano.

Este ideal levou ao estabelecimento de uma política de controles de preços por um lado e a uma estabilização de preços a produtores agrícolas por outro lado. Conforme se afirmou num diagnóstico da condição da economia do Senegal, “Por mais de 20 anos, o sistema de controles de preços permaneceu a joia na coroa da política de redistribuição de renda e solidariedade entre as populações urbana e rural organizadas pelo estado”²¹. Para assegurar o sucesso do seu empreendimento, o estado do Senegal atribuiu a si próprio o papel de empreendedor, industrialista, mercador, agricultor e transportador. O controle da economia pelo estado foi completado em 1969 com o estabelecimento do Escritório Nacional de Comércio Agrícola e Desenvolvimento (ONCAD) para controlar toda a economia do amendoim. Anteriormente, em 1968, a Sociedade para o Desenvolvimento e Popularização da Agricultura (SODEVA) foi criada para se responsabilizar pela supervisão dos camponeses e pela disseminação de informações agrícolas. As estruturas de controle se baseavam num sistema amplo de cooperativas – sendo que 80% delas estavam funcionando em 1963 – cuja missão básica era fornecer insumos e gerenciar crédito na bacia produtora de amendoim.

Estas reformas tinham como premissa a Lei de Domínio Nacional de 1964, que permitiu que o estado interviesse na posse da propriedade, da qual a administração colonial estivera quase totalmente ausente. Ela instituiu três regimes, um domínio

21 Ministério da Economia e Finanças do Senegal (1993), em Dakar, “Diagnostic de l’Economie Senegalaise”, 1993. Mimeógrafo.

privado que representava 2% da superfície do território nacional, um domínio estatal (3%) e um domínio nacional (95%). O objetivo da Lei de Domínio Nacional era:

(I) controlar a tentativa de introduzir a posse da propriedade privada; (II) melhorar sistemas tradicionais de gestão da terra, geralmente baseados em relações feudais; e (III) criar uniformidade nos princípios de posse da terra além de diferenças regionais²².

A direção estatal da economia através da criação, em 1973, do Escritório de Controle de Preços e Estabilização (CPSP), que era responsável pelo controle de preços para *commodities* principais, de importação e exportação e pelo estabelecimento em 1974 da Empresa Nacional de Comércio de Óleo do Senegal (SONACOS), após a recompra das instalações de óleo de amendoim da firma francesa Lesieur. O deslocamento em direção ao controle estatal foi reforçado pelo período entre 1974 e 1977 durante o qual, em função dos preços altos de *fosfatos* e *amendoins*, o estado do Senegal teve recursos financeiros à sua disposição,

no ponto mais alto das suas ambições no setor social. Diante de excessos orçamentários que se acumulavam, o Governo aumentou os salários mais baixos em 82% e os salários mais altos em 3% em 1974; o preço para o produtor de amendoim foi aumentado em 30% em 1974 e 38% em 1975. Em conjunto, o setor parapúblico continuou a expandir com os gastos administrativos totais tendo um aumento de 78% entre 1974 e 1977²³.

22 Ibid.

23 Ministério de Economia e Finanças do Senegal (1992, p. 7). Dezembro de 1992, "Groupe Options de Politique Economique," p. 7, fotocópia.

A explosão dos preços do amendoim e do fosfato, entre 1973 e 1977, ajudou sobretudo o consumo, da manutenção de uma política ousada de recrutamento e remuneração a transferências financeiras do tesouro público para empresas públicas e, de maneira mais importante, para a iniciativa estatal na capitalização de empresas. A Tabela 10.1 mostra a evolução do setor público ao longo deste período. A extensão do setor parapúblico foi acompanhada por um programa que promoveu empresários do Senegal, para quem o estado generosamente concedeu licenças de importação, contratos administrativos e um acesso amplo ao crédito, facilitado por avanços rápidos do crédito interno a partir de 1975 e pelo relaxamento de empréstimos privados de países desenvolvidos para outros em desenvolvimento, para fins de reciclar petrodólares²⁴.

Uma análise rápida dos planos de desenvolvimento econômico e social confirma a leitura de uma economia que não conseguiu refletir a escassez de recursos, mas que, através do excesso, artificialmente criou uma sensação de facilidade. O primeiro plano (1961/1962 e 1964/1965) priorizou o desenvolvimento ou a criação de empresas no setor comercial sector; o segundo (1965/1966) e o terceiro (1971/1972), apesar de terem marcado uma pausa no investimento financeiro, acelerou os gastos em equipamento social, além de na infraestrutura de transporte e telecomunicações. Os recursos continuaram a ser voltados para a produção agrícola; a criação de novos órgãos de controle continuou; e como resultado da adoção de uma estratégia de substituição de importação, a indústria local se beneficiou da proteção reforçada. Desta maneira, atividades econômicas foram submetidas a um controle administrativo sem exposição a forças de mercado.

24 Ibid.

Tabela 10.1: Quantidade de estabelecimentos do Setor Público

Ramo	1962	1972	1977
Agricultura	4	8	9
Indústria	4	9	17
Comércio/Serviços	10	26	43
Instituições Financeiras	2	5	6
Administração	1	2	8
Total	21	50	83

Fonte: Commission de Vérification et de Contrôle de Comptes Établissements Publiques, Dakar, agosto de 1983.

Observação: A quantidade de empregos no setor público passou de 37.000 em 1973 para 70.300 em 1983.

A consequência foi o surgimento de uma lógica de retrocesso nas esferas não pública das partes dos principais atores da vida social e, como corolário, o desenvolvimento de uma atitude de irresponsabilidade total das partes daqueles associados com o poder. Aliás, a proteção política que garantia a impunidade generalizou a gestão ruim, o clientelismo, a corrupção e a ausência total de sanções, positivas ou negativas.

No entanto, juntamente com esta ausência de envolvimento pela população nas estruturas e instituições de controle (grupos de jovens, grupos de mulheres, sindicatos e assim por diante), nós testemunhamos uma proliferação de atividades informais e baseadas na comunidade e um ressurgimento de redes de parentesco, faixas etárias, grupos de jovens, mulheres do mesmo bairro, reinventando estruturas econômicas, sociais e culturais para conter o ímpeto totalizador do poder político e administrativo.

Esta dualidade explica em grande parte a ambiguidade da situação do Senegal, entre o fracasso de instituições e atividades formais e a vitalidade de atividades informais, tradicionais ou de outra natureza. O potencial enorme destas atividades, atitudes e comportamentos, rompendo com lógicas estadistas, alcançou seu verdadeiro apogeu com a crise das décadas de 1980 e 1990.

As grandes mudanças que se expressaram ao longo destes anos estiveram no centro dos efeitos nefastos da crise. Nenhum setor foi poupado. Os grandes sucessos das décadas de 1960 e 1970 nos domínios de saúde e educação foram contestados pela adoção de políticas de ajuste estrutural. O debate entre aqueles que defendiam relaxamentos da legislação do mercado de trabalho e os de sindicatos e políticas sociais levantou o problema do fim da era do estado providencial.

***Le retournement du monde [O mundo virado de cabeça para baixo]*²⁵**

O próximo período corresponde a uma transformação nas modalidades de gestão da economia do Senegal e à chegada de uma nova categoria social no recôndito do poder. Este novo segmento foi designado sob o signo da tecnocracia – que se opunha aos políticos nacionalistas do período da independência (Diop e Diouf, 1990). A chegada da tecnocracia não correspondeu exatamente à crise política e econômica que abalou Senegal, mas seguiu-se à crise política de 1968-1971 que resultou na reforma do sistema administrativo e em tentativas de enfraquecer a centralização pela devolução. Dois passos ilustram as excentricidades da reforma: a criação do cargo de Primeiro Ministro e a cooptação de uma nova geração de formados da universidade e das antigas academias administrativas coloniais para a classe governante (Fatton, 1986).

25 Este título foi tomado emprestado de Badie e Smouts (1992).

Os novos conhecimentos que foram colocados em vigor, muito antes da adoção das linguagens do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, foram produzidos pelas principais forças por trás da *Club Nation et Développement*. Eles privilegiaram a especialização em detrimento de movimentos de massa e da mobilização popular. Eles consideraram que a competência deve superar o clientelismo político a qualquer custo²⁶.

Entretanto, a melhor ilustração da reversão foi o surgimento de um novo repertório político para a análise da crise econômica e financeira e dos remédios propostos. Duas expressões captam o ambiente do período: “a retirada do estado” e o “Estado Mínimo, Estado mais eficiente” (*moins d'état, mieux d'état*).

As causas da crise

É difícil seguir a linha das leituras da crise produzida pela classe governante e pela administração do Senegal. Com efeito, elas estavam evoluindo continuamente. As causas identificadas da crise continuaram a ser enumeradas, seja por especialistas locais ou internacionais. As referências de base são as do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e das agências de ajuda e cooperação. Estas leituras têm um objetivo claramente expresso: resolver a questão de como reconstruir economias africanas. O questionamento e as respostas foram definidos pelo contexto neoliberal que proclamou o primado da competência técnica em detrimento da competência política.

O discurso neoliberal que enfatiza um sistema de interesses conflitantes subordina a existência social à lógica do mercado. Ele afirma, de uma forma imperiosa, a dicotomia entre as esferas econômica e não econômica, reorganizando assim o espaço social,

26 Sobre o discurso dos tecnocratas, veja *Le Soleil*, 19-20 de dezembro de 1979; R. Fatton (1985) e Diop e Diouf (1992).

políticas econômicas e funções políticas. Ele desconstrói a lógica da totalização social que estava no cerne da visão nacionalista de desenvolvimento. É claro que isto não é um discurso sobre desenvolvimento, mas sim sobre suas condições de possibilidade. Trata-se de um discurso sobre crescimento. A necessidade urgente de agir contra limitações externas, que tinham sido a base para a construção de uma economia viável, é questionada. Esta orientação passa a ser a causa do desempenho ruim de economias africanas. Nem o crescimento nacional autônomo em comparação com o mercado mundial nem um desatrelamento que encerre a exploração internacional produz crescimento e/ou vitalidade econômica.

A inversão do discurso no final da década de 1970 foi realizada passo a passo. Ao valor simbólico que foi vinculado à expulsão de capital estrangeiro e à nacionalização foi oposto a exigência indispensável de criar condições favoráveis para investimento estrangeiro, de preferência privado. A única consequência das tentativas de desatrelamento como uma preferência econômica (como nos Acordos de Lomé) teria sido a marginalização da África e/ou sua exclusão do mercado mundial devido à falta de competitividade. Na prática, a única saída para a crise está no crescimento liderado pela exportação. À centralidade da política e à força motriz do estado agora se opunha o questionamento sub-reptício de determinados atributos de soberania política, provocados pela reivindicação de uma esfera econômica autônoma. A consequência foi uma dissolução do político que acentuou a marginalidade das assembleias representativas e a centralização de processos de tomada de decisões, restringindo-as à Presidência e ao Ministério de Economia e Finanças (Diop e Diouf, 1990, p. 148-83).

Esta perspectiva levou ao surgimento de um quadro de funcionários administrativos que escapou cada vez mais do sistema

hierárquico e cuja legitimidade foi, ao contrário, uma função de organizações internacionais. Estas últimas receberam o poder de esclarecer as causas da crise econômica e financeira – um poder sem medida comum com o de assembleias eleitas.

A conclusão dos especialistas, dentro e fora do Senegal, foi que a causa da crise foi o papel excessivamente central do estado e suas políticas protecionistas e suas consequências foram a estagnação do PNB per capita (que cresceu em média 0,6% ao ano entre 1960 e 1992), crescimento econômico fraco, compensado pelo auxílio público e por empréstimos comerciais. A tentativa de Mamadou Dia de reformar o modelo econômico das colônias tinha fracassado. O Senegal ainda estava preso na especialização na produção de amendoim e na *substituição de importações* limitada à indústria leve. A crise na economia do amendoim em 1967-1968, apesar do aumento nos preços mundiais na década de 1970 e os limites da estratégia de substituição de importações, levou ao investimento ineficaz e a pouco crescimento. A poupança local e a capacidade de investimento financeiro diminuíram e o Senegal se tornou ainda mais dependente das finanças estrangeiras. O capital estrangeiro – especialmente as transferências de capital – eram uma grande limitação das possibilidades para expandir as finanças locais.

O novo conhecimento colocou no mercado de ideias uma conclusão poderosa: a poupança pública, a taxa de investimento e a base material da economia do Senegal permaneceram fracas enquanto a dependência do Senegal da ajuda externa tinha se tornado estrutural. A gestão política da economia – através da lógica do clientelismo e do patrocínio, uma africanização excessiva dos funcionários administrativos, a “Senegalização” da economia através da ampliação dos setores público e parapúblico e a política

que promove os empresários do Senegal – tinha gerado a destruição macroeconômica do Senegal²⁷.

A nova política econômica

Foi o reconhecimento de uma crise sem precedentes que levou as autoridades do Senegal a implementarem um programa de reformas econômicas cujos dois objetivos eram: restabelecer o equilíbrio financeiro e assegurar as condições para o crescimento saudável e sustentável. Esta medida não era para abrir mão das bases para o desenvolvimento (qualidade de recursos humanos, treinamento e infraestrutura). A partir daí o planejamento foi abolido como um instrumento de política econômica. Certamente, desde a década de 1970 ele não tinha sido nada além de uma concha vazia que funcionava como uma referência retórica. A gestão da economia, começando com projetos financiados por verbas estrangeiras, constituiu desde então a espinha dorsal do investimento e ofereceu possibilidades para desvios de verbas públicas e apoio a uma clientela.

A crítica feroz que os tecnocratas produziram, junto com as organizações internacionais, teve uma tradução muito rápida, inicialmente em termos da avaliação de políticas anteriores, mas também em termos de propostas para novas políticas. Ao se legitimizar através da produção de um discurso, a tecnocracia deslegitimizou, no mesmo golpe, o recurso às massas. A tecnocracia atribuiu a si própria uma perícia (diagnóstica e remedial) que se acomodava com o domínio total do vocabulário e das técnicas (estatísticas, modelagem, tabelas, gráficos) de organizações internacionais.

27 A construção desta leitura pode ser acompanhada através da literatura das organizações internacionais e a produzida pela tecnocracia do Senegal nos seus esforços para legitimizar seu poder. Veja Banco Mundial (1987); République Française (1985); République du Senegal (1987); Confederativo Nationale des Travailleurs du Sénégal (1989).

A narrativa que esteve no cerne do regime de verdade do episódio nacionalista ficou manchada; o estilo matemático-estatístico se erigiu na matriz de discurso com, é claro, a consequência final de uma racionalidade próspera de palavras e uma ambição para gráficos. A segura e a dura realidade de números foram substituídas pelos voos líricos da utopia econômica nacionalista.

A nova política econômica do Senegal foi testada com a adoção de 3 programas econômicos e financeiros: um programa de estabilização (1979) e plano de recuperação econômica e financeira (PREF, 1980) e um programa de ajuste econômico e financeiro de médio e de longo prazos (PAML, 1985-1992).

O programa de estabilização foi elaborado e colocado em prática quando Senghor era o presidente. Foi uma resposta às condicionalidades dos doadores multilaterais diante de desequilíbrios devido a uma política imprudente de endividamento – um aumento dos preços do trigo, do gás e do arroz (1972-1974), para obter

recursos concessionários e para enfrentar a degradação da situação econômica nascida a partir da amplitude excepcional dos desequilíbrios: o déficit e o saldo atual representam 16% do PNB em 1979 e 1980, em comparação com aproximadamente 8% no passado; o aprofundamento do déficit orçamentário leva a um grande endividamento dos setores público e parapúblico para com o sistema bancário; a expansão de crédito para taxas médias de 25% ao ano entre 1973 e 1979 alimenta as pressões sobre preços e a balança de pagamentos²⁸.

28 Ministério da Economia e das Finanças do Senegal (1992, p. 8).

De fato, a capacidade de tomar emprestado de Senegal se deteriorou ao mesmo tempo em que os preços do amendoim e dos fosfatos começaram a ter uma rápida queda no mercado mundial. O programa de estabilização foi elaborado para controlar e depois para interromper a piora da posição externa e de finanças públicas. Em determinados aspectos, ele preparou o caminho para o ajuste econômico e financeiro. Os domínios privilegiados de intervenção para a política de estabilização foram os seguintes: uma reforma da política orçamentária com a redução da quantidade de embaixadas e uma tentativa inicial de controlar a folha de pagamentos; política de investimento que estabelece prioridades produtivas e restrições no acesso ao crédito através da limitação da oferta de dinheiro. Além disso:

A instituição de um imposto de solidariedade para financiar operações de desenvolvimento e de assistência social no mundo rural. Este imposto, aplicado a salários nos setores público e privado realmente foi uma resposta à insatisfação dos camponeses (*malaise paysan*) e ao protesto rural, restabelecido pelos marabutos, sobre uma política de preços de livre mercado que acarretaram um aumento no custo de necessidades básicas (Diop e Diouf, 1990, p. 167).

O programa de estabilização não atingiu os objetivos estabelecidos na época da sua adoção. Especialistas do governo atribuíram seu fracasso a pressões externas²⁹. Se o primeiro elemento foi uma das referências padrão do mecanismo explicativo do regime do Senegal – dificuldades econômicas e sacrifícios necessários – o segundo, ao contrário, foi um novo termo, disfarçando uma das formas de crítica às quais a tecnocracia

29 Ibid.

submeteu as políticas do regime. Esta crítica tornou-se cada vez mais aberta com a influência cada vez maior dos tecnocratas no centro do poder.

Depois do programa de estabilização, um plano de recuperação econômica e financeira foi adotado em 1980, para lidar com a degradação persistente de finanças públicas que foram um indicador da vulnerabilidade da economia a choques externos. O governo confirmou sua intenção de aplicar uma política de *laissez-faire* em relação a preços. Os salários e os preços de necessidades básicas foram reajustados, além disso e, em 1985-1986, os preços do arroz e do petróleo foram aumentados para arrecadarem uma receita pública adicional³⁰. E foi exatamente ao longo deste período que o Senegal submeteu seu desempenho econômico e financeiro a critérios estabelecidos pelo FMI.

As inovações do PREF foram principalmente uma transformação total de procedimentos de planejamento pela adoção de uma perspectiva de longo prazo (com o horizonte de uma geração) e uma reorganização dos setores público e parapúblico. De acordo com especialistas do governo, resultados estimulantes foram obtidos graças ao PREF:

O déficit orçamentário (obrigações) tem diminuído de maneira sólida desde 1983/1984; o déficit da conta corrente também esteve rotineiramente vinculado ao PNB entre 1983 e 1986; depois da safra ruim de 1983/1984, o crescimento real do PNB per capita continuou a ser significativo por 3 anos: a inflação caiu de maneira notável; as quantias alocadas para pagar salários atrasados aumentou a cada ano;

30 Ibid.

decidiu-se por um plano de estabilização seguido de uma redução da folha de pagamento pública³¹.

Esta política, cujo estilo e termos de referência correspondiam aos novos modos de expressão econômica, definitivamente se libertou de um discurso de desenvolvimento baseado na primazia da política e da mobilização popular. Ela afirmou de maneira incontestável a apropriação da política econômica pelos tecnocratas e a passagem do registro da *conjuntura* para o da estrutura como uma explicação para o subdesenvolvimento da economia do Senegal. A partir deste ponto, houve uma mudança do desenvolvimento como uma vocação política para o crescimento como, inicialmente, a tarefa de restabelecer o equilíbrio macroeconômico – e, com ele, a governança de negócios econômicos africanos por doadores. Esta sequência começou no Senegal com a adoção do programa de ajuste econômico e financeiro de médio e longo prazo.

A análise deste programa revela o fato interessante que ele efetivamente prolongou a política que já durava uma década de gestão rigorosa da demanda pelo governo do Senegal. Em contraste com a imagem de uma mudança total de direção promovida pelas instituições financeiras internacionais, o estado do Senegal se empenhou para estimular a oferta para conter a dimensões sociais do ajuste. O estado tentou reformar as instituições de controle administrativo e adotou a Nova Política Agrícola (NPA) e a Nova Política Industrial (NPI). A partir daí a ênfase foi colocada na iniciativa privada, na responsabilidade de atores econômicos e na instituição de incentivos para produção e exportação. Especialistas do governo insistiram nos seguintes elementos na sua avaliação do programa:

A busca de uma política monetária prudente e a reforma do setor bancário; lançamento de reformas fiscal e alfandegária para harmonizar estatutos

31 Ibid. p. 9.

jurídicos e reguladores em vigor nos domínios que o PAML tem como alvo e reforçar estruturas administrativas; ações para reduzir, na verdade para suprimir, as distorções que prejudicam transações nos mercados em diferentes *commodities*, serviços e fatores de produção; e a busca do processo de privatização e o desatrelamento do estado³².

Estes especialistas afirmam que houve uma “deterioração” (*dérappages*), parte da forte resistência da classe política no poder diante da tentativa de desestabilizar seu sistema político salarial. A lacuna entre o discurso socialista do regime e sua prática econômica liberal ilustra, de uma forma ridícula e cômica, o fim da empresa de desenvolvimento. Um vocabulário expulsa o outro. Uma nova tecnologia e um conhecimento novo, exclusivamente econômico são substituídos pelo sonho nacionalista do desenvolvimento econômico e da igualdade social, descartando a noção de eficácia social em nome da eficiência econômica.

Conclusão

A trajetória dos discursos e das práticas do desenvolvimento do Senegal foi desigual. Ao longo do tempo, o conhecimento e a imaginação foram investidos em lutas políticas dentro do regime e entre o regime e sua oposição. Entretanto, trata-se de uma trajetória em dois momentos porque a derrota de Mamadou Dia e o poder presidencial de Senghor, depois de 1962, não ameaçaram de forma alguma a empresa potencial de totalização social e econômica. As razões para a abdicação de Senghor do esquema desenvolvimentista inicial residem não na rede apertada da sociedade do Senegal, mas sim na transferência dos centros de tomadas de decisão políticas e sociais para os locais de um novo poder. Empreendedores

32 Ibid.

tradicionais e/ou coloniais conseguiram investir na nova lógica social e política e subvertê-la. Ao contrário da violência que ocorreu em determinadas realizações desenvolvimentistas, a resistência vitoriosa da configuração política derivada do sistema colonial é uma das principais lições da história pós-colonial do Senegal.

A sociedade não conseguiu tornar concreto o reordenamento baseado na premissa de um rompimento com o passado e as classes populares não foram mobilizadas para se tornarem responsáveis por um projeto do qual elas eram, de acordo com os principais promotores, as beneficiárias. Esta última, ao contrário, refugiou-se muito precocemente nos espaços de outras identidades, reafirmando a primazia de filiações religiosas e étnicas. O projeto pedagógico da classe governante foi transmutado para um discurso autorreflexivo, para uma mitologia que atendia à pequena burguesia. Ele tentou reforçar este discurso desenvolvimentista através do recurso ao exterior, antes de se jogar de corpo e alma no empreendimento tecnocrático, apropriando-se do discurso neoliberal – com suas estatísticas seus gráficos – e do aparato simbólico da campanha da “boa governança”.

A recriação da economia do Senegal e a reforma do governo, que já está acontecendo desde a adoção do programa de estabilização, nem começaram a alcançar os resultados esperados. Entretanto, elas contribuíram para o desmantelamento das bases da legitimidade ideológica da classe governante que derivou do período nacionalista. A nova tecnocracia, ao conter sua crítica no domínio econômico, fica satisfeita em repetir a retórica e em esvaziá-la de conteúdo, sobretudo em sua dimensão popular e étnica. A capacidade das novas políticas de resolver os problemas estruturais da economia do Senegal permanece obscura quase duas décadas após o início do período de reforma e os esforços dos tecnocratas paradoxalmente reproduzem a característica básica da era do nacionalismo e do

desenvolvimento: uma capacidade de perceber os seus objetivos através da linguagem – e apenas através dela.

* * *

Mamadou Diouf é diretor do Instituto de Estudos Africanos na Faculdade de Negócios Internacionais e Públicos na Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde também compõe o corpo docente do Departamento de Oriente Médio e Línguas e Cultura Asiáticas. Foi professor de História e Estudos Negros Americanos na Universidade de Michigan, em Ann Arbor, onde atuou como diretor do Programa de Estudos de Iniciativa Africana do Centro de Estudos Afro americanos e Africanos (CAAS). No final da década de 1990, foi diretor de Pesquisa e Documentação no CODESRIA. É reconhecido internacionalmente não apenas por suas áreas de especialização em análise econômica e economia industrial, mas também como uma das principais autoridades em história da África Ocidental. Foi professor adjunto de história na Universidade Cheikh Anta Diop, em Dakar, Senegal, onde recebeu o título de mestre em Ciência Econômica e o de doutor pelo Inter-University Third Cycle Program (PTCI), em Sorbonne, Paris. Possui diversas publicações em francês e inglês sobre economia política e sobre a cultura urbana e popular do Senegal desde o século XIX. Entre suas obras mais famosas estão *Le Kajoor au XIXème Siècle, Pouvoir Ceddo et Conquête Coloniale* (1990), *Histoire du Sénégal* (2001) e (juntamente com D. Cruise O'Brien e M.C. Diop) *La Construction de l'État au Sénégal* (2002). Juntamente com Mahmood Mamdani, é co-editor de *Academic Freedom in Africa and the Social Responsibility of African Intellectuals* (1994).

CAPÍTULO 30

ANTROPOLOGIA E SEU GÊMEO MALIGNO: “DESENVOLVIMENTO” NA CONSTITUIÇÃO DE UMA DISCIPLINA¹

James Ferguson

Conhecimento do desenvolvimento e as disciplinas: um projeto de pesquisa

À medida que cada vez mais pesquisadores voltam sua atenção para o estudo, em vez de simplesmente participando, no projeto global do século XX que chamamos de “desenvolvimento”, está começando a ficar evidente o quão formidável é uma tarefa intelectual diante de nós. Parece cada vez mais que nosso pensamento sobre um objeto, desenvolvimento, que outrora parecia familiar (com sua lógica política e econômica reconhecível, suas motivações ideológicas expressas, seus efeitos nocivos preocupantes) agora deve tomar a forma menos de uma declaração

¹ Versão revista do capítulo de mesmo título, na Parte II de *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge* (eds.) Frederick Cooper e Randall Packard. Berkeley: California University Press, p. 150-175.

de convicções ou conclusões do que de uma série de perguntas não respondidas, mas que podem ser respondidas. De onde veio esse reduto de bom senso de meados para o final do século XX? Como ele acabou tomando a forma que tem hoje? Quais são as dinâmicas através das quais ele está mudando e quais estratégias políticas poderão ser eficazes para opô-lo, perturbá-lo ou reformá-lo?

Para responder essas perguntas, será necessário ter um bom mapeamento do terreno conceitual e institucional sobre o qual o regime de poder/conhecimento de desenvolvimento criou raízes e cresceu. Uma característica fundamental dessa paisagem é o conjunto de relações complexas e que mudam que existe entre as ciências sociais acadêmicas e os diversos tipos de conhecimento e teoria que circulam no mundo do desenvolvimento.

Qual é a natureza desta relação? Um conceito acadêmico familiar diria que ideias fundamentais são desenvolvidas e testadas por “teóricos” na academia antes de se espalhar gradualmente para diversas aplicações no “mundo real”. Profissionais do desenvolvimento, ao contrário, parecem ter uma probabilidade maior de acreditar que ideias importantes sobre o desenvolvimento tendem a ser criticadas severamente na prática e que a teoria acadêmica é em grande parte irrelevante para o que eles fazem. A sua situação verdadeira, no entanto, pode ser mais complicada do que qualquer um desses modelos folclóricos permitiria.

Uma visão histórica revela que modelos e teorias que se desenvolveram em ambientes acadêmicos têm sido muito mais irrelevantes para a prática do “mundo real”, apesar de nem sempre eles terem sido aplicados e usados da forma que seus originadores acadêmicos poderiam querer. Ao mesmo tempo, no entanto, está claro que relações entre diferentes locais acadêmicos e não acadêmicos para a produção tanto do conhecimento quanto da teoria têm sido complexas e multidirecionais. Na antropologia,

por exemplo, ninguém poderia negar que teorias acadêmicas do “sistema em funcionamento” e do “equilíbrio social” orientaram tanto a prática de antropólogos aplicados na África colonial quanto a formulação de determinadas ideias e políticas oficiais relativas ao “desenvolvimento colonial”. Ao mesmo tempo, no entanto, a pessoa seria obrigada a reconhecer que as iniciativas de pesquisa aplicadas adotadas nas décadas de 1940 e 1950 pelo Instituto Rhodes-Livingstone, por exemplo, por sua vez ajudaram a moldar o projeto teórico de antropologia acadêmica britânica. Claramente relações deste tipo são tanto importantes quanto complexas.

Aliás, parece claro que a natureza dessas relações entre formas acadêmicas de teoria e conhecimento e aquelas usadas em contextos de desenvolvimento varia tanto ao longo do tempo e através de disciplinas. Na antropologia hoje em dia, a relação entre fazer desenvolvimento e fazer a antropologia pura e simples é entendida como envolvendo uma distinção entre a antropologia pura e a aplicada – “acadêmica” ou “teórica” versus a antropologia do desenvolvimento ou prática. Ainda assim, conforme eu mostrarei, a ideia de que o desenvolvimento é uma questão aplicada e não uma questão teórica é uma adição relativamente recente ao estoque do bom senso antropológico. Em outras disciplinas, enquanto isso, a questão parece ser feita de maneira bem diferente. Para a ciência política e a sociologia, por exemplo, o desenvolvimento parece ser uma questão não tanto para a pesquisa aplicada quanto para “estudos de área” ou “especialistas internacionais” – uma distinção que tem pouca força na antropologia, onde todo mundo é um especialista em estudos de área.

Portanto, os tipos de relações que vinculam as disciplinas acadêmicas à produção e à circulação do conhecimento e da teoria do desenvolvimento precisam ser estudados com alguma especificidade, levando em conta as configurações distintivas das

diferentes disciplinas, assim como relações que mudam ao longo do tempo. Esse projeto pode ser importante não apenas como uma forma de ampliarmos nossa compreensão do mundo do desenvolvimento e de como ele funciona, mas também uma forma de compreendermos nossas próprias posições como acadêmicos que tentamos causar algum efeito sobre esse mundo. Por exemplo, como devemos entender a verdadeira importância e eficácia da crítica acadêmica na política de desenvolvimento? Levando em consideração até que ponto o projeto de crítica é central para muitos acadêmicos que trabalham no desenvolvimento, temos uma compreensão notavelmente pequena do que ele realmente alcança. Claramente, a crítica não é uma força tão poderosa quanto poderemos querer acreditar. (Considere apenas que diferença pequena a destruição acadêmica-teórica da “teoria da modernização” parece ter tido sobre as práticas de várias agências de desenvolvimento, onde os profissionais nos garantem que ela permanece viva e bem). No entanto, é igualmente claro que o que acontece no domínio da crítica acadêmica também não é totalmente isolado do mundo mais amplo. Que tipos de fluxo existem, vinculando teorias acadêmicas e conhecimentos às táticas de uma atividade intelectual crítica que busca participar das lutas políticas cruciais que circulam o governo e a gestão do que acabou se chamando “o Terceiro Mundo”?

Este capítulo não tenta responder estas perguntas, mas sim começar a trabalhar em uma pequena parte de um projeto de pesquisa maior que poderá fazer isso. Ao observar algumas destas questões no contexto de uma disciplina, ele contribui para um projeto maior que investigaria sistematicamente as relações entre as ideias e as práticas de desenvolvimento e os conhecimentos configurados de maneira disciplinar das ciências sociais.

Eu argumentarei que para o caso da antropologia, a relação disciplinar com o desenvolvimento tem sido tanto especialmente difícil quanto especialmente central, graças ao papel histórico da antropologia como a ciência dos povos “menos desenvolvidos”. Enquanto as bases dessa concepção na teoria evolucionista social foram em grande parte erodidas durante o século XX, o lugar da antropologia na divisão acadêmica do trabalho (e assim sua necessidade acadêmica e política por distinção em relação à sociologia, à história, à ciência política, etc.) tem continuado a dar “ao antropológico” uma relação especial com os “menos desenvolvidos”. Especificamente, eu tentarei mostrar que a antipatia marcada de boa parte da corrente principal da antropologia pelo desenvolvimento, assim como a intensa separação de uma antropologia de desenvolvimento aplicado de um tipo acadêmico teórico, podem ser consideradas como sinas não da distância crítica da antropologia do desenvolvimento, mas sim da sua intimidade desconfortável com ele. Sugerirei que, enquanto a ideia de um domínio distintivamente antropológico do estudo permanece vinculada (mesmo que apenas de maneira implícita) a ideias de desenvolvimento e à ausência dele, uma posição realmente crítica em relação ao desenvolvimento exigirá uma disposição para questionar a identidade disciplinar da própria antropologia.

O conceito de “desenvolvimento” e os fundamentos teóricos da antropologia

Nós devemos nossa condição atual, com seus meios multiplicados de segurança e felicidade, às lutas, aos sofrimentos, a empenhos heroicos e ao trabalho paciente dos nossos ancestrais bárbaros e, mais remotamente, dos nossos ancestrais selvagens. Seus trabalhos, suas tentativas e seus sucessos eram uma parte do plano da Inteligência Suprema para

desenvolverem um bárbaro a partir de um selvagem e um homem civilizado a partir deste bárbaro (Lewis Henry Morgan, *Ancient Society*, 1877, p. 554).

As origens da antropologia como uma disciplina costumam ser traçadas para o final do século XIX e para figuras de “patronos” como Lewis Henry Morgan, nos Estados Unidos, e E. B. Tylor, na Grã-Bretanha. A ideia predominante que esses pensadores elaboraram – e a ideia principal que deu à antropologia sua coerência conceitual precoce como uma disciplina – foi a ideia da evolução social. Contra os pressupostos comuns do século XIX de que “selvagens” como os aborígenes da Austrália ou os índios americanos eram ou tipos basicamente diferentes de criaturas dos europeus “civilizados” (o pressuposto racista), ou exemplos de degeneração, mostrando até que ponto era possível para os pecadores miseráveis caírem distante de Deus e da perfeição original (uma interpretação teológica que vinha desde a Idade Média), os evolucionistas sociais insistiram que o que eles chamavam de “selvagens” e “homens civilizados” *eram* basicamente o mesmo tipo de criatura e que se existiam formas “superiores”, isso ocorria porque que elas tinham conseguido evoluir a partir das “inferiores” (em vez de vice-versa, conforme alegava a teoria da degeneração).

O projeto para o novo campo da antropologia era traçar os diferentes estágios desta progressão e usar observações de povos “selvagens” e “bárbaros” como prova que preencheriam como tinham sido os estágios anteriores da história humana. Assim, povos não ocidentais acabaram interpretados como fósseis vivos cuja história e experiência “representam, de maneira mais ou menos próxima, a história e experiência dos nossos próprios ancestrais distantes quando em condições correspondentes” (Morgan, 1877, p. vii). Por um lado, é importante observar que esta era uma visão de um tipo de unidade humana. Mas é claro que por outro lado, tratava-se de um dispositivo para diferenciar

e classificar sociedades contemporâneas diferentes de acordo com seu nível de desenvolvimento evolucionário, uma vez que (apesar dos planos mais bem elaborados da Inteligência Suprema) “outras tribos e nações foram deixadas para trás na corrida do progresso” (1877, p. vi).

É claro que a ideia de “desenvolvimento” era central para esta concepção – de fato, Tylor conseguiu se referir à posição evolucionista social simplesmente como “a teoria do desenvolvimento” (Tylor, 1884, p. 90-91). Desenvolvimento era o princípio ativo de acordo com o qual estágios novos e elevados da sociedade humana poderiam surgir a partir de outros mais antigos e mais simples: a força do motivo propulsor na história humana (por exemplo, uma percepção de que civilizações complexas surgiram de outras mais simples) para a imputação de uma força teleológica que a tinha causado (ou seja, a ideia de que esses “avanços” são *causados* ou *explicados* por um princípio ou “lei” universal de evolução social) colocou em dúvida o poder de explicação do esquema, conforme críticos antievolucionistas observaram rapidamente. Mas a ideia de que a história humana era animada por um único grande princípio de movimento direcional – “desenvolvimento” evolucionário – forneceu uma estória única, unificada e significativa da “Humanidade”. A metáfora de “desenvolvimento” também convidava a uma fusão da ideia de avanço evolucionário com a maturação desenvolvimentista de um organismo ou uma pessoa, facilitando assim o deslize persistente entre os contrastes primitivo/civilizado e criança/adulto que desempenhavam um papel fundamental em ideologias do colonialismo.

É claro que a teoria do desenvolvimento da antropologia evolucionista do século XIX refletiu temas culturais e filosóficos básicos com uma longa e profunda história no pensamento ocidental (veja também Nisbet, 1969, 1980; Williams, 1985;

Young, 1990). Ainda assim ela possuía uma especificidade que vai além desses temas genéricos como a ideia de progresso, ou a ontologia do monismo. Especificamente, existem três princípios básicos incorporados no evolucionismo social do século XIX que valem a pena enfatizar. Em primeiro lugar, existe a ideia central de que sociedades diferentes devem ser entendidas como indivíduos discretos, com cada sociedade avançando pelo processo evolucionário no seu próprio lugar, independentemente das outras². Em segundo lugar está a insistência de que apesar de cada sociedade estar sozinha em certo sentido, no final das contas todas as sociedades estão indo na mesma direção. Neste sentido, a história humana é uma única estória, não várias. Finalmente, os esquemas evolucionários sociais postulavam que diferenças entre sociedades humanas deveriam ser interpretadas como diferenças no seu nível de desenvolvimento. Se outros povos eram diferentes do padrão ocidental, era apenas porque, “deixados para trás na corrida do progresso”, eles permaneciam num dos níveis de desenvolvimento anteriores pelo qual o Ocidente já tinha passado. Tomados em conjunto, estes três princípios moldam uma visão formidável e durável da história humana e da diferença humana, “uma cosmologia política ampla e entrincheirada” (Fabian, 1983, p. 159) que foi de enorme consequência tanto na antropologia quanto no mundo de maneira mais geral.

Dentro da antropologia, os esquemas evolucionários de teóricos do século XIX como Morgan e Tylor costumam ser considerados como tendo sido definitivamente refutados no começo do século XX, especialmente pelo trabalho do relativista americano e historiador da cultura Franz Boas e seus pupilos. Como resultado das suas críticas devastadoras da adequação empírica dos

2 N.E.: Veja o capítulo 6, de Kate Crehan, para uma elaboração adicional das representações inadequadas inerentes nos termos antropológicos “cultura” e “comunidade” tratados implicitamente como se referindo a todos homogêneos e discretos.

esquemas evolucionários do século XIX, a ênfase na classificação de sociedades de acordo com seu nível de desenvolvimento evolucionário em grande parte abandonou a antropologia na primeira metade do século XX. Tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha³, ainda que de maneiras diferentes, uma crítica do evolucionismo especulativo foi seguida por movimentos para relativizar ideias de progresso e desenvolvimento. Afinal de contas, a partir do ponto de vista de quem uma sociedade seria considerada “maior” do que outra? O evolucionismo acabou sendo considerado não apenas empiricamente errado, mas também como sendo etnocêntrico. Em vez disso, a tarefa acabou sendo considerada uma de entender cada sociedade única “nos seus próprios termos”, como uma das várias maneiras possíveis de atender a necessidades sociais e psicológicas humanas (Malinowski), ou como um “padrão de cultura” (Benedict), um “design para viver” (Kluckhohn), entre outros.

Em um nível, essas mudanças realmente marcaram um rompimento claro com ideias evolucionistas de desenvolvimento⁴: as culturas não ocidentais, de acordo com a nova visão, não deveriam mais ser entendidas como sendo “fósseis vivos” presos em etapas evolucionárias pelas quais o Ocidente já tinha passado. Agora sociedades diferentes eram realmente diferentes, não apenas a mesma sociedade numa etapa diferente de desenvolvimento. Ainda assim, o rompimento com o evolucionismo foi menos completo do que costuma parecer. É significativo, por exemplo, que abordagens

3 Ao longo de todo este artigo, eu me concentro na antropologia conforme ela se desenvolveu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (incluindo algumas influências significativas da tradição francesa), enquanto ignoro outras tradições regionais e nacionais na antropologia que podem ser significativamente diferentes. Essa escolha é justificada pela hegemonia global da qual a antropologia anglo-americana certamente desfrutava, mas não pretende impedir a possibilidade de um relacionamento entre a antropologia e o “desenvolvimento” ser configurado de maneira diferente em outro lugar. Veja Gupta e Ferguson (1997) para uma discussão da ortodoxia antropológica anglo-americana do “trabalho de campo” e sua relação com tradições regionais e nacionais heterodoxas alternadas.

4 Este é um ponto, na minha visão, que Fabian (1983) subestima gravemente.

relativistas de meados do século XX (ou boasiana/americana ou funcionalista/britânica) preservaram uma antiga ideia evolucionista de que sociedades diferentes deveriam ser concebidas como sendo indivíduos⁵. Talvez ainda mais significativa seja a maneira pela qual abordagens pós-evolucionistas preservaram a grande distinção binária entre sociedades primitivas e modernas e aceitaram que a principal especialização dos antropólogos permaneceria o estudo de sociedades primitivas. As diferentes sociedades primitivas não seriam mais colocadas numa escada e classificadas umas em comparação com as outras. Agora todas eram igualmente válidas, formando padrões de cultura integrais (Estados Unidos) ou sistemas de funcionamento (Reino Unido) que valiam a pena serem estudados por si próprios. Mas elas ainda eram consideradas uma classe distinta da sociedade “moderna”, “ocidental” e “civilizada” e em certo sentido até anterior a ela. É significativo que tanto o rótulo “primitivo” (ou algum sinônimo próximo) quanto a categoria inerente, foram aceitos pelos principais teóricos antropológicos antievolucionistas (por exemplo, Boas, Malinowski, Benedict, Mead, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, Gluckman) até as décadas de 1960 e 1970 (e até mais tarde, em alguns casos). Conforme Fabian (1983, p. 39) observou,

Só porque se condena o discurso distante no tempo do evolucionismo, a pessoa [*sic*] não abandona a compreensão alocrônica de termos como “primitivo”. Ao contrário, a máquina do tempo, libertada das rodas e engrenagens do método histórico, agora funciona com “vigor redobrado”. A negação da simultaneidade torna-se intensificada à medida que o

5 Esta é uma ideia que a ênfase precoce de Boas na difusão contestou de algumas formas, mas que surgiu de maneira sólida nos relativismos mais desenvolvidos de Benedict e Mead e foi rapidamente incorporado ao com senso de “povos e culturas” coletivos da disciplina emergente.

distanciamento no tempo passa de uma preocupação explícita para um pressuposto teórico implícito.

Então, o dualismo evolucionário básico de primitivo versus moderno persistiu na antropologia do século XX, até mesmo muito após a queda do evolucionismo na sua forma forte do século XIX. Aliás, em 1991, Claude Lévi-Strauss (autor de *Race et Histoire*, 1952), talvez, a crítica mais lida e de maior alcance do evolucionismo social e das suas premissas desenvolvimentistas), se sentiu na obrigação de esclarecer que a sua preocupação com “sociedades tradicionais” não deveria ser, modo algum, interpretada de maneira errônea como uma forma de apoio a movimentos anticoloniais ou nacionalismo de Terceiro Mundo. Conforme explicou,

Não estou interessado tanto nos povos, mas sim nas crenças, costumes e instituições. Então eu defendo as populações pequenas que desejarem permanecer fieis à sua forma de vida tradicional, longe dos conflitos que estão dividindo o mundo moderno.

Os povos no Terceiro Mundo “que abandonam este estado [tradicional] e participam dos nossos [*sic*] conflitos”, ele continuou, “causam problemas políticos e até mesmo geopolíticos” (Lévi-Strauss, 1994, p. 425). Em formulações como esta, é evidente que a ideia de um estado primitivo em termos de evolução, anterior às contaminações do “desenvolvimento”, notavelmente, permanece central a uma determinada ideia tanto do que o antropólogo estuda quanto de a quem ele deve sua lealdade política. Na medida em que uma antropologia explicitamente não evolucionista, ao longo da maior parte do século XX, continuou a ser interpretada como o estudo (Lévi-Strauss ainda afirmaria) de “populações pequenas” que “permanecem fieis ao seu modo de vida tradicional”, o objeto antropológico continuou a ser definido nos termos de um dualismo simplesmente evolucionário que insistia em distinguir entre um

“nós” desenvolvido e moderno e um “eles” ainda não desenvolvido e primitivo.

O “desenvolvimento” torna-se “aplicado”

Já em 1912, Rivers tinha tentado obter apoio da Fundação Carnegie para a nova disciplina da antropologia alegando que o conhecimento antropológico poderia ajudar a entender melhor “a mudança rápida e destrutiva” forjada pelo governo imperial. Em 1917, Rivers novamente apelou para um papel antropológico em “The Government of Subject Peoples” (Vincent, 1990, p. 120). Depois, Malinowski solicitou uma “Antropologia Prática”, que seria “a antropologia do nativo em mudança” e “obviamente seria, da maior importância para o homem prático nas colônias” (1929, p. 36). Conforme Stocking observou, esses apelos para a aplicação prática foram fundamentais para o estabelecimento da antropologia britânica na década de 1930, especialmente através da garantia de financiamento da Fundação Rockefeller (Stocking, 1992, p. 193-207, 255-75; veja também Kuklick, 1991). Enquanto isso, nos Estados Unidos, o trabalho aplicado sobre mudança e aculturação floresceu nas décadas de 1930 e 1940, à medida que a ênfase da disciplina voltou-se para problemas sociais domésticos, pobreza relacionada com a Grande Depressão e o esforço de guerra (Vincent, 1990, p. 152-222; Stocking, 1992, p. 163-68; veja Gupta e Ferguson, 1997).

A ideia de *desenvolvimento* não parece, neste período, ter sido considerada especialmente central para a questão do impacto da expansão ocidental sobre povos periféricos ou colonizados. Os conceitos operativos, ao contrário, eram “aculturação” e “assimilação” (especialmente nos Estados Unidos) e “contato cultural” e (depois) “mudança social” (especialmente na Grã-Bretanha). A antiga ideia de desenvolvimento evolucionário, afinal de contas, tinha se referido a um processo interno e

imamente da sociedade, análogo ao desenvolvimento autônomo de um organismo; a questão do impacto que uma sociedade pode ter sobre outra era de uma ordem bem diferente. E essas teorias evolucionistas de sociedade, de qualquer maneira, não eram permitidas nessa época, dos dois lados do Atlântico. Neste contexto, o conceito teórico de desenvolvimento parece ter tido muito pouca coisa a ver com discussões de mudança social, aculturação e antropologia aplicada.

É importante observar que ainda que estudos de contato entre culturas e mudança de culturas desfrutassem de uma visibilidade significativa no campo durante as décadas de 1930 e 1940, eles não conseguiram alcançar a dominância, ou até mesmo a legitimidade plena, dentro da disciplina. Em vez disso, algumas pessoas os consideraram como pertencendo à ciência política (Vincent, 1990, p. 198; Spicer, 1968, p. 22). Conforme eu argumentei em outro lugar (Gupta e Ferguson, 1997) a ascendência de um estilo distintivamente localizador, de “povos e culturas” na antropologia foi vinculada ao aumento do trabalho de campo como um método hegemônico e disciplinarmente distintivo. Com a revolução de Malinowski na metodologia do trabalho de campo (que na realidade foi consolidada apenas na década de 1930) veio uma expectativa novamente fortalecida de que um estudo antropológico científico seria um relato abrangente de “um povo”, “uma sociedade”, “uma cultura” – resumindo, uma *etnografia*: um relato de toda uma entidade social ou cultural, definida de maneira étnica. O projeto teórico central se preocupou com a descrição e a comparação de “sociedades inteiras” caracterizadas pelos seus “sistemas sociais” distintos (Reino Unido) ou “configurações culturais” (Estados Unidos). Quando as sociedades deixaram este estado de totalidade através de processos de mudança impostos de fora para dentro, elas também ameaçaram sair do domínio da antropologia, num processo que em geral era considerado de grande importância

prática, mas cujo interesse teórico era limitado⁶. Malinowski estava suficientemente preparado para fazer reivindicações grandiosas para a especialização da antropologia no contato cultural e na mudança social quando se tratava de defender com unhas e dentes um aumento de verba (Stocking 1992, p. 193-207, 255-75), mas o *status* verdadeiro do qual esse trabalho desfrutava dentro da disciplina da antropologia talvez seja revelado de maneira mais precisa pela lembrança de Mair de que “Malinowski me mandou para estudar a mudança social porque, segundo ele, eu não sabia antropologia o suficiente para o trabalho de campo do tipo padrão” (Grillo, 1985, p. 4).

Desenvolvimento, descolonização, modernização

Uma grande reestruturação geopolítica e, com ela, um novo ímpeto de engenharia social, reconfiguraram a paisagem política e institucional das ciências sociais nos anos após a Segunda Guerra Mundial. Ainda não se entende bem muita coisa sobre este período de importância crucial e poderá ser necessário fazer mais pesquisa antes que seja possível obter uma compreensão satisfatória do que o desenvolvimento significava para as disciplinas acadêmicas. Recentemente, Cooper (1996, 1997)⁷ começou a explorar as origens de um projeto global de “desenvolvimento” a partir de dentro do planejamento pós-guerra dos impérios coloniais. Uma descoberta precoce importante deste trabalho é que, no processo de descolonização, uma estória estrategicamente vaga sobre o desenvolvimento acabou fornecendo um tanto para os burocratas coloniais que estavam saindo *quanto* para os governantes nacionalistas em ascensão (Bose, 1997). Esta carta de direitos,

6 Entre as exceções mais significativas a essa tendência geral foram os antropólogos filiadas ao Instituto Rhodes-Livingston, que será discutido depois.

7 N.E.: Cooper (1997) está reproduzido como um capítulo anterior nesta seção.

uma visão ampla que acabou sendo compartilhada por um amplo conjunto de elites transnacionais, moldou os “problemas” das “nações novas” nos termos de uma estória desenvolvimentista familiar (pelo menos para aqueles educados na antropologia do século XIX) sobre nações (concebidas, novamente, como indivíduos) movendo-se ao longo de um caminho pré-determinado, saindo do “retrocesso” e entrando na “modernidade”⁸. É claro que foi de acordo com os termos desta narrativa que diversas “agências de desenvolvimento”, diversos programas de “auxílio ao desenvolvimento”, e assim por diante, foram concebidos e implementados nos anos após a Segunda Guerra Mundial (Escobar, 1995). Uma entre várias consequências deste desenvolvimento foi que o financiamento e posições institucionais tornaram-se cada vez mais disponíveis para aqueles com o tipo de especialização considerada necessária para realizar a grande transformação. O mundo do conhecimento acadêmico dificilmente poderia ter permanecido sem ser afetado. Não surpreende que a primeira disciplina a sentir os efeitos da nova ordem tenha sido a economia e um subcampo reconhecido da “economia do desenvolvimento” apareceu rapidamente em resposta às iniciativas do pós-guerra (Hirschman, 1981; Seers, 1979). Mas como esta conjuntura histórica afetou as práticas de antropólogos?

No passado, os antropólogos muitas vezes tinham sido abertamente hostis em relação à mudança social e cultural, considerando-a como uma força destrutiva que poderia dizimar culturas frágeis antes de os etnógrafos poderem registrá-las e estudá-las de maneira adequada. Ainda assim o desenvolvimento na era do pós-guerra estava vinculado a um humor muito mais otimista divulgando o projeto político universalizante da democratização

8 Conforme Chatterjee (1986) já argumentou, as novas elites nacionalistas não contestaram na maior parte este quadro eurocêntrico, mas em vez disso se concentraram e acelerar o avanço que ele implicou, construindo nações “modernas” a partir de outras “atrasadas”. Veja também Ludden (1992); Bose (1997); Gupta (1997).

e da descolonização (Cooper, 1996). A nova noção de progresso estava vinculada não simplesmente à expansão ou à emulação ocidental, como no século XIX, mas a uma ideia especificamente *internacional* em que povos anteriormente “primitivos” poderiam orgulhosamente “surgir” para o mundo moderno e tomar seu lugar à mesa da “família de nações” (Malkki, 1994). Onde o liberalismo antropológico certa vez esteve mais confortável argumentando que “outros” não modernos tinham suas próprias ordens sociais e culturais bem-adaptadas em funcionamento, cada vez mais a época solicitava um argumento diferente: que os “nativos” poderiam da mesma forma, com um pouco de tempo (e talvez com um pouco de ajuda), participar do mundo moderno em condições iguais (veja Wilson e Wilson, 1945; Mead, 1956).

Esses impulsos são especialmente bem ilustrados na obra do Instituto Rhodes-Livingstone, na antiga Rodésia do Norte. Estabelecido como um instituto de pesquisa aplicada para fornecer informações úteis para o governo e a indústria, ele costuma ser citado como um exemplo precoce de envolvimento antropológico com problemas de industrialização, mão de obra migrante e outras questões “modernas” (Werbner, 1984; Brown, 1973). Animando esse trabalho, havia uma ideia otimista de uma África moderna que estava surgindo e um compromisso em mostrar que os africanos estavam conseguindo se adaptar a condições urbanas e industriais. Diante de argumentos conservadores e racistas de que os africanos não pertenciam a cidades “brancas” permanentemente e sempre permaneceriam moradores de vilas no coração, os antropólogos tentaram mostrar que migrantes africanos estavam se fixando de maneira mais permanente na cidade (Wilson, 1941-1942), que eles estavam desenvolvendo novos modos de interação social urbana (Mitchell, 1956) e que eles estavam chegando a novas estruturas políticas adequadas às suas novas necessidades (Epstein, 1958). Esses relatos mantiveram alguns traços da antiga suspeição

antropológica de que a assimilação econômica e cultural a maneiras ocidentais não era necessariamente um desenvolvimento bem-vindo e enfatizavam os detalhes etnograficamente específicos de um processo que resistisse a ser encaixado de maneira organizada numa narrativa simplista, desenvolvimentista universal. No entanto, apesar de desordenados, eles não deixavam dúvida de que a chamada “revolução industrial na África” era uma força historicamente progressista da época que acabaria trazendo os africanos para o mundo moderno. Retratando com simpatia e aprovação a nova classe emergente de africanos “modernos”, ocidentalizados e urbanos (conforme Magubane, 1971 declarou), os antropólogos do Instituto Rhodes-Livingstone se posicionavam não no estilo antropológico tradicional, como os cronistas dos estilos antigos que estavam desaparecendo, mas como os defensores do direito dos africanos de desfrutar do novo moderno (Ferguson, 1990)⁹.

À medida que ocorreu a descolonização, as ciências sociais tornaram-se cada vez mais preocupadas com os problemas do desenvolvimento de novas nações. No processo, a preocupação antropológica com a mudança social e cultural tornou-se cada vez mais atrelada à ideia de desenvolvimento e (especialmente nos Estados Unidos) à teoria da modernização conforme elaborada em outras disciplinas (notavelmente na Ciência Política e na Sociologia). Agora a “mudança social” deveria ser entendida

⁹ A ideia dos antropólogos do Instituto Rhodes-Livingstone sobre o seu próprio trabalho como uma defesa do africano urbano contra o conservadorismo colonial racista ajuda a explicar o choque e a descrença com os quais eles reagiram ao ataque de Magubane (veja os comentários anexos a Magubane, 1971). Certamente, os aspectos específicos do argumento de Magubane muitas vezes estavam errados e, às vezes, eram autocontraditórios. Mas o aspecto mais notável do intercâmbio é o fracasso absoluto de estudiosos como Mitchell e Epstein em entender como qualquer pessoa poderia ver o trabalho deles como parte de uma ordem colonial opressora. Do ponto de vista deles, sua descrição positiva do africano ocidentalizado e urbanizado foi uma reação a colonizadores brancos racistas que impediriam que os africanos tivessem esse *status*. Do ponto de vista de Magubane, por outro lado, essa disposição liberal de conceder aos africanos as bênçãos da civilização foi simplesmente uma forma de colonização cultural.

como “desenvolvimento”, com as conotações evolucionistas do período do antigo século XIX sendo novamente adequadas ao humor da época. Aliás, ideias de etapas lineares que teriam sido bem conhecidas para Morgan em 1877 começaram a reaparecer de forma surpreendentemente explícita na teoria da modernização (veja Hymes, 1972, p. 28-30). Teoricamente, ideias de evolução social tornaram-se respeitáveis novamente na antropologia (começando com Leslie White na década de 1940 e continuando ao longo das décadas de 1950 e 1960, na obra amplamente recebida de Service, Sahlins e Harris). Mas até mesmo antropólogos sem nenhuma fidelidade explícita à teoria neoevolucionista começaram a voltar seu trabalho na direção da modernização¹⁰. Aliás, é notável como vários antropólogos americanos educados numa tradição de relativismo cultural, que rejeitou explicitamente esquemas evolucionistas de progressões por etapas, estavam aderindo, no começo da década de 1960, de maneira não crítica, a esses esquemas dúbios de modernização como *The Stages of Growth*, de Walter Rostow (1960), oferecendo como contribuição antropológica distinta a localização de obstáculos culturais à “decolagem” econômica (para um exemplo sofisticado, veja Geertz 1963a, 1963b).

Apesar de a mudança antropológica anterior do evolucionismo para o relativismo ter feito com que a questão de progressões desenvolvimentistas tenha se transformado “de uma preocupação explícita em um pressuposto teórico implícito” (Fabian, 1983, p. 39), a era do pós-guerra começou a ver uma mudança de volta para a preocupação explícita. O que tinha sido um pressuposto

10 Na verdade, parece haver um interesse surpreendentemente pequeno por parte de neoevolucionistas americanos nos projetos de modernização das décadas de 1950 e 1960. Isto pode ser parcialmente explicado pelo alinhamento geral do evolucionismo deste período com uma política esquerdista da Guerra Fria, no que alguns consideraram um tipo de dança das sombras com um marxismo considerado tabu em termos políticos e não muito bem entendido – sendo que uma das realizações mais surpreendentes do McCartismo foi ter transformado Morgan (o advogado corporativista da ferrovia) num substituto de Marx.

teórico de segundo plano (uma diferença básica entre sociedades primitivas e modernas) foi mudado de forma abrupta do segundo para o primeiro plano e da voz passiva para a voz ativa. Cada vez mais, a questão torna-se como as “sociedades tradicionais” tornam-se modernas? E como se pode ajudar (ou fazer) para que ocorra esta transição? Mas, significativamente, esta questão tornou-se vinculada menos à especulação teórica abstrata do que a programas explícitos de mudança social direcionada. O grande projeto que Morgan (no trecho citado na abertura deste artigo) considerava reservado para a “Inteligência Suprema” foi entendido como um trabalho simplesmente para a inteligência moral de antropólogos.

É claro que para Morgan a questão de como as sociedades se desenvolveram de um nível evolucionário para o seguinte não foi nada mais do que teórica: sua tipologia de etapas desenvolvimentistas estava voltada para nada menos do que a explicação tanto da história humana quanto da diversidade humana. Até mesmo para os críticos relativistas e funcionalistas do evolucionismo, conforme argumentei, a distinção entre sociedades “primitivas” e “modernas” era motivada pela teoria. Mas com o novo projeto de modernização oficial, questões de desenvolvimento passaram cada vez mais a pertencer (da mesma forma que ocorrera com as questões anteriores de “aculturação” e “mudança social”) menos ao mundo acadêmico da teoria (que permaneceu em grande parte dedicado à comparação e à generalização sobre “sociedades primitivas”) do que a um domínio de trabalho prático, voltado para a política sobre problemas de transições econômicas contemporâneas. O “desenvolvimento” tinha se tornado “aplicado”.

Na maior parte, a antropologia acadêmica nas décadas de 1950 e 1960 se manteve distante dessas questões aplicadas do desenvolvimento. O trabalho “teórico” que ganhou um

status elevado no mundo acadêmico estava em grande parte centrado na comparação e na generalização sobre sociedades e culturas concebidas como indivíduos autônomos e separados, independentemente de o assunto ser relações familiares, estrutura social ou cultura e personalidade. Neste contexto mais amplo, o trabalho voltado para a mudança do Instituto Rhodes-Livingstone foi realmente extraordinário. Ainda assim, mesmo neste caso, deve-se observar que os antropólogos do Rhodes-Livingstone, que tiveram o maior impacto sobre a antropologia acadêmica, não foram aqueles que trabalharam na urbanização e na industrialização (por exemplo, Clyde Mitchell, que acabou sendo mais valorizado por sociólogos do que por antropólogos, ou Godfrey Wilson, cujo *Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia* só foi amplamente valorizado bem depois). Ao contrário, a maior influência acadêmica foi exercida por figuras como Max Gluckman e Victor Turner, cujas obras mais famosas sobre os Lozis e os Ndembus, respectivamente, permaneceram no molde antropológico clássico do estudo não histórico, rural e “tribal”. Estudar povos “modernizadores” pode muito bem ser de significância aplicada ou política considerável, conforme concordou o africanista sênior citado no topo desta seção. Mas um estudo de povos (homens?) sendo que “provavelmente todos usam calças¹¹” dificilmente seria central para a arena mais prestigiosa da teoria antropológica, construída como foi de acordo com a descrição e a comparação de sociedades o menos contaminadas possível pelo desenvolvimento.

11 Uma alusão a uma observação feita por um africanista britânico sênior, por volta de 1969: “Eles são modernos demais. Provavelmente todos eles usam calças”, para Sally Falk Moore, explicando o motivo pelo qual um estudo dos Chagga “modernizadores” da Tanzânia seriam de interesse simplesmente aplicado em vez de teórico.

Crítica neomarxista

Um grande distúrbio da sabedoria antropológica recebida no que diz respeito ao desenvolvimento e à modernização ocorreu com o aumento da teoria da dependência e com um conjunto de críticas neomarxistas tanto da teoria da modernização quanto da antropologia tradicional. Para discussões do impacto destas críticas dentro da antropologia, veja O'Laughlin, 1975; Foster-Carter, 1977; Seddon, 1978; Oxaal, Barnett e Booth, 1975; Wolf, 1982; Bloch, 1985. O contexto para a crítica neomarxista foi moldado de maneira significativa pelas revoltas sociais e políticas da década de 1960. Movimentos políticos no mundo mais amplo (especialmente a onda crescente de nacionalismo e guerras anticoloniais de libertação do Terceiro Mundo) combinados com revoltas políticas em campi de universidades ocidentais para enfatizar para os antropólogos a necessidade de dar mais atenção a questões de mudança social, dominação e colonialismo. Uma vez que, como já vimos, os recursos intelectuais para lidar com as questões que tinham se desenvolvido na antropologia anglo-americana eram relativamente limitados, talvez não seja surpreendente que muitas das principais ideias deste período tenham vindo de outros lugares. Na década de 1970, tanto as fronteiras disciplinares quanto as nacionais pareciam ter sido amenizadas: o marxismo estrutural francês (conforme elaborado por filósofos como Louis Althusser, além de por antropólogos incluindo Claude Meillassoux e Pierre-Philippe Rey), assim como a teoria da dependência da América Latina e a teoria do sistema mundial wallersteiniano, começaram a entrar na corrente principal antropológica anglo-americana. A antiga ortodoxia funcionalista começou a se despedaçar, à medida que a história, a economia política e o colonialismo começaram a ganhar uma nova legitimidade como assuntos antropológicos certificados.

Em primeiro lugar e talvez de maneira mais profunda, a nova antropologia crítica rejeitou a imagem do mundo como uma variedade de sociedades individuais, cada uma se deslocando pela história independentemente das outras. Conforme sugeri anteriormente, esta visão foi amplamente compartilhada pelos evolucionistas do século XIX e pelos seus críticos do século XX, que discordavam sobre a questão se todos os caminhos diferentes seguiam na mesma direção ou não, mas aceitavam a ideia de caminhos diferentes e separados¹². No lugar desta ideia, os antropólogos influenciados pela teoria da dependência, pela teoria neomarxista dos modos de produção e pela teoria do sistema mundial, começaram a insistir que diferenças entre sociedades tinham que estar relacionadas com uma história comum de conquista, imperialismo e exploração econômica que os unia sistematicamente. Práticas e instituições supostamente tradicionais, em vez de serem relíquias de um passado pré-capitalista, poderão ser interpretadas como produtos de ou reações a processos de penetração capitalista, à articulação de modos de produção, ou à incorporação do sistema mundial. E a pobreza, em vez de ser uma condição original, poderá ser um *resultado* desses processos. Em vez de ser simplesmente “*não desenvolvido*” (um estado original), o chamado Terceiro Mundo agora parecia ser ativamente “*subdesenvolvido*” por arranjos institucionais e jurídicos dedicados especialmente ao acúmulo de capital (daí o título influente de Walter Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa*).

Isto nos traz para o segundo pilar do pensamento desenvolvimentista que foi questionado neste período: a identidade assumida de desenvolvimento com um processo de progresso

12 O difusionismo do começo do século XX, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, contestou esta concepção. Mas com o aumento do funcionalismo e com a busca por sociedades integrais, em funcionamento, as preocupações do difusionismo com a história e o contato cultural foram marginalizadas, apenas para serem redescobertas, numa forma diferente, várias décadas depois (Vincent, 1990, p. 119-25; veja também Gupta e Ferguson, 1997).

moral e econômico. Os neomarxistas insistiram que o que se chamava de “desenvolvimento” era realmente um processo de desenvolvimento *capitalista*: a expansão global do modo de produção capitalista em detrimento de outros pré-capitalistas que já existiam. E o resultado desse processo talvez não seja o “desenvolvimento real”, no sentido de uma vida melhor para o povo no Terceiro Mundo, de forma alguma. O desenvolvimento (na verdade, o desenvolvimento capitalista), então, pode não ser “Progresso” de nenhuma forma simples; aliás, para agricultores pobres de subsistência provavelmente ele tornaria a vida muito pior. A teleologia moral benigna da estória do desenvolvimento (uma característica central tanto da antropologia do século XIX quanto da “teoria da modernização” da década de 1960) foi radicalmente questionada.

Estas duas rupturas com a herança desenvolvimentista da antropologia foram de importância fundamental. Na verdade, elas fornecem um ponto de partida inestimável para aqueles que reestruturariam a relação disciplinar entre a antropologia e o desenvolvimento. No entanto, da mesma forma que com a rejeição dos relativistas do evolucionismo social do século XIX, é importante reconhecer não apenas o que os críticos estavam rejeitando da estória do desenvolvimento, mas também o que estavam dispostos a reter dela. É claro, por exemplo, que para o neomarxismo, a história mundial ainda tinha a característica de uma evolução, com a marcha de um modo de produção capitalista indo na frente numa progressão linear e teleológica em direção a um futuro que culminaria (mesmo que apenas depois de um longo processo de luta) no socialismo. Também permaneceu um vínculo tenaz à ideia do que se considerava diversas vezes como “desenvolvimento *real*” (em nome do qual o “mal-” ou o “sub-” desenvolvimento poderia ser denunciado). Apesar de o capitalismo não ter conseguido distribuir os bens do “desenvolvimento real”, o neomarxismo

estava preparado para prometer que o socialismo podia fazer isso – e até mesmo, frequentemente, endossar a exploração de produtores camponeses por estados radicais do Terceiro Mundo em nome do “desenvolvimento socialista”.

Ironicamente, no campo da antropologia, foi a pró-pria popularidade das críticas radicais neomarxistas ao desenvolvimento ortodoxo e à teoria da modernização que, de alguma forma, preparou o cenário para uma nova era de colaboração mais próxima entre antropólogos e as organizações e instituições que têm a responsabilidade de implementar a política de desenvolvimento capitalista. Se nada mais, as críticas radicais tornaram mais legítimo e mais empolgante em termos intelectuais estudar questões de desenvolvimento no contexto de uma disciplina cada vez mais radicalizada e politizada. Numa época em que o aprendizado baseado na universidade estava sob pressão para demonstrar sua relevância e em que a antropologia tinha sido especificamente desafiada a mostrar que tinha alguma coisa a dizer sobre a mudança, não apenas o imobilismo e sobre o mundo moderno, não apenas o “tribal”, uma abordagem engajada em termos políticos e contestadora em termos teóricos ao desenvolvimento era consideravelmente atraente para antropólogos na pós-graduação durante a década de 1970.

Ao mesmo tempo, o contexto institucional mais amplo parecia estar mudando de maneira bastante dramática. Impulsionadas por uma consciência dos fracassos de estratégias de ajuste estrutural econômico da intervenção sobre o desenvolvimento e talvez também motivadas pelos sucessos aparentes de insurgências comunistas na mobilização de camponeses pobres (especialmente na Ásia e na América Central), as principais agências de desenvolvimento começaram a colocar uma nova ênfase nas “necessidades básicas” dos pobres e na distinção entre o simples crescimento econômico

e o “desenvolvimento real”, entendido em termos de medidas do bem-estar humano como taxas de mortalidade infantil, nutrição e alfabetização. O Banco Mundial, sob a liderança de Robert McNamara (Finnemore, 1997) e depois a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), sob uma concessão do congresso para canalizar ajuda para os pobres, começaram a voltar mais atenção para o lado “ameno” e “social” da política de desenvolvimento e a se voltar de maneira mais imediata a ciências sociais que não sejam a economia. Este momento conjuntural, que se encaixa bem com uma crise do emprego na antropologia acadêmica, fez surgir uma explosão de interesse antropológico no desenvolvimento e um subcampo novo e reconhecido da antropologia, a “antropologia do desenvolvimento”. (Veja Hoben, 1982; Escobar, 1991 para análises do período).

Portanto, muitos antropólogos vieram para o desenvolvimento com um forte senso de conhecimento sobre os grandes problemas da pobreza, exploração e desigualdade global. Conforme Escobar (1991) argumentou, no entanto, aos poucos o trabalho na antropologia do desenvolvimento acabou se ajustando cada vez mais às exigências burocráticas de agências de desenvolvimento em detrimento do seu rigor intelectual e da sua autoconsciência crítica. Apesar das reivindicações duradouras da antropologia de sensibilidade a percepções locais e da sua rejeição por princípio do etnocentrismo, a análise de Escobar concluiu que a antropologia do desenvolvimento na maior parte “não fez mais do que reciclar e vestir com tecidos mais localizados os discursos de modernização e desenvolvimento” (Escobar, 1991, p. 677). De maneira significativa, enquanto este ajuste dos antropólogos às exigências das agências de desenvolvimento estava ocorrendo, os fortes vínculos com a teoria que tinham caracterizado uma antropologia de desenvolvimento mais radical na década de 1970 se enfraqueceram gradualmente. O compromisso teórico com o marxismo estrutural e a teoria radical

do subdesenvolvimento – que outrora tinha vinculado preocupações empíricas tão mundanas quanto a dinâmica da estrutura do domicílio africano rural com os tipos mais abstratos de debates teóricos (por exemplo, a crítica althusseriana da epistemologia empiricista) – lentamente escapou da visão quase inteiramente e com ela a ideia de uma antropologia do desenvolvimento teoricamente ambiciosa. Na antropologia acadêmica, a antropologia do desenvolvimento acabou sendo vista como sendo um subcampo de baixo prestígio, “aplicado” – reconhecivelmente antropológico no seu foco no povo e nos seus compromissos vagamente populistas, mas comumente entendido como tendo pouca coisa a ver com a teoria antropológica da corrente principal.

Enquanto isso, nas agências de desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento não estava tendo um desempenho muito melhor. A ênfase disciplinar distintiva sobre a particularidade e a especificidade de condições locais tornou fácil o suficiente para o antropólogo do desenvolvimento fazer uma crítica posterior de projetos fracassados (que rapidamente passou a ser um tipo de especialidade antropológica). Mas considerando-se as necessidades de burocracias do desenvolvimento, o talento antropológico para demonstrar a complexidade de problemas de desenvolvimento (e para recusar a certeza na oferta de receitas) dificilmente poderia concorrer com as projeções e as receitas universalistas e independentes do contexto dispensadas de maneira tão confiante pelo economista ou pelo agrônomo. Assim como os desafios à ortodoxia neoclássica gerados de dentro da economia (discutidos por Carter, 1997), críticas antropológicas avançaram pouco na esfera política – não por não terem implicações políticas, mas porque essas implicações são complexas, dependentes do contexto e acarretam incerteza. Apesar de compromissos retóricos ocasionais com princípios aparentemente antropológicos como “conhecimento local”, “participação popular”, e “tomada de decisão local”, agências

de desenvolvimento permitiram principalmente aos antropólogos apenas uma posição muito marginal, com pouca influência sobre a formação da política (Hoben, 1982; Chambers, 1987; Escobar, 1991; Gow, 1993).

Por que o “desenvolvimento” não é bem-vindo na casa da antropologia e por que ele não vai embora?

É claro que os antropólogos do desenvolvimento estão muito conscientes de que estão sendo “duplamente amaldiçoados” – pelos preconceitos de teóricos acadêmicos, que os consideram, na melhor das hipóteses, antropólogos de segunda linha (Little e Painter, 1995, p. 603) e de profissionais do desenvolvimento, que os consideram os representantes locais de uma disciplina romântica, ingênua e obstrucionista (Gow, 1993). Mas é claro que os antropólogos do desenvolvimento têm seu próprio desprezo pela antropologia acadêmica, que consideram irresponsavelmente separada dos problemas e das lutas práticas de pessoas reais e, às vezes, tão preocupada com questões “teóricas” de “textos”, “discursos”, “construção cultural” que se torna irrelevante para a maioria dos colegas localizados em países de baixa renda, com pouca coisa a dizer sobre soluções no mundo real para tragédias globais como a pobreza e a violência (Little e Painter, 1995, p. 605).

Então, o resultado é um campo dividido entre aqueles que retêm um antagonismo caracteristicamente antropológico em relação ao “desenvolvimento” (baseado principalmente na academia) e aqueles que adotaram a indústria do desenvolvimento, apenas para se acharem marginalizados e às vezes desprezados no campo antropológico em geral. O que devemos concluir desta completa oposição, antagonismo mesmo, entre uma antropologia do desenvolvimento aplicada e um tipo acadêmico, teórico? Para responder a esta pergunta, temos que começar observando que a própria antropologia acadêmica continua a ser definida em termos

disciplinares que de alguma forma são presas a suas raízes do século XIX como a ciência dos “menos desenvolvidos”. Aliás, neste sentido, o desenvolvimento (ou sua ausência), longe de definir um simples subcampo dentro da disciplina, continua no cerne da constituição da própria antropologia.

Ideias evolucionistas têm sido surpreendentemente duráveis na antropologia, conforme observaram autores como Fabian (1983) e Thomas (1989). Aliás, é difícil ler o programa anual das reuniões da Associação Antropológica Americana (poluído como ainda está com artigos simultâneos sobre esta ou aquela “sociedade tradicional”) sem suspeitar que Tylor pudesse estar certo de que aspectos de uma cultura possam persistir como “sobreviventes” muito depois de terem parado de desempenhar qualquer função real. Até certo ponto, sem dúvida, o objeto disciplinar da antropologia efetivamente foi transformado e agora os antropólogos estão rotineiramente preocupados com questões de história e transformação, com a forma pela qual as comunidades estão vinculadas a um mundo maior e a várias questões substantivas não tradicionais. O ponto em que essa reestruturação ocorreu, no entanto, tem sido limitado por diversos fatos. Talvez o mais importante destes seja a forma em que o que se considera “antropológico” é determinado pela divisão convencional do trabalho acadêmico entre as disciplinas científicas sociais. O que distingue a antropologia da sociologia, da ciência política e de outros campos continua, na prática, a ser em grande parte uma questão dos tipos de sociedades ou contextos que eles estudam¹³. Antropólogos, na prática (pelos menos aqueles que são treinados e contratados pelos “principais departamentos”)¹⁴,

13 O outro principal ponto de distinção, uma ênfase antropológica singular no trabalho de campo, não está desvinculada da questão do “tipo de sociedade”, conforme Akhil Gupta e eu argumentamos recentemente (Gupta e Ferguson, 1997).

14 Para algumas observações sobre o poder hegemônico de um punhado de “departamentos principais” nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha dominarem toda a disciplina da antropologia, veja Gupta e Ferguson (1997).

continuam a se especializar de maneira desproporcional no estudo de comunidades pequenas, rurais, isoladas ou marginais. Aliás, estudantes da pós-graduação que desejam trabalhar em locais tradicionalmente menos antropológicos relatam encontrar dificuldades significativas para obter aceitação e legitimidade para o trabalho deles, tanto nos seus programas de treinamento da pós-graduação quanto na esfera da contratação acadêmica, uma vez que se formem (“Tudo muito interessante, mas qual é o ângulo *antropológico*?”). É verdade que atualmente se espera que os antropólogos lidem com questões da transformação de comunidades “locais” e de vínculos com processos regionais e globais mais amplos, mas ainda se trata de um tipo específico de pessoas que estamos interessados em ver mudar e de um tipo específico de comunidade local que procuramos mostrar que está vinculado a esse mundo mais amplo.

Na verdade, a ideia do “local”, passou a pressupor um lugar notavelmente importante nas definições próprias disciplinares da antropologia. Onde outrora a antropologia estudava “os selvagens”, “os primitivos”, “os tribais”, “os nativos” ou “os tradicionais”, atualmente é mais provável falarmos que os antropólogos estudam “o local”. Cada vez mais, a antropologia parece estar definida como um tipo de atenção ao “conhecimento local” (Geertz, 1983), ou como um campo que se especializa no estudo de “povos locais” em “comunidades locais” (então, não por acaso, um tipo de estado que deve ser realizado “no campo”)¹⁵. Uma definição dessas realmente torna possível estudar uma variedade mais ampla de fenômenos do que a antiga ideia de sociedades “primitivas” ou “tradicionais”. Mas a diferença pode ser facilmente exagerada. Afinal de contas, mesmo que seja verdade que todos os processos sociais sejam locais em algum sentido, também está claro que, na prática antropológica

15 Esta discussão analisa diversos pontos que argumentei em outro lugar, juntamente com Akhil Gupta (Gupta e Ferguson, 1997).

normal, alguns problemas, alguns contextos de pesquisa, até mesmo alguns povos, serão considerados como mais “locais” do que outros. Uma imobiliária da Califórnia, por exemplo, certamente poderia servir como local para uma pesquisa antropológica com observação do participante; mas será que este tipo de lugar seria tão local (e, portanto, tão “antropológico”) quanto, digamos, uma vila na Nova Guiné? Certamente, o antropólogo estudando a imobiliária ainda está fazendo antropologia, mas será que esse trabalho forneceria a base para uma carreira acadêmica bem-sucedida? Práticas de contratação disciplinares – que dependem muito da experiência de autenticação “no campo” (arquetipicamente não apenas “local”, mas enlameado, tropical, cheio de doenças e assim por diante) – torna esse resultado improvável.

Na medida em que uma determinada oposição de “nós” e “eles”, “do Ocidente” e “do resto”, continua a informar a constituição da antropologia como uma disciplina acadêmica, o conceito de desenvolvimento deve reter uma saliência especial, montado como está sobre esta venerável oposição binária. Pois o tipo de sociedades e contextos que os antropólogos costumam estudar e o tipo que eles não estudam estão separados exatamente pelo desenvolvimento (aqueles que não experimentaram o desenvolvimento são os mais antropológicos, enquanto aqueles que são “desenvolvidos” são menos antropológicos e aqueles no meio termo, “em desenvolvimento”, estão no meio do espectro de caráter antropológico. Na verdade, está claro não apenas que os antropólogos estudaram especialmente em “países menos desenvolvidos”, mas também que eles tenderam a estudar categorias “menos desenvolvidas” de povos nesses países (povos nativos locais no Brasil, povos “tribais” e “povos de encostas” no Sudeste Asiático, nômades no sul da África e assim por diante). Da mesma maneira, quando antropólogos trabalham no “mundo desenvolvido”, eles tendem a estudar os pobres, os marginalizados, os

“étnicos” – resumindo, o “Terceiro Mundo” dentro do “Ocidente”. Na verdade, antropólogos ocidentais costumam trabalhar em ambientes que também poderiam ser bons locais para “programas de desenvolvimento comunitários”. Em todos estes casos, também, aqueles que não têm “desenvolvimento” são os que supostamente possuem autenticidade, tradição, cultura: todas as coisas que o desenvolvimento (conforme tantos antropólogos concordaram ao longo dos anos) coloca em risco.

Então, nós somos deixados com uma curiosa organização dupla que vincula a antropologia ao seu gêmeo maligno: o campo que faz um fetiche do local, do autônomo, do tradicional, preso numa dança estranha e agonizante com o campo que, através da mágica do desenvolvimento, destruiria a localidade, a autonomia e a tradição em nome de se tornar moderno. A antropologia é deixada com um ressentimento distinto do seu gêmeo maligno, o desenvolvimento, mas também com certa intimidade e com um reconhecimento incômodo de uma semelhança perturbadora e invertida.

Basicamente desprezada por uma disciplina que no fundo ama todas aquelas coisas que o desenvolvimento pretende destruir, o gêmeo maligno da antropologia continua a ser um parente próximo demais para ser simplesmente expulso. Então acabamos com um subcampo “aplicado” (“antropologia do desenvolvimento”) que entra em conflito com os compromissos teóricos e políticos mais básicos da sua própria disciplina (daí seu caráter “maligno”), mas que ainda assim é transmitido logicamente por herança na própria constituição da especialização distintiva desse campo (daí seu *status* como “gêmeo” de um campo que está sempre preocupado com os *menos* desenvolvidos, os *subdesenvolvidos* e os que *ainda não* se desenvolveram) – um gêmeo que aparentemente pode

nunca ser adotado, aceito ou bem-vindo, mas que simplesmente não irá embora.

Ir além deste impasse exigirá um reconhecimento de que a visão extraordinariamente tenaz de um mundo dividido nos mais e nos menos “desenvolvidos” foi e de muitas maneiras continua a ser constitutivo do domínio antropológico de estudo. Críticas de desenvolvimento, apesar de serem necessárias e independentemente de até que ponto elas possam ser articuladas de maneira eficaz¹⁶ não serão suficientes para resolver o conflito do tipo Médico e Monstro entre o desenvolvimento e a antropologia, ou tipos aplicados e acadêmicos de conhecimento antropológico (como se uma crítica do desenvolvimento academicamente baseada pudesse simplesmente derrubá-lo e então acabar com a divisão). Ao contrário, a ideia do desenvolvimento (e sua ausência) está entrelaçada de maneira tão íntima com a ideia da própria antropologia, que criticar o conceito do desenvolvimento exige, ao mesmo tempo, uma reavaliação crítica da constituição da própria disciplina da antropologia. A antropologia não pode expulsar o gêmeo maligno de casa, porque este permanece uma parte dela própria mesmo que apenas de forma reprimida e não reconhecida.

Conclusão

A questão maior das relações que vinculam o conhecimento do desenvolvimento às disciplinas acadêmicas das ciências sociais, com a qual comecei, não pode ser respondida de forma geral. Uma compreensão melhor aguarda um trabalho bastante detalhado e específico sobre o assunto. Mas se o caso da antropologia sugerir qualquer coisa de importância para este projeto maior, é que a forma

16 Tenho em mente aqui a importante análise de Escobar de “antropologia do desenvolvimento” (1991), que diseca de maneira convincente os fracassos e as limitações do subgrupo, mas não consegue conectá-los de nenhuma forma sistemática com o que me parece ser um conjunto relacionado de fracassos e imitações da antropologia da “corrente principal” – portanto, deixando nós, acadêmicos, supostamente, fora de perigo de maneira fácil demais.

de conhecimento do desenvolvimento não deixa de estar relacionada com a forma de conhecimentos disciplinares. Na medida em que isto é verdade, pode-se sugerir que para realmente transformar os tipos de conhecimento que participam de questões de política e diretriz globais, pode ser necessário começar transformando as formas dos nossos conhecimentos disciplinares. Se isso ocorrer, algumas tarefas intelectuais imediatas podem estar mais próximas e ser menos utópicas do que criticar a partir do interior da nossa disciplina acadêmica o monstro do desenvolvimento do lado de fora (conforme nós explicamos pacientemente, mais uma vez, para uma plateia daqueles já convertidos, por que o ajuste estrutural prejudica os pobres da África...). Uma verdadeira reconfiguração do terreno epistêmico que torna a maior parte do trabalho acadêmico tão irrelevante e fraco no seu encontro com o desenvolvimento pode exigir, pelo menos para começar, que nós nos envolvamos em algum trabalho fundacional nas nossas próprias casas disciplinares.

* * *

James Ferguson é professor e diretor do Departamento de Antropologia na Universidade de Stanford, na Califórnia, desde 2003. Atuou como diretor do Departamento de Antropologia na Universidade de Harvard, e lecionou na Universidade da Califórnia, em Irvine. cursou o bacharelado na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara e o doutorado em Harvard. Possui larga experiência em trabalhos de campo em Lesoto e no cinturão do cobre da Zâmbia, onde analisou relações urbanas e rurais e ideias de modernidade. Os temas de antropologia política do livro *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order* (2006) estão, atualmente, sendo ampliados no seu novo projeto de pesquisa na África do Sul, onde explora o surgimento de novas problemáticas de pobreza e política social sob o neoliberalismo.



SEÇÃO IV
MEDINDO A CONDIÇÃO HUMANA



CAPÍTULO 31

OPINIÕES POLÍTICAS SOBRE A ÁFRICA DO SUL DISFARÇADAS DE CIÊNCIA: QUESTÕES DE RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL NA COMUNIDADE DE PESQUISA CIENTÍFICA

Serge Lang

Histórico e motivação¹

Por três décadas tenho estado interessado na área onde o mundo acadêmico se encontra com o do jornalismo e o da política. Em várias ocasiões já tive a oportunidade de estudar como as opiniões políticas são disfarçadas de ciência ou estudo. Algumas pessoas falaram – ou “acusaram”! – que eu estou “politicamente motivado”. É claro que estou politicamente motivado! Mas em

¹ N.E.: Este capítulo é composto de trechos do livro do autor chamado *Challenges* (1998), Springer-Verlag, Nova York (p. ix, 1, 3-18, 31-44, 49-52, 61-64). Estas seleções apresentam casos documentados que levantam questões sobre responsabilidade profissional que são refletidos em alguma teoria amplamente fornecida na ciência política. Mas elas não fazem justiça ao cuidado exaustivo do autor em documentar suas críticas. Mais detalhes destes ou de outros casos de lapsos de integridade acadêmica devem ser procurados no livro original, enquanto a documentação é descrita de maneira meticulosa.

qual sentido? Eu defino “política” como significando no sentido amplo a maneira pela qual a sociedade é organizada, como se lida com organizações sociais, nosso relacionamento com o governo, como chegamos a uma decisão que afeta o país e o mundo, a maneira em que ideias e informações são disseminadas na mídia, o papel da educação, a forma pela qual as ideias são ensinadas em escolas e nas universidades, como a informação é processada (pela imprensa, por indivíduos, pelo sistema educacional, pelo governo, etc.). Eu entendo a política nesse sentido amplo e nesse sentido estou politicamente motivado. Mas minha preocupação com a política não quer dizer que eu apoie alguma facção, ou alguma ala em detrimento de outra, digamos a ala esquerda em detrimento da ala direita, ou que eu apoie alguma ideologia do tipo “ismo”, como o socialismo, o comunismo ou o capitalismo. Rejeito totalmente esse faccionalismo.

Aliás, a motivação política ocorre nos níveis mais elevados do estabelecimento da ciência. Por exemplo, a Academia Nacional de Ciências (NAS) também estava politicamente motivada num certo sentido quando ela admitiu as ciências sociais em 1971 porque queria ter mais influência com o governo – ou pelo menos esta é a razão que algumas pessoas me deram. A própria NAS reconheceu publicamente seu papel político e aprovou o envolvimento político de ciências sociais, conforme documentado, por exemplo, num artigo de 17 de novembro de 1967, da revista *Science*, chamado “Social Sciences: Expanded Role Urged for Defence Department”, que começava da seguinte maneira:

Um grupo de estudos designado pela Academia Nacional de Ciências aconselhou o Departamento de Defesa (DOD) a aumentar seu apoio e o uso da pesquisa nas ciências sociais e comportamentais. Agora o Departamento “deve pagar não apenas

pela guerra, mas também pela paz”, afirmou o painel no seu relatório. “Pacificação, assistência e a batalha de ideias são segmentos importantes da responsabilidade do DOD. As ciências sociais e comportamentais constituem o recurso singular para apoio destas novas exigências e devem ser perseguidas com vigor para que nossas operações sejam eficazes...”

Entre suas recomendações específicas, o grupo da Academia insistia que o Departamento nomeasse um “cientista comportamental eminente” para fazer lobby no Congresso em nome dos programas de ciência social e comportamental da Defesa.

Os problemas com os quais eu lido podem ocorrer em quaisquer “ismos”. Eles são em parte problemas de padrões e precisão e da forma pela qual as opiniões políticas são disfarçadas de ciência. Efetivamente questiono alguns itens produzidos nas ciências sociais, por algumas pessoas e como esta produção afeta a educação e a política. Apesar de agora eu ser membro da Academia Nacional de Ciências, não vejo os problemas que discutirei como contrapondo os cientistas naturais aos cientistas sociais. Meus questionamentos são especialmente como educador e cidadão.

Também faço questionamentos sobre o processo de certificação disponível na nossa sociedade no que diz respeito à qualidade do que é produzido nas ciências sociais (“estudos” pode ser uma palavra mais adequada), assim como no jornalismo, na educação e no discurso político.

Este livro baseia-se em algumas experiências pessoais e em alguma documentação que eu acumulei ao longo dos anos.

Gostaria que as pessoas usassem este livro para estimularem seu próprio pensamento sobre problemas análogos que elas encontrarão nas suas próprias vidas. Um dos seus principais pontos de interesse, no meu entender, é o estudo próximo de fontes de informação equivocada e confusão e as formas autoritárias em que os defeitos são encobertos. A documentação cobre vários domínios e suas lições são aplicáveis a vários outros exemplos. A significância dos casos que eu discuto é clara. Nós estamos lidando com instituições acadêmicas, a imprensa em geral, periódicos acadêmicos, a NAS, a AAAS (Associação Americana para o Avanço da Ciência), a FAS (Federação de Cientistas Americanos), ciência política, ciências sociais em geral, pesquisa acadêmica (ou o que às vezes é disfarçada como tal) e seus efeitos sobre as pessoas, a educação e a política, acusações de *macarthismo*² (ou o que as pessoas percebem como tal), etc.

Este livro lida com várias questões. Também consigo ver este livro sendo usado em cursos nas áreas de sociologia, jornalismo, ciência política, psicologia, filosofia, etc., como uma fonte de documentação indo contra algumas práticas muitas vezes aceitas sem serem criticadas.

Não gosto da tolice que se disfarça de discurso racional com tanta frequência em nossa sociedade. Fico muito incomodado com as imprecisões, as ambiguidades, as senhas, os slogans, as frases de efeito, os dispositivos de relações públicas, as generalizações abrangentes e os estereótipos, que são usados (de maneira consciente ou não) para influenciar as pessoas.

2 N.E.: No final da década de 1940, o Senador Republicano dos Estados Unidos Joseph McCarthy iniciou investigação do congresso, inquéritos, ostracismo profissional e suspeição entre vizinhos que se agravaram para um pânico nacional de que tanto a sociedade privada quanto o governo dos Estados Unidos estavam sendo infiltrados por comunistas que colocavam em risco o modo de vida americano. O macarthismo tornou-se sinônimo do 'Temor Vermelho' prevalecente e duradouro nos Estados Unidos que teve seu ápice até o final da década de 1950. Alguns críticos sociais reconhecem esta tendência surgindo novamente no clima atual de islamofobia e da versão neoconservadora do patriotismo americano.

Fico incomodado com a informação equivocada que se cria e se espalha de maneira não crítica através do sistema educacional e através da mídia e pelas obstruções que impedem que a informação correta seja espalhada. Estas obstruções ocorrem de várias maneiras - pessoal, institucional, através de inibições auto-impostas, através de inibições externas, através da incompetência e às vezes através da desonestidade pura e simples - a lista é longa.

Não reivindico que a criação de informações falsas e sua divulgação se devam a uma intenção “maligna” ou a uma conspiração. Não estou preocupado com essa motivação. Em alguns casos, simplesmente observo que algumas pessoas não dão nenhuma prova de saberem a diferença entre um fato, a percepção de um fato, uma opinião e o que não é nenhum dos anteriores. Elas constroem sua própria realidade, que pode ser diferente do que está realmente acontecendo no mundo empírico.

Fico especialmente preocupado quando pessoas que constroem uma realidade diferente do mundo exterior têm a influência ou o poder para imporem sua realidade na sala de aula, na mídia e na formulação da política interna ou externa. Eu acho a situação especialmente grave quando opiniões políticas são disfarçadas de ciência e, dessa forma, adquirem ainda mais força. Neste livro documentarei uma cadeia significativa de informações errôneas. Nós veremos como alguns estudantes às vezes são treinados (doutrinados?) a pensarem na sala de aula. Finalmente, estes estudantes podem se tornar professores, jornalistas ou políticos. A maneira pela qual eles foram treinados para observarem nosso país e o mundo afeta sua forma de ensinar, seu relato ou suas decisões políticas. É este relacionamento que dá profundidade às questões que devemos considerar neste livro.

Incomoda-me a forma pela qual a informação errônea é aceita sem ser criticada e pela forma em que algumas pessoas

não conseguem ou não estão dispostas a reconhecerem ou rejeitarem isso. Por outro lado, eu também fico incomodado por ter visto alguns estudantes reconhecerem defeitos no que lhes ensinam semelhantes àqueles que estou indicando neste livro, enquanto ao mesmo tempo estes estudantes não estão dispostos a falarem abertamente por medo de colocarem em risco as suas notas e o seu futuro. Recebo alguns relatórios de estudantes que são muito céticos: eles reconhecem que às vezes a forma do seu artigo é apenas um disfarce para uma determinada vacuidade, mas não estão dispostos a dizerem isso em público... A maioria das pessoas aceitou a tolice sem fazer nada para mudá-la (incapazes ou indispostas, por qualquer razão – inércia, falta de energia, falta de interesse, falta de tempo, etc.), às vezes recaindo no cinismo e no desespero...

Ao longo de três décadas reuni documentação e me manifestei sobre diversas questões. Tenho tentado colocar o estudo a serviço da ação para interromper a tolice.

Algumas pessoas questionaram minha competência e meu ativismo. Alego que a competência precisa ser avaliada de acordo com o que uma pessoa produz e não de acordo com o rótulo que a classifica na sociedade. A questão da validade e da legitimidade de críticas vindas de fora de um estabelecimento é uma das principais questões discutidas neste livro.

No que diz respeito ao meu ativismo, algumas pessoas já perguntaram o que ele tem a ver com a matemática, que é a principal atividade da minha vida. Elas parecem surpresas com um matemático que demonstra algum interesse profissional além dos seus compromissos científicos mais restritos. Mas por que eu não deveria estar interessado em outros aspectos da atividade intelectual ou social? Por que ficar confuso com a disparidade entre um rótulo padrão (“matemática”) e a existência de outra

atividade que não seja proximamente relacionada com aquelas que costumam estar associadas com esse rótulo? Existe alguma coisa em mim que me faz querer que os outros entendam explicitamente os pressupostos em que eles funcionam. Eu quero fazer as pessoas pensarem de maneira independente e clara. Isso não faz parte do compromisso educacional?

A *Academia Nacional de Ciências* aconselha o governo dos Estados Unidos sobre assuntos científicos e ao mesmo tempo é considerada uma organização honorária. Em 1986-1987, a Academia foi dividida em cinco classes: (I) Ciências Físicas e Matemáticas (II) Ciências Biológicas (III) Engenharia e Ciências Aplicadas (IV) Ciências Médicas e (V) Ciências Comportamentais e Sociais. Desde então outra classe foi adicionada às Ciências Biológicas e Agrícolas Aplicadas. A inclusão da classe das ciências sociais na NAS foi relativamente recente, tendo ocorrido apenas em 1971. Muitas pessoas não percebem que as ciências sociais e especialmente a sociologia e a ciência política fazem parte da NAS.

Eu mesmo fui eleito para a NAS por recomendação da Classe I em 1985. Não vinha participando há um ano quando recebi as cédulas de eleição para a Academia em março de 1986. Estas cédulas, como é de costume, apresentam membros com escolhas agrupadas por Classes. Um membro deve votar numa quantidade mínima de candidatos em cada classe para preencher determinadas quotas, caso contrário a cédula inteira é anulada. Portanto, cada membro é obrigado a se responsabilizar por candidatos em campos totalmente diferentes, sobre os quais não se oferece nenhuma informação a não ser por uma lista de publicações e tributos contidos num livreto que acompanha a cédula. Eu encontro uma analogia entre esta situação e um diretor de um laboratório sendo o coautor de artigos sem saber seu conteúdo. No entanto, por acaso reconheci um nome na Classe V, o de Samuel P. Huntington. Então

eu decidi levar a sério minha responsabilidade como membro da NAS e observar mais a fundo suas qualificações.

Na época dos eventos relacionados neste livro, Huntington era Diretor do Centro de Negócios Internacionais em Harvard. Ele já foi Presidente da Associação Americana de Ciências Políticas e Diretor do Departamento de Governo em Harvard. De acordo com o Índice de Citação de Ciências Sociais 1981-1985, ele é o cientista político mais citado no campo de Relações Internacionais. Alguns dos seus livros são leitura obrigatória em alguns cursos de ciências políticas em várias universidades (por exemplo, em Yale). Além do mundo acadêmico, ele também já foi consultor do Departamento de Estado dos Estados Unidos, do Conselho de Segurança Nacional e da CIA. De 1966 a 1969, ele foi Diretor do Subcomitê Vietnamita do Grupo de Aconselhamento do Desenvolvimento do Sudeste Asiático do Governo dos Estados Unidos. Ele é um dos 3 autores de um Relatório para o Comitê Trilateral³.

Além do meu interesse duradouro por questões educacionais, jornalísticas, sociais e políticas, como membro da NAS, agora eu tenho uma responsabilidade direta pelo papel político da NAS, que emite relatórios sobre assuntos científicos que afetam decisões políticas. Problemas de padrões e precisão e a forma em que opiniões políticas são disfarçadas como “ciência” social são especialmente significativos no contexto das operações da NAS.

As questões que eu levanto sobre o processo de certificação disponível na nossa sociedade em relação à qualidade do que é produzido nas ciências sociais, no jornalismo, na educação e no discurso político também são especialmente significativos no que diz respeito à NAS, que desempenha um papel importante neste processo de certificação. Eu sou contra o fato de a NAS certificar como “ciência” o que são simplesmente opiniões políticas e suas

3 Michel Crozier, Samuel P. Huntington e Joji Watanushi (1975).

implementações. Este tipo de certificação contribui para disfarçar estas opiniões políticas de maneira não crítica como sendo ciência na sala de aula e eu também sou contra isso.

Alego e posso provar que porções significativas das obras de Huntington fazem parecer que determinadas opiniões políticas, ou suas opiniões, estão enraizadas no estudo e na ciência.

África do Sul como uma “Sociedade Satisfeita”? Problemas acadêmicos, jornalísticos e políticos

Em primeiro lugar, vou documentar um exemplo concreto e significativo mostrando como concepções equivocadas são criadas e perpetuadas. Esta seção é uma versão relativamente expandida de um anúncio que publiquei no *Chronicle of Higher Education*, em 3 de fevereiro de 1988.

Na página 55 do seu livro *Political Order in Changing Societies* (Yale University Press, 1968), Huntington se declara capaz de estudar a “frustração sistêmica” e a “instabilidade política”. Ele afirma que uma análise mostrou que “a correlação geral entre frustração e instabilidade era de 0,50”. A análise é de um artigo escrito por Ivo K. e Rosalind L. Feierabend⁴ (publicado em 1966, basicamente reproduzido no livro deles *Anger, Violence and Politics*, Prentice Hall, 1972). “Frustração” é definida naquele artigo da seguinte maneira:

O índice de frustração era um quociente. A pontuação codificada combinada de um país nos seis índices de satisfação (PNB, ingestão de calorias, telefones, médicos, jornais e rádios) era dividida ou pela pontuação codificada de alfabetização ou de urbanização, a que fosse maior.

4 Ivo K. e Rosalind L. Feierabend (1966).

A determinação de uma escala de “instabilidade” foi “desenvolvida” com uma “validação consensual para esta escala de intensidade” ao “pedirmos para juízes classificarem os mesmos eventos ao longo do mesmo contínuo” (veja página 252 do artigo de Feierabend). Não se dá nenhuma indicação de quem eram os juízes. Será que havia um juiz negro da África do Sul entre eles? Mais provavelmente, a “validação consensual” foi realizada por pessoas nos mesmos círculos sociais, políticos e acadêmicos, com as mesmas opiniões e atitudes compartilhadas. Isto não é científico. *Estes chamados cientistas acabam medindo eles próprios em vez do suposto objeto de estudo*, incluindo países do outro lado do mundo como a União da África do Sul.

A União da África do Sul é classificada como tendo “baixa frustração sistêmica” e Huntington classifica a União da África do Sul como sendo uma “sociedade satisfeita”. Esta classificação é especialmente traiçoeira, ilustrando como uma opinião política é disfarçada como “ciência política”.

Será que os 20 milhões de negros estavam (estão) “satisfeitos”? Na década de 1950? Em 1966, quando a análise de Feierabend foi publicada? Em 1968, quando o livro de Huntington foi publicado? Hoje? Ao medir o PNB, a ingestão de calorias, telefones, médicos, jornais e rádios, nem Feierabend nem Huntington descobriram a insatisfação entre a grande maioria na África do Sul. Uma finalidade da ciência é medir ou descrever alguma coisa lá fora, refletir como essa coisa se comporta, ou no caso de seres humanos, também o que essa coisa pensa. A análise de Feierabend e seu relato não crítico feito por Huntington deixam de levar em conta de maneira espetacular o que é importante para 20 milhões de negros. A decisão deles sobre como estudar os povos não é científica. Trata-se de uma decisão política.

A história da África do Sul até 1966 e 1968, quando a análise de Feierabend e o livro de Huntington foram publicados, fornece evidência em primeira mão de incompetência profissional e estudo defeituoso da parte de Huntington e Feierabend, assim como evidência de que suas opiniões políticas são disfarçadas como ciência. Distúrbios na África do Sul foram relatados ao longo da última década no *The New York Times*, por exemplo. Após o massacre de Sharpeville de março de 1960, *The New York Times* editorializou (22 de março de 1960): “Foi fácil de matar aproximadamente 50 homens e mulheres e ferir muitos mais. Mas com qual frequência isto pode ser feito? Será que isso realmente resolveu qualquer coisa? Será que os sul-africanos acham que o resto do mundo ignorará esse massacre? Talvez seja necessário um horror como o massacre em Sharpeville para trazer para casa para os próprios sul-africanos brancos o mal que a política do apartheid representa”. Não sei sobre o resto do mundo, mas Feierabend, em 1966, ao estabelecer seu índice de frustração e Huntington, em 1968, efetivamente ignoraram o massacre de Sharpeville e vários relatórios de conflito de negros na África do Sul durante a década anterior.

O impacto do trecho no livro de Huntington que classifica a União da África do Sul como uma sociedade satisfeita e da análise de Feierabend na qual ele se baseia, não é científico. Ele é político, jornalístico e educacional.

O próprio Huntington nunca me respondeu diretamente sobre nenhuma das críticas específicas que fiz sobre suas obras, apesar de eu ter enviado para ele sistematicamente o que eu distribuí sobre ele. Ele até agradeceu o recebimento do meu material a um jornalista, que repetiu para mim. Por outro lado, na *The New Republic* datada de 27 de julho de 1987, Fareed Zakaria citou Huntington respondendo à objeção à classificação da África do Sul como uma sociedade satisfeita:

[...] O termo ‘satisfeito(a)’ tem a ver com o fato de existirem ou não sinais mensuráveis de que as pessoas estão satisfeitas ou não com a sua sorte. Essa sorte pode ser boa, razoável, ou horrível; o que este termo específico está descrevendo é o fato de, por alguma razão, não estarem protestando contra isso. Quando este estudo [...] foi realizado no começo da década de 1960, não tinha havido nenhuma grande revolta, greve ou motim [na África do Sul]. A França, por outro lado, tinha acabado de passar por uma crise constitucional e por uma tentativa de golpe de estado⁵.

Esta citação amplifica o texto de Huntington e o “estudo” a que se refere é o artigo de Feierabend [citado na nota 8]. Trata-se de uma experiência social e educacional interessante pedir para pessoas escreverem seus comentários (independentemente da sua área de especialização) no que diz respeito a esta resposta e eu peço para os leitores fazerem isso aqui antes de lerem o restante deste capítulo. Então eles poderão comparar suas respostas com a documentação fornecida na imprensa internacional e em outras mídias ao longo das últimas duas décadas. Huntington nunca respondeu minhas solicitações de esclarecimento, ou minha carta perguntando a ele se ele tinha sido citado corretamente e nenhuma correção apareceu. Então eu tenho tido que lidar com um relato jornalístico do que Huntington disse e com a força jornalística por trás desse relato.

A resposta de Huntington na *The New Republic* mostra pelo menos duas coisas. Em primeiro lugar, Huntington desconhece os “sinais mensuráveis” usados no estudo citado no seu próprio livro (PNB, ingestão de calorias, telefones, médicos, jornais e rádios).

5 Fareed Zakaria, *The New Republic*, 27 de julho de 1987.

Ele expõe sua ignorância exatamente num contexto em que ele está supondo que, como forasteiro, eu desconheça o significado técnico de termos na ciência política e, portanto, que eu não esteja qualificado para julgar suas obras. Além disso, estes “sinais mensuráveis” fornecidos de maneira não crítica por Huntington são simplesmente escolhas políticas que refletem um panorama político, porém disfarçado de ciência.

Em segundo lugar, Huntington desconhece a história da África do Sul. Ele chama de “fato” de que não tinha havido nenhum grande motim, nenhuma grande greve ou nenhuma grande revolta na África do Sul antes do começo da década de 1960. Mas a afirmação de “fato” de Huntington é historicamente falsa e muitas pessoas sabem que é falsa, apesar de aparentemente não para Huntington ou para o repórter da *The New Republic*... Mais de 50 páginas de artigos do *New York Times* relataram motins, greves, tiros da polícia contra multidões e outros distúrbios na África do Sul entre 1951 e 1960, culminando com o massacre de Sharpeville de março de 1960 em que 50 pessoas foram mortas. Foi notícia internacional no mundo todo por vários dias. (Veja Apêndice 2. Eu agradeço a Annette Flowers pela sua ajuda em pegar os artigos do *The New York Times* da biblioteca).

Portanto, a *The New Republic* expôs seus leitores a uma falsificação da história sob a autoridade do Presidente da Associação Americana de Ciência Política, também Diretor do Centro de Negócios Internacionais em Harvard e supostamente um especialista de relações internacionais. Desta forma, a *The New Republic* contribui para as concepções equivocadas nos Estados Unidos sobre os problemas de 20 milhões de negros na África do Sul. Como os leitores da *The New Republic* e os que ficarem sabendo do artigo de Zakaria de ouvir falar poderão tomar decisões políticas e sociais sensíveis quando eles estão tão desinformados?

Como cidadão e educador, estou preocupado com a disseminação irresponsável dessa informação equivocada. Uma implicação para o resto do mundo da atitude política de Huntington na imprensa é que, para serem ouvidos por alguns membros do estabelecimento da ciência política dos Estados Unidos, as pessoas precisam pelo menos encenar um motim ou uma greve. Esta atitude é censurável *per se*. Uma sociedade pode ser tão repressiva que talvez seja necessário olhar além de motins, greves e distúrbios para encontrar sinais de insatisfação.

Mesmo que as pessoas encenem motins ou greves, esses eventos ainda podem não ser levados em consideração, mesmo que sejam noticiados no *The New York Times*. É claro que nem todo protesto ou greve na África do Sul noticiado no *The New York Times* é necessário para documentar que as pessoas estejam insatisfeitas. O que ocorre é que atualmente essas notícias estavam disponíveis imediatamente e eu não tive que procurar mais. Ainda seria interessante estudar para comparar a cobertura jornalística de diversos países do protesto na África do Sul entre 1945 e 1966 e em 1968, por exemplo, *Le Monde*, *Le Figaro*, *Die Zeit*, *Frankfurter Allgemeine*, *Pravda*, *Izvestia*, *The London Times*, *La Prensa* e de jornais da África do Sul que eu não conheço hoje. Mas não tenho nenhuma pretensão de ser um cientista político, quanto menos de me especializar em relações internacionais.

Além disso, Huntington já foi consultor do Conselho de Segurança Nacional, do Departamento de Estado e da CIA. Cinco professores de Harvard do Departamento de Governo e do comitê executivo, Centro de Negócios Internacionais, escreveram para o *The New York Times* em 17 de maio de 1987: “A famosa obra do Professor Huntington já foi caracterizada por criatividade

interpretativa, estudo amplo, pensamento disciplinado e uma preocupação com recomendações de política”⁶.

Pensar que a política externa do governo americano e que as “recomendações políticas” podem às vezes se basear na informação equivocada (“criatividade interpretativa”?) fornecida por Huntington é incômodo. As visões de Huntington são fornecidas de maneira não crítica não apenas no jornalismo político e na arena política. Além da carta dos cinco professores de Harvard, existem mais provas de que a aceitação não crítica do livro de Huntington é amplamente espalhada no mundo acadêmico. “Amplamente espalhada” não significa universal, verifique os comentários de Henry Bretton no Apêndice 1, mas Annette Flowers escreveu para mim:

Acho irritante o fato de opiniões políticas disfarçadas de estudo poderem ficar sem serem questionadas por tanto tempo. Como estudante da graduação com especialização em sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, percebo o prejuízo que Huntington causou para as ciências sociais e, como mulher negra, percebo o prejuízo que ele causou aos 20 milhões de negros da África do Sul... O que mais me preocupa é que até você se esforçar para verificar mais a fundo as qualificações de Huntington para eleição para a Academia Nacional de Ciências, o livro de Huntington *Political Order in Changing Societies* não tinha sido analisado de maneira crítica...

De fato, o livro de Huntington já é leitura obrigatória no curso de Ciência Política 111b na Universidade de Yale há muitos anos.

6 Os cinco professores eram Robert Keohane, Stanley Hoffmann, Joseph Nye, Jr, Robert Putnam e Sydney Verba, sendo que este último era membro da Academia Nacional de Ciências.

Com que grau de crítica ele é analisado nesse curso? Em 1987, um estudante do segundo ano em Yale que fez o curso, Joshua Katz, originalmente questionou a classificação da África do Sul como uma “sociedade satisfeita” numa carta inédita para *Science*. Katz pediu ao Professor Westerfield, que estava lecionando o curso, para distribuir sua análise em sala de aula. Em vez de apontar para o artigo de Feierabend, em vez de discutir a história da África do Sul, em vez de apontar para a cobertura do *New York Times* ao longo de duas décadas de eventos na África do Sul, o Professor Westerfield pediu para Katz não distribuir seus comentários críticos e efetivamente impediu uma discussão das suas contestações. O Professor Westerfield também me escreveu sem lidar com qualquer uma das minhas críticas concretas e simplesmente afirmou que Huntington era o Presidente da Associação Americana de Ciência Política. Esse fato e seu “conhecimento de uma vida toda de [Huntington] e suas obras” era o bastante para ele! Assim nós vemos um professor citando autoridade em vez de responder perguntas críticas em sala de aula. Contestei na época e continuo a contestar esse disfarce de educação e fracasso de responsabilidade acadêmica. Aqui nós vemos um efeito possível de eleger Huntington para a NAS. Ao fazer isso, a NAS certificaria Huntington como um “cientista” (político) e estaria certificando a qualidade do tipo de escritos políticos fornecidos por Huntington. Ao fazer isso, a NAS estaria desempenhando um papel importante influenciando o que é usado e aceito como tendo autoridade na sala de aula. A contribuição de Huntington no relatório à Comissão Trilateral fornece um contexto para suas opiniões sobre o papel de escolas para “doutrinar os jovens”. (Veja, por exemplo, a seção chamada “A Deslegitimação da Autoridade”, p. 162).

O que acontece em outras universidades onde o livro de Huntington é leitura obrigatória? Robert D. Putnam, Diretor do Departamento de Governo em Harvard, escreveu que o livro

“merece sua reputação por ser um dos verdadeiros clássicos da ciência política moderna”⁷. Por outro lado, o antropólogo de Yale Leopold Pospisil (que é membro da NAS), escreveu a Katz: “Eu sou um cientista social que uso a mesma terminologia que você usou na sua carta [para *Science*] e eu admiro a coragem do Professor Lang e sua integridade científica na ciência social. Você me permitiria reproduzir sua carta para o benefício de estudantes e colegas”?

Acontece que Zakaria se formou em Yale. Em 1987, quando ele escreveu o artigo no *New Republic*, ele era um estudante da pós-graduação no Departamento de Governo de Harvard. (Ele não foi identificado como tal na *The New Republic* e alguns jornalistas consideram inadequado não identificar a filiação profissional nesse contexto). Portanto, nem Yale nem Harvard conseguiram ensinar a história da África do Sul a Zakaria. Se comentários críticos fossem permitidos no curso de Ciência Política 111b, talvez o ensino tivesse tido mais sucesso. Zakaria forneceu uma falsificação da história na mídia (“criatividade interpretativa”?). O curso de Ciência Política 111b é responsável por distribuir opiniões políticas e pela escolha política das chamadas metodologias (como as de Feierabend e S. P. Huntington) a estudantes de Yale, disfarçadas de ciência e por informar os estudantes de maneira equivocada. Faz muita diferença se os estudantes são treinados em selecionar PNB, ingestão de calorias, telefones, médicos, jornais e rádios como “sinais mensuráveis” ou se eles se tornam sensíveis para entenderem o fundamentalismo religioso no Irã, o apartheid na África do Sul, o colonialismo no Vietnã e na Argélia, etc. A informação equivocada e o ensino não crítico afetam a maneira pela qual os estudantes acabam percebendo a África do Sul (e outros países) quando entram no mundo mais tarde como professores, jornalistas ou políticos. As decisões desses estudantes podem afetar as vidas e os destinos de populações inteiras.

7 Samuel P. Huntington (1971).

Em 1966, a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) concedeu o “Prêmio Sociopsicológico”, agora conhecido como o Prêmio de Sociologia Comportamental, a Ivo K. e Rosalind L. Feierabend, por um artigo chamado “Systematic Conditions of Political Aggression: An Application of Frustration-Aggression Theory”, que é basicamente o artigo com o qual estamos lidando. Portanto, a AAAS também está envolvida na certificação de estudos indesejados e de pseudociência se passando por ciência.

Além disso, uma atmosfera geral de coleguismo em universidades inibe que se levante questões críticas. Por exemplo, o Reitor de Yale William Norhaus escreveu para mim em relação à questão de Huntington em junho de 1987:

Precisamos reunir todas as nossas forças para combatermos a ignorância e a superstição que prevalece fora daqui. Nossa missão como instituição para a preciosa nutrição de ideias e estudiosos fica muito prejudicada quando dependemos de nós mesmos, quando nós evitamos aquele grama a mais de confiança e perdão.

Mas a opinião de que a África do Sul era uma “sociedade satisfeita” antes “do começo da década de 1960” é “ignorância e superstição” tanto dentro quanto fora daqui.

Assim, nós vemos como concepções equivocadas são criadas e perpetuadas numa cadeia de informações equivocadas: Feierabend → AAAS Prize → livro de Huntington → curso de Ciência Política 111b e o Professor Westerfield como instrutor → *The New Republic* e o repórter Fareed Zakaria → Os cinco professores de Harvard que escreveram para o *The New York Times* → Reitor da Universidade de Yale.

O Reitor faz parte desta cadeia na medida em que ele contribui para a atmosfera não crítica e encobre outras (*de facto*: eu não lido

com intenções). Os cinco professores de Harvard fazem parte desta cadeia pela mesma razão e também na medida em que eles lecionam ou permitem que se leccione aqueles cursos que fingem que a África do Sul era uma “sociedade satisfeita” antes do “começo da década de 1960”; ou na medida em que eles permitem que um estudante de pós-graduação perpetue esse mito na mídia. A *The New Republic* jamais publicou nenhuma correção.

Como cidadão e professor de Yale, eu acho que em parte é minha responsabilidade combater a ignorância e a superstição, tanto dentro quanto fora daqui. Falsificações da história como as contidas no livro de Huntington e no curso de Ciência Política 111b afetam a África do Sul e podem prejudicar pessoas no mundo todo. Nossa missão como instituição fica “muito machucada” quando nós as permitimos ou as desculpamos, não quando as confrontamos e documentamos sua falsidade. Mas eu não vejo os problemas que discuti como problemas de ciência social *per se* e sim de como determinadas pessoas praticam suas profissões, de como elas constroem sua própria realidade e de como elas dão a esta realidade uma força nas esferas política e jornalística e na sala de aula (como no curso de Ciência Política 111b).

Ordem política em sociedades em transição

Political Order in Changing Societies (Yale University Press, 1968) é um dos livros mais famosos de Huntington e foi um dos três livros oferecidos como prova das contribuições científicas de Huntington quando ele foi eleito para a Academia Nacional de Ciências. Neste livro, Huntington se propõe a lidar com sociedades em transição, especialmente países em desenvolvimento, sua ordem política e os fatores que entram nesta ordem. Agora descreverei o contexto mais amplo para a classificação da África do Sul como uma “sociedade satisfeita” no livro de Huntington. Uma pessoa (não acadêmica) que tentou ler o material a seguir

quando ele circulou na sua primeira versão parou de ler depois de duas páginas com o comentário: “Isto é demais para mim”. Mas de fato eu considero este material como um tecido pomposo e pretensioso de pseudociência. Eu espero que os leitores não sejam interrompidos por ele, mas que eles se refiram ao material amplamente disponível na imprensa internacional conforme necessário para documentação. Na página 55 encontramos os seguintes trechos em que Huntington discute países em desenvolvimento:

O atraso político do país em termos de institucionalização política torna difícil, se não impossível, as demandas sobre o governo serem expressas através de canais legítimos e serem moderadas e agregadas dentro do sistema político. Daí o grande aumento de participação política origina a instabilidade política. Portanto, o impacto da modernização envolve as seguintes relações:

- (1) Mobilização Social / Desenvolvimento Econômico = Frustração Social
- (2) Frustração Social / Participação Política = Oportunidades de Mobilidade
- (3) Participação Política / Institucionalização Política = Instabilidade Política

A ausência de oportunidades de mobilidade e o baixo nível de institucionalização política na maioria dos países que estão se modernizando produz uma correlação entre frustração social e instabilidade política. Uma análise identificou 26 países com um quociente baixo de formação de necessidade para satisfação de necessidade e, portanto, “frustração sistêmica” baixa e 36 países com um quociente elevado e, portanto, uma “frustração sistêmica” elevada. Das 26 sociedades satisfeitas, apenas seis (Argentina,

Bélgica, França, Líbano, Marrocos e a União da África do Sul) tinham um grau elevado de instabilidade política. Dos 36 países insatisfeitos, apenas dois (Filipinas e Tunísia) apresentavam níveis elevados de estabilidade política. A correlação geral entre frustração e instabilidade era de 0,50.

Quando Huntington resumiu seu próprio livro em outro lugar⁸, ele se referiu às “relações” como sendo “equações”, quando escreveu:

O impacto da modernização sobre a estabilidade política é mediado através da interação entre mobilização social e desenvolvimento econômico, frustração e oportunidades de mobilidade não políticas e participação política e institucionalização política. Huntington expressa as relações numa série de equações (62) (p. 314, nota 62 refere-se ao livro dele).

Portanto, Huntington escreve sobre si mesmo na terceira pessoa e as “equações” são as listadas como (1), (2), e (3) acima.

Mistificação e Intimidação

Conforme Koblitz observou⁹, Huntington não informa ao leitor em qual sentido estas relações são equações. Como Huntington mensura “instabilidade”, “frustração social”, “mobilização social”? Abreviando as equações na forma

$$A/B = C; C/D = E; E/F = G$$

será que podemos concluir, de acordo com a álgebra da sétima série¹⁰, que

$$A = BC = BDE = BDFG,$$

8 Samuel P. Huntington (1971).

9 Neal Koblitz (1981).

10 N.E.: Basicamente equivalente aos níveis.

ou seja, que “a mobilização social é igual ao desenvolvimento econômico vezes as oportunidades de mobilidade vezes a institucionalização política vezes a instabilidade política”? E Koblitz observa: “O uso que Huntington faz de equações produz efeitos-mistificação, intimidação, uma impressão de precisão e profundidade...”. Huntington não consegue definir exatamente o que estes termos significam, ou como ele lidou com eles em termos quantitativos. Especificamente, como alguém deve interpretar a frase: “A correlação geral entre frustração e instabilidade era de 0,50”. Qual é o significado dos dois números decimais?

No livro de Huntington *Political Order in Changing Societies* não há nenhuma discussão sobre como números foram atribuídos a noções vagas como frustração e instabilidade. No que me diz respeito, a frase deste livro citada anteriormente¹¹ é uma tolice. Huntington dá “correlações” semelhantes a duas ou três casas decimais, em mais de uma dúzia de casos (veja Apêndice I) então a que eu mencionei não é um exemplo isolado.

Nós já vimos como a correlação de 0,50 foi tirada do artigo de Feierabend. Na verdade, a referência de Feierabend dá a correlação de 0,499, entre outras correlações, da seguinte maneira:

A correlação produto-momento entre modernidade e estabilidade é de 0,625; a correlação entre o chamado índice de frustração e a estabilidade é de 0,499. Um η (*eta*) calculado entre os índices de modernidade e estabilidade, para mostrar curvilinearidade de relacionamento, é de $\eta = 0,667$, que não é significativamente diferente do r de Pearson de 0,625.

O artigo de Feierabend já contém declarações e relações como:

11 N.E.: Ou seja, “a correlação geral entre frustração e instabilidade era de 0,50”.

Na primeira hipótese, a discrepância entre necessidades sociais e satisfações sociais é postulada para ser o índice de frustração sistêmica. A relação é representada da seguinte maneira:

baixa satisfação da necessidade / elevada formação da necessidade = frustração elevada

[...] As noções altamente teóricas de satisfação da necessidade e formação da necessidade foram traduzidas em definições possíveis de serem observadas [...].

E na página 258 eles dão a definição que já citamos, no seguinte contexto:

O índice de frustração era um quociente. A pontuação codificada combinada de um país sobre os seis índices de satisfação (PNB, ingestão calórica, telefones, médicos, jornais, and rádios) era dividido pela pontuação da alfabetização codificada ou da urbanização codificada, a que fosse maior. (Veja nota 8*)

Os dados sobre as variáveis independentes foram coletados para os anos 1948-1955 enquanto as classificações de estabilidade foram feitas para os anos entre 1955-1961. Supôs-se que ocorreria alguma lacuna antes de frustrações sociais serem sentidas em agressões políticas, ou seja, instabilidades políticas.

**Nota 8: A dificuldade de dividir estes indicadores altamente correlacionados deve ser observada. Cada um contém algum componente de erro devido ao relato não confiável de dados transnacionais. Para uma estimativa*

de erro em dados transnacionais, veja Russett (1964) e Rummel (1963).

Os resultados são mostrados na Tabela 3 p. 259, em que a União da África do Sul é classificada como tendo “frustração sistêmica baixa”. No que me diz respeito, esta conclusão, as correlações de Feierabend de 0,625, 0,499, o cálculo de η e a Tabela 3 eram tolice. Observe como a opinião política de Huntington sobre a União da África do Sul ser uma “sociedade satisfeita” é incorporada num tecido de pseudociência que consiste de “equações”, “correlações”, números decimais, “quocientes” e um tipo de linguagem que dá a ilusão de ciência sem nada da sua substância.

Além disso, não se trata de uma questão de se a “matemática” está correta. Toda a abordagem, aceita e fornecida por Huntington, é absurda. Agora eu tentarei explicar o motivo disso, num contexto mais amplo do que a África do Sul¹².

Falta de Perspectiva: França e Bélgica

É significativo medir a “frustração social” ou o “desenvolvimento econômico” ou a “instabilidade política” de acordo com alguma escala absoluta, aplicável em todos os momentos, a todos os países, ou a diversos países conforme estão listados no parágrafo após as equações? Huntington (seguindo de maneira não crítica a Tabela 3 de Feierabend) lista França, Bélgica e a União da África do Sul como sociedades “satisfeitas” com “graus elevados de instabilidade política”, enquanto as Filipinas são apenas um de dois países “insatisfeitos” com “níveis elevados de instabilidade política”. O livro de Huntington foi escrito em 1968. O artigo de Feierabend foi publicado em 1966. Será que a “estabilidade ou instabilidade política”, digamos, da Bélgica, pode ser comparada

12 NE: Para notícias de eventos na década de 1970 em correspondência sobre a vida sob o *apartheid*, veja o Capítulo 32, de Lilian Ngoyi.

com a da Argentina ou a das Filipinas? Você realmente acha que a Bélgica era (é) politicamente instável, quanto mais num nível elevado? Será que a instabilidade política deve ser medida no curto prazo, no longo prazo (o último ano, os próximos 5 anos, os próximos 10 anos, os próximos 20 anos)? Qual é a relevância de dados sobre as “variáveis independentes” reunidas para os anos de 1948 a 1955? Será que esta relevância é uniforme para todos os países envolvidos? Será que estas próprias variáveis são significativas? Será que podemos até mesmo aceitar as condições de Feierabend e Huntington, com as palavras “variáveis independentes” nesse contexto?

Eu, por exemplo, nem aceito suas condições para uma discussão. O erro é muito maior do que se preocupar com “uma estimativa de erro em dados transnacionais”.

Será que a França e a Bélgica apresentam “graus elevados de instabilidade política” no mesmo contexto que o Marrocos e a União da África do Sul? Eu acho que não. Eu não sei como a Bélgica pode ter sido classificada como tendo “instabilidade política elevada”. Nem Feierabend nem Huntington explicam como. Eu sei que os elementos flamengos e franceses na Bélgica às vezes têm uma tensão entre eles, mas e daí? A França na década de 1950 passou pelas Guerras do Vietnã e da Argélia. O final destas guerras causou alguns distúrbios políticos, inclusive uma tentativa de Golpe de Estado contra de Gaulle realizada por alguns líderes militares. Mas uma mensuração de 0,499 na tabela de Feierabend (o que quer que isso signifique) e a classificação da França como tendo um “grau elevado de instabilidade política” sem nenhuma explicação junto do colonialismo, dos seus efeitos restantes sobre a França (mas não sobre a Inglaterra, Alemanha, Itália ou Espanha na época) não são ciência e eu contesto que sejam certificados dessa forma. Jogar a França para suas correlações de 3 números decimais gera a tolice por não ter levado em conta as circunstâncias especiais da França.

Não há dúvida que se possa fazer uma correlação entre quaisquer dois conjuntos de eventos usando estatísticas definidas de maneira arbitrária. E daí? Huntington (e Feierabend) simplesmente empilhavam números, o que gerava absurdos.

* * *

Apêndice 1

Criação Adicional de Mitos a Partir de *Political Order in Changing Societies*

Eu já documentei como o mito criado por Huntington em relação à África do Sul está relacionado com o contexto educacional, jornalístico e político. Agora vou reproduzir outros que o cientista político Henry L. Bretton escreveu para mim. Estes mostrarão que os exemplos que eu selecionei não são casos isolados e também mostrarão que eu não estou condenando todos os cientistas políticos indiscriminadamente.

Comentários de Henry L. Bretton Fevereiro de 1989

Quero acrescentar alguns comentários sobre as “interpretações criativas” não matemáticas de Huntington. Eu me referi ao seu *Political Order in Changing Societies* (Yale, 1968). Esse livro parece ser relevante para a polêmica uma vez que foi oferecido como prova das qualificações de Huntington para ser membro da NAS, pelo que eu entendo. Seus seguidores, especialmente o Diretor do seu Departamento, identificaram essa obra específica como “um clássico”, que evidentemente por si só não significa muita coisa uma vez que há vários séculos obras que provavam que a Terra era achatada também foram identificadas como sendo clássicos.

Diz-se que a obra ganhou um amplo elogio. Isso é verdade. Mas até aí, em terra de cego quem tem um olho é rei. Em 1968, os acadêmicos nos Estados Unidos estavam apenas começando a tomarem consciência do Terceiro Mundo. Eles e, mais ainda, seus pupilos, ficavam facilmente impressionados com qualquer coisa sobre esse mundo que transmitisse a aura de autoridade e Huntington tem bastante talento para apresentar generalizações inúteis, erradas, totalmente sem sustentação e falsas com autoridade. Eu conheço bastante esse assunto e nunca achei essa obra útil para mim. Aliás, ela é inútil principalmente por não ser confiável.

Neste livro, fora a tolice pura e simples – veja abaixo – ele fabrica mitos de maneira imprudente sobre “sociedades em transição”. Onde ele não está fabricando, ele reproduz de maneira precipitada e totalmente não crítica mitos fabricados por “autoridades” com boa reputação na época. Especialmente prejudicial à sua reputação como estudioso é a ausência flagrante na sua obra de uma prova contraditória disponível na época. Ele estabelece seu curso, inventa e fabrica, não sendo dissuadido por uma pesquisa que seria qualificada como verificação ou até mesmo como exame. Aqui também existem métodos de pesquisa medíocres, inconsistência, até mesmo falta de coerência e comentário de cabeça que desafia os esforços de verificação.

Como o livro avança em direções falsas, informações equivocadas, amplos exageros, baseados nos dados mais insuficientes – se este for o termo mais adequado – ele é totalmente não confiável e, portanto, é inútil como fonte. No entanto, se ele foi usado, foi porque, conforme já se observou, professores até agora totalmente desinformados e estudantes ainda menos informados avidamente determinaram, em um caso e leram, no outro, o que parecia confiável e Huntington entendia isso bem demais. É difícil

de acreditar que ele levasse a sério tudo que ele oferecia neste livro. Mas se esse não fosse o caso, ele enganou os seus leitores.

É minha opinião considerada que uma obra dessa qualidade não deveria ser aceita numa dissertação. Aliás, não aceitei isso em dissertações escritas por meus alunos da graduação. Conforme afirmei em outro lugar, no que diz respeito a áreas em desenvolvimento, ao desenvolvimento político em sociedades em transição ou à ordem política, Huntington me faz lembrar de um computador programado de maneira inadequada, escaneando dados da Lua e mostrando que ela tem formato de pera.

A seguir, algumas ilustrações selecionadas do que eu estou falando. Muitas outras podem ser encontradas nesse “clássico”.

“Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética têm formas diferentes de governo, mas em todos os três sistemas o governo governa. Cada país é uma comunidade política com um amplo consenso entre as pessoas sobre a legitimidade do sistema político. Em cada país os cidadãos e seus líderes compartilham uma visão do interesse público da sociedade e das tradições e princípios nos quais a comunidade se baseia”. [E assim por diante nesse caminho] (p. 1).

Seria interessante aprender em qual evidência isto se baseia, especialmente a afirmação de consenso sobre a legitimidade do regime comunista, a partir de 1968.

“A participação das massas caminha de mãos dadas com o controle autoritário. Como na Guiné e em Gana, trata-se da arma do século XX para modernizar centralizadores contra o pluralismo tradicional” (p. 136).

A partir de 1968, nem um país nem outro mostrou nem uma centelha de “participação das massas”. Tanto a Guiné quanto Gana tinham se afundado economicamente. A infraestrutura da Guiné, longe de ser modernizada, tinha parado de maneira estridente e Gana estava decaindo constantemente.

“[...] o país árabe mais democrático, aliás o único país árabe democrático [...]” (p. 137).

Refere-se ao Líbano, que nunca foi uma democracia, baseado como era numa fórmula de acordo político – que [...] pouco tempo depois desmoronou completamente.

A lista pode ser ampliada. Para parafrasear um candidato a Vice-Presidente na campanha eleitoral recente. Eles dizem que isto é um clássico. Eu conheço clássicos. Isto não é um clássico.

Henry L. Bretton, Professor Emérito Ilustre
Ciência Política, Universidade do Estado de Nova York,
Brockport

* * *

Apêndice 2

Correlações Decimais

Aqueles que apoiam Huntington às vezes alegaram que ele não se envolve em ciências sociais quantitativas ou que ele faz isso minimamente. Por outro lado, ao recomendá-lo para a Academia, seus seguidores afirmaram que “ele sustenta esta teoria [qualquer que ela seja] com análises quantitativas comparativas e estudos de caso longitudinais”. Portanto, a pessoa está diante de afirmações contraditórias. No *Boston Globe* (30 de abril de 1989), afirma-se: “Huntington defendeu seu uso de símbolos matemáticos como

um meio de “resumir um conjunto complexo de relacionamentos entre uma grande quantidade de variáveis” e disse que ele não pretendia apresentá-las como uma ferramenta quantitativa rigorosa. Ele também afirmou que Lang “tira as equações do contexto”. Os leitores podem verificar o contexto por si próprios (as correlações decimais, o “quociente de frustração”, etc.).

Para que algumas pessoas não pensem que eu escolhi decimais acidentais na página 55 do livro de Huntington *Political Order in Changing Societies*, eu listarei a seguir vários números decimais que ocorrem ao longo de aproximadamente 20 páginas no seu livro. Omito as referências das notas de pé de página.

“Um estudo produziu uma correlação de 0,625 (n = 62) entre estabilidade política e um índice composto de modernidade definido em termos de oito variáveis sociais e econômicas” (p. 39).

“... em 74 países, a correlação entre Produto Nacional Bruto per capita e mortes por violência doméstica grupal era de -0,43” (p. 40).

Uma tabela contém números de “percentual instável”: como 50,0; 83,3; 95,6; 80,0; 21,7 (p. 43).

“Para o continente como um todo, a correlação entre renda per capita e a quantidade de revoluções é de 0,50 (n = 18)” (p. 44).

“De maneira semelhante, a taxa combinada de mudança sobre seis de oito indicadores de modernização (educação primária e pós-primária; consumo de calorias; custo de vida; rádios; mortalidade infantil; urbanização; alfabetização e renda nacional) para 67 países entre 1935 e 1962

correlacionou 0,647 com instabilidade política naqueles países entre 1955 e 1961” (p. 45).

“Para 66 nações, por exemplo, a correlação entre a proporção de crianças em escolas primárias e a frequência de revoluções era de $-0,84$. Ao contrário, para 70 nações a correlação entre a taxa de mudança para matrículas no ensino fundamental e instabilidade política era de $0,61$ ” (p.47).

“Durante a década de 1950, a correlação entre a taxa de crescimento econômico e a violência doméstica grupal para 53 países foi uma levemente negativa de $0,43$... De maneira semelhante, a correlação para 70 países da taxa de mudança na renda nacional entre 1935 e 1962 era de $-0,34$; a correlação entre a mudança na renda nacional e a variação na estabilidade para os mesmos países no mesmo ano era de $0,45$ ” (p.51).

“A correlação geral entre frustração e instabilidade era de $0,50$ ” (p. 55).

“Para 18 países uma correlação de $0,34$ foi encontrada entre o índice de Gini de desigualdade na renda antes dos impostos e mortes por violência política; para 12 países a correlação entre a desigualdade de renda depois dos impostos e a violência política era de $0,36$. Uma prova mais substancial existe, no entanto, para vincular desigualdades na propriedade da terra à instabilidade política. Num estudo de 47 países, Russett descobriu uma correlação de $0,46$ entre um índice de Gini de desigualdade na propriedade da terra e mortes por violência doméstica grupal” (p. 56).

“Este é realmente o caso e descobriu-se que a correlação de desigualdade na propriedade da terra com mortes violentas era de aproximadamente 0,70 em países agrícolas” (p. 57).

* * *

Apêndice 3

Referências ao *The New York Times*

Artigos sobre a África do Sul antes do começo da década de 1960

Agradeço a Annette Flowers pela ajuda para reunir as seguintes referências da biblioteca do NYT. Interrompi a lista de artigos arbitrariamente, achando na crença de que tinha o suficiente para provar meu argumento. Fiz uma compilação de 50 páginas dos seguintes artigos:

Em 1951: 8 de maio de 1951, p. 8:6: “Strike in South Africa”; 29 de maio de 1951: “Capetown Colored in Worst Rioting”; 30 de maio de 1951 Editorial: p. 20:2: “Rioting in Capetown”.

Em 1952: 27 de junho, p. 1:2: “South Africa’s Non-Whites Begin Race Law Defiance; 132 Arrested”; 28 de junho p. 4:6 “By-election Vote Supports Malan”; 28 de junho Editorial p. 18:2: “Unhappy South Africa”; 29 de junho p. 6:1: “Race Foes Face Riot Charge”; 6 de julho p. 12:3,4: “African Defiance Grows – 40 More Non-Whites Arrested in Passive Resistance Drive”; “Free Unions Score Policy of Malan” – Berlim, 8 de julho – The General Council of the International Confederation of Free Trade Unions Today Wound Up Its Session Here With a Blast Against the Deepest Abhorrence of This Cruel Attempted Imposition in One Section of

the Free World of a Master-Race Society Inspired by Totalitarian Motives”; 8 de julho p. 5, 1: “South African Arrests Rise”; 11 de julho p. 4:6: “Negroes Step Up Their Campaign as 88 More Are Arrested – Leaders Say They Hope to Fill Country’s Prisons”; 13 de julho p. 5.1: “Racial Law Fight Spreads in Africa – New Arrests in ‘Non-Violence’ as Negro Congress Honors Volunteers Defying Ban”; 2 de agosto p. 6:8: “228 South Africans Jailed”; 3 de agosto p. 17:4: “Arrests Fail to Curb Drive in South Africa”; 4 de agosto p. 3:6: “Capetown Jails Negroes – First Arrests Made by that City in Natives’ Anti-Bias Drive”; 5 de agosto p. 6.3: “South Africa Police Again Fight Natives”; 6 de agosto p. 3:7: “More Africans Jailed-Non-Whites Civil Disobedience Spreads to More Cities”; 9 de agosto p. 3:6: Defiance Drive Spreads-South Africa Arrests 135 More for Spurning Segregation”; 17 de agosto p. 4:4: “South Africa Seizes 17 – Arrests in Drive Against Race Laws Now Total 2.263”; 18 de agosto p. 6:3: “79 More Africans Held – Latest Arrests for Defiance Bring Total to 2,300”; 19 de agosto p. 5:5: “Anti Malan Drive Surges – 300 More Negroes Arrested Defying South Africa Bans”; 20 de agosto p. 3:3: “10 Women Face Caning – South African Court Orders Penalty in Race Law Breach”; 27 de agosto p. 9:1: “South Africa Tries Race Ban Defiers – 20 Key Chiefs of Resistance to Segregation Face Court-Followers Rally Outside”.

Em 1953, 19 de março p. 19:3: “Handcuffs Placed on African Priest – Negro Seized in Johannesburg for Lacking Papers is Freed on His Superior’s Plea”.

Em 1955, 28 de outubro p. 12:6: “U.S. URGES CAUTION ON APARTHEID ISSUE – UNITED NATIONS, N.Y., Oct. 26- The United States Urged Today That Care and Caution Be Exercised in Handling the Topic of South African Racial Policies. The Plea Was Made By Representative Chester E. Merrow, New Hampshire Republican, In the General Assembly’s Special Political Committee...”

Um artigo curto sem título de 28 de outubro de 1955 p. 12:6 que eu reproduzo na íntegra: “JOHANNESBURG, SOUTH AFRICA, 27 de OUTUBRO – Mais de 1.000 mulheres negras convergiram hoje nos prédios do governo em Pretória para protestarem contra as leis de segregação radicais do governo. As mulheres entregaram protestos e escritos e depois dispersaram em silêncio”.

Ao longo de todo o ano de 1956: 10 de abril p. 8 Coluna 5: “4 Africans Die in Riot – 8 Hurt as Police Open Fire Near Johannesburg”; 13 de abril p. 50:3 “Police Fire on South Africa Riot”; 17 de abril p. 19:6: “Capetown Negroes Boycott Bus Lines”; 18 de abril p. 13:1: “South Africa Plans New Curb on Critics”; 26 de junho p. 2:6: “Two Die in African Riot”; 24 de julho p. 6:7: “Race Riots Flare in South Africa”; 31 de julho p. 3:4: “Negroes Riot in South Africa”; setembro p. 12:3: “South African Bias Protested”; 28 de outubro p. 6:15: “Police Fire on South Africans”; 6 de dezembro p. 1:3: “South Africa Seizes 140 in Race Dispute”; 9 de dezembro p. 1: “South Africans React – Groups Formed to Assist 140 Held on Treason Charges”; 10 de dezembro p. 3: “Protest Meeting Held”; 14 de dezembro p. 22:7: “South Africa Holds More as Traitors”; 20 de dezembro p. 18:5: “African’s Singing Drowns Out Trial”; 21 de dezembro p. 1: “Police Fire on Mob at Trial in Africa”; 22 de dezembro p. 1:5: “South African Treason Trial Causes New Rioting”.

E os artigos sobre Sharpeville durando, digamos, de 22 a 25 de março de 1960, com cobertura na primeira página e manchetes como: 50 KILLED IN SOUTH AFRICA AS POLICE FIRE ON RIOTERS. E no texto: “Um policial disse que a multidão ‘deve ter incluído todos os africanos do distrito’. A polícia abriu fogo com submetralhadoras, dizimando a vanguarda”. POLICE VIOLENCE IN SOUTH AFRICA CRITICIZED BY U.S. RIOTS CONTINUE IN SOUTH AFRICA. CRISIS IN AFRICA AROUSES BRITAIN. NEHRU CONDEMNS SHOOTINGS. CANADA DEPLORES KILLINGS. BLOC IN U.N. ASKS SESSION ON AFRICA.

Devido à história da África do Sul até o começo da década de 1960, a citação atribuída a Huntington por Zakaria na *New Republic*, 27 de julho de 1987, a citação não crítica que Huntington fez do estudo de Feierabend no seu livro *Political Order in Changing Societies*, p. 55 e o próprio estudo de Feierabend são evidências em primeira mão de incompetência profissional, estudo defeituoso e opiniões políticas disfarçadas de ciência. Eu censuro tanto a NAS quanto a AAAS por certificarem como ciência o que são apenas opiniões políticas, quanto mais opiniões tão distantes da realidade de 20 milhões de negros na África do Sul.

* * *

Serge Lang foi professor de matemática na Universidade de Yale 1972 até em 2005, quando faleceu de problemas cardíacos, aos 78 anos de idade. Nasceu em Paris, em 1927, e formou-se no Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), em 1946. Após um ano e meio no Exército dos EUA, passou um ano no Departamento de Filosofia da Universidade de Princeton e depois no de Matemática, cursando o doutorado em Princeton em 1951. Lecionou matemática na Universidade de Princeton e passou um ano no Instituto de Estudos Avançados. Lang lecionou na Universidade de Chicago, de 1953 a 1955, e na Universidade de Colúmbia, de 1955 a 1970. Foi *Fulbright Scholar* em Paris, em 1958, professor visitante em Princeton, de 1970 a 1971 e em Harvard, de 1971 a 1972. A partir de 1966, passou a atuar política e socialmente preocupado com os problemas de financiar universidades e ameaças à liberdade intelectual pela interferência política e burocrática além da manutenção de padrões éticos e profissionais no mundo acadêmico e científico. Publicou mais de 37 obras, entre livros didáticos de matemática para estudantes da graduação e estudos avançados, publicou mais de 80 artigos de pesquisa, recebeu os Prêmios *Cole* e *Steele*, nos Estados Unidos, além do *Prix Carriere*, na França.



CAPÍTULO 32

CARTAS DA ÁFRICA DO SUL¹

Lilian Ngoyi

Introdução

Lilian Mazediba Ngoyi tornou-se uma figura destacada na política sul-africana durante a década de 1950. Ela foi nomeada Presidente da Liga das Mulheres do Congresso Nacional Africano em 1954 e também passou a ser Presidente da Federação de Mulheres Sul-Africanas. As duas organizações estiveram na vanguarda da luta nacionalista africana contra a implementação do *apartheid* e, por causa do papel que ela exerceu nelas, as autoridades sul-africanas a importunaram e intimidaram muito. Ela foi uma das acusadas no chamado “Julgamento de Traição” que ocorreu em Pretória de 1956 a 1961 e, assim como todos os outros acusados, ela foi absolvida. Em 1960, após a declaração de um Estado de

¹ Este capítulo só foi possível graças à Professora Barbara C. Sproul, fundadora e membra executiva, da Diretoria e do Comitê Múltiplo e ex-secretária geral da Amnesty International USA - AIUSA (1971), coordenadora do grupo da África do Sul, a partir de 1977, coordenadora de caso individual para Lilian Ngoyi (1977-1980) e líder do grupo do Leste Europeu (1985-2005).

Emergência na África do Sul, ela foi detida sem julgamento por cinco meses.

Em 1962, ela foi proibida de frequentar reuniões políticas ou sociais por uma ordem de interdição emitida de acordo com as condições da Lei de Supressão do Comunismo. Em 1963, ela foi detida novamente sem julgamento por 71 dias. Durante os mesmos anos as condições da sua ordem de interdição foram emendadas para limitá-la ao seu distrito de Orlando, em Soweto, uma restrição que a obrigou a abrir mão do seu emprego como trabalhadora qualificada na área do vestuário. Quando a ordem de interdição de Lilian Ngoyi expirou em 1967, ela foi imediatamente imposta outra vez por mais cinco anos. A segunda ordem de interdição teve permissão para expirar em novembro de 1972. Por um período relativamente breve de dois anos e meio, Lilian Ngoyi teve a oportunidade de voltar a uma vida normal. Ela podia falar com quem quisesse e se envolver em outras atividades sociais que costumam ser negadas a pessoas que sofrem interdição.

Mas em maio de 1975, a ordem de interdição foi restabelecida por mais cinco anos. Assim como ocorreu com todas as ordens de interdição, o Ministro da Justiça não deu nenhuma razão específica para a imposição de restrições. Foi afirmado simplesmente que ela tinha se envolvido em atividades com probabilidade de favorecer os objetivos do comunismo. Após a morte de Lilian, na década de 1980, durante várias semanas nas Nações Unidas em Nova York, houve uma cerimônia de homenagem em que estavam presentes representantes do ANC e outras pessoas famosas que discursaram e atuaram em honra da sua memória, incluindo Ntosakhe Shange, o Reverendo William Sloane Coffin, Hugh Masekela, Abdullah Ibrahim, o Embaixador A.B. Clarke, Unsima Lomthwalo e o Reverendo Wyatt Tee Walker. Um enorme funeral com a presença de uma grande multidão também foi feito em Soweto. A nova

clínica pré-natal do Hospital de Soweto recebeu o nome de Lilian Ngoyi em sua homenagem.

A Anistia Internacional começou na Inglaterra em 1961 e a filial nos Estados Unidos foi lançada em 1966. Através da AIUSA (seu primeiro “grupo de adoção” de voluntários, conhecido como “The Riverside Group 3/16”) Lilian Ngoyi foi “adotada” como uma “prisoneira de consciência”². Como coordenadora do caso de Lilian Ngoyi, Barbara C. Sproul se correspondeu com ela por mais de 12 anos. As cartas resumidas neste capítulo são apenas uma amostra da correspondência de 1977. Em resposta ao interesse mundial na época da morte de Stephen Biko durante sua detenção sem julgamento, Sproul editou a correspondência, que foi publicada no *New York Times*, enchendo toda a página do editorial no sábado de 6 de maio de 1978. Como Lilian estava interdita na época e proibida de publicar, então as cartas apareceram como anônimas.

Em 2005, a Professora Sproul foi à África do Sul e lembra: “Eu tive o grande prazer e emoção de ir à casa de Lilian na Rua Nkungu e de me encontrar com sua filha. Olhar pela janela da sala de estar de Lilian, que ela havia descrito para mim tantas vezes, foi simplesmente maravilhoso”.

7 de abril de 1977: [...] alguns dos alunos não escreviam suas provas porque alguns professores e alunos continuavam detidos [...] Em outras palavras, estes alunos empurraram a luta adiante e, portanto, é preciso contar até dez antes de comentar [...] Nossa situação de vida como negros é bem diferente da de vocês aí, especialmente quando nós, neste país, precisamos ter um tipo diferente de educação [...] Às vezes a vida é cruel e a pessoa precisa passar por julgamentos [...].

2 A Anistia Internacional define um “prisoneiro de consciência” como qualquer indivíduo perseguido, punido ou submetido a uma punição cruel e incomum (tortura) e/ou detido sem julgamento devido às suas crenças individuais ou religiosas, desde que essas crenças nem defendam nem tolerem a violência.

19 de abril de 1977: [...] Nesta época de julgamento, ajuda muito saber que os amigos estão pensando em nós como Seres Humanos. A situação aqui é relativamente tensa, nunca se sabe o que o amanhã nos reservará. Nossas casas, por exemplo, onde eu vivo são apenas caixinhas de fósforo e os quintais são muito pequenos. Agora o telhado da minha casa é de cimento, as paredes são de cimento, o piso é de cimento. No inverno estas casas são uma geladeira e no verão, um forno. Nenhum branco neste país jamais poderá ser acomodado nelas. Esta semana nos disseram que o preço do aluguel irá aumentar, isto sem contar a eletricidade. Então antes que nós, os pais, pudéssemos protestar, os alunos já estavam na linha de frente e a polícia interveio, então uma cervejaria numa das áreas de Soweto foi incendiada. Às vezes eu imagino se algum dia Deus responderá para nós. O que eu quero dizer é que o modo de vida bárbaro não deveria ser a ordem do dia. A humanidade deveria ser respeitada ... vocês não parecem saber o quanto eu aprecio suas cartas. Acreditem, elas são as minhas companheiras.

15 de junho de 1977: [...] a situação não está melhorando em nada e não é promissora [...].

30 de junho de 1977: [...] os alunos estavam se organizando para lembrarem dos eventos de 26 de junho do ano passado, quando muitas pessoas morreram. A polícia interveio contra os manifestantes e isso gerou o motim. Foi horrível de se ver. Gás lacrimogêneo contra pedras. Detenção e prisão do líder estudantil. Você pode acreditar em mim querida, Soweto é uma província autônoma. Você poderia imaginar que todas as escolas tivessem se organizado para marchar até John Vorster, que é a sede da polícia na cidade? Eu e muitas outras pessoas, especialmente mães, tivemos que usar apenas toalhas para amarrarmos nossas barrigas, como se fôssemos uma criança engatinhando em direção a um obstáculo

quente, que a deixará com queimaduras de terceiro grau ... A marcha de protesto foi um inferno, até agora meus nervos estão dilacerados. Oh! Deus salve nosso lindo país[...] Eu gostaria que Deus pudesse abrir os olhos especialmente dos brancos, porque já estamos cansados desta opressão. Nossas condições de trabalho e salário são uma gorjeta em comparação com o modo de vida luxuoso dos brancos. Nossos olhos estão abertos e nossos jovens estão preparados para lutarem até o finalzinho [...] tenho inveja de vocês [...] Vocês estão realmente no paraíso na Terra enquanto estamos no inferno. Mas esperamos que um dia nós falemos disto quando nos referirmos ao passado [...].

26 de agosto de 1977: [...] Sinto que devo esclarecer o que está acontecendo aqui, só preciso lhe contar [...] um acontecimento feio protagonizado pela polícia e por seus cães mordendo crianças do ensino fundamental. Isto se tornou demais para mim, porque observamos impotentes gases lacrimogêneos, cães da polícia e armas. Os alunos dizem que preferem morrer até o fim a continuar com o ensino Bantu³. Este ensino foi projetado para tornar uma criança Bantu, ou seja, uma criança “negra”, nada mais do que um servo perpétuo. Atualmente, as igrejas estão vazias, nenhum aluno frequenta as igrejas à medida que eles veem o papel das mesmas no nosso país. Estou fisicamente muito debilitada, querida, quando penso que este país pode acomodar tanto brancos quanto negros de maneira pacífica, sem ódio, se apenas o nosso governo pudesse deixar de agir de maneira tão superior e deixar que nós, os negros, pudessemos nos manifestar, mas, ao contrário, ele é teimoso e não nos dá ouvido. Oh! Os estudantes estão cercados na escola e

3 N.E.: Sob o governo do *apartheid*, os sul-africanos negros tinham direito por lei a educação por 1/5 do custo de Africâner brancos. Os negros não aprendiam inglês ou Africâner, mas recebiam aulas no “Bantu” vernacular e os assuntos cobertos incluíam a administração doméstica, a lavagem, a alimentação, a atuação como motorista e coisas semelhantes. De acordo com os Princípios de Sullivan, era a educação “Bantu” que as empresas americanas eram obrigadas a apoiar se elas investissem e estabelecessem negócios na África do Sul sob o governo do *apartheid*.

estão sendo jogados em camburões da polícia, alguns deles mortos a tiros, outros mordidos por cachorros. Você pode imaginar como é isso? [...]

Alguns de nós estamos impedidos e não ousamos falar. Os estudantes estão sendo detidos sem julgamento por vários meses, alguns pais não sabem em qual cadeia seus filhos estão presos. Parece que o ódio racial está cada vez mais aceso. A situação é como um vulcão que pode entrar em erupção a qualquer momento.

[...] As ruínas da guerra de Hitler na Alemanha, as câmaras de gás, os campos de concentração, as famílias sendo destruídas. Eu rezo para que esta situação, que é bárbara e sem cultura, nunca mais aconteça em nenhum outro lugar do mundo ... Que a bênção de Deus sobreviva com todos vocês que me tornaram o que sou. Eu me sinto capaz de continuar com coragem, o sentimento e o fato de saber que não estou sozinha me dão conforto e me motivam. A situação aqui é tensa, feia.

15 de setembro de 1977: [...] em vez de a situação melhorar, ela está piorando. Eu digo pior neste aspecto. Você vê que professores sempre foram um inconveniente na luta, mas algo aconteceu que é realmente um grande sacrifício da parte deles, pois abrir mão de lecionar significa que o sustento deles está em jogo. Oh!! Coisas estão acontecendo, absolutamente nenhuma paz. Os tiros contra estudantes, cães da polícia, incêndio proposital e detenções são a ordem do dia, nenhuma paz. Após a morte de Biko, que aconteceu enquanto ele estava preso, a atmosfera está realmente tensa. Parece uma guerra racial. Uma grande pena. Seria maravilhoso se tanto brancos quanto negros lutassem juntos para defenderem o nosso país. Este tipo de coisa é sujo. Já passou da hora da humanidade ser respeitada. Agora as pessoas já deveriam ter a experiência de guerras passadas [...].

2 de novembro de 1977: [...] a situação está complicando. Sim, eu gostaria de ler se houver qualquer livro que explique por que e como Deus fez pessoas diferentes e também por que o homem negro parece atrasado em quaisquer tipos de desenvolvimento. Eu tenho lido Jane Pittman. Eu fiquei empolgada. Eu gostaria de ter essas coisas que dão coragem às pessoas no final das contas. As escolas estão num beco sem saída. O remédio são consultas, mas parece que os governantes acham isso mais difícil. Uma coisa: nós nunca devemos ceder ao ensino Bantu. Nós simplesmente não sabemos se estamos indo ou voltando, se estamos num campo de concentração [...].

5 de dezembro de 1977: [...] Estou muito confusa com o veredito do falecido Steve Biko – de que ninguém tem culpa. Oh! Deus misericordioso, tenha misericórdia da África do Sul, um tratamento muito desgraçado de humanidade e eles ainda reivindicam ser um governo cristão. Um homem de Deus a ser interrogado nu com as mãos e os pés acorrentados. Eu fiquei confusa com até que ponto o homem estava com a boca espumando, incontinente, não conseguia mexer seus membros, ainda acorrentados. Sim, querida, agora ele não tinha nada a perder a não ser aquelas malditas correntes. Isto é o que costuma acontecer. Brancos vindos do exterior vêm aqui para nos ver como um bando ou como uma grande quantidade de macacos. Mostram a eles um lugar como Dube, que tem cerca de 20 casas lindas. E eles veem algumas de nós bem lavadas, usando roupas de segunda mão, o que quer e onde quer que elas as tenham comprado. Apenas para voltar ao assunto dizendo que os negros estão felizes. Agora o mundo registrou um evento muito triste deste século. Deus sopra a vida para dentro das nossas narinas e nós nos tornamos almas vivas. Desculpe, você me perdoará. Fico muito emocionada. Ainda ficaria emocionada mesmo que fosse um ser humano branco, verde, azul ou amarelo. Eu me pergunto se nós realmente merecemos

esse tratamento como voltando ao tratamento escravo, conforme eu li corretamente na autobiografia de Jane Pittman. Perdoe-me querida, estou tentando colocar coisas para você que nos deixam amargas. O magistrado nem tenta blefar o mundo e dizer alguma coisa sobre o tratamento ruim a Biko. Ainda assim, ele está fora deste mundo corrupto. Você está muito certa que não foi Deus que fez o *apartheid*. Você pode realmente esquecer sobre a irmandade com o governo nacionalista, isto é um fato, eles nunca conheceram cristo. Mas o ódio é infundido nas suas veias. Eu quero viver para ver o dia em que o africâner nacionalista entenderá que nós também somos humanos [...] Não importa que eles efetivamente cheguem até mim, eu saberei o que fazer.

Eu espero que esta carta chegue até você e, se chegar, deixe-me saber a sua opinião sobre o que eu escrevi. Estou muito consciente da minha ortografia muito errada. Às vezes eu não consigo me concentrar desde a 71^a detenção na solitária. O dia do seu casamento está se aproximando e desejo que você tenha um marido compreensivo e amoroso.

Sou uma pessoa de muito pouca fé. Conforme Jesus disse a Pedro certa vez, quando o nosso senhor estava andando sobre o mar. Pedro disse, posso vir até o Senhor? Jesus disse, Sim. Quando Pedro estava indo em direção a Jesus ele começou a afundar, mas levantou suas mãos e disse: Senhor, estou afundando! Então o Senhor disse a ele, “Você tem pouca fé”. Eu também. Com saudações para todos os nossos amigos. Lily.

Declaração autobiográfica escrita em 1971-1972

Nasci em Pretória, na Blood Street, em 1911. Eu era a única menina numa família de cinco meninos. Nasci na Blood Street porque meu avô pertencia à família real da Mphablele, em Pietersburg Transvaal, e por causa dos missionários ele se afastou

dos seus próprios hábitos de ser primitivo e frequentou a escola noturna. Ele era um ministro de religião. Então sempre que minha mãe dava à luz ela precisava ir à casa dela, para que a minha avó pudesse ajudá-la com os outros filhos. Minha família era muito pobre, mas sempre batalhadora. Minha mãe costumava frequentar escolas noturnas e ensinava o meu pai, que por sua vez casou com ela. Na época ele estava trabalhando nas minas ganhando £ 3 em seis semanas e minha mãe lavava pilhas e pilhas de roupas. Depois às 19:00 ela frequentava a escola noturna.

Algumas vezes eu me ausentava da escola para cuidar do meu irmão mais novo e minha mãe me levava com ela ao seu local de trabalho. Nós nunca tínhamos permissão para entrar na casa dos seus empregadores. Nós permanecíamos embaixo de uma árvore enquanto minha mãe estava passando a ferro na linda casa. Ela não podia amamentar seu filho naquela casa, então ela vinha nos encontrar do lado de fora, embaixo da árvore. Ao mesmo tempo eu consegui ver um gato grande passeando na casa e até o cachorro grande deles passeava pela casa. Quando davam almoço à minha mãe lhe davam uma fatia de pão com geleia suficiente para ela. Então ela cortava ao meio para nos dar e bastante chá com muito pouco açúcar. Apesar de tão pobres meus pais eram muito religiosos e viviam honestamente. Toda noite havia uma Bíblia e nós aprendemos a recitar a Oração do Senhor: “O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos quem nos tem ofendido”. À medida que eu crescia eu percebia ódio nos missionários, pois apesar de pregarem o Evangelho, quando se tratava de um homem negro eles também viam negro. E amar o vizinho como você ama a si mesmo não existia. Oh! Bem, eu pensei comigo mesmo, talvez Deus tenha feito o homem negro em segundo lugar da mesma maneira que existe açúcar mascavo e açúcar branco. Os brancos eram brancos. Não importava as idades ou o nível de instrução dos nossos pais

negros. Eles eram tratados como nada mais do que um menino branco de cinco anos de idade – por causa da nossa pele nós continuávamos a ser meninos e meninas. Então eu também me tornei muito religiosa, rezava de maneira muito sincera para Deus ter misericórdia de nós, que apesar de termos sofrido tanto e de sermos segregados, ainda assim quando nós morrêssemos nós estivéssemos com Deus.

Quando eu era criança comecei a me encher pois eu rezava sinceramente, mas não obtinha nenhuma resposta. As coisas iam de mal a pior. Eu também comecei a pensar, como esse Deus branco, que não olha para nós e não responde as nossas orações, como poderemos estar com Ele no Seu Paraíso Glorioso? Eu seguia a luta de Moisés com os filhos de Israel. Desta vez estávamos nas fazendas, não na escola. Minha mãe perguntou ao meu pai se eu poderia ser mandada para um colégio interno, houve uma discussão dura pois meu pai disse que ele nunca podia educar uma menina porque ela se casaria, mas minha mãe o convenceu e eu fui mandada para um colégio interno.

No parlamento havia este Projeto de Lei segundo o qual nossas crianças deveriam receber a educação Bantu nas escolas públicas, uma educação para prepará-las para saberem que elas não são nada mais ou nada menos do que um servidor. Todo o Congresso era contra este tipo de educação. Para mim parecia que éramos tratados como galinhas, no sentido de uma galinha não ter absolutamente nenhuma decisão sobre seus próprios ovos. O dono da ave decide se vai dar os ovos a um vizinho ou não, ou se os colocará numa incubadora. Nós exigíamos educação universal e compulsória. Apesar dos nossos protestos o Projeto de Lei foi aprovado. Eu me lembro quando o primeiro homem chegou na Lua, quando ele colocou seu pé na Lua e disse: “Este é um pequeno passo adiante para a humanidade”. Eu me pergunto se meus filhos

e meus netos estão incluídos na humanidade. Naquela época meus sogros já estavam mortos e meu pai também [...]. Infelizmente, meus próprios filhos nunca foram bem-sucedidos em termos educacionais. Em vez disso, minha filha mais velha precisa de uma psiquiatra, que precisava cuidar dos filhos dela e dos meus, assim como da minha mãe que sofreu de reumatismo por 21 anos. Mas apesar das suas dores, ela era um pilar da minha coragem, ela nunca se preocupou com a minha família, mas com as outras.

Minha mãe lavava e costurava até eu estar no padrão 6. Por todo este tempo eu estava estudando a forma pela qual nós estávamos sofrendo, mas minha mãe acreditava com firmeza que as nossas lágrimas deveriam ser enxugadas no próximo mundo. Eu acreditava que a gente deveria começar a aproveitar a vida aqui. O engraçado é que quando a população africana enchia as igrejas, a maioria dos brancos estava em cinemas, alguns estavam em quadras de tênis, eles pareciam muito relaxados e tinham a melhor comida. Todo dia nós comíamos mingau de milho, nada de doces, nada de saladas, exceto algumas vezes que recebíamos espinafre selvagem. No colégio interno nós recebíamos milho selado com feijão branco, café e pão duas vezes por dia, mas nunca arroz ou queijo, nem mesmo leite com o nosso mingau de manhã. Depois do meu padrão 6 você podia dedicar-se à enfermagem. Por três anos eu fiz minha Enfermagem Geral, mas minha mãe realmente não aprovava a enfermagem, mas ela achava que eu deveria me dedicar à confecção de vestidos. Eu costumava imitá-la e costurava pequenos vestidos que eram vendidos, depois nossos vizinhos costumavam trazer material para eu costurar para os seus filhos. Então eu me apaixonei por um professor que, por causa dos salários nessa área, trabalhava para uma empresa de tinta. Por causa das suas qualificações ele estava ganhando um salário melhor. Então nós nos casamos e minha mãe tirou um peso dos seus ombros. Tivemos duas meninas e um menino e quando eles eram jovens meu marido se envolveu num

acidente de carro e morreu após sofrer por duas semanas. Agora eu estava de volta onde eu tinha começado. Minha sogra achava que eu deveria voltar para o Hospital, mas minha mãe dizia que eu deveria aperfeiçoar minha costura, pois quando eu costuro eu posso cuidar dos meus filhos, antes e depois da escola. Então foi isso que eu fiz. Eu consegui levar minha primeira filha para fazer seu ensino médio. E ela se casou e os outros dois já estavam grandes quando eu comecei minha luta, desta vez politicamente. Eu sempre senti dentro de mim que estes brancos deveriam ser abordados para registrarem nossa desaprovação do salário que estávamos ganhando. Nessa época eu estava trabalhando numa fábrica de roupas. Fui imediatamente eleita gerente de loja.

Ativismo

Durante 1952, houve uma Campanha de Desafio onde brancos e negros da África do Sul simplesmente entravam num lugar reservado apenas para brancos e voluntariamente eram presos. Isto me impressionou muito. Eu segui a organização atrás de todas estas boas ideias e me mostraram os escritórios do Congresso Nacional Africano. Cartão de membro custando dois shillings e seis pence era bom. Depois eu também me cadastrei para ir e desafiar, mas antes de chegar a minha vez, houve uma Emenda no nosso Parlamento de que qualquer pessoa que desafiasse durante janeiro de 1953 seria preso por três anos, sem opção de multa. Eu perguntei aos funcionários graduados do Congresso se eu podia ser convocada para desafiar e eles me mostraram o Rand Daily Mail. Eu disse que estava consciente do seu conteúdo e das suas implicações. Então eles disseram, “a não ser que você organize cinco outras pessoas para te acompanharem”. E cinco outras pessoas pareciam estar ao meu alcance.

Então escolhemos desafiar na seção branca do Correio Geral. Logo que entramos eu fui pegar um papel e mandei um

telegrama para o Primeiro Ministro, que na época era Malan. Enquanto eu estava escrevendo ao lado de um homem branco, ele educadamente me disse, com licença Annie, mas você está no departamento errado. Veja: sem perguntar o meu nome ele me chamou de Annie. Eu disse a ele, com licença senhor, meu nome é Lilian e não estou no departamento errado, estou mandando um telegrama para o Ministro da Justiça. E por causa do *apartheid* sinto que devo escrever isto exatamente aqui. O telegrama dizia o seguinte: “Por favor pare com suas leis implacáveis, ou o homem negro se rebelará”. Assim que assinei meu nome eu senti um braço forte nos meus ombros. Quando olhei para cima havia um policial. Ele disse para acompanhá-lo, que eu estava presa. Meu Deus. Na hora eu só pensei que agora eu ficaria presa por três anos sem minha família e esta seria a primeira vez que eu entraria numa cadeia. Empurraram nós cinco para dentro das celas, nos deram mingau vencido, mas poucas horas depois algumas mulheres indianas tinham cozinhado um agradável jantar para nós. Então tínhamos que dormir em alguns colchões no chão. De manhã cedo nós acordamos para lavar apenas nossos rostos, sem sabão, sem toalhas de rosto, então usamos nossos lenços. Era hora de ir ao tribunal com a escolta de um policial. O tribunal estava lotado e gritos de “África” faziam um estrondo como se fosse um grande trovão. Para nossa maior surpresa, tivemos a permissão para sairmos mediante o pagamento de fiança pelo nosso próprio reconhecimento. O tribunal foi suspenso e o caso foi convocado três vezes e no final nos consideraram inocentes uma vez que não havia nenhuma lei que impedisse especificamente que não brancos entrassem na seção branca. Então eu entrei na Liga das Mulheres do Congresso Nacional Africano antes de ela ser proibida.

Eu me tornei muito ativa. Depois de alguns meses fui eleita sua Presidente no Trans Vaal. Eu também me tornei membro na seção masculina como tesoureira e então decidimos coordenar todas as

seções dos congressos para formar a Federação de Mulheres da África do Sul nesta conferência. Fui eleita sua Presidente e Helen Joseph sua Secretária e, ao mesmo tempo, eu estava trabalhando na executiva do Congresso Nacional Africano. Você vê que minhas mãos estavam muito cheias e no trabalho eu era membro da executiva do Sindicato dos Trabalhadores com Vestuário. Isto era difícil, porque os trabalhadores neste país eram divididos, sendo que a nossa era a seção africana dos Trabalhadores com Vestuário. Foi onde aprendi a protestar. Nós protestamos contra a demissão de Solly Sacks, que disse que um trabalhador é um trabalhador apesar da sua cor. Mesmo assim, ele foi expulso da África do Sul. Sempre que tínhamos reuniões nesta executiva eu expunha minhas opiniões de maneira forte, então os membros diziam que eu estava esclarecendo as ideias do Congresso Nacional Africano. Nossas eleições seguintes foram por cédula e de repente eu fui abandonada. Também me pediram para servir no Conselho de Paz da África do Sul. Não fiquei muito feliz porque pensei, como eu podia ter paz na minha cabeça e guerra no meu estômago? Meus colegas diziam que eu deveria aceitar. Paz? Pensei comigo mesma, trata-se realmente de um blefe, pois absolutamente nenhum africano, quer dizer, nenhum negro, tem nenhuma paz.

O principal problema é que estes brancos parecem ter em suas mentes que somos bebês para sempre. O principal assunto é que eles nos dão uma coisa ou outra, eles nos dividem de acordo com as nossas tribos. No momento esta não é a questão. Queremos franquia. O povo deve escolher seu próprio governo, independentemente de ser branco, negro, verde ou amarelo. Ao contrário, muito se fala sobre como não estamos preparados. Como podemos estar preparados quando estamos sendo privados do conhecimento? Tudo que é dado para nós é inferior. Existe, por exemplo, esta Lei da Moralidade. Quase todos os dias homens brancos estão sendo presos por estarem com mulheres africanas.

Você pode superar isso? Se esta lei não existisse, o povo da África moldaria suas vidas.

As pessoas no mundo todo têm sido as mais maravilhosas com seu apoio. Apesar de todas estas prisões e interdições, ninguém poderia apontar o dedo para nós e dizer que esta pessoa é desnutrida por ser um prisioneiro político. Em alguns momentos nós batalhamos para sobrevivermos, mas sempre existe ajuda vinda de algum lugar. Agradecemos a Deus por uma sensação maravilhosa de saber que não estamos sozinhos.

Não conhecia o valor do Conselho de Paz até ir à Alemanha, a um dos piores campos de concentração. Sim, agora eu passei realmente a defender a paz. Vi as câmaras de gás. Mostraram-me algumas cúpulas de abajur feitas de pele humana, que eram puxadas enquanto estes seres humanos infelizes não recebiam nenhum clorofórmio. Isso ocorreu durante seu quinto aniversário de liberdade [aproximadamente 1950] quando os judeus estavam chorando abertamente por terem perdido seus pais e as mães terem perdido maridos. Perguntava-me se essas coisas horríveis tinham acontecido a brancos causadas por brancos, o quanto isso seria pior quando fosse do branco contra o negro. Eu também estou entre aquelas mães que dizem não à guerra. Não pretendia chegar a esta parte da minha carta. Você perceberá que é meu serviço no Conselho de Paz. Sim, vamos chegar a isso. Então fui eleita delegada para a Conferência Mundial de Mães em Lausanne, na Suíça. Recusei por causa do pouco conhecimento do mundo e do meu inglês e minha educação ruins. Mas as mulheres diziam que eu tinha que ir de todo jeito. Então aceitei. Por ser ruim em geografia, pensava que no exterior não houvesse solo e que as pessoas lá fossem sobrenaturais. Então veio a questão do passaporte. Era simplesmente impossível eu solicitar um e a minha ansiedade para ir ao exterior agora estava acesa.

Memórias de uma delegada do Congresso de Paz viajando pela Europa

Então minha viagem foi organizada com a primeira escala sendo a Inglaterra pelo mar. Quando eu estava no navio, sendo que ele já tinha zarpado, ele voltou ao porto. Naquele momento estávamos escondidas no banheiro com outra senhora idosa, Dorah Tamana, da Cidade do Cabo. Nossas passagens estavam com nomes europeus. Então fomos presas e retiradas do navio. Este foi um momento de decepção que eu nunca esquecerei, quando o navio zarpou e foi embora. Como você sabe, até Jesus teve traidores entre os seus discípulos.

Nós tentamos outros canais, desta vez uma passagem aérea que foi uma experiência. Eu quase não podia comer a agradável comida nos outros hotéis por causa da grande quantidade de perguntas em cada aeroporto. Por que você não tem passaporte? Eu tinha que pensar rápido numa mentira para passar de um país a outro. Antes de embarcarmos no nosso aeroporto, Jan Smuts, um cavalheiro branco com uma bonita camisa branca e uma pilha de documentos dirigiu-se diretamente para mim. Enquanto ele ficou parado na minha frente, meu estômago gelou e pensei que seria retirada novamente. Em vez disso, ele me deu um sorriso carinhoso e perguntou: Você é Lilian Ngoyi? Sim, senhor. Ele estendeu a mão e disse, boa aterrissagem. Neste avião não existe *apartheid*, você usa os mesmos serviços. Eu não podia acreditar no que estava ouvindo. E lá fomos nós. Dormimos. Em Uganda, carregadores negros nos deram um sorriso acolhedor, mas não conseguimos nos entender, pois eles falavam swahili e nós falávamos inglês. Então seguimos para a Itália. Minha querida, desta vez chegamos ao inferno. Os policiais lá foram muito agressivos e prometeram nos mandar de volta. Eles não podiam nos deixar ir à Inglaterra simplesmente porque tínhamos certificados quando chegássemos ao hotel. Foi

exatamente o oposto de uma acolhida maravilhosa, mas quase não pude ir fazer turismo pois me prometeram que eu seria colocada no próximo avião de manhã. Fomos diretamente para os nossos agradáveis quartos. Enquanto isso meu cérebro está funcionando para encontrar palavras para convencer a alfândega no dia seguinte. Quando o dia raiou fomos para o aeroporto. Aqui havia um policial grande. Eu disse a ele, Senhor, por favor nos deixe ir pelo menos até a Inglaterra porque devemos ser súditos britânicos, mas pessoas da minha cor no meu país sempre têm dificuldade para obterem seus documentos de viagem. Está bem, está bem, mas marque minha palavra, você nunca deverá chegar à Inglaterra.

Graças a Deus nós estávamos chegando a Amsterdã. Um branco sul-africano que também era passageiro veio, se sentou ao meu lado e me perguntou por que eu não desistia uma vez que os brancos em Amsterdã eram muito brutais. Eu comecei a ter a sensação congelante no meu estômago. Mas para a minha grande surpresa, assim que as portas do avião se abriram, um homem branco alto e elegante estendeu a mão segurando a minha para eu descer a escada, depois foi buscar Dorah. Desta vez nem a nossa bagagem foi revistada, mas foi apenas marcada com uma cruz em giz branco. Depois das nossas refeições este cavalheiro perguntou o que eu gostaria de beber? Eu disse laranja e gim. Eu quase não sabia o gosto e bebemos um pouco. Desta vez entramos num avião muito grande, sem nenhum barulho e decolamos rumo à Inglaterra.

Pouco tempo depois, lá estávamos na Inglaterra. Inacreditável. Eu disse a Dorah para ela nunca responder a nenhuma pergunta, que eu responderia. Funcionários da alfândega exigiram nossos documentos de viagem. Eu calmamente produzi nossos certificados. Este cavalheiro olhou para mim. Estou pedindo o seu passaporte. Eu disse que não tinha nenhum. Então você

chegou até aqui com isso? Sim, senhor. Por que você veio aqui? Para estudos da Bíblia. Quem está pagando pelo seu embarque e sua hospedagem, Lilian? Meu marido é um advogado na África do Sul e organizou tudo com um advogado aqui. Felizmente eles não perguntaram quem era o advogado. Enquanto eu estava em pé, um homem branco que estava varrendo apenas tocou na minha mão de maneira privada e me entregou um pedaço de papel. Nele estava escrito: Helen e amigos estão esperando do lado de fora. Oh! Obrigada. Agora eu estava realmente empregada. O funcionário da alfândega: Você sabe onde deve ir saindo daqui? Rapidamente respondi: Sim, senhor. Você tem algum cigarro ou ouro na sua bagagem? Oh! Não, senhor, dificilmente fumamos. Quanto ao ouro está fora de questão, pois é escavado pelos nossos colegas africanos nas minas. Nós quase não sabemos sua cor. Quanto tempo você pretende estudar? Seis meses, senhor. Então nos deixaram sozinhos.

Quando saímos havia várias mulheres em cerca de seis carros para nos receber. Elas nos abraçaram e nos beijaram sem olharem em volta com medo do *apartheid*. Bem, nós preferíamos estar numa casa a estar num hotel, em parte porque estávamos sofrendo de complexo de inferioridade racial. Durante aquela época não havia tantas pessoas negras quanto agora. Pois assim que estivéssemos nas ruas as pessoas concentrariam sua atenção em nós com sorrisos amplos. Então entramos num banheiro, nos refrescamos e tivemos uma recepção calorosa. Nenhuma discriminação de cor, éramos seres humanos. Nós sentamos lá conversando com outras mulheres como mulheres também. Aliás, nossas roupas foram todas confiscadas na Cidade do Cabo quando fomos detidas. As mulheres são maravilhosas; na Inglaterra elas nos levaram para fazermos compras até termos ainda mais do que tínhamos antes: luvas quentes, botas forradas de pele, casacos quentes. Aliás, uma determinada senhora deu um casaco de pele a Dorah. Quando eu

saí da África do Sul, eu vestia tamanho 36. Mas, quando voltei, meu tamanho tinha passado para 48. Nossa comida era muito boa e tomávamos banho de manhã e à noite. Por exemplo, minha casa aqui em Soweto não tem banheiro. Temos que tomar banho nos quartos. Uma vergonha, não? Neste século moderno. Fomos levadas ao teatro pela primeira vez e apreciamos cada momento. Mas meus pensamentos estavam voltados para a Conferência das Mulheres do Mundo. Eu estava muito preocupada por ter pouca educação. Não foi difícil falar o meu inglês na Inglaterra e eu blefei a ponto de a maioria pensar que eu fosse alguém educada. Então descobri que o idioma não era tão importante, mas o conhecimento do seu país era o fator decisivo.

Desta vez eu precisava ter um visto para chegar a Berlim. Em menos de duas semanas tudo foi organizado e nós voamos para lá. Outra mudança. Você podia até sentir quando eles agarravam sua mão. No aeroporto fomos saudadas pelos jovens pioneiros acenando bandeiras, alguns nos entregando flores. E os jovens ficaram muito impressionados com a nossa cor. Eu me lembro de um menininho esfregando meu braço e depois perguntando se eu me lavasse não ficaria tão branca quanto ele. Muito fascinante.

Fomos levadas a uma cabana e nos deram uma moça, alemã, é claro, para cozinhar, lavar e limpar para nós. Nós nos demos muito bem com esta moça uma vez que nós não estamos acostumadas a sentar e deixar outra pessoa fazer o nosso trabalho. Por volta das 8 da manhã haveria um carro para nos levar para os escritórios de todas as mulheres de países diferentes. Então desta vez a África do Sul tinha sua representação. Nós ficamos o tempo todo com uma intérprete e à noite também tínhamos uma intérprete diferente. Às vezes um homem. Conforme eu disse, tivemos que escolher quais lugares queríamos ver e então um carro sempre estava disponível à noite. Ele nos levava a um cinema ou a um teatro.

Oh! A vida era ótima. Comecei a perceber o fato de que, em todas as nações, existem as pessoas ruins e as boas. Preste atenção que meus pais costumavam me dizer o quanto os alemães eram cruéis. Mas para lhe dizer a verdade, foi aqui que numa noite eu gritei com toda força para ser considerada um ser humano em outros países, porém na minha terra natal cães e gatos estão sendo acolhidos na sociedade de seres humanos.

Conforme lhe contei do pior campo de concentração de todos, Buchenwald, eu fui lá para ver com meus próprios olhos as ruínas da guerra. Os prédios estavam destruídos e pouco antes de pousarmos ainda dava para sentir o cheiro desagradável no ar. Um dia nós íamos ver uma mulher tendo um parto sem dor. Quando saímos do escritório com o superintendente, em cada ala junto da porta havia uma irmã com o lindo véu. Enquanto passávamos, elas arqueavam suas cabeças. Eu não aprovava muito isto. Quem sou eu para merecer essa acolhida? Quando entramos em outra ala, a irmã estava em pé com uma menina de aproximadamente cinco anos de idade. Ela arqueou a cabeça muito tempo, o que me deixou emocionada e eu não podia me calar então eu perguntei ao superintendente, do que se tratava isso? Será que os funcionários deste hospital estão me confundindo com alguém muito educada? Ele parou e disse: “Veja, nós não nos preocupamos com títulos educacionais. Mas qualquer pessoa que respeitar seu povo e conhecer seu sofrimento será bastante respeitada”. Oh! Isto foi como uma ducha de alívio. Então nós chegamos na ala e uma mulher estava deitada na cama. Meia hora depois, enquanto ela tomava seu chá e falava com seu médico, deu à luz uma menina. E o homem disse que o nome dela era Lilian. Inacreditável.

Fomos a outra ala e desta vez o médico explicou como eles ajudavam pais sem filhos e como eles conseguiam descobrir qual dos dois tinha culpa usando uma lebre como cobaia. Diferentemente

daqui, no meu país, onde algumas das nossas pessoas estão sendo usadas como cobaias. Tenho um exemplo na ponta dos dedos. Minha filha tinha dado à luz por cesariana a fórceps e acho que um dos seus fórcepses rompeu sua bexiga. E ela teve alta do hospital. Quando chegou em casa, ela ficou pedindo com frequência uma “comadre”, até que eu simplesmente tive que dobrar um lençol embaixo dela e a levei de volta ao hospital. Agora escute isto: um médico profissional disse na minha cara que ele achava que fosse um pequeno buraco [fístula]. Você pode acreditar nisso? Isto custou a ela três meses no hospital depois disso. Ele me respondeu dessa maneira, ele sabia que eu não tinha condições de conseguir um advogado e resolver esta questão de culpa pelo dano à bexiga da minha filha resolvida no tribunal. Não me importo que este documento seja lido pois tenho registros nos seus próprios hospitais.

E fomos levadas a *resorts* de saúde de trabalhadores. Fomos a fábricas onde mães tinham permissão para amamentarem seus filhos. Havia várias creches para as crianças cujos pais trabalham – a vida era simplesmente ótima. Depois nos mostraram uma foto da destruição de Hiroshima. Muito patético.

O que me surpreendeu na Alemanha depois da guerra foi como as pessoas comentavam como elas conseguiam fazer diversas coisas com a ajuda da União Soviética. Comecei a imaginar porque no nosso país não se menciona nenhuma palavra boa sobre a União Soviética.

Ainda me lembro de uma das minhas intérpretes dizendo que sim, que Hitler e seu regime tinham ido embora, mas que o povo da Alemanha ainda estava aqui. Verdade, verdade, aqueles que oprimem os filhos de Deus, no mundo todo, mas as pessoas continuarão a lutar para que a humanidade seja respeitada.

Agora tinha chegado a hora de voarmos para Lausanne, na Suíça. Minha mente sempre estava adiante de mim. Nós juntamos mulheres do mundo todo que tinham se reunido aqui na sede do escritório em Berlim. Carros nos levaram ao aeroporto. Desta vez não tive nenhum complexo de inferioridade, eu era uma mulher e uma mãe, minha cor não era meu problema. Todas preocupadas com a paz e a amizade entraram num avião que voou sobre os Alpes ... Suíça mais amigos, mães e mulheres, sendo algumas muito educadas e aqui estou eu, que não tenho uma profissão, mas armada até os dentes com os sofrimentos do meu povo e com seus problemas confrontando negros e brancos.

Um grande salão para acomodar mulheres de 66 países. A presidente na época era uma senhora idosa alta e reta. Seu nome era Madame Cotton. Ela fez o discurso de abertura e em seguida chamou uma delegada para apresentar seu discurso. Esta senhora da Rússia era polida e conhecia os fatos. Então fomos para ensinar, me chamaram no escritório e me pediram para presidir a conferência durante a segunda sessão. Eu quase caí, mas um minuto depois falei, por que não? Posso dizer que fiquei perto de entrar em colapso quando aqueles rostos estavam olhando para mim. Eu convoquei a delegada de Madagascar. Ela parecia uma mulher negra com um bebê preso às suas costas e grandes flores brancas na sua mão. Em vez de eu receber as flores eu a abracei e abracei seu bebê, oh! Este foi o clímax da conferência. Ela fez seu relato mais emocionante. Quando outras mulheres estavam falando em progresso nós estávamos falando sobre sermos realizadas na família de seres humanos. Agora minhas pernas estavam firmes, inclusive minha voz.

Depois disto nós fomos almoçar. Daí o que aconteceu foi o seguinte: uma grande quantidade de convites estava surgindo de quase todos os países. Tendo ouvido atentamente as lutas e os

sofrimentos de outras mulheres, eu escolhi aceitar os convites da União Soviética e da China. E na volta parei na Mongólia. Querida, querida, a vida é ótima. Amo cada momento da minha estadia no exterior e é claro que a minha mente estava de volta em casa. Dizia para mim mesma que coisas que não tinham sido feitas tinham que ser feitas.

Na China e na Rússia

Eu fui a Pequim. Eu gostaria de estar te contando minhas experiências oralmente. Eu fui a quatro províncias como ser humano. Eu me juntei a algumas delegadas de Londres. E elas têm escrito para mim nos últimos 17 anos, exceto uma que faleceu. Algumas pararam de escrever, mas outras continuam. Eu estive na China quando eles comemoraram o quinto aniversário da sua libertação. Oh! Foi lindo. Eu estava hospedada no Peking Hotel e o lugar era lindo. Depois eu fui a Xangai. Você pode estar imaginando porque eu continuo a falar “eu”. Infelizmente Dorah ficou doente e não pode estar comigo o tempo todo.

Enquanto estávamos velejando num dos lagos, um homem idoso me disse: “Lilian, eu gostaria de nascer de novo para desfrutar da liberdade no nosso país”. Ele disse que antes da libertação nós, o povo da China, não podíamos entrar nestes lagos, mas eles eram desfrutados pelos imperialistas da Inglaterra. Através da ajuda da União Soviética nós somos exatamente o que você vê.

Mostraram-nos a mina de carvão de modelo aberto e as fábricas têxteis. Percebi que o estágio de barbárie deles era pior do que o nosso, mas ao receberem a chance eles são o que são. Eu fui quase todas as noites a uma ópera. Às vezes eu esquecia em casa os presentes que recebia de cada país. Eram muitos e, por causa da alfândega, eu apenas gostava de recebê-los e dá-los aos nossos escritórios. Apesar de eu não entender a letra, a música era linda

demais. Eu não mencionei nada sobre a música na Alemanha: os maestros eram suficientes para fazer você chorar. Você vê que não tenho nenhum documento que pudesse me lembrar de algumas destas coisas, uma vez que foi tudo confiscado quando chegamos aqui.

As autoridades aqui na África do Sul vivem com medo, um medo que seus gatos passem de um quarto para outro. É para isso que elas devem posicionar sua polícia de segurança, para invadir e procurar, para quê? Elas também não sabem. Agora estou começando uma das minhas últimas viagens empolgantes. Eu fui à União Soviética. Atrás da Cortina de Ferro, conforme nosso país a descrevia. Eu estava ansiosa. Lá estávamos, voando da Mongólia para a União Soviética. Eu estava com sensações misturadas sobre este país tão temido. No aeroporto, pouco antes de pousarmos, nós vimos os Jovens Pioneiros com suas gravatas vermelhas, com flores nas mãos e com as mulheres acenando com seus lenços. O aperto de mão dessas pessoas fazia o coração bater mais forte. O carinho das boas vindas delas era extraordinário. Por dentro, eu imaginava que eu fosse ver uma Cortina de Ferro comprida. Em vez disso, à medida que o Rio Volga se espalhava diante de nós, lá estava a Universidade de Moscou com uma estrela solitária, uma estrela que dava para sentir. Então minha intérprete disse que esta era a Universidade de Moscou. Eu perguntei quando chegaríamos na Cortina de Ferro? Ela olhou para mim e fez uma pausa. “Muito em breve”. Agora, tudo era muito organizado, muito limpo, muito bem-vindo. Eu estava hospedada no hotel do lado oposto da Praça Vermelha, a cerca de 800 metros do Kremlin. Ninguém perguntou de onde a gente era ou por que estávamos ali. Quer dizer, na alfândega de todos estes lugares as mulheres já tinham tomado as providências necessárias para sermos bem recebidas. Em seguida fomos levadas aos escritórios das mulheres onde tomamos nosso chá das 11:00. E nos deram canetas para escrevermos quais lugares

de interesse queríamos ver. Infelizmente Dorah teve que ir para o hospital. Ela foi internada na mesma ala com outras mulheres. Eu me perguntava como podia ser. Primeiro eu queria ver os corpos embalsamados dos líderes da União Soviética. Minha querida, esta foi um momento entre outros momentos. Havia milhares e milhares de pessoas numa fila para verem estes corpos. Eu não sei se eles devem ser chamados de corpos. Quando minha intérprete e eu surgimos da Praça Vermelha, na nossa frente havia um soldado caminhando graciosamente em nossa direção. Eu achei que ele só estivesse passando, mas quando ele estava próximo de nós, ele fez uma saudação daquelas e voltou para o lugar de onde tinha vindo para nos conduzir ainda balançando seu corpo enquanto se mexia, até chegarmos onde estes líderes dos trabalhadores estavam em repouso. Dentro o lugar é muito limpo e lá estavam eles deitados e vestindo seus trajes militares. Eu tinha uma coroa de flores, que coloquei junto com as outras. Por dentro eu falei que aqui estão os grandes líderes dos trabalhadores, trabalhadores do mundo levantem, vocês não têm nada a perder, exceto suas correntes. No mesmo dia eu entrei no Kremlin e vi o sino da igreja pesando várias toneladas.

Eu tinha muitas coisas para perguntar para elas. Percebi que elas acreditavam muito em praticar o que elas diziam. Como cristã ainda critico as igrejas por não praticar o que elas pregam, exceto alguns poucos poderosos aqui no nosso país, como o Padre Trevor Huddleston, o Bispo Reeves, o Reverendo Thomason, o Reverendo Blaxale e poucos como o Reitor que agora está aguardando seu recurso. Ele poderá ser condenado a cinco anos. Ninguém pode me culpar pelas minhas convicções e me impedir por ter ideias comunistas. Pessoalmente, acho que neste caso a Bíblia deveria ser interdita. Como cristãos nossa consciência não fica tranquila vendo os sofrimentos de qualquer ser humano. Se você protestar e falar contra a injustiça então você é chamado de comunista.

Eu também gostaria de conhecer ou ser apresentada a um, mas isso nunca aconteceu. Eu, Lilian, estou no meio de outros que estão sendo chamados de comunista. Tenho certeza que se Moisés, o líder dos israelitas, morasse aqui conosco, ele poderia ser posto em confinamento solitário por 90 dias ou ser mandado para a prisão perpétua em Robben Island.

Eu fui ver a casa de Lênin e o quarto onde ele morreu. Devido ao meu conhecimento limitado, da mesma maneira que eu venerava Cristo como um herói, eu digo que aqui estão alguns dos seus seguidores. Pois Cristo disse certa vez: “Aqueles que me seguirem deverão pegar minha cruz e me seguir.

Agora o Tsar estava arrasado. Eu também fui na biblioteca deles – livros sendo transportados de outros departamentos por pequenos vagões. Lá o conhecimento é a ordem do dia. Também observei o fato de que as pessoas amam a educação e que, enquanto elas falam com você, elas tentam ensinar alguma coisa para você. Eles expressam para você o valor do conhecimento. Eu também fiz uma visita à Exposição Agrícola da URSS. Sabe, a Sibéria era árida, mas eles nos mostraram maçãs vindas de lá, frutas notavelmente bonitas. Eu também fui a uma matinê para as Crianças no Hall de Colunas da Sede do Sindicato de Moscou. As crianças pertenciam à Organização Pioneira Jovem. Eu vi uma mulher ordenhando vacas com alguma coisa anexada à teta das vacas e em Rostok, na frente da Dinamarca, fui levada a uma escola onde apenas mulheres estavam construindo e projetando navios. Ao longo da nossa troca de correspondências, eu mandarei para vocês uma das minhas fotos em Moscou. Mais um lugar interessante: o Teatro do Exército Soviético. O prédio, oh! Eu poderia continuar por muito tempo. Finalmente, fui a uma igreja ortodoxa. Minha querida, a cadeira da igreja fica no andar de cima e nós estávamos no andar de baixo quando o órgão começou a música. Eu também fui embaixo de

uma ferrovia, que eles chamam de Matmoporitan, que você pode juntar. Depois, como Dorah não estava bem, não pude continuar até Leningrado, uma grande pena e eu estava tão absorvida no trabalho feito por mulheres que agora eu estava querendo ir para casa e não podia mais aceitar nenhum convite.

De volta à Alemanha. Eu tinha que ficar ocupada contando a elas sobre as minhas experiências. Uma experiência maravilhosa foi saber que sou um ser humano e que posso ficar em qualquer lugar em outros países.

De volta a Londres. Um dia fui convidada pela Sra. Ruth Seretse. Tive um dia muito agradável, uma vez que durante a nossa conversa o Sr. Seretse pode falar o nosso idioma. Desta vez eu fiquei em Welesden Lane com o Sr. e a Sra. Ray Waterman. Eu me senti em casa e tinha muita coisa para contar a eles.

Um dia fui convidada para Reading England, também para falar com alguns amigos. Enquanto contava a eles minha experiência na URSS, uma senhora me perguntou se eu não tinha conhecido nenhum comunista. Eu disse que ninguém se apresentou como comunista. Ela relatou como eles são violentos. Em resposta ao que ela disse, eu fiz a seguinte pergunta. Supondo que você estivesse com fome por aproximadamente nove dias e um simpatizante lhe desse um pequeno pedaço de carne para mastigar, sabendo no seu íntimo que pelo menos você terá alguma coisa com a qual molhar sua garganta e alguém colocar o dedo entre seus dentes para limpá-los, o que você faria? Outro amigo respondeu que certamente morderia aquele dedo. Então eu disse que todos aqueles cujos países estão sendo invadidos por imperialistas, um dia eles certamente morderão. Como cristãos nós temos exemplos claros. Moisés diz para o seu único irmão, “Faraó, deixe meu povo ir embora”. Na China nós vimos o povo se livrando de Chiang Kai-shek. E de vários outros que eram oprimidos, a maioria se libertou.

Mais ativismo

Da Inglaterra eu fui ao Quênia e de lá voltei direto para casa sabendo muito que haveria problemas me esperando. Quando pousei, dois homens da segurança estavam aguardando, mas na minha empolgação eu os ignorei. Tirei meu casaco e dei para a Sra. Helen Joseph que estava aguardando lá pela minha chegada. Pisei no solo esticando as pernas e os dois homens da segurança me perguntaram o que eu estava fazendo. Eu disse que queria tocar o solo do meu país com o meu umbigo. Depois eu fiz a saudação do Congresso Africano impedido e gritei “África Mayibuye”. Isso que dizer, deixe a África ser devolvida aos seus donos. Meus filhos e minha mãe não me reconheceram, pois eu tinha passado do tamanho 36 ao tamanho 48. Oh! Que reunião. E este foi o final do tempo agradável de liberdade de expressão e de movimento.

Na manhã seguinte a polícia da divisão especial estava na porta da minha casa pedindo para eu me apresentar no centro médico. Para a frustração deles, eu tinha sido vacinada antes de partir.

Eu comecei a ser ativa e a organizar as mulheres contra a necessidade de carregar um passe. Apesar de chamarem de cartão de identificação, para nós africanos, quero dizer os negros, trata-se de um insulto. Por causa deste documento nós nunca tínhamos a certeza de que os nossos maridos voltariam do trabalho. Nele sempre existem brechas para ter certeza que se está sempre pronto a ser preso. Nós organizamos aproximadamente 2.000 mulheres para vermos o Ministro da Justiça e ele nunca se reuniu com a gente. Depois nós organizamos outras 20.000 mulheres e ele não se reuniu com a gente. Depois houve uma prisão nacional por traição. Eu estava entre as pessoas presas. Depois houve prisões por estado de emergência. Aqui foi a primeira vez que eu experimentei o confinamento solitário por 19 dias.

Você vê que este confinamento solitário é diabólico. A pessoa fica presa numa cela de aproximadamente 10 por 10. Você recebe um balde de água e um balde para usar como sua mesa, sem nada para cobri-lo. Você é interrogada, seus membros começam a ficar flácidos por você ficar sentada por muito tempo. Você conta seus dedos até não conseguir mais contá-los. Um dia eu efetivamente desmaiei e quando eu reclamei com as autoridades, me disseram que eu procurei isso.

A coisa principal é que não queremos discriminar. Como mães, um filho é um filho. Por exemplo, você toma a Sra. Helen Sussman, a única voz feminina no nosso Parlamento. Certamente se nos dessem a oportunidade, considerando que ela é branca, o povo da África do Sul seria obrigado a tê-la como Primeira-Ministra. Tome, por exemplo, um homem africano como Gatsha Butelezi. Os discursos destas pessoas representam exatamente o que defendemos, ou seja, nenhuma discriminação de cor, raça, ou credo.

Eu só quero apontar para os males do *apartheid*. Ocorreu a morte de Coalbrook⁴, o túmulo mais fundo do mundo, onde um homem branco estava deitado lado a lado com um homem negro. Quando se falou em recompensa, prometeram às mulheres negras £50, mas a mulher negra e sua família seria cuidada pelo governo até ela morrer.

Espera-se que cruzemos os braços e digamos que está tudo bem. Nunca. Estamos prevendo perigo para os nossos filhos e netos. Nós queremos viver em paz com todas as nações, deixar as pessoas se expressarem, juntos poderíamos construir um dos melhores países, de compreensão, então devemos louvar a Deus e

4 N.E.: Um desastre histórico de mineração ocorreu no dia 21 de janeiro de 1960 nas minas de carvão do Riacho do Carvão no Estado Livre, na África do Sul. Apenas 20 pessoas sobreviveram das 437 vítimas presas no subsolo por avalanches, que morreram por envenenamento por metano.

cantar canções de louvor a Ele. Nós temos mulheres brancas que sofreram por nós, como a Sra. Helen Joseph.

A prisão domiciliar não era nenhuma brincadeira de criança. Qual Deus está lá quando estas pessoas agem de maneira cruel no seu temor dos comunistas. Os políticos são os que mais sofrem: homens são arrancados das suas famílias sem nenhuma segurança ou educação ou vida em família. Alguns de nós não conseguimos ganhar um salário de subsistência, porque eles efetivamente intimidam nossos clientes que tentam vir e nos apoiar. Eles entram na minha casa e encontram clientes, depois eles querem seus nomes e seus passes, perguntando: onde eles ficam, qual é sua filiação política. Enquanto isso você é deixado morrendo de fome. Acredite-me ou não, houve um tempo em que eu tinha que vender bebida alcoólica contra minha vontade apenas para sobreviver e conseguir pagar meu aluguel, luz e água. Já passa da hora destas pessoas entenderem que não importa o quanto se grite a palavra comunistas, as pessoas da África não deixarão de alcançar os direitos dos seus filhos.

Nós não apoiamos como eles pensam a ideia de expulsar o homem branco. É muita tolice lutar pelo reconhecimento da humanidade e quando você tiver alcançado isto, virar e destruir todos os seus esforços. Eu também digo que eu gostaria de poder renascer para colocar meus ombros sob a roda da liberdade – pela liberdade de todos os meus filhos. Uma África onde houvesse comida para todos. Educação universal e compulsória. Eu dividi minha carta em dois lotes e este é o segundo. Obrigada, querida.

Resumindo tudo: Eu era uma operadora de máquina numa fábrica de roupas e membro do Congresso Nacional Africano. Aos 52 anos de idade: membro da Executiva Nacional do ANC. Aos 54: chefe da Liga das Mulheres do ANC e membro da Federação Executiva Nacional de Mulheres da África do Sul e presidente

nacional daquela organização. Entre os 56 e os 61 anos de idade: em julgamento por traição. Aos 61: absolvida. Enquanto isso, aos 60 anos de idade: detida sem julgamento por cinco meses. Aos 62: interdita de frequentar reuniões. Aos 63: detida por 71 dias sem julgamento. Depois confinada ao Distrito de Orlando sendo interdita por cinco anos. Aos 64: presa e interdita. Se tudo der certo, minha interdição vencerá em novembro de 1972. Se não, azar.

Saudações e amor.

Lilian Ngoyi morreu sob a ordem de interdição no dia 13 de março de 1980.

* * *

Lilian Ngoyi foi nomeada a primeira presidente da Liga Feminina do Congresso Nacional Africano, em 1954. Também foi eleita pelas colegas presidente da Federação de Mulheres da África do Sul pelo seu envolvimento ativo na vanguarda da luta nacionalista africana contra a implementação do *apartheid* desde a década de 1950. Foi uma das acusadas e absolvidas no infame “Julgamento de Traição” realizado em Pretória, de 1956 a 1961. Estudou em colégio interno até o primeiro nível do ensino médio júnior e então foi para a escola de enfermagem. Em 1960, após a declaração de um Estado de Emergência na África do Sul, foi presa sem julgamento por um período de cinco meses. Em 1962, foi proibida de se reunir em público em qualquer aglomeração por uma ordem de proibição emitida de acordo com a Lei de Supressão do Comunismo. Em 1963, foi detida sem julgamento por 71 dias, sendo que alguns deles foram passados em confinamento solitário. Sua ordem de proibição a restringia ao Distrito de Orlando, o que a obrigou a abrir mão de um emprego como trabalhadora têxtil capacitada. Uma vez expirada em 1967, sua proibição foi imediatamente reimposta por mais 5 anos. Tornou-se conhecida como “prisioneira de consciência” pela

Anistia Internacional no começo da década de 1970, com a colaboração de voluntários que trabalharam para soltá-la. Por um curto período de 2 anos, após novembro de 1972, ela viveu normalmente até uma ordem de proibição ser reimposta em 1975, que estava em vigor quando ela morreu em abril de 1980. Seus funerais foram eventos públicos em Soweto e na cidade de Nova York sob os auspícios da ONU. Entre os participantes proeminentes estavam Ntosakhe Shange, o Rev. William Sloane Coffin, Hugh Masekela, Abdullah Ibrahim, o Embaixador A.B. Clarke, Unsima Lomthwalo e o Rev. Wyatt Tee Walker.

CAPÍTULO 33

ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICOS E PRÁTICOS ASSOCIADOS AO USO DE INSTRUMENTOS OCIDENTAIS PARA MEDIR CAPACIDADES COGNITIVAS NO CONTINENTE AFRICANO

J. Y. Opoku

Prefácio

Sempre fiquei perplexo com o uso universal de testes de personalidade, como o Teste Rorschach Inkblot ou o Teste de Apercepção Temática (TAT). Estes são testes não objetivos utilizados no Ocidente para avaliar as características de personalidade de um indivíduo e são amplamente utilizados na África por clínicos para a mesma finalidade. Se realmente houver a necessidade desses testes não objetivos para medir a personalidade entre os africanos, talvez os próprios africanos não devessem – por não precisarem – olhar muito além do horizonte para desenvolver esses testes para os africanos. Considere, por exemplo, um ajuste do modelo Rorschach envolvendo interpretações diferentes dadas por africanos de uma

determinada formação de nuvens (“uma mulher socando comida num pilão” ou “dois elefantes brigando” podem ser percepções oferecidas por indivíduos diferentes para o mesmo padrão de nuvens de chuva). Essas modificações poderiam ser desenvolvidas e sistematizadas num teste de personalidade baseado em dicas ambientais conhecidas que os africanos encontram, em vez de utilizar o conteúdo padronizado do Rorschach ou do TAT. Essa modificação do teste provavelmente terá maior validade do que os tradicionais testes importados do Ocidente.

O que são capacidades cognitivas?

Capacidades cognitivas costumam se referir a todas as atividades geradas de dentro da mente consciente que influenciam nosso comportamento. Entre essas capacidades estão o aprendizado, a lembrança, a solução de problemas, a atenção, o raciocínio e até mesmo a destreza física. A maioria das capacidades cognitivas é rotulada sob a rubrica geral: “Inteligência”. Mas enquanto a *inteligência* como construto geral pode incluir várias capacidades cognitivas, pode-se debater se a inteligência é um sinônimo de capacidades cognitivas conforme definidas de maneira ampla anteriormente.

O que é inteligência?

De acordo com o conceito ocidental estereotipado de inteligência, um indivíduo que tiver a capacidade de resolver problemas matemáticos, de raciocinar de maneira lógica, de apresentar capacidades verbais, demonstrar competência social, ou, em geral, que tiver a capacidade de resolver problemas no seu ambiente será considerado como apresentando um comportamento inteligente. No entanto, de acordo com Ceci e Laker (1986), Howard e Gardner (1983) e Sternberg (1985), este construto de inteligência é realmente muito restrito – ele ignora vários tipos de inteligência que as pessoas demonstram. Por exemplo, em

sociedades africanas tradicionais, um indivíduo que demonstrar boas capacidades para a caça ou mostrar a responsabilidade social de cuidar dos membros da sua família imediata ou estendida e for muito bom para contar histórias será considerado nessa sociedade como inteligente.

Que a inteligência conforme definida em termos ocidentais pode ser restritiva demais é demonstrado numa descoberta feita por Sternberg e Grigorenko (citados por Benson, 2003). Estes trabalhadores investigaram o conceito de inteligência entre africanos e descobriram que entre o povo Luo, na área rural do Quênia, ideias de inteligência consistiam de quatro conceitos amplos:

(I) “Rieko”, que se descobriu que correspondia ao conceito ocidental de “inteligência acadêmica”; (II) “Luoro”, que inclui qualidades sociais como respeito, responsabilidade e consideração [pelos outros]; (III) “Paro”, que significa o pensamento prático; e (IV) “Winjo”, que representa a compreensão. Descobriu-se a partir do estudo que apenas “Rieko” se correlacionava com medidas ocidentais de inteligência. De acordo com Robert Serpell (1979), um psicólogo famoso que estudou o conceito de inteligência em comunidades africanas rurais desde a década de 1970, “quando pais na área rural da África falam sobre a inteligência dos filhos, eles preferem não separar o aspecto da velocidade cognitiva da inteligência do aspecto de responsabilidade social”.

Essas dificuldades na definição e no âmbito da inteligência entre as culturas podem ter levado a tentativas de construir os chamados testes “livres de cultura” e “justos em termos de cultura” para medir a inteligência entre as culturas. Mas o que são testes livres de cultura e justos em termos de cultura? Estes costumam ser testes planejados com algum esforço para incluir itens que são considerados (por quem?) comuns ou às culturas ou sub-culturas

para as quais o teste deve ser aplicado. No entanto, desenvolvimentos subsequentes na genética e na psicologia tornaram evidente que qualquer um desses testes construídos não pode ser igualmente justo a mais do que um grupo cultural (Anastasi, 1990). Agora se reconhece que fatores hereditários e ambientais interagem em todas as etapas no desenvolvimento de um organismo e que seus efeitos estão inextricavelmente vinculados com o comportamento resultante. Isto quer dizer que talvez um teste específico de uma cultura em vez de um teste importado do Ocidente possa ser mais adequado para medir capacidades cognitivas (inclusive a inteligência) na África.

Uma breve história do teste de inteligência no Ocidente

Um dos primeiros problemas que levaram a formas de avaliar a inteligência no Ocidente foi ser capaz de identificar crianças com retardo mental no sistema educacional e ajudá-las fornecendo “educação especial”. O primeiro teste de inteligência sistematizado foi desenvolvido pelo francês Alfred Binet e seu colega Simon (Binet e Simon, 1905) para esta finalidade. Já ocorreram várias revisões da forma original (por exemplo, o Stanford-Binet, 1908, 1916). Outros testes novos também foram desenvolvidos, por exemplo, o Weschler Adult Intelligence Scale (Revisado), WAIS (1981); e o Weschler Intelligence Scale for Children, WISC-III (1990).

O teste de inteligência se estendeu mais tarde para outros domínios da vida no mundo ocidental. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, os testes de inteligência do Exército Alfa e do Exército Beta foram desenvolvidos durante a Primeira Guerra Mundial para selecionar recrutas para diversas seções das Forças Armadas. O final da década de 1950 e o começo da década de 1960 viram a proliferação de testes de inteligência em quase todos os domínios da vida, especialmente nos Estados Unidos da América. A inteligência era avaliada usando testes de inteligência de onde

derivou o muito abusado quociente inteligência (QI). Alguns dos problemas associados com os testes de inteligência começaram a se desdobrar durante essa época. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, uma observação importante foi que os “negros” sempre tinham um desempenho pior do que os “brancos” nesses testes, o que era interpretado na época como significando que os “negros” eram inferiores aos “brancos” em termos de inteligência. Os relatórios repetidos dos QIs baixos de negros e de outros grupos minoritários em comparação com os brancos levou algumas pessoas a fazerem reivindicações absurdas (que eram consideradas como verdade evangélica na época e ainda são por muitos psicólogos) de que fatores genéticos são inerentes ao desempenho ruim de “negros” – especificamente em testes de inteligência – com a implicação de que não se podia fazer muita coisa para ajudá-los a “pensarem” como brancos. Agora nós sabemos que fatores como o ambiente cultural, o idioma, a formação sócioeconômica de indivíduos, a população para a qual um teste é desenvolvido (ou a amostra de padronização) e vários outros fatores influenciam no desempenho nos testes. Os testes que foram desenvolvidos nos últimos anos para avaliar capacidades cognitivas (inclusive a inteligência) tentaram controlar alguns destes fatores e as reivindicações ideológicas racistas quanto à inteligência passou a ser contestada até certo ponto.

Como as capacidades cognitivas são avaliadas?

A avaliação de capacidades cognitivas (inclusive a inteligência) agora ocorre através do uso de *instrumentos padronizados* projetados para *medir* estas capacidades. Medir significa basicamente aplicar um conjunto de procedimentos a um instrumento de medição, empregando-o em indivíduos e obtendo, assim, uma descrição *quantitativa* ou às vezes *qualitativa* que diferenciará entre indivíduos medidos dessa forma com o instrumento. Questionários

e a construção de testes (inclusive testes de aptidão e testes de realização como numa situação de sala de aula), são exemplos de instrumentos de medição que agora são usados com frequência para diferenciar entre indivíduos ou grupos de indivíduos no que diz respeito a capacidades específicas ou a traços de comportamento.

Qualquer instrumento de medição que desenvolvemos deve ser padronizado, baseado numa amostra de determinada população. Assim, podemos desenvolver um teste padronizado de “fluência verbal” numa população de estudantes do primeiro ano da universidade em Gana a partir de uma *amostra representativa* de todos os estudantes do primeiro ano da universidade em Gana. Será inadequado aplicar este teste a uma amostra de crianças do ensino médio em Gana porque o teste *não foi* padronizado de acordo a população de alunos do ensino médio.

Qualquer instrumento (ou teste) de medição que desenvolvemos deve ser *confiável e válido*. Um teste confiável, na sua forma mais simples, significa que se o mesmo teste for aplicado aos mesmos indivíduos em duas ocasiões diferentes, haverá consistência nas pontuações obtidas pelos indivíduos nas duas ocasiões. Um teste válido também significa simplesmente que o teste está medindo o construto ou a capacidade que ele foi projetado para medir e que o teste meça isso bem. Por exemplo, um teste projetado para medir a “inteligência geral”, mas que efetivamente meça apenas a “capacidade escolástica” não será um teste válido de “inteligência geral”. De maneira semelhante, se um teste de inteligência projetado para medir a inteligência de americanos brancos educados de classe média for usado numa amostra de africanos sem nenhuma escolaridade ele não será um teste válido de inteligência na amostra africana.

Alguns fatores responsáveis pelo desempenho ruim de instrumentos ocidentais para medir a capacidade cognitiva na África

Confiabilidade e validade: Fora o fato óbvio de que um teste ocidental importado pode não ser válido por ele ter sido construído de acordo com um grupo diferente de padronização, qualquer teste importado desse tipo também tende a não ser confiável. Isto ocorre porque um teste inválido, exatamente por essa razão, não pode ser confiável. No entanto, o contrário não é necessariamente verdade: um teste confiável não tem a garantia de ser válido e, portanto, obter resultados consistentes com um teste ocidental importado de acordo com uma amostra africana, como costuma acontecer, não é prova de que o teste é válido. Este problema não é levado em consideração quando os testes ocidentais são importados para a África.

Interpretação das pontuações dos testes: Uma questão teórica importante no que diz respeito a testes de inteligência ocidentais importados refere-se à interpretação de pontuações dos testes a partir desses testes. Métodos padrão para a aplicação de um teste (por exemplo, usando testes com papel e lápis em amostras semialfabetizadas africanas) pode levar à interpretação errada de pontuações dos testes. Depois de avaliar diversos testes de capacidades cognitivas em africanos, Wober (1975) concluiu que a capacidade de interpretar figuras em formas ocidentais convencionais aumenta de acordo com o nível de educação e também, de acordo com o treinamento especial. Wober observa que existem fatores culturais que podem impedir que os africanos troquem das formas de pensar africanas para as convenções ocidentais de interpretação de figuras. Em todo caso, a interpretação de figuras não é um fenômeno cultural natural entre os africanos.

A influência da cultura: Já se mencionou a forte influência da cultura sobre a medição de capacidades cognitivas. Vamos nos concentrar nesta questão. A cultura costuma ser conceitualizada como sendo “as tradições, os valores, as normas e as práticas específicos de qualquer povo que compartilhe uma ancestralidade comum. Trata-se da totalidade de ideias, crenças, habilidades, ferramentas, costumes e instituições em que cada membro de uma sociedade nasce” (Valencia e Lopez; citado por Helms, 1992).

Portanto, as capacidades cognitivas (inclusive a inteligência) são vinculadas à cultura (Lesser, Fiter, e Clark, 1965; Scarr, 1981). Também pode haver relacionamentos complexos entre formações culturais, educacionais e sociais e experiências daqueles dos quais um teste específico é padronizado e as normas dos testes (desempenho típico do grupo de padronização) derivam. Se existem diferenças entre os grupos testados e os de padronização nos fatores listados anteriormente, então o uso de normas estabelecidas para avaliar o desempenho do grupo testado atual ou para fazer previsões baseadas nas pontuações dos seus testes são completamente inadequados e levam a conclusões erradas.

Uma cultura específica estimula uma forma específica de desenvolvimento cognitivo. Instrumentos cognitivos ocidentais para medir a inteligência, por exemplo, baseiam-se numa cultura tecnológica ocidental. Portanto, os africanos tendem a ter um desempenho ruim em testes de inteligência projetados no Ocidente, porque em qualquer cultura precisa haver uma oportunidade de a aprendizagem excessiva de uma atividade promover o desenvolvimento cognitivo (Ferguson, 1954) – e como esperamos que os africanos que vivam em sociedades tecnologicamente subdesenvolvidas tenham um bom desempenho em testes cognitivos voltados para a tecnologia, como são a maioria dos testes de inteligência ocidentais importados? O desempenho

ruim de africanos no teste de QI e dos desvantajados que vivem em sociedades ocidentais deve-se, em parte, a este problema, que infelizmente foi desprezado por algumas pessoas que desejam demonstrar que os negros são inferiores aos brancos em termos de inteligência (por exemplo Jensen, 1980).

É verdade, conforme muitos escritores indicaram, que todos os componentes do sistema cognitivo (memória, raciocínio, resolução de problemas, categorização, codificação e decodificação de informações, explicação verbal, etc.) são encontrados em quase todas as culturas. No entanto, eles são conectados de formas específicas em termos de cultura e muito complexas numa sociedade e, portanto, ocorrem grandes desvios através de culturas. Já se observou que a influência que a cultura pode ter sobre o funcionamento cognitivo supõe formas diferentes. Independentemente das situações de aprendizagem formais e informais, tanto dentro quanto fora do sistema escolar, o código de comportamento típico de um povo também se faz sentir de maneiras sutis. Por exemplo, espera-se que crianças criadas em casas autoritárias (como a maioria das casas tradicionais africanas) sejam mais convergentes no pensamento delas, enquanto se espera que crianças criadas em comunidades mais liberais (como na maioria das sociedades ocidentais) sejam pensadores mais divergentes (Ghuman, 1980; Guthrie, 1963). Ainda assim, testes de inteligência ocidentais esperam que qualquer pessoa testada assim, inclusive africanos, sejam pensadores divergentes para serem classificadas como “inteligentes”. Apesar de a educação de base ocidental implantada ter tentado deslocar os africanos para formas de pensamento ocidentais, o que tem sido ignorado é o reconhecimento de que quanto mais tempo uma condição ambiental específica tiver operado na vida de uma pessoa, mais difícil se torna para modificá-la ou revertê-la. Portanto, até mesmo africanos educados, que são “obrigados” pela pressão

social ou pela lei a mudarem seus estilos de pensamento numa idade relativamente avançada na vida (a partir dos seis anos de idade, quando eles começam a educação escolar formal), têm pouca probabilidade de mudarem facilmente e de se tornarem pensadores divergentes, especialmente quando eles continuam a viver num ambiente cultural africano.

Influências ecológicas sobre a inteligência: Proximamente relacionado com a questão cultural discutida anteriormente, alguns psicólogos envolvidos em testar a inteligência teorizam que a inteligência não deve ser considerada um traço individual, mas uma combinação do indivíduo com o ambiente ecológico (por exemplo Ceci, 1993). Em outras palavras, os seres humanos são capazes de se adaptarem ao contexto em que eles operam e de resolverem os problemas apresentados naquele contexto. Por exemplo, crianças nas ruas de várias cidades da África que tiveram muito pouca educação conseguem determinar rapidamente quanto de troco elas devem dar a um cliente que comprar suas mercadorias a preços variados, mas ainda assim as mesmas crianças podem não ser capazes de resolver problemas *equivalentes* de soma e subtração apresentados no ambiente mais formal da sala de aula (Saxe, 1998).

A abordagem ecológica ao estudo da inteligência também tentou comparar os resultados dos testes de pessoas de culturas diferentes, para observar como a cultura afeta o desenvolvimento mental. Resultados desses estudos claramente mostram que a inteligência depende da cultura. Os africanos, por exemplo, acham bastante absurdo responder perguntas que não estejam no seu domínio de experiência concreta. Portanto, a pergunta lógica: “Se John for mais alto do que Paul e Paul for mais alto do que Henry, será que John é mais alto do que Henry?” provavelmente produzirá a seguinte resposta: “Desculpa, mas eu nunca conheci estes homens” (Cole e Means, 1981; Scribner, 1977).

Talvez a prova mais convincente mostrando a influência da cultura sobre o teste de inteligência é que os não ocidentais (inclusive africanos) que não receberam o tipo de educação ocidental têm uma probabilidade maior do que os ocidentais de responder perguntas sobre “testes de inteligência” em termos funcionais práticos em vez de em termos de propriedades abstratas (Hamill, 1990). Por exemplo, para resolverem problemas de classificação, os ocidentais costumam considerar classificar por categoria taxonômica (nomeação) para refletirem um comportamento “mais inteligente” do que a classificação por função. Mas pessoas de outras culturas não veem assim. No estudo de Hamill, apresentaram a um grupo de africanos sem nenhuma escolaridade o seguinte problema: “Qual das coisas a seguir não pertence ao mesmo grupo que os outros – *machado, madeira, pá e serrote?*”. Para um ocidental, a resposta correta é *madeira*, porque é o único objeto que não é uma *ferramenta*. No entanto, no estudo de Hamill, os camponeses testados consistentemente escolheram a *pá* e explicaram sua escolha em termos funcionais: “Olhe para o serrote e o machado, o que você poderia fazer com eles se você não tivesse uma madeira? E a pá? Você simplesmente não precisa dela aqui”. Portanto, as diferenças de raciocínio entre os ocidentais e os africanos nesta tarefa poderiam se dever mais a *preferência* ou *ponto de vista* em vez de *capacidade*. Portanto, é totalmente errado atribuir estas diferenças de raciocínio a diferenças em níveis de inteligência entre os ocidentais e os africanos.

Num estudo anterior relacionado, Cole e Scribner (1971) descreveram uma tentativa de testar um grupo de pessoas da etnia Kpelle em Serra Leoa para a capacidade delas de classificar fotos de objetos em grupos taxonômicos. Os Kpelles persistiram em classificar as fotos por função – independentemente das instruções que eles receberam. Quando por frustração os pesquisadores

pediram para eles classificarem da forma que as pessoas *burras* fazem, eles classificaram pela taxonomia!

O teste multicultural ou entre culturas também demonstrou que capacidades específicas testadas por subtestes de testes de inteligência tradicionais são afetadas por variações na cultura. Já se mostrou, por exemplo, que pessoas cujo principal meio de sobrevivência é a caça ou a pesca costumam ter um desempenho melhor em tarefas *visuais-espaciais* como *projetar um bloco e montar um objeto* do que pessoas que sobrevivem por algum outro meio, como a agricultura (Berry, 1971). Esta descoberta pode ser explicada pelo fato de a caça e a pesca exigirem um deslocamento ao longo de distâncias maiores em comparação com a agricultura e de as pessoas que precisam se deslocar ao longo de distâncias maiores prestarem atenção em marcos de referência, desenvolvendo assim mapas “cognitivos” ou “mentais” das suas rotas de viagem. Acredita-se que esses mapas cognitivos sirvam para fortalecer a percepção visual e espacial deles – que, aliás, é considerado um elemento importante da ‘inteligência africana tradicional’. Portanto, aplicar um teste de inteligência sobre habilidades visuais-espaciais a um grupo de agricultores africanos tradicionais não será uma forma justa de avaliar sua inteligência.

A influência do idioma: O meio do idioma através do qual um teste é aplicado pode ter uma influência significativa sobre o desempenho de um sujeito no teste. É claro que instrumentos ocidentais para medir capacidades são construídos em idiomas estrangeiros, por exemplo, em inglês. Portanto, aplicar esses testes a africanos sem nenhuma escolaridade ou semialfabetizados será inadequado, apesar dos esforços para “traduzir” os itens do teste para idiomas locais. Isto ocorre porque, conforme qualquer estudante de letras sabe, a tradução pode não ser capaz de capturar completamente as expressões idiomáticas e as variações num

idioma e, portanto, aqueles que fizerem o teste não entenderão alguns dos seus itens com a clareza adequada exigida para a tarefa cognitiva que está sendo testada. Até mesmo entre africanos educados, expressões como “feeling blue” (estar triste) ou “distressed” (angustiado) talvez não sejam entendidas da mesma maneira que os ocidentais as entendem.

A forte influência do idioma sobre o desempenho em testes construídos no Ocidente é ilustrada com testes piagetianos de conservação de quantidade para estudar o período de operações concretas entre as crianças Wolof, do Senegal (Greenfield e Bruner, 1969). No estudo, água era despejada de um recipiente mais baixo, porém maior (em termos do seu diâmetro, que era um bécquer) num outro recipiente mais comprido, porém mais fino. Então se perguntava às crianças Wolof no seu idioma Wolof se a quantidade de água no recipiente mais comprido, porém mais fino era igual, (ou mais ou menos) em comparação com a quantidade que estava no recipiente mais baixo, porém maior. Depois de elas responderem, perguntaram a elas: “Por que você acha que a quantidade é igual (ou mais ou menos)?” A pergunta não extraiu nenhuma resposta das crianças. Até mesmo quando quem estava aplicando o teste mudou a frase em Wolof para: “Por que você diz que é igual (ou mais ou menos)?” ainda assim as crianças ficaram em silêncio por não entenderem a pergunta. No entanto, quando a pergunta foi mudada para: “Por que a água é igual (ou mais ou menos)?” então as crianças conseguiram dar justificativas para a quantidade original que elas julgaram. Naquele ponto, as crianças Wolof sem escolaridade deram razões para os seus julgamentos tão articuladas quanto as que foram dadas a Piaget e aos seus colegas quando eles testaram crianças suíças em Genebra. De acordo com Greenfield e Bruner, as crianças Wolof não estavam fazendo uma distinção “entre seu próprio pensamento ou sua própria afirmação sobre alguma coisa e a coisa em si. O pensamento e o objeto do pensamento parecem

ser a mesma coisa”. Portanto, na visão de mundo dos Wolof, a ideia de explicar uma *afirmação* ou um *juízo* não faz sentido, pois o que precisa ser explicado é o *evento externo*. Uma explicação alternativa das descobertas, no entanto, é que a pergunta: “Por que a água é igual (ou mais ou menos)?” reflete a maneira pela qual o idioma Wolof é estruturado para expressar pensamento. Ainda assim, o pesquisador não iniciado que estivesse aplicando essa tarefa piagetiana teria concluído que as crianças Wolof não conseguem explicar as razões por trás dos seus julgamentos e, portanto, os julgaria como estando atrás das crianças brancas com idades equivalentes em termos de inteligência.

Até mesmo os chamados testes *sem idiomas* ou *não verbais* podem efetivamente ser mais carregados em termos culturais do que testes de idiomas (Anastasi, 1990). Por exemplo, itens num teste de inteligência típico incluem figuras como veículos, aviões, móveis, instrumentos musicais e eletrodomésticos ocidentais, entre outros. Portanto, será inadequado aplicar esses itens tão carregados em termos de cultura ocidental a um africano sem nenhuma escolaridade ou semianalfabeto para avaliar sua inteligência. Itens *reduzidos de cultura* como linhas, círculos, triângulos e retângulos podem ser usados, de acordo com Jensen (1980). Mas mesmo aqui, a não ser que estejamos lidando com uma população bastante alfabetizada que tenha recebido um tipo de educação ocidental, os itens não farão nenhum sentido para aqueles que estiverem fazendo o teste.

Além do problema descrito acima, já foi demonstrado que, na verdade, os testes não verbais podem não estar medindo as mesmas funções que os verbais. Por exemplo, nas Matrizes Progressivas de Raven, um teste não verbal aceito universalmente para medir a inteligência, a análise de fatores (um procedimento estatístico) já mostrou que uma grande contribuição de fatores não

verbais são responsáveis pela variância de pontuações nos testes, ou seja, a proporção da pontuação de um indivíduo no teste que pode ser atribuída à inteligência conforme medida pelas Matrizes Progressivas é bem pequena. Assim, as Matrizes Progressivas podem não ser uma medida significativa de inteligência. Portanto, pode-se questionar se esses chamados testes não verbais, como as Matrizes Progressivas e um teste desenvolvido recentemente de capacidades cognitivas não verbais conhecido como TONI3, a sigla em inglês de Teste de Inteligência Não verbal (Brown, Sherbenon, e Johnson, 1997) podem efetivamente ser consideradas medidas de inteligência, atitude, raciocínio abstrato e solução de problemas independentemente do idioma, conforme aqueles que desenvolveram o teste alegam.

Conclusões

A partir da discussão anterior, pode ser visto que fatores biológicos e oportunidades de aprendizagem num contexto cultural específico interagem para determinar capacidades cognitivas, inclusive a inteligência. É bem difícil – se de fato for até mesmo coerente – conceitualizar e medir com precisão essas capacidades independentemente do contexto em que a pessoa vive (Gardner e Hatch, 1989). De fato, White (1988) capturou este problema corretamente quando ele observou que as oportunidades para demonstrar inteligência são distribuídas de maneira desigual pela cultura. Por exemplo, num mundo sem balé não haveria nenhum Baryshnikov. Da mesma maneira, sem uma ciência da física bem estabelecida não haveria nenhum Einstein e numa cultura sem xadrez Bobby Fischer não poderia ter desenvolvido o potencial para se tornar um mestre como jogador de xadrez.

Testes de capacidades cognitivas importados do Ocidente foram construídos de acordo com valores eurocêntricos, que são claramente diferentes de valores voltados para a África ou

afrocêntricos (Helms, 1992). Helms define valores eurocêntricos como “um conjunto perceptivo em que valores europeus e/ou euro-americanos são usados como padrões exclusivos nos quais as pessoas e os eventos no mundo são avaliados e percebidos” (Helms, 1992, p. 1093).

Uma série de valores e crenças da visão de mundo eurocêntrica que são claramente incorporados na construção de instrumentos ocidentais para medir capacidades cognitivas pode ser prejudicial a outros grupos culturais, inclusive culturas da África. Por exemplo, estes valores eurocêntricos pressupostos reforçam e motivam: (I) a teorização dualista, linear e racional; (II) a supremacia branca na inteligência; (III) o método científico para descobrir capacidades intelectuais; (IV) a velocidade para completar uma tarefa. Cada um destes valores influencia a maneira pela qual um teste é construído no Ocidente. Por outro lado, a medida de capacidades cognitivas centradas na África exige consciência e integração de fatores contextuais sociais ao processo de pensamento da pessoa. Estratégias de processamento de informações pelo africano podem ser aspectos implícitos incomensuráveis do funcionamento cognitivo. A velocidade para concluir uma tarefa pode não ser um valor importante para o africano. Talvez o que seja mais importante na realização de uma tarefa seja uma reflexão sóbria, baseada no conhecimento obtido ao longo dos anos. Portanto, aplicar instrumentos ocidentais para medir capacidades cognitivas para os africanos obviamente os colocará em desvantagem, levando a conclusões equivocadas.

Para que um teste de capacidade seja útil, seu conteúdo, ou seja, as tarefas que ele monitora, precisam ser adequados à cultura, assegurando assim sua validade. Adaptações criativas poderiam ser usadas para testar africanos. Por exemplo, existe muita riqueza nos padrões encontrados em trabalhos manuais africanos feitos

com contas ou na tecelagem de panos africanos tradicionais como os panos “Kente” ou “Adinkra”, em Gana. A reprodução de um *design* usando contas pode ser usada em vez de designs de blocos utilizados em testes de inteligência de instrumentos ocidentais. Padrões de contas menos complexos também podem ser usados em tarefas de estriamento ou de memória sequencial. A criança africana pode resolver de maneira mais fácil problemas de aritmética se eles forem apresentados em termos de contar cabeças de gado, laranjas, contas ou pedras. Pode-se pedir para uma criança africana desenhar uma figura na areia molhada ou construir um objeto com argila em vez de desenhar usando um lápis ou um giz de cera.

Se de fato houver a necessidade de avaliar as capacidades cognitivas dos africanos, então a abordagem eurocêntrica deve ser descartada no *design* e na construção do teste e deve-se adotar uma abordagem afrocêntrica. Ao usar a abordagem afrocêntrica na construção de um teste, determinadas dimensões da cultura africana propostas por Boykin e Toms (relatadas em Helms, 1992, p. 1096) podem ser seguidas. Helms resume oito destas dimensões da seguinte maneira:

- Espiritual – maior validade do poder de forças imateriais sobre o pensamento fatural na vida cotidiana.
- Harmonia – a pessoa e as coisas que a cercam estão interligadas.
- Movimento – a conduta pessoal é organizada através do movimento.
- Influência – integração de sentimentos com pensamentos e ações.
- Comunalismo – a valorização mais do grupo do que dos indivíduos.

- Expressiva – personalidade singular conforme expresso no estilo comportamental de uma pessoa.
- Oralidade – o conhecimento pode ser obtido e transmitido oralmente.
- Tempo Social – o tempo é medido por eventos e costumes socialmente significativos.

Deve-se observar que Boykin e Toms *não* estão propondo uma forma *não intelectual* de inteligência como as dimensões anteriores poderão tender a descrever. Ao contrário, eles estão propondo que o uso eficiente de capacidades cognitivas afrocêntricas exige consciência e integração de fatores contextuais sociais ao processo de pensamento da pessoa e, assim, a necessidade de incluir estes fatores em qualquer teste projetado para medir as capacidades cognitivas de africanos. Portanto, instrumentos ocidentais para medir capacidades cognitivas entre os africanos que não incorporam estas dimensões são inadequados para medir essas capacidades, adaptadas ou não, porque eles não reconhecem a importância de valores afrocêntricos que vão determinar até que ponto os africanos têm um bom desempenho em tarefas cognitivas.

Finalmente, quero afirmar que sou um africano que recebeu um tipo de educação ocidental. Eu conheço alguma coisa tanto das ciências físicas quanto das comportamentais. Se você me pedir para medir a distância escolhendo entre a regra do metro, o comprimento de um braço ou a amplitude de um pé como meu instrumento de medição, eu usarei a regra do metro porque eu sei que ela me dará uma medida mais precisa e objetiva da distância. Mas me peça para medir a inteligência de um africano com um teste de inteligência desenvolvido no Ocidente e eu usarei esse instrumento em africanos que receberam uma educação do tipo ocidental *apenas depois* de adaptar e incorporar maneiras de pensar afrocêntricas ao teste. Agora me dê uma criança ou um adulto

africano sem nenhuma escolaridade e me peça para medir sua inteligência com um teste de inteligência importado do Ocidente – independentemente de ele ser adotado integralmente ou adaptado da minha maneira. Eu preferirei jogar qualquer teste construído desta maneira na lixeira. Eu me sentirei mais confortável avaliando a inteligência de um africano sem nenhuma escolaridade formal usando os critérios tradicionais estabelecidos ao longo de vários séculos de sabedoria “africana”, pois na África esses padrões permanecem bem fundamentados tanto em termos intuitivos quanto em termos práticos. Portanto, eles fornecem uma medida ao mesmo tempo válida e confiável.

* * *

J. Y. Opoku é professor adjunto de psicologia na Universidade de Gana, em Legon. Possui bacharelado pela Universidade de Gana e cursou doutorado em psicologia na Universidade de Aberdeen, na Escócia. Sua área de especialização é psicologia cognitiva com interesse especial em sistemas representacionais linguísticos bilíngues e processamento de informações. Sua pesquisa pode ser encontrada nos principais periódicos internacionais. Com uma sólida formação em física e matemática, é interessado em medição e avaliação nas ciências cognitivas e na aplicação de métodos quantitativos de análise na pesquisa científica social, de maneira mais geral. Estudou profundamente o impacto de dicas semânticas sobre aprendizes bilíngues e as características peculiares dos conjuntos cognitivos invocados quando as pessoas falam mais de uma língua fluentemente. Lecionou cursos nestas áreas por mais de 20 anos, tanto em Gana, em Legon, quanto na Nigéria, na Universidade de Ibadan, de 1979 a 1986.



CAPÍTULO 34

“RAÇA” E “QI”¹

Kwame Anthony Appiah

Aqui está um fato que poucas pessoas inteligentes contestam: tome uma amostra aleatória de americanos negros e uma amostra aleatória de americanos “brancos” e dê a todos eles algum teste de QI americano padrão. Se a amostra for grande o suficiente, é muito provável que o QI médio do primeiro grupo seja 15 pontos menor do que o do segundo grupo – uma quantidade que torna a pontuação média dos negros americanos equivalente ao de um branco americano um desvio padrão abaixo da média dos brancos. Como as medidas de QI são projetadas para se encaixarem numa “curva de sino” simétrica padrão – e, nessa curva, cerca de um terço da população está localizada a menos de um desvio padrão de um lado ou de outro da média – pode-se concluir que pouco mais de quatro quintos dos brancos tenham uma pontuação maior do que o negro americano médio.

¹ Este capítulo só foi possível graças à Professora Barbara C. Sproul, fundadora e membra executiva, da Diretoria e do Comitê Múltiplo e ex-secretária geral da Amnesty International USA - AIUSA (1971), coordenadora do grupo da África do Sul, a partir de 1977, coordenadora de caso individual para Lilian Ngoyi (1977-1980) e líder do grupo do Leste Europeu (1985-2005).

Este fato é central para boa parte do debate sobre raça e inteligência na nossa sociedade e então eu proponho dar um nome a isso: vou chamá-lo de “dado central”. O dado central é que o que chamamos de populações negra e branca nos Estados Unidos diferem por aproximadamente um desvio padrão no QI médio.

Desde que o primo de Darwin, Francis Galton, publicou sua obra *Hereditary Genius* em 1869, a ideia de que a inteligência é mensurável, hereditária e distribuída de maneira diferencial tornou-se comum e vários dos herdeiros intelectuais de Darwin alimentaram o estudo científico de raças. Por mais de um século, então, uma proporção significativa de intelectuais ocidentais assumiu que fatos como o dado central confirmam a visão de que raças são diferentes em termos de inteligência e que a raça negra é hereditariamente menos dotada com dons intelectuais do que a raça branca. Muitas pessoas, nem todas intelectuais, acreditam (ou pelo menos suspeitam), ainda hoje, que a explicação do dado central é que os negros – membros da raça negra – são, em média, hereditariamente inferiores aos caucasianos – membros da raça branca – no que diz respeito à inteligência.

Pessoalmente duvido que o dado central sustente o que eu chamarei desta “conclusão racista”: a conclusão racista é o julgamento de que a explicação para o dado central seja uma diferença hereditária entre as raças branca e negra. Neste capítulo quero delinear três pontos em que a conclusão racista pode ser contestada e em seguida fazer algumas sugestões sobre como tornar a pesquisa sobre genética e inteligência mais lucrativa em termos intelectuais. Considero que este projeto pertença à filosofia da ciência aplicada. Entender as questões conceituais pode ajudar a melhorar a ciência.

“Raça”

Deixe-me começar com a suposição mais básica daqueles que derivaram a conclusão racista: a crença de que americanos negros e americanos brancos pertencem a raças absolutamente distintas.

Não muito tempo atrás eu estava sendo entrevistado num programa de rádio numa Rádio Pública Nacional no meio-oeste dos Estados Unidos. Eu estava explicando, entre outras coisas, por que eu acreditava que não existem raças biológicas na nossa espécie, *Homo sapiens*. Um ouvinte irritado ligou de Chicago e me disse que, apesar de admitir que muito do que eu tinha dito fosse verdadeiro, era perigoso sair por aí dizendo que não havia raças humanas. Confuso, eu perguntei a ele *por que* ele achava que isso fosse perigoso. Por um momento ele ficou em silêncio. Depois ele disse: “Porque as pessoas vão rir de você”. Meu ouvinte achava que negar a existência de raças biológicas entre os humanos fosse *obviamente* absurdo.

Esta reação vinda de uma pessoa com um treinamento universitário nas ciências da vida – ele parecia ter qualificações em antropologia física ou em anatomia comparativa – demonstra como a ideia de raça é central para o pensamento de várias pessoas na nossa sociedade e até que ponto as pessoas estão convencidas de que a raça fornece uma base objetiva e científica para a classificação. Não apenas meu ouvinte estava demonstrando estas suposições – *raça é central, é um assunto objetivo e científico* – mas ele também estava claramente convencido de que a maioria dos outros americanos concordaria.

Quando ele disse que era *perigoso* negar esta verdade óbvia, no entanto, ele estava expressando mais do que isto. Ele estava caindo no tipo de hipérbole histórica que ocorre quando um princípio central do seu sistema de crença é ameaçado. (Existem, afinal de

contas, riscos piores do que a maioria dos comediantes correm todas as noites da semana).

Eu percebo, então, que muitas pessoas têm estas crenças – até onde eu consigo enxergar, é fácil de adquirir exatamente estas suposições numa educação decente normal nos Estados Unidos ou na Europa. Mas eu também estou confiante que valha a pena ouvir de maneira justa os argumentos contra a realidade da raça. E, na pior das hipóteses, se meu ouvinte de Chicago estiver certo, você pode dar uma boa risada.

Aqui, então, está minha visão (que por acaso é compatível com a de muitos dos principais cientistas nos campos da genética e da biologia evolutiva). Existem todas as razões para negar que exista, de um ponto de vista biológico, qualquer raça humana. Tem havido boa razão reconhecida para negar isto na maior parte deste século. (De fato, tem havido razões para suspeitar do conceito de raça desde o comecinho da ciência da raça)². Se, por exemplo, a raça for uma propriedade biológica objetiva natural, por que tem sido tão difícil de produzir consenso sobre quais raças existem? Em boa parte da discussão americana supõe-se que existam caucasianos, negros e mongoloides: mas em seguida é imediatamente concordado que os asiáticos do sul (ou pelo menos *muitos* asiáticos do sul) não parecem se encaixar em nenhuma destas categorias, que os aborígenes da Austrália e os habitantes das ilhas do Pacífico também não e que as populações de índios americanos, nas duas Américas, também são outra coisa.

Eu suspeito que muitas pessoas acreditem que as dificuldades de classificar os americanos seja o resultado da “mistura de raças”. É fácil acabar pensando que a cor da pele, o cabelo e a morfologia do crânio são mais proximamente correlacionados nas populações de

2 Para mais detalhes do argumento, veja meu artigo, “Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections” em (eds.) K. Anthony Appiah and Amy Gutmann (1992); e o Capítulo 2 de *In My Father's House*, K. Anthony Appiah (1992).

lugares onde você nunca esteve. Mas uma vez que você vá à África e observe as diferenças óbvias em termos de aparência entre os povos Hausa, Iorubá e Ibo na África Ocidental – independentemente dos povos San do Kalahari, dos Pigmeus Mbuti do Zaire, ou dos povos da Somália – a noção de que ter a pele escura e vir da África ocorre junto com uma forma específica de crânio ou um tipo de cabelo, começa a parecer implausível: e isto está só restringindo você a diferenças visíveis óbvias. Um ceticismo semelhante deve se seguir a uma viagem atenta pela Europa ou pela Ásia.

O problema básico com a ideia de existirem raças biológicas humanas é o seguinte: apesar de as diferenças de cor da pele, cabelo, olhos e forma do crânio que distinguem os membros “típicos” das diversas supostas raças serem hereditárias, elas não se correlacionam muito bem com as outras diferenças hereditárias entre as pessoas. Existe quase tanta variação biológica entre os negros americanos (aliás, até mesmo entre os africanos)³ quanto entre a população americana como um todo, por outro lado, a maioria das características hereditárias variáveis encontradas em um grupo “racial” pode ser encontrada em outros⁴. Paul Hoffman escreveu recentemente, a partir de um trabalho feito por Richard Lewontin, que da diversidade genética que existe na população humana:

[...] 85% será encontrada dentro de qualquer grupo local de pessoas – digamos, entre você e seu vizinho. Mais de metade (9%) dos 15% restantes

3 Digo “até mesmo” porque os negros americanos têm tanta ancestralidade europeia e índia americana, como resultado da regra americana de “uma gota” que o tornava negro na maioria das circunstâncias se seu pai ou sua mãe fossem negros. Isto poderá fazer você pensar que a variabilidade genética da população negra americana tenha sido apenas um reflexo da grande diversidade da sua ancestralidade. Os dados africanos sugerem que esta não seja a razão.

4 Digo “características variáveis hereditárias” porque uma maioria do meu material genético é funcionalmente igual ao de todas as outras pessoas. Meu argumento é que até entre a pequena proporção de características pessoais que varia, a maioria é encontrada em todos os continentes e em todos os principais grupos populacionais.

será representada por diferenças entre grupos étnicos e linguísticos dentro de determinada raça (por exemplo, entre italianos e franceses). Apenas 6% representa diferenças entre raças (por exemplo, entre europeus e asiáticos)⁵.

É claro que você pode classificar as pessoas de acordo com diversos grupos de características: cor da pele, cabelo, a forma do crânio, tipos sanguíneos. Mas conjuntos diferentes de características produzirão classificações diferentes. Então não existe, conforme pensavam os grandes fundadores da investigação no século XIX, um sistema de classificação em raças principais, que possa desempenhar um papel central na biologia teórica humana.

Luca Cavalli-Sforza, Paolo Menozzi e Alberto Piazza escrevem em *The History and Geography of Human Genes* (que atualmente está entre os compêndios mais acessíveis – e fascinantes – sobre este assunto):

Existe uma grande variação genética em todas as populações, até mesmo nas pequenas. Esta variação individual acumulou por longos períodos, porque a maioria dos polimorfismos⁶ observados em humanos ocorreu antes da separação em continentes e talvez até mesmo antes da origem das espécies, há menos de meio milhão de anos. Os mesmos polimorfismos

5 Paul Hoffman (1994, p. 4). É claro que Hoffman usa a palavra “raça” aqui. Mas, conforme seu parêntese deixa claro, podemos assumir que ele esteja se referindo às populações das diferentes regiões principais – África, Ásia e Europa Ocidental.

N.E.: Entrevistado na BBC em agosto de 2001, o famoso geneticista Prof. Steven Jones (do Laboratório Galton, do University College de Londres) alegou que como um “conceito biológico” raças distintas simplesmente não existem. Ele indica que dentro do perfil total do genoma humano, 85% de toda a variedade ocorre entre dois indivíduos do mesmo lugar; cerca de 7,5% da variação ocorre entre dois indivíduos de países diferentes e 7,5% da variedade detectada na composição genética humana é encontrada entre pessoas das chamadas “raças” diferentes no sentido de Hoffman.

6 Um polimorfismo existe numa população quando existirem duas ou mais variantes (alelos) num lugar específico no cromossomo (um local genético).

são encontrados na maioria das populações, mas em frequências diferentes em cada uma, porque a diferenciação geográfica dos humanos é recente, tendo tomado talvez um terço ou menos do tempo em que a espécie existe. Até agora houve muito pouco tempo para o acúmulo de uma divergência substancial...

De um ponto de vista científico, o conceito de raça não conseguiu obter nenhum consenso. Nenhum deles é provável, considerando-se a variação gradual da existência ... podemos identificar “grupos” de populações e ordená-los numa hierarquia que nós acreditamos que represente a história de fissões na expansão para o mundo todo de humanos anatomicamente modernos. Em nenhum nível grupos podem ser identificados com raças, pois todo nível de agrupamento determinaria uma partição diferente e não existe nenhuma razão biológica para preferir alguma específica⁷.

Mesmo que você quisesse argumentar contra o peso desta prova científica, no entanto, você teria que encarar o fato de que a população que é chamada de “negra” nos Estados Unidos não corresponde a nada que um biólogo deveria querer chamar de raça. Aproximadamente 40% de negros americanos devem ter ancestrais índios norte-americanos. Uma proporção grande – porém contestada – tem origem europeia (da mesma maneira que uma proporção significativa, porém contestada, dos chamados brancos americanos, especialmente no Sul, tem alguma origem africana). Apesar de as regras jurídicas e sociais para atribuir as pessoas a uma raça terem sido relativamente variáveis, uma regra

7 Luca Cavalli-Sforza, Paolo Menozzi, and Alberto Piazza (1994, p. 14).

básica ocorreu no cerne do sistema de raça norte-americano: se seu pai fosse negro ou se sua mãe fosse negra, você também seria. Esta regra claramente não tem nada para recomendá-la como a base para um sistema de classificação biológica. (É importante lembrar que esta não foi a regra adotada no Caribe e na América Latina, onde uma terceira raça, “misturada” costumava ser reconhecida. À medida que o tempo passa, o grupo misturado conterà algumas pessoas com ancestralidade cada vez mais “diluída” de um lado ou de outro e, depois da terceira geração, não haverá nenhuma razão para esperar que nós sejamos até mesmo capazes de reconhecer que a ancestralidade deles é misturada. Eu conheço pelo menos uma pessoa loira, com os olhos acinzentados cujo avô era um africano “puro”: especificamente, meu sobrinho mais velho).

Então, mesmo que o negro e o caucasiano tivessem sido categorias biológicas sólidas que permitissem que alguém previsse muitos fatos biológicos importantes sobre os indivíduos, os negros americanos não fazem parte dessa categoria.

Agora, é claro que *existe* uma série de distinções sociais entre negro, branco, amarelo, vermelho e pardo nos Estados Unidos. E é claro, de acordo com as regras desta sociedade, que estas distinções se correlacionam, grosso modo, com fatos culturais. Mas se tivéssemos arranjos sociais diferentes – se, por exemplo, como algumas culturas caribenhas ou na Louisiana francesa, nós fizemos uma distinção profunda entre “negros puros” e “mulatos”, então seria um fato social que não haveria quatro grupos raciais principais nos Estados Unidos – branco, negro, asiático, índio americano – mas cinco – branco, negro, asiático, índio americano e mulato. E isto não envolveria absolutamente nenhuma mudança nos fatos biológicos. Identidades raciais nos Estados Unidos, assim como em outros lugares, são baseadas numa resposta social aos fatos em grande parte biológicos da cor da pele, cabelo e a forma do

rosto⁸. E identidades raciais são suficientemente reais, mesmo que elas não reflitam a existência inerente de raças biológicas.

É isto que se quer dizer com aqueles que dizem que a raça é “construída socialmente” nos Estados Unidos, negando que as “raças” americanas sejam uma realidade biológica. E, conforme eu digo, a evidência está absolutamente do lado desta visão. (Talvez nada demonstre melhor isto do que o fato de um “estudo recente ter descoberto que no começo da década de 1970, 34% das pessoas que participaram de um censo em dois anos consecutivos mudaram as etnias de um ano para o seguinte”⁹).

“QI”

Numa sociedade que já se esforçou tanto quanto os Estados Unidos para realizar testes de QI e outras avaliações de capacidade intelectual, também é provável que as pessoas riem de você se você negar que o que estes testes medem seja realmente a inteligência. Afinal de contas, muitos psicólogos alegam que você pode fazer todo tipo de testes que parecem, intuitivamente, medir a esperteza intelectual e que os resultados da maioria deles se correlacionam um com o outro. Por alguma razão ou por outra, pessoas que têm um bom desempenho num teste, tendem a ter um bom desempenho em outros. Por causa disto, você pode atribuir a cada pessoa um número – que seu inventor, Charles Edward Spearman, chamou de ‘g’, o “fator geral” para a inteligência – e dizer que seu desempenho em cada tipo de teste de QI é um produto de g e de algum(ns) outro(s) fator(es). O teste de inteligência geral ideal captaria g sozinho. Pessoas com um g elevado têm um desempenho melhor, em média, na escola, do que pessoas com um g baixo. Na verdade, elas têm um desempenho melhor, em média, em várias

8 “Em grande parte” biológicas porque cada uma destas características pode ser moldada por coisas não biológicas como o alisamento do cabelo, a cirurgia cosmética, tingimentos e coisas semelhantes.

9 James Shreve (1994, p. 58).

tarefas intelectuais. Considerando-se isso, como qualquer pessoa séria pode negar que testes de QI, que alcançam o *g*, medem a inteligência? Negar isso seria absurdo.

Novamente, muitos outros, inclusive eu, discordamos [...] correndo o risco, sem dúvida, de sermos alvo de mais risadas em Chicago.

Deixe-me começar observando que, para a medida do QI refletir de maneira adequada o que queremos dizer por inteligência, você precisa conseguir alinhar todas as pessoas do mundo em ordem de inteligência. Todas as pessoas precisam ser mais inteligentes, menos inteligentes ou tão inteligentes quanto todas as outras pessoas: é por isso que só existe um número para o seu QI, uma única medida de *g*. Spearman desenvolveu um conjunto de técnicas matemáticas para medir a capacidade mental e foram estas técnicas que o levaram a pensar que esta conclusão relativamente surpreendente estivesse correta.

Na verdade, você não precisa realmente entender as técnicas matemáticas envolvidas para entender a ideia geral de Spearman¹⁰. Apenas se pergunte o que conta como demonstração de inteligência. Será que a inteligência não é apenas a capacidade de usar seu cérebro para navegar com sucesso no mundo - a capacidade de entender como o mundo funciona e depois usar essa compreensão para se deslocar? Quanto maior for sua capacidade de usar seu cérebro desta maneira, mais inteligente você é.

Os primeiros psicométricos começaram com um senso intuitivo bem forte de que determinadas habilidades eram centrais para este tipo de esperteza: espertos verbais (entender o que diz um texto complicado); espertos matemáticos (resolver rapidamente problemas aritméticos, geométricos e lógicos); espertos acadêmicos (ter um bom desempenho em exames de

¹⁰ Se você quiser sentir suas técnicas, leia o Capítulo 6 de Stephen Jay Gould (1981).

história e geografia); os tipos de coisas, em resumo, em que eles próprios, como estudiosos, tendiam a ser bons! Todos estes tipos diferentes de inteligência valiam a pena medir.

Para desenvolver medidas objetivas e reproduzíveis destas habilidades de pensamento, o objetivo é construir testes em que as pessoas que sejam espertas de uma dessas formas tenham um desempenho melhor do que as pessoas que são menos espertas dessa forma. Os testes devem produzir de maneira confiável os mesmos resultados e devem se correlacionar de maneira confiável com a habilidade relevante. Quando os psicométricos estavam tateando para desenvolverem medidas de inteligência, eles naturalmente tentaram todo tipo de testes e era questionável se todos estes diferentes tipos de inteligência realmente ocorressem juntos: talvez algumas pessoas fossem boas para entenderem o que estava sendo argumentado num parágrafo complicado, mas fossem ruins em aritmética e para outras pessoas ocorresse o contrário.

Mas o que Spearman descobriu foi que as pontuações dos testes para o que intuitivamente parecia ser um tipo de inteligência se correlacionavam com as que mediam outro. E ele teve uma ideia sugestiva. Talvez a razão para esta correlação fosse que cada um dos testes estivesse realmente medindo mais de uma coisa: uma inteligência geral, que era responsável pela correlação entre os testes e alguma coisa específica para o teste específico (digamos, alguma coisa a ver com a interpretação de frases escritas, no caso de um teste para espertos verbais). Com um pouco de trabalho estatístico, você pode representar todos estes testes correlacionados desta forma e, com um pouco mais de trabalho, você pode construir um teste que então corresponda exatamente ao componente de inteligência geral. Foi isso que Spearman chamou de *g*: e um objetivo razoável nesse contexto seria construir exatamente esses testes de *QI*, testes para inteligência geral.

Stephen Jay Gould argumentou, no seu excelente livro *The Mismeasure of Man*¹¹, que existe um erro fundamental aqui: supor que é possível reproduzir de maneira confiável um determinado tipo de resultado de teste que tenha explorado uma única coisa. Ele chama este erro de “concretização”. O fato de se poder extrair de maneira confiável uma determinada pontuação num teste, não implica que se tenha identificado uma única coisa real. Uma analogia simples explicará o problema que Gould identificou: suponha que eu estivesse tentando explicar o que contribui para o sucesso em uma maratona. O que quero fazer é desenvolver um teste – eu o chamarei de teste do Quociente de Maratona, ou apenas QM – que tem a seguinte propriedade: se eu tomar dois grupos de pessoas com pontuações k e l , respectivamente, em que k for maior do que l , então é muito provável que o tempo médio daqueles que tiveram pontuação k será menor do que o tempo médio daqueles que tiveram pontuação l . (Eu não me importarei se algumas vezes uma ou duas pessoas tiverem um desempenho incomumente bom ou ruim: o objetivo do teste é medir alguma capacidade básica, não prever como será o desempenho das pessoas em todas as vezes). Agora, suponha que eu meça a capacidade pulmonar de cada corredor, sua contagem de glóbulos vermelhos e toda uma série de outras propriedades que parecem relevantes para ter um bom desempenho numa maratona. Se eu estiver certo em relação ao meu teste QM e certo de que todas estas coisas sejam relevantes, então, em corredores de sucesso na maratona, todas se correlacionarão umas com as outras e com o QM.

O que Spearman fez foi equivalente a dizer, neste caso: suponhamos que a razão pela qual todas estas habilidades se correlacionam é que exista uma capacidade básica – *capacidade geral para correr a maratona* (CGCM). Quando medimos a capacidade de transmissão do sangue de um corredor, ou o tamanho dos seus

¹¹ Stephen Jay Gould (1981).

pulmões, o que estamos *realmente* medindo é sempre o produto entre a CGCM e alguma outra coisa. É por isso que todos estes testes se correlacionam uns com os outros.

Então um Spearman de CGCM tentaria construir testes que capturassem a essência das várias capacidades do corredor da maratona, desenvolvendo uma medida de QM e supõe-se que ele pudesse ir além e explorar a hereditariedade do QM. Se, afinal, o QM medir alguma coisa real, uma capacidade real, então vale a pena explorar até que ponto essa capacidade é determinada hereditariamente.

É claro que de fato ninguém proporia concretizar o QM desta forma. Neste caso, a explicação óbvia para a correlação entre corredores da maratona destas diversas medidas – dos pulmões e da capacidade sanguínea e muscular – é que o treinamento para a maratona exige que você desenvolva todas estas capacidades e que o sucesso na maratona depende de ter uma boa pontuação em todas elas (ou na maioria delas).

Desde os primeiros dias depois que Spearman fez sua proposta, uma explicação semelhante sempre esteve disponível para suas correlações: as pessoas, na verdade, têm toda uma variedade de capacidades intelectuais diferentes, “inteligências múltiplas” e estas se correlacionam umas com as outras porque as educações que damos aos nossos filhos antes de eles entrarem no ensino fundamental e nos seus primeiros anos do ensino fundamental têm o efeito de desenvolverem todas estas capacidades. Apesar de os indivíduos reagirem de maneiras muito diferentes, haverá uma correlação entre todas estas inteligências – mesmo que não exista absolutamente nenhuma base hereditária para a correlação – desde que os tipos de socialização que desenvolvem uma capacidade estejam associados com os tipos de socialização que desenvolvem as outras.

Nos últimos anos, alguns psicólogos – com destaque para Howard Gardner – argumentaram que até mesmo a correlação entre estas diferentes habilidades intelectuais era exagerada. O sucesso em diversos campos da vida depende de diversos tipos de habilidades intelectuais e pessoais, que podem ser medidas de maneira independente. A existência dos chamados sábios idiotas – pessoas com uma capacidade intelectual notável numa dimensão, mas decididamente limitadas em outras – também sugere que de fato pode haver capacidades mentais diferente, separáveis e básicas que compõem as várias dimensões da inteligência¹².

O argumento é o seguinte: permanece pelo menos uma questão aberta se devemos pensar na inteligência como uma única capacidade medida por um número de QI para a inteligência geral ou se é mais esclarecedor pensar no que chamamos de inteligência – a capacidade de aplicar o conhecimento e a compreensão na vida humana – como sendo composta de várias habilidades independentes.

“Raça” e “QI”

Eu argumentei que existem razões para o ceticismo sobre raça e QI tomados separadamente: um único número de QI oferecido como uma medida de inteligência geral pode, na verdade, refletir uma interação complexa de algumas habilidades e não capturar absolutamente nada de outras e uma designação racial lhe diz muito pouco sobre a biologia de uma pessoa. O que acontece quando estas duas noções dúbias são combinadas? Bem, como quase todo mundo sabe, muitas pessoas pensavam que uma vez que você concorde que o QI é altamente hereditário, você precisa concordar que as diferenças entre as raças no QI tenham origem genética.

12 Veja Howard Gardner (1993); Robert J. Sternberg e Richard K. Wagner (eds.) (1994); Darold A. Treffert (1989); Michael J. A. Howe (1989).

Este argumento é o mais fácil de enterrar: no cerne dele está uma confusão sobre a forma em que medidas técnicas de hereditariedade são relativas tanto a uma população quanto a um ambiente. Grosso modo¹³, a *hereditariedade* mede o quociente da variância¹⁴ de uma característica numa população que se deve aos genes, à variância total, que é o produto de genes e do ambiente. A altura é altamente hereditária em todas as grandes populações humanas: boa parte da variação na altura da geração atual é causada pelo fato dos seus pais serem diferentes no que diz respeito aos genes que ajudam a determinar a altura. Mas a principal explicação para a diferença de altura entre os índios do Sul da Ásia e os norte-americanos é que as pessoas aqui comem melhor: conforme fica evidente pelo fato de os norte-americanos de origem do Sul da Ásia terem mais ou menos a mesma média de altura do resto da população¹⁵. Estes argumentos mostram que *podia existir* uma explicação ambiental para as diferenças médias de QI de negros e brancos, não que *exista*. Deixe-me oferecer três argumentos breves de que a explicação adequada das diferenças das médias de QI entre negros e brancos nos Estados Unidos *não é*, na verdade, absolutamente genética¹⁶.

O primeiro argumento diz simplesmente que é extremamente improvável que uma correlação entre alguma coisa tão *socialmente construída* quanto a "raça" americana certamente seja e alguma coisa tão claramente dependente da *socialização* quanto a inteligência provavelmente seja uma evidência aparente que seja

13 Veja David Layzer (1999) que mostra até que ponto o desenvolvimento teórico de uma medida de hereditariedade é complexo e o quanto a pessoa precisa ser cuidadosa ao usar dados para estimar a hereditariedade. O artigo de Layzer explica perguntas como a distinção entre a hereditariedade "ampla" e "restrita" e mostra quantas das condições teóricas para a aplicação do tratamento matemático padrão da hereditariedade não são satisfeitas no caso do QI.

14 Variância é uma medida estatística da variabilidade de uma característica.

15 Ned Block dá uma boa explicação das razões pelas quais a hereditariedade não é uma medida de até que ponto uma característica é determinada geneticamente em Ned Block (1996, p. 30-35).

16 Eu escolhi estes argumentos porque eles podem ser feitos de maneira relativamente simples: existem vários outros de onde vieram este, muitos deles em Ahsley Montague (ed.) (1999) *Race and IQ*.

fortemente determinada pela genética. Em diversos países do mundo, já foi mostrado que existe uma diferença em pontuações de testes de inteligência de aproximadamente um desvio padrão entre a população geral e determinadas minorias desprezadas. Conforme Thomas Sowell observou recentemente: “A diferença de aproximadamente 15 pontos entre negro e branco nos Estados Unidos corresponde às diferenças de QI entre judeus sefarditas e asquenazitas em Israel ou entre católicos e protestantes na Irlanda”¹⁷.

Um cético sobre a abordagem hereditária sugerirá que isto mostra que o dado central faz parte de um padrão sociológico geral, em que grupos desprezados ou maltratados não conseguem, em média, ter um desempenho tão bom neste tipo de teste com lápis e papel quanto membros de grupos dominantes¹⁸. Se isto estiver correto, então os negros não seriam desprezados ou maltratados e a diferença poderia ser reduzida, revertida ou simplesmente desaparecer. O próprio fato de os grupos em questão serem definidos socialmente sustenta uma explicação social do fenômeno.

Um segundo argumento é que existe evidência direta demonstrando que os negros americanos têm um desempenho pior em tarefas as quais eles veem como refletindo na competência intelectual dos negros. O psicólogo Claude M. Steele já mostrou que alunos negros têm um desempenho pior em testes que eles acreditem que reflitam a competência intelectual do que nos mesmos testes quando sua relevância para a competência

17 Thomas Sowell (1994, p. 160).

18 Se você estiver comprometido com explicações hereditárias, você sugerirá que os católicos e os sefarditas são desprezados por serem geneticamente inferiores. O defensor resistente da teoria genética poderá ir além e explicar que ser menos inteligente tornava mais provável que você seria um católico, ou tornaria mais provável que você tivesse escolhido a diáspora árabe em vez da europeia. (Eu não tenho inveja de ninguém que queira encontrar evidência séria – ao contrário de anedotas racistas – para sustentar qualquer uma destas proposições).

intelectual dos negros tiver sido ocultada. A diferença média entre negros e brancos na sua amostra realmente desapareceu uma vez que esta fonte de ansiedade foi removida¹⁹. O que a obra de Steele sugere é que parte da explicação para o desempenho ruim de negros americanos em testes de inteligência – na verdade, em exames em geral – é de fato a aceitação ampla da hipótese racista: a *crença* – não o fato – de que em média os negros sejam geneticamente inferiores pode efetivamente ser uma das causas do dado central!

E em terceiro lugar: existem muitas evidências de que os professores (tanto negros quanto brancos) tratam crianças negras e crianças brancas de maneira diferente *mesmo quando eles não têm a intenção de fazer isso*. Então, nós não podemos concluir a partir do fato de professores não serem mais explicitamente racistas no seu tratamento de crianças negras que crianças negras e brancas estejam expostas aos mesmos ambientes na escola. Como resultado disso, a persistência de diferenças no QI médio desde o fim da segregação escolar nos Estados Unidos é bem consistente com uma explicação ambiental dessas diferenças: nós só poderíamos inferir a determinação genética da diferença entre negros e brancos se os ambientes de negros e brancos fossem basicamente iguais. E, como eu digo, nós temos todas as razões para duvidarmos que eles sejam iguais num aspecto crucial – como os professores os tratam – que é *obviamente* relevante para o desenvolvimento de capacidades cognitivas.

Então sou cético em relação à hipótese racista e à grande quantidade de pesquisa motivada por ela. Mas qual pesquisa nós *deveríamos* estar fazendo? Como a investigação sobre a genética da inteligência pode vir a ser intelectualmente recompensadora e socialmente produtiva?

19 Claude M. Steele (1992, p. 68 *et seq.*) Falar sobre uma "fonte de ansiedade" aqui é, evidentemente, deslocar-se em direção a uma hipótese sobre o motivo pelo qual este efeito ocorre. Mas a hipótese me parece razoável.

A primeira coisa que precisamos ver é que uma das principais razões pela qual as pessoas se preocupam com estas questões se baseia numa confusão. Pois muitas pessoas se preocupam se existe uma razão hereditária para as diferenças médias de QI entre populações porque elas pensam que se isso for hereditário, não se pode fazer muita coisa a respeito. Isto é simplesmente falso (e, ao contrário, não se pode concluir que o que é ambiental é tratável).

Não é muito difícil de ver o motivo disso. Suponha, por exemplo, que muitos humanos negros transmitam genes – eu os chamarei de genes “sabotadores” – que inibam o nosso desempenho cognitivo se pessoas à nossa volta nos tratarem regularmente como se fôssemos idiotas: suponha que sejam estes genes que expliquem por que o desempenho dos negros é pior, em média, do que o dos brancos nos Estados Unidos em testes de QI. Imagine, então, que se as pessoas não tratassem os negros como idiotas com mais frequência do que elas tratam os brancos como idiotas, os negros tivessem, digamos, um desempenho um pouco melhor do que os brancos. Também será verdade que se os negros não tivessem estes genes, eles teriam um desempenho melhor (em média) do que os brancos em testes de QI nos Estados Unidos. Então, num certo sentido, estes genes explicam por que os negros têm um desempenho ruim.

Mas em outro sentido a explicação é obviamente a maneira pela qual os negros, por exemplo, nos Estados Unidos são tratados. E este é, além disso, o sentido importante para a política social uma vez que, no momento, é provavelmente mais fácil de tentar parar de tratar as crianças negras como idiotas do que erradicar todo um conjunto de genes da população humana. (Eu digo “provavelmente” porque mudar práticas sociais pode ser realmente muito difícil e isto é especialmente verdade quando práticas atuais

são do interesse – e inflam os egos – de alguma parte significativa do povo).

Na medida em que as crianças têm uma diferença de QI e na medida em que o QI realmente importe, uma questão importante de pesquisa é quais medidas podem compensar por quaisquer déficits hereditários que existam. Essa é uma questão de importância prática e os psicométricos que acreditam na hipótese racista contribuíram de maneira muito pequena para abordá-la. Simplesmente estabelecendo que existe um argumento sólido para a hereditariedade do QI no nosso ambiente social lhe diz o que pode ser mudado apenas em combinação com uma compreensão dos mecanismos pelos quais se determina a inteligência. Se o mecanismo que eu acabei de inventar – meus genes “sabotadores” – estivesse realmente em funcionamento, os psicométricos sem dúvida ofereceriam evidência de que diferenças de QI entre negros e brancos fossem determinadas geneticamente. Mas até mesmo concedendo que exista um sentido em que elas estivessem certas, esse fato não diz nada, conforme já vimos, sobre se as diferenças poderiam ser eliminadas ou não e como isso aconteceria.

Em outras palavras, para lidar com questões de política social, nós também precisamos lidar com questões de interesse muito mais teórico: quais são os processos e os mecanismos sociais, psicológicos e neurológicos específicos que moldam o desempenho das pessoas em testes de QI? Se nós entendêssemos o que produz os números do QI, então nós poderíamos fazer uma pergunta realmente interessante do ponto de vista da evolução da mente: nas relativamente poucas gerações em que os seres humanos estão separados dos ancestrais comuns, será que houve pressões de seleção que empurrou qualquer um destes mecanismos em direções diferentes em populações humanas diferentes? Neste caso, haveria uma razão evolutiva para populações diferentes terem distribuições diferentes dos genes que determinam estes mecanismos.

Portanto, é uma possibilidade lógica que a explicação do dado central seja uma distribuição diferencial de genes que moldam a inteligência. Francamente, no entanto, eu duvido que isto aconteça. A razão é um argumento da teoria evolutiva feito de maneira clara por Jack R. Vale, um biólogo e elegantemente reafirmada recentemente pelo meu colega Orlando Patterson²⁰.

O argumento começa observando que existe toda razão para pensar que o que queremos dizer por inteligência teria favorecido a sobrevivência e a reprodução no passado humano. Disto deriva que a inteligência é composta de fatores de adaptação; características que aumentam a adaptação do organismo, que é sua capacidade de deixar sua herança genética numa grande quantidade de descendentes. O passo seguinte é observar que a variância genética total numa característica tem diversos componentes, dos quais um é chamado de “componente aditivo da variância genética”²¹. A teoria evolutiva geral argumenta que a variância genética aditiva numa população será pequena para um fator de adaptação, de tal forma que a variância genética deve ser composta principalmente dos outros componentes da variância.

Na verdade, no entanto, as estimativas que os psicométricos fazem regularmente da variância genética do QI, mostram que um grande componente dela é a variância genética aditiva: de onde devemos concluir que, seja o que for medido pelo QI, não se trata de um fator de adaptação. E se não é um fator de adaptação, então o que é medido pelo QI não é o que costumamos chamar de inteligência – C.Q.D.

Qualquer que seja a resposta a esta questão evolutiva, seria de grande interesse entender os mecanismos mentais que moldam

20 Jack R. Vale (1980). Veja também Orlando Patterson (1995, p. 194-198).

21 David Layzer (1999) explica o que é a variância genética.

N.E.: Outra excelente antologia dos artigos influentes referidos aqui é Ned Block e Gerald Dworkin (eds.) (1976).

nossas capacidades individuais para lidarmos com desafios intelectuais. E a compilação de cada vez mais evidências de que exista *algum* componente genético ou outro na explicação das diferenças em pontuações de testes de etnias – que é o que os psicométricos racistas acham que eles estão fazendo – simplesmente não lhe diz nada sobre estes mecanismos. Concentrando-se em se os genes que moldam a inteligência são distribuídos de maneira diferencial entre raças ou não tem o resultado paradoxal de desviá-lo de perguntar *como* estes genes moldam a inteligência.

Em resumo, é claro que existem várias perguntas teoricamente interessantes sobre a inteligência humana e sobre o papel dos genes em moldá-la: mas a suposição de que a explicação do dado central é genética fez com que as pessoas se afastassem destas questões interessantes. Se a explicação do dado central estiver relacionada com a psicologia social – porque, por exemplo, ser tratado como inferior atrasa o desenvolvimento cognitivo humano – então essa suposição também torna obscura uma questão prática de enorme importância, que é como podemos eliminar esta fonte de desigualdade social. Admitindo que a evidência da hipótese racista seja, na melhor das hipóteses, fraca, é irresponsável, tanto em termos teóricos quanto práticos, fazer apenas pesquisa que ignore a possibilidade de a hipótese ser – como eu suspeito – equivocada.

Se Steele estiver certo, também é irresponsável propagar a hipótese racista, quando existe tanta evidência contra ela, uma vez que a própria aceitação da teoria pode ser um dos mecanismos para perpetuar a desigualdade. Se houvesse uma evidência muito sólida de que a hipótese fosse verdadeira, eu acho que seria adequado discuti-la cuidadosamente em público, mesmo que Steele estivesse certo. Mas uma discussão responsável teria que ter em mente a possibilidade de que a propagação da hipótese estava contribuindo para a continuação de uma forma evitável de desigualdade.

Deixe-me admitir: eu não quero que a hipótese racista seja verdadeira. Mas se fosse, eu a aceitaria relutantemente e insistiria que nós nos mexêssemos para vermos como nós poderíamos reduzir o prejuízo causado pela existência da desigualdade hereditária. Eu acho que é importante pensar sobre os motivos da pessoa nesta área porque eles podem distorcer a visão que a pessoa tem da evidência: a história da ciência da raça demonstra isto diversas vezes²². Minha consciência do meu desejo de que a hipótese não seja verdadeira me tornou especialmente atento para a possibilidade de eu estar errado. E então eu devo observar que os acadêmicos brancos que defendem a hipótese racista têm uma razão especial para o ceticismo em relação ao seu próprio entusiasmo por uma visão que implica que eles pertençam a uma raça superior: tanto nas ciências quanto em outros lugares temos razão para suspeitarmos que temos um pensamento desejoso.

Conclusão

Os principais cientistas do mundo se manifestaram [...] e estabeleceram de maneira categórica uma série de proposições²³ que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. Não é legítimo argumentar que existam diferenças em características mentais a partir de diferenças físicas [...]
2. A civilização de uma [...] raça em qualquer momento específico não oferece nenhum índice às suas capacidades inatas ou herdadas [...]²⁴

Pelo menos no que diz respeito a atitudes intelectuais e morais devemos falar de civilizações onde hoje falamos de raças [...] Na verdade, até mesmo as características físicas, excluindo a cor da

²² Veja Stephen Jay Gould (1981).

²³ Esta alegação foi estimulada por G. Spiller (ed.) (1911).

²⁴ W. E. B. Du Bois (1911 [1983], p. 13).

pele de um povo, não são em pequena medida o resultado direto do ambiente físico e social em que ele está vivendo [...] Além disso, estas características físicas são indefinidas e enganosas demais para servirem como base para qualquer classificação ou divisão de grupos humanos²⁵.

Assim escreveu W. E. B. Du Bois, o maior intelectual americano negro do século XX. O ano era 1911 e Du Bois estava argumentando que a evidência científica mais recente sugeria que as diferenças mentais entre as raças não deveriam ser explicadas pela herança física (que agora passaríamos a chamar de genes), que o estado cultural de um povo nos dizia pouco sobre o que ele conseguia realizar em circunstâncias diferentes e que a própria ideia de haver raças biológicas distintas era um erro. Como de costume, Du Bois estava certo e aqueles que escolheram discordar dele nas últimas oito décadas estiveram num terreno cada vez mais escorregadio.

Há pouco mais de trinta anos, quando Ashley Montague publicou pela primeira vez uma coleção de textos no *Race and IQ*, esse livro tornou-se necessário pela articulação sólida da visão oposta de Arthur Jensen e sua popularização por Richard Herrnstein, entre outros. Hoje em dia, com poucos argumentos novos e uma determinada quantidade de dados novos, porém irrelevantes, estas ideias foram ressuscitadas no discurso popular pelo mesmo Professor Herrnstein, desta vez com Charles Murray, um intelectual da política pública, como seu cúmplice. Numa cultura tão profundamente comprometida com o pensamento da raça quanto os Estados Unidos, é provável que estas ideias continuem a ser de senso comum para muitos e sua rejeição continuará, em consequência a ser considerada como ridícula e absurda [...] e não apenas numa das cidades maiores, mais

25 Du Bois (1911 [1983], p. 14).

populosas e mais cosmopolitas dos Estados Unidos, como Chicago.

Que é o motivo pelo qual – em nome tanto da verdade quanto da humanidade – nós devemos nos armar com os argumentos contra a conclusão racista e educar a nós mesmos e aos nossos outros cidadãos com eles. A verdade sobre a “raça” nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo é dura o suficiente: estas antigas falsidades criam obstáculos imaginários num caminho para a igualdade que já está barrado demais por impedimentos reais.

* * *

Kwame Anthony Appiah é professor de filosofia da Cátedra Laurance S. Rockefeller e do Centro Universitário de Valores Humanos, na Universidade de Princeton, onde se juntou à equipe docente em 2002. De 1991 até então foi professor de estudos afro-americanos e filosofia na Universidade de Harvard. Depois de se formar em filosofia na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, em 1975, lecionou filosofia na Universidade de Gana, em Legon, antes de voltar novamente a Cambridge para seu doutorado. Juntamente com Henry Louis Gates Jr., é o editor de *Africana: The Encyclopaedia of the African and African-American Experience* e ex-editor de *Transition*. Publicou três romances e duas monografias sobre a filosofia da língua e várias outras obras filosóficas, inclusive *In My Father's House: Africa in the Philosophy of Culture* e *The Ethics of Identity*.

CAPÍTULO 35

CHOQUE DE REALIDADE: OS CUSTOS E AS CONDIÇÕES DO ENSINO BÁSICO GRATUITO PARA TODOS NA REGIÃO DE GRANDE ACCRA¹

Judith S. Sawyerr

Histórico do ensino básico compulsório gratuito (FCUBE) em Gana

Em 1992, Gana voltou à democracia constitucional depois de mais de 20 anos de governo militar sob diferentes regimes. Durante os últimos cinco anos deste período, o sistema educacional passou por uma série de reformas importantes projetadas para melhorar o acesso e a qualidade, tornar o currículo mais relevante para as necessidades de um país em desenvolvimento, colocar as escolas

¹ N.E.: Este capítulo é um resumo considerável do artigo para debate da autora (escrito em maio de 2005) e de dois relatórios de pesquisa – encomendada pela *Ghana National Education Campaign Coalition* (GNECC) – e realizada por equipes de campo em escolas representativas dos Distritos de Ga West (dezembro de 2005) e de Dangme West de Grande Accra (outubro de 2006). A autora é membra da filial em GNECC Coalition. Para mais detalhes sobre o GNECC, a metodologia dos estudos de impacto e os agradecimentos da autora para aqueles que tornaram os estudos possíveis, veja o Apêndice I a este capítulo. Os relatórios e o debate foram generosamente oferecidos para inclusão nesta antologia pela autora, com a permissão do Diretor do Conselho Executivo do GNECC.

básicas sob o controle de comunidades locais e desfazer os vestígios do sistema de educação colonial. O número de anos antes do ensino superior foi reduzido enquanto o sistema de Exames de Nível Básico e Avançado foi eliminado. No seu lugar, um sistema 6-3-3 (seis anos de ensino primário, três anos de ensino secundário júnior e três anos de ensino secundário sênior) foi introduzido para cobrir a educação antes do ensino superior.

A *Constituição de Gana*, de 1992, assegurava a educação como um direito básico para todas as crianças (artigo 25.1a)². Ela também estabeleceu uma meta de 10 anos, permitindo um período de carência para que o maquinário seja instalado, quando todas as crianças deveriam estar recebendo Educação Básica Universal Compulsória Gratuita (FCUBE), composta de *seis anos de ensino primário e três anos de ensino secundário sênior* (artigo 38 da Constituição de 1992). O ensino secundário sênior por mais três anos estaria disponível para quem fosse qualificado para isso e poderia se beneficiar de mais fundamento acadêmico, mas não seria gratuito.

Até o final de 2003, ao perceber que não conseguiria alcançar as metas constitucionais para o FCUBE no ano seguinte, o governo fez uma mudança estratégica de política ao adotar o programa do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de Educação para Todos apoiado pelas Nações Unidas até 2015. Sob esta política, todas as crianças receberiam pelo menos seis anos de escolaridade. A garantia de *educação básica* foi *reduzida para seis anos de ensino primário*. Na realidade, este foi um passo atrás para Gana, considerando que a garantia constitucional de *educação básica* inicialmente implicava nove anos, não seis.

2 NE: Todos os artigos jurídicos constitucionais relevantes mencionados aqui foram publicados literalmente como o capítulo 68 desta antologia.

Tabelas no Apêndice III mostram a situação da matrícula no país entre 2002 e 2003, quando o governo mudou sua política. Apesar de a matrícula bruta e as taxas de conclusão terem mostrado um aumento ao longo do período, estas tabelas indicam duas tendências perturbadoras: elas revelam que a proporção de crianças ganenses que nunca se matricularam numa escola primária era de 18% e que a taxa elevada de abandono de alunos que se matriculavam – entre a entrada na classe 1 e a conclusão da Escola Secundária Júnior (JSS) 3, o último ano do ensino básico – era de 43%.

Subsequente ao estabelecimento pelo governo da política Educação para Todos, números recentes publicados pela unidade de Gestão de Informações de Pesquisa Estatística e Relações Públicas (SRIMPR) do Ministério da Educação (MOESS) de Acra, mostram que o quociente bruto de matrícula para escolas primárias para 2004 e 2005 era de 83,3%, enquanto o quociente líquido de matrícula era de 59,1%, indicando que uma quantidade excessivamente grande de crianças ainda não está na escola.

É interessante observar que o relatório de 2005, emitido pela Comissão Para a África e patrocinado pelo Reino Unido expressou sérias dúvidas se o objetivo do ensino primário universal jamais seria alcançado no continente africano antes do fim deste século, considerando-se o ritmo lento da mudança e a disponibilidade atual de recursos³.

Como “FCUBE” tornou-se “fCUBE”

Fora as dificuldades para fornecer educação básica para todos em Gana, a garantia da educação básica ser gratuita é outra questão problemática. Em 1997, o Ministério da Educação aboliu o pagamento de taxas em escolas públicas no nível da Educação

3 Relatório da Comissão Blair sobre a África, março de 2005.

Básica. No entanto, com as fortunas cada vez menores da economia de Gana, a política de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial durante o período (1986 a 2000) e a demanda cada vez maior por educação criada por uma população cada vez maior⁴, ocorreram quedas bruscas de receita para sustentar a educação básica pública em todas as partes do país. O Ministério da Educação permitiu que as *Assembleias Distritais* tributassem pais e tutores para educação e desenvolvimento. Estes impostos, que não devem ser chamados de *taxas*, cobria coisas como mensalidades da Associação de Pais e Mestres (PTA), custos de exames, cultura, esportes, biblioteca, saúde, despesas com mobílias, etc. Aliás, em alguns distritos chegava a haver até dez impostos diferentes cobrados dos pais. A política FCUBE tinha se tornado “fCUBE”, com o “f” minúsculo simbolizando um “gratuito” (*free*) muito reduzido.

O verdadeiro custo do ensino básico gerado por pais e tutores

Os níveis de renda em Gana são muito baixos, até mesmo para aqueles no emprego formal. Em fevereiro de 2005, o salário mínimo diário legal aumentou para (o equivalente em cedis antigos) a GH ¢ 1,35 (US\$ 1,45), excluindo agricultores rurais informais. Enquanto muito poucos trabalhadores assalariados em Acra ganhassem tão pouco quanto um salário mínimo, o pagamento médio líquido para os trabalhadores não qualificados ou semiquilificados no setor público e no privado varia de GH ¢ 50 a GH ¢ 70 por mês (US\$ 54 a US\$ 76). Isto resulta numa renda anual de GH ¢ 600 a GH ¢ 840 (US\$ 652 a US\$ 913). Aproximadamente 50% da população de Acra se sustenta com o setor informal, especialmente o pequeno comércio. As rendas neste setor costumam ser baixas.

4 Listado como 2,7% por ano em Estimativas dos Funcionários do FMI citado no *Ghana Human Development Report 2004* (rascunho).

O custo efetivo de manter um filho na escola primária e na secundária sênior em Gana é bastante significativo. Num relatório inédito encomendado pelo ActionAid Gana em 2003⁵, o custo anual foi estimado em US\$ 20 para uma criança na Educação Básica em algumas das comunidades mais carentes, especialmente nas três regiões do Norte. Na época, os residentes mais pobres nessas comunidades declararam uma renda *anual* de aproximadamente o equivalente a US\$ 12. Considerando o fato que a taxa de fecundidade em Gana ainda é muito alta (sendo em média de 4,2 filhos por mulher), os recursos familiares exigidos para sustentar vários filhos na educação básica representam um grave desafio à matrícula e à retenção escolares nessas comunidades. As estatísticas mostram que as garotas estão especialmente em desvantagem porque elas são as primeiras a serem mantidas fora da escola ou a abandonarem quando surgem dificuldades financeiras⁶.

Em duas escolas básicas públicas típicas de Acra pesquisadas recentemente pelo National Partnership for Children's Trust, uma instituição de caridade com sede em Acra, o custo médio para os pais manterem um filho na turma primária 6, JSS 1 e 2 e JSS 3, variava de US\$ 60 (GH ₵ 55,20) a US\$ 110 (GH ₵ 101,20) por ano⁷. O custo era composto da seguinte maneira: impostos, livros didáticos, material de papelaria, taxas de exames, uniforme, sapatos, meias, cinto e mochila escolar. Isto não cobria lanches, nem o transporte de casa para a escola e da escola para casa para aqueles que morassem a uma distância que não pudesse ser feita a pé. Enquanto o Serviço de Educação de Gana aprovava impostos em média de US\$ 4 (GH ₵ 3,68) por ano, que sozinhos podem não ser significativos, o custo dos livros didáticos exigidos para

5 "The Cost of Education," Action Aid Ghana, 2003, relatório inédito.

6 O quociente de matrícula de meninas matriculadas em escolas primárias era de 47,2% e no JSS, 45,3%, em 2002, Ministério da Educação, Acra, *Strategic Plan*, Volume 1, 2002. Na época da publicação, o valor do cedi de Gana caiu para GH ₵ 1,7 = US\$ 1.

7 O Grupos de Escolas Kanda e o Grupo de Escolas Nima, em Acra.

o ano chegava até US\$ 45 (GH ¢ 41,40) na série mais alta. Um livro didático tanto para a escola primária quanto para a escola secundária júnior custa US\$ 4,90 (GH ¢ 4,50). Uma criança precisa de no mínimo três livros didáticos na escola primária, enquanto outra na escola secundária júnior precisa de 10 por ano. Apesar de os livros deverem ser fornecidos gratuitamente, a realidade é que não há livros o suficiente nem mesmo para uso na sala de aula. Portanto, um aluno sem os livros didáticos necessários estará numa séria desvantagem.

No Distrito Dangme East de Grande Accra, uma comunidade carente de pesca localizada cerca de 80 quilômetros a leste da capital, o Serviço de Educação de Gana (GES) listou em 2005 as cobranças aos pais para a educação pública básica por ano como variando de US\$ 6,40 (GH ¢ 5,90) para o primário superior a US\$ 12,40 (GH ¢ 11,40) para a escola secundária júnior 3. Isto cobria impostos, taxas de exames, livros de exercícios, canetas, lápis, régua e conjuntos de matemática, mas excluía livros, uniformes, meias, cinto, sapatos e mochilas. Os livros didáticos não faziam parte da lista oficial apesar de não estarem disponíveis nas escolas porque a maioria dos pais era simplesmente pobre demais para comprá-los⁸. As taxas para o Exame para o Certificado da Educação Básica do Conselho de Exame da África Ocidental (BECE) feito no final da escola secundária júnior para a promoção à escola secundária sênior eram fixadas separadamente.

O custo da educação pública em Dangme East não é nenhuma exceção à regra nas áreas de perímetro urbano do litoral sul de Gana. No Distrito Dangme West de Grande Accra, na Escola Primária de Agortor⁹, a Secretária de Educação Distrital cobrou dos pais uma

8 Serviço de Educação de Gana, Ada, Dangme East, Gana.

9 Agortor é uma comunidade rural esparsamente povoada localizada à margem da estrada principal entre Acra e Ada.

N.E.: Como estudo de caso, mais detalhes do acesso à escolaridade pública e das suas condições nesta comunidade serão apresentados mais adiante neste capítulo.

quantia de Gp50 (GH ₵ 0,50) ou US\$ 0,35 por aluno por série para subsidiar o custo de exames e outras coisas. Como os pais também eram responsáveis sozinhos pelo fornecimento de uniformes, material de papelaria, régua, conjuntos de matemática, canetas, lápis, etc., algumas das crianças não estavam bem equipadas, enquanto outras não tinham uniformes. Muitas das crianças andavam entre quatro e cinco milhas para ir à escola e a mesma distância para voltar, uma distância considerável para uma criança pequena de seis ou sete anos de idade.

O custo da educação básica pública tem sido uma das principais razões pelas quais pais pobres não matriculam seus filhos ou são obrigados a tirá-los da escola. Apesar de garantias da Constituição de Gana de 1992, afirmando que cada criança tem o direito a nove anos de educação básica gratuita, compulsória e universal, (FCUBE), impostos e cobranças feitos aos pais por autoridades do governo local, Associações de Pais e Mestres (PTAs), ou pelas próprias escolas – combinado com o custo de uniformes, sapatos, mochila, comida, etc. – tornou a educação básica “gratuita” cara para os ganenses comuns.

Na realização deste estudo no Distrito Ga West de Grande Accra, questionários foram dados a pais e responsáveis com crianças em escolas básicas públicas durante o ano acadêmico de 2004-2005, para que eles pudessem listar as quantias que eles gastaram na educação dos seus filhos¹⁰. Como houve variações significativas nas quantias que os pais listaram, solicitou-se que autoridades do Serviço de Educação de Gana (GES) no distrito fornecessem seus números, onde estivessem disponíveis. O gráfico (Tabela 2)

10 Os questionários propriamente ditos estão anexados como Apêndices à compilação da autora “Impact Study on the Cost and Quality of Basic Education at Ga West District of Greater Accra, antes do período de Subsídio Per Capita período 2005” do GNECC de Grande Accra, datado de dezembro de 2005.

na página seguinte mostra um resumo e uma comparação destes números.

Tabela 2: Resumo de custos reais de educação gratuita nas escolas públicas básicas de GA WEST, 2004-05

Custos traduzidos para a redenominação atual do cedi de Gana GH¢ a partir de Janeiro 2008

ITEM	Escola Primária (Relatórios dos Pais). Equivalentes em GH¢	Escola Primária (Números do GES). Equivalentes em GH¢	Escola Secundária Júnior (Relatórios dos Pais). Equivalentes em GH¢	Escola Secundária Júnior (Números oficiais do GES). Equivalentes em GH¢
Imposto Anual	2,90 (média) 1,30 – 9,60 (intervalo)	3,00 (fixo)	2,50 (média) 0,50 – 8,70 (intervalo) hhj	4,50 (fixo)
Dívidas Anuais da PTA	0,50 (média) 0,20 – 1,50 (intervalo)	0,50 (estimativa) (Varia de escola para escola)	0,50 (média) 0,20 – 2,00 (intervalo)	0,50 (estimativa) (Varia de escola para escola)
Taxas de Exame por Semestre X (3 Semestres)	1,00 (média) 2,00 – 4,50 (intervalo)	1,80 (P1-3) 2,10 (P4-6)	3,00 (média) 2,00 – 5,00 (intervalo)	3,60 (JSS 1,2) 8,60 (JSS 3) ²⁴⁷
Material de Papelaria por Semestre (x 3 Semestres)	8,00 (média) 1,00 – 1,50 (intervalo)	2,00	3,20 (média) 2,00 – 20,00 (intervalo)	5,00 – 20,00 (intervalo estimado) ²⁴⁸

11 Isto cobre o custo de Exames de Certificado da Educação Básica (BECE) semestrais simulados realizados na JSS3.

12 Estas são taxas realistas de material de papelaria para a JSS porque se espera que os alunos comprem pelo menos um caderno de capa dura (entre outras coisas) para cada matéria a um custo de GH ¢ 1,00 por livro.

ITEM	Escola Primária (Relatórios dos Pais). Equivalentes em GH¢	Escola Primária (Números do GES). Equivalentes em GH¢	Escola Secundária Júnior (Relatórios dos Pais). Equivalentes em GH¢	Escola Secundária Júnior (Números oficiais do GES). Equivalentes em GH¢
Réguas, séries matemáticas por ano	0,90 (média) 0,50 – 3,00 (intervalo)	(Opcional)	1.00 (média) 0,70 – 4,50 (intervalo)	Opcional
Livros didáticos por ano	---	---	6,50 – 48,00 (intervalo) ²⁴⁹	Opcional
Uniforme escolar (vestido, sapatos, cintos, meias, etc.) por ano	10,00 (média) 3,00 – 26,00 (intervalo)	quivalent 5,00	10,00 (média) 4,00 – 50,00 (intervalo)	50.000 (estimativa)
Mochila escolar por ano	4,50 (média) 1,00 – 6,00 (intervalo)	Opcional	5,00 (média) 1,50 – 15,00 (intervalo)	4,00 (estimativa)
Comida comprada na escola (por dia X 22 x 10)	0,40 por dia x 22 x 10 = 88,00 (média) 44,00 – 550,00 (intervalo)	0,10 – 0,20 por dia x 22 x 10 = 33,00 – 44,00 (intervalo estimado)	0,30 por dia x 22 x 10 = 660.000 (média) 440.000 – 1.100.000 (intervalo)	0,50 x 22 x 10 = 110,00 (estimativa)
Total GH¢ (sem comida)	28,10 (média) 7,50 – 66,55 (intervalo)	12,30 (Pr. 1-3) 12,60 (Pr. 4-6)	25,90 (média) 6,40 – 59,20 (intervalo)	32,60 – 37,60 (intervalo)
TOTAL GH¢ (com comida)	116,15 (média) 51,90 – 616,55 (intervalo)	45,30 – 54,60 (intervalo estimado)	91,00 (média) 50,40 – 169,20 (intervalo)	142,60 – 192,60 (intervalo estimado)

13 Quantias para livros didáticos não foram incluídas no total porque apenas poucos pais indicaram que os compraram.

Estes próprios custos relativamente proibitivos da chamada educação gratuita são responsáveis pela taxa pequena de matrículas entre pessoas economicamente carentes, até mesmo em áreas de Gana que historicamente têm estado mais expostas ao desenvolvimento do serviço social do que nas regiões notoriamente carentes de serviços do Norte do país. Para determinar se uma família poderia pagar pelos custos de manter seus filhos em escolas básicas, os níveis de renda dos pais na amostra foram solicitados. As respostas à Pergunta N. 1 no Questionário dos Pais revelou que as rendas familiares mensais variavam entre o equivalente a GH ₵ 5 e 135, com uma renda média de GH ₵ 35,00 por mês. Na mesma amostra, a quantidade de filhos por família na educação básica variava de um a cinco, com uma média de três filhos por família. Isto não incluía filhos mais velhos ou mais novos, na escola ou fora dela. Em média, a quantia por mês que uma família teria que gastar com um filho na escola primária, excluindo a comida, chegava a GH ₵ 24 ou 6% da renda familiar; acrescentando a comida, o número passava para GH ₵ 97 ou 28% da renda familiar. Se estes números fossem multiplicados por três ou quatro para refletirem a quantidade real de filhos por família, as quantias seriam substanciais, claramente comprometendo gravemente o orçamento da família.

Pelo menos um pai declarou que não tinha condições de pagar pelo uniforme escolar. Alguns pais observaram que eles compravam livros didáticos para os seus filhos com custo variando de GH ₵ 6,50 a GH ₵ 48 por ano na escola secundária júnior, uma quantia que poucas famílias poderiam administrar até mesmo para um único filho. Os alunos para os quais os pais compravam livros didáticos eram os sortudos porque investigações revelaram que nenhuma das escolas na pesquisa tinha uma quantidade adequada de livros didáticos, fazendo com que a maioria dos alunos tivesse ficar sem eles¹⁴.

¹⁴ A discussão a seguir sobre a qualidade da educação fornece provas disso.

Sem contar a comida, que costuma ser cara para quem tem baixa renda, os dois próximos itens mais caros no gráfico são os uniformes e o material de papelaria. A política oficial sempre foi repassar estes custos aos pais e nem mesmo os subsídios de capitação que estão sendo aplicados atualmente os cobrem (os impactos variados destes subsídios serão discutidos depois). De acordo com o intervalo de gastos listados para material de papelaria, por exemplo, alguns pais estão gastando menos de 10% do que outros estão, o que sugere que provavelmente seus filhos estarão numa grave desvantagem. Outra cobrança que precisa ser analisada de maneira detalhada é a taxa de exame, especialmente no nível mais baixo. Pode-se imaginar que tipo de testes estão sendo aplicados a alunos do Primário 1 que exigem que um pai pague até GH ₵ 1,80 por ano? Esta parece ser outra maneira de repassar os custos reais aos pais, para gerar receita para as escolas.

Estes próprios custos relativamente proibitivos da chamada educação gratuita são responsáveis pela taxa pequena de matrículas entre pessoas economicamente carentes, até mesmo em áreas de Gana que historicamente têm estado mais expostas ao desenvolvimento do serviço social do que nas regiões notoriamente analfabetas do Norte do país¹⁵, por exemplo nos Distritos Ga West e Dangme West de Grande Accra. O apêndice II delinea brevemente as circunstâncias geográficas e econômicas de famílias que vivem nestes distritos, esclarecendo por que elas passam por dificuldades ou simplesmente não conseguem sustentar o direito constitucional dos seus filhos ao ensino em escola pública ao longo dos últimos 7 anos – apesar do investimento volúvel do país e da esfera global da educação básica com uma das principais prioridades em esquemas

15 N.E.: Para relatos detalhados do diferencial Norte/Sul de Gana no acesso à educação e na qualidade da educação distribuída, devido a desigualdades historicamente enraizadas na distribuição pelo governo de serviços sociais, veja Ivan Addae-Mensah (2000) e Jacob Songsore (2003). Tanto o capítulo 27, de Addae-Mensah, quanto as análises de Songsore do impacto deletério sobre o desenvolvimento de Gana causado pelo acesso ruim à educação são observados no capítulo 26 deste volume.

de redução da pobreza. Algumas das razões mais significativas sugeridas pelas autoridades do GES de Dodowa para não se conseguir matricular todos os alunos, especialmente as meninas, na escola primária no Distrito de Dangme West foram: (I) pobreza, (II) as famílias não valorizarem a educação das meninas ou por acharem a educação desnecessária para quem acabaria se tornando donas de casa, ou (III) por preferirem que as meninas ficassem em casa antes do casamento para ajudar no serviço doméstico; e (IV) algumas famílias simplesmente manifestaram um desinteresse geral na educação.

Entre 2001 e 2005, as matrículas no Distrito Ga West aumentaram em 2.059 alunos ou 9% nas escolas primárias públicas, em comparação com 2955 alunos ou 30% nas escolas secundárias júnior públicas. Apesar disto ser estimulante, o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de alcançar a paridade dos sexos até 2005 não foi alcançado no distrito¹⁶. Ao projetar a quantidade de alunos que deveriam estar no JSS de acordo com a quantidade na escola primária, deveria existir um quociente de 2:1. No entanto, para 2001-2002, houve um déficit de 31%, para 2002-2003, o déficit foi de 23%, para 2003-2004, 13% e para 2004-2005, 11%.

Entre as crianças em Dangme West que são matriculadas quando atingem a idade escolar, existe uma alta taxa de desgaste entre a escola primária e o JSS (97,3% GER versus 73% GER, respectivamente, em 2005-2006). Apesar da introdução do Subsídio Per Capita em 2005, pelo menos 25% dos alunos entre 12 e 14 anos de idade, que é a idade normal para a escola secundária júnior, não estavam na escola.

16 N.E.: Para uma discussão sobre a viabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para Gana, veja o capítulo 23 deste volume, de Abena D. Oduro.

Algumas das razões dadas por autoridades no escritório do GES de Dodowa, para a perda de 25% dos alunos na escola secundária júnior foram a gravidez na adolescência, obrigando as moças a abandonarem, a atração do emprego em período integral na pesca e no lavrado especialmente para os rapazes, novamente o desinteresse geral na educação e novamente a pobreza – a incapacidade dos pais de sustentarem seus filhos mais velhos. Tem havido certa melhoria desde o período 2002-2003, quando até 37% dos alunos não completaram o ciclo básico. Considerando-se o fato de que era improvável que os alunos perderam as primeiras etapas da sua educação se matriculassem em escolas básicas subsequentemente, algum tipo de programa para pessoas que começaram tarde será necessário se o distrito quiser educar todos os seus jovens.

Apesar de a porcentagem de alunos que abandonam a escola antes de completarem JSS estar diminuindo, ainda existe causa para preocupação. De acordo com autoridades do GES no distrito, uma das razões dadas para os alunos não completarem o JSS é a distância de três quilômetros que alguns precisam percorrer, por exemplo, de Kpobikope, onde não existe nenhum JSS, até Sarpeman, o mais próximo. As tabelas 1 e 2 no Apêndice III mostram os números de matrícula de alunos em escolas básicas nos distritos Ga West e Dangme West antes do início dos programas de Subsídio Per Capita descrito a seguir e durante ele.

A resposta do subsídio per capita pelo governo

Uma das principais questões que o GNECC tem defendido desde seu começo em 1999 tem sido a retirada de todas as taxas, impostos e cobranças nas escolas básicas públicas que até agora mantiveram as crianças pobres fora da escola. A partir do ano letivo 2005-2006, o governo de Gana introduziu um *Subsídio Per Capita* anual de GH ₵ 3 por aluno no nível básico com a finalidade

expressa de abolir os impostos e as cobranças que até agora mantinham algumas das crianças mais pobres fora da escola. Esperava-se que esta intervenção reduzisse o ônus do custo na educação especialmente para famílias pobres, com o objetivo de matricular todos os alunos em idade escolar nos 10 anos seguintes.

A pesquisa do GNECC em vários dos distritos, cobrindo o período 2004-2005, antes da iniciativa do Subsídio Per Capita, demonstrou que os pais estavam gastando grandes quantias de dinheiro com a educação pública que deveria ser “gratuita”. Os resultados do estudo de impacto em Ga West mostraram que a média gasta com um aluno antes da introdução dos Subsídios Per Capita nas escolas primárias públicas pesquisadas era de GH ₵ 28,10 e para JSS GH ₵ 25,90, sem contar a comida e o transporte¹⁷. Este estudo descobriu que fora os uniformes e os sapatos, itens como material de papelaria e taxas de exames representavam os maiores custos¹⁸.

Na pesquisa de Dangme West realizada no ano letivo 2005-2006 seguinte à implementação do esquema de Subsídio Per Capita, apareceu que para quem estava na escola primária, o custo médio era de GH ₵ 24,90 fora a comida, enquanto para quem estava no JSS, a média era de GH ₵ 64,76 sem comida, transporte e itens adicionais. Itens como material de papelaria e taxas de exames não eram cobertos pelos subsídios e, no caso dos exames, não se sabia ao certo quem era o responsável por isso. É claro que os pais ainda estavam gastando uma quantia considerável na educação básica dos seus filhos, especialmente os de baixa renda, até mesmo depois da introdução do Subsídio Per Capita. De maneira significativa, alguns pais indicaram que cobravam deles diversas quantias auxiliares: para ajudar a sustentar os professores do aluno, para

17 *The Cost and Quality of Public Basic Education in Ga West District of Greater Accra, 2004-05*, compilado por Judith S. Sawyerr, inédito.

18 *Ibid.*

pagar viagem e transporte para passeios e até mesmo para pagar por aulas adicionais. Este desenvolvimento parecia contradizer a política de fornecer uma educação básica sem nenhuma taxa e contestava a reivindicação do governo de que as escolas públicas não podiam mais impor impostos aos pais.

No Distrito de Dangme West, esta iniciativa de Subsídio Per Capita do governo tem tido um efeito geral aparentemente positivo sobre a matrícula, mas não conseguiu atingir o Quociente Bruto de Matrícula (GER) de 100% pretendido. De acordo com os números nas Tabelas 1 e 2 (Apêndice III), o maior aumento de matrículas ocorreu no período 2004-2005, um ano *antes* da introdução dos Subsídios Per Capita, em setembro de 2005. O aumento anual desde então tem sido mais lento, especialmente para as meninas, resultando numa situação em que 5% de todas as meninas ainda estão fora da escola. Obviamente estas são as alunas mais difíceis de atingir e algumas delas talvez nunca se matriculem se elas já estiverem bem acima da idade média de pelo menos 6 anos para começarem a Turma 1. Para estudar o impacto pleno dos Subsídios Per Capita sobre a matrícula, será necessário ocorrer um ciclo pleno da educação básica, desde o Jardim de Infância até o JSS 3.

Dos 29 alunos pesquisados no JSS de Ga West, 22 indicaram que trabalhavam depois da aula. A média de trabalho, nos dias de semana, era de três horas por dia e, nos fins de semana, quatro horas por dia. Alguns alunos declararam que trabalhavam até quatro horas por dia durante a semana e oito horas por dia nos fins de semana. A maioria do trabalho envolvia tarefas domésticas remuneradas. Por outro lado, pelo menos sete respondentes alegaram que trabalhavam para pagarem suas tarifas escolares, enquanto cinco outros para se cuidarem. A Pesquisa de Trabalho Infantil de Gana realizada em 2001 revelou que 40% de uma estimativa de 6,36 milhões de crianças na faixa etária entre cinco

e 17 anos de idade estavam envolvidas na atividade econômica. Cerca de 1,59 milhão delas estavam trabalhando e estudando ao mesmo tempo. Muitos dos trabalhos que estas crianças estavam realizando eram considerados perigosos ou prejudiciais à saúde¹⁹. Infelizmente, os estudos realizados na Região de Grande Accra não conseguiram entrevistar nenhuma criança em idade para frequentar a escola básica que não estivesse na escola e que, em vez disso, estivesse trabalhando em tempo integral.

Em resposta ao questionário distribuído em Ga West, apenas três pais não indicaram que o Subsídio Per Capita atual de GH ¢ 3 por filho era insuficiente; três alegaram que era suficiente. Quando perguntados de quanto deveria ser, o intervalo sugerido foi entre GH ¢ 4 e GH ¢ 10, com uma média de GH ¢ 9. Apesar disto, apenas três pais de 25 acreditavam que o impacto do esquema de subsídio tivesse sido positivo. De maneira semelhante, professores e autoridades do GES declararam de forma preponderante que a unidade de alívio do Subsídio Per Capita, apesar de ter um impacto positivo, era inadequada. A quantia per capita média recomendada pelos professores foi de GH ¢ 5,50 enquanto a recomendação média das autoridades do GES foi de GH ¢ 5.

A implementação do Subsídio Per Capita já teve vários problemas. Deduções feitas na fonte pelo Escritório de Educação do Distrito para esportes e cultura reduziram a quantia disponível no nível da escola em 30%. Outro desafio tem sido o custo de imprimir os exames, uma vez que isso não foi levado em conta no subsídio. Como a maioria das escolas estava ávida por verbas, elas usaram parte do dinheiro para itens como o transporte para os professores frequentarem reuniões. Isto resultou numa escassez de dinheiro para coisas básicas como os registros dos professores e cadernos conforme observado na Escola Básica de Agortor DA.

¹⁹ *Daily Graphic*, 23 de março de 2005.

Como os pais ainda tinham que fornecer material de papelaria, muitas crianças pobres estavam mal equipadas para terem aulas. Em Agortor, no ano acadêmico de 2005-2006, o Subsídio Per Capita rendeu apenas GH ¢ 2,50 por aluno por causa de deduções feitas no nível do distrito para esportes e cultura. O dinheiro disponível foi usado para comprar um relógio, uma bandeira nacional, cartões-manilha para fazer auxílios ao aprendizado, canetas de feltro e material de papelaria. O orçamento estourou em GH ¢ 30. A escola não conseguiu fornecer registros de aula ou cadernos para os professores devido à escassez de verbas. Como o Subsídio Per Capita não cobria exames, cobraram GH ¢ 1,70 de cada aluno do JSS por semestre, com um imposto adicional de GH ¢ 1,50 para o exame simulado feito no final do JSS 3. De acordo com o diretor, nenhuma outra cobrança foi feita aos pais.

Numa notícia melhor, o programa de alimentação NEPAD para fornecer uma refeição por dia para alunos da escola primária pública começou a funcionar em Dangme West. Atualmente, aproximadamente 1.700 crianças na cidade de Dodowa estão se beneficiando deste esquema. Quando a equipe do GNECC de Grande Accra visitou a Escola Primária Presbiteriana de Dodowa, o programa de alimentação estava em andamento e as crianças pareciam estar gostando da refeição de taro e inhame cozido. O programa de alimentação é uma intervenção que provavelmente reduzirá o ônus financeiro sobre os pais e estimulará a retenção de alunos, especialmente meninas. Infelizmente, alguns dos circuitos mais carentes do distrito como Agortor foram deixados de fora. Uma observação feita foi que outorgar o contrato a uma pessoa que mora em Adenta, um subúrbio de Acra localizado a uma distância de aproximadamente 20 quilômetros, era um desestímulo ao povo local.

Para o ano acadêmico de 2006-2007, oficialmente o Subsídio Per Capita tinha sido mantido em GH ¢ 3 por aluno. Isto significava que os problemas observados e relatados no ano anterior não tinham sido resolvidos. Para distritos pobres como Dangme West, onde existe uma taxa elevada de evasão escolar – principalmente devido à pobreza – antes dos alunos completarem a JSS, o sistema atual de Subsídio Per Capita é inadequado para melhorar a situação. São necessárias intervenções mais ousadas e mais abrangentes. Fora as impressões manifestadas por professores, alunos, pais e administradores da educação sobre o impacto positivo que o esquema do Subsídio Per Capita já teve até agora, ele não resolveu os principais obstáculos à *qualidade* da educação nas escolas públicas de Gana – os quocientes desproporcionais de alunos por professor e de alunos por livro didático, classes superlotadas e uma pressão cada vez maior sobre instalações e infraestrutura inadequadas ou inexistentes, assim como o desempenho escolar insatisfatório dos alunos registrado no final do Certificado de Exames da Educação Básica.

Qualidade em escolas básicas

A qualidade é fundamental para uma educação significativa. Ao adotar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de Educação para Todos, o governo de Gana, através do Ministério da Educação, no seu Plano de Ação Nacional 2003-2015, comprometeu a nação a “melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência de todos para que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis possam ser alcançados por todos, especialmente na alfabetização, no conhecimento dos números e em habilidades fundamentais para a vida”²⁰. Neste documento, sob o título de Qualidade da Educação, ele listou o acesso a livros

20 Plano de Ação Estratégico Nacional do Ministério da Educação – Educação para Todos: Gana (2003-2015) p. 4.

didáticos para os alunos e a disponibilidade de materiais de ensino e aprendizagem para professores até 2005 como dois dos seus Alvos Indicativos²¹. Outros objetivos de política citados para 2005 incluíram o alcance de um padrão razoável de alfabetização, conhecimento dos números e paridade entre os sexos²². Para reforçar este ponto, o Governo emitiu um documento resumido sobre o Relatório do Comitê de Análise da Reforma Educacional, no qual ele afirmou que

[...] quase todo mundo concordou que sob as reformas mais recentes, ocorridas em 1987, a educação pública em Gana não satisfaz as expectativas em termos da sua qualidade, equitabilidade e utilidade econômica²³.

Para analisar a qualidade da educação para 2004-2005 no Distrito de Ga West e no Distrito de Dangme West no ano seguinte, vários índices foram escolhidos, entre os quais: o fornecimento de livros didáticos gratuitos, quocientes de ensino e de alunos por professor, os prédios da escola, os móveis da escola, instalações de banheiros, materiais de ensino e aprendizagem, instalação de esportes e recreação e a disponibilidade de oficinas em escolas secundárias júnior. Outros itens oferecidos para a classificação foram a qualidade dos prédios e dos móveis da escola, o tamanho da turma, a eficácia do ensino, a capacidade dos professores de completar os currículos, a relevância dos livros didáticos para os assuntos discutidos em sala de aula e a atitude dos pais. As principais partes interessadas – alunos, pais e responsáveis, professores, diretores e supervisores do distrito – foram convidadas a participarem deste estudo e foram solicitadas a classificar estes itens de *excelente* a *ruim* nos questionários

21 Ibid, p. 14.

22 Ibid, p. 15.

23 Relatório Oficial do Governo de Gana sobre o *Report of the Education Review Committee*, 2003.

aplicados a eles. Entrevistas foram realizadas e observações foram feitas pelas equipes de pesquisa durante visitas aos locais. Além disso, números de quocientes de professor/aluno, aluno/livro didático, aluno/móveis e resultados no Exame de Certificado da Educação Básica (BECE) ao longo dos últimos anos foram obtidos a partir dos registros do Serviço de Educação de Gana para análises empíricas.

As avaliações dos próprios alunos são importantes uma vez que eles são os principais interessados no sistema educacional. Neste levantamento, a amostra cobriu alunos na escola primária superior (classes 5 e 6) e na escola secundária júnior. Eles foram solicitados a classificar de *excelente* a *ruim* diversos indicadores nas escolas que eles frequentaram durante o ano acadêmico 2004-2005, ou seja, no período antes do Subsídio Per Capita. O ensino foi classificado como *excelente* por 63% dos alunos tanto na escola primária quanto na secundária júnior. Setenta por cento dos alunos da escola primária e quase a mesma quantidade de respondentes do JSS classificaram o fornecimento de livros didáticos gratuitos, que foi amplamente divulgado pelo governo, como *ruim*. Cinquenta e cinco por cento dos respondentes classificaram o fornecimento de materiais de ensino e aprendizagem no JSS como *ruim*. Sessenta e nove por cento dos respondentes do JSS descreveram a disponibilidade de oficinas para treinamento prático como *ruim*; 74% dos respondentes na escola primária classificaram suas instalações esportivas e recreativas como *ruins*²⁴. Perguntas semelhantes foram feitas a 22 professores nas escolas básicas públicas pesquisadas em Ga West; 73% classificaram a “Oferta de Livros Didáticos Gratuitos” como *ruim* e 81% dos professores respondentes classificaram a “Oferta de Materiais de Ensino e Aprendizagem” como *ruim*. Quarenta

24 Em Sawyerr (2005, p. 10-13), as Tabelas 2, 3, e 4 refletem os dados compilados a partir destes questionários. Amostras dos questionários aplicadas a alunos, professores e diretores nas escolas pesquisadas estão disponíveis nos Apêndices aos Relatórios (2005, p. 27-35).

e três por cento dos alunos e 33% dos professores respondentes deram a pior classificação possível de *ruim* para *todos* os itens no seu questionário.

A disponibilidade de livros didáticos gratuitos foi identificada como um dos fatores mais significativos para melhorar a qualidade da educação. A política oficial do Serviço de Educação de Gana é fornecer livros didáticos a alunos na educação básica pública. A realidade existente é bem diferente. Em três escolas visitadas em Acra, havia alguns livros disponíveis apenas para uso em sala de aula, mas não havia um conjunto completo em nenhuma das matérias. Em Dangme East, o GES admitiu que a maioria das turmas tem entre cinco e 10 livros didáticos velhos e esfarrapados para uma matéria para serem compartilhados por 30 a 40 alunos ou mais. Nas escolas secundárias júnior, os livros estão desatualizados há muitos anos por causa das mudanças nos currículos. Nas escolas públicas, alguns pais compram livros didáticos para os seus filhos, mas muitos não compram por causa da despesa. Este diferencial entre alunos e livros didáticos pode ser uma das questões que contribuem para o desempenho ruim de alunos de Dangme West no BECE ao longo dos últimos anos. Ao contrário, em escolas privadas, os pais são obrigados a comprar os livros para os seus filhos para que eles fiquem bem equipados para a escola e o dever de casa.

O Plano de Ação Estratégica do Ministério da Educação, Ciência e Esportes (MOESS) para 2003-2015 se comprometia a garantir uma quantidade suficiente de livros didáticos – um quociente de 1:1 livro didático por aluno – e materiais auxiliares de ensino e aprendizagem em todas as escolas até 2005. Apesar desta delegação, ainda em outubro de 2005, quando a pesquisa foi realizada, havia uma grave escassez de livros didáticos nas salas de aula do Distrito Ga West. Números específicos para o fornecimento

de livros didáticos básicos de inglês, matemática e ciências à escola primária para 2005-2006 divulgados pelo Escritório de Educação do Distrito de Dangme West mostrou a meta de um livro didático básico para cada quatro alunos (1:4), apesar de o Distrito efetivamente ter alcançado um quociente (mais realista) de 1:2. A escassez de livros didáticos significava que alunos não tinham acesso aos seus livros didáticos para fazerem o dever de casa ou para revisão individual. Este fato, provavelmente, gerou um impacto negativo sobre o progresso acadêmico deles. Ainda assim as classificações combinadas dos alunos do ensino primário para a disponibilidade de livros didáticos gratuitos como *excelente* e *muito boa* alcançou 90%. Oitenta e seis por cento dos alunos do JSS consideraram a disponibilidade de livros didáticos gratuitos como *excelente* ou *muito boa*.

Ao contrário das impressões que eles relataram, o quociente de aluno para livros didáticos básicos era ainda pior para alunos da escola secundária júnior. Tanto os números desejados quanto os reais para 2005-2006 no nível distrital chegaram a 1:3 para as matérias principais e dados disponíveis (do GES para o Distrito de Dangme West) mostraram que este quociente não mudou desde o ano acadêmico de 2003-2004²⁵. Na Escola Básica de Agortor DA, identificada pelo governo como uma das comunidades mais carentes de Dangme West, o quociente de livro didático para as principais matérias de inglês, matemática e ciência era de 1:1 em 2005-2006, mas para as matérias que não eram principais não havia absolutamente nenhum livro para educação religiosa/moral, idioma Dangme ou para habilidades pré-vocacionais. A escola não tinha nenhum kit de ciência ou oficinas, nem havia nenhuma instalação recreativa a não ser um campo de futebol improvisado, sem nenhuma bola de futebol. Os professores tinham que fazer

25 GES, Dangme West. Não havia números disponíveis para o quociente entre aluno e livro didático para as aproximadamente sete matérias não essenciais.

seus próprios materiais de ensino e aprendizagem, usando verbas do Subsídio Per Capita.

Oficinas e ferramentas estão totalmente ausentes de todas as 56 escolas secundárias júnior públicas no distrito de Dangme West, não apenas daquelas rotuladas como “mais carentes”, de acordo com registros oficiais do GES. Apesar de o serviço de educação não ter nenhuma estatística disponível imediatamente para kits de ciência e instalações recreativas, a partir de todas as indicações circunstanciais é provável que estas instalações também não estavam disponíveis. Dados oficiais efetivamente mostraram que não havia nenhum computador e nenhuma das escolas secundárias júnior apesar de um alvo publicado de instalar 60 durante o ano 2005-2006²⁶. No nível da JSS, na maioria das vezes os alunos que participaram da amostra classificaram como *ruim* a disponibilidade de oficinas, depois a disponibilidade de kits de ciências, seguida da disponibilidade de instalações esportivas e recreativas. Em Dangme East, quando a pesquisa foi feita em 2004, nenhuma das escolas secundárias júnior tinha laboratórios de ciência, oficinas ou ferramentas. Os únicos computadores disponíveis eram poucos que tinham sido doados por indivíduos benevolentes ou organizações. Assistentes de ensino nas escolas primárias eram muito escassos ou inexistentes. Não havia nenhuma biblioteca para toda a comunidade com uma população de 93.000 pessoas. Nenhuma das escolas secundárias júnior pesquisadas em Ga West durante 2005 tinha laboratórios de ciências ou oficinas para matérias práticas, como carpintaria ou obras de pedra talhada. Não havia computador em nenhuma das escolas visitadas. Todas as matérias práticas constantes do currículo eram ensinadas sem uma prática efetiva, o que sugeria que estes assuntos eram abordados de uma forma excessivamente abstrata e remota para aprendizes jovens captarem. A situação

26 Ibid.

com bibliotecas não era muito melhor. Apesar de uma biblioteca comunitária estar sendo construída por uma ONG, ela ainda não estava pronta no final de 2005. O relatório do diretor de educação de que nenhuma das escolas básicas públicas do seu distrito tem instalações esportivas e recreativas adequadas confirmava a classificação de *ruim* dada por 70% dos alunos de escola primária que responderam a este item do questionário.

A infraestrutura física e os prédios em várias das escolas públicas de Acra estão abaixo do padrão. Poucos, ou nenhum, têm espaços para biblioteca, salas de ciências ou computadores. O saneamento básico é lamentavelmente carente. Em duas escolas localizadas no centro cosmopolita de Acra (Escolas do Grupo Kanda e Nima) não havia instalações de banheiro adequadas para a população de 2.000 alunos que frequentam as aulas em cada uma das escolas em dois turnos diários quando o GNECC visitou as escolas em 2004. Uma escola tinha água corrente, enquanto a outra não tinha. Muitas das estruturas apresentam rachaduras e telhados com vazamento, enquanto a mobília está dilapidada. Apesar de algum dinheiro ser alocado para os principais professores para reformas pequenas, ele é lamentavelmente inadequado para cobrir qualquer grande reforma estrutural. Isto é responsabilidade da Assembleia Metropolitana de Acra, que costuma empurrar o ônus de volta para os pais alegando que as escolas pertencem à comunidade.

Uma ilustração das dificuldades causadas por um ambiente físico de aprendizagem abaixo do padrão é retratada por uma breve descrição da Assembleia da Escola Básica do Distrito de Agortor que atende a toda a população de uma comunidade rural, escassamente povoada, localizada numa estrada de terra a 17 quilômetros de Nyigbenya, saindo da estrada principal entre Acra e Ada. Agortor não tem nem eletricidade nem água potável. Seus

habitantes sobrevivem através da pequena plantação de pimenta e tomates e da pecuária. Todas as casas são feitas de barro com telhados feitos de palha. A Escola Básica de Agortor de hoje foi construída em 1994, quando o governo forneceu verba para a construção de seis edifícios do tipo pavilhão para serem as escolas rurais. Ela consiste de uma fundação de concreto, pilares, paredes de tijolo, piso de cimento e um telhado feito de folha de metal. Existem espaços abertos para janelas e nenhuma porta ou armário. Animais passeiam livremente por toda a volta e dentro das salas de aula. As escrivaninhas são duplas, inclusive aquelas para os professores. Fora as salas de aula, não existe nenhuma provisão para um escritório, uma sala de funcionários, loja ou oficina. Apesar de o prédio estar incompleto, trata-se de uma melhoria em relação à antiga estrutura que era feita de barro e palha.

Tanto os alunos do primário quanto os da JSS usam o mesmo prédio. Em 2005-2006, a seção primária tinha 81 alunos matriculados, enquanto a JSS tinha 48. Por causa da quantidade baixa na escola primária e da escassez de salas de aula, as turmas foram combinadas em primário 1&2, 3&4 e 5&6. No ano do estudo do GNECC (2006-2007), as matrículas na turma 1 dispararam para 54, um grande aumento quando comparado com o total de matrícula das turmas 1&2 que foi de 30 no ano anterior. Nenhuma nova sala de aula foi construída para abrigar os alunos adicionais.

Todos os professores da escola são homens por causa do local isolado, da falta de amenidades, da distância de qualquer cidade razoavelmente grande e da acomodação deplorável para os funcionários. Embora o fornecimento de acomodação para suas esposas e filhos em outro local signifique despesas adicionais, nenhum dos professores na Escola Básica de Agortor trouxe suas famílias para a vila – apesar da insistência da Autoridade de Educação do Distrito para eles fazerem isso. Dois professores

da JSS e três da escola primária efetivamente ficam na escola, enquanto os outros se deslocam de Tsopoli ou de outros lugares, o que é muito caro. O transporte de Agortor até Nyibenya custa GH ¢ 1 por trecho num táxi normal, enquanto um táxi fretado cobra GH ¢ 4,50. A acomodação dos professores consiste de uma pequena sala para cada um num prédio feito de barro e palha sem piso nem paredes revestidas. Como não tem água, eles são obrigados a recorrerem a riachos locais. Apenas recentemente eles receberam um kit de filtro. Devido à ausência de eletricidade, eles devem providenciar sua própria luz de tocha ou lâmpada de querosene. Cobras e escorpiões são uma verdadeira ameaça à noite. Os sanitários são do tipo KVIP, enquanto o banheiro é um galpão de palha com telhado aberto.

Estas condições não acontecem apenas em Agortor. Relatórios oficiais do Serviço de Educação de Gana para Dangme West indicam que apenas 16 de 114 escolas primárias públicas e privadas no distrito tinham instalações sanitárias em 2005, enquanto apenas 22 de 114 tinham água potável. Para ilustrar a gravidade da situação, os funcionários e alunos na Escola Básica do Dodowa New Town District Assembly são obrigados a atravessar a estrada principal para encontrarem banheiros porque não tem nenhum na escola. Durante o período deste estudo um carro atropelou um aluno que estava tentando cruzar a estrada para procurar um banheiro. Os professores têm regularmente precisado sair da área da escola, às vezes durante as aulas, para atenderem ao chamado da natureza.

Em Dangme East, as estruturas físicas das escolas básicas no continente e em duas ilhas pesquisadas por uma equipe da Coalisão da Campanha Nacional de Gana (GNECC) estavam em condições adequadas. Apenas 10 de 68 escolas primárias públicas estavam em condições ruins. As instalações sanitárias eram um problema porque não havia nenhuma água disponível na maioria

das escolas do continente. A construção de prédios de escolas e sua manutenção são responsabilidade das associações do distrito e a alegação costuma ser que não existe dinheiro disponível. Quando questionado sobre planos para construção, o diretor de educação do distrito de Dangme West relatou que mesmo quando itens são incluídos no orçamento, muitas vezes eles não se materializam.

O professor é a pessoa mais importante – o elemento básico – da educação básica. Nossa pesquisa de 2005-2006 incluiu 30 professores e 11 professoras nas 9 escolas básicas públicas que participaram da amostra no Distrito de Dangme West. Dos 41 professores entrevistados, apenas quatro não tinham treinamento, 31 tinham qualificação do Certificado A, enquanto outros seis tinham um ou mais títulos acadêmicos. A maioria tinha mais de 5 anos de experiência dando aulas, sendo que alguns já lecionavam a pelo menos 20 anos. Ao serem questionados se eles estavam satisfeitos com suas condições de serviço, apenas três responderam de maneira positiva, enquanto os outros marcaram que estavam insatisfeitos. As principais razões dadas para a insatisfação no emprego na pesquisa feita em Dangme West, em ordem descendente, foram (I) salários baixos; (II) custo elevado da acomodação; e (III) condições de serviço ruins. Em resposta a questões solicitando sugestões sobre o que o governo deveria fazer para os professores aliviarem os principais problemas que eles enfrentavam, as respostas estiveram relacionadas especialmente com salários e condições de serviço. A violência foi relatada como uma eventual experiência de primeira mão por professores com uma frequência moderada (“às vezes”). Trinta e cinco responderam que usavam castigo corporal nos alunos e nove responderam que tinham testemunhado ataques físicos realizados contra professores²⁷. A maioria dos professores que nós entrevistamos

27 Detalhes de incidentes de violência relatados em diversas categorias são tabelados e analisados no relatório da autora sobre o *status* de professores e qualidade de educação em escolas do Distrito de

achava que a Associação Nacional dos Professores de Gana (GNAT) e a Associação Nacional de Professores de Pós-Graduação (NAGRAT) não estava fazendo o bastante para melhorar seu drama. Várias respostas sugeriam que os sindicatos deveriam ser cautelosos ao negociar e até mesmo que eles não tinham as habilidades adequadas para realizarem uma barganha coletiva. Vários respondentes sentiam que a GNAT e a NAGRAT deveriam cooperar mais para terem uma frente unida.

O diretor de 46 anos de idade, da Escola Básica JSS de Agortor DA, o Sr. Abraham Nartey, que tinha esperado por mais de dois anos para preencher seu pedido para ser transferido de Agortor, contribuiu com uma longa entrevista para a equipe de coleta de dados do GNECC de Grande Accra enquanto visitávamos a sua escola. Na época, sua renda mensal líquida era de GH ₵ 140, com o qual ele tinha que sustentar ele próprio, uma esposa e seis filhos, que moravam em outro lugar. Não é de se surpreender que ele fazia um bico como alfaiate e sempre tinha uma fita métrica pendurada no pescoço. Depois de atuar como professor de alunos por 11 anos, o Sr. Nartey entrou na Mampong-Ashanti Professor Training College onde ele se formou com uma qualificação de Certificado A em 1998. Ele está na JSS de Agortor há oito anos, cinco dos quais como diretor. Atualmente, ele está matriculado num programa de aprendizagem à distância através da Universidade de Cape Coast com duração de três anos. A taxa é de GH ₵ 160 por ano, que ele paga sozinho além das despesas com o transporte para poder frequentar as aulas. As únicas coisas que o governo fornece de graça são aulas na Escola Politécnica de Accra no final de cada mês e alguns livros didáticos.

Os níveis de qualificação de professor em toda a Região de Grande Accra são, de maneira geral, adequados. Na Escola Básica

Dangme West (2006, p. 7-9); itens sobre este assunto no questionário aparecem nos apêndices ao relatório, p. 36.

de Agortor DA, por exemplo, no ano letivo 2005-2006, todos os professores da JSS eram treinados: três deles tinham qualificações de Certificado A e um tinha diploma. Cada professor lecionava pelo menos duas matérias, inclusive o diretor, que ensinava matemática e pré-técnico, permitindo que a escola oferecesse todas as matérias, menos francês.

A pesquisa do GNECC revelou que todos os 22 professores entrevistados na pesquisa feita no Distrito Ga West em 2004-2005 eram qualificados pelo menos com um treinamento de Certificado A. Três deles tinham títulos, enquanto cinco tinham diplomas. A quantidade média de anos de experiência de ensino, tanto no distrito quanto fora dele, era de 12. Estes professores foram classificados como *excelentes* por 63% dos alunos e *excelentes ou muito bons* por 65% dos pais. Em 2005-2006, 73% dos professores que trabalhavam no nível da escola primária eram treinados com pelo menos qualificações de Certificado A (três anos de faculdade para o treinamento de professor após a escola secundária). Isto foi uma redução em comparação com 78% em 2004-2005, o que implicava ou que alguns dos professores recrutados recentemente não eram qualificados ou que alguns dos professores treinados tinham deixado o distrito. A média nacional para professores treinados da escola primária em 2005-2006 estava em 70,8% com uma meta nacional de 100% até no máximo 2015²⁸. No mesmo período em todos os distritos do país, excluindo os 40 mais carentes, a porcentagem de professores primários qualificados foi de 83,9%, deixando Dangme West numa posição de desvantagem. O diretor-assistente para educação do distrito explicou que as condições em algumas das escolas rurais ou carentes eram tão adversas que professores treinados não estavam dispostos a ficar e isto obrigou as autoridades a

28 Ministry of Education, Science and Sports (MOESS), *Preliminary Education Sector Performance Report 2006*.

contratar professores não treinados. Esta tendência negativa estava sendo remediada pelo pacote de patrocínio do professor apresentado recentemente pela Assembleia do Distrito. Sob este programa, estagiários sustentados pelo distrito em faculdades para o treinamento de professor tinham que atender a comunidade por pelo menos 3 anos depois da formatura.

No nível da escola secundária júnior, os professores treinados precisam ter pelo menos uma qualificação de Certificado A, apesar de alguns terem diplomas e títulos. Durante o ano acadêmico 2005-2006, a porcentagem de professores treinados em escolas secundárias júnior de Dangme West era de 89,8%, bem acima da meta do distrito de 79%. Entretanto, em 2003-2004, 95% dos professores nesta seção eram qualificados, novamente indicando uma redução na porcentagem de professores treinados. Em 2005-2006, a média nacional para professores de escola secundária júnior treinados era de 85,5%. Ao mesmo tempo, nos distritos do país que não eram carentes a porcentagem era de 90,6%²⁹. Isto implicava que apesar da sua localização na Região de Grande Accra, Dangme West enfrentava desafios para recrutar professores. De acordo com o diretor-assistente de educação do distrito, muitos dos professores de JSS nomeados recentemente que eram formados preferiam procurar cargos em escolas secundárias sênior porque aqueles empregos eram considerados de maior prestígio.

O problema com professores no setor público não é a falta de qualificações, mas sim a falta de supervisão. Os funcionários do Serviço de Educação de Gana tanto em Acra quanto em Dangme East admitiram que a seção de inspetoria não está funcionando de maneira adequada, de tal forma que seja quase impossível retirar professores incompetentes. Os diretores não têm nenhuma autoridade em relação a isso. Os funcionários do GES confessaram

29 Ministry of Education, Science and Sports (MOESS), *Preliminary Education Sector Performance Report* 2006.

que eles raramente inspecionavam as escolas nas ilhas porque tinham medo de atravessar o rio de barco.

O quociente de alunos por professor é um indicador importante de qualidade, além de ser um fator central que afeta a moral e o sucesso do professor. De acordo com o Plano Estratégico de Educação do Ministério da Educação 2003-2015 para atingir a educação básica gratuita, compulsória e universal no país, a meta de alunos por professor no nível primário é de 35:1. No Distrito de Dangme West, o número foi de 25:1 em 2005-06, abaixo da meta de 30:1 do distrito. Apesar de isto parecer um desenvolvimento encorajador, algumas escolas tinham quocientes de aluno por professor que chegavam a 82:1, enquanto outras chegavam a 13:1. Em relação a esta variação notável, a explicação dada pelo diretor-assistente de educação do distrito em Dangme West foi que em algumas escolas o ritmo de distribuição de professores e de construção de salas de aula não acompanhou o de matrículas. A Escola New Town em Dodowa DA é um bom exemplo de uma escola lotada. Atualmente, tanto o KG1 quanto o KG2 têm quocientes de alunos por professor de 60:1, com os alunos do KG2 sendo obrigados a terem suas aulas embaixo de uma árvore. As turmas primárias inferiores tinham quocientes de professores por aluno de mais de 45:1, bem no começo do ano letivo 2006-2007 quando novos alunos ainda estavam se matriculando. Algumas escolas como a Afienya DA Basic estavam usando o sistema de turno para acomodarem a grande quantidade de matrículas.

Para o ano letivo 2005-2006, o quociente de alunos por professor no distrito no nível da JSS era de 19, abaixo da meta nacional de 25. O desvio desta média, no entanto, era amplo: entre quatro e 28 alunos por professor, o que sugeria problemas com a contratação de professores. Em 2005-2006, o GES de Dangme West empregou 644 professores primários e 325 para as escolas

secundárias júnior no sistema público. No nível primário, este número ficou 4% abaixo da meta, mas representou um aumento de 73 professores em relação ao ano letivo 2004-2005. Vinte e sete por cento dos professores não eram treinados. Para a seção das JSS, o corpo docente ficou 15% abaixo da quantidade exigida, 11% dos professores que estavam atuando não eram treinados.

O desempenho na prova final é o fator determinante para entrar numa escola secundária sênior do governo. Um aluno deve ter uma pontuação agregada de 30 ou menos no BECE, feita no final da JSS 3 para continuar além do ensino “básico”. Aqueles com notas agregadas entre 21–30, apesar de passarem nominalmente, têm dificuldades para assegurarem vagas em escolas mais equipadas em função do nível de concorrência.

Se observarmos dois indicadores de desempenho no ensino básico, as deficiências no setor público tornam-se claras. Isto também pode explicar o motivo pelo qual tantos pais preferem mandar seus filhos para escolas privadas.

O primeiro índice são os Testes de Critério aplicados pelo Ministério da Educação até 2002 para testar o desempenho de crianças na escola primária em matemática e inglês ao final da Turma 6. Resultados do teste de 2002 são apresentados na Tabela 3, no Apêndice III. As notas deste teste mostraram claramente que em inglês, pelo menos, as escolas privadas tiveram um desempenho muito melhor do que as públicas. Apesar de a diferença nos resultados para matemática não ter sido tão evidente, o desempenho dos alunos em escolas privadas ainda foi melhor. O outro indicador foram os resultados no Exame de Certificado do Ensino Básico (BECE), o exame nacional que os alunos fazem em todas as matérias ao final de 9 anos de ensino. A Tabela 3 no Apêndice III mostra a porcentagem de alunos que passaram no exame BECE com notas agregadas de 6 a 30, que os qualificaram

para entrarem na escola secundária sênior. Se considerarmos o fato de que apenas 57,5% de alunos em 2003 chegaram a esta etapa, apenas 30% da faixa etária conseguiu completar o nível da escola secundária júnior com 15 anos de idade ou mais.

Se olharmos os resultados do BECE para o distrito de Accra em 2004, das 402 escolas secundárias júnior que inscreveram candidatos, 105 tiveram 100% de aprovados com agregados entre seis e 30. Apenas quatro destas escolas eram escolas públicas legítimas, sem nenhuma filiação com alguma igreja ou de outro tipo, como a universidade ou os militares³⁰. Accra teve uma escola com absolutamente nenhum aprovado e sete escolas tiveram taxas de aprovação menores do que 30%³¹, sendo que seis destas escolas eram públicas.

Em Dangme East, 1.243 alunos fizeram o Exame BECE em 2004. O total de alunos que se qualificaram com agregados entre seis e 30 chegou a 683, o que representou 54,9%. Isto é menor do que a média nacional de 61,1%. O distrito se classificou na posição 52 de 110. Apenas 5,4% ou 62 deles estavam em escolas privadas. Se supusermos que todos os alunos das escolas privadas tenham sido aprovados, então a porcentagem de alunos aprovados das escolas públicas seria pouco menor do que 54,9%. Se considerarmos que 50% tinham abandonado a escola antes de completarem a escola secundária júnior, então apenas 22% dos alunos que estavam deixando a JSS em Dangme East podiam ser até mesmo considerados para a escola secundária.

Os resultados do BECE de 2005 para todos os distritos na Região de Grande Accra mostram que Dangme West teve a menor taxa de aprovação com 45,1%. A média para a região foi de 77,03%. Ao mesmo tempo, a média nacional foi de 63%. No BECE de 2006,

30 Divisão SRIMPR, Ministério da Educação, Accra.

31 Ibid.

a taxa de aprovação de Dangme West aumentou em 9%, chegando a 54% e apesar de ainda estar abaixo da média nacional, entretanto, este era um sinal estimulante.

Em alguns distritos carentes, como Yilo Krobo, Ahafo South e Gushiegu/Karaga, algumas escolas não registraram nenhuma aprovação no BECE por muitos anos. Isto significa que nenhum dos alunos que deixou aquelas escolas secundárias júnior entrou na escola secundária sênior³².

As implementações pelo governo do seu Plano Estratégico até agora não melhoraram de maneira significativa o desempenho final nas escolas pesquisadas pelas equipes de coleta de dados do GNECC de Grande Accra desde o início do esquema de Subsídio Per Capita. Por exemplo, em 2006, na Escola Básica de Agortor DA em Dangme West, daqueles alunos que fizeram o BECE no final da escola secundária júnior para entrarem na escola secundária sênior, apenas dois dos 16 alunos (os dois rapazes) foram aprovados, com agregados 23 e 25. Apenas 20% dos alunos neste nível eram moças. Dos resultados do BECE de 2006 para as escolas usadas na nossa pesquisa de Dangme West, apenas uma escola ficou dentre as 25% melhores do distrito como um todo, enquanto cinco escolas na nossa amostra representativa ficaram dentre as 50% piores. Até mesmo as escolas que ficaram próximas do topo tiveram resultados muito medíocres, especialmente considerando a quantidade limitada de vagas disponíveis em escolas secundárias sênior e pressão para assegurá-las. Em 2006, as duas escolas secundárias júnior com melhor desempenho em Dangme West (Dodowa Word of Faith e Dodowa Emmanuel International) eram privadas. Os relatórios do GES para o distrito refletem que elas tiveram agregados médios de 12,23 e 14,33, respectivamente.

32 Ibid.

Algumas sugestões modestas para o avanço no ensino básico público

Os problemas reais que o ensino público enfrenta em Gana atualmente são: matrícula e retenção, infraestrutura ruim, falta de instrumentos e materiais de ensino, falta de professores motivados e supervisão e gestão inadequadas. Todos estes problemas foram identificados repetidas vezes como as verdadeiras questões por quase todos os relatórios e estudos contratados pelo governo e pelos fóruns das partes interessadas. Para superá-los, uma grande quantidade de investimento tanto em recursos materiais quanto em recursos humanos é necessária, assim como uma demonstração sincera de disposição política da parte do governo. É claro que ninguém contesta isto. O Ministério da Educação lançou um Plano Estratégico de Educação cobrindo o período entre 2003 e 2015 como seu guia de trabalho para atingir a Educação para Todos, que era o ensino primário universal até 2015. As autoridades tinham afirmado com confiança que o plano seria bem-sucedido e que as metas seriam atingidas desta vez porque a verba necessária tinha sido incluída nos esforços atuais. E mesmo assim o plano ainda depende muito do auxílio de doadores. Estimativas do Banco Mundial são de que a quantia necessária vinda de fontes externas era de US\$ 19 milhões por ano. Outras fontes reivindicam que os números deveriam ser bem maiores³³.

Para começar, todas as cobranças e os impostos que mantêm as crianças fora da escola ou que afetam sua aprendizagem deverão ser abolidos. Coisas como livros didáticos, livros de exercícios, canetas e lápis deverão ser fornecidos gratuitamente. Para as crianças mais pobres, uniformes e sapatos, mochilas e até mesmo o almoço deverão estar disponíveis. Em segundo lugar, um programa planejado para reabilitar estruturas e construir outras

33 Conforme divulgado em 2005 numa conferência do GNECC em Tamale.

precisa ser estabelecido. Apesar de haver dinheiro disponível do Ghana Education Trust Fund (GETFund) para esta finalidade, o desembolso de verbas exige maior eficiência e transparência³⁴. Muitos prédios já começaram a ser construídos e foram abandonados incompletos. Em terceiro lugar, como os professores são a espinha dorsal de qualquer sistema educacional, eles deverão receber uma remuneração adequada e suas condições de serviço deverão passar a ser razoavelmente atraentes. O país tem uma escassez de 24.000 professores treinados, especialmente em áreas rurais carentes. Então incentivos especiais são necessários para interessar rapazes e moças a serem treinados e a trabalharem como professores nestas áreas. Com incentivos adicionais, o monitoramento e a supervisão de professores precisam ser melhorados comparativamente. Aqueles que são dedicados e trabalham duro precisam ser recompensados, enquanto aqueles que não se encaixam devem ser retirados. Uma quantidade muito grande de pessoas incompetentes, negligentes e até mesmo perigosas permanece no sistema. Quase todas as autoridades do GES que entrevistamos enfatizaram que as escolas privadas têm um desempenho melhor porque os chefes podem contratar e demitir e insistir num nível elevado de desempenho dos professores. Não há nenhuma razão para que isto não possa ser aplicado ao setor público.

O país se comprometeu com o Educação para Todos nos próximos 10 anos. Se o governo não conseguir garantir o direito constitucional de toda criança pelo menos a um ensino primário decente, o futuro do país parecerá sombrio. Se, por outro lado, o governo conseguir atingir seus objetivos educacionais, existirá uma luz no fim do túnel.

34 N.E.: A observação de que os recursos do GETFund não são aplicados de acordo com seus propósitos pretendidos também foi feita por I. Addae-Mensah. Veja o capítulo 27.

Apêndice I

Descrição do GNECC, metodologias de pesquisa e breves agradecimentos

O Conselho da Campanha de Educação Nacional de Gana (GNECC) faz parte do movimento mundial Educação para Todos (EFA), da Campanha Global pela Educação (GCE) e da Campanha da Rede Africana Sobre Educação para Todos (ANCEFA). Em Gana, a rede abrange mais de 25 organizações não governamentais e da sociedade civil em todas as 10 regiões do país que defendem a qualidade e a Educação Básica Universal Compulsória Gratuita (FCUBE) agradável para todas as crianças ganenses como um direito humano.

A Filial de Grande Accra da organização realizou os estudos compilados neste capítulo (Sawyers 2005, 2006). Agradecimentos são devidos a Theo Annor, o coordenador do GNECC de Grande Accra, pelo seu apoio como sempre, o Sr. Gerald Annan-Forson, Diretor Regional do GNECC de Grande Accra nos apoiou. A Sra. Victoria Opoku, Diretora de Educação do Distrito, Ga West e seu assistente, o Sr. A.B Amoah, nos forneceram os dados e outras informações relevantes às quais somos gratos. O Escritório Nacional do GNECC forneceu a verba para a pesquisa, o que me deixa muito agradecida. No programa de pesquisa de Dangme Wes, novamente o Sr. Theo Annor foi prestativo através da sua administração geral; a Srta. Makafui Aidam, o Sr. Ransford Lolih e a Srta. Dzifa Gbetanu aplicaram os questionários às partes interessadas, reuniram informações vitais e compilaram os resultados. No Escritório de Educação Distrital em Dodowa, o Sr. Emmanuel Atsu-Mensah, o Diretor de Educação, deu seu estímulo e sua permissão para que se realizasse a pesquisa, assim como a Srta. Mercy Lamptey, Oficial de Recursos Humanos, Diretora-Assistente de Educação, que

ajudou de maneira extrema com a coleta de dados e com outras informações. Finalmente, o Sr. Gerald Annan-Forson, Diretor do GNECC de Grande Accra, deu seu apoio geral.

O relatório de 2005 da pesquisa do distrito de Ga West

Em outubro de 2005, o Conselho da Campanha Nacional de Educação de Gana (GNECC) contratou seus membros regionais para realizarem estudos de impacto sobre o custo e a qualidade da educação básica pública, para revelarem os desafios enfrentados pela educação básica pública em distritos carentes selecionados em várias regiões de Grande Accra, assim como nas outras regiões do país, no período anterior à introdução de Subsídios Per Capita universais em setembro de 2005. Em apoio a esta iniciativa, a filial de Grande Accra do GNECC realizou uma pesquisa no Distrito Ga West, se concentrando no custo da educação básica pública para pais e responsáveis pobres, assim como na qualidade da educação. Estudos paralelos foram realizados em Ashanti, Volta e nas regiões do Norte de Gana sob os auspícios da Rede Norte para a Educação e o Desenvolvimento (NNED).

O estudo de impacto sobre o custo e a qualidade da educação básica pública no Distrito Ga West de Grande Accra, antes do período do Subsídio Per Capita em 2005 foi realizado por uma equipe liderada pela autora deste capítulo com o auxílio recebido das Greater Accra GNECC District Education for All Teams (DEFATs) compostas de Makafui Aidem, Ben Appiah- Yeboah e Nathaniel Apronti, que fizeram todo o trabalho de coleta de campo de aplicar os questionários nas escolas selecionadas.

A Oxfam Reino Unido forneceu verba para este estudo por meio do Escritório Nacional do GNECC. Devido a graves restrições financeiras e de tempo, o âmbito da investigação teve suas dimensões seriamente limitadas. Membros da filial de Grande

Accra do GNECC realizaram todos os aspectos do estudo em apenas poucas semanas apesar da grande quantidade de material necessário para a realização de uma pesquisa abrangente.

O relatório de 2006 do distrito de Dangme West

A Campanha de Educação Nacional de Gana (GNECC) encomendou este relatório como parte da sua Semana Global de Ação Sobre Educação (GAW) de 2006 sobre o tema *Every Child Needs a Professor*, para se concentrar nos distritos escolares desvantajados na região como parte da estratégia de advocacia do GNECC. O estudo foi projetado para avaliar o *status* de professores, para relatar sobre tendências de matrícula e os custos da escolaridade para os pais e para avaliar a qualidade da educação, resultados de aprendizagem e condições da infraestrutura e as instalações escolares e fazer recomendações. Dangme West foi selecionada em 2006; Dangme East foi selecionada em 2005 e Ga West foi selecionada para estudo em 2004.

Metodologia

Os métodos usados nestes estudos incluíam a circulação de questionários a alunos, pais e responsáveis, professores e alguns oficiais do GES com um corte transversal de escolas públicas básicas. Amostras de todos os questionários para todos os segmentos da amostra estão incluídas como apêndices dos relatórios, juntamente com mapas distritais, fotografias de locais e tabelas de todos os dados analisados. Entrevistas também foram realizadas, tentando a paridade entre os sexos sempre que possível e observações diretas feitas pelas equipes de pesquisa durante suas várias visitas de locais às escolas.

A coleta de dados de 2005 sobre Ga West envolveu respostas de 29 pais, 22 professores, 27 alunos de escolas primárias

sênior e 29 alunos de escolas secundárias júnior, 13 diretores e quatro administradores de educação distritais do GES. Sete das escolas foram classificadas como muito carentes, enquanto três delas, como de perímetro urbano, ou relativamente mais bem-dotadas³⁵.

A pesquisa em Dangme West envolveu nove escolas no total: três delas eram mais bem-dotadas³⁶, três tinham dotação média³⁷ e três eram carentes³⁸. Em cada escola, aproximadamente nove alunos preencheram os questionários, sendo que a maioria veio da seção da escola secundária júnior. Isto produziu uma amostra de 86 alunos da escola básica. Os questionários foram distribuídos bem no começo de 2006-2007 e foram preenchidos de acordo com as condições no ano letivo anterior. Eles foram preenchidos e coletados a partir de 27 pais, 41 professores e cinco oficiais (diretores e supervisores de circuito). Ao darem suas respostas, as partes interessadas foram solicitadas a basearem suas visões no ano letivo 2005-2006 uma vez que o ano atual (2006-2007) tinha acabado de começar. Inspeções dos locais foram realizadas pela equipe de coletores de dados e pelo coordenador do GNECC.

35 As escolas carentes selecionadas incluíam (I) Amamorley Primary and Junior Secondary Schools; (II) Kwashikuma Primary and Junior Secondary Schools; (III) Achiaman Primary and Junior Secondary Schools; (IV) Oblogo Primary and Junior Secondary Schools, (V) Dome Faase Primary and Junior Secondary Schools, (VI) Kpobikope Primary School and Sarpeman Junior Secondary School; (VII) Okyere Komfo Primary and Junior Secondary Schools. As duas escolas no perímetro urbano eram (I) Mallam DA 1, 2 Primary and Junior Secondary Schools; (II) Ofankor Primary and Junior Secondary Schools e (iii) Amasaman Primary and Junior Secondary Schools, usadas para fazer um teste prévio dos instrumentos. Fora Kpobikope, todas as escolas tinham o primário e o secundário júnior no mesmo complexo.

36 Dodowa Newtown DA Basic School, Afienya Cluster of Basic Schools and Doryumu DA Junior Secondary School.

37 Old Ningo DA Basic School, Nyibenya Cluster of Schools.

38 Minya DA Primary School, Mampong-Shai DA Basic School e Agortor Basic School.

Apêndice II

Informações Básicas Sobre o Distrito de Dangme West

O Distrito de Dangme West, que abrange uma área de 1.522 km² é o maior de seis distritos na Região de Grande Accra, sendo que os outros são Dangme East, Accra West, Accra East, Accra Metro e Tema Municipal. Na sua fronteira leste está Dangme East e a sudoeste está Tema, o principal porto de Gana. O terreno consiste de uma savana litorânea, com mais de 37 quilômetros de litoral ao longo do Oceano Atlântico. A média pluviométrica anual é de 762,5 mililitros no litoral a 1.220 mililitros ao norte, o que o torna relativamente seco. A população do Distrito em 2006 era de aproximadamente 98.485³⁹, sendo que aqueles entre os 4 e os 14 anos de idade sendo estimados em 30.385, ou 31%, significando um quociente elevado de crianças na faixa etária da escola básica⁴⁰. A maioria dos habitantes está empregada na agricultura de subsistência, na horticultura, em um pouco de cultivo comercial de arroz, pecuária bovina e ovina, obtenção de areia, pequeno comércio, pesca e apicultura, enquanto outros se deslocam para Tema e Accra para sua subsistência. Os níveis de renda costumam ser baixos. Existe eletricidade em aproximadamente 75% do distrito fornecida através da rede nacional. Água potável da Ghana Water Company alcança aproximadamente 50% da área. Fora a estrada de entroncamento principal entre Acra e Ada, as estradas vicinais no Distrito são rústicas e não são asfaltadas, o que torna o acesso difícil. O distrito tem 79 escolas primárias públicas, 56 escolas secundárias júnior públicas e 3 escolas secundárias sênior. Ele tem 35 pré-escolas públicas e 50 pré-escolas privadas. Quatro dos sete circuitos são classificados como muito carentes⁴¹.

39 Fonte: <<http://www.ganadistricts.com>>.

40 GES, Dangme West.

41 Fonte: <<http://www.ganadistricts.com>>.

Sobre Ga West

Ga West é um dos seis distritos na Região de Grande Accra, sendo que os outros são Dangme East, Ga East, Ga West, Accra Metropolis e Tema. A capital do Distrito de Ga West é Amasaman; e inicialmente fazia parte do Distrito de Ga até que a área maior foi dividida em dois distritos separados no final de 2004, sendo que agora o outro é Ga East. Ga West abrange uma área de 692 km² e está localizado na parte norte e oeste da Região de Grande Accra, compartilhando fronteiras comuns com a área Tema Municipal a leste, com o Distrito de Akwapim South ao norte, com a Região Central a oeste e com o Golfo de Guiné e com a Metrôpole de Accra ao sul⁴². A população combinada de Ga West e Ga East baseada no censo do ano 2000 era de 548.000, sendo que 47% tinha menos de 15 anos de idade⁴³. Ainda não existem números disponíveis para a população de Ga West como um distrito separado. O terreno geográfico é principalmente composto de savana litorânea. A atividade econômica abrange a pesca, a agricultura camponesa e comercial, um pouco de indústria leve, pequeno comércio, pequena mineração e pessoas que se deslocam para trabalharem na Metrôpole de Accra. Existe uma degradação ambiental considerável devido a atividades não verificadas de obtenção de areia e pedra, que destruiu boa parte da terra arável. Fora as comunidades da periferia urbana, a maioria das áreas rurais no distrito não tem nem eletricidade nem água encanada. Existe uma taxa elevada de desemprego e subemprego, especialmente entre os jovens. A população nativa fala o idioma Ga, apesar de várias comunidades de colonos terem migrado para a área da Região de Volta, de outras partes de Gana e do Togo, especialmente para a agricultura de subsistência.

42 Ibid.

43 Ibid.

Apêndice III

**Tabelas 1: Matrícula em escola primária
(1 a 6 anos de idade) em Gana⁴⁴**

Ano	Entrada na classe primária I como % das crianças de 6 anos de idade	Taxa de conclusão do primário 6 como % de crianças de 11 Anos de Idade	Quociente bruto de matrículas (%)	Alunos em escolas não governamentais (%)
2001-2	81,5	65,6	78,9	18,3
2002-3*	82,9	68,2	84,2	17,5

**Matrículas em escola secundária júnior
(6 a 9 anos de idade) em Gana⁴⁵**

Ano	Taxa de Matrícula na JSS I (Ano 7) como % da população com 12 anos de idade	Taxa de Conclusão da JS 3 (Ano 9) como % da população com 14 anos de idade	Quociente Bruto de matrículas (%)	Alunos em Escolas não governamentais (%)
2001-2	62	54	61,7	14,3
2002- 3*	65	57	65	14,6

44 Plano Anual para o Setor Educacional 2003-2005 (AESOP), Ministério da Educação, Acra, 2003.
*Números projetados, *ibid.*

45 *Ibid.* * Projetado.

Tabelas 2: Matrículas em algumas escolas básicas públicas de Grande Accra entre 2001 e 2006

Primária: Matrículas em Ga West na escola primária pública, 2001-2005

Ano	Meninos	Meninas	Total
2001-02	10.280	9.506	19.786
2002-03	11.112	10.358	21.470
2003-04	10.881	10.275	21.156
2004-05	11.089	10.756	21.845

Matrículas em escolas públicas primárias em Dangme West, 2002-2006⁴⁶

	Meninos	Meninas	Taxa bruta de matrículas de meninos [MGER]	Taxa bruta de matrículas de meninas [FGER]	Quociente bruto de matrículas [GER]	Indicador de paridade entre os sexos [GPI]
2002-03 Real	7.029	6.636	96,20%	91,5%	89,7%	0,93
2003-04 Real	8.176	7.744	94,5%	89,2%	91,8%	0,9
2004-05 Real	8.735	8.350	99,0%	94,3%	96,6%	1,0
2005-06 Real	9.302	8.905	99,6%	95,0%	97,3%	1,0
2005-06 Meta	89,7%	91,8%	96,6%	100%	100%	1,0

46 Dangme West, GES Records.

ESCOLAS SECUNDÁRIAS JÚNIOR

Matrículas em JSS Públicas em Ga West, 2001-05

Ano	Meninos	Meninas	Total
2001-02	3.880	2.991	6.871
2002-03	4.405	3.861	8.266
2003-04	4.858	4.365	9.223
2004-05	5.128	4.698	9.826

Matrículas em JSS Públicas em Dangme West, 2002-06⁴⁷

	Meninos	Meninas	Taxa bruta de matrículas de meninos [MGER]	Taxa bruta de matrículas de meninas [FGER]	Quociente bruto de matrículas [GER]	Indicador de paridade entre os sexos [GPI]
2002-03	2.377	2.026	65,0%	61,04%	63,1%	0,94
2003-04	2.479	2.099	66%	58,7%	62%	0,8
2004-05	2.897	2.454	75%	67,3%	71%	0,9
2005-06 Real	3.076	2.642	75%	70,7%	73%	0,9
2005-06 Meta	3.197	2.699	76%	74%	75%	1,0

⁴⁷ Ibid.

Tabelas 3: Testes referenciados por critério para alunos da classe primária 6 em Gana em Agosto de 2002⁴⁸

Taxa de aprovação (agregados 6-30) no exame BECE para toda Gana⁴⁹

Escolas públicas e privadas

Matéria	Média	% de pessoas que chegam ao mestrado	Média	% de pessoas que chegam ao mestrado
Inglês	39,8	12,7	60,7	56,8
Matemática	33,7	5,6	46,5	16,0

Taxa de aprovação (agregados 6-30) no exame BECE para toda Gana⁵⁰

Ano	% de Aprovações
2001	60,40
2002	60,48
2003	61,56
2004	61,18

48 Relatório sobre a aplicação em 2002 do teste referenciado por critério do primário 6, Ministério da Educação, Acra, outubro de 2004.

49 Conselho de Exames da África Ocidental, Acra, 2003.

50 Ibid.

Judith S. Sawyerr ex-diretora da Escola Internacional de Gana (GIS), em Acra (1986 a 2002). Lecionou na GIS e na Escola Comunitária Internacional Lincoln, em Acra, além de em outras escolas secundárias sênior de prestígio em Papua Nova Guiné, em Dar es Salaam, na Califórnia e em Nova York, nos EUA. Recebeu o título de BS com um certificado de pós-graduação em Educação da Universidade de Cornell e continua a estudar francês na Alliance Française, em Acra, desde 2002. É tesoureira da Filial de Greater Accra da Coalisão da Campanha de Educação Nacional de Gana (GNECC) desde 2004, voluntária da Coalisão de Gana Sobre os Direitos Infantis (2003 a 2005) e administradora do Trustee de Parceria Nacional Para as Crianças desde 2003. Atuou como Secretária Adjunta da Associação de Cônjuges de Chefes de Missões Diplomáticas e Organizações Internacionais em Acra em 2005 e 2006, na qual continua a participar ativamente. Sua escrita se concentra na avaliação, em relatórios e verificações de educação em diversas regiões de Gana, encomendados pela ActionAid, em 2003, pela UNICEF, em 2004 e várias vezes pelo GNECC, desde 2005. Já publicou na Cidade do Cabo, na África do Sul sobre os fracassos em fornecer ensino fundamental público em Gana.



CAPÍTULO 36

ESTRATÉGIAS GLOBAIS DE SAÚDE PARA COMBATER A AIDS NA ÁFRICA REQUEREM EVIDÊNCIA, NÃO COMOÇÃO

Andrew J. Maniotis e Charles L. Gesheker

Introdução

Uma experiência sobre a AIDS no Quênia foi interrompida porque se observou uma redução de 53% na aquisição do “HIV” entre homens circuncidados. De um total de 2.784 homens estudados na experiência, 69 eram “HIV” positivos: 22 destes eram circuncidados e 47 não eram. Muitos, se não todos os 69 tinham recebido tratamento anterior ou estavam recebendo tratamento (simultâneo) para infecções penianas e 28 dos 69 tinham sífilis sorológica no começo. Um ano antes, alegou-se que uma experiência de 4.996 homens HIV negativos em Rakai, Uganda, mostrou que a aquisição do HIV foi reduzida em 48% em homens circuncidados. Durante esta época de AIDS, episódios anteriores de realização da ciência da AIDS por comunicados à imprensa, assim

como a experiência queniana que nós questionamos nesta análise, levaram a consequências horríveis para centenas de milhares em quem foram experimentados remédios que “salvam vidas” ou “ampliam a vida”¹.

Incertezas existem porque: dados foram adquiridos em clínicas de DST ou a partir de participantes em experiências com doença de úlcera genital (GUD) ou outras infecções, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) contestou os papéis relativos (se houvesse algum) de patógenos biológicos versus práticas culturais que influenciam a aquisição do “HIV”. Também existem incertezas relativas ao dano causado por microbicida, pois, de acordo com incidentes relatados, estes aparentemente aumentam a frequência de lesões genitais e a temida disseminação do “HIV”. A capacidade ou incapacidade de neutralizar o “HIV” ao lavar com detergentes suaves ou concentrados estão sendo questionadas e a transmissão do “HIV” de um humano para outro ao fornecer prova de soroconversão ainda não foi fornecida numa forma que constitui um estudo tão cuidadoso quanto o estudo de 10 anos que acompanhou 175 casais sorodiscordantes por dez anos e não encontrou absolutamente nenhuma conversão². Também existem incertezas devido às taxas muito diferentes e à eficiência da transmissão supostamente associadas com o uso heterossexual, homossexual e de drogas IV (intravenosas) em regiões diferentes e por causa da capacidade da gama globulina de neutralizar o “HIV” entre indivíduos bem alimentados e saudáveis. Também existem incertezas especialmente por causa da validade (e da invalidade) de diferentes kits de teste para identificar participantes “HIV” positivos e porque o papel efetivo (ou a ausência de papel) de

1 N.E.: O *status* polêmico de medicamentos antirretrovirais é o assunto do capítulo de Elisabeth Ely nesta seção.

2 N. Padian *et al.* (1997).

células T em progressão rumo à AIDS também ainda está sendo questionado.

O papel da circuncisão para impedir a transmissão do “HIV” e a aquisição da AIDS na África torna-se mais complicado pela prova convincente a partir de uma série de estudos recentes que identificaram a transmissão nosocomial (mediada pelo hospital e pelo médico) do “HIV” como o fator crítico mais importante para a disseminação da AIDS na África, o que é responsável por várias anomalias e enigmas que não podem ser explicados por uma hipótese de transmissão sexual. Da década de 1950 até a década de 1980, injeções contaminadas podem ter contribuído para a disseminação silenciosa do HIV na África de forma muito semelhante a que outros tipos de campanhas de vacinação, inclusive injeções para esquistossomose e outros tratamentos no Egito, estabeleceram a “hepatite C” como um grande patógeno transmitido pelo sangue. Apesar de a prova da transmissão nosocomial³ do “HIV” continuar a acumular desde o fato estabelecido a muito tempo de que vacinas de hepatite B e gripe causam testes positivos para o “HIV” em alguns indivíduos, seis trabalhadores búlgaros da área da saúde (“Os seis de Trípoli”)⁴ quase foram executados pelo pelotão de fuzilamento na Líbia pelo

3 N.E.: “Nosocomial” significa originando ou ocorrendo ou adquirido num hospital, especialmente no que diz respeito a uma infecção. “latrogênico” descreve indisposições, sintomas, enfermidade ou doença induzidos pela ação, pelo método, pela terapia ou pela intervenção de um médico ou devido a uma ação ou procedimento receitados por um médico.

4 N.E.: Esta série de julgamentos, sentenças e recursos amplamente divulgada começou em 1998, envolvendo a defesa de um médico residente palestino e cinco enfermeiras búlgaras. Num primeiro momento eles foram condenados à morte. Em seguida, o caso foi retido pelo Tribunal Superior da Líbia e eles foram condenados à morte novamente, com a decisão sendo sustentada pelo Tribunal Superior da Líbia em julho de 2007. Os seis acusados então tiveram esta condenação comutada para prisão perpétua por um painel do governo líbio. Eles foram libertados após um acordo (em condições que permanecem polêmicas na esfera internacional) que foi alcançado através de negociações com representantes da União Europeia sobre questões humanitárias. No dia 24 de julho de 2007, as cinco enfermeiras e o médico foram extraditados para a Bulgária, onde suas condenações foram comutadas pelo Presidente da Bulgária e eles foram soltos.

seu alegado papel na suposta transmissão do “HIV” para mais de 400 crianças líbias.

Numa entrevista com o coautor A. J. Maniotis, publicada num jornal grego chamado *Paraskevi*+13 do dia 7 de dezembro de 2007 e que atualmente está sendo traduzida para diversos idiomas por uma autoridade da União Europeia, o oncologista Maniotis observou:

[O caso dos “6 de Trípoli”] é um bom exemplo da questão: “Será que o HIV é uma doença de negros ou uma doença africana?”, porque não foram apenas o Presidente da França e sua esposa que ajudaram a libertar estes trabalhadores da área da saúde, mas sim as recomendações de Luc Montagnier e de outras pessoas na “comunidade da AIDS” para libertar estas pessoas. . .

Em primeiro lugar, é impossível obter um grupo de tantas infecções nosocomiais (ou seja, induzidas pelo hospital) com o “HIV” num único lugar num período de tempo tão curto. Então, os membros da Comunidade da AIDS fizeram o que eles sempre fazem, ou seja, jogaram a culpa na presença de negros no hospital. Quando pediram para ele explicar 426 casos de mortes de crianças, Luc Montagnier disse – se não estou enganado – “Bem, provavelmente isso está relacionado com a infusão de trabalhadores da área da saúde da África Subsaariana” – o que não faz nenhum sentido do ponto de vista médico nem do ponto de vista científico e, certamente, trata-se de uma coisa racista a se dizer e, na melhor das hipóteses, contesta os trabalhadores Subsaarianos da área da saúde que vieram para a Líbia e para

outros lugares para tentarem encontrar empregos e também pune os africanos e os negros americanos onde quer que eles morem no mundo porque se supõe que por causa da cor da sua pele e da sua cultura, eles tenham uma incidência maior de AIDS [...]. As populações da África têm aumentado durante os últimos 20 anos, não estão diminuindo em função de alguma epidemia viral letal, apesar das declarações fraudulentas e diretamente motivadas em termos políticos e econômicos dizendo o contrário feitas pela Organização Mundial da Saúde, pelo Governo Bush e por outros. As estatísticas africanas para a AIDS de todas as formas dão conta que impressionantes 2,3% da população tipicamente apresentarão testes positivos. Também foi relatado que populações de presos na África do Sul apresentam uma taxa de testes positivos para o “HIV” de aproximadamente 2,3% e uma autoridade carcerária que eu citei neste artigo disse que só tinha visto 1 ou 2 casos completos de “AIDS” em 7 anos na sua prisão”. [N.E.: Veja A.J. Maniotis (2007, p. 43), entrevistado por Lambrous Papantoniou, Washington, D.C.]

Para analisar o valor potencial da circuncisão versus a possibilidade de transmissão nosocomial, do diagnóstico equivocado e de outras possibilidades relacionadas à aquisição de AIDS na África, nós argumentamos que a análise das duas hipóteses deverá ser bem estabelecida antes de se concluir alguma coisa. E novas políticas de AIDS que afetarão milhões de pessoas devem incluir as estatísticas vitais geradas pelos próprios africanos se elas estiverem disponíveis, assim como recomendações feitas por médicos que tenham um conhecimento direto e empírico da AIDS africana do seu ambiente hospitalar

ou clínico. Uma grande quantidade de dados obtidos diretamente a partir de Estatísticas da África do Sul e de outras fontes, que relataram tanto para 2003 quanto para 2004, que “doenças do HIV” estavam oficialmente classificadas na posição 21 na lista das principais causas de mortes para a África do Sul e constituíam entre 2 e 3% de todas as mortes na maioria das regiões. Estas estatísticas, relatadas pelos próprios africanos, são sustentadas por considerações históricas, sociológicas e culturais e, de acordo com autoridades carcerárias, também por médicos africanos e estrangeiros que escreveram sobre como a prestação de serviços de saúde para os africanos mudou ou não mudou ao longo de várias décadas. Além disso, estas observações sugerem que o estado de coisas no que diz respeito ao “HIV/AIDS” na África não tem nada a ver com atividades sexuais, mas reflete a natureza de economias políticas africanas desde o final da década de 1970, sua devastação sobre vidas africanas, em algumas regiões, por causa dos traumas da violência da guerra civil e dos danos à cultura e à sociedade africanas devidos a uma proliferação dos testes de “HIV” e à enxurrada de oportunismo no tratamento de saúde relacionado ao “HIV/AIDS”.

Estudos sobre medicamentos até hoje não foram avaliados de maneira adequada para comparar com estatísticas de circuncisão do Quênia, independentemente do que os dados completos sobre o estudo queniano mostrarão, se eles forem publicados algum dia. Já se admitiu de maneira descarada que mais de 875.000 pares africanos de mães e bebês foram testados dessa forma.

A análise de estatísticas de AIDS e os resultados da pesquisa apresentados neste capítulo demonstram que as estratégias globais de saúde para a AIDS, assim como quaisquer outras atividades de saúde pública, deveriam se basear em prova em vez de em noções racistas em relação ao comportamento sexual. Muitas das

suposições básicas relacionadas à probabilidade de o “HIV” levar à “AIDS” são claramente erradas, contraditórias e vão contra o senso comum, na medida em que a hipótese de “HIV/AIDS” deveria ser cancelada e que uma análise completa de onde erramos deveria ser realizada, para que possamos aprender com os “erros”. Apesar de seis trabalhadores da área da saúde na Líbia quase terem sido executados devido a noções equivocadas relacionadas à associação de síndromes que suprimem o sistema imunológico com o teste positivo para o “HIV”, epidemiologia e antirretrovirais tóxicos, talvez sejam os indivíduos com papéis de liderança em governos ocidentais (especialmente nos Estados Unidos através de Institutos Nacionais de Saúde (NIH) e Centros de Controle de Doenças (CDC) que divulgam estes tipos de distorções e propaganda e que direcionam estas experiências e distorcem os dados, que devam ser responsabilizados, tanto legalmente quanto criminalmente.

Ciência por comunicado de imprensa

A precisão numérica é amplamente considerada como um sinal de rigor científico. O fornecimento de dados que podem ser verificados é especialmente importante quando se discute a política de saúde pública.

Também se deve determinar como dados acumulados podem se encaixar num modelo preconcebido da etiologia de uma doença para gerar hipóteses significativas que possam (ou não) oferecer previsões confiáveis. Se projeções epidemiológicas efetivamente se materializarem, então elas poderão orientar políticas intervencionistas. Mas se os resultados efetivos desviarem muito das projeções iniciais, isso pode ser um sinal de que as premissas originais do modelo conceitual estavam equivocadas.

Por estas razões, um artigo editorial do jornal *New York Times*, de 14 de dezembro de 2006, com o título, “Rare Good News About AIDS”, causou espanto:

O anúncio feito ontem sobre os resultados em dois estudos africanos de circuncisão masculina pode ser o desenvolvimento mais importante na pesquisa de AIDS desde o lançamento de remédios antirretrovirais há mais de uma década. Os Institutos Nacionais de Saúde interromperam estudos em Uganda e no Quênia quando se tornou muito claro que a circuncisão reduz de maneira significativa as chances de um homem contrair o HIV.

Os estudos confirmam os resultados de uma experiência que acabou no ano passado na África do Sul, em que a circuncisão impediu entre 60 e 70% de novas infecções de AIDS. A notícia dos resultados da África do Sul já levou a uma explosão da demanda pelo procedimento em toda a África e as clínicas que o oferecem agora estão com longas listas de espera⁵.

Pouco tempo depois, o NIADS (Instituto Nacional de Alergia e Doenças Contagiosas) afirmou:

A Circuncisão Masculina Adulta Reduz Significativamente o Risco de Contrair o HIV. Experiências no Quênia e em Uganda Foram Interrompidas Cedo: O Instituto Nacional de Alergia e Doenças Contagiosas (NIAID), que faz parte dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH), anunciou um fim precoce para duas experiências clínicas de circuncisão masculina adulta porque uma análise simultânea

5 Editorial “Rare Good News About AIDS,” *The New York Times*. Seção A, 14 de dezembro de 2006, p. 40.

dos seus dados revelou que a circuncisão realizada por um médico reduz de maneira significativa o risco de um homem contrair HIV através de uma relação heterossexual. A experiência realizada em Kisumu, no Quênia, de 2.784 homens HIV negativos mostrou uma redução de 53% de aquisição do HIV em homens circuncidados em comparação com homens não-circuncidados, enquanto uma experiência de 4.996 homens HIV negativos em Rakai, em Uganda, mostrou que a aquisição do HIV foi reduzida em 48% em homens circuncidados. “Estas descobertas são de grande interesse para os legisladores da área da saúde pública que estão desenvolvendo e estão colocando em prática programas abrangentes de prevenção do HIV”, diz o Diretor do NIH Elias A. Zerhouni, M.D⁶.

Os resultados elogiados por este comunicado embargado à imprensa do NIAIDS continuam inéditos e continuarão assim por algum tempo. Como a experiência de 2006 no Quênia foi interrompida precocemente, a Diretoria de Segurança e Monitoramento de Dados bloqueou a publicação da obra até que ela possa completar sua investigação. O Dr. R. C. Bailey, o principal autor do estudo realizado no Quênia, tem certeza que qualquer periódico aceitará os resultados quando eles forem atualizados e submetidos (comunicação pessoal).

Mas a ciência por comunicado à imprensa pode levar a atrocidades públicas, especialmente na esfera da AIDS. A primeira experiência de Fischl com o AZT em 1987 que obteve aprovação do FDA para o medicamento também foi interrompida precocemente num recorde de quatro meses “por razões de

⁶ US Dept. of Health and Human Services NIH News, National Institute of Allergy and Infectious Diseases (NIAID) DIVULGAÇÃO EMBARGADA Quarta-feira, 13 de dezembro de 2006, 12:00 pm ET Contato: NIAID News Office +01-301-402-1663.

compaixão”⁷. A experiência tornou-se pura por parte tanto dos médicos quanto dos participantes. Acusações de engano foram niveladas aos autores porque os pacientes foram trocados de uma filial para outra. A filial de Boston da experiência deveria ser descartada em função do registro bagunçado, mas não foi e os resultados obtidos depois numa experiência mais longa, mais bem projetada e muito maior conhecida como Concorde, foram completamente opostos à experiência de Fischl:

Os resultados do Concorde não estimulam o uso precoce da zidovudina em adultos infectados com o HIV que não tenham nenhum sintoma. Eles também questionam o uso aleatório de contagens de células CD4 como ponto final substituto para a avaliação de benefício da terapia antirretroviral de longo prazo⁸.

Determinadas questões são relativamente alarmantes no que diz respeito às informações disponíveis sobre os protocolos de experiência do Quênia e de Uganda:

i. Qual foi a divisão em termos da quantidade efetiva de participantes nos grupos (CPs) entre os 4.996 matriculados nas duas filiais respectivas da experiência de Uganda – quantos realizaram a circuncisão e quantos permaneceram sem serem circuncisados? De acordo com o comunicado à imprensa resumido na introdução deste capítulo – de repetir os detalhes que garantem consideração cuidadosa – dos 69 homens estudados na experiência do Quênia “HIV” positivos, apenas 22 foram considerados como sendo circuncisados do total de 2.784 homens, enquanto 47 não eram

7 Fischl, M. A. *et al.* (1987).

8 Seligmann, M. *et al.* (1994).

circuncidados e muitos, se não todos eles, tinham recebido tratamento anterior (ou simultâneo) para infecções no pênis (R.C. Bailey, comunicação pessoal). Também de acordo com o Dr. Bailey, 28 dos 69 participantes nos grupos tinham sífilis sorológica no começo. Será que esta é uma representação *realista* de como a circuncisão impede a aquisição de um resultado positivo no teste de “HIV” quando quase a metade do grupo testado teve resultado positivo para sífilis?

ii. Em cada grupo dos estudos, no começo e no final, quantos dos participantes nos grupos sofriam de anemia, malária, infecções parasitárias comuns, DST’s ou qualquer doença respiratória como tuberculose ou pneumonia?

iii. Quantos dos participantes no começo produziram resultados de testes discordantes ELISA⁹ para *status* IV e, portanto, exigiram o teste Western Blot? E aqueles que tiveram resultado positivo com o teste de ELISA tiveram resultado consistentemente positivos no Western Blot e PCR (reação em cadeia de polimerase), ou estes dados estavam repletos de descobertas inconsistentes?

iv. Na sua análise de “desinibições comportamentais” no Distrito Rakai, os protocolos de pesquisa indicam

9 N.E.: ELISA ou Enzyme-Linked Immunosorbent Assay, também conhecido como o “teste rápido”, requer em termos legais (tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos) confirmação de *back-up* com o resultado do teste de anticorpos Western Blot antes que um diagnóstico positivo sobre ELISA seja considerado definitivo. Veja Rodney Richards (2001a) e (2001b) no que diz respeito à aplicação questionada destes kits projetados para a triagem geral do sangue para o diagnóstico clínico de pacientes individuais. O PCR denota o método da reação em cadeia da polimerase para rastrear o HIV, desenvolvido pela química ganhadora do Prêmio Nobel Kary Mullis, que foi uma das primeiras a se contra a aplicação da sua técnica no diagnóstico de “HIV/AIDS”.

que, antes de iniciarem o estudo, em termos de uso do preservativo, esperava-se que 17% usassem o preservativo de maneira inconsistente e 5% de maneira consistente, deixando 78% que se (supostamente) se esperava que nunca usassem o preservativo. O que os pesquisadores descobriram eram as porcentagens reais dessas “desinibições comportamentais” entre os dois grupos?

Até vermos os dados e podermos ficar tão otimistas quanto estas agências e a mídia em relação aos benefícios de circuncisar todo homem negro na África, nós tentaremos responder quatro perguntas diferentes que esperamos que os dados embargados da experiência abordem um dia quando eles se tornarem disponíveis.

1. Como a circuncisão realmente impede a aquisição do “HIV/AIDS”?
2. Pode haver outras explicações para a “AIDS” na África, além da transmissão heterossexual do “HIV”?
3. Qual é a incidência histórica do “HIV/AIDS” na África para começar?
4. A circuncisão é o desenvolvimento mais importante na pesquisa de AIDS desde o lançamento de medicamentos antirretrovirais?

Como a circuncisão realmente impede a aquisição do “HIV/AIDS”?

Muitos estudos, inclusive os de Uganda e do Quênia, foram realizados a partir de estatísticas coletadas em clínicas de DST, ou com homens que tenham “úlceras penianas” ou DSTs. Por exemplo, na Costa do Marfim:

Fatores de risco para a infecção por HIV-2 em homens que frequentam clínicas de DST em Abidjan eram muito semelhantes àqueles para a infecção por HIV-1. A infecção por HIV-1 estava associada de maneira mais forte com a DST atual¹⁰.

A ulceração da genitália externa foi estudada tanto em homens quanto em mulheres na África do Sul que apresentavam a doença da úlcera genital (GUD):

A precisão de um diagnóstico clínico foi, nos homens: linfogranuloma venéreo (LGV) 66%, donovanose 63%, cancroide 42%, herpes genital 39%, sífilis primária 32%, infecções misturadas 8% e, nas mulheres: sífilis secundária 94%, donovanose 83%, herpes genital 60%, sífilis primária 58%, cancroide 57%, LGV 40%, infecções misturadas 14%. Em geral, a eficiência do diagnóstico foi maior nas mulheres do que nos homens. Quando comparada com outras causas de GUD, as úlceras de donovanose sangravam com o toque, eram maiores e não costumavam estar associadas com a linfadenopatia inguinal. Em mulheres, grandes condylomata lata da vulva foram diferenciados imediatamente de todas as outras causas de GUD. Um diagnóstico clínico de ulceração genital foi menos preciso nos homens do que em mulheres. As precisões diagnósticas para donovanose e sífilis secundária foram relativamente altas, mas para a maioria das outras condições elas foram baixas. Diferenças entre precisões diagnósticas clínicas e laboratoriais podem refletir semelhanças entre

10 M. O. Diallo *et al.*, (1992).

as aparências clínicas das diversas causas de GUD, a presença de infecções misturadas, ulceração atípica de doença duradoura e testes de laboratório insensíveis. Nesta comunidade todas as úlceras grandes devem ser tratados empiricamente para sífilis e donovanose.

Homens não circuncidados com GUD são um grupo importante central ou “super disseminador” do HIV localmente e estratégias de prevenção devem incluir aconselhamento e educação de saúde diante da imprecisão do diagnóstico clínico encontrado neste estudo. O desenvolvimento de testes precisos rápidos para GUD é exigido urgentemente”.¹¹

Outro grupo relatou que em Kisumu, a prevalência da infecção por HIV foi:

9,9% entre homens circuncidados e 26,6% entre homens não circuncidados. Após controlar para características sociodemográficas, comportamento sexual e outras infecções transmitidas sexualmente, o efeito protetor da circuncisão masculina permaneceu com um quociente de probabilidade ajustado de 0,26 (95% intervalo de confiança = 0,12-0,56). Em Ndola, a prevalência de infecção por HIV foi 25,0% em homens circuncidados e 26,0% em homens não circuncidados. O poder foi insuficiente para ajustar para qualquer diferença de comportamento sexual¹².

11 N. O'Farrell *et al.* (1994).

12 B. Auvert *et al.* (2001).

No entanto, na Índia, Reynolds *et al.* (2004) relataram que:

Homens circuncidados têm um risco menor de infecção por HIV-1 do que homens não circuncidados. Descobertas de laboratório sugerem que o prepúcio é enriquecido com células-alvo do HIV-1 [...] nós não observamos nenhum efeito protetor contra o vírus de herpes simplex do tipo 2, sífilis, ou gonorreia. A especificidade desta relação sugere uma explicação biológica em vez de comportamental para o efeito protetor da circuncisão masculina contra o HIV-1¹³.

Será que os pênis dos homens indianos são diferentes daqueles dos africanos, de tal forma que a aquisição do “HIV” entre homens indianos circuncidados foi menor em comparação com homens não circuncidados? S. J. Reynolds *et al.* (2004) citados anteriormente fariam para considerarmos que provavelmente exista uma superabundância dos chamados receptores do “HIV” presentes no prepúcio dos homens indianos que não seja seletiva para herpes simplex, sífilis, ou gonorreia,

[...] ou talvez que as células de Langerhans superficiais no aspecto interno do prepúcio e do frênulo sejam “pouco protegidas por queratina” e, portanto [estas células] poderiam desempenhar um papel importante na infecção masculina primária¹⁴.

No entanto, na Nova Zelândia, foi relatado que “os resultados sustentam uma falta de associação entre o *status* da circuncisão e a aquisição do HSV-2, apesar de um efeito pequeno não poder ser descartado”¹⁵.

13 S. J. Reynolds *et al.*, (2004).

14 S. G. McCoombe *et al.*, (2006).

15 N. Dickson *et al.*, (2005).

Apesar de teorias sobre as distribuições de receptores do “HIV” nos pênis de diferentes grupos culturais, a OMS chega a uma conclusão diferente sobre diferenças biológicas baseadas em grupos culturais, conforme apresentado no *Manual da OMS para circuncisão masculina sob anestesia*¹⁶ local em que se observa que:

[...] os 191 homens circuncisados (no estudo de S. J. Reynold's *et al.*, 2004), 62,1% eram muçulmanos. Quando homens não muçulmanos foram avaliados separadamente, o grupo circuncisado foi pequeno e não se achou a mesma significância no efeito protetor. Isto ilustra as dificuldades de separar o efeito da circuncisão masculina de fatores culturais.

Qual seria o efeito da circuncisão e da aquisição do “HIV” para homens que não adquiriram nenhuma outra coinfeção ou que não têm úlceras ou doença de úlcera genital? E quanto a homens que lavam suas partes íntimas com sabão com tanta frequência?

Sabe-se que “em menos de um minuto, uma solução de 0,5% de nonidet-P40” inativas quantidades enormes” de vírus “HIV” preparados artificialmente¹⁷. Além disso, pesquisadores de AIDS que passaram 10 anos estudando 1270 prostitutas quenianas relataram que “[...] mulheres que realizavam lavagem vaginal com *sabão* ou outras substâncias estavam mais arriscadas a contraírem o HIV-1 em comparação com as que usavam apenas água (HR ajustado, 1,47; 95% CI, 1,02-2,13)”¹⁸.

Talvez os rapazes sejam diferentes das moças no que diz respeito à circuncisão e à aquisição do “HIV”? A partir de uma análise recente de 118 países concluiu-se que “[...] a circuncisão masculina também estava fortemente associada com a prevalência

16 Disponível em: <www.andrology.org/?download=WHO_MC_Manual%20v2.0.Oct%2006.pdf> Acessado em outubro de 2006.

17 L. Resnick *et al.* (1986).

18 R. S. McClelland *et al.* (2006).

menor do HIV entre países com transmissão principalmente heterossexual do HIV, mas não entre países com transmissão principalmente homossexual ou pelo uso de drogas injetáveis do HIV”¹⁹.

De acordo com um relatório recente de pesquisadores de AIDS da África do Sul:

Mulheres que tinham realizado FGC [circuncisão genital feminina] tinham uma prevalência significativamente maior de vaginose bacterial (BV) [quociente ajustado de probabilidades (OR) = 1,66; intervalo de confiança de 95% (CI) 1,25-2,18] e uma prevalência substancialmente maior do vírus de herpes simplex do tipo 2 (HSV2) [OR ajustado = 4,71; CI de 95% 3,46-6,42]. A prevalência maior de HSV2 sugere que mulheres cortadas podem estar correndo um risco maior de infecção pelo HIV²⁰.

Independentemente de os órgãos sexuais de homens africanos ou mulheres africanas estarem sendo estudados de maneira bastante detalhada por pesquisadores de AIDS ocidentais ou não, todos estes dados ainda não explicam o motivo pelo qual estudos de casais sorodiscordantes²¹ não poderiam demonstrar que o “HIV” é transmissível de um humano para outro num estudo de 10 anos. No que pode ser o estudo mais abrangente de transmissão do “HIV” até hoje, não houve nenhuma prova nem mesmo de uma soroconversão entre os 175 casais sorodiscordantes estudados:

Nós não observamos nenhuma soroconversão após a entrada no estudo, ou seja, ninguém se tornou HIV positivo [...] Esta prova argumenta a favor

19 P.K. Drain *et al.* (2006).

20 Linda Morison *et al.* (2001).

21 N.E.: Casal sorodiscordante refere-se a parceiros com *status* opostos em relação ao HIV. Soroconversão refere-se ao *status* de um paciente mudar de acordo com resultados de testes.

da baixa infectividade [possivelmente nenhuma infectividade] na ausência ou de compartilhamento de seringas e/ou outros cofatores [...]”²².

Grandes quantias de dinheiro e de esforço foram voltadas para espalhar microbicidas na genitália dos africanos. Os resultados de pelo menos 16 experiências clínicas “avançadas” financiadas pelo NIH e outras agências são relativamente alarmantes. Por exemplo, decidiu-se cancelar a experiência da fase planejada III do gel nonoxinol-9 (de mulheres do Maláui e do Zimbábue se preparando para um estudo de eficácia da fase III depois que se ficou sabendo que “N-9 gel 100mg causava um aumento significativo na taxa de sintomas genitais e desordens epiteliais em comparação com um placebo”²³.”

A Dra. Lynn Paxton, uma especialista em microbicidas no CDC, comentou sobre os resultados e as implicações de estudos na África que envolveram quase 1.000 mulheres:

Cinquenta e nove daquelas que usaram o espermicida ficaram infectadas com o HIV, em comparação com 41 daquelas que usaram um gel experimental, e [...] os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) disseram que estavam preocupados com as descobertas porque alguns grupos aconselham as pessoas a usarem nonoxynol-9 para se protegerem do HIV se elas não puderem usar um preservativo.

Eu acho que está bastante claro que temos que falar para homens que têm relações sexuais com homens não usarem isso”²⁴.

22 N. Padian *et al.* (1997).

23 I. F. Hoffman *et al.* (2004).

24 Maggie Fox, “Spermicide worsens HIV risk, study finds”, *Reuters*, 12 de julho de 2000.

Não está claro por que a Dra. Paxton não aconselha todo mundo a não usar a preparação uma vez que o estudo revela que ela causa lesões genitais.

E se homens africanos tiverem cortes microscópicos (abrasões, não úlceras) nos seus pênis? Já se sabe desde 1985 que a “exposição à gama-globulina sozinha inativava aproximadamente 99% da infectividade pelo HTLV-III”.²⁵ Portanto, em indivíduos nutridos normalmente que possuem níveis normais de gama-globulina, a circuncisão provavelmente não será responsável por uma redução de 60 a 70% ou uma redução de 48 a 53% de inseminadores que adquirem o “HIV”, se as pessoas acompanhadas nestas experiências tivessem níveis normais de gama-globulina²⁶.

A capacidade de kits de testes para o “HIV” de funcionarem ou não é uma questão grave diante do fato de que os kits de testes do “HIV”, especialmente os rápidos, não detectam o “HIV”, mas acredita-se que eles detectem os chamados marcadores do “HIV”²⁷ em cabras, vacas²⁸ e sequências de genes semelhantes às do “HIV” em DNAs humanos, do chimpanzé e do macaco-rhesus de “indivíduos normais não infectados”²⁹. Na cultura do “HIV”, a atividade da chamada enzima transcriptase reversa “específica do HIV” já foi encontrada em todo tipo de fermentos, insetos e mamíferos³⁰. Neste sentido, em 1985, no começo do teste de HIV entre doadores de esperma, descobriu-se que “68% a 89% de todos

25 A. M. Prince *et al.* (1985).

26 N.E.: Gamaglobulina é um tipo de proteína encontrada no sangue que contém vários tipos de anticorpos.

27 N.E: Veja Rodney Richards (2001a, b) para entrevista explicativa com a intenção de ser acessível a um público geral.

28 Joseph H. Willman *et al.* (1999).

29 M. S. Horwitz *et al.* (1992).

30 H. Varmus (1987).

os testes repetidamente reativos do tipo ELISA (anticorpo do HIV) tendiam a representar resultados positivos falsos”³¹.

No que diz respeito às células T que são consideradas como o tipo de célula atacada e reduzida pelo “HIV” durante a progressão para o ARC e AIDS, isto também não está definido claramente pelos dados nem pelo Dr. Robert Gallo e nem por Margaret Heckler que inicialmente declararam que: “O HIV, *uma variação de um vírus conhecido de câncer humano*, é a causa provável da AIDS” [grifo nosso]. Apenas um ano após esta famosa proclamação, novamente por um comunicado à imprensa, o Dr. Robert Gallo e sua sócia, a Dra. Flossie Wong-Stall publicaram num jornal do prestígio de *Nature*³², que:

A associação do Sarcoma de Kaposi com a AIDS merece atenção especial. Esta malignidade, salvo extremamente rara, ocorre predominantemente num grupo restrito, ou seja, **os homossexuais e pode ocorrer na ausência de qualquer defeito de Célula T nos pacientes** [grifo nosso].

Por esta análise, será que devemos concluir, portanto, que os africanos (e seus descendentes) e “os homossexuais” aos quais Gallo e Wong-Staal se referiram, têm tipos diferentes de células que são “atacadas” pelo “HIV”, seguidos de duas “síndromes que definem a AIDS, ou seja, o Sarcoma de Kaposi e a infecção oportunista, pneumonia PC (e outras infecções oportunistas)”? A observação de Gallo/Wong-Stall e suas implicações, que de alguma forma a Comunidade da AIDS não percebeu, são comparáveis a alegar que a distrofia muscular em *gregos* costuma estar associada com a hipotrofia e à morte muscular; mas em *alemães*, que não apresentem nenhuma hipotrofia e morte nos

31 I. Schiff *et al.* (1985).

32 Flossie Wong-Staal e Robert C. Gallo (1985).

seus músculos, a distrofia muscular é informalmente associada com doença do fígado.

Pode haver outras explicações para a “AIDS” na África além da transmissão heterossexual do “HIV”?

Questões médicas como a transmissão nosocomial tornaram-se criticamente importantes para serem avaliadas diante da alegação de “Rara Boa Notícia” do *New York Times* e das alegações do NIADS. Por exemplo, alguns pesquisadores de AIDS que estudaram profundamente a África e a AIDS africana, alegam que o “HIV/AIDS” é causado na maior parte por médicos, condições hospitalares abaixo do padrão e a população ficando sujeita a procedimentos médicos não estéreis e a um tratamento médico inseguro.

Os alertas dados por pesquisadores de AIDS na África no que diz respeito à transmissão iatrogênica e nosocomial do “HIV/AIDS” lembram aqueles alertas dados pelo diretor atual do Instituto Nacional de Alergia e Doença Infecciosa dos Estados Unidos (NIAID), o Dr. Anthony Fauci, antes da época da AIDS. O Dr. Fauci indicou que os médicos causam a supressão imunológica se eles submeterem seus pacientes a transfusões múltiplas, cirurgia de transplante, ou à aplicação de corticosteroide³³. Agora está bem estabelecido que estes medicamentos e tratamentos podem induzir de maneira não específica quedas nas contagens de células T “específicas de AIDS” com grande frequência que costuma ser, mas nem sempre é, reversível com a retirada dos medicamentos, mas transfusões podem ser outra questão. Esta proclamação foi feita antes dele afirmar que o “HIV” nem sempre causa AIDS e antes dele cimentar esta conclusão numa nova categoria de doença

33 A. S. Fauci (1975); A. S. Fauci *et al.* (1976).

chamada de Linfocitopenia Idiopática CD4+Célula T (ICL AIDS), que ele disse que poderia explicar “os casos misteriosos de AIDS”. A característica extraordinária deste grupo de pacientes com ICL AIDS é que o teste de HIV deles dá negativo.

Outra evidência também sugere a transmissão nosocomial ou iatrogênica da positividade do “HIV” poderia em grande parte ser responsável pela “epidemia de AIDS na África”. Uma vacina recente de hepatite B³⁴ ou uma vacina de gripe³⁵, podem fazer com que os testes mostrem resultados positivos. Além disso, é possível que médicos possam diagnosticar de maneira equivocada um suposto caso de AIDS. Um exemplo sobre o diagnóstico equivocado de AIDS sem o teste de “HIV” em países carentes de recursos pode ser instrutivo aqui:

O paciente reclamará de brotoejas, febre, coceira, dor de garganta, dor de cabeça, mal-estar, vertigem, sudorese, insônia, náusea, prostração, perda de peso, perda de cabelo ou dor nos ossos e nas articulações. Alguns têm hipertensão, doença no rim, fígado inchado ou baço inchado, outros têm uma meningite subaguda com envolvimento do nervo do crânio. Esta etapa da sífilis costuma ser confundida com condições como mononucleose infecciosa, irite, neuroretinite, líquen plano, câncer, nefrite, demência, linfomas, psoríase e outras erupções na pele e até mesmo com reação a um medicamento... As partes do sistema linfático que dependem do timo se deterioram e, conseqüentemente, ocorre uma redução da quantidade de linfócitos T. As células T auxiliares são especialmente afetadas por isto: ocorre uma

34 D. Lee *et al.* (1992).

35 L. Simonsen *et al.* (1995); P. Christian *et al.* (2006).

queda na quantidade e o quociente com as células T supressoras é revertido. Consequentemente, um efeito de longo prazo da sífilis é a perda ou a redução do sistema imunológico e a redução da capacidade do indivíduo de se defender contra outras condições infecciosas. Por esta razão, a sífilis secundária é chamada de a grande imitadora³⁶.

Será que esta descrição clássica da sífilis foi chamada de um caso de AIDS?

Qual é o histórico da incidência e relato do “HIV/AIDS” na África?

Vamos supor por um momento, que em regiões carentes de recursos da África que não tenham acesso a kits de testes de “HIV”, um médico de AIDS, apoiado pelos fabricantes da nevirapina ou AZT nas suas viagens humanitárias à África, possa distinguir um caso de sífilis, ou subnutrição (que pode ser revertido simplesmente com hidratação e alimentação³⁷, de “AIDS”. Talvez este médico tenha um microscópio confiável no campo com o qual as células T possam ser contadas. Mas se este médico estivesse observando as contagens de células T, ele encontraria contagens reduzidas e reversas de linfócitos CD4+ T (contagens de CD4) juntamente com várias infecções por vírus, bactérias, parasitas, sepsis, tuberculose, coccidiodomicose, queimaduras, trauma, injeções intravenosas de proteínas externas, subnutrição, excesso de exercício, gravidez, uso de corticosteroide, variação diária normal, estresse psicológico e isolamento social ou simplesmente sem nenhuma razão aparente, como costuma ser conhecido na imunologia.

36 Harris L. Coulter (1987).

37 G. Parent *et al.* (1994); P. Chevalier *et al.* (1998).

Se este médico tivesse capacidades diagnósticas divinas e estivesse consciente de que o paciente não tinha recebido anteriormente uma vacina recente para hepatite B ou gripe, hemodiálise, múltiplas transfusões, ou gamaglobulina ou imunoglobulina (como profilaxia contra infecções), de que o paciente não tivesse tuberculose ou formas enigmáticas de sífilis (a "grande imitadora") e de que o paciente não estava subnutrido, ou sofrendo de herpes simples I ou II, artrite, lúpus sistêmica eritematosa, esclerodermia, doença do tecido conjuntivo, dermatomiostite, tuberculose, malária, hemofilia, hepatite, hepatite alcoólica, cirrose biliar primária, hiperbilirrubinemia, hipergamaglobulinemia, lepra, soro lipêmico, malária, neoplasmas malignos, *mycobacterium avium*, febre Q com hepatite associada, colangite esclerosante primária, leishmaniose visceral, insuficiência renal, síndrome de Stevens-Johnson e de que ele não estava simplesmente se apresentando na clínica com altos níveis circulantes de complexos imunes e taxas ERS (taxas de sedimentação de eritrócitos ou "sangue pegajoso", conhecido por ser elevado entre os africanos e outras populações), ribonucleoproteínas livres, anticorpos de leucócitos de células T, anticorpos HLA (da Classe I e antígenos de leucócitos II), nem que a evidência de antígenos p18, p24, p55, p12, p32, p51, p66 ou gp160, gp41, gp120 presentes em fluidos tinham sido obtidas pelo fato de o paciente ter verrugas, ou outras condições ou motivos conhecidos para dar um falso positivo ao teste de "HIV", somente então o médico poderia ter certeza de que o paciente realmente era um "caso de AIDS". Então vamos supor que o médico tenha relatado o caso de maneira obediente à OMS ou à UNICEF.

Mesmo que essas condições ideais fossem a regra, isso não implica que estatísticas precisas estariam disponíveis da qual se pudesse derivar conclusões sobre a incidência ou tendências da incidência de AIDS na África. Nós temos nos confundido pelo fato

de que, sempre que solicitamos o número real de casos de AIDS em países africanos selecionados durante um período prolongado de tempo, o estabelecimento ortodoxo de AIDS parece incapaz de fornecer esses dados, mesmo após mais de vinte anos. Em vez disso, nos forneceram estimativas de projeções de "Prevalência do HIV" numa determinada população.

Para evitar danos, a avaliação tanto das políticas de AIDS estabelecidas quanto às propostas recentemente que afetarão milhões de pessoas deverá incluir as estatísticas vitais geradas pelos próprios africanos se estiverem disponíveis, assim como recomendações feitas por médicos que tenham um conhecimento empírico e direto da AIDS na África a partir dos seus ambientes hospitalares ou clínicos. Com este objetivo, uma série de artigos foi publicada na edição de 6 de janeiro de 2005 do *New England Journal of Medicine*, por J. A. Berkeley *et al.* Na mesma edição, um comentário introdutório incisivo feito por Kim Mulholland e Richard Adegbola (2005) intitulado "Bacterial Infections – A Major Cause of Morte Among Children in Africa" afirmava:

Ao longo dos últimos 25 anos, desde que o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) começou a publicar estimativas de mortalidade infantil no mundo todo, a comunidade médica internacional tem estado consciente do ônus terrível de mortes entre crianças africanas. Estudos precoces indicaram que, na ausência de qualquer tratamento, a ausência de um tratamento médico eficaz, 30% a 50% das crianças nascidas numa vila rural africana tendiam a morrer antes de completarem cinco anos de idade [que é de um período anterior à "era da AIDS"].³⁸ Desde o começo, entendeu-se que muitas destas

38 W. H. Mosley (1983).

mortes resultam do efeito combinado da pobreza e da subnutrição. Desde 1990, as taxas de mortalidade caíram, mas permanecem altas de acordo com padrões globais. Doze países africanos ainda relatam taxas de mortalidade oficiais para crianças com menos de 5 anos de idade maiores do que 20%. Estudos baseados na comunidade de mortes entre crianças conseguiram atribuir estas mortes a várias causas comuns, ou síndromes ou doenças específicas (veja Tabela I) [abaixo].

Tabela 1: Estimativas oficiais de mortalidade entre crianças com menos de 5 anos de idade de acordo com a causa na África Subsaariana e globalmente em 2002. Causa de morte global na África

Infecção respiratória aguda	1166	18
Doença diarreica	14	15
Malária	22	10
Sarampo	8	5
HIV ou AIDS	8	4
Morte neonatal	13	23
Outras causas	19	25
Todas as causas	4,5 milhões	10,9 milhões

No estudo, 28% das crianças que deram entrada no hospital com bacterímia morreram. Ainda mais importante do que isso, 26% (308 de 1184) de mortes hospitalares foram associadas com bacterímia. Estas descobertas se comparam a 22% das mortes que foram associadas com a malária, o que sugere que a doença bacterial pode ser responsável por mais mortes entre crianças do que a malária nesta área em que a malária é endêmica. Será que as crianças que morreram em casa morreram de um espectro de causas semelhantes àquele entre as crianças que morreram depois de chegarem ao hospital? Tanto a malária quanto a doença bacterial são receptivas a abordagens terapêuticas relativamente simples, mas medicamentos contra a malária tendem a estar disponíveis de maneira mais ampla em comunidades africanas do que antibióticos. Portanto, numa comunidade rural, a bacterímia pode ser ainda mais importante como causa de morte infantil do que num ambiente hospitalar, uma vez que a gestão da doença bacterêmica na comunidade tende a ser menos eficaz do que a gestão da malária³⁹.

A conclusão do artigo foi a seguinte:

Apenas 18% das crianças que deram entrada com doença bacterêmica estavam infectadas com o HIV, enquanto a subnutrição grave estava presente em 37%, o que sugere que este último cofator é mais importante. Durante os últimos seis anos, o mundo do tratamento internacional de saúde foi dominado por esforços altamente visíveis para controlar a

39 JA. Berkeley *et al.* (2005). Disponível em: <<https://content.nejm.org/cgi/content/short/352/1/75?ck=nck>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

infecção por HIV, malária e tuberculose. Destas doenças, a malária é considerada como sendo o contribuidor mais importante para a morte entre crianças na África. Este estudo (Berkeley, *et al.*) nos dá [Kim Mulholland e Richard Adegbola] razão para questionarmos se esta abordagem muito estreita, baseada na doença é realmente adequada e se as causas mais importantes de morte entre crianças foram objetivadas de maneira adequada. Até mesmo numa área rural do Quênia com taxas elevadas de infecção por HIV e malária, parece haver mais mortes de crianças associadas com infecção por bactéria do que com malária, sendo que a subnutrição continua a ser o principal cofator. **Estratégias de saúde globais, assim como quaisquer outras atividades de saúde pública, devem se basear em provas [grifo nosso].**

Os pesquisadores de AIDS não contam os casos de AIDS seguindo qualquer padrão uniforme. Por exemplo, num estudo africano que envolveu 8.735 jovens entre 15 e 24 anos de idade em 33 comunidades na África do Sul “a prevalência do HIV foi relatada como sendo 20,0% entre as mulheres e 7,5% entre os homens (OR 3,93 95% CI 2,51- 6,15)”⁴⁰.

Esse resultado foi publicado em 2005, derivado de uma “pesquisa básica em 2002”, de acordo com os métodos descritos a partir do começo no relatório. O mesmo grupo de pesquisadores de AIDS publicou, no mesmo ano, seus resultados baseados numa “pesquisa nacional realizada entre março e agosto de 2003” e relatou uma prevalência de 15,5% entre as mulheres e uma prevalência de 48% entre homens de 15 a 24 anos de idade⁴¹. O mesmo grupo de pesquisadores de AIDS relatou a partir do trabalho deles “dentro e

40 A.E. Pettifor *et al.* (2005a).

41 A.E. Pettifor *et al.* (2005b).

nas proximidades de Harare” estudando 4.393 mulheres “urbanas de Zimbábue” entre 15 e 35 anos de idade, de quem se obteve dados completos sobre comportamentos sexuais e *status* sorológicos do HIV foram obtidos ao longo do período de “setembro de 1999 a novembro de 2002”. Eles relataram que a prevalência nesta amostra foram incríveis 40,1%⁴².

Estas porcentagens estão em completo contraste com as publicadas no *New England Journal of Medicine* e divergem das estatísticas vitais fornecidas pela República da África do Sul que mantém o registro mais confiável de mortalidade e morbidez de qualquer país africano. Nós tentamos determinar quantos casos de AIDS foram oficialmente relatados na África do Sul no período entre 1995 e 2005, agregados de acordo com as nove províncias do país e talvez listados por raça, etnicidade, sexo e idade. Em vez disso, as estatísticas disponíveis abrangem apenas “doenças de HIV”.

A título de informação, em julho do ano 2000, Gesheker visitou o Hospital Geral de Mseleni na área Maputaland da África do Sul (dentro da província de KwaZulu-Nata), uma das regiões mais pobres do país. Quando ele pediu para a supervisora das enfermeiras identificar as alas do hospital, elas as identificou da seguinte maneira: 1) obstetrícia e ginecologia, 2) doenças infantis, 3) acidentes e trauma de lesão pessoal, 4) doenças mentais e 5) tuberculose. Nenhuma palavra sobre AIDS ou HIV. Talvez todas as 5 alas incorporassem implicitamente HIV ou AIDS? Ela nunca disse.

Uma explicação para a nomenclatura das alas no Hospital de Mseleni pode ser coletada a partir dos dados disponíveis na publicação de maio de 2006 pela *Statistics South Africa*, intitulada “Mortality and Causes of Death in South Africa, 2003 and 2004:

42 A. E. Pettifor *et al.* (2004).

Findings From Death Notification” que inclui estatísticas vitais desde 1997⁴³. Esta publicação ordena dados numa categoria estatística chamada “Principais Causas Básicas de Morte Natural” para a África do Sul entre 1997 e 2004, um período importante na história política do país. Em 1999, o ano em que Thabo Mbeki sucedeu Nelson Mandela como presidente da África do Sul, houve um total de 9.782 mortes (num país cuja população na época era de 42 milhões) cuja causa foi listada oficialmente como “Doenças de HIV”. Essa cifra representou 2,6% de todas as mortes na África do Sul para 1999. Na província de KwaZulu-Natal (cujo distrito mais ao norte é Maputaland), em 1999 o total de mortes atribuídas as “Doenças de HIV” foi 1.899, ou 2,3% de todas as mortes da província naquele ano. Talvez autoridades no Hospital Geral de Mseleni tenham tido boas razões para não dedicarem uma ala especial para “Doenças de HIV”.

Nos cinco anos seguintes ocorreram debates científicos contundentes (que a ortodoxia da AIDS desprezou como “negacionismo”) em que um questionamento constante da eficácia de HAART e ARVs foi justaposta em comparação com as previsões assustadoras de um holocausto de “HIV/AIDS” que se aproximava e estava prestes a engolir a África do Sul. Então, o que realmente aconteceu?

Em 2004, o total de mortes na África do Sul (num país que na época tinha 47 milhões de pessoas) cuja causa foi oficialmente listada como “Doenças de HIV” foi de 13.220. Esse número representou apenas 2,3% de *todas* as mortes na África do Sul naquele ano, uma redução em comparação com 2,6% 5 anos antes. Tanto para 2003 quanto para 2004, “Doenças de HIV” estavam oficialmente classificadas na posição 21 na lista das principais causas de morte para a África do Sul. Não temos como assegurarmos a partir destes

43 Estatísticas da África do Sul (2005).

dados exatamente como qualquer médico, profissional da saúde ou legista tinha certeza que a chamada “Doença de HIV” tinha sido a causa básica da morte. Enquanto isso, em KwaZulu-Natal para 2004, o total de mortes atribuídas à “Doença de HIV” naquele ano foi de 3.044, que correspondeu exatamente aos mesmos 2,3% de todas as mortes na província relatadas cinco anos antes.

Nós argumentamos que estatísticas coletadas sobre a “Doença de HIV” e/ou “AIDS” são poluídas com inconsistências e projeções absurdas que convidam à crítica. Para um exemplo de como cifras inflacionárias caracterizam rotineiramente estatísticas ortodoxas sobre HIV e AIDS, nós analisamos um capítulo no volume anual mais recente *State of the Nation: South Africa 2007*, intitulado “The Promise and the Practice of Transformation in South Africa’s Health System”⁴⁴. Esse capítulo utiliza uma tabela que alega que para o ano 2000, HIV/AIDS foi a principal causa de morte na África do Sul, sendo responsável por 30% de todas as 410.000 mortes relatadas no país, ou 123.000 mortes por HIV/AIDS. Compare essa afirmação alarmista e essa citação de dados com as estatísticas sóbrias dadas na metade de 2006 pela Statistics South Africa, que afirma que para o ano 2000, o número de doenças de HIV foi de 10.321 ou 2,5% de todas as mortes. Em outras palavras, mesmo em 2007, Schneider e seus sócios aumentaram retrospectivamente a quantidade de mortes por HIV/AIDS para o ano 2000 na África do Sul em 12 vezes.

Os dados sobre taxas de mortalidade por “Doenças de HIV” de 1997 a 2004 na África do Sul revelam outras anomalias interessantes de províncias selecionadas:

I. Em 1997, na Província de KwaZulu-Natal, “Doenças de HIV” foram responsáveis por 2,2% de todas as suas mortes. Em 2004, esse número foi de 2,3%.

44 S. Buhlungu *et al.* (eds.) (2007), especialmente o capítulo de H. Schneider.

II. Em 1997, na Província de Mpumalanga, “Doenças de HIV” foram responsáveis por 2,3% de todas as suas mortes. Em 2004, esse número foi >2,2%.

III. Em 1997, na Província de Limpopo, “Doenças de HIV” foram responsáveis por 2,3% de todas as suas mortes. Em 2004, esse número foi >2,0%.

IV. Em 1997, na Província de Free State, “Doenças de HIV” foram responsáveis por 3,9% de todas as suas mortes. Em 2004, esse número foi >2,1%.

V. E até mesmo para a África do Sul como um todo, em 1997 a “Doença de HIV” foi supostamente responsável por 2,0% de todas as mortes. Em 2004, esse número tinha aumentado para 2,3%, mas isso foi menor do que os 2,6% em 1999.

No que diz respeito às declarações sobre um cataclismo de HIV que ameaçasse destruir o próprio tecido de civilização no continente com seu epicentro na África do Sul, parece que o ceticismo do Presidente Mbeki teve algum mérito e teve base empírica. Esta avaliação cautelosa contrasta fortemente com os seus críticos, cujo recurso à vilificação pessoal e a calúnias cruéis revelaram a maneira reflexivamente irracional e vingativa em que aqueles que estão na vanguarda do HIV/AIDS reagem a qualquer pessoa que ouse contestar suas suposições.

Em dezembro de 2006, cientistas admitiram por escrito, usando periódicos conhecidos como meio, que “a carga viral só consegue prever o avanço da doença em 4% a 6% de HIV positivos estudados, o que desafia boa parte da base da política atual para a ciência e o tratamento da AIDS”⁴⁵.

45 B. Rodriguez *et al.* (2006) em *JAMA (Journal of the American Medical Association)*; J. Cohen (2006) em *Science*.

Como historiador africano que trabalhou em diversas partes da África por 35 anos, especialmente na Somália, Etiópia, Quênia e Djibuti, o coautor Geshekteer observou uma quantidade cada vez maior de africanos que pareciam ser subnutridos ou que sofressem de doença respiratória ou malária naquele período. Nenhuma dessas condições tinha nada a ver com atividades sexuais. Ao contrário, estas doenças refletiam a natureza cambiante de economias políticas africanas desde o final da década de 1970 e a devastação que esta deterioração econômica causou nas vidas dos africanos. Por exemplo, quando Geshekteer visitou o norte da Somália (a República de Somaliland) em junho-julho de 2001, ele falou longamente com o Dr. Ali Sheikh Ibrahim, um dos médicos mais importantes do principal hospital na capital, Hargeisa. O Dr. Ali reconheceu que a subnutrição, a doença respiratória superior e a malária eram as mesmas doenças e problemas médicos que principalmente afligiam os Somalis do norte, juntamente com graves doenças dentárias e de gengivas e crises mentais associadas com os traumas da violência da guerra civil. Conclusões semelhantes às de Geshekteer foram desenvolvidas por Stuart W. Dwyer, um cirurgião distrital (oficial médico forense) em Grahamstown, na África do Sul, quando em 2002 ele escreveu uma carta aos editores do *British Medical Journal*:

Como autoridade médica de uma prisão na África do Sul, eu concordo parcialmente com a visão cética do Presidente Mbeki sobre a pesquisa estatística atual sobre a infecção por HIV e AIDS ...

Nas prisões da África do Sul existe uma grande densidade populacional (muitas vezes 30 pessoas por cela) em que a homossexualidade é ampla e o uso de preservativos é quase inexistente. Este é o criadouro perfeito para a disseminação rápida do HIV.

Os prisioneiros que tiverem qualquer outra doença que não se resolva rapidamente (dentro de uma ou duas semanas) também são testados para o HIV. Como resultado disso, uma grande quantidade de testes de HIV é feita todas as semanas. Esta prisão, que abriga 550 detentos e está sempre cheia ou transbordando, tem uma taxa de infecção de 2 a 4% e só teve 2 mortes por AIDS nos 7 anos em que eu estou trabalhando lá⁴⁶.

Sam Mhlongo, M.D., Chefe do Departamento de Medicina Familiar e Tratamento de Saúde Primário na Universidade Médica da África do Sul, em Johannesburgo afirmou que:

A AIDS nutricional domina a cena na África do Sul hoje como realmente dominou durante o Apartheid. Em meados das décadas de 1950 e 1960, 50% de crianças negras morriam antes dos 5 anos de idade. As causas de morte eram registradas como: pneumonia, febre alta, desidratação e diarreia intratável devido à deficiência de proteína. Hoje em dia, estas características clínicas são chamadas de AIDS. Hoje na África do Sul, a tuberculose é a principal causa de morte e morbidez entre os africanos, mas isto é chamado de AIDS⁴⁷.

O Dr. Marc Deru, um médico belga que também trabalhou bastante na África, observou que resultados oficiais do censo de 2002, com um crescimento populacional de 49% entre 1988 e 2002:

Não há uma queda na população. Para a região de Kagera, observamos a mesma curva ascendente, com crescimento de 53% entre 1988 e 2002.

46 Stuart W Dwyer (2002, p. 237).

47 Sam Mhlongo (2003), palestra na Conferência do Parlamento Europeu sobre AIDS na África. Bruxelas, 8 de dezembro.

Apesar de os especialistas, com suas estatísticas, induzirem a acreditar que existe uma epidemia extremamente grave de HIV/AIDS [na África], nenhum sinal de uma epidemia pode ser observado no campo. Só se pode observar uma população muito pobre, subnutrida sofrendo de malária, imunodeficiência endêmica e doenças comuns.

Os chamados testes de “HIV” não são específicos. Os resultados positivos que eles podem apresentar são enganosos e levam a uma crença falsa na existência de uma epidemia de vírus. Um teste positivo – e isto se aplica especialmente à África – não é um sinal de uma infecção específica por vírus. Estes chamados testes de “HIV” enganam, no sentido de os resultados positivos darem a ilusão de que um diagnóstico exato foi feito.

E ainda assim, se exatamente estes resultados enganosos dos testes de HIV que formam a base de estatísticas oficiais e que fazem, primeiro os especialistas, depois os cientistas, os médicos, os repórteres de jornais e, finalmente, o público em geral acreditarem que a África está sendo devastada por uma infecção específica por vírus chamada “HIV/AIDS”! As pessoas falam de uma epidemia de “HIV/AIDS”, mas a única coisa que parece uma epidemia é o que eu chamaria de “epidemia de testes”, uma epidemia artificial que está sendo promovida de maneira ativa.

[Os testes de HIV] também são perigosos porque eles causam pânico e estigma, eles levam ao uso de medicamentos antivirais tóxicos e desviam a atenção para longe das verdadeiras fontes de deficiências

do sistema imunológico. O bom senso e a razão científica ditam seu abandono.

Afirmar que a prioridade, no que diz respeito à ajuda humanitária de emergência, deve ser dada à luta contra o “HIV” e a dar a esses países a possibilidade de comprar produtos antivirais baratos é tão irracional quanto falar para alguém que esteja sofrendo de deficiência aguda de vitamina C, “Senhor, estou vendo que o senhor está com escorbuto. É melhor o senhor ir comprar alguns antibióticos e preservativos⁴⁸.

Anteriormente neste ano, Pali Lehohla, o estatístico-geral da África do Sul e chefe de Estatística da África do Sul observou que a “saúde dos cidadãos é uma preocupação em todos os países e entender as causas da morte é fundamental para uma política de planejamento e uma intervenção eficazes para melhorar taxas de sobrevivência”, acrescentando que “a análise de tendências de mortalidade sustenta o desenvolvimento de programas para reduzir a mortalidade” causadas por todas as doenças⁴⁹.

Considerando a importância de ter dados epidemiológicos confiáveis ao lidar com “doenças por HIV” ou “AIDS” na África, esta observação feita pelo estatístico Stephen Stigler é especialmente salutar:

O desenvolvimento histórico da estatística tem sido mais semelhante a uma pessoa que trabalha com pedras construindo um arco sem cantaria. O arco fica forte quando terminado, mas ele requer uma estrutura de sustentação durante a construção e a

48 Marc Deru (2003) Palestra na Conferência do Parlamento Europeu Sobre AIDS na África, Bruxelas, 8 de dezembro.

49 Pali Lehohla (2006) Knowing Causes of Morte is Crucial for Planning, Business Report, 14 de setembro.

retirada de uma única peça poderia fazer com que tudo desse errado⁵⁰.

Finalmente, no que diz respeito ao histórico de incidência de AIDS na África, pode-se imaginar se existe alguma correlação misteriosa entre a quantidade de pesquisadores de AIDS, ativistas e programas em funcionamento em determinado país africano e a quantidade de casos de “AIDS” ou de “doença por HIV” que são relatados? Uma citação breve do capítulo de Schneider no relatório de 2007 do *South Africa’s Human Science Research Council* oferece uma dica sugestiva. Os autores (S. Buhlungu *et al.*, 2007) reconhecem que “um resultado significativo de várias gerações [sic] de intervenções de AIDS tem sido o surgimento de um grupo muito grande [60.000] de trabalhadores da área da saúde laicos voluntários e semirremunerados como conselheiros, apoiadores de tratamento, cuidadores domésticos e facilitadores de grupos de apoio”.

Será que a circuncisão é o desenvolvimento mais importante na pesquisa da AIDS desde o lançamento dos medicamentos antirretrovirais?

Foi em 2004 que se anunciou na esfera pública que o chefe de pesquisa sobre AIDS do governo dos Estados Unidos, Dr. Edmond Tremont, tinha reescrito um relatório de segurança sobre um estudo de medicamento financiado pelos Estados Unidos que mudou suas conclusões e apagou informações negativas *post hoc*. Subsequentemente, ele mandou que a pesquisa fosse retomada, apesar das objeções da sua equipe, então o lucrativo plano de 500 milhões de dólares para distribuir nevirapina a mulheres africanas continuaria, apesar de a aprovação do medicamento ter sido abandonada nos Estados Unidos por causa da sua toxicidade

50 Stephen M. Stigler (1999, p. 9).

excessiva e da sua eficácia dúbia⁵¹. O Instituto de Medicina dos Estados Unidos encobriu e trivializou o comportamento criminal de Tremont, de acordo com o Dr. Johnathan Fishbein, que tinha sido contratado para identificar corrupção dentro dos Institutos Nacionais de Saúde, mas em vez de uma placa de reconhecimento pela sua coragem de arriscar o suicídio da carreira, sua recompensa por expor a corrupção realizada por Tremont (seu chefe na época) foi ser demitido do seu cargo de autoridade de segurança para as experiências com nevirapina⁵².

Fracasso virológico ou resistência ao medicamento são termos técnicos entre proponentes de HIV-AIDS que simplesmente significam que um medicamento não conseguiu fazer sua função de suprimir o que alguns especialistas consideram como um marcador artificial do “HIV”: a “carga viral”. Em janeiro de 2007, no *New England Journal of Medicine*, foi noticiado:

A nevirapina permanece central para a prevenção da transmissão do vírus de imunodeficiência humana do tipo 1 (HIV-1) da mãe para o filho e para o tratamento de combinação antirretroviral por boa parte do mundo em desenvolvimento. A nevirapina aplicada como uma dose para a mãe e uma dose para o recém-nascido reduz a transmissão do HIV-1 em 41 a 47% e bem mais de **875.000 mulheres e bebês** já receberam uma única dose de nevirapina. Uma única dose de nevirapina é a pedra fundamental do regime recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para prevenir a transmissão da mãe para o filho entre mulheres que não tenham acesso ao tratamento antirretroviral e entre aquelas

51 John Solomon (2004). Associated Press Writer. Disponível em: <<http://www.ahrp.org/infomail/04/12/15b.php>>.

52 John Solomon (2005).

que não atendam aos critérios do tratamento. No entanto, a resistência à nevirapina é detectada (com o uso de técnicas padrão de genótipo) **em 20% a 69% de mulheres e em 33% a 87% de crianças** após exposição a uma única dose de nevirapina peripartum. **Entre 60 mulheres que começaram o tratamento antirretroviral dentro de 6 meses depois de receberem placebo ou uma única dose de nevirapina, nenhuma mulher no grupo do placebo e 41,7% no grupo da nevirapina tiveram fracasso virológico (P<0,001). Mulheres que receberam uma única dose de nevirapina tiveram taxas significativamente maiores de fracasso virológico sobre o tratamento subsequente baseado na nevirapina do que as mulheres que tinham recebido placebo.** Este efeito aparentemente deletério de uma única dose de nevirapina foi concentrado em mulheres que iniciaram o tratamento antirretroviral menos de 6 meses depois de receberem uma única dose de nevirapina... **Entre as 30 crianças infectadas pelo HIV, uma única dose de nevirapina (uma para a mãe e uma para a criança) em comparação com o placebo foi associada com taxas significativamente mais elevadas de fracasso virológico e aumentos percentuais de CD4+ menores em resposta ao tratamento antirretroviral subsequente baseado na nevirapina [grifo nosso]⁵³.**

Não existe nenhum meio claro de fornecer uma resposta definitiva para a quarta das nossas perguntas que foram feitas no começo desta seção. Neste momento o valor geral de medicamentos antirretrovirais é impossível avaliar, apesar da tremenda quantidade

53 S. Lockman *et al.* (2007, p. 356).

de tempo e dinheiro colocado na sua pesquisa e desenvolvimento, porque os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos e o Instituto de Medicina dos Estados Unidos, assim como outras organizações prestigiosas responsáveis por monitorar a qualidade da pesquisa, estabelecer políticas e padrões que têm alcance mundial, coletivamente consideram aceitável falsificar dados quando é adequado a interesses políticos e econômicos de uma elite controladora com investimento em lucros industriais farmacêuticos. Nos estudos mais recentes, a nevirapina mais o AZT não conseguiram controlar o “HIV” em 41,7% de mulheres no grupo da nevirapina em comparação com 0% no “grupo AZT mais placebo”. Então talvez seja adequado concluir que, afinal, a circuncisão é o desenvolvimento mais importante na pesquisa de AIDS desde o lançamento de medicamentos antirretrovirais. Além disso, das opções disponíveis atualmente, certamente a circuncisão é a que causa menos danos. Não se gostaria de aplicar medicamentos “antirretrovirais” mais tradicionais como o AZT como uma monoterapia, porque apesar de sucessos anedotais e isolados em prolongar a vida de pacientes com doenças terminais, sabe-se que o AZT e sua classe de medicamentos *aumenta* a morbidez e a morte entre os pacientes designados como tendo “HIV/AIDS”, especialmente entre pessoas descendentes de africanos, conforme mostrada num estudo Cooperativo de Negócios dos Veteranos. O Grupo de Estudo de Cooperativo de Negócios dos Veteranos relatou que o AZT prejudicava desproporcionalmente Negros e Hispânicos e não fornecia nenhum benefício para reprimir a supressão do avanço imune nos caucasianos⁵⁴.

Além disso, no que diz respeito às crianças, percebeu-se por quase uma década que dar apenas AZT a crianças e a mulheres grávidas é uma forma de limitar a população excedente, especialmente com a implementação do “plano 3 por 5” de George Bush (3 milhões de pessoas em ARVs até 2005):

54 J. D. Hamilton *et al.* (1992).

Maurizio de Martino *et al.* (1999) [que formam o Writing Committee for the Italian Register of HIV Infection in Children] concluíram que crianças que nascem de mães tratadas com ZDV “têm maior probabilidade de terem um curso rápido de infecção pelo HIV-1 em comparação com crianças que nascem de mães que não tenham sido tratadas, uma vez que o avanço da doença e a deterioração imunológica [de crianças filhas de mães tratadas com ZDV] são significativamente mais rápidos e o risco de morte efetivamente aumenta durante os três primeiros anos de vida”⁵⁵.

Conclusões

Estratégias de AIDS, assim como outras atividades de saúde pública, devem se basear em provas que possam ser verificadas, não em comunicados à imprensa ou suposições racistas. Um conjunto cada vez maior de dados sustenta a conclusão inevitável de que o “HIV” não pode ser a causa principal, nem mesmo um marcador fraco, de doenças relacionadas com a imunidade na África ou em qualquer outro lugar. O que se costuma chamar de “*status* de HIV” de uma pessoa pode apenas mascarar ou confundir o *status* real, de saúde clínica de um indivíduo, levando a um diagnóstico equivocado, estigma, tratamento equivocado e até mesmo negligência médica. Provas científicas consideráveis documentam que uma falta de saneamento, água limpa potável e apoio nutricional [30, 31, 49] formam a base para doenças infecciosas, por bactérias e outros tipos inclusive a supressão imune e todas as condições que

55 Maurizio de Martino *et al.* (1999). ZDV significa Zudovudina, outro nome genérico para o AZT, a abreviatura de azidotimidina, tendo o nome comercial RetrovirR.

N.E.: Para mais detalhes sobre o histórico em grande parte decepcionante destes e de outros antirretrovirais e da sua distribuição na África como medicamentos milagrosos, veja o capítulo de Elisabeth Ely nesta seção.

“definem a AIDS” atualmente. Abordagens a epidemias que exigem o fornecimento de comida adequada e água limpa para as pessoas não são antiéticas, não é mesmo?

Uma quantidade cada vez maior de cientistas e pesquisadores de vários campos tem estado de acordo com o ex-presidente da África do Sul *Thabo Mbeki*, há algum tempo e afirmam que não existe nenhuma prova verificável que sustente de maneira conclusiva a hipótese de que o “HIV” causa a “AIDS”⁵⁶. Esta percepção elimina a necessidade de sujeitar os africanos a (I) “medicamentos antirretrovirais”, (II) qualquer uma das 15 vacinas de “HIV” que fracassaram, (III) campanhas fantásticas e engraçadas a favor da circuncisão, (IV) microbicidas, (V) outros tratamentos infundados e remédios perigosos que supostamente protelam ou reverterem a característica de supressão imune da “AIDS”, ou (VI) revelação do “*status do HIV*” não confiável e enganoso.

A ironia terrível é que vários dos próprios principais medicamentos anti-“HIV/AIDS” são poderosos supressores da imunidade ou antagonistas de protease endógena (principalmente desenvolvida para a quimioterapia do câncer para impedir que as células se dividam ou interfiram com o metabolismo celular normal) com um longo histórico de efeitos colaterais que destroem os órgãos. Até recentemente, esses efeitos eram reunidos dentro da taxa de mortes por AIDS, obscurecendo ainda mais as verdadeiras causas de morte para as vítimas. A hipótese de que HIV=AIDS foi o pretexto para o que se pode descrever como um genocídio da saúde pública voltado para o continente africano e para outros lugares.

Isto abre uma nova página no extenso livro de preocupações éticas em torno de fracassos crônicos em abordar as barreiras ao desfrute de uma saúde robusta e longevidade na África, agora agrupados e camuflados sob o apelido de “HIV/AIDS”. A prova

56 Veja Henry H. Bauer (2007) para uma longa visão geral.

questiona o *status* moral das legiões internacionais de oportunistas “HIV=AIDS” que empurram para frente sem piedade com um paradigma de “HIV=AIDS” errado e em colapso – uma ideologia que, no entanto, permanece lucrativa e estratégica, por toda a carreira, para sustentar no presente. O slogan “HIV=AIDS” constitui uma sentença de morte multifacetada na África na medida em que ele continua a estigmatizar e traumatizar centenas de milhares de pessoas que permanecem exploráveis como cobaias humanas pela indústria da pesquisa e do desenvolvimento farmacêuticos.

Uma geração de indivíduos que estão na vanguarda da Comunidade da AIDS que usaram dados distorcidos para enganar entidades corporativas, que manipulam instituições de financiamento sem fins lucrativos e que assustam o público em questão deve ser responsabilizada. Este capítulo da história médica mundial transpirou sob o olhar atento dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) dos Estados Unidos, do Instituto de Medicina dos Estados Unidos (IOM), do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outras instituições. Portanto, deve ser uma questão jurídica tanto interna quanto internacional, avaliar a responsabilidade e estabelecer uma punição adequada por envolvimento e negligência num crime tão abrangente contra a humanidade.

* * *

Charles L. Geshekter é professor emérito de história, na Universidade Estadual da Califórnia, em Chico, onde em 1968 foi o primeiro professor a desenvolver o currículo de história africana moderna. Na Universidade de Richmond, em Virgínia, cursou seu BA em 1965, obteve o grau de MA da Universidade de Howard em 1966, e fez doutorado na UCLA (Universidade da Califórnia), em Los Angeles, em 1972. Seu foco de pesquisa é a Somália, a Etiópia e o Djibuti. Foi *Fulbright Scholar* por três

vezes e atuou como conselheiro do Departamento de Estado dos Estados Unidos e de vários governos africanos no que dizia respeito a questões no Chifre da África. Desde o final da década de 1980, tem estudado o impacto da economia política sobre a saúde da maioria dos cidadãos na África do Sul e de 2000 a 2002 atuou como membro nomeado do Painel Consultivo de AIDS Presidencial de Mbeki.

CAPÍTULO 37

MEDICAMENTOS DE AIDS PARA A ÁFRICA: REMAPEANDO O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO DE MEDICAÇÕES

Elizabeth Ely

Introdução

Enquanto outra pessoa conseguir filtrar seu acesso às informações e restringir sua interpretação do que você sabe por alegar que tem informações mais completas, você está sob seu poder. No entanto, ninguém pode fazer isto sem sua permissão. Nenhum poder político no mundo pode impedir que nações inteiras – até mesmo nações africanas com economias fracas – exerçam seu poder de *raciocínio*. Deve ser estimulante para os fornecedores de medicamentos de AIDS suporem que os africanos estão presos na Idade da Pedra porque, se eles não bombardearem todas as universidades para a Idade da Pedra – fechando cada site perturbador na Internet e inserindo tubos no estômago de cada africano – os pesquisadores de AIDS, os ativistas e as empresas

farmacêuticas não impedirão que os africanos pensem por eles mesmos e se recusem a consumir medicamentos que tenham graves riscos conhecidos. Desde a publicação do meu artigo de outubro do ano 2000 sobre inibidores de protease na *The Townsend Letter for Doctors & Patients*¹, mais classes de medicamentos e combinações foram lançadas. No entanto, o argumento básico contra todos os medicamentos de HIV permanece o mesmo: teste e segurança inadequados.

Acordos de “Aprovação Acelerada” com a FDA foram projetados para ajudar pacientes em estado terminal, permitindo que a submissão de pequenos estudos clínicos (de apenas 24 semanas) mostrem benefício para um medicamento com demanda elevada por pessoas que estão morrendo da doença que ele pretende curar². Neste design de programa para o teste de medicamentos e o monitoramento de segurança, mesmo que os estudos submetidos não consigam mostrar que um medicamento impediu a doença e a morte de maneira significativa (conhecido como um “benefício clínico”), o medicamento é vendido de todo jeito, com restrições em relação ao rótulo e à propaganda. Então, um estudo de “Fase IV” ou algo semelhante é necessário *após* a venda, para mostrar o benefício clínico positivo. A FDA diz que os compromissos da Fase IV são feitos “de boa-fé” – o que significa que não existe nenhuma

1 Elizabeth Ely (2000) “Protease Inhibitors Control HIV But Do Not Cure AIDS,” *Townsend Letter for Doctors & Patients*, outubro. Disponível por encomenda no site: <www.townsendletter.com>.

N.E.: Trechos deste artigo densamente pesquisado estão incluídos neste capítulo com a permissão da autora.

2 N.E.: A ideia de uma agenda de teste de emergência para medicamentos experimentais com potencial para salvar vidas foi colocada em prática como uma resposta publicamente visível no começo da década de 1980 sob pressão popular conduzida por lobistas poderosos nos Estados Unidos exigindo atenção da saúde pública para o surto sem precedentes de AIDS na grande comunidade de eleitores homossexuais em São Francisco, na Califórnia, conforme lembra o Dr. Andrew Maniotis, Diretor do Laboratório para Célula e Biologia Desenvolvimentista para o Câncer, Universidade de Illinois entrevistado pelo Dr. Jonas Moses “Conversas na Pesquisa da Ciência Médica”, disponível em: <<http://www.intimetv.com/medcal/medical.cfm>>. Veja também Ely (2000).

ameaça de retirada do produto do mercado se os testes que devem ser feitos após a venda não forem realmente realizados³.

De acordo com a maioria dos relatos populares, os medicamentos inibidores de protease usados no tratamento da AIDS desde 1996 salvam tantas vidas que a AIDS está se tornando uma “doença de longo prazo, gerenciável”⁴. O argumento contínuo em torno dos Tratamentos Antirretrovirais (chamados de “ARVs”) ocorre nos Estados Unidos, mas o terreno sobre o qual se luta é a África. Isto está muito claro no uso comum do termo “configurações com recursos limitados” ao recomendar medicamentos questionáveis a pacientes em países em desenvolvimento. Até mesmo a Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos, famosa pelos seus padrões complacentes, adapta suas regras para mostrar segurança e eficácia que o produto é voltado para os pobres do mundo.

A inadequação do monitoramento e do controle oficiais de medicamentos antirretrovirais é importante de ser entendida porque: (1) estas questões de testes que giram em torno de medicamentos para o HIV estão se tornando questões sobre a segurança de *todos* os medicamentos à medida que o público perde confiança no processo de “aprovação acelerada” na FDA, e (2) a falta de informações detalhadas fornecidas aos africanos – que leva a confiar na capacidade do público de pensar por conta própria – pode ser interpretada como uma tentativa de recolonização econômica. De fato, a primeira questão acelerará preocupações sobre a segunda, porque à medida que os americanos perderem a confiança nos seus produtos farmacêuticos, mais desses produtos que não são vendidos facilmente nos Estados Unidos certamente

3 D. W. Cameron *et al.* (1998) para o *Advanced HIV Disease Ritonavir Study Group*.

4 Na verdade, contudo, inibidores de protease de HIV e as combinações de medicamentos que os incluem – chamados de maneira reconfortante de “coquetéis” – são polêmicos em círculos científicos. Algumas pessoas dizem que a promoção de medicamentos ARV, coloca em risco padrões antigos da ciência, da ética médica e da segurança dos medicamentos. Veja “AIDS Researchers Confront Ethical Issue,” *Boston Globe*, 4 de fevereiro de 1997, p. A1.

serão empurrados para os africanos. Por exemplo, defensores do tratamento do HIV têm promovido por muito anos a *nevirapina* (nome comercial Viramune) na África para prevenir a transmissão do HIV da mãe para a criança, para o qual ela não é rotulada nos Estados Unidos⁵. Este medicamento não pode nem mesmo ser distribuído para uso com receita médica nos Estados Unidos por sua ineficácia, suas implicações dúbias de longo prazo e efeitos colaterais imediatos perigosos. Mas ele é divulgado ruidosamente na África como um direito divino e inalienável para toda mãe e criança.

Escândalos e erupções cutâneas: nevirapina

A nevirapina é um medicamento amplamente apregoadado como capaz de impedir a transmissão do HIV da mãe para a criança recém-nascida em países em desenvolvimento. No entanto, uma controvérsia sobre a nevirapina ainda assombra sua reputação. Um escândalo apareceu pela primeira vez na imprensa popular dos Estados Unidos em dezembro de 2004. O estudo em que o fabricante de medicamento Boehringer Ingelheim solicitou aprovação da FDA para a nevirapina foi “tão cheio de falhas que as autoridades de saúde tiveram que usar exames de sangue depois do fato para confirmarem que os pacientes [efetivamente tomaram] o remédio”, relatou John Solomon, da Associated Press (AP). “No final das contas, eles tiveram que reconhecer que o estudo quebrou regras federais de proteção ao paciente”. Uma auditoria independente do estudo, HIVNET 012, tinha concluído problemas amplos em março de 2002 e o Instituto Nacional de Saúde (NIH) dos Estados Unidos

5 N.E.: Desde o ano 2000, a pressão exercida por ativistas anti-Mbeki englobando a Campanha de Ação de Tratamento baseada em Durban, na África do Sul, resultou, em julho de 2002, numa ordem da Corte Suprema de Pretória para a nevirapina ser distribuída gratuitamente por 5 anos para mulheres grávidas negras e pobres em Kwazulu Natal. Um mês antes, em junho de 2002, a Boehringer-Ingelheim, os fabricantes da nevirapina (ViramuneR) retirou seu pedido de registro como medicamento por receita nos Estados Unidos. *BBC Worldservice News Briefs*, junho de 2002.

tinha uma cópia disso. Entretanto, o NIH nunca informou ao presidente americano, que anunciou em junho de 2002, um plano de 500 milhões de dólares, baseado na nevirapina para combater a AIDS na África e nas ilhas do Caribe⁶.

O HIVNET 012 tinha tido o objetivo de testar a eficácia da dose contínua de nevirapina contra a transmissão do HIV da mãe para a criança em Uganda. Iniciado em 1997, este estudo de 1.500 mulheres HIV-1-positivas que estavam grávidas há pelo menos 32 semanas deveria ter seguido um protocolo de controles de placebo aleatórios duplamente cegos – comparação com uma substância inativa numa situação em que ninguém no grupo que tomou o remédio ou o placebo sabia qual substância estavam tomando. Mas, gradualmente, todo o empreendimento não se tornou nem duplamente cego, nem aleatório nem controlado pelo placebo. Ele simplesmente comparou a nevirapina com a zidovudina, popularmente conhecida como AZT. Os resultados – relatados como 47% mais eficácia do que o AZT na prevenção da transmissão da mãe para a criança – teria sido impressionante se não fosse por grandes erros no registro dos dados. Parece que os pesquisadores nem sabiam quem tinha recebido qual medicamento ou se as pessoas ainda estavam vivas⁷.

Além disso, a Associated Press (AP) relatou que um teste americano sobre a segurança do medicamento quando usado continuamente por mulheres grávidas tinha resultado na morte por falência do fígado de uma negra americana, Joyce Ann Hafford, em julho de 2003. Hafford tinha tomado a nevirapina por 38 dias⁸.

6 John Solomon (2007) disponível no site: <<http://www.whale.to/a/aids.html>> Links de Internet de Diretos para a AP para as três histórias da série, suas republicações em jornais, sites e listas de documentos de apoio foram retirados do acesso na Internet. Os leitores são convidados a reclamarem na Associated Press, na 450 West 33rd Street, Nova York, NY 10001 USA, Tel: +1-212-621-1500, e-mail: info@ap.org, site: <www.ap.org>.

7 Celia Farber (2006a).

8 John Solomon and Randy Herschaft (2004).

O relatório do periódico médico sobre o estudo americano concluiu de maneira suave que a segurança de regimes de nevirapina deveria ser mais investigada, “especialmente porque o tratamento antirretroviral que contém o uso *contínuo* da nevirapina está se tornando rapidamente um regime de primeira linha para mulheres grávidas em países com recursos limitados [grifo nosso]”⁹.

Na época, as toxicidades do fígado causadas pela nevirapina já eram conhecidas há vários anos, de acordo com o repórter investigativo de Nova York Liam Scheff. Ele relatou que o aviso de dano ao fígado e de erupções cutâneas perigosas que a FDA colocava na “caixa preta” vinha desde o ano 2000. Scheff também observou que o Instituto Nacional de Saúde (NIH) dos Estados Unidos ainda estava recrutando, no final de 2004, mulheres grávidas para estudos adicionais de nevirapina na África e em outros lugares¹⁰. De qualquer maneira, as quatro mortes e os 12 “eventos adversos graves” entre apenas 22 bebês nascidos num estudo anterior da nevirapina, HIVNET 006, deveriam ter alertado previamente os pesquisadores do HIVNET 012 do que estava por vir¹¹.

Apesar de a série da AP ter aparecido apenas brevemente, no serviço telegráfico de ritmo acelerado, ela inspirou movimentos defensivos destacados por parte da pesquisa de AIDS e da comunidade do ativismo nos Estados Unidos. As respostas fizeram boa parte do fato de os estudos de Uganda e dos Estados Unidos terem testado a dosagem contínua de nevirapina em vez de uma única dose dada durante o parto da criança. “A segurança e a eficácia do regime da dose única de nevirapina estão bem estabelecidas”, ostentou uma delas¹². Outra, intitulada historicamente “Nevirapine Misinformation: Will It Kill?” relatou

9 Hitti J. *et al.* (2004).

10 Liam Scheff (2004a).

11 P. Musoke *et al.* (1999).

12 H. Clifford Lane *et al.* (2005).

que seu autor tinha navegado no site de uma autoridade dissidente do NIH na Internet e que “não tinha achado nada lá que levantasse qualquer dúvida em relação à dose única de nevirapina”. No entanto, ele também não citou nenhum dado para sustentar isto – apesar de afirmar que ele conhecesse vários estudos¹³. Então, o que imperfeições como perder participantes para registros subsequentes e a mudança de registros de efeitos colaterais graves significam em termos absolutos?

Uma carta do próprio NIH alertava que uma “compreensão de questões” de nevirapina poderia levar a uma suspeita em relação à nevirapina em países em desenvolvimento¹⁴. Este é um argumento traiçoeiro e desonesto, porque todas as coisas estão sujeitas à compreensão incompleta. Um especialista ou outra autoridade só precisam afirmar que conhecem mais do que nós para invalidarem qualquer observação razoável. É claro que citar a versão mais completa dos fatos raramente compensa o tempo deles. Essas altas autoridades costumam se referir a opiniões que simplesmente se refletem umas nas outras. Eu também observo a ênfase na “Saúde Pública” como uma entidade separada do bem-estar de indivíduos. Em nome da saúde pública, nos pedem para suspendermos o julgamento, para confiarmos em autoridades e para entregarmos nossas preocupações para a saúde individual.

Os defensores da nevirapina pediram isenções especiais para lugares e pessoas com “recursos limitados”. A narrativa original da AP citava o Professor Francis Mmiro, um “médico chefe” no HIVNET 012: “o que você pode chamar de um efeito colateral grave nos Estados Unidos não é um efeito colateral grave em Kampala”. Isto enfatiza uma suposição dupla condescendente sobre os africanos. Em primeiro lugar, pacientes pobres são considerados como não sendo dignos de tratamentos mais bem

13 John S. James (2004).

14 H. Clifford Lane *et al.* (2005).

testados. Em segundo lugar, os clínicos africanos são considerados incompetentes, aparentemente incapazes até mesmo de realizarem instruções de registro dadas por clínicos americanos treinados ou de protegerem seu trabalho de ser destruído. Os americanos parecem acreditar, depois de assistirem a um excesso de filmes de Hollywood, que todos os médicos africanos trabalham a partir de cabanas de barro em planícies alagadas no meio de uma guerra tribal. Consequentemente, os pesquisadores afirmaram que podíamos aprender com o HIVNET 012 “a melhorar a pesquisa clínica no futuro, especialmente em países em desenvolvimento, que costumam ter uma *curva de aprendizagem acentuada* na aplicação de padrões criados para locais de empresas farmacêuticas com muito mais recursos [grifo nosso]”. Padrões de pesquisa atuais – desenvolvidos a partir das lições ainda mais duras de abusos nazistas de humanos na Segunda Guerra Mundial – não deveriam, de acordo com estes defensores, se aplicar a locais que eles considerassem tão carentes tanto em termos de dinheiro quanto de intelecto¹⁵.

“A palavra-chave é ‘acesso’, que tem a vantagem de causar um curto-circuito na questão se os medicamentos realmente funcionam ou não e de se livrar totalmente da questão se eles são até remotamente seguros”, escreveu Celia Farber em 2006 ao vincular novamente o negócio de Hafford com o HIVNET 012. Seu artigo na revista americana *Harper’s* relatou o colapso da ética nas experiências clínicas americanas conforme se observou no negócio de Hafford com a bagunça do HIVNET 012¹⁶. O resto da imprensa liberal nos Estados Unidos reagiu rapidamente ao estreitar fileiras para defender os medicamentos em vez dos pacientes¹⁷. Estes não defenderam nem mesmo a ciência por trás dos medicamentos e

15 John S. James (2004).

16 Celia Farber (2006a).

17 Para uma amostragem destas respostas, veja Gal Beckerman (2006); Richard Kim (2006).

caíram rapidamente em críticas ideológicas pungentes contra Farber e suas fontes. Críticos posteriores ao relato de Farber reclamaram de ataques injustos a reputações profissionais e à falta de importância de uma morte¹⁸. O PACTG 1022 tinha resultado não apenas na morte de Hafford, mas também toxicidades no fígado de três outras mulheres e um caso de Síndrome de Stevens-Johnson (uma erupção grave, que será discutida depois)¹⁹. Os próprios fatos foram contestados apenas por um grupo de pesquisadores e ativistas de AIDS americanos, inclusive o famoso descobridor do HIV, Robert Gallo. Este grupo postou sua resposta na Internet. Pouco tempo depois, a diretoria científica do Grupo para a Reavaliação Científica da Hipótese do HIV/AIDS postou sua defesa, também em pontos fatuais e afirmando que um membro do grupo que estava contestando, John P. Moore, tinha recebido apoio financeiro do fabricante da nevirapina²⁰.

Estudos e observações: o que a nevirapina faz

Se hoje clínicas pré-natais na África estão reivindicando a transmissão e a progressão reduzidas do HIV com o uso da nevirapina, elas estão descobrindo algo que não tinha sido concluído nos estudos clínicos mais recentes do medicamento. Um estudo desses realizado em mulheres e crianças na Tailândia descobriu “fracasso virológico” (fracasso em reduzir as contagens de “carga viral”) em *proporções maiores dos grupos tratados com a nevirapina* do que nos grupos que usaram o placebo²¹.

18 Carta, *Harper's*, maio de 2006.

19 J. Hitti *et al.* (2004).

20 Veja The Group for the Scientific Reappraisal of the HIV/AIDS Hypothesis (2006) “Correcting Gallo: Rethinking AIDS Responds to Harper’s ‘Out of Control’ Critics”, 27 de setembro. Disponível em: <<http://www.rethinkingaids.com/GalloRebuttal/overview.html>>, para a defesa do grupo de pesquisa multidisciplinar de C. Farber e links para várias edições da postagem de Gallo *et al.*

21 S. Lockman *et al.* (2007) e A. Quaghebeur *et al.* (2004). Os dois artigos são citados em: <<http://aras.ab.ca/haart-nevirapine.html>>.

Além disso, de acordo com David Crowe da Alberta Reappraising AIDS Society no Canadá, a nevirapina é “assustadoramente tóxica”. Quando são divulgadas de maneira absoluta, estas são descritas apenas como uma “erupção cutânea”. Entretanto, esta condição, conhecida como Síndrome de Stevens-Johnson, pode ser grave. Agora a nevirapina é prescrita principalmente como uma única dose para mulheres em trabalho de parto e seus bebês no mundo em desenvolvimento. Farber escreveu que quaisquer eventos adversos nestas mulheres costumam ocorrer em menos de duas semanas de tratamento. Mas ela efetivamente teve a chance de encontrar o caso de um homem na América Central que usou a nevirapina continuamente por uma semana como parte de uma combinação de três medicamentos. Um advogado que tinha sido solicitado a cuidar do caso do homem contou a ela sobre a “erupção cutânea” do seu cliente potencial: “Sua pele efetivamente se destacou do seu corpo”, disse o advogado. Uma vez que o paciente perde a camada protetora da pele, em seguida ocorrem a falência do órgão e a infecção. Ele relatou para Farber que o homem estava totalmente cego e não conseguia nem chorar – porque ele tinha perdido seus dutos lacrimais²².

Conforme foi visto com o caso de Hafford, outro efeito colateral da nevirapina é a toxicidade no fígado. Pelo menos um estudo descobriu, além de uma toxicidade maior no fígado em comparação com outros medicamentos antirretrovirais – que, como veremos, carregam com eles próprios um alto risco de toxicidade no fígado – que “mulheres e pacientes com contagens mais elevadas de células CD4+ têm um risco maior de toxicidade no fígado [grifo nosso]”²³. (É claro que o estudo americano PACTG 1022 também chegou a uma conclusão semelhante). Considerando-se o pressuposto, discutido abaixo, de que contagens elevadas de CD4

22 Celia Farber (2006b).

23 U.S. Food and Drug Administration (2005).

são um sinal de saúde melhor, isto implicaria que pacientes *mais saudáveis* correriam mais risco de terem problemas hepáticos. (No entanto, conforme veremos, o pressuposto de que contagens mais elevadas de CD4 significam uma melhoria na saúde ainda não foi provado). Além disso, o risco para mulheres é três vezes maior do que para os homens. Para um medicamento que costuma ser receitado a mulheres grávidas, isto não é muito auspicioso. Na verdade, um comentarista escreve que a toxicidade no fígado em mulheres grávidas “pode ter uma natureza explosiva”²⁴.

A nevirapina também apareceu num orfanato de Nova York, o Incarnation Children’s Center. Em janeiro de 2004, Scheff publicou uma investigação sobre atividades nesta casa para crianças HIV positivas. Muitas destas crianças tinham sido tomadas dos seus pais ou outros responsáveis por eles se recusarem a aplicarem medicamentos contra o HIV. Os pais e responsáveis – evidentemente pobres e ou negros americanos ou hispânicos – geralmente não conseguiam lutar para ganharem seus filhos de volta. Sem que eles e o público soubessem, horrores maiores aguardavam seus filhos quando eles eram matriculados em experiências clínicas para medicamentos, inclusive a nevirapina. Se as crianças resistissem a tomar os medicamentos, elas eram levadas a um hospital próximo para inserção de um tubo plástico através das suas paredes abdominais e indo até seus estômagos. Efeitos colaterais do medicamento incluíam câimbras e diarreia, problemas nas articulações e Síndrome de Stevens-Johnson (detalhada abaixo). No entanto, as mortes não foram “atribuídas a” experiências com o medicamento. Supôs-se que elas tivessem morrido de AIDS²⁵. Um vídeo da *British Broadcasting Company* sobre o escândalo intitulado “Guinea Pig Kids” foi ao ar em novembro de 2004²⁶.

24 Brian A. Boyle (2003).

25 Liam Scheff (2004b).

26 Veja: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/this_world/4038375.stm> para um relatório e uma transcrição.

Previsivelmente, pesquisadores e ativistas de AIDS, inclusive Moore, tentaram retirar no começo deste ano a transcrição do vídeo do site da BBC na Internet²⁷.

Uma relíquia da década de 1980: controles de placebo duplo-cego

O padrão-ouro na pesquisa de medicamentos é o estudo com controle de placebo duplo-cego. Isto significa que os participantes recebem ou o novo medicamento ou um placebo, ou seja, uma substância inativa. Além disso, nem os participantes nem seus médicos que estão tratando sabem se eles estão recebendo o medicamento ou o placebo. Desta forma, os pesquisadores podem comparar os efeitos de um medicamento ao efeito de não tomar nada, controlando ao mesmo tempo para a cura psicossomática que surge a partir da crença dos dois grupos de que eles estão tomando o medicamento. Apesar de outros fatores, qualquer melhoria de condição que seja maior do que melhorias relatadas pelo grupo que recebeu o placebo é considerada um efeito do medicamento. Mas quando investigam medicamentos para doenças que ameaçam a vida, os pesquisadores substituem o placebo pelo “padrão de tratamento” que era atual na época – o tratamento mais eficaz conhecido na época – porque eticistas consideram antiético esconder isto de pacientes que estão morrendo. Novos medicamentos são comparados com o melhor tratamento aprovado anteriormente. Portanto, para avaliar a qualidade dos medicamentos mais novos, temos que reconstituí-los através de estudos que os comparam à geração de tratamentos que vieram antes, que por sua vez devem ser comparados com a geração seguinte àquela. Portanto, é justo seguirmos este caminho para a história e os pressupostos feitos ao longo do caminho.

27 Para a solicitação e a resposta da censura, veja The Group for the Scientific Reappraisal of the HIV/AIDS Hypothesis (2007).

Um “milagre” improvável da década de 1990: inibidores de protease²⁸

Desde sua primeira aparição em manchetes americanas por volta de 1995, os inibidores de protease atraíram reivindicações incríveis. Reivindicações de que combinações em “coquetel” destes e de outros medicamentos, chamadas de Terapia Antirretroviral Altamente Ativa (HAART), que estavam mudando o rumo de uma epidemia agressiva de AIDS para um “viver com HIV” administrável, eram suspeitas. Nenhum desses medicamentos poderia ter sido vendido e receitado em quantidades suficientes até eles serem vendidos no começo de 1996. Eles não poderiam ter mostrado esse sucesso miraculoso em relação a taxas de mortalidade até pelo menos um ou dois anos a partir da sua disponibilidade ampla. Previsivelmente, a queda nas estatísticas de AIDS nos Estados Unidos foi fácil de ser explicada pela mudança da definição americana de AIDS em 1993, que acrescentou à lista de “condições que definem a AIDS” várias doenças não fatais, como infecções por fungos vaginais e doenças consideradas fatais apenas no longo prazo, como alguns tipos de câncer. Da mesma forma que as estatísticas cresceram em 1993, elas diminuíram tão rapidamente quanto até 1995.

Mas as pessoas *efetivamente* perceberam que pacientes com AIDS estavam levantando dos seus leitos de morte ao usarem estes novos medicamentos – o famoso “Efeito Lázaro”, em homenagem à personagem do Novo Testamento da Bíblia cristã. Quando usados no curto prazo, os inibidores de protease funcionam como antibióticos poderosos. Mas, conforme meu artigo anterior

28 As proteases são a maior classe de enzimas que se conhece. Elas estão envolvidas em todos os processos biológicos. As enzimas específicas que funcionam no HIV chamadas aspartyl proteases cortam uma proteína viral fundamental usada na replicação. Inibidores de protease juntam-se à enzima protease, impedindo que ela corte a proteína, interrompendo assim a replicação do HIV. Todos os 5 medicamentos inibidores de protease, exceto o ritonavir (marca registrada Norvir, Laboratórios Abbott) foram aprovados sob diversos acordos de “Aprovação Acelerada” com o FDA.

explicou, o uso no longo prazo apresenta o risco de um fechamento completo da tripa, do fígado e dos rins devido a uma escassez de catepsina-D, uma enzima necessária para a digestão²⁹. “Lázaro” só ganhou um pouco de tempo para encontrar outras formas de recuperar a saúde.

Os estudos dos inibidores de protease apresentam vários problemas. A FDA permitiu que estudos sobre estes medicamentos fossem encerrados antes mesmo do final dos seus períodos de estudo planejados ou quando determinados pontos finais fossem alcançados em vez de um tempo definido – um processo semelhante ao de encerrar um jogo de futebol quando o time favorito está ganhando. Nem com todas estas regras a seu favor, os inibidores de protease conseguiram impressionar. Ao longo do tempo, a comparação de doenças em grupos que usaram os inibidores de protease com aqueles que tomaram medicamentos mais velhos ficou menos evidente e, na verdade, seus números quase se cruzaram quando colocados num gráfico³⁰.

Os resultados mais recentes sobre o HAART são ainda mais deploráveis. De acordo com comentaristas, um estudo realizado de 1995 a 2003 mostrou “aumentos exatamente daquelas infecções oportunistas que definem a AIDS – de infecções dos pulmões, da pele e dos intestinos causadas por fungos a diversas infecções micobacteriais... [HAART] não levou a ... nenhuma redução em doença que define a AIDS e a nenhuma redução nas taxas de mortalidade”³¹. Incrivelmente, a resposta a isto foi intitulada ‘HAART’s First Decade: Success Brings Further Challenges’³².

29 Elizabeth Ely (2000).

30 D. W. Cameron *et al.* (1998); S.M. Hammer *et al.* (1997); R. Haubrich *et al.* (1998).

31 O estudo é M.T. May *et al.* (2006). Comentários sobre o site “The Body” disponíveis em: <<http://www.thebody.com/cgi-bin/bbs/showthreaded.php?Board=testpos&Number=216816>>.

32 G. J. Dore e D. A. Cooper (2006).

Próxima parada: AZT

Os primeiros inibidores de protease foram aprovados para serem vendidos com base em estudos que os comparavam com uma classe de medicamentos chamada de inibidores de transcriptase reversa análoga a nucleosídeos, um dos padrões de tratamento daquela época, incluindo a *zidovudina* (AZT). Considerando-se as toxicidades amplamente conhecidas do AZT, não é muito surpreendente que pacientes relatassem se sentirem comparativamente melhores quando usavam “coquetéis” de protease. Em 1986, a FDA observou anemia e câncer como efeitos colaterais³³. Desde então, estudos adicionais expuseram a associação do AZT com um esgotamento cada vez maior das células de imunidade³⁴, aborto espontâneo e defeitos de nascença (que, apesar disso, não impediu que ele fosse receitado a mulheres grávidas HIV positivas, especialmente no Terceiro Mundo)³⁵, demência (aumento de 97%)³⁶, pneumonia (probabilidade dois a quatro vezes maior)³⁷, linfoma (10 vezes mais provável)³⁸ e síndrome prejudicial e determinadas infecções vistas “quase exclusivamente” em pacientes tratados³⁹. Mais notavelmente, o AZT escondia as reivindicações originais de aumento da sobrevivência, uma vez que ele *efetivamente apressava o avanço* para doenças que definiam a AIDS⁴⁰. Estes resultados poderiam ter sido previstos: os resultados do estudo original do AZT não inspiram confiança. John Lauritsen, um estatístico aposentado com experiência de aproximadamente 20 anos, disseceu os resultados clínicos do medicamento em seu livro de 1990 *Poison by Prescription: The AZT Story*. Lauritsen

33 John Lauritsen (1990).

34 P. Alcabes *et al.* (1993). Citado em Peter Duesberg e David Rasnick (1997).

35 R. M. Kumar *et al.* (1994). Citado em Peter Duesberg e David Rasnick (1997).

36 H. Bacellar *et al.* (1994).

37 A. J. Saah *et al.* (1995) para o Multicenter AIDS Cohort Study.

38 J. M. Pluda *et al.* (1990).

39 M. C. Poznansky *et al.* (1995).

40 W. R. Lenderking *et al.* (1994).

descreveu abusos incluindo término prematuro, a falsificação de dados e muita enganação do paciente. “Projeções de estatísticas polêmicas” aumentavam os números de sobrevivência e era um mistério a maneira pela qual o AZT matava o HIV, até mesmo para a FDA. De maneira mais importante, o ramo do placebo do estudo do AZT foi encerrado e desmascarado à medida que cada vez mais pessoas começaram a se enganar⁴¹. Quando os pesquisadores finalmente divulgaram um estudo de longo prazo com um ramo de placebo e pontos finais de morbidez e mortalidade – o estudo “Concorde” relatou em 1994 – ele não provava absolutamente nenhuma eficácia⁴².

Nada disto mudou desde que noticiei os medicamentos no ano 2000 e muito pouco disso está sujeito a mudança. *Todos* os medicamentos de AIDS foram testados de acordo com alguma variação do que se disse anteriormente e *nenhum* mostrou eficácia para prolongar a vida em estudos controlados por placebo duplo-cego projetados de maneira adequada.

Não exatamente o fim: contagens de células T como pontos finais

Pode-se dizer que o AZT seja o fim do caminho. Mas tem mais. O estudo clínico do AZT em 1987 fazia algum sentido ao, pelo menos no começo, tentar atender aos verdadeiros pontos finais clínicos de morbidez e mortalidade – medindo a verdadeira doença e morte dos participantes. Esses pontos finais clínicos reais e significativos foram aposentados na década de 1990 em favor de marcadores substitutos: “carga viral” e contagens de células imunológicas.

41 John Lauritsen (1990).

42 M. Seligmann *et al.* (1994).

No que diz respeito à utilidade de contar glóbulos brancos CD4+ – conhecidos popularmente como células T – o estudo “Concorde” (um de apenas dois estudos de longo prazo plenamente completos sobre o AZT) concluiu em 1994 que “o uso não crítico de contagens de células CD4 [...] para avaliação de benefício de terapia antirretroviral de longo prazo” era questionável⁴³. Pelo menos um estudo recente justificou este alerta. A Organização Mundial da Saúde (OMS) descobriu que 3 a 5% de africanos HIV *negativos* tinham contagens de CD4 abaixo de 350. Isto é trágico. Como os padrões de vigilância sorológica da OMS para AIDS em países africanos e em outros países de Terceiro Mundo supõem uma infecção com HIV grave o suficiente para exigir tratamento médico com uma contagem de CD4 menor do que 350 e a presença da AIDS (imunodeficiência “grave” “associada com o HIV”) com uma contagem de menos de 200, muitas pessoas foram classificadas falsamente como tendo AIDS – com todas as consequências de mudança de vida e estigmatizadoras deste rótulo, inclusive tomando medicamentos perigosos para o HIV.

O fim da razão em si: testes de “carga viral” como pontos finais

O outro teste, “carga viral”, passou a ser usado com os estudos de inibidores de protease. Um dos medicamentos inibidores de protease originais foi uma decepção e teve de ser substituído por uma versão com uma dosagem maior. A nova dosagem conseguiu medidas menores (melhores) sobre testes de carga viral. Logicamente, isto teria significado que a carga viral não fazia sentido porque, conforme acabamos de mencionar, a dosagem original não conseguiu efetivamente impedir a doença. Em vez disso, o novo medicamento passou a ser vendido apenas com seu desempenho melhorado em termos de carga viral. Inibidores de

43 M. Seligmann *et al.* (1994) *ibid.*

protease posteriores foram testados em relação à carga viral⁴⁴. Então vamos levar em consideração o que é a carga viral. A carga viral nem detecta entidades “virais” vivas e inteiras nem conta a “carga”. Apesar do seu nome enganoso, ela não mede o HIV vivo e inteiro (a própria definição de “infeccioso”), mas detecta apenas 3% da sequência genética encontrada no RNA do HIV. Um cientista comparou isto a contar para-choques num ferro-velho, adivinhando que todos eles estão ligados a carros e supondo que todos os carros podem ser dirigidos para fora do pátio. A maioria dos para-choques, se estiver ligada em absoluto, está ligada a carros mortos. “Muitas vezes, com cargas virais enormes na ordem dos milhões, eles não conseguem nenhum vírus infeccioso [vivo]. Mas observe todos os cadáveres”, disse Dr. David Rasnick da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Na Conferência Gordon de 1997, Rasnick perguntou ao Dr. John Mellors da Universidade de Pittsburgh sobre todos aqueles “cadáveres” e relatou sua resposta: “as partículas não infecciosas são patogênicas”.⁴⁵ Esta era uma afirmação chocante: há muito tempo a virologia sustentava que apenas vírus vivos e infecciosos podem multiplicar e prejudicar um organismo.

Recentemente, a teoria da carga viral teve mais problema. Sete meses depois que um artigo num periódico médico de setembro de 2006 concluiu que a carga viral previa apenas de 4 a 6% da queda nas contagens de células imunes de HIV positivos conhecidas como CD4s ou “células T”⁴⁶, Mellors tentou defender sua conclusão de 1997 de que a carga viral efetivamente previa esta queda. Tinha a ver com uma distinção entre CD4s de *curto e*

44 Hoffmann-LaRoche, Inc. “Largest Study Ever to Evaluate Twice-Daily Dosing of HIV Protease Inhibitor Posts Positive Results”, comunicado à imprensa, 29 de junho de 1998; “Researchers Report Immune Recovery Trend at Six-Month Mark in First-Ever Head-to-Head Protease Inhibitor Study”, comunicado à imprensa, 30 de junho de 1998; “FDA Grants Marketing Clearance for FORTOVASETM, (saquinavir)”; “Benefits of New Formulation of Powerful Protease Inhibitor Now Demonstrated in New Clinical Data”, comunicado à imprensa, 7 de novembro de 1997.

45 David Rasnick (1997).

46 B. Rodriguez *et al.* (2006).

longo prazos e outros tipos de células imune, como CD38s, ele disse. (Mellors supostamente esqueceu-se de trazer seus resultados quanto ao avanço para a morte, mas afirmou que estes também sustentavam suas conclusões)⁴⁷. Os médicos de AIDS continuam a contar CD4s como se nada tivesse acontecido. Entretanto, lembre-se que as contagens de células T não fazem a previsão de doenças ou de morte, então o fato de a carga viral se correlacionar com eles é imaterial.

Além disso, se a AIDS é *definida como* uma contagem baixa de CD4 – se a contagem baixa de CD4 for chamada de uma “doença” – então uma redução de CD4s naturalmente levará à doença da contagem baixa de CD4, normalmente conhecida como “AIDS”. Quedas nas contagens de CD4 preveem [...] contagens baixas de CD4. Isto se chama de “implorar a questão” em estudos de lógica ou a falácia da circularidade. Mas a carga viral ainda não prevê contagens baixas de CD4. Para alguns pesquisadores, aqui está a palavra final no que diz respeito à carga viral, a partir do estudo de 1995-2003 sobre HAART mencionado anteriormente: “a resposta virológica após o começo da HAART melhorou ao longo dos anos do calendário, mas essa melhoria não se traduziu numa queda da mortalidade”⁴⁸. Em outras palavras, no laboratório, onde os cientistas vivem, a carga viral dos pacientes melhorou, mas no mundo real, onde nós vivemos, eles continuavam morrendo.

Compare estes pontos finais indistintos aos precisos de um “Dr. Gwala” de Durban, na África do Sul – um ex-caminhoneiro, que não é um médico – à medida que ele avalia seu produto “ubhejane”, tornou-se objeto de ridículo num artigo recente da revista *New Yorker*: “Eu não sei o que acontece. Mas o que eu sei é que as pessoas que estavam à beira da morte voltam ao trabalho. Faz elas se sentirem melhor, dá vida a elas”. O repórter se declara

47 Gus Cairnes (2007).

48 M. T. May *et al.* (2006).

horrorizado com isto, como se fosse algum vodu ignorante.⁴⁹ Mas, apesar da reivindicação do Dr. Gwala de administrar uma “Clínica de HIV e AIDS” seja suspeita e sua experiência não tem absolutamente nenhum controle, ele pelo menos mede os resultados com parâmetros clínicos reais – redução da doença e de mortes – até agora sem nenhum efeito colateral. Qual é o ponto de todo estes testes de medicamentos, se não vida e saúde melhor?

Correndo seus riscos: risco/benefício

Uma vida e uma saúde melhores são a questão final e mais importante. E quando observamos a vida e a saúde, nós estamos realmente medindo os riscos de tomarmos medicamentos de HIV contra seus benefícios. Uma série de artigos no *Los Angeles Times* sobre as trágicas aprovações “rápidas” de “Sete Medicamentos Letais” fez com que o repórter David Willman ganhasse o Pulitzer Prize de 2001 (a maior honraria nos Estados Unidos) para reportagem investigativa. Apesar de a série ter dado o devido peso ao ativismo de AIDS que tinha obrigado a FDA a adotar esta prática, ela não analisou os próprios medicamentos de HIV. Em vez disso, Willman traçou a história de medicamentos que receberam o *status* de apesar de serem voltados para tratarem condições que não ameaçassem a vida⁵⁰.

A pesquisa de medicamentos de AIDS apresenta um conjunto diferente de pressupostos. Uma vez que supomos que o HIV seja *infinitamente mortal* (apesar de ninguém jamais ter efetivamente quantificado as probabilidades de morte), nós consideramos qualquer medicamento voltado para tratá-lo, independentemente do tamanho dos seus riscos, como “salvador de vida”. Além disso, como um dos “efeitos colaterais” do AZT é um avanço mais rápido para doenças que definem a AIDS, nós poderíamos

49 Michael Specter (2007).

50 David Willman (2000).

atribuir de maneira errônea quaisquer doenças ou mortes ao HIV. É útil mantermos este pressuposto de risco/benefício em nossas mentes ao observarmos os estudos clínicos. O simples título de “Antiretroviral Postexposure Prophylaxis After Sexual, Injection-Drug Use, or Other Nonoccupational Exposure to HIV in the United States”⁵¹ deveria nos dar uma pausa para refletirmos. “Postexposure Prophylaxis” é *prevenção de “infecção”* após uma suposta exposição ao HIV. As pessoas pesquisadas eram HIV negativas e o estudo não diz que elas estavam doentes ou até mesmo que a “profilaxia” tenha impedido a doença em si. (Supostamente ela impediu apenas “infecção”, conforme medido de maneira dúbia pelo teste de anticorpos de HIV). Aplicar “regimes que contenham a nevirapina” a pessoas assintomáticas, normalmente saudáveis que tiveram a pequena infelicidade de serem simplesmente “expostas” ao HIV resultou em 22 “eventos adversos graves”, inclusive 14 casos de “reações cutâneas graves” (que podemos supor que seja a Síndrome de Stevens-Johnson, realmente uma reação grave) e 12 de danos sérios ao fígado. (Observe que teria havido alguma sobreposição entre 12 e 14 num grupo de 22. Portanto, quatro pessoas experimentaram *os dois* eventos.) Uma destas pessoas azaradas teve que fazer um transplante de fígado.⁵² Nós teríamos que supor que o fato de ser HIV positivo traz consigo enormes riscos para sustentar esta dose experimental de nevirapina. Não é necessário dizer que a nevirapina não seja recomendada para o uso “profilático” nos Estados Unidos. No entanto, outros regimes são recomendados. Para correr o risco de ter efeitos colaterais e “eventos adversos graves”, quais perigos *infinitos* uma “infecção” acidental por HIV deve prever? *Isto não foi quantificado.*

Lembre-se que a nevirapina é receitada para interromper a transmissão do HIV da mãe para a criança. Já se sabe há uma

51 D. K. Smith *et al.* (2005).

52 Stuart Johnson *et al.* (2000).

geração que o risco de transmitir o HIV a um recém-nascido é bastante pequeno. Christine Maggiore do *Alive and Well in Los Angeles* afirma:

O teste de pelo menos 75% de bebês nascidos de mães que sejam HIV positivas dará HIV negativo sem intervenção médica. Estudos mostraram que para gestantes HIV positivas alimentadas de maneira adequada recebendo tratamento pré-natal regular, o teste de mais de 90% dos seus filhos dá negativo sem nenhuma terapia com medicamento. Os especialistas médicos da principal corrente reconhecem que as crianças precisam de até 18 meses para desenvolverem sua própria resposta imunológica e descartarem os anticorpos que suas mães passaram a elas e observam que os testes de HIV antes dos 18 meses de idade não apresentam resultados conclusivos⁵³.

Entretanto, para evitarem este pequeno risco, mães de países em desenvolvimento são estimuladas a tomarem a nevirapina e outros medicamentos com efeitos colaterais perigosos.

Muitos cientistas e leigos já questionaram a suposta mortalidade do próprio HIV ao longo dos últimos mais de 20 anos. A equação de risco/benefício que tolera o risco de qualquer medicamento de HIV, como sempre menor do que o perigo infinito do HIV, é o fim do caminho e a suposição que implora para ser analisada. Rasnick me disse, “o HIV é o vírus mais inofensivo que existe”. Ele simplesmente não se reproduz no corpo como ele se reproduz no laboratório. A pesquisa ainda não conseguiu provar o contrário e ninguém parece saber de onde vêm as infames cifras de 10 anos de vida ou por que, mesmo assim, é considerado um

53 Christine Maggiore (2000).

milagre da ciência sobreviver a períodos tão pequenos numa experiência clínica.

Rasnick também disse que os medicamentos inibidores de protease “absolutamente bloqueiam o HIV” ao tornar a reprodução impossível. Se isso for verdade e se inibidores de protease não curarem a AIDS, então o *HIV não pode causá-la*. Todo o debate sobre o HIV se tornar resistente ao medicamento através de uma “mutação” é falso porque, conforme Rasnick confirmou, uma mutação também interromperia a reprodução, tornando o vírus inofensivo⁵⁴.

Até mesmo a existência deste vírus pode ser debatida. Os testes de HIV, afinal, testam apenas para a existência de anticorpos a um suposto vírus, não ao próprio vírus. E, conforme vimos, o teste de carga viral, é ainda mais suspeito. Um grupo de cientistas no Royal Perth Hospital na Austrália investigou isto há muito tempo e ninguém jamais respondeu suas preocupações de maneira satisfatória. Eles descobriram que os métodos de isolar o HIV não tinham nenhum controle para contaminantes⁵⁵.

Não é tarde demais para perguntar: o que é AIDS?

O que é de fato a AIDS, tanto na África quanto em outros lugares? Ninguém jamais descreveu a AIDS africana para mim de uma forma que exclua os possíveis efeitos da malária, da subnutrição, de condições parasitas e de água potável de qualidade ruim⁵⁶. Onde está a prova de que apenas pessoas infectadas pelo HIV morrem da miríade de doenças que infestam

54 Ely (2000).

55 Eleni Papadopulos-Eleopulos (1988).

56 N.E.: “Hypergammaglobulinemia” classifica uma descrição alternativa dos resultados dos testes de HIV positivos, um sintoma de uma pessoa com sistema imunológico comprometido e mais reativo que falha ao responder à acomodação de doenças contagiosas série ou crônicas decorrentes de vários patógenos e parasitas que infectam simultaneamente o sangue e o trato intestinal desde o nascimento. Ver Rodney Richards (2001a, b), Z. Bentwich *et al.* (1995), C. L. Gesheker (2003, 2004), E. Papadopulos-Eleopulos *et al.* (1995).

a África Subsaariana? Provavelmente possamos atribuir a eficácia noticiada de substâncias caseiras, como o *ubhejane* da África do Sul para o fato de não haver nada mais do que alimentos altamente nutritivos, que curam a simples subnutrição.

A tragédia duradoura de tudo isto é um sistema de experiências clínicas nos Estados Unidos com integridade comprometida. “Antes da AIDS, subornando pessoas, [empresas farmacêuticas] não teriam conseguido fazer isto”, David Rasnick me disse. Tornar efetivo essa mudança envolvia uma mudança sísmica de atitudes, reduzindo a ciência a uma superstição. Agora os americanos exportam isto para o resto do mundo. Será que não é hora dos africanos verem os Estados Unidos pelo que eles são? Ironicamente, trata-se da mesma imagem reflexiva que os Estados Unidos têm da África – uma terra dominada por pessoas histéricas e supersticiosas – mas com uma abundância de pretensão política para negligenciar os melhores julgamentos dos africanos.

* * *

Elizabeth Ely é uma escritora independente, jornalista da área médica e oradora pública na cidade de Nova York. Obteve o grau de MA da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Nova York e está trabalhando num livro sobre a natureza religiosa do discurso sobre HIV/AIDS. Tem publicado na vanguarda da imprensa e em revistas sobre saúde pública, política corporativa e suas implicações políticas há 15 anos.

CAPÍTULO 38

“NECESSIDADE INSATISFEITA” DE QUEM? “DESACORDO” SOBRE A CONCEPÇÃO ENTRE CASAIS GANENSES: UMA CRÍTICA À METODOLOGIA DE PESQUISA “KAP” PADRÃO¹

Akosua Adomako Ampofo

Introdução

Desde a década de 1960, quando ficou claro que o “Terceiro Mundo”², especialmente a África Subsaariana, estava passando por uma transição populacional diferente do mundo ocidental “excessivamente desenvolvido”³, o interesse sustentado gerou

1 Versão editada da publicação original “By God’s Grace I had a boy” Whose ‘Unmet Need’ e “Dis/Agreement” about Childbearing among Ghanaian Couples,” em *Re-thinking Sexualities in Contexts of Gender*, Signe Arnfred (ed.). Uppsala: Nordic Africa Institute.

2 Eu uso o termo “Terceiro Mundo” enfaticamente para me referir àqueles países e sociedades que experimentaram abertamente a colonização, ou secretamente continuam a vivenciar formas diferentes de exploração. Eu não uso o termo para denotar hierarquia (o sentido em que ele foi usado na literatura do desenvolvimento da década de 1970) em relação a um “Primeiro” Mundo, mas em vez disso para refletir o domínio político, econômico e cultural que dividiu o mundo e que está implícito em muitos dos conceitos e o discurso sobre população e demografia.

3 Créditos à Marilyn Waring (1999) que usa o termo para refletir sobre consumo e desperdício exagerados enfrentados pelas nações industrializadas. Os resultados discrepantes que conseqüentemente existem entre essas nações e as do Terceiro Mundo não podem ser negligenciados nas análises de discurso populacional.

uma quantidade incrivelmente grande de literatura sobre o *crescimento populacional* e depois sobre tendências *africanas* de fecundidade (Easterlin, 1975). No entanto, os discursos dominantes geralmente não conseguiram estimular os trabalhos produzidos por estudiosos no continente, especialmente trabalhos realizados por estudiosas feministas. Este estado de coisas é apenas um reflexo de hegemonia cultural que impôs o projeto da população. Boa parte do discurso precoce se baseia no crescimento populacional “excessivo”, que foi tratado como uma das principais causas da pobreza⁴. Esperava-se e ainda se espera que a redução da fertilidade promovesse e promova a prosperidade. Em outras palavras, o discurso em torno da fertilidade permanece basicamente neo-malthusiano⁵. Pesquisas do tipo “Conhecimento, Atitude e Práticas” (KAP), principalmente as Pesquisas Sobre Fertilidade Mundiais (WFS) e depois as Pesquisas Demográficas e de Saúde (DHS) foram realizadas para avaliar Atitudes no que diz respeito ao tamanho da família e ao comportamento em relação à fertilidade⁶ e os resultados foram usados para documentar vários fenômenos demográficos, inclusive a existência de uma

4 N.E.: Nos últimos 20 anos, pesquisas do tipo KAP e análises relacionadas têm sido centrais para programas de pesquisa e saúde pública que pressupõem que a modificação do comportamento sexual seja a chave para derivar a disseminação de todas as grandes epidemias fatais, disfunção imune adquirida e mortalidade prematura na África. Veja o Capítulo 56, de Eileen Stillwaggon.

5 Até mesmo na África a tendência continua. Os objetivos declarados da diretriz populacional de Gana de 1994, por exemplo, apesar de incluírem a busca de programas e medidas voltadas para promover desenvolvimento, aprimorar o *status* de mulheres e melhorar não apenas a saúde reprodutiva e materna, mas também a saúde geral e a nutrição, ainda mantêm um foco na redução da fecundidade (Projeto de Impacto na População de 1995).

6 A necessidade de dados comparativos sobre fecundidade numa escala global levou à criação de pesquisas demográficas que medem o Conhecimento, as Atitudes e as Práticas (KAP) dos indivíduos no que diz respeito a uma variedade de questões reprodutivas. A primeira delas, a Pesquisa Mundial Sobre Fecundidade (WFS 1972 – 1984) realizada em mais de 60 países, se concentrou principalmente na fecundidade e na saúde da mãe e da criança. Pesquisas de Prevalência de Contraceptivos (CPS 1977 – 1985) foram projetadas para fornecer rapidamente indicadores básicos sobre planejamento familiar e fecundidade. Desde 1984, quando o Programa de Pesquisas Demográficas e de Saúde (DHS) foi estabelecido no Instituto Para o Desenvolvimento de Recursos, Inc. (IRD), mais de 100 pesquisas combinando as qualidades da WFS e da CPS já foram realizadas no Terceiro Mundo. As DHS incluem perguntas importantes sobre a saúde da mãe e da criança, nutrição e HIV/AIDS. Acessada no dia 18 de junho de 2002. Disponível em: <www.measuredhs.com/data/indicators/table_builder>.

“necessidade insatisfeita” por serviços de planejamento familiar em países do Terceiro Mundo e, portanto, um mercado preparado para contraceptivos. A base desta conceitualização foi o fato de mulheres entrevistadas nas DHS terem indicado, em resposta a perguntas padrão sobre preferências em termos de fertilidade, que elas tinham tido nascimentos “indesejados”, “não planejados” ou “no momento errado”. A formulação padrão de “necessidade insatisfeita” inclui todas as mulheres férteis (não grávidas ou amenorreicas)⁷ que atualmente estejam casadas ou vivendo em união, que ou queiram adiar o próximo nascimento delas por pelo menos dois anos (tenham uma necessidade insatisfeita por espaçar os nascimentos), ou queiram parar totalmente a maternidade (tenham uma necessidade insatisfeita por limitar os nascimentos), mas que não estejam usando nenhum método contraceptivo. Por exemplo, a DHS de 1998 para Gana coloca a “necessidade insatisfeita” total para todas as mulheres na faixa etária entre os 15 e os 49 anos de idade no país como 16,5% e a coloca como 23% para mulheres casadas na mesma faixa etária (Serviço Estatístico de Gana e o Instituto para o Desenvolvimento de Recursos, 1999).

Neste artigo, observo de maneira crítica este conceito de “necessidade insatisfeita” geralmente utilizado em esforços de discurso e desenvolvimento da população no Terceiro Mundo. No processo eu também abordo as suposições básicas sobre o “acordo” entre casais no que diz respeito a questões reprodutivas implícitas no conceito. Para mim é importante observar de maneira mais próxima o conceito de “necessidade insatisfeita” porque meus próprios interesses de pesquisa incluem as áreas de população e de tomada de decisões em termos de sexo e reprodutivos. De maneira mais importante, o conceito de “necessidade insatisfeita” e preocupações com a fertilidade das mulheres africanas permanecem

7 Este termo refere-se à cessação fisiológica da menstruação, como durante a gravidez ou a amamentação, assim como a ausência patológica da menstruação.

no cerne da população e do discurso e de programas sobre saúde reprodutiva em Gana e dentro da disciplina de demografia, de maneira mais geral. Dentro de modelos teóricos que continuam a ver o crescimento populacional “acelerado” *per se* como um problema, o conceito de “necessidade insatisfeita” continua a ser muito atraente porque apresenta uma abordagem prática para a solução do “problema populacional” ao fornecer contraceptivos a mulheres e seus parceiros (Bongaarts e Bruce, 1995). O conceito supõe que a razão pela qual as mulheres têm uma “necessidade insatisfeita” é que elas não sabem sobre maneiras de satisfazer esta necessidade e/ou que elas não têm acesso aos serviços necessários para colocar em prática suas preferências em relação à fertilidade; ou, se elas efetivamente tiverem acesso a serviços, que estes são ineficientes (Bongaarts, 1991)⁸. Apesar de podermos esperar que um acesso melhor a programas e serviços e sua eficiência melhorem o uso de contraceptivos, os aspectos culturais e ideológicos importantes do comportamento de fertilidade na África foram desprezados. A citação mencionada no título deste artigo vem de uma mulher a cuja estória eu voltarei mais adiante. Ela não estava, como pode parecer, ansiosa para ter um filho. Ao contrário, ela não queria ter mais nenhum filho. No entanto, seu marido insistiu para que ela continuasse a conceber até que ela tivesse um filho. E ainda assim sua “necessidade insatisfeita” não está exposta na pesquisa que eu realizei antes da entrevista subsequente. Ampliar a compreensão da relevância do contexto social para processos demográficos trará para a disciplina de desigualdade entre os sexos, que deveria melhorar nossa compreensão do comportamento sobre fertilidade em geral.

8 Tardiamente, o estabelecimento da população também admitiu que mulheres podem não estar usando contraceptivos devido à oposição dos seus parceiros, daí a nova solicitação para “concentrar nos homens” (Population Reference Bureau, 1996). No entanto, até mesmo aqui a ênfase geralmente tem sido no desacordo em relação ao uso de contraceptivos em vez de no desacordo em relação a preferências de fecundidade.

Argumentarei que na sua abordagem teórica e metodológica o conceito de “necessidade insatisfeita” é, na melhor das hipóteses, excessivamente simplista e, na pior das hipóteses, despreza o papel dominante dos homens na reprodução humana. Assim, o conceito não consegue levar em conta o contexto social baseado no sexo da tomada de decisões e o comportamento reprodutivos. Também questiono a confiança (excessiva) em questões tradicionais de pesquisa no estilo KAP na mensuração da “necessidade insatisfeita” ao apontar para algumas das limitações metodológicas inerentes desta abordagem. Especificamente, eu mostrarei como o método de pesquisa *exagera* o nível de “acordo” entre casais sobre o comportamento passado de fertilidade e também deixa de levar em conta o resultado de uma *concepção passada potencial que não ocorreu* (ou seja, no caso de abortos induzidos)⁹. Esta abordagem padrão para medir a “necessidade insatisfeita” pode levar em conta o fracasso, ao longo de três décadas, de programas de planejamento familiar para reduzir significativamente o nível alto de “necessidade insatisfeita” na África (veja Dodo, 1993; Dodo e van Landewijk, 1996). Eu baseio meus argumentos na literatura disponível, na DHS, assim como em dados do meu trabalho de campo entre casais ganenses no que diz respeito ao último filho nascido.

Histórico para conceitualizar e medir a “necessidade insatisfeita”

Tradicionalmente, a “necessidade insatisfeita” foi definida de acordo com as respostas das *mulheres* a perguntas específicas de pesquisa¹⁰. Se uma mulher relatar numa pesquisa que ela não quer ter mais nenhum filho, ou que quer adiar o nascimento do seu próximo filho e não estiver amamentando nem estiver grávida, mas

⁹ Daqui por diante chamado simplesmente de aborto.

¹⁰ Algumas das DHS realizadas desde metade da década de 1980 também inclui perguntas semelhantes para (sub) amostras menores de homens que responderam.

não estiver usando nenhuma forma de contracepção, ela é definida como tendo uma “necessidade insatisfeita”. Até mesmo o mais geral entre os modelos precoces que explicam o comportamento de fertilidade se concentrou na perspectiva feminina (Davis e Blake, 1956; Easterlin, 1975). Todo o movimento de planejamento familiar e programas consequentes também se baseava num modelo e numa estrutura femininos – ou seja, mulheres (e inicialmente apenas mulheres casadas, conforme definidas por conceitos ocidentais de casamento) informavam o foco de esforços de pesquisa, informações e serviço (Hodgson e Watkins, 1997; Simmons *et al.*, 1992). Ainda assim, as perspectivas das próprias mulheres não foram levadas em consideração nestas formulações de política. As mulheres eram o grupo-alvo, não eram estabelecedoras de pauta. Este modelo se baseou, em parte, na suposição de que aquelas que efetivamente fazem a concepção conhecem melhor seu comportamento de fertilidade passado (e futuro) do que seus parceiros homens (Blood e Wolfe, 1960)¹¹. Além disso, como é a mulher que concebe, suas atitudes sobre eventos proscritivos relacionados com a fertilidade eram considerados previsores mais lógicos do comportamento futuro (Mott e Mott, 1985). O modelo supõe implicitamente que as mulheres costumam tomar decisões sobre a concepção sozinhas – sem levarem em consideração o contexto cultural da maternidade na África Subsaariana, onde os filhos pertencem a linhagens e não a casais individuais, muito menos a mulheres individuais. Na verdade, o conceito de uma “necessidade insatisfeita” (para a contracepção) ainda costuma se referir à discrepância entre as metas de fertilidade que as *mulheres* expressam e sua prática contraceptiva. A concepção continuada, diante de desejos relatados de parar, levou os demógrafos a descreverem as mulheres africanas como inconsistentes, irracionais, ou simplesmente ignorantes

11 Também havia razões políticas e epistemológicas importantes para esta tendência histórica, em que este artigo não consegue tocar, mas que são abordadas em outro lugar (veja Adomako Ampofo, 2002).

(veja a crítica de Casterline *et al.*, 1996). E, ainda assim, quando as preferências dos homens são incluídas em análises, muitos filhos deixam de ser “indesejados” ou “em tempo errado” (Bankole e Ezeh, 1997; Dodo, 1993).

O conceito de “necessidade insatisfeita” foi explorado pela primeira vez na década de 1960 quando dados de pesquisas do tipo KAP sobre o uso de contraceptivos mostrou uma lacuna entre as intenções das mulheres e o comportamento. O termo usado para descrever esta discrepância aparente foi “KAP-gap” (Bogue, 1974). Em 1974, Freedman e Coombs usaram dados de pesquisa de vários países pela primeira vez para identificarem o tamanho do grupo de *mulheres* que experimentavam essa lacuna e descobriram que ela era considerável. Freedman e Coombs (1974) cunharam o termo comportamento “discrepante” para descreverem mulheres neste grupo. Uma das primeiras obras publicadas para se referir a “necessidade insatisfeita” foi escrita por Stokes (1977), que, citando provas de estudos do tipo KAP em países do Terceiro Mundo e de pesquisas de fertilidade nos Estados Unidos, observa, “de maneiras desiguais, a quantidade de gestações em momentos inadequados e a dependência disseminada do aborto entre todas as classes sociais e todos os grupos sinalizam uma necessidade insatisfeita de contracepção” (Stokes 1977, p. 4). Entre 1972 e 1984, Pesquisas Mundiais de Fertilidade (WFS) realizadas em vários países foram as primeiras a relatar de maneira ampla sobre a necessidade insatisfeita. Caldwell e Ruzicka (1978) observam que a necessidade insatisfeita era tão importante que a partir do momento que esses dados ficaram disponíveis para os demógrafos, esta se tornou a primeira variável a ser analisada em qualquer estudo relacionado com a fertilidade. De acordo com estimativas comparativas de cinco países asiáticos nas WFS, Westoff publicou artigos sobre a necessidade insatisfeita de limitar nascimentos

(Tsui, 1985; Westoff, 1978)¹². Subsequentemente, Westoff e Pebley (1981) recomendaram que o conceito de necessidade insatisfeita fosse ampliado para incluir o desejo de espaçar os nascimentos. Pesquisas de Prevalência de Contraceptivos (CPS) realizadas de meados da década de 1970 até 1984 acrescentou perguntas sobre os interesses das mulheres em adiarem seu próximo nascimento, tornando possível, assim, incluir medidas da necessidade insatisfeita de espaçar os nascimentos¹³. Outros demógrafos, por exemplo Boulier (1985), argumentaram que se a “necessidade insatisfeita” medisse a proporção de mulheres que deveriam estar usando contraceptivos modernos, mas que não estavam fazendo isso, então o conceito deveria ser ampliado para incluir usuários de métodos tradicionais como tendo uma necessidade insatisfeita. Seu argumento foi que métodos tradicionais não poderiam ser considerados tão confiáveis. Portanto, mulheres nesta categoria tinham uma necessidade insatisfeita de contracepção mais confiável, ou de “contracepção adequada” (conforme formulado por Foreit *et al.*, 1992). Finalmente, a DHS que tem sido realizada em 44 países desde 1985 permitiu refinamentos adicionais¹⁴ sobre se sua gravidez atual é “desejada no momento (planejada ou intencional), não desejada no momento (no momento errado), ou absolutamente não desejada (indesejada)” e se elas estavam usando algum método contraceptivo quando ficaram grávidas. Isto também permite medir a necessidade insatisfeita entre mulheres grávidas. Claramente, a medição da necessidade insatisfeita já passou por muito refinamento desde que seu conceito foi lançado. No entanto, ainda existem limitações. Na próxima seção eu me voltarei para uma suposição que está implícita na conceitualização

12 A WFS não perguntava às mulheres sobre o desejo delas de espaçar os nascimentos.

13 Descobriu-se que isto era útil na distinção entre mulheres que precisavam de métodos temporários (para o espaçamento) daquelas que precisavam de métodos permanentes ou de longo prazo (para não conceber mais).

14 Vinte na África, cinco no Norte e Médio Oriente da África, oito na Ásia e 11 na América Latina.

de necessidade insatisfeita – a suposição de que o comportamento reprodutivo de uma mulher seja um reflexo das intenções ou das preferências de um casal.

“Necessidade insatisfeita” de quem?

Conforme indicado, as DHS indicam que mulheres na África Subsaariana querem ter menos filhos do que estão tendo ou que elas teriam preferido espaçar mais seus filhos. Apesar destes desejos, após duas décadas da promoção de programas de planejamento familiar no continente, o uso de contraceptivos em geral permanece baixo e, portanto, a “necessidade insatisfeita” das mulheres permanece significativa (Bongaarts, 1991)¹⁵. Ainda assim, a conceitualização de “necessidade insatisfeita” não permite o fato de uma criança (concebida por uma mulher e nascida dela) poder ser desejada pelo seu parceiro mesmo que *ela* não queira. Será que esta criança ainda é indesejada e, portanto, será que esta mulher ainda tem uma necessidade insatisfeita? Esta questão é extremamente relevante, levando-se em consideração a dominância reconhecida dos homens na tomada de decisões sobre reprodução. É claro que a situação contrária também é verdadeira, ou seja, que um filho poderia ser desejado por uma mulher, mas não pelo seu parceiro – será que este filho é indesejado e será que, neste caso, o parceiro da mulher tem uma “necessidade insatisfeita”? Será que os relatos de uma mulher sobre uma “necessidade insatisfeita” refletem de maneira confiável suas próprias preferências e prioridades? Por quase três décadas a necessidade insatisfeita tem sido conceitualizada e medida levando as mulheres em consideração como se elas tivessem filhos sozinhas e como se a necessidade insatisfeita

15 Em alguns países, as taxas de uso de contraceptivos na década de 1990 permaneceu abaixo de 5% (DHS/Macro International, 1995).

delas representasse a necessidade de contracepção do casal¹⁶. E, ainda assim, é totalmente concebível – aliás geralmente ocorre – que os cônjuges não tenham uma necessidade insatisfeita conjunta por terem preferências divergentes (Dodoo, Luo e Panayatova, 1997)¹⁷.

Parece óbvio que a tomada de decisões de indivíduos e de casais sobre ter um filho ou não e quando ter possa ser influenciada, pelo menos em parte, pelas relações de poder dos sexos que prevalecem. Ainda assim, diferenças de sexo não são o que os demógrafos tradicionalmente têm tentado explicar. Num esforço combinado para corrigir esta desatenção fundamental, a literatura sociológica e antropológica sobre o casamento e a família está cheia de estudos de diferenças de poder entre cônjuges na área da tomada de decisões. Ainda assim, o insumo de discurso feminista em estudos sobre população e fertilidade tem sido mínimo (Watkins, 1993). De 1964 a 1992, Susan Watkins (1993) realizou um estudo de artigos sobre questões relacionadas com a população no periódico oficial da Associação de População dos Estados Unidos, *Demography*. Ela descobriu que apesar de as formas de comportamento das mulheres em relação à fertilidade formarem o foco da pesquisa, poucos artigos prestavam atenção nas preocupações culturais ou das mulheres, nem ao bem-estar relativo de mulheres e homens. Quando o foco na posição e no bem-estar das mulheres finalmente entrou no discurso, isso não ocorreu sem contestação. Harriet Presser (1997) comenta sobre o artigo de Charles Westoff na *New*

16 Uma exceção importante fica por conta das *Pesquisas de Prevalência de Contraceptivos* realizadas na região do Caribe em que homens respondentes também foram considerados como potencialmente tendo uma necessidade insatisfeita. Os homens eram incluídos nesta categoria se eles fossem sexualmente ativos, se suas parceiras fossem férteis e não estivessem grávidas, se eles não quisessem que suas parceiras ficassem grávidas, mas nenhum dos dois estivesse usando contraceptivos (veja McFarlane *et al.*, 1994).

17 Adultos ou adolescentes não casados sexualmente ativos formam outro grupo que geralmente tem sido desprezado na conceitualização e na mensuração da necessidade insatisfeita. Se estes grupos forem sexualmente ativos, é óbvio que eles estarão correndo um risco maior de terem gestações indesejadas ou no momento errado. O próprio Westoff (1994) observa que esta é uma omissão grave.

York Times Magazine (1995) em que ele argumenta que o projeto feminista é uma questão desagregadora no campo da população. Ele observou corretamente que o projeto feminista inclui “os direitos das mulheres, tornar as mulheres os sujeitos em vez dos objetos de políticas populacionais [...] as inadequações de serviços de saúde reprodutivos e de mulheres em geral [...] a autonomia de mulheres nas arenas econômica, social e política” (Westoff, 1995, p. 178-179). Ainda assim, apesar de reconhecer estas preocupações como legítimas, ele argumenta que, “elas (as feministas) ignoram ou minimizam o crescimento populacional e suas supostas consequências” (Westoff, 1995, p. 179). De acordo com Westoff, “problemas reais” de acordo com as feministas são “a desigualdade entre os sexos e a pobreza”, enquanto de acordo com ele próprio os “problemas reais são o crescimento populacional em países menos desenvolvidos, que ameaça a condição de vida básica” (Westoff, 1995, p. 181). Ao localizar essa distinção, Presser argumenta que Westoff configura uma “oposição espúria entre questões de sexo e de população” (Presser, 1997, p. 315).

A expressão de poder dentro do casal torna-se evidente pela capacidade de influenciar a tomada de decisões e o comportamento de acordo com os próprios interesses da pessoa (para avançar a posição objetiva da pessoa), mesmo quando isto puder ocorrer em detrimento do outro cônjuge. A lacuna no discurso sobre comportamento de fertilidade existe parcialmente porque as grandes fontes de dados sobre fertilidade usadas para análises do comportamento reprodutivo não esclarecem informações sobre relações de sexo ou sobre o poder de tomada de decisões, em si um resultado de como o comportamento sobre fertilidade tem sido geralmente conceitualizado na demografia. Quando desacordos entre cônjuges foram argumentados em relação à “necessidade insatisfeita” de mulheres, a suposição implícita foi basicamente de que os homens são a favor do nascimento

e que eles desejam mais filhos do que as mulheres (Kannae e Pendleton, 1994; Khalifa, 1988; Mustafa e Mumford, 1984) então os homens impedem que as mulheres usem contraceptivos modernos. De maneira alternativa, diz-se que os homens são contra a contracepção moderna (supostamente por medo que suas mulheres sejam infieis). Não se encontra na literatura análises do que acontece quando a situação é invertida – ou seja, quando um homem quer que sua esposa pratique o planejamento familiar (ele tem uma “necessidade insatisfeita”), mas ela quer ter mais filhos. Ainda assim, estatísticas sobre aborto foram apresentadas como indicando a “necessidade insatisfeita” final de planejamento familiar (Coeytaux, 1992). O que nós também não sabemos é até que ponto os homens convencem, coagem, ou até mesmo obrigam suas parceiras a fazerem um aborto porque *os homens* têm uma “necessidade insatisfeita”. Voltarei a isto na minha análise e na minha discussão.

Concepção de filhos em Gana

Não é possível fornecer um resumo de regras “tradicionais” relacionadas à concepção aqui. No entanto, como questões de fertilidade são centrais para uma compreensão de relações conjugais e do comportamento reprodutivo em Gana eu indicarei algumas questões de significância geral¹⁸. “Tradicionalmente” as mulheres geralmente têm olhado para o casamento procurando filhos, apoio econômico e satisfação sexual dentro de uma união respeitada. Por outro lado, elas traziam para um casamento “serviços” sexuais e domésticos e o nascimento de filhos. Os direitos adquiridos por um marido diferem entre sociedades patrilineares e matrilineares. Entre grupos patrilineares, como os Ewe, por exemplo, diz-se que os serviços sexuais e procriativos de uma esposa são dados

18 Existem muitos relatos úteis e profundos (veja as obras de Fortes, Hagan, Nukunya, Oppong, Sarpong para citar apenas algumas).

ao seu marido em troca de manutenção (Nukunya, 1966, 1991). Entre os Akan matrilineares, no entanto, apesar de uma mulher fornecer serviços sexuais e domésticos para seu marido, Oppong argumenta que os direitos sobre a sua própria sexualidade, “seu corpo, enquanto vivo e reprodutivo ou morto, pertence à sua linhagem” (Oppong, 1980, p. 201). Em geral, filhos trazem prestígio para a linhagem, independentemente de ela ser matrilinear ou patrilinear e no passado eles eram considerados ativos econômicos importantes, assegurando a continuidade da linhagem. Entre os Akan matrilineares, diz-se que conceber e criar filhos sejam as contribuições mais importantes de uma mulher para sua linhagem uma vez que estas atividades fornecem a garantia da sua continuidade. A família de uma mulher efetivamente agradece ao seu marido por lhes darem filhos. Em todos os grupos de relacionamentos familiares, concede-se honra pública especial a uma mulher no momento da “apresentação” do seu bebê¹⁹. A concepção prolífica é apreciada; mães de gêmeos, trigêmeos e de um décimo filho são especialmente estimadas (Sarpong, 1977). A fertilidade é tão importante que a maioria dos grupos étnicos tem cerimônias especiais para comemorar a passagem de uma menina para “uma mulher”. Antigamente, boa parte do tempo gasto na iniciação de garotas era usada com instruções sobre os segredos da sexualidade, como ser uma boa esposa e os aspectos rudimentares da maternidade²⁰. A abstinência pós-parto era tradicionalmente praticada para atingir o espaçamento entre nascimentos e mulheres tipicamente iam morar com suas famílias natais por períodos de até dois anos até que o bebê parasse de ser amamentado. A função da prática era assegurar a sobrevivência e a saúde do bebê. Mulheres que

19 Novos bebês costumam ser “expostos”, ou seja, apresentados às famílias em comemorações rituais, cerca de uma semana depois de nascerem.

20 A realização de rituais de iniciação, no entanto, tem diminuído de maneira marcante ao longo das últimas décadas.

retomavam as relações sexuais com seus maridos “cedo demais” após o nascimento de um bebê eram importunadas como se sentindo inseguras nos seus casamentos – ou seja, elas tinham medo de que seus maridos se casassem com outra mulher durante seu período de abstinência. Mulheres mais velhas eram principalmente responsáveis por assegurar que este método tradicional de “planejamento familiar” fosse praticado. Elas ofereciam conselhos sobre ervas e práticas sexuais que pudessem assegurar o espaçamento entre os nascimentos. Tradicionalmente, os maridos tinham apenas um papel limitado, se tivessem qualquer papel, na tomada de decisões reprodutivas.

Fortes (1948) observa que existe uma ideia profundamente impregnada de que homens e mulheres “normais” deveriam continuar a conceber filhos ao longo de todos os seus anos reprodutivos. Então, quando casais se casam novamente após um divórcio ou a morte de um dos cônjuges, é provável que casamentos subsequentes produzam filhos (Anarfi e Fayorsey, 1995). Indivíduos sem filhos, por outro lado, são desprezados e desdenhados. Entre os Akan, um homem impotente (e, portanto, sem filhos) recebe o nome de *kôte krawa* (pênis inadequado). Entre os Akan, uma mulher estéril é chamada de *boni*, um termo usado para descrever água salobra em que nenhum peixe consegue prosperar. Sarpong (1977) também indica que como a sobrevivência da linhagem matriarcal depende das suas mulheres, uma mulher sem filhos é considerada a maior das traições. A importância de filhos torna o fato de não ter filhos uma razão aparente para o divórcio, apesar de os maridos serem mais propensos a procurarem uma esposa adicional ou para ter filhos fora do casamento do que escolher se divorciar. A lei costumeira de Gana reconhece a poligamia, mas os casamentos realizados de acordo com a lei deverão ser monogâmicos. Ainda assim,

como quase todos os casamentos são precedidos de protocolos costumeiros, todos eles são potencialmente polígamos²¹. Isto tem implicações para a segurança de uma esposa, especialmente se ela “atrasar” a concepção. A prova anedotal sugere que vários casamentos tornam-se polígamos como resultado da “infertilidade” da esposa, ou, entre algumas linhagens patriarcais, da sua “incapacidade” de gerar filhos homens.

Um comentário sobre método

Antes de descrever os dados nos quais confiei, é importante comentar sobre questões, metodológicas associadas com a mensuração da “necessidade insatisfeita”. Já usei pesquisas para avaliar processos reprodutivos no meu próprio trabalho. No entanto, em função das minhas experiências com pesquisas, acho importante que se considere atentamente a utilidade de pesquisas (isoladamente) para a mensuração de processos envolvidos na tomada de decisões (reprodutiva). Apesar de as pesquisas serem úteis para fornecerem dados através de várias seções (e até mesmo dados longitudinais), elas são limitadas no que diz respeito a esclarecerem o que acontece entre casais e como.

As discrepâncias entre respostas em pesquisas e entrevistas dentro da mesma amostra salientam estas limitações. Na discussão a seguir, uso o exemplo dos meus próprios dados de pesquisa, modelados de acordo com as DHS, assim como de acordo com estudos de casos, para mostrar como as pesquisas podem superestimar e subestimar a “necessidade insatisfeita”, assim como para inverter a identidade do parceiro que efetivamente tem a “necessidade insatisfeita”. O caso de um casal, Nana e Nortey,

21 Em 1958, os Tribunais de Autoridades Nativas foram oficialmente abolidos. No entanto, determinadas leis costumeiras foram incorporadas às leis judiciais. Além disso, tribunais tradicionais ainda têm jurisdição limitada em questões domésticas, especialmente no que diz respeito ao casamento e à família.

é especialmente revelador (e pungente) no sentido de revelar a dinâmica baseada no casal envolvida na decisão de Nana de fazer um aborto, supostamente para atender a uma “necessidade insatisfeita” por espaçamento. Até hoje, análises estatísticas dos relacionamentos entre níveis de “necessidade insatisfeita”, níveis de prevalência de aborto e contraceptivo fornecem descobertas ambivalentes. Em 1996, o ano anterior ao meu estudo, a UNFPA estimou que cerca de 45 milhões de abortos induzidos ocorreram no mundo todo (UNFPA, 1996). Um relatório do USAID de 1994 sugere que o aborto continua a ser uma forma comum para as mulheres controlarem sua fertilidade (USAID, 1994). Conforme a estória de Nana e Nortey mostrará, era realmente Nortey, não Nana, que tinha a “necessidade insatisfeita” e, ainda assim, a pesquisa não capta isto.

Outra fonte de dados é um censo que eu realizei entre junho de 1997 e janeiro de 1998 entre trabalhadores júnior da Universidade de Gana e seus cônjuges. O tamanho final da minha amostra incluía 125 homens (maridos) e 140 mulheres (esposas). A amostra resultante de casais acabou contendo 110 díades. O instrumento de pesquisa que usei foi modelado ao longo das linhas da DHS de Gana (GDHS) no que diz respeito a questões de histórico e planejamento familiar. No entanto, adicionalmente, a pesquisa incluía uma série de perguntas sobre a tomada de decisões de família, apoio financeiro e acesso a recursos que a GDHS não continha.²² A pesquisa era aplicada pelo entrevistador, realizada nas casas dos respondentes, separadamente para homens e mulheres e em média duravam entre 30 e 40 minutos.

Dos respondentes da pesquisa que tinham concordado em serem entrevistados uma segunda vez, reduzi a lista a 30 casais para uma nova entrevista que refletiam o intervalo de atitudes e

22 Veja Adomako Ampofo (1999) para uma análise dos efeitos destas variáveis sobre o que eu chamo de orientações sexuais dos indivíduos e como está associado com a tomada de decisões reprodutiva.

comportamentos: 1) casais em que os maridos estão em vantagem em termos de resultados reprodutivos; 2) casais que manifestam *cooperação* ou *acordo* em termos de resultados reprodutivos; e 3) casais em que as esposas estão em vantagem em termos de resultados reprodutivos. No final, eu acabei entrevistando 12 maridos e 11 esposas (daí 11 casais) que refletiam todo o intervalo²³.

Apesar de não impedir que os entrevistados divergissem do meu roteiro e de eu mesma também investigar os respondentes quando eles divergissem sobre algum caminho interessante, efetivamente aderi ao meu conjunto fixo de perguntas sistematizando assim a coleta deste material qualitativo. Cada respondente foi entrevistado separadamente do seu cônjuge. Em geral, as entrevistas duravam entre uma hora e uma hora e meia. Algumas chegavam a durar duas horas ou mais. No entanto, nunca observei respondentes ficando entediados ou cansados e ninguém jamais sugeriu que a entrevista fosse encerrada. A seguir, resumo características relevantes dos respondentes.

Um comentário sobre a amostra

Diferentemente dos respondentes da GDHS, que na sua maioria tem 34 anos de idade ou menos, minha amostra é mais velha. A idade média para mulheres e homens é respectivamente de 40 e 47 anos (apenas 23,6% de mulheres e 3,2% de homens respondentes tinham menos de 34 anos de idade). Em outras palavras, a maioria dos indivíduos na minha amostra está fora das idades consideradas de reprodução, portanto resultados reprodutivos passados são mais salientes do que considerações sobre nascimentos futuros. Enquanto a representação (étnica) Akan reflete de maneira próxima a da GDHS, constituindo quase a metade de toda a amostra, tanto os Gas quanto os Ewes têm

23 Uma 12ª esposa não pode ser entrevistada em função da sua agenda inflexível, então meus dados incluíram 11 em vez de 12 casais.

uma representação excessiva. No entanto, estes três grupos, os Akans, os Ewes e os Gas “nativos” de Acra, são as etnias mais comuns em centros urbanos no sul de Gana, como em Acra (Quarcoopome 1993). Considerando-se a importância cultural vinculada à fecundidade, não é surpreendente que muitos poucos respondentes não tenham nenhum filho (3% das mulheres e 5% dos homens). A quantidade média de filhos na amostra é de quatro para os homens e quase 3,5 para mulheres, o que estava abaixo da média *nacional*, mas quase igual à média para a Região altamente urbanizada de Greater Accra. No entanto, também deve ser indicado que uma quantidade considerável de homens (18,5%) e de mulheres (11%) tem seis filhos ou mais. A quantidade média de filhos para esposas e maridos na subamostra é muito próxima, 3,6 e 3,7 para esposas e maridos, respectivamente. O intervalo para esposas e maridos difere um pouco mais, no entanto: seis para as esposas, 11 para maridos.

Necessidade insatisfeita de quem e questões de (des)acordo

A tomada de decisões reprodutiva é um processo complexo, sendo diferente de um casal para o outro, conforme ilustra a análise a seguir. Em geral, apesar de as pesquisas em grande escala que entrevistaram tanto maridos quanto esposas poderem ser usadas para avaliar diferenças em preferências por filhos e atitudes em relação ao *planejamento familiar*, os processos básicos e, muitas vezes, as preferências reais, são perdidos. Nesta seção, concentro nas respostas dos maridos e das esposas a uma pergunta sobre o “desejo” do seu último filho para mostrar as discrepâncias que podem surgir entre uma pesquisa e uma entrevista. Isto não é para sugerir que pesquisas não sejam confiáveis, mas indica que uma pergunta tão sensível quanto uma que lide com sensações sobre a concepção passada (ou seja, a reflexão de uma pessoa viva e

respirando sobre a experiência imediata e não uma ideia abstrata) costuma ser tão política e tão vinculada com identidades pessoais e sexuais, que um item de uma pesquisa sozinho não consegue captar o fenômeno de maneira adequada.

Os dados da minha pesquisa nos permite identificar oito preferências de concepção²⁴ relacionadas ao último filho. Estas ainda podem ser divididas em duas categorias: casais que estavam de acordo e casais que estavam em desacordo sobre querer o filho.

Acordo:

Os dois cônjuges queriam o filho na época (Os dois: na época)

Os dois não queriam o filho na época (Os dois: esperar)

Os dois não querem mais nenhum filho (Os dois: parar)

Desacordo:

Esposa queria na época / Marido não queria na época (Esposa: na época – Marido: esperar)

Esposa não queria mais/ Marido não queria na época (Esposa: parar – Marido: esperar)

Esposa queria na época/Marido não queria mais (Esposa: na época – Marido: parar)

Esposa não queria na época/Marido queria na época (Esposa: esperar – Marido: na época)

Esposa não queria mais/Marido queria na época (Esposa: parar – Marido: na época)

Entre os 107 respondentes adequados da pesquisa (ou seja, excluindo três casais em que um ou os dois cônjuges não tinha

24 Uma possível 9ª categoria, “Esposa: Não na época / Marido: Não mais” (Esposa: Esperar – Marido: Parar) não foi representada nos meus dados.

tido nenhum filho) quase 78% indicaram que estavam de acordo sobre desejarem ou não desejarem o último filho na época do seu nascimento, com a maioria (quase 65%) concordando que os dois desejavam o filho e com 10,3% revelando a existência de uma necessidade insatisfeita conjunta (veja Tabela 1, abaixo). As linhas 4 a 8 da tabela descrevem os casais em que um dos cônjuges teve uma necessidade insatisfeita. Em mais de 20% dos casos, um dos cônjuges tinha uma necessidade insatisfeita por espaçar ou limitar os nascimentos. Uma necessidade insatisfeita de maridos por espaçarem e pararem nascimentos foi de 8,3% enquanto esta combinação foi manifestada por 13,9% das esposas.

Tabela 1: Desejo de último filho entre casais (N = 107*)

Desejo (conjunto) do casal	%	
1. Os dois desejavam na época	66,4	71
2. Os dois não desejavam na época (esperar)	0,9	1
3. Os dois não desejavam mais (parar)	10,3	11
4. Esposa: desejava na época – Marido: esperar	1,8	2
5. Esposa: parar – marido: esperar	1,8	2
6. Esposa: desejava na época – marido: parar	4,7	5
7. Esposa: esperar – marido: desejava na época	1,8	2
8. Esposa: parar – marido: desejava na época	10,3	11
9. Esposa: sem resposta – marido: desejava na época	1,8	2

* Apesar de haver 110 casais na amostra geral, três dos casais em que um ou os dois cônjuges nunca tiveram um filho foram excluídos da análise.

Uma comparação de respostas dadas pelos casais entrevistados novamente tanto para as perguntas da pesquisa quanto da entrevista nos permite trazer à tona algumas das variações envolvidas na “necessidade insatisfeita”. Entre os 11 casais que

entrevistei, surgem discrepâncias interessantes entre as respostas da pesquisa e da entrevista. Ainda mais interessante é a análise de quais casais caíam nas respectivas categorias. Quando retiramos um casal em que a esposa tinha um filho antes do casamento e o casal (ainda) não tinha nenhum filho juntos, dos 10 casais que restaram apenas quatro sustentaram as posições conjuntas que tinham oferecido na pesquisa quando foram entrevistados. Em dois casos maridos e esposas inverteram suas posições de “Esposa: Desejava na Época – Marido: Esperar” e “Esposa: Esperar – Marido: Desejava na Época”. Num caso em que tanto a esposa quanto o marido indicaram “parar” na pesquisa, isto mudou para “Os Dois: Desejava na Época” na entrevista. E em três casos parece que durante a pesquisa um cônjuge deu uma resposta compatível com o que ele ou ela acreditava que fosse a preferência do outro. Isto foi provado nas entrevistas. No primeiro destes três, tanto o marido quanto a esposa indicaram “parar” na pesquisa, mas a esposa disse “desejava na época” na entrevista enquanto seu marido manteve a resposta “parar”. No segundo caso, os dois disseram “desejava na época” na pesquisa, mas nas entrevistas a esposa disse “parar” enquanto seu marido disse “desejava na época”. Nestes dois casos parece que a esposa não revelou sua “verdadeira” preferência até a entrevista. No terceiro caso os dois também disseram “desejava na época” durante a pesquisa, mas durante a entrevista enquanto a esposa continuou dizendo “desejava na época” seu marido disse “parar”.

Como podemos explicar estas discrepâncias? Em primeiro lugar, devemos observar que estas são preferências *declaradas*. Indivíduos podem estar apresentando o que eles acreditam que sejam as respostas esperadas ou socialmente aceitáveis na pesquisa. De maneira mais importante, alguns respondentes podem estar refletindo até que ponto os indivíduos que “ficaram em desvantagem” num desacordo apresentam as preferências dos

seus cônjuges que “venceram” numa pesquisa em que não se faz nenhuma tentativa de explorar processos envolvidos na escolha e na declaração de uma preferência. Nesses casos, níveis de desacordo sobre a tomada de decisões reprodutiva são subestimados e as dinâmicas da tomada de decisões são mascaradas. Para outros casais é possível que uma preferência *declarada* possa ser mais precisa na época da pesquisa, mas depois possa ter sido revisada. Algumas das revisões das esposas e dos maridos podem realmente cancelar uma à outra, dependendo de quem fizer mais dessa “revisão” de preferências declaradas²⁵. Nas próximas seções eu me concentro nos casos de três casais que mostram como a “necessidade insatisfeita” pode ser mascarada ou superestimada²⁶.

Nana e Nortey: quando a necessidade insatisfeita não é realmente uma necessidade insatisfeita

Nana é uma funcionária administrativa de nível médio de 44 anos de idade e já está casada com Nortey, um contador de 53 anos de idade há mais de 12 anos. Juntos eles têm uma filha de 13 anos de idade. Na pesquisa Nana diz que na época da sua última gravidez ela desejava “esperar” para ter o filho, enquanto Nortey diz que desejava o filho “na época”, indicando que Nana tinha uma necessidade insatisfeita de espaçamento. Na entrevista, no entanto, Nana diz que da última vez que ela ficou grávida ela *efetivamente* desejava o filho “na época” enquanto Nortey diz que ele desejava “esperar”, indicando que na verdade era Nortey que tinha uma necessidade insatisfeita (de espaçamento). A estória de Nana é triste. Mais de um ano após o nascimento da sua filha ela ficou grávida novamente. Ela explica

25 No caso de um casal específico (não discutido neste artigo) a esposa indica que ela queria o filho “na época” durante a pesquisa, mas revisou sua posição durante a entrevista para dizer que ela não queria o filho absolutamente. O que eu avalio que aconteceu no período de intervenção é que ela acredita que seu marido tenha assumido uma segunda esposa e que este novo relacionamento faz com que ele despreze sua família. Agora ela diz que desejava que sua filhinha nunca tivesse nascido e insiste que não queria ter ficado grávida na época.

26 Todos os nomes foram alterados.

que tinha decidido fazer um aborto por diversas razões. Em primeiro lugar, sua primeira filha tinha nascido por cesariana, o que a assustou. Além disso, ela esclareceu, “eu não estava preparada e achei que era cedo demais”. No entanto, sua filha tinha 1 ano e meio quando ela ficou grávida, o que significava que a lacuna culturalmente aceitável de 2 anos entre irmãos já teria passado quando o próximo filho nascesse. À medida que conversamos mais veio à tona a verdadeira razão para ela fazer o aborto: seu marido ficou muito bravo por ela ter ficado grávida quando ele a tinha “instruído” a usar o planejamento familiar. Em outras palavras, foi o fracasso de Nana de fazer a contracepção que resultou na gravidez “fora de hora” (da perspectiva do marido). Nana revelou que para ela a gravidez *não* tinha sido fora de hora quando concluiu, “se ele quisesse eu simplesmente teria levado adiante”.

I: O que você está dizendo é que se ele dissesse para você ir em frente você teria tido o bebê?

R: (tristemente) Sim.

Nortey não pediu especificamente para Nana fazer um aborto. No entanto, sua reação à notícia da sua gravidez foi tão séria e nociva que ela foi adiante e teve sua interpretação baseada na reação dele. Infelizmente para Nana, desde então ela não conseguiu ficar mais grávida. Ainda mais triste para ela, desde então Nortey teve um filho com outra mulher (e satisfez sua necessidade de ter um filho). Não é que o marido de Nana, Nortey, não quisesse mais nenhum filho quando Nana fez o aborto. Ele disse que seu número ideal teria sido três, “mais um erro, no máximo quatro”. Eu perguntei a Nortey por que Nana tinha feito um aborto uma vez que ela tinha falado claramente que teria querido mais filhos e que o próprio Nortey também parecia não ter atingido seu número ideal na época do aborto. Aparentemente, o *momento* da gravidez foi inconveniente para Nortey. Isto foi condicionado pelas suas

crenças de que é o marido que tem a responsabilidade principal por ser o provedor da família. Ele e Nana não estavam morando juntos na época (ela estava morando com os pais dela) porque Nortey ainda não conseguia proporcionar à família um lugar adequado para viver. Além disso, ele argumentou, a primeira filha deles estava tendo alguns atrasos de desenvolvimento e, portanto, não era independente o suficiente para ficar em segundo lugar na atenção da sua mãe.

R: *Todos nós* estávamos falando que isso não deveria acontecer porque a criança precisava de tempo para crescer e tudo mais. Então quando veio a gravidez todos *nós* ficamos chateados, na verdade eu fiquei mais do que ela [...] porque eu a tinha aconselhado anteriormente a optar por este planejamento familiar e aparentemente ela nem levou isso em consideração [...] porque ela achava que já estava atrasada para começar a conceber, então provavelmente seus amigos estavam insistindo bastante para ela ter o bebê, esse tipo de coisa [grifo nosso].

I: Então vocês dois ficaram satisfeitos com a decisão de abortar?

R: Eu reagi bem, mas ela não ficou feliz. Foi uma situação confusa, porque eu não estava esperando que isso acontecesse [...] minha reação foi tão ruim e quando eu vim de novo ela já tinha feito o aborto. E agora ela fez o que eu tinha pedido para ela fazer antes e que ela não tinha feito (risos).

I: Ela nunca reclamou depois disso?

R: Nós dois reclamamos. Ela teria desejado mais filhos, na verdade eu também teria, eu tinha um

número ideal, mas eu cheguei à conclusão que se eu não tivesse eu não me preocuparia tanto. Mas ela ficou chateada, porque ela sabe o quanto eu adoro crianças. Então às vezes nós discutimos sobre isso, ela manifesta seus desejos, desejando que ainda fosse possível, mas todas as tentativas têm sido fúteis, nós simplesmente descartamos como se fosse uma piada e seguimos em frente.

É interessante que Nortey vê o aborto como uma consequência de Nana não ter conseguido praticar a contracepção quando ele tinha instruído para que ela fizesse isso. Também parece especialmente insensível a decepção de Nana por não conseguir ter um filho depois poder ser considerada “uma piada”, considerando-se que Nortey teve um filho fora do casamento, enquanto ele próprio manifesta intolerância pelo adultério. No entanto, as reações de Nortey simplesmente revelam sua visão de que ele tem o direito de determinar o comportamento reprodutivo dele próprio e de Nana. Os dados mostram que se um marido for suficientemente contra ter um filho e se ele for o cônjuge dominante, ele tem a opção de sugerir que sua esposa faça um aborto. Além disso, numa situação dessas, durante a pesquisa a esposa pode explicar a ação feita ao indicar que o filho não era desejado na época da gravidez. Ela é medida como tendo uma necessidade insatisfeita, quando na verdade a necessidade insatisfeita é do seu marido.

O fato de ter baseado meu instrumento de pesquisa de acordo com a GDHS me permite indicar algumas limitações nas perguntas da pesquisa, conforme elas foram feitas, para a medida da necessidade insatisfeita. Uma lacuna importante na medida da necessidade insatisfeita deve-se ao fato de não se fazer nenhuma pergunta sobre preferências passadas em relação a gestações interrompidas. Apesar da prova anedotal sugerir que a maioria

dos abortos são realizados em mulheres jovens e solteiras²⁷, a possibilidade de interromper uma gravidez indesejada não pode ser descartada para mulheres casadas também. Em todos os casos em que as gestações foram interrompidas, seria útil pesquisas futuras perguntarem de quem foi a decisão de optar por um aborto.

Grace e Akwasi: o que aconteceu com a necessidade insatisfeita de Grace?

Grace é uma chefe de cozinha assistente de 48 anos de idade em um dos pavilhões de residência de estudantes e seu marido Akwasi é um técnico de laboratório de 55 anos de idade. Grace tem uma filha e um filho de um cônjuge anterior e juntos o casal tem três filhas e um filho. O comportamento de Akwasi é típico do “papel masculino” e de dominância no que diz respeito à tomada de decisões reprodutiva e à concepção de um filho invocada pela literatura. Akwasi sente que ele entrou no casamento em desvantagem. De acordo com ele, sua esposa “está em vantagem” porque Grace já tinha dois filhos de um relacionamento anterior. Aliás, quando Grace se casou com Akwasi, ela não desejava realmente mais nenhum filho – nem para provar sua fecundidade, nem para experimentar os chamados benefícios relacionados com recursos e emocionais de ter filhos. Neste sentido podemos argumentar que todos os seus últimos quatro filhos (com Akwasi) foram “indesejados”. No entanto, na pesquisa tanto Grace quanto Akwasi disseram que quando Grace ficou grávida pela última vez, o filho tinha sido desejado “na época”. Então a “necessidade insatisfeita” de Grace não foi exposta pela pesquisa. Foi apenas durante a entrevista que Grace lamentou sobre as gestações repetidas pelas quais ela teve que passar para atender às aspirações

27 Existem poucos dados precisos sobre a incidência de abortos em Gana. No entanto, um estudo de complicações derivadas de abortos incompletos realizados no principal hospital da nação na década de 1980 sugere que a incidência é alta entre mulheres no final da adolescência até os vinte e poucos anos de idade (Ampofo 1988).

de fecundidade de Akwasi. Ao contrário, as reações de Akwasi a favor do nascimento estavam por toda parte tanto da pesquisa quanto da entrevista, especialmente no que diz respeito ao caçula deles, que era o filho que ele tinha desejado há tanto tempo.

De acordo com Grace, quando sua terceira criança com Akwasi acabou sendo ainda outra menina seguida, ele ficou infeliz e ela passou a ficar preocupada. Quando a terceira menina nasceu, Akwasi se recusou a ir ao hospital para ver a mãe e a criança até ele ter que trazê-las para casa. Apesar de Grace ter insistido com Akwasi que é “Deus que dá os filhos” e apesar de Akwasi ter reconhecido que “meninas podem fazer tudo que os meninos fazem”, Grace ainda se sentiu preocupada e queria “dar” um menino a Akwasi. Após o nascimento desta criança, a quinta dela e terceira filha com Akwasi, Grace começou a usar contraceptivos. Mas Akwasi queria que Grace tivesse ainda mais uma criança. Ela disse a ele que se ele insistisse em ter outra criança, ele teria que arrumar outra mulher, uma vez que ela não “precisava de mais nenhuma criança”. Além disso, ela me explicou que todas as suas gestações e seus partos tinham sido difíceis e que seu médico tinha aconselhado que ela não tivesse mais nenhuma criança. No entanto, Grace efetivamente ficou grávida uma sexta vez, a quarta no seu casamento com Akwasi. Inicialmente, Akwasi não disse muita coisa, mas depois de alguns meses ele começou a especular e a desejar em voz alta que pudesse ser um menino e disse a Grace que se ela tivesse outra menina ela definitivamente teria que ter mais um bebê em seguida. Vários anos após o nascimento deste sexto filho, Grace ainda fica afetada ao contar a estória e suspira, “pela graça de Deus eu tive um menino”.

Esta estória aponta para uma questão importante na maneira de chamar categorias de resultado reprodutivo, ou seja, a deficiência do chamado “acordo” entre o marido e a esposa.

A estória de Grace e Akwasi mostra que esta categoria não reflete necessariamente um acordo. Em vez disso pode mostrar que as preferências de um cônjuge (neste caso o marido) dominam e que o outro cônjuge é convencido ou coagido a aceitar essa escolha de resultado reprodutivo. Além disso, o fracasso do instrumento de pesquisa em captar o verdadeiro processo que levou ao nascimento da criança neste caso mascarou totalmente a necessidade insatisfeita de Grace – não pela contracepção, mas por conseguir agir sobre suas próprias preferências reprodutivas. Um casal pode “concordar” em ter (ou como no caso de Nana e Nortey, em não ter) um filho, não porque os dois queiram a mesma coisa, mas porque os dois “concordam” que o que o homem quer é o que será feito. Aqui é claro que uma análise de relações de poder de acordo com o sexo é fundamental para entender a escolha e o comportamento de procriação.

Delali e Kobla: será que os maridos também têm necessidades insatisfeitas?

Kobla é um funcionário de contas na universidade de 45 anos de idade e, na época da entrevista sua esposa Delali, 35 anos de idade, não estava trabalhando fora de casa. Juntos, o casal tem três filhos, uma filha de 9 anos de idade chamada Esi, um filho de 7 anos de idade chamado Kofi e um menininho chamado Yao. Antes de Yao nascer, Delali tinha trabalhado como cabeleireira e ela considerou sua saída do mercado de trabalho como temporária. Kobla estava satisfeito em ter apenas dois filhos. Aliás, ele também estava preocupado com conseguir satisfazer as obrigações financeiras de criar três filhos. Kobla também sabia que um terceiro filho comprometeria ainda mais seu tempo livre, uma vez que ele teria que se envolver no cuidado diário de três filhos em vez de dois. Antes de o terceiro filho nascer, no entanto, Delali, sentiu que o filho deles, Kofi, estava “sozinho” e precisava de um irmãozinho

ou irmãzinha para brincar com ele. De qualquer maneira *ela* queria um terceiro filho. Delali abordou o assunto com muito tato, desenvolvendo todo tipo de razões “científicas” para convencer Kobla, concentrando-se na solidão de Kofi. Ela argumentou que a professora de Kofi tinha dito que o tédio e a solidão às vezes causavam o comportamento indisciplinado dele. Esta foi uma jogada muito estratégica, uma vez que Kobla (apoiado por Delali) se preocupava muito que seus filhos crescessem bem-comportados e responsáveis. Delali concluiu, “ele finalmente me entendeu”.

Delali tinha um desejo inerente por um terceiro filho. Kobla preferia de maneira muito sólida que seus filhos tivessem uma boa educação e estava preocupado que três filhos esticaria a capacidade do casal de proporcionar isto de maneira adequada. Além disso, Kobla estava preocupado com as demandas quotidianas que ter um terceiro filho colocaria sobre ele, uma vez que ele sabia que teria de participar das atividades de cuidados. Portanto, na conceitualização tradicional de necessidade insatisfeita, o último filho de Kobla foi “indesejado”. Delali, no entanto, conseguiu forçar para fazer as coisas do jeito dela porque sabia que tinha a opção de fazer isto no seu casamento. Em outras palavras, tem muito a ver com a natureza do relacionamento entre o marido e a esposa e com suas crenças sobre papéis e identidades femininos e masculinos. Argumento em outro lugar (Adomako Ampofo, 1999) que a decisão de *ceder* na área da tomada de decisões reprodutiva pode estar mais relacionada com a orientação sexual do que com questões de conveniência financeira (ou seja, fatores estruturais). De maneira simples, por orientação sexual me refiro às expectativas relacionadas a papéis, comportamentos e direitos que um indivíduo considera como devidos a mulheres e homens. Uma orientação masculina dominante, que também é adotada por várias mulheres, costuma conceder aos homens mais direitos e aprovações de uma estrutura de poder hierárquica que favorece os homens. Uma orientação

dessas pode deprimir o que de outra forma poderiam ter sido os efeitos de autonomia dos recursos estruturais por uma mulher (ou a falta destes recursos por um homem) ao reduzir o senso de direito de uma mulher, neste caso, para determinar o regime de fecundidade do casal. Estas diferenças de poder governam a resolução de tomada de decisões, especialmente em casos de desacordo e, ainda assim, este aspecto da cessão não é captado no conceito de uma “necessidade insatisfeita”.

Conclusões

Em geral, as epistemologias ocidentais não levaram em consideração realidades culturais locais nas suas explicações de fenômenos encontrados por pessoas nativas. O conceito de “necessidade insatisfeita” na demografia é um desses exemplos. Na análise precedente tentei mostrar que onde existe uma necessidade insatisfeita, isto costuma ser um indicador de diferenciais de poder em relações sexuais. A mensuração do fator da “necessidade insatisfeita” na população estuda pontos para deficiências na metodologia recebida, que estão vinculadas a questões mais amplas sobre a importância relativa de técnicas da coleta quantitativa e qualitativa de dados e sobre os tipos de técnicas de coleta de dados e sobre os tipos de evidência importantes atualmente carregam o peso das preocupações de desenvolvimento. Ela também levanta questões sobre a conceitualização do comportamento relacionado com a fecundidade dentro da demografia tradicional em que mulheres (e homens) são considerados objetos cujo comportamento pode e deve ser manipulado para preocupações maiores com o desenvolvimento.

Para um estudo baseado em KAP sobre o comportamento reprodutivo ter utilidade ele deve ser adaptado ao ambiente social e cultural específico ao incluir perguntas sobre questões de sexo e estruturas de poder, desenvolvendo a etnografia de uma

cultura, sociedade ou grupo específico de pessoas. Apesar de as mulheres estarem no centro do conceito padrão de “necessidade insatisfeita”, elas estão lá sem levar em consideração as relações de poder sexuais que sempre são parte das vidas de mulheres e de homens. O modelo padrão não foi concebido a partir dos pontos de vista das mulheres, mas a partir de uma forma instrumentalista, geralmente masculina de abordar questões de desenvolvimento. O comportamento contraceptivo não é apenas determinado pelo desejo de espaçar ou limitar os nascimentos, nem pelo grau de motivação para usar contraceptivos, nem pelo acesso a dispositivos contraceptivos, mas também pelos custos variados associados com seu uso (Easterlin e Crimmins, 1985). A estória de Grace mostra como estes custos incluem fatores sociais, psicológicos e culturais que podem agir como desincentivos a indivíduos ou casais que, de outra forma, poderiam se sentir motivados a usar a contracepção. Para mulheres estes custos podem derivar da sua incapacidade de recusar consentimento com os desejos dos seus maridos. Portanto, casais na categoria “acordo” refletem o fato de que “acordo” não pressupõe necessariamente equidade na tomada de decisões conjunta. Aliás, a entrevista de Grace mostra que “acordo” pode refletir consentimento por parte de uma esposa em vez de acordo entre os cônjuges. A “necessidade insatisfeita” de um dos cônjuges pode ser medida de maneira inadvertida como sendo a própria “necessidade insatisfeita” do outro se as perguntas certas não forem feitas. Apesar de Nana ter tentado subverter os desejos de Nortey para adiar a concepção ao não usar contraceptivos, ela acabou aceitando a percepção dela da preferência dele ao fazer um aborto. Grace também disse ao marido dela que não teria mais filhos e que não se importaria que ele tivesse filho com quem ele quisesse. Mas ela acabou concordando e *efetivamente* ficou grávida apesar de não querer mais nenhum filho. Portanto, é claramente importante incluir as preferências do marido em modelos

analíticos para chegar num quadro mais realista das preferências declaradas das mulheres em contraste com seu comportamento real no que diz respeito à fecundidade. É improvável que se satisfaça a “necessidade insatisfeita” das mulheres ou em termos conceituais ou a partir de uma perspectiva de programa sem referências às necessidades dos homens.

Por outro lado, geralmente os homens são deixados fora do quadro. Considerando-se o modelo recebido de escolha de fecundidade, raramente se considera que os homens tenham qualquer “necessidade insatisfeita” se suas esposas não tiverem uma “necessidade insatisfeita”. Ainda assim, algumas esposas (como Delali) conseguem afetar preferências por um filho baseadas em relações sexuais mais igualitárias. Na verdade, nascimentos indesejados (ou no momento errado) são simplesmente indicadores indiretos da extensão do controle imperfeito de uma mulher, inclusive o controle social, sobre seus próprios processos reprodutivos (Adetunji, 1998). Portanto, a “necessidade insatisfeita” de planejamento familiar deve ser atribuída a mais do que fatores inadequados de oferta ou ignorância sobre métodos eficazes. Ela deve incluir o papel demonstravelmente crucial de relações de poder diferenciadas em termos sexuais. Os dados analisados aqui revelam que uma análise das preferências relativas de cônjuges individuais e do comportamento reprodutivo final do casal seria mais útil do que simplesmente analisar as preferências do tamanho da família declaradas pelas mulheres em relação à sua fecundidade atingida.

Existem críticos de esforços da “inclusão masculina” que argumentam que campanhas de “motivação masculina” (planejamento familiar) simplesmente reconfirmam que os homens têm controles sobre os corpos e sobre as capacidades reprodutivas das mulheres (veja Win, 1998). Tomo a posição

que aumentar o envolvimento masculino não precisa e não deve reduzir os esforços para melhorar o *status* de mulheres. Ao contrário, uma análise clara da verdadeira dinâmica sexual deve promover o respeito mútuo e a responsabilidade compartilhada. Felizmente, alguns estudiosos começaram a tentar desenvolver uma definição mais ampla de “necessidade insatisfeita”²⁸.

No entanto, não existem limites para até que ponto as pesquisas conseguem captar estas variações de escolha reprodutiva como processos de negociação. Os cônjuges podem ou subestimar ou atribuir em excesso suas próprias preferências reprodutivas aos seus cônjuges. Ou eles podem atribuir mais ou menos acordo do que realmente existe – apesar de as mulheres terem maior probabilidade de fazerem isso do que os homens, considerando-se a tendência geral à dominância masculina. O estabelecimento dos estudos populacionais conseguiria continuar a seguir a tendência de aumentar a aceitação metodológica de técnicas qualitativas e de triangulação, apesar de estas serem mais caras e consumirem mais tempo do que análises estritamente quantitativas. Existem tantas preocupações básicas que os indivíduos simplesmente não podem ou não estão dispostos a revelarem numa pesquisa com questionário. Por exemplo, no estudo de caso de Grace e Akwasi, a mãe do marido teve uma participação importante ao questionar a incapacidade da sua nora (e do seu filho) de gerar um filho. Isto teve implicações significativas para a identidade sexual de Akwasi e sua dominância sobre Grace (veja Adomako Ampofo 2000). Ainda assim, o papel da família estendida na criação de uma “necessidade” de ter filhos não aparece no discurso sobre população. Fertilidade e infertilidade são aspectos tão importantes das vidas das pessoas na África que a análise das decisões das pessoas (ou a falta de decisões delas) de terem (ou de não terem) filhos precisa ser realizada, como ocorre com toda pesquisa, de uma forma cuidadosa, sensível ao

28 Por exemplo Sinding e Fathalla (1995) propuseram isto no ICPD realizado no Cairo, em 1994.

contexto e culturalmente relevante, tanto no projeto de conceitos teóricos quanto nas técnicas de metodologia.

* * *

Akosua Adomako Ampofo é professora adjunta no Instituto de Estudos Africanos, da Universidade de Gana, em Legon, chefe do Centro de Estudos Sexuais e Advocacia, (CEGENSA), de Legon e membro eleita pelos colegas do Conselho Universitário. Coursou doutorado em sociologia na Universidade de Vanderbilt, em Nashville, no Tennessee, e tanto seu bacharelado em arquitetura quanto seu mestrado em planejamento desenvolvimentista foram cursados na Universidade Kwame Nkrumah de Ciência e Tecnologia em Kumasi, Gana. Em 2004, foi umas das 30 *Fulbright New Century Scholars* selecionadas no mundo todo pelo seu estudo de atitudes em relação ao privilégio masculino entre crianças socializadas em Gana. Especializou-se nas áreas de saúde, raça, identidade, questões de gênero no ensino superior, construções sociais de masculinidade e feminilidade, violência baseada no gênero e na indústria mundial do sexo. Recebeu subsídios e prêmios pelo seu trabalho da CODESRIA, da AAWORD (Associação de Mulheres Africanas para Pesquisa e Desenvolvimento, da Fundação Fulbright, da Universidade Johns Hopkins, da Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos, do Conselho Populacional, da Fundação Rockefeller, da Fundação Spencer, WARC (o Conselho de Pesquisa da África Ocidental), OMS, UNFPA, Universidade de Vanderbilt e da Universidade de Gana.







Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	AaronBecker 16/22, Warnock Pro 12 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)